PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

THIAGO TREMONTE DE LEMOS

DESEJOS DE MODERNIDADE: O EXÉRCITO BRASILEIRO E A MISSÃO MILITAR FRANCESA DE INSTRUÇÃO (1917-1927)

DOUTORADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

THIAGO TREMONTE DE LEMOS

DESEJOS DE MODERNIDADE: O EXÉRCITO BRASILEIRO E A MISSÃO MILITAR FRANCESA DE INSTRUÇÃO (1917-1927)

DOUTORADO EM HISTÓRIA

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação do professor doutor Antonio Pedro Tota.

SÃO PAULO
2014

Banca examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total e/ou parcial desta tese por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Local e data: _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Ludovic e Valentina e à minha admirável mulher, Juliana, pelo amor e pela força que nunca me faltaram na elaboração deste trabalho e por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me das mais diversas formas.

Aos meus queridos e amados pais, Nei e Cida, para quem não há palavras ou gestos que possam retribuir tudo que fizeram por mim ao longo destes anos.

Ao meu estimado irmão, Carlos, à sua esposa Carol e aos meus sobrinhos Dante e Heitor.

À Júlia, por se tornar parte significativa da minha vida. À Polliana e às minhas sobrinhas Pietra e Ana Clara.

Aos meus grandes amigos Caio, Ronaldo e André.

Aos amigos e colaboradores Adriano, Dudu e Cesar.

Aos meus colegas de pós-graduação, Eduardo, Rose, Leandro, José, João Fernando, Catarina, Fábio, Gisele, Jonas, José, Mateus, Raimundo, Rogério, Nilo e Maurício.

Aos professores do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica, em especial, às professoras Maria Odila Leite da Silva Dias e Maria Antonieta Antonacci e ao professor Fernando Londoño.

Aos membros da minha banca de qualificação, professor doutor Leonardo Trevisan e professor doutor Oliveiros Ferreira, pelas valiosas contribuições.

Aos colegas e funcionários do Departamento de História da Universidade de Brasília pelo acolhimento que me foi dedicado, desde meu ingresso, em 2011; em especial, à secretária Leila Célia e aos(às) professores(as) Anderson Ribeiro Oliva, André Leme Lopes, Antônio José Barbosa, Arthur Alfaix Assis, Carlos Eduardo Vidigal, Cláudia Costa Brochado, Daniel Barbosa Andrade de Faria, Estevam Costa Thompson, Estevão de Rezende Martins, Francisco Doratioto (por me ajudar mais do que mereço), Henrique Modanez de Sant'Anna, Ione de Fátima Oliveira, José Otávio Nogueira Guimarães, Marcelo Balaban (sem seus conselhos não conseguiria redigir a tese com a tranquilidade que tive), Marcos Aurélio de Paula Pereira, Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, Neuma Brilhante Rodrigues, Vicente Dobroruka, Virgílio Caixeta Arraes e Wolfgang Döpcke.

Aos funcionários dos arquivos consultados em Brasília, La Courneuve e Vincennes, em especial, ao tenente Edmílson, da Biblioteca José Wasth Rodrigues (atualmente desativada) do Centro de Documentação do Exército; ao monsieur Cogannot, do Centre des Archives des Affaires Étrangères de la République Française, em La Courneuve; à madame Bernard e à madame Doborre, do Service Historique de l'Armée de la Terre, Service Historique de la Défense, no Château de Vincennes.

À CAPES, pela bolsa que possibilitou levar adiante esta pesquisa.

Finalmente, agradeço ao meu grande mentor, Antonio Pedro Tota, por sua paciência, disposição e generosidade.

RESUMO

A presente tese tem o propósito de contribuir para a compreensão da história do Exército brasileiro e da sua transformação modernista, durante os primeiros anos de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução – contratada pelo governo brasileiro, em 1919, após intenso debate sobre o modelo estrangeiro que o país deveria seguir. Posteriormente à escolha dos instrutores franceses (em detrimento dos alemães, por exemplo), segmentos do Exército brasileiro e do governo, bem como setores da sociedade civil que desejavam a modernidade para a instituição militar hibridizaram suas expectativas e práticas com ensinamentos, experiências e valores provenientes dos oficiais franceses, recém-saídos da Primeira Guerra Mundial, como o general Maurice Gamelin, primeiro chefe da missão. Baseando-se na ideia de que o conceito de modernidade comporta as noções não necessariamente simétricas de "modernismo" e "modernização", como entende o antropólogo argentino Néstor García Canclini, discute-se nesta tese que o processo de transformação do Exército brasileiro, influenciado pela Missão Militar Francesa de Instrução, se caracterizou por elementos modernistas em prejuízo dos elementos modernizadores.

Palavras-chave: História; História do Brasil; Modernidade; Exército Brasileiro; Missão Militar Francesa; França.

ABSTRACT

The main aim of this thesis is subsidize the comprehension of Brazilian Army's History and its modernist transformation, through the first years of operation of the French Military Mission – hired by the Brazilian Government, in 1919, after tough discussion about the foreign model that the country would follow. Subsequently the choice of French instructors (instead the Germans, for example), parts of the Brazilian Army, the government and civil society, who desired modernity to the military institution, they hybridized your expectations and practices with the lessons, experiences and values from the French officers, fresh out of the Great War, as General Maurice Gamelin, first chief of the Mission . Departing from the idea that the concept of modernity, according to the Argentine anthropologist Néstor García Canclini, consists not necessarily the symmetric notions of "modernism" and "modernization", it's discussed the process of Brazilian Army's transformation, with the French Mission, was characterized more by modernist elements that the modernizers.

Keywords: History; Brazilian History; Modernity; Brazilian Army; French Military Mission; France.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1 - DESEJOS DE MODERNIDADE: MODERNISMO SEM MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1917-1920) 31

CAPÍTULO 2 - UMA MISSÃO À FRANCESA: A EXPERIÊNCIA DO GENERAL GAMELIN (1919-1924) 74

CAPÍTULO 3 - DA SUCESSÃO DE GAMELIN À CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (1924-1927) 115

CAPÍTULO 4 - NOTAS FRANCESAS DOS ANOS DOURADOS DA MISSÃO 156

CAPÍTULO 5 - OLHAR BRASILEIRO, MENTALIDADE FRANCO-BRASILEIRA: O LIVRO DE MALAN 185

CONSIDERAÇÕES FINAIS 222

ARQUIVOS E FONTES 233

REFERÊNCIAS 238

ANEXOS 247

APRESENTAÇÃO

A tese ora exposta é expressão do trabalho de pesquisa de doutorado, empreendido desde 2010, quando iniciei minhas atividades no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a preciosa orientação do professor doutor Antonio Pedro Tota, com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O texto da presente tese está organizado em introdução, cinco capítulos e considerações finais.

Faço uma ressalva quanto às citações de documentos e referências bibliográficas em outros idiomas, como francês, inglês e espanhol, pois essas não são acompanhadas de traduções para a língua portuguesa. Tal fato resulta da impossibilidade de fazê-las corretamente em decorrência da antecipação do prazo para depósito da tese, antes estabelecido para março de 2014 e, no segundo semestre de 2013, de acordo com o Programa de Estudos Pós-Graduados em História e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, alterado para janeiro de 2014.

Destaco, ainda, que as citações em língua portuguesa foram mantidas na sua escrita original, não havendo, inclusive, atualizações em relação ao Novo Acordo Ortográfico (2009).

Ao final do material, destinado à defesa de doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, há cópias de alguns documentos pesquisados em arquivos localizados em Brasília e nos arredores de Paris.

Encerro esta apresentação confirmando ter exercido o compromisso de depositar a tese, observando todas as obrigações estabelecidas pela instituição acadêmica e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

> *A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.*
> (Sérgio Buarque de Holanda)

A passagem anterior é preciosa. Extraída da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, é conhecida por muitos e inspiração para tantos. Desde longa data, o livro tem ocupado o espaço destinado aos clássicos da história nacional nas prateleiras das bibliotecas brasileiras; nem por isso, as reflexões de Sérgio Buarque devem ser salvaguardadas de críticas.

Essa observação não tem o desejo de confrontar o autor. Apenas faz constar a necessária polêmica como forma de ampliar a visão sobre o mundo. Não há para o trabalho do intelectual – do historiador, em particular – nada mais fastidioso do que uma única versão da história, o que é uma contradição da própria ideia de versão. Ou seja, se há apenas uma elaboração, não se tem uma versão, mas a própria história. Assim, a historiografia se confundiria com a história e não mais haveria pensamento crítico, apenas "uma" história escrita. Para que seja diferente, o historiador perscruta desde o documento inédito ao texto-cartilha, do vestígio tênue ao best-seller, questiona-se, torna-se cético, revisita inúmeras vezes o que já é do seu domínio e, não raro, não chega a lugar nenhum, mas derruba toda e qualquer possibilidade de uma única verdade.

Não se almeja aqui problematizar seriamente as palavras de Sérgio Buarque de Holanda. O que se quer é assinalar a dificuldade de lidar com a dura "constatação" do processo de formação do Brasil: a de que a sociedade criada nesta terra traduziu, copiou, se apropriou, misturou elementos de outras culturas e teve uma história conturbada. Talvez por isso ainda não tenha uma identidade própria. Sérgio Buarque de Holanda escreveu também que "o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem" (HOLANDA, 1995, p. 31). Cada palavra foi escolhida com muito cuidado pelo historiador, e aqui elas ressoam forte.

Não somente o cerne da presente pesquisa corresponde a essa teorização (talvez isso seja um exagero, no máximo, resvala em tal teoria), mas, após encerrada a escrita dos cinco capítulos que compõem o texto final da tese, achou-se no trecho citado algum rumo para o que até então havia sido desenvolvido. Isso não indica que não estivesse satisfeito (ou cansado) com o resultado do trabalho, todavia, que as palavras de Sérgio Buarque de Holanda pareceram apresentar novamente o problema que se tentou resolver ou, ao menos, para o qual se mostrou que, em alguns casos, não havia solução.

Acatando a sugestão do orientador desta tese, a obra do historiador foi relida com enorme rapidez. Algo que não estava nos planos iniciais (a descrição da experiência de diversos doutores conhecidos sobre os inesperados encontros bibliográficos, já servira de alerta quando iniciada a pesquisa, em 2010). Contudo, a leitura do primeiro parágrafo do capítulo "Fronteiras da Europa" de *Raízes do Brasil* sugeriu que seria adequada, de alguma maneira, a adoção do trecho transcrito nesta tese. Não porque trata daquilo que se repetiu em demasia nas páginas aqui registradas (a implantação da cultura europeia no Brasil, mais especificamente, no Exército brasileiro), e aí haveria algum lastro para a proposta desta reflexão. Mas pelo fato de expor, em poucas linhas, o que foi sentido ao longo de quatro brevíssimos anos de pesquisa: a ideia de que podemos ser (não há uma concordância plena, por ora) "uns desterrados em nossa terra".

Sabe-se, por outros estudos, que este sempre foi um grande obstáculo para sociedades colonizadas: superar a dependência cultural do modelo dominante (que antes as colonizava). Para o médico psiquiatra da Martinica Frantz Fanon (1925-1961), houve algo de terrível no processo de descolonização: o modo como as elites nacionais dos países africanos assimilaram os valores europeus e os reproduziam com uma roupagem "nacional". O que mudava, talvez, era o conteúdo, do europeu para outro supostamente "local"[1], das tradições culturais do povo deste ou daquele país africano.

[1] No caso da América Latina, segundo Morse, algo similar ocorreu com as vanguardas artísticas. "A literatura é o que ilustra melhor o fato de que a Ibero-América, mesmo no seu setor moderno e burguês, não é de todo presa do 'desencanto' ocidental. A tomada de consciência de seus escritores e artistas nos começos do século XX foi influenciada pelos modernistas europeus, cujas criações irromperam com a súbita percepção dos significados internos da violência, da tecnificação e da impotência pessoal na sociedade de massas capitalista. Os ibero-americanos captaram esse moderno idioma e, estando profundamente engajados com o Novo Ocidente, sensibilizaram-se com a nova mensagem. Sua tomada de consciência produziu-se, porém, precisamente ao perceberem que seu próprio mundo diferia de Paris e Nova York por ainda não estar desencantado" (MORSE, 1988, p. 135).

> Para assimilar a cultura do opressor e nela aventurar-se, o colonizado teve de apresentar garantias. Entre outras coisas, teve de fazer suas as formas de pensamento da burguesia colonial. Isso pode ser constatado na inaptidão do intelectual colonizado para dialogar, pois ele não sabe fazer-se inessencial diante do objeto ou da ideia. Em contrapartida, quando milita no seio do povo, ele se encanta. Fica literalmente desarmado pela boa fé e pela honestidade do povo. O risco permanente que o espreita é então fazer populismo (FANON, 2005, p. 66).

No caso brasileiro, também se sabe, pelo trabalho de tantos outros autores, que as relações interculturais entre o Brasil e os países desenvolvidos levaram à formação de uma sociedade contemporânea complexa, culturalmente híbrida e economicamente desigual. Há algum tempo, Homi Bhabha[2] alertou o cientista social para a impossibilidade de continuar procurando a homogeneidade cultural de qualquer sociedade, principalmente daquelas que sofreram colonização de outras culturas.

Ainda que guarde suas singularidades – e não poderia ser diferente –, de algum modo, no que concerne ao processo específico de "modernização" das forças armadas, o histórico brasileiro se assemelha ao de outros países colonizados. Não caberia, portanto, afastar de todo a presença do antigo dominador (mesmo que não o tenha sido de fato, mas que o representasse como tal), mas compor de uma nova maneira os elementos externos e internos na produção de certa identidade cultural/nacional dos países independentes, como o Brasil, desde o século XIX. Tampouco podem ser esquecidas as "peculiaridades" desta terra.

Não há alguém capaz de afirmar, nos dias atuais, "basta copiar para dar certo". Todas as marcas da diferença levam as sociedades contemporâneas a movimentos elásticos de aproximação e distanciamento umas das outras.[3] Por exemplo, a popularidade da cultura francesa nos meios elitistas brasileiros nas primeiras décadas do

---

[2] "Os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas, a transmissão consensual ou contígua de tradições históricas, ou comunidades étnicas 'orgânicas' (…) estão em profundo processo de redefinição" (BHABHA, 1998, p. 24).

[3] Para Nicolau Sevcenko, "em termos culturais, os alvos do ataque cerrado das novas gerações seriam o arielismo (idealismo de uma elite culta de 'elevar a América Latina aos padrões superiores da civilização europeia'), o positivismo e o modernismo (nome que se atribui na cultura hispânica ao que na linhagem francesa seriam o simbolismo e o parnasianismo). No limitado âmbito cultural da América Latina, em que a extensão da exclusão social se traduzia em taxas massivas de analfabetismo, se observa uma inextricável imbricação entre elites culturais e elites políticas. A ênfase no panorama da cultura internacional tendo se voltado crescentemente para o ativismo de cunho transformador, acentuaria as condições típicas locais, dando origem a composições artísticas atravessadas de patentes intenções nacionalistas e nativistas (…); por mais que possa parecer paradoxal, portanto, não deve surpreender o fato, declarado sem pejo a maior parte das vezes, de que foi na Europa, ou no mínimo folheando revistas europeias, que muitos desses jovens artistas e intelectuais 'redescobriram a América'. A francofilia desabrida da elite latino-americana, muito atualizada desde o modernismo, o crescente surto do exotismo na Europa, o pendor pelas culturas negras dos orfistas e puristas e pelas culturas indígenas dos surrealistas convergiam todos para esse súbito furor de 'resgate' e 'redescoberta' das raízes" (SEVCENKO, 1992, p. 217).

século XX não foi suficiente – até a Primeira Guerra Mundial – para a escolha do modelo francês na "modernização" do Exército nacional. O que não significa sustentar que, mesmo nas instituições militares antes, durante e depois da passagem da Missão Militar Francesa de Instrução pelo país, entre 1920 e 1940, não houve francófilos, como também houve os antifranceses. Igualmente, a opção por outro modelo moderno tornaria necessária sua adaptação à cultura militar brasileira da época, ainda que essa fosse um dos grandes alvos a serem abatidos, de acordo com os reformistas das forças armadas no início do século passado.

Somente a modernidade, em algumas das suas expressões, pode fazer coabitar em ambientes exageradamente heterogêneos estruturas culturais tão díspares como aquelas que existiram no Brasil, no contexto do seu centenário de independência política: uma em busca de modernidade (sendo representada por algum setor da elite) e outra enraizada nas práticas políticas, econômicas e sociais arcaicas. Além disso, tal confusão de referências não se dava apenas pela incapacidade local de se achar o caminho das pedras para o progresso e o desenvolvimento espiritual e material, mas pela própria complexidade da modernidade e da infinita capacidade que tem de se oferecer como múltipla possibilidade de realização estética, política e econômica. Em suma, algo que pode provocar até aqueles que entendem, em função da origem da modernidade, a inadequação da sua presença nestas terras, ou ainda, que algumas "ideias estejam fora de lugar", ou para reforçar o que escreveu Sérgio Buarque de Holanda, que sejamos uns "desterrados em nossa terra".

Não é isso. A sociedade brasileira se formou por sua própria singularidade histórica. Se foram buscadas referências externas para sua transformação, isso se deu porque é da própria dinâmica das sociedades contemporâneas se relacionarem umas com as outras, interpretando-se mutuamente (não necessariamente de forma simétrica) na realização de intercâmbios que não se limitam às trocas comerciais; suas disposições internas e suas influências externas formaram o híbrido resultado cultural obtido e que, de maneira sempre irregular e descontínua, se perpetuou ao longo dos anos.

Enfim, pareceu instigante iniciar esta tese com o pensamento de um dos grandes nomes da historiografia brasileira apontando para o problema da formação da identidade nacional. No âmbito da história do Exército brasileiro, mais especificamente, na história do modernismo transformador do Exército brasileiro, a questão foi objeto de reflexão e, inconscientemente, guiou o presente trabalho na tentativa de subscrever ou refutar a máxima "desterrados em nossa própria terra". Efetivamente, nem uma coisa nem outra.

Não se fez isso. A reflexão não se guiou para tal juízo. Pois não havia possibilidade de fazê-lo a contento. Assim, optou-se por um caminho intermediário, que conjugasse tanto a extravagância de ideais não brasileiros como a autenticidade de uma cultura tipicamente nacional. Aliás, no encontro dessas duas estruturas móveis, inacabadas e jamais herméticas, foi localizada alguma proposição para ponderar a importância ou não do modernismo e da modernização do Exército brasileiro entre o final da Primeira Guerra Mundial e a década de 1920.

As palavras de Sérgio Buarque de Holanda provocam. Quiçá, se tomadas desde o início da pesquisa, os caminhos trilhados tivessem sido outros… Não em relação à escolha do objeto aqui estudado, mas no que se refere à forma de abordá-lo.

* * *

José Murilo de Carvalho destaca, em *A formação das almas*, que não é possível limitar a instauração da República brasileira, em 15 de novembro de 1889, a um estudo exclusivo do evento, como se ele fosse estritamente militar. Todavia, ainda que o fenômeno não tenha se restringido ao movimento republicano do Exército, é inegável que a repercussão do ato foi politicamente capitalizada por seus quadros. Em outras ocasiões da história política do Brasil, os militares também desempenharam papel decisivo, não sendo possível reduzir ou simplesmente pontuar de forma superficial a participação política dos militares na história do país.

A história da República brasileira até 1985 foi marcada pela presença de vários atores políticos – de diferentes camadas sociais, com os mais diversos interesses –, mas nenhum deles teve a constância e o protagonismo do Exército brasileiro. Sua atuação, no entanto, jamais foi monolítica, bem como sua maneira de pensar. Ora atuou em prol dos seus próprios interesses políticos, ora em comunhão ou em contraste com outros grupos sociais. Isso não significa que seus quadros tiveram sempre um entendimento concordante e harmônico acerca das suas práticas em determinadas situações históricas ou da função da instituição e do papel que esta deveria desempenhar para o Brasil. Em muitas circunstâncias, os militares estiveram profundamente divididos entre grupos de matizes ideológicas e sociais diferentes, como nos conflitos da década de 1920, engendrados pelo tenentismo.[4]

[4] "Tendo sido treinados em padrões europeus, [os] oficiais de baixa patente julgavam-se mais preparados do que seus superiores, atrelados à experiência militar brasileira. Além disso, muitos oficiais superiores

> (…) os tenentes também queriam mudar a sociedade brasileira (…). Embora os detalhes sejam vagos, eles preferiam um estado menos liberal e mais autoritário que interviesse na economia de modo a produzir uma distribuição mais justa da riqueza. O movimento era mais negativo do que positivo, e em seus aspectos práticos, operacionais, era mais uma luta pelo controle do Exército do que pela reforma da sociedade (MCCANN, 2007, p. 339).

Em suma, por ser uma instituição extremamente complexa e possuir uma história heterogênea, o Exército brasileiro não pode ser reduzido a um conceito fixo e perene, como sugere José Murilo de Carvalho.

> (…) organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares que, além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Erving Goffman chama de instituições totais (…). Descaso pelos aspectos organizacionais faz com que análises mais abrangentes atribuam aprioristicamente determinados papéis políticos às Forças Armadas, ou se limitem a explicações *ex post facto*. No primeiro caso, temos explicações mecanicistas em que o comportamento militar, por mais complexo e diversificado que seja, é sempre reduzido aos limites que lhe foram traçados, com prejuízo para sua melhor compreensão. No segundo, torna-se necessário recorrer a explicações *ad hoc*, o que impossibilita qualquer tentativa de teorização (CARVALHO, 2005, p. 13-14).

Durante quase 100 anos, intervenções militares direcionaram decisivamente a história brasileira, realizando um trabalho que extrapolou sua função "natural". Muitos – provavelmente os estudiosos das forças armadas – podem e devem questionar esta afirmação, certos de que o Exército brasileiro se caracterizou, ao longo do período mencionado, por sua atuação além das atividades beligerantes de defesa do território nacional. É quase impossível não ser atraído para este tema se considerada a clássica organização de um Estado, amparado por inúmeras instituições políticas, cabendo às forças armadas um lugar de destaque, porém estando sujeitas aos poderes administrativos do Estado e não, como muitas vezes na história brasileira, sendo a personagem decisória dos conflitos políticos do país e a arquiteta de projetos de desenvolvimento social e econômico.

O Exército brasileiro não existiu oficialmente antes de 1822 – por uma obviedade histórica –, somente a partir da década de 1860 ganhou notoriedade e galgou

---

haviam sido cooptados pela estrutura política (…), o que adicionava uma dimensão política à insubordinação natural dos tenentes. Essa insubordinação provavelmente também foi influenciada pela agitação social, greves e repressões políticas que marcaram os anos [1910 e 1920]" (MCCANN, 2007, p. 338).

algum status social e, apenas mais tarde, obteve importância política e intelectual (nos fins do século XIX e durante o século XX), desempenhando, então, o protagonismo anunciado anteriormente. Mas isso não se deveu exclusivamente a uma história harmoniosa ou equilibrada da instituição. Assim como qualquer outra instituição, o Exército brasileiro passou por transformações, se atualizou em determinados momentos e se tornou arcaico em outros, se fortaleceu em certas épocas e perdeu seu poder de ação em outras. Em suma, o Exército brasileiro não foi uma instituição imóvel, sua história é rica, densa, multifacetada e integrada por sujeitos que lutaram para a consolidação de um agente político decisivo e marcante.

Entre as transformações do Exército brasileiro, há, em particular, uma alteração que chama a atenção. Em 1919, o governo do Brasil assinou um acordo com o governo francês para o treinamento de oficiais, no qual foi instituída a Missão Militar Francesa de Instrução. Grupos de oficiais franceses vieram ao país, principalmente durante a década de 1920, para auxiliar os militares brasileiros na formação dos seus quadros. Tal ação não decorreu de uma escolha efetuada de maneira unívoca, que não teve um período anterior de gestação ou mesmo que não sofreu algum tipo de interferência de outros países (como a Alemanha), os quais desejavam desempenhar a mesma função no Exército brasileiro. Igualmente para os defensores brasileiros do acordo com os franceses, não havia total clareza das atribuições da missão. Em todo o caso, ao tomar-se este dado histórico – de que houve uma Missão Francesa de Instrução no Exército brasileiro –, não é possível negar que a instituição foi afetada de algum modo.

É certo que a escolha da França como referência para o Exército brasileiro era mais um passo rumo à diferenciação do país – intencional ou não – em relação à Argentina e ao Chile; à época, os Estados mais fortes em termos militares na América do Sul, os quais haviam passado, antes do Brasil, por um processo de "germanização"[5]

[5] "Quando se debatera sobre a contratação de uma missão alemã durante o governo de Hermes, ele [o ministro da Guerra do governo Wenceslau Braz, José Caetano de Faria] se opusera 'tenazmente', e orgulhava-se de ter contribuído para abortá-la. Jactando-se da posição que assumira, apontou dificuldades que Argentina e Chile haviam enfrentado durante a guerra em consequência de seus oficiais terem absorvido o 'espírito germânico'" (MCCANN, 2007, p. 255). Para Nunn, franceses e alemães influíram comumente de alguma forma na modernização das forças armadas sul-americanas, "As French and Germans toiled in South America or worked with South America pupils in Europe, South American officers became more conscious of their own country, of the countries around them, and of the world across the Atlantic. The interlacing of military-civilian relations now assumed new dimensions as many South Americans (…), did not like what they saw about them at home and idealized what they saw in, or heard about, Europe. They absorbed the thought and self-perception of their instructors. Steeped in professional lore and beguiled by thoughts of military grandeur, Europeanized officers, often called *afrancesados* or *germanófilos* by their contemporaries, began to take themselves very seriously. And why not? They had come a long way since 1890" (NUNN, 1983, p. 41-42).

dos seus efetivos militares. Ainda que seja de interesse para estudos comparativos das instituições sul-americanas, esta é uma questão que requer maior elaboração.

Em um primeiro momento contrários à presença francesa, diversos quadros do Exército brasileiro, principalmente aqueles chamados de "jovens turcos"[6], desejavam a contratação de uma missão alemã.

> Era forte a motivação para a contratação de uma Missão estrangeira. Duas correntes se estabeleceram desde o início, uma favorável à missão de origem germânica e a outra à missão de origem francesa (…). O Barão do Rio Branco, na busca de um modelo para o nosso exército, como era natural, tinha que se inspirar no exército padrão da época, e por ele admirado durante seus três anos no desempenho de nossa representação junto à corte de Guilherme II, imperador da Alemanha (…). Era natural também fossem partidários convictos da contratação de uma missão solicitada ao governo alemão os oficiais distinguidos com a tarefa de estagiar no Exército germânico (MALAN, 1988, p. 39-40).

O fator francês, no entanto, já era uma marca da Primeira República. As experiências políticas do país europeu e a história política francesa pós-1789 foram extremamente influentes no Brasil, ao ponto de servirem como modelo para o próprio Estado brasileiro. Isso era evidente, sobretudo para os pensadores positivistas do início do século XX, como afirma José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*.

> O modelo da Terceira República, ou melhor, uma variante dele, chegou ao Brasil por intermédio principalmente dessa raça curiosa de pensadores que foram os positivistas, de aquém e além-mar. A transmissão foi facilitada pela estreita ligação que tinham os positivistas franceses com os políticos da Terceira República (…). Um dos pontos centrais do pensamento político dos positivistas, expresso na divisa 'Ordem e Progresso', era o mesmo de Benjamin Constant, isto é, tornar a República um sistema viável de governo (CARVALHO, 1990, p. 20).

Desse modo, o que desperta a curiosidade acerca de tal objeto histórico é a indagação sobre o grau de influência da Missão Militar Francesa de Instrução na formação ideológica dos integrantes do Exército brasileiro, muitos dos quais proporcionaram, na década de 1920, eventos como o tenentismo. Compreende-se que a missão francesa teve influência doutrinal nos quadros do Exército que por ela foram

[6] O título "jovens turcos" foi pejorativamente atribuído, por seus opositores, aos germanófilos do Exército brasileiro que estagiaram na Alemanha. O termo se remete à influência alemã, no final do século XIX e início do século XX, sobre quadros do Exército turco que contribuíram para a formação do regime republicano do país euroasiático. O primeiro presidente da Turquia foi Mustafa Kemal Atatürk (1881-1938), um dos principais expoentes dos "jovens turcos".

constituídos; especialmente durante as décadas de 1920 e 1930, época da sua atuação no Brasil e que, consequentemente, afetou a história do país ao longo do século XX.

* * *

As incursões históricas acerca das instituições políticas têm deixado de ser meramente uma compilação de fatos progressivos e a-históricos do passado. De maneira que, hoje, esse tipo de estudo proporciona uma visão crítica e problematizadora das instituições, bem como das interpretações historiográficas sobre elas.

No caso da história do Exército brasileiro, tal postura precisa ser reafirmada, não simplesmente por uma decisão partidária em relação ao tema, mas pela relevância que a instituição militar adquiriu ao longo da história republicana do país. Ou seja, realizar um debate histórico sobre o Exército brasileiro é mais do que um exercício de organização de dados da instituição, é uma forma de trazer à tona aspectos relevantes do seu passado, que permitem o aprofundamento das reflexões sobre a história do Brasil.

O desejo de pesquisar esse objeto não se deu de forma imediatamente objetiva. Após a conclusão do mestrado, com a dissertação *Cultura e política: a natureza da guerra moderna no pensamento de Carl von Clausewitz* (PUC-SP, 2008), sob a orientação do professor doutor Antonio Pedro Tota, a possível influência da doutrina clausewitziana no Exército brasileiro se mostrou um tema de interesse.

Para o estudo, eram necessárias referências bibliográficas que apresentassem uma introdução à história da instituição – a qual, destaca-se, requer mais reflexões –, a fim de minimamente contextualizar o objeto das inquietações suscitadas. Nesse sentido, teve-se acesso à obra de Frank D. McCann, *Soldados da pátria* (2007), que apresenta um substancioso panorama da história do Exército brasileiro, entre os anos de 1889 e 1937. Trabalho volumoso e bastante rico no que se refere às perspectivas de pesquisa da história do Brasil a partir da instituição; entre essas, a Missão Militar Francesa de Instrução que, a princípio, não se sobressaiu.

Na leitura da obra de McCann, porém, algumas questões começaram a surgir e aquele primeiro interesse – de saber se Clausewitz era ou não uma referência para o Exército brasileiro – foi posto de lado. No processo, outras indagações surgiram: "por que uma missão francesa e não americana, alemã ou inglesa?", "qual a necessidade de reformar o Exército brasileiro, uma vez que seu papel era, durante a primeira metade do século XX, de extremo destaque no cenário nacional?", "por que não seguir o caminho

do Chile e da Argentina, que estabeleceram uma germanização das suas instituições militares?".[7]

Em função de tal interesse, procurou-se desenvolver o levantamento de informações acerca das pesquisas realizadas sobre o mesmo objeto histórico[8], dada a importância que passou a ser conferida ao assunto. Foram encontrados dois trabalhos extremamente significativos, que tiveram grande influência nas considerações apresentadas neste texto. A tese de doutorado de Leonardo N. Trevisan, intitulada *As "obsessões patrióticas": origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (1993), e as reflexões de Manuel Domingos Neto, expostas em artigos como "Gamelin, o modernizador do Exército" (2007), "L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930)" (1980) e "A disputa pela missão que mudou o Exército" (2001), além da dissertação de mestrado e da tese de doutorado desenvolvidas pelo autor na década de 1970, em Paris.

Também o livro do general Alfredo Souto Malan[9], *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército brasileiro* (1988), conhecido por quase todos os pesquisadores do assunto, foi de suma importância para este estudo, ainda que de modo diferente das outras referências mencionadas. Não por ser melhor que as demais (ou pior). Tal juízo não vem ao caso. Mas por ser caracterizado como um documento. Um trabalho que representa a síntese da difícil mistura entre as demandas brasileiras e os interesses franceses na confecção de um Exército moderno. Portanto, o livro de Malan não serviu apenas como referencial bibliográfico a ser debatido nas páginas seguintes, sendo utilizado para fortalecer as opiniões defendidas aqui ou para ser alvo das críticas desta tese. Acima de tudo, foi objeto de análise (como será visto no capítulo 5).

* * *

[7] Poder-se-ia retomar a motivação inicial para discutir se houve ou não algum tipo de influência do pensamento de Clausewitz e do seu conceito de guerra no Exército brasileiro. Todavia, a questão não será debatida nesta pesquisa, pois entende-se ser extremamente árdua a jornada investigativa de interpretação e reflexão sobre o papel desempenhado pela Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, durante os anos de 1917 e 1927.

[8] O trabalho de McCann é bastante substancioso, como dito anteriormente, porém não aborda exclusivamente a Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro. O tema é um dos muitos objetos pesquisados pelo autor.

[9] O autor é filho do general Alfredo Malan D'Angrogne (1873-1932), que teve papel significativo na escolha e implementação da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro e desempenhou funções administrativas no governo federal, em especial no gabinete de João Pandiá Calógeras (1870-1934), primeiro ministro civil da pasta da Guerra e responsável pela escolha da missão francesa.

A história é aqui entendida como um campo de possibilidades de interpretação que, à luz das questões postas pelo historiador para suas fontes, se transforma em reflexão. Como pensa Certeau:

> O historiador se instala na fronteira onde a lei de uma inteligibilidade encontra seu limite como aquilo que deve incessantemente ultrapassar, deslocando-se, e aquilo que não deixa de encontrar sob outras formas. Se a 'compreensão histórica não se fecha na tautologia da lenda ou se refugia no ideológico, terá como característica (…) tornar pensáveis séries de dados triados (…) (CERTEAU, 2006, p. 92).

Tais dados, levantados e refletidos na sua quantidade e qualidade, fornecem a matéria-prima ao historiador: seu instrumento de alcance aos objetos que se prestam, não passivamente, à análise e à reflexão. O historiador que não percebe na produção material humana um universo fértil de múltiplas interpretações reduz a história a uma linha reta, harmoniosa e progressiva de acontecimentos, como se, kantianamente afirmando, houvesse algum fio condutor que – alheio à ação dos homens – pudesse se desenvolver sem qualquer sobressalto ou ruptura. É contra essa forma que se dá destaque às palavras de Le Goff.

> Porque em nosso mundo, onde muda a memória coletiva, onde o homem, o homem qualquer, diante da aceleração da história, quer escapar da angústia de tornar-se órfão do passado, sem raízes, onde os homens buscam apaixonadamente sua identidade, onde procura-se por toda parte inventariar e preservar os patrimônios, constituir bancos de dados, tanto para o passado como para o presente, onde o homem apavorado procura dominar uma história que lhe parece escapar, quem melhor do que a história que trata dele por inteiro, em sua duração secular, que o esclarece sobre as permanências e as mudanças, proporciona-lhe o equilíbrio entre os elementos materiais e espirituais, o econômico e o mental propõe-lhe opções sem impô-las. Sempre coube à história desempenhar um grande papel social, no mais amplo sentido (…) (LE GOFF, 1998, p. 51).

Emprega-se também a reflexão sobre a metodologia na abordagem da massa documental utilizada pelo historiador, quantitativa[10] e qualitativamente. "Todas as mudanças profundas da metodologia histórica são acompanhadas de uma transformação importante da documentação" (LE GOFF, 2003, p. 134). É evidente que Le Goff se

[10] A propósito da *história quantitativa*, ressalva-se que não se trata especificamente do que Le Goff aponta, e igualmente Furet (1995), como procedimentos dos dados históricos quantitativos ou estatísticos, ou mesmo da *história seriada.* Para Furet, no entanto, era possível outra situação: "(…) os dados da história quantitativa não remetem a um incompreensível corte externo do 'fato', mas a critérios de coerência interna: o fato não é mais um acontecimento selecionado porque esconde os tempos fortes de uma história cujo 'sentido' foi previamente definido, mas um fenômeno escolhido e eventualmente construído em função de seu caráter repetitivo; comparável, portanto, através de uma unidade-tempo" (FURET, 1995, p. 53).

refere à revolução documental, iniciada com a *Escola dos Annales*, que multiplicou o sentido do que é documento e ampliou as possibilidades de fontes para os historiadores. Contudo, pensa-se que a problematização e o alargamento das referências documentais não se restringem à adoção de outros materiais tidos como válidos para a pesquisa historiográfica. A própria abordagem dos documentos tradicionalmente preservados e disponibilizados pelas instituições de guarda de arquivos se modificou, assim como o respeito à integridade e à integralidade da informação da fonte foi mantido, desde o rigor cientificista dos historiadores positivistas, as lacunas, os silêncios e a própria crítica de tal tipo de documento passaram a ser mais notados. Nesse sentido, também escreveu Le Goff:

> Com a escola positivista, o documento triunfa. O seu triunfo, como bem exprimiu Fustel de Coulanges, coincide com o do texto. A partir de então, todo o historiador que trate de historiografia ou do mister de historiador recordará que é indispensável o recurso ao documento (…). Todavia, se a concepção de documento não se modificava, o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se. Em princípio, o documento era, sobretudo, um texto (…); [o] alargamento do conteúdo do termo *documento* foi apenas uma etapa para a explosão do documento, que se produziu a partir dos anos 1960 e levou a uma verdadeira *revolução documental* [grifo do autor]. Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar (LE GOFF, 2003, p. 529-531).

Pensa-se que é possível problematizar a história institucional e militar a partir dessa abordagem metodológica, inclusive tomando como referencial a massa documental mais convencional. Isso não invalida o debate. De fato, o enriquece. Pois compete ao historiador a mudança de perspectiva na sua interpretação[11] do documento, na conjugação com outros referenciais – documentais ou bibliográficos. Dessa forma, optou-se na presente tese por apresentar as fontes na sua forma quase bruta, para que sua interpretação e sua leitura, por quem quer que seja, tenha como interface de tal relação o próprio elemento de que se fez uso para as considerações que foram aqui alcançadas. Com isso, não se deu a reprodução *ipsis litteris*, palavra por palavra, de todos os documentos e referenciais bibliográficos citados. Até por uma questão de contingência, esse trabalho seria impensável. Mesmo assim, há longuíssimas passagens extraídas do *corpus* documental e do referencial bibliográfico consultados, tanto no

[11] Seguindo o que disse Gadamer, "falamos de interpretação quando o significado de um texto não é compreendido de imediato. Uma interpretação torna-se então necessária. Em outros termos, torna-se necessária uma reflexão explícita sobre as condições que levam o texto a ter esse ou aquele significado" (GADAMER, 2006, p. 19).

corpo do texto como nas notas de rodapé. O "estilo", portanto, foi deliberadamente escolhido para a redação da tese, o que, por vezes, pode transformar a leitura em algo um tanto maçante.

Fundamentalmente, entende-se aqui a história e o papel do historiador ao escrevê-la como amarrados pelos "cacos" que o passado preservou, de modo que a relação entre ambos não se desenvolve sempre apaixonadamente. Há momentos de separação e de busca de outras áreas que seduzem incessantemente o historiador em seu ofício, aliás, é recomendável que ele se envolva com elas. Contudo, o elemento documental não pode ser descartado em tempo algum, ainda que o historiador se afaste da própria história – sempre esporádica e momentaneamente. O elo entre o homem e o conhecimento se mantém e jamais se abandona a fonte documental, o que permite afirmar, com tranquilidade, que há um eterno retorno à história.

Os documentos utilizados nesta pesquisa se referem à produção oficial das instituições integrantes da admissão, criação e instalação da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, ou seja, são ofícios, cartas, relatórios, memorandos e decretos do poder executivo brasileiro (principalmente do antigo Ministério da Guerra) e dos Ministérios das Relações Exteriores e da Guerra da França. Foram investigados, igualmente, periódicos da época, em particular a revista *A Defeza Nacional*, e estudada a interpretação de outros quadros do Exército acerca da formação da missão e da sua atuação no Brasil. Acredita-se que, sem essa abordagem, poder-se-ia, de um lado, correr o risco de escrever uma história laudatória da missão e do Exército brasileiro durante os anos compreendidos pela investigação. Para isso, bastaria recorrer a dois nomes significativos, o general Meira Mattos e o marechal Lott[12], aceitando-se, com a

[12] "A Missão Militar Francesa chegou ao Rio de Janeiro no ano de 1920, composta de vinte oficiais, sob a chefia do General Maurice Gamelin, que durante a guerra fora chefe da 3ª Seção, Operações, do Estado-Maior do General Joffre, e também comandante de uma divisão de infantaria (o General Gamelin, vinte anos depois, foi comandante do Exército francês na II Guerra Mundial). Os oficiais da Missão foram distribuídos como assessores dos comandantes de nossos institutos de ensino militar: Escola de Estado-Maior, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola Militar de Realengo, Escola de Aviação Militar, Escola de Saúde e Veterinária, Escola de Equitação e Serviço de Intendência. Durante os dois decênios em que a Missão permaneceu no Brasil passaram pela sua Chefia ilustres generais franceses – Gamelin, Cofec, Paul Noël, Chadebec de Lavalade. Entre os coronéis que mais se destacaram citamos Beaudoin, Derougement e Jeanneaud, instrutor de aviação militar. O General Gamelin revelou-se um brilhantíssimo conferencista, conduzindo ele próprio cursos sobre Estratégia Geral e Estratégia de Napoleão. Em 1922, sob a elevada assessoria da Missão, o Exército brasileiro realizou sua primeira grande manobra estratégica, em Saicã, no Rio Grande do Sul, quando foram aplicados os conhecimentos modernos auridos da guerra europeia. O profícuo trabalho realizado pela Missão no Brasil, durante sua permanência, foi da maior importância para a profissionalização e modernização de nosso Exército e da nascente Aviação Militar. Todos os regulamentos de emprego das armas e dos serviços foram atualizados. As relações entre nossas forças militares se tornaram muito mais estreitas. Ao se retirar, em 1940, em razão da invasão da França pelo Exército alemão, legou-nos de herança um valiosíssimo patrimônio de

autoridade que tiveram, o relato dos bons serviços prestados pelos franceses. De outro lado, haveria a tentação de desconsiderar toda e qualquer importância da missão para a história militar brasileira, demolindo indícios da influência francesa na instituição brasileira. Dessa forma, procurou-se afastar da tese qualquer juízo de valor mais categórico.

Finalmente, a realização deste estudo seguiu o que Certeau entende como um duplo efeito da operação histórica.

> Por um lado, historiciza o atual. Falando mais propriamente, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicar a relação da razão reinante com um lugar próprio que, por oposição a um 'passado' se torna o presente. Uma relação de reciprocidade entre a lei e seu limite engendra, simultaneamente, a diferenciação de um presente e de um passado. Mas por outro lado, a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo que falta (CERTEAU, 2006, p. 93).

Em suma, a pesquisa oferece uma reflexão sobre a Missão Militar Francesa de Instrução, com o intuito de contribuir para o aprofundamento do debate historiográfico que envolve a história política do Brasil, suas representações e suas instituições, particularmente o Exército brasileiro.

* * *

A presente tese foi organizada em cinco capítulos, havendo ainda um texto de apresentação das considerações desenvolvidas, reunidas sumariamente ao término da tese.

O primeiro capítulo, "Desejos de modernidade: modernismo sem modernização do Exército brasileiro (1917-1920)", tem como recorte temporal os momentos que antecederam a chegada da Missão Militar Francesa de Instrução ao Brasil. O período

---

conhecimentos sobre a arte da guerra e operações militares" (MATTOS, 2005, p. 188-189). "A Missão Militar Francesa trouxe grandes modificações. Os franceses mandaram para o Brasil um grupo de oficiais de primeiro plano, chefiados pelo general Gamelin, que iria mais tarde exercer funções muito elevadas na Segunda Guerra. E havia outros bons instrutores, inclusive um outro oficial que encontrei depois, quando fui aluno da Escola Superior de Guerra em Paris. Até então nossa instrução deixava muito a desejar, porque não tínhamos experiência de guerra, a não ser essas lutas intestinas. Entretanto, com o aparecimento de novas armas, a estratégia e a tática haviam evoluído muito, de sorte que era preciso que tomássemos contato com essas novas ideias. E justamente para isso é que a Missão Militar Francesa serviu. Ela atuou em todas as escolas: havia professores na Escola de Estado-Maior, instrutores na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e alguns auxiliares na tropa, mas principalmente nas duas primeiras. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais instruía tenentes e capitães para que eles se preparassem melhor para o exercício de suas funções. E a Escola de Estado-Maior ensinava os futuros chefes e futuros oficiais de Estado-Maior. De sorte que a Missão Militar Francesa prestou excelentes serviços ao Brasil" (LOTT, 2002, p. 25).

agitado militarmente compreende o momento posterior à Guerra do Contestado, os instantes finais da Primeira Guerra Mundial, o contexto da Conferência de Paz em Paris e do Tratado de Versalhes, bem como a intensificação do debate acerca da "modernização" do Exército brasileiro, dentro da própria instituição e de setores do Governo e parlamento brasileiros.

Naquele momento, havia o desejo de modernidade, mas não se sabia ao certo como alcançá-la, tampouco se tinha uma ideia clara do que era ela. A primeira dúvida era: o Exército brasileiro deveria procurar um caminho seu, sem interferência externa ou o progresso somente se realizaria com o auxílio de nações que já estivessem em um estado avançado de desenvolvimento econômico, social e militar? Surgia, assim, uma segunda dúvida: vendo-se que a única forma de tirar o Exército brasileiro da sua condição obsoleta era ter apoio estrangeiro, qual deveria ser a nação a prestar esse serviço ao Brasil? Outras indagações se apresentavam: uma vez escolhida a nacionalidade daqueles que deveriam ajudar o Exército brasileiro a alcançar a modernidade, qual seria o nível de interferência estrangeira nos assuntos militares de interesse nacional? Como seriam recebidos esses estrangeiros? As relações seriam restritas ao âmbito da instrução ou os estrangeiros desempenhariam outras atividades?

Diante de tantas questões (além das demais que ainda surgiriam), uma abordagem mais complexa do assunto foi desenvolvida durante a reflexão apresentada no capítulo: havia de fato interesse na modernização do Exército ou, antes disso, havia a necessidade de uma mudança modernista na mentalidade militar brasileira?

Assim, a partir de conceitos fundamentais para esta tese, oriundos das problematizações acerca da modernidade latino-americana do antropólogo argentino Néstor García Canclini, como a distinção entre "modernismo" e "modernização" (ambos provenientes da ideia de modernidade) e da noção de "hibridação", procurou-se discutir – pensando-se nas vontades dos diversos sujeitos históricos envolvidos na definição da "missão estrangeira" que atuaria no Exército brasileiro – em que medida os desejos brasileiros de modernidade confluíram, não de forma pacífica, é bom frisar, para a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução, presente nestas terras desde 1920 (ou antes, tendo-se em conta a viagem do general Gamelin, primeiro chefe da missão, ao país ainda em 1919). Os franceses ficaram aqui até o final da década de 1930.

Devem ser destacados os jovens oficiais que, no final da primeira década do século XX, fizeram estágio no Exército alemão e trouxeram a inspiração germânica para a transformação do Exército brasileiro (os "jovens turcos"). Em 1913, fundaram a

importante revista *A Defeza Nacional*, na qual publicavam suas preocupações com as condições materiais e humanas do Exército, suas opiniões sobre o que deveria ser mudado na instituição e de que forma, bem como a tradução de artigos e regulamentos estrangeiros, majoritariamente alemães. Além dos jovens oficiais, três ministros da Guerra do governo brasileiro estiveram envolvidos na escolha da missão: os militares Caetano de Faria e Cardoso de Aguiar e o primeiro civil a ocupar o cargo no Brasil, João Pandiá Calógeras.

No segundo capítulo da tese, intitulado "Uma missão à francesa: a experiência do general Gamelin (1919-1924)", a partir das interpretações do primeiro chefe da Missão Militar Francesa de Instrução (visto aqui também como o mais importante personagem francês envolvido nessa história), são debatidas as contribuições ou não da missão para o desenvolvimento do Exército brasileiro.

É certo que o olhar de Gamelin é muito específico sobre os acontecimentos que o envolveram, e não poderia ser diferente, pois ele foi uma figura de destaque na Primeira Guerra Mundial, que veio ao Brasil trazendo os ensinamentos da sua vivência naquele imenso conflito. Assim, Gamelin não foi apenas um dos protagonistas daquele momento da história do Exército brasileiro e da missão, mas o homem incumbido de tentar aproximar Brasil e França em um estreito laço (militar, cultural e econômico), ampliando a influência da nação europeia no maior país da América do Sul, bem como tencionando diminuir a presença alemã no país – pois mesmo que a Alemanha estivesse enfraquecida após a guerra, era tida como a grande rival da França.

Dessa forma, a "missão de Gamelin" teve uma importância estratégica para os interesses franceses na região: encontrar outro mecanismo de construção da hegemonia política e cultural da França, através da "propaganda" militar da força vitoriosa do maior conflito até então da história da humanidade e, igualmente, ser um elo entre a produção industrial bélica francesa e o mercado brasileiro, "ávido" pelas modernas armas e equipamentos militares franceses. Contudo, tal relação não foi necessariamente benéfica para o Brasil, uma vez que a indústria militar nacional, não sendo objeto de investimentos, continuou incipiente até os últimos anos do Estado Novo.

Sobre o assunto, o entendimento de Frank McCann é que a relação comercial entre França e Brasil no setor de equipamentos militares foi uma das causas para o "atraso" da indústria nacional.

> A presença da missão francesa (e talvez, também dos americanos após a Segunda Guerra Mundial) pode ter retardado o desenvolvimento técnico do Exército brasileiro. Talvez pelo fato de estar muito preocupado em manter a lealdade das suas forças enquanto essas lutavam contra os rebeldes, o Estado-Maior praticamente deixou de fazer pesquisas para manter seu equipamento atualizado. As autoridades pareciam, segundo um observador estrangeiro [Cap. Hugh Barclay, 22 de novembro de 1926], 'inteiramente dispostas a aceitar o que a Missão Francesa sugira ou recomende' (MCCANN, 1982, p. 90-91).

Além das tarefas realizadas por Gamelin a serviço dos interesses franceses e brasileiros, pelos quais foi contratado, o capítulo discute a visão de mundo do militar francês e as relações de poder e conflito que o envolveram na sua estadia no Brasil. Para determinados segmentos mais conservadores do Exército brasileiro, Gamelin representava alguma ameaça, não porque trouxesse uma doutrina que necessariamente revolucionaria o comportamento do oficialato nacional e, portanto, os antigos quadros sofreriam com a rebeldia dos novos quadros (isso ocorreu, sim, talvez, por motivos hipoteticamente não atrelados à presença da missão) ou porque a disciplina e a hierarquia da cultura militar francesa eram observadas com rigor excessivo (tal consideração ainda se mantém no campo das hipóteses). A indisciplina era um problema que assolava o Exército brasileiro desde o século XIX e a vontade de mudar a instituição (e o país) era anterior ao debate acerca da contratação de uma missão militar estrangeira. Possivelmente, Gamelin era visto com certo temor uma vez que, no Exército brasileiro, havia setores partidários do modelo alemão ou outros mais "nacionalistas", bem como oficiais que viam nas atitudes da missão e do seu chefe alguma tentativa de intromissão nos assuntos de interesse e de defesa nacionais. Por certo, esta última percepção se fortaleceu no período posterior à saída de Gamelin do Brasil, quando seus sucessores, Coffec e Spire, sofreram algumas tentativas de limitação da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução.

Assim, o capítulo seguinte, "Da sucessão de Gamelin à criação do Conselho de Defesa Nacional (1924-1927)", aborda os últimos momentos de maior importância – no entendimento desta tese[13] – da participação dos instrutores franceses na transformação

[13] Esta não é uma compreensão unânime dos estudos sobre a Missão Militar Francesa de Instrução. Bellintani (2009) – que realizou talvez a pesquisa de maior fôlego sobre o assunto, com um levantamento extraordinário de documentos – defendeu a ideia de que os primeiros anos da missão foram os de menor importância para a reorganização do Exército brasileiro. Em sua tese de doutorado, escreveu: "na primeira década de funcionamento da MMF (1920-1930), a equipe de serviços contratados foi utilizada especialmente na instrução militar e como órgão de consulta, não exercendo influência direta na organização do Exército. Por dez anos, a missão restringiu-se, assim, à mera função de conselheira do Estado-Maior do Exército (…). A principal contribuição da MMF, nesse primeiro período, é a reformulação da doutrina militar com a introdução de novos valores (…)" (BELLINTANI, 2009, p. 541).

do Exército brasileiro, não do ponto de vista material, mas da mentalidade do oficial do Exército brasileiro (pelo menos no sentido normativo da instituição; certamente, não dos grupos políticos rebeldes que surgiram no Exército).

O capítulo apresenta uma discussão sobre aqueles que foram considerados, nesta tese, como os principais legados da Missão Militar Francesa de Instrução após Gamelin deixar a chefia da missão, bem como sobre a forma de apropriação e tradução que os oficiais brasileiros efetuaram, no âmbito institucional, dos ensinamentos franceses nas suas práticas e ideias. São debatidas também as relações políticas e intelectuais entre os oficiais brasileiros e franceses destacados no contexto – o qual, no entendimento desta pesquisa, precedeu o declínio da influência francesa.

Do lado francês, os dois sucessores de Gamelin, entre 1924 e 1930, os generais Coffec e Spire, em documentação das suas lavras, demonstraram o processo de encolhimento da participação da missão na transformação do Exército brasileiro (ainda que, a partir de 1924, a Escola Militar do Realengo tenha passado a ser dirigida pelos franceses e a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, tenha recebido enorme influência da doutrina francesa, como foi possível observar na leitura dos documentos e da bibliografia consultados). Do lado brasileiro, o período foi marcado pela atuação do general Tasso Fragoso (chefe da junta provisória do governo brasileiro, após a deposição de Washington Luís da presidência da República, entre 24 de outubro e 2 de novembro de 1930) à frente do Estado-Maior do Exército e, também, pela formação do general Góes Monteiro, que combateu a rebeldia no Exército brasileiro e teve participação importante nas Revoluções de 1930 e de 1932 (nesta última, na luta contra os revolucionários), tendo contribuído sobremaneira no desenvolvimento de um pensamento sobre a segurança nacional, principalmente, durante o período em que foi ministro da Guerra do governo de Getúlio Vargas.

Nesse sentido, as páginas do referido capítulo exibem uma tentativa de demonstrar que, no recorte temporal selecionado, os fundamentos do que viria a ser o conceito de defesa nacional foram se constituindo e isso se deu nos movimentos de aproximação e afastamento entre os oficiais brasileiros e franceses. O que não significa afirmar que o projeto desenvolvido na década de 1930, de certa noção de defesa dos interesses nacionais, para proteção do país contra as ameaças externas e internas, fosse inteiramente definido pela doutrina dos franceses, mas certamente as proposições instruídas pelos missionários ressoaram na composição da nova mentalidade militar brasileira – em termos institucionais. Igualmente, a maneira como os quadros da

intelligentsia do Exército brasileiro as incorporaram talvez indique algum caminho para a ampliação do debate sobre a história do Exército, bem como sobre a política brasileira no século XX.

O quarto capítulo, "Notas francesas dos anos dourados da missão", é uma avaliação ou um balanço, do ponto de vista francês, da experiência da Missão Militar Francesa de Instrução e da forma como os franceses compreenderam o Brasil, sua sociedade, sua cultura e, ainda, do envolvimento ou não desses sujeitos nos acontecimentos políticos do período estudado e delimitado por esta tese para a discussão acerca da atuação da missão. Com isso, é necessário afirmar que não se pretendeu cotejar o que era o Exército brasileiro antes e depois da chegada dos missionários e da implantação ou não das suas teorias e dos seus valores. A perspectiva adotada para a análise da relação entre franceses e brasileiros é explicitada, como comentado anteriormente, no primeiro capítulo desta tese, uma vez que a noção de "processos de hibridação" – basilar nesta reflexão – leva a uma dimensão de encontro entre os desejos brasileiros de modernidade e o modelo francês, na qual não é possível destacar com precisão o que é puramente brasileiro ou francês.

Para toda e qualquer comparação dessa natureza, caso haja o desejo de fazê-la, podem ser consultadas diversas obras da literatura militar brasileira sobre o assunto. Tendo em vista uma perspectiva mais panorâmica da história do Exército, recomenda-se o livro *A evolução militar do Brasil*, de João Batista de Magalhães, militar e estudioso da história militar mundial e do Exército brasileiro. No que se refere ao desenvolvimento da estrutura de ensino e dos currículos escolares da formação do oficial brasileiro, sugere-se a leitura da obra *A formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*, do também militar e pesquisador Jehovah Motta.

Sobre as avaliações feitas pelos franceses, além daquelas que apresentam a percepção de significativos momentos políticos da história brasileira (como o movimento tenentista e suas manifestações nas Revoluções de 1922 e, principalmente, de 1924), são destacadas as expectativas para os trabalhos da missão no Brasil e a possibilidade de aprendizado que se poderia ter com ela, para empreitadas futuras ou para a correção de certas práticas adotadas em outros lugares. Nessa abordagem, houve a apropriação das noções de "espaço de experiências" e de "horizonte de expectativas", categorias próprias da história dos conceitos.

Como escreveu Reinhart Koselleck:

> A aplicação histórica de nossas duas categorias meta-históricas forneceu uma chave para reconhecermos o tempo histórico, particularmente o nascimento daquilo que recebeu o nome de modernidade, como algo diferente dos tempos anteriores. Com isso, ao mesmo tempo ficou claro que nossa suposição antropológica, isto é, a assimetria entre experiência e expectativa, era um produto específico daquela época de brusca transformação em que essa assimetria foi interpretada como progresso. Nossas categorias, na verdade, oferecem algo mais do que um modelo de explicação para a gênese de uma história progressiva, que foi conceitualizada pela primeira vez sob a forma de 'tempos modernos'. Elas nos remetem também à parcialidade das interpretações progressivas. Pois evidentemente só se pode reunir experiências porque – como experiências – elas podem ser repetidas. Portanto, também devem existir estruturas da história, estruturas formais e de longo prazo, que sempre de novo nos permitam reunir experiências. Mas então também deve ser possível superar a diferença entre experiência e expectativa, a ponto de a história poder novamente ser ensinada. A História só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber onde as estruturas duradouras se ocultam. Também estas precisam ser buscadas e investigadas, se quisermos que as experiências históricas sejam traduzidas para uma ciência da história (KOSELLECK, 2006, p. 327).

O quinto e último capítulo da tese, "Olhar brasileiro, mentalidade franco-brasileira: o livro de Malan", é um exercício de reflexão sobre a produção de um material historiográfico da história da missão francesa. Independentemente dos juízos de valor sobre a qualidade da obra *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro* (entende-se aqui que é um material importante), do general Alfredo Souto Malan – filho do adido militar brasileiro na França que ajudou nos trâmites da contratação dos instrutores franceses, general Alfredo Malan D'Angrogne –, a discussão sobre o envolvimento afetivo daquele que vive a história que escreve, na visão apresentada por esta pesquisa, parece ser uma das mais importantes análises da historiografia contemporânea.

Nomes de peso como Paul Ricoeur, Hayden White, Carlo Ginzburg, Giorgio Agamben, por exemplo, se envolveram em tal debate, tendo como objeto fundamental a possibilidade de narrativa das testemunhas do holocausto (shoah) judaico durante a Segunda Guerra Mundial. Os limites da ética e da tolerância foram reposicionados no sentido de buscar – e não necessariamente encontrar – o que, ao seu modo, Ginzburg identificou como "princípio de realidade" (GINZBURG, 2007). Sem a dramaticidade do tema desenvolvido por esses expoentes do pensamento ocidental contemporâneo, tomou-se emprestada a tessitura de algumas reflexões a fim de tentar, de alguma maneira, inserir também, na discussão historiográfica sobre a história militar brasileira, o elemento fundamental do pensamento hermenêutico contemporâneo sobre a impossibilidade de qualquer tipo de imparcialidade em relação ao objeto de estudo e a

compreensão de que o necessário posicionamento do historiador não macula sua pesquisa, mesmo quando não está afastado temporal e emocionalmente do seu objeto, pois, no limite, sempre há algum tipo de ligação entre o historiador e o objeto pesquisado. Em suma, sempre há a necessidade de alguma tradução, de alguma interpretação, mesmo daquele que teve certa experiência e depois produziu sua narrativa.

Por fim, a tese apresenta uma retomada das principais conjecturas suscitadas e verificadas e opiniões expostas ao longo de todos os capítulos.

CAPÍTULO 1

DESEJOS DE MODERNIDADE: MODERNISMO SEM MODERNIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (1917-1920)

O presente capítulo aborda os momentos que antecederam o início da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, mantida entre as décadas de 1920 e 1930, e analisa o desenvolvimento da instituição militar, problematizando a avaliação estabelecida pelo Ministério da Guerra (exposta nos seus relatórios, entre 1917 e 1920) e por setores do Exército sobre a necessidade de modernização das Forças Armadas brasileiras. Para tanto, são apresentadas, inicialmente, as ideias de Néstor García Canclini sobre o modernismo e a modernização na América Latina, a fim de discutir os processos de formação social, intelectual e estética e as relações entre a cultura hegemônica europeia e as demandas culturais locais latino-americanas, no final do século XIX até meados do século XX. Tais conceitos são adotados na interpretação do desenvolvimento do Exército brasileiro.

Posteriormente, são analisados relatórios do Ministério da Guerra do Brasil e relatórios e ofícios do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Guerra da França, entre 1917 e 1920, quando ocorreu a escolha da Missão Militar Francesa de Instrução, com o propósito de instruir e profissionalizar o Exército brasileiro. Também é investigado o posicionamento da revista *A Defeza Nacional* – integrada inicialmente por jovens oficiais que desejavam modernizar o Exército –, a partir de editoriais e artigos publicados no período compreendido entre 1913 e o começo dos trabalhos da missão francesa.

* * *

"A América Latina teve um modernismo exuberante e uma modernização deficiente". Essa consideração inicia o capítulo "Contradições latino-americanas: modernismo sem modernização?" do livro *Culturas híbridas*, do antropólogo argentino Néstor García Canclini. A obra de Canclini – bastante conhecida nos meios acadêmicos brasileiros – discute processos de encontro entre culturas diferentes, por vezes em conflito, tendo como categoria de análise o conceito de hibridação, desenvolvido pelo próprio antropólogo. Para a edição de 2001 de *Culturas híbridas* (a primeira edição é de

1989), Canclini redigiu um texto de introdução que buscou não apenas recuperar a discussão, a adoção e a crítica acadêmicas da sua obra (estabelecidas no período de pouco mais de 10 anos, entre a primeira edição e aquela de 2001), mas, sobretudo, reforçar sua convicção na teoria que tão bem desenvolvera.

Como o debate acerca do trabalho de Canclini foi extremamente profícuo durante a última década do século XX e ainda hoje ecoa no cenário intelectual latino-americano, o autor se sentiu obrigado a esclarecer algumas interpretações provenientes da conceituação da noção de hibridação ou de processos de hibridação. Canclini destaca a atual pertinência de pensar sobre composições culturais distintas e envolvidas em relações de poder para compreender a singularidade de determinados quadros socioculturais, bem como perceber as forças políticas e econômicas e os papéis que desempenham no contexto de formação das identidades e diferenças culturais de sociedades historicamente colonizadas; as quais, mesmo ao alcançar sua autonomia política, de alguma forma, se mantiveram dependentes (econômica ou "culturalmente"). Contudo, uma das premissas de Canclini é desconstruir visões estereotipadas e sedimentadas de transposições mecânicas de modelos culturais europeus para as ex-colônias, entre elas as colônias latino-americanas (ele utiliza o termo transplante ao se referir às análises que reduzem, por exemplo, a modernidade latino-americana a uma cópia imperfeita ou mesmo mal-acabada da modernidade europeia). Como contraponto dessa leitura da formação das identidades culturais de sociedades não hegemônicas, Canclini adota seu conceito de hibridação.

Em um trecho da introdução de 2001, o autor descreve o que entende por processos de hibridação de maneira categórica, pelo menos como uma primeira definição, a fim de dirimir interpretações açodadas ou equivocadas que poderiam ser feitas. O antropólogo argentino compreende por "hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada se combinam para gerar novas estruturas objetos e práticas. Cabe esclarecer que as estruturas chamadas discretas não podem ser consideradas fontes puras" (CANCLINI, 2008, p. xix). Ao fim da introdução, Canclini também reforça os objetivos que pretendeu alcançar com a obra, revelando que, teoricamente, defende uma visão mais móvel e menos limitada dos processos históricos de formação das diferentes culturas contemporâneas.

No que concerne especificamente ao capítulo sobre as contradições latino-americanas, em que aponta um processo histórico assimétrico entre a gênese de uma

elite intelectual e artística moderna e o atraso do desenvolvimento socioeconômico das condições materiais de existência, Canclini extrai da noção de modernidade[14] dois outros conceitos não necessariamente complementares: modernismo e modernização.[15]

O primeiro conceito entende se tratar da formação cultural de diversos grupos humanos que adotam os valores filosóficos e estéticos do projeto iluminista e das transformações históricas ocorridas mais intensamente ao longo do século XIX e manifestam a absorção desses elementos não somente na tentativa de reproduzi-los tais como foram concebidos pelas vanguardas artísticas e acadêmicas (europeias e estadunidenses), mas na sua ressignificação, contextualizados na realidade local dos diferentes sujeitos que os incorporaram. "Em nenhuma dessas sociedades [latino-americanas], o modernismo foi a adoção mimética de modelos importados, nem a busca de soluções meramente formais" (CANCLINI, 2008, p. 83).

Do segundo conceito pode-se depreender que, com o advento de novas técnicas de produção, a formação de novas classes sociais e a ampliação da quantidade de mercadorias em circulação, as relações políticas, econômicas e jurídicas entre os diversos agrupamentos humanos foram transformadas e mediadas em novas conjunturas e dinâmicas sociais. Em suma, por modernização entende-se um "progresso" no sentido material dado a ele. Sendo assim, se constituíram na América Latina, apesar do fraco avanço econômico (com exceção de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Cidade do México, talvez), entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, elites intelectuais e artísticas, muitas vezes provenientes das antigas oligarquias, que mantiveram seus privilégios políticos e econômicos na perpetuação de um quadro social não muito diferente daquele do período colonial; ou seja, não se modernizaram, ainda que muitos membros das classes elevadas defendessem valores aparentemente contraditórios ao seu modo de vida.[16]

---

[14] Para uma definição filosófica de modernidade, utiliza-se a consideração de Habermas ao abordar a reflexão hegeliana do termo: "um presente que, a partir do horizonte dos 'novos tempos', se compreende a si próprio como a actualidade da época mais recente, tem de assumir, como uma *renovação contínua*, a cisão que esses novos tempos levaram a cabo com o passado" (HABERMAS, 1998, p. 18).

[15] A dicotomia também pode ser encontrada em textos anteriores ao de Canclini, como no artigo de Perry Anderson "Modernity and Revolution" (*New Left Review*, n. 144, mar./abr. 1984) e no livro de Marshall Berman, *All that solid melts into air*. "Current thinking about modernity is broken into two diferent compartments, hermetically sealed off from one another: 'modernization' in economics and politics, 'modernism' in art, culture and sensibility" (BERMAN, 1988, p. 88).

[16] "Se o modernismo não é a expressão da modernização socioeconômica mas *o modo como as elites se encarregam da intersecção de diferentes temporalidades históricas e tratam de elaborar com elas um projeto global* [grifo nosso], quais são essas temporalidades na América Latina e que contradições seu cruzamento gera? Em que sentido essas contradições entorpeceram a realização dos projetos emancipador, expansionista, renovador e democratizador da modernidade?" (CANCLINI, 2008, p. 73).

Contudo, Canclini não se limita a apontar tais fenômenos. O autor se debruça sobre o processo histórico de hibridação na formação do modernismo cultural latino-americano, como expressão das singularidades artísticas locais (os modernismos brasileiro, mexicano, argentino etc.) e, igualmente, sobre o desenvolvimento social e econômico da região com o crescimento da indústria cultural, a partir da segunda metade do século XX e a absorção de camadas populares nesse universo desde seu ingresso no âmbito do consumo capitalista. Evidentemente, a assimetria não foi solucionada, nem mesmo é possível afirmar que as estruturas sociais arcaicas de poder desapareceram, todavia diluíram-se criando novas formas de relação entre os diferentes grupos econômicos. No caso do modernismo brasileiro, Canclini dialoga diretamente com os trabalhos de Renato Ortiz (mais pontualmente, *A moderna tradição brasileira*)[17] e de Roberto Schwarz (notadamente, o ensaio "As ideias fora do lugar").

A categorização de Canclini é profícua, mesmo que voltada a um assunto aparentemente "cultural". Entretanto, no sentido de ampliá-la, pode-se concebê-la, acima de tudo, não como um modo específico de análise da cultura, tomando esta apenas como uma noção convencional e reflexa do senso comum e que remeter-se-ia a um conjunto de valores exclusivos e sedimentados de determinado grupo humano. Mesmo se o sentido de cultura fosse apenas isso, não seria limitado a ponto de não servir para outras abordagens.

Doravante, apropriar-se-á da proposição teórica de Canclini para a reflexão – por que não? – sobre as instituições políticas. Pode-se incorrer no equívoco de entender *a priori* que todas as instituições políticas tiveram historicamente a função de conservação do *status quo* – o que é verdade em teoria, mas não de acordo com os acontecimentos. O Exército brasileiro, por exemplo, atuou como força de transformação em diversos momentos da história republicana brasileira e desejou, ao longo das décadas de 1910 e 1920, constituir-se como força de transformação também das condições reais de

[17] Em outra obra, *Cultura e modernidade*, ao analisar a França do século XIX, Renato Ortiz apresenta em sua "digressão" algo que é útil para pensar a noção de modernidade no Brasil, sobre a qual Canclini desenvolveu algumas reflexões. Para Ortiz: "a modernidade é um modo de ser, uma sensibilidade. Em termos antropológicos ela é uma cultura, uma visão de mundo com suas próprias categorias cognitivas (…). As transformações políticas, no caso a Revolução Francesa, principalmente a Revolução Industrial, desempenham papéis fundamentais nessas mudanças. A ruptura das fronteiras sociais, dos privilégios estatutários, o surgimento da cidadania, são elementos cruciais para a consolidação desta sociedade historicamente determinada. A organização social torna-se menos fechada, menos localizada, expandindo sua abrangência a diferentes domínios da vida: mobilidade de talentos, da moda, do consumo, da locomoção. A sociedade do Antigo Regime se circunscrevia às múltiplas partes que a constituíam, limites que impediam a liberdade de fluxo de um lado para outro. O homem moderno, ao se erigir enquanto indivíduo livre, conquista seus direitos e circula agora sem mais ser tolhido por constrangimentos de natureza estamental" (ORTIZ, 1998, p. 263-264).

existência do país, lutando por sua própria mudança rumo à modernidade. Porém, não conseguiu eliminar internamente a permanente presença das forças oligárquicas e as relações arcaicas de poder e, externamente, tornar-se independente da economia industrializada da Europa e dos Estados Unidos da América, perpetuando, assim, a mesma relação metrópole-colônia das macrorrelações políticas e econômicas do imperialismo do século XIX.

Com a adoção dessa dicotomia – modernismo e modernização, uma vez que há no interior da modernidade a possível separação – na análise do desenvolvimento do Exército brasileiro, espera-se apresentar alguma novidade à discussão acerca da história política nacional, abordando o debate sobre a modernização do Exército brasileiro em termos diferentes daqueles que, em geral, são utilizados. Entretanto, a adoção não pode ocorrer de maneira mecânica sem nuançar os objetos a serem pensados por essas categorias de análise, uma vez que a ideia de modernismo é aplicada, até então, aos movimentos estéticos e a de modernização aos processos de transformação política e econômica. Entende-se aqui, destarte, modernismo como o desenvolvimento de uma nova mentalidade, aberta ao futuro, que busca romper com a tradição, mas não esquece os signos identitários que lhe dão sentido: o povo, os valores, a língua, o território e as heranças das culturas que formaram este ou aquele grupo humano. Em suma, é possível existir uma mentalidade modernista em uma sociedade ou em uma instituição não modernizada: modernismo sem modernização.

Há vasta bibliografia que discorre sobre os eventos históricos de formação moderna do Exército brasileiro, não obstante, ora opera a partir de leituras empíricas/utilitaristas (quais foram os resultados "concretos" dessa modernização?), ora ideológicas (quais são as doutrinas modernas que o Exército brasileiro adotou durante o processo modernizante?). Sem dúvida, as obras fomentaram a reflexão sobre a história política e social do Brasil e, igualmente, contribuíram para o entendimento da formação de uma atividade tão significativa para as sociedades ocidentais, como a atuação militar. Contudo, os esforços empreendidos nessa indústria não parecem fugir de duas possibilidades de interpretação: houve alguma modernização material ou alguma mudança de doutrina, quiçá, de mentalidade voltada à modernidade?

Entre os eventos debatidos acerca dos processos modernizadores do Exército brasileiro, como as reformas no ensino militar de 1905, 1908, 1913, 1918 e 1919[18],

[18] O livro de Jehovah Motta, *A formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944* (2001), apresenta um excelente retrato das reformas.

encontra-se a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, nas décadas de 1920 e 1930.[19]

A influência francesa na América Latina, segundo Denis Rolland, teve um momento de crise em meados do século XX[20], sendo substituída gradualmente pela presença estadunidense. Durante esse processo, interpretado por Rolland como "crise do modelo francês", porém, se destacou a presença francesa na transformação modernizante do Exército brasileiro, tanto no que se refere à doutrina militar, à organização da instituição, à profissionalização e à racionalização quanto à aquisição de equipamentos provenientes das indústrias francesas. Em suma, coube à Missão Militar Francesa de Instrução a tarefa de levar as forças armadas ao patamar de instituição moderna, durante os 20 anos da sua atuação.

Compete à presente pesquisa, portanto, analisar a demanda brasileira por esse processo, não necessariamente de matriz francesa, que foi proporcionado, a partir de 1920, em boa medida, pelas transformações instituídas pela missão, bem como o estado de temas pertinentes ao Exército brasileiro antes da vinda dos franceses.

A Missão Militar Francesa de Instrução chegou, de fato, ao Brasil em março de 1920[21], sendo integrada por 24 oficiais e tendo como líder o general Maurice Gamelin.[22] Segundo Domingos Neto:

---

[19] "(…) après 1930 (…) l'armée brésilienne était déjà une armée modernisée; les officiers formaient um corps plus homogène sur tout ce qui touchait le fonctionnement interne de la corporation" (DOMINGOS NETO, 1980, p. 56).

[20] "Desde antes do fim da primeira metade do século XIX e até o começo do século seguinte, a França é onipresente na América Latina no discurso e em toda a esfera (…). Quase todo o subcontinente latino, à exceção do Brasil, seguiu uma passagem à modernidade política, uma via de ruptura que colocou os novos estados, em matéria de referência, na vassalagem da Revolução Francesa (…). Da alvorada do século até a Segunda Guerra Mundial, afirma-se a lenta retirada da influência e dos interesses franceses na América Latina" (ROLLAND, 2005, p. 18, p. 25).

[21] O decreto 3415, de 29 de janeiro de 1919, definiu a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução do Exército brasileiro – ou seja, voltada especialmente para o ensino militar. Antes, o decreto legislativo 3674, de 7 de janeiro de 1919, já sugeria a contratação de uma missão estrangeira para os cursos na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. O decreto 3741, de 28 de maio de 1919, autorizou, segundo o vice-presidente Delfim Moreira, a contratação na França de uma missão militar. Em 8 de setembro, ocorreu a assinatura do contrato, que tratava, primordialmente, das seguintes reformas no ensino militar, com a criação de cinco cursos: *Cursos d'arma* (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia), a serem realizados na EAO; *Cursos de aperfeiçoamento d'arma*; *Cursos técnicos de artilharia e engenharia*; *Curso de estado-maior*; e *Curso de revisão*. Havia, também, desde 1918, uma missão francesa para auxiliar na formação da aviação de guerra brasileira e, juntamente com a missão contratada em 1919, foram incorporados cursos de veterinária, administração e aperfeiçoamento para sargentos. Além disso, existia um apontamento genérico para aquisição de material bélico. Acreditava-se que, com uma educação militar moderna do oficial, este e, consequentemente, o próprio Exército se modernizariam. O modelo adotado somente poderia ser o europeu, mas não se tratava apenas de transplantá-lo na instituição brasileira; como se verá destacado na visão de Caetano de Faria, era necessário transformar o modelo, pois o Exército brasileiro (e sua história), evidentemente, não era europeu. Em janeiro de 1919, o general Maurice Gamelin conheceu o ministro da Guerra brasileiro Cardoso de Aguiar e visitou as unidades do Exército no Rio de Janeiro.

> A chegada do general Maurice Gamelin à frente de uma missão oficialmente encarregada de instruir o Exército resultou de mais de 20 anos de negociações diplomáticas, de entendimentos visando a superar a resistência de oficiais brasileiros avessos a reformas e de acirradas campanhas de imprensa. Neste quadro, não faltaram intrigas, dissimulações, chantagens e suborno. Os concorrentes orquestravam todo tipo de manobra tentando classificar-se e desfazer seus competidores. A eclosão da Primeira Guerra Mundial, absorvendo inteiramente militares e diplomatas das grandes potências, assim como a capacidade produtiva das indústrias de armamento, arrefeceria a disputa. Antes de encerrado o conflito, o jogo seria retomado, com resultado favorável à França (DOMINGOS NETO, 2001, p. 197).

Foram inauguradas, a partir de então, cinco escolas no Rio de Janeiro, sob a supervisão de Gamelin: a Escola de Estado-Maior e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em abril de 1920; a Escola de Aviação, em maio de 1920; a Escola de Veterinária, em junho de 1920; e a Escola de Intendência, em outubro de 1920.

Não obstante, a presença francesa no Exército brasileiro era notada desde a primeira década do século XX. Primeiramente, por um dado elementar, desde 1906, havia uma missão francesa de instrução da Força Pública do Estado de São Paulo, que

[22] "Em dezembro de 1918, Cardoso de Aguiar solicitou ao adido militar brasileiro, coronel Malan d'Angrogne, a indicação de um general francês para dirigir a missão projetada. Malan sonda o Marechal Joffre, e surge então o nome de Maurice Gustave Gamelin. Esse oficial atendia à expectativa brasileira e aos requisitos estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército francês para a escolha do chefe da Missão Militar Francesa. Seria difícil encontrar na França alguém com currículo mais apropriado: Gamelin provinha de uma família de militares e seu pai gostava de afirmar que, desde o reinado de Luís XV, sempre houvera um general entre seus membros empenhado na ampliação do poderio francês. Segundo seu biógrafo, Pierre le Goyet, desde o curso de Estado-Maior, Gamelin manifestara o desejo de trabalhar fora do território metropolitano, revelando completa assimilação da natureza imperialista do Estado a que servia. Dirigindo uma missão no maior país da América Latina, o jovem general preservaria a longa tradição familiar (GOYET, 1975, p. 19). Além disso, ganharia pontos importantes em sua ascensão hierárquica (…). Em Saint-Cyr, a prestigiada escola francesa de formação de oficiais, obtivera o primeiro lugar numa turma de 499 alunos [segundo Alexander (1992), a turma era composta de 449 e não 499]. Logo em seguida, enviado à Tunísia e à Argélia, deixara sempre a melhor impressão em seus comandantes. Como capitão, apresentara bom desempenho na Escola de Guerra, que preparava oficiais de Estado-Maior, obtendo as seguintes observações ao final do curso (…). Aos 48 anos, Gamelin acumulara experiência como oficial de Estado-Maior e, em seguida, como chefe de gabinete e confidente do Marechal Joffre, um dos mais famosos comandantes franceses durante a Primeira Guerra Mundial. Gamelin ascendera rapidamente na hierarquia por conta do seu desempenho comandando uma divisão de infantaria numa guerra devastadora. Cedo, firmara reputação de homem culto, com pendor para a discussão filosófica; era reconhecido como excelente instrutor. Das muitas observações sobre seu desempenho profissional, uma delas, assinada por Joffre, dá a medida das expectativas do alto comando francês sobre sua carreira: 'Ele foi para mim o colaborador mais precioso que pudesse desejar, jamais tendo fraquejado. Participando dos trabalhos do Centro de Altos Estudos, mostrou alta cultura militar e rápida concepção das situações mais difíceis. No interesse do Exército, deve ser promovido o mais rapidamente possível' (GOYET, 1975, p. 19). No segundo semestre de 1918, Gamelin negociaria os detalhes do contrato da Missão Militar Francesa diretamente com o ministro da Guerra brasileiro, Cardoso de Aguiar, decididamente empenhado na remodelação do Exército" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 226-228).

representava, em termos concretos, um "pequeno exército"[23] dessa unidade da federação brasileira.[24] Em segundo lugar, por haver forte desejo de modernização do Exército brasileiro durante o período em que o marechal Hermes da Fonseca exerceu o cargo de ministro da Guerra no governo do presidente Afonso Pena.

Nesse sentido, o governo francês pleiteava acordos militares que favoreceriam tanto a indústria do seu país – pois poderiam contribuir para a diminuição do comércio bélico que existia entre Brasil e Alemanha e aumentar a importação de equipamentos franceses – quanto o alargamento da influência francesa na América Latina; tendo no Brasil, talvez, seu principal aliado contra a presença alemã na região[25] (uma vez que missões alemãs já haviam realizado o trabalho de modernização dos exércitos chileno e argentino, este último, principal rival do Brasil na região, pelo menos segundo o senso militar nacional da época).

Para o Brasil, a vinda de uma missão estrangeira – segundo aqueles que viam a modernização do Exército brasileiro como o caminho para a nação se tornar um Estado sólido e autônomo de fato – era o único meio de retirar a instituição da condição precária em que se encontrava.[26]

---

[23] "De fato, a contratação da Missão Francesa deve ser referida ao contexto político de um federalismo que se tornara regionalista. Em 1909, Albuquerque Lins refere-se a esta força nos seguintes termos [em Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1909, p. 416]: 'O valor da Força Pública, comparável hoje a um pequeno exército, distinguindo-se pela compostura, disciplina e resistência (…)'. E é como 'pequeno exército' que se aperfeiçoaria a Força Pública. Até 1930 esta terá melhoramentos contínuos desde prédios, armamentos, meios de locomoção, assistência médico-hospitalar, canil, pombal, telégrafo, artilharia e, inclusive, uma esquadrilha de aviação" (PINHEIRO et al., 2006, p. 273).

[24] Sobre a história da Força Pública do Estado de São Paulo e a missão francesa que a instruiu no início do século XX, há o excelente trabalho de Heloisa Rodrigues Fernandes, intitulado *Política e segurança* (1973).

[25] "Quando recomeçam, depois da Primeira Guerra Mundial, as viagens dos latino-americanos à França mudaram de perfil. Não são mais o apanágio, principalmente das elites econômicas ou sobretudo políticas, como era o caso frequente no fim do século XIX. São sobretudo os membros das elites literárias ou artísticas que atravessam o Atlântico (…). É verdade que a viagem não se tornou somente propriedade das elites literárias ou artísticas: militares latino-americanos ainda são por vezes treinados juntamente com os militares franceses. Mas a concorrência alemã já era clara desde a década de 1890, e não foi completamente interrompida pela guerra. A formação francesa é realizada principalmente na própria América Latina, no âmbito de missões militares, uma vez que as escolas militares francesas são pouco abertas aos latino-americanos" (ROLLAND, 2005, p. 169-171).

[26] Antes dos impulsos modernizantes, o Exército era tido pelo senso comum – e também internamente – como uma instituição precária de recursos humanos. Primeiramente, porque o recrutamento, em geral, incluía indivíduos pouco aptos ao serviço militar e, na maioria dos casos, provenientes das classes pobres. Em segundo lugar, porque a Guarda Nacional recebia os filhos da elite que pretendiam alguma carreira como oficiais, mas sem os dissabores do Exército (a Guarda Nacional foi extinta em 1918). José Murilo de Carvalho cita o relato de Leitão de Carvalho, na década de 1910, para reforçar a visão de que o Exército brasileiro estava estagnado em função das suas principais fontes de recrutamento, que eram: "a) os nordestinos afugentados pela seca; 2) os desocupados das grandes cidades [que] procuravam o serviço militar como emprego; c) os criminosos mandados pela polícia; d) os inaptos para o trabalho (…). Brigas,

Porém, tanto militares quanto civis que concebiam o Exército como pilar de sustentação da nação e instrumento para o desenvolvimento patriótico da sociedade tinham, grosso modo, algumas preocupações: como modernizar sem desordenar a ordem social vigente? Se o Brasil era "atrasado" em comparação às nações europeias e aos Estados Unidos, qual deveria ser o referencial para o país? Como adequar a influência externa sem descaracterizar a identidade nacional? Esta última questão não pode ser tomada em termos ufanistas apenas, mas como uma inquietação pragmática e sensível à singularidade de toda e qualquer sociedade, em sua diversidade econômica, política e cultural.[27]

Na abordagem do assunto, deve-se levar em conta, portanto, a experiência histórica brasileira, a maneira como a autoimagem nacional foi construída – pelo menos desde o século XIX – e, especificamente no caso do Exército, qual era sua tradição, o que deveria ser alterado na instituição e qual era sua finalidade política e social. Ora, a instituição militar teve, para além do ofício guerreiro, uma atuação decisiva – ainda que não exclusiva – nos acontecimentos políticos brasileiros de derrubada do regime monárquico e instauração da República. Vários dos seus quadros desempenharam papel

---

roubos e bebedeiras eram frequentes nos quartéis e não admira que a população olhasse com terror a perspectiva do recrutamento" (CARVALHO, 2005, p. 20-21).

[27] Logo nas primeiras linhas da introdução do livro *Cultura brasileira e identidade nacional*, Renato Ortiz apresenta o debate sobre o assunto que dá título ao livro – o qual se perpetuou até a década de 1980 e, talvez ainda hoje, seja um ponto a ser tratado, claro, com outras referências somadas àquelas de Ortiz – por exemplo, pensar a formação de certa identidade a partir de processos de hibridação, como bem expôs Canclini, no tocante à modernidade latino-americana. Ortiz escreve: "o tema da cultura e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil. No entanto, ele permanece atual até hoje, constituindo uma espécie de subsolo estrutural que alimenta toda a discussão em torno do que é nacional. Os diferentes autores que têm abordado a questão concordam que seríamos diferentes de outros povos ou países, sejam eles europeus ou norte-americanos. Nesse sentido, a crítica que os intelectuais do século XIX faziam à 'cópia' das ideias da metrópole é ainda válida para os anos 1960, quando se busca diagnosticar a existência de uma cultura alienada, importada dos países centrais. Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. Poderíamos nos perguntar sobre o porquê desta insistência em buscarmos uma identidade que se contraponha ao estrangeiro. Creio que a resposta pode ser encontrada no fato de sermos um país do chamado Terceiro Mundo, o que significa dizer que a pergunta é uma imposição estrutural que se coloca a partir da própria posição dominada em que nos encontramos no sistema internacional. Por isso autores de tradições diferentes, e politicamente antagônicos, se encontram ao se formular uma resposta para o que seria uma cultura nacional. Porém, a identidade possui ainda uma outra dimensão, que é interna. Dizer que somos diferentes não basta, é necessário mostrar em que nos identificamos" (ORTIZ, 2006, p. 7). Sobre a conjuntura social brasileira do início do século XX, Ortiz afirma: "a partir das primeiras décadas do século XX, o Brasil sofre mudanças profundas. O processo de urbanização e de industrialização se acelera, uma classe média se desenvolve, surge um proletariado urbano. Se o modernismo é considerado por muitos como um ponto de referência, é porque este movimento cultural trouxe consigo uma consciência histórica que até então se encontrava de maneira esparsa na sociedade (…). A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço (…). A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambiguidades das teorias racistas, ao ser reelaborada, pode difundir-se socialmente e tornar-se senso comum, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. O que era mestiço torna-se nacional" (ORTIZ, 2006, p. 39-41).

proeminente na composição do Estado brasileiro e influíram diretamente na construção de um projeto de nação para o Brasil. Além disso, a experiência do Exército não se limitou jamais a defender o país das forças agressoras estrangeiras, como no caso da Guerra do Paraguai (1864-1870). A Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916) são provas incontestes da participação da instituição na manutenção da ordem interna – o que pode ser confundido, em certa medida, com atuação policial – e revelam não apenas a singularidade das funções do Exército brasileiro, mas como não havia clareza, inclusive interna, quanto à sua identidade.

Isso, certamente, não respondeu a questão: se o Exército era (e é) um órgão fundamental para a manutenção de qualquer Estado-nação[28], como pode ser também instrumento para o desenvolvimento do próprio país? Tal pergunta não é oriunda de uma reflexão isenta de influências externas. Os países que se tornaram potências econômicas e políticas alcançaram tal condição de estabilidade por meio de uma imensa capacidade de "ampliar" suas fronteiras, seja de modo indireto (dependência de outros países à sua economia e uma enorme influência cultural) ou direto (conquista de territórios reduzidos à condição de colônias).[29]

Nesse sentido, a partir do que foi exposto anteriormente, são apresentadas algumas possíveis reflexões que visam dar sentido à forma como o Exército brasileiro e as forças políticas – civis e militares – lidaram com a modernização da instituição. De que maneira as forças políticas hegemônicas buscaram a modernidade, ao mesmo tempo em que lutaram para manter seu poder de fato?[30] A resposta imediata é proveniente da

---

[28] "L'idée de moderniser l'armée est née pendant la deuxième moitié du XIX° siècle, mais ne s'est concretisée que pendant la période dite de la Première République. Plusieurs explications peuvent être avancées. D'abord, l'institution jouait un rôle relativament secondaire tant dans la defense externe du pays que dans la maintien de l'ordre interne; d'où une certaine negligence (ou un certain 'mépris', aux dires des officiers des dirigeants politiques vis-à-vis de l'institution. Il faut rappeler, ensuite, qu'une institution militaire puissante et indépendante des pouvoirs locaux pas exister dans un système politique base sur l'entente entre le pouvoir monarchique et les potentats régionaux. Signalons, pour teminer, le faible développement socio-économique du pays, le mauvaises conditions financiers de l'État, qui freinaient, voire empêchaient toute modernization de l'armée. Ces obstacles à la modernization de l'institution furent surmontés peu à peu. Deux événements y contribuèrent de manière décisive: la guerre du Paraguay (1865-1870) et la chute de la Couronne (1889)" (DOMINGOS NETO, 1980, p. 41-42).

[29] "Havia apenas três critérios [ao longo do século XIX, na Europa] que permitiam a um povo ser firmemente classificado como nação (…); o primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável (…). O segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida (…). O terceiro critério, que infelizmente precisa ser dito, era dado por uma provada capacidade para a conquista" (HOBSBAWM, 1990, p. 49).

[30] Ao tratar das relações entre americanismo e fordismo, Gramsci estabelece uma distinção considerável entre as sociedades estadunidense e europeia que pode ser aplicada ao entendimento de certa singularidade no processo de modernidade latino-americana e, em particular, brasileira. Na introdução de um pequeno livro de compilação de notas de Gramsci, apresentadas nos *Quaderni del carcere* (o 22º

conceituação da ideia de modernidade conservadora ou, como melhor a exprimiu Luiz Werneck Vianna – ao se apropriar do conceito gramsciano –, de "revolução passiva brasileira".

> (…) em Lênin, com a via prussiana de desenvolvimento capitalista, e em Gramsci, com a revolução passiva, admite-se a possibilidade de que a hora da passagem para o domínio burguês não necessariamente coincide com seu triunfo político e, menos ainda, com rupturas explosivas na estrutura do Estado. Nem por isso, em ambos, tais tipos de passagem deixam de ser considerados como inaugurais da ordem burguesa, 'uma revolução sem revolução', à medida que levam ao aprofundamento de seu modo de produção em regime de hipoteca com as reformas pretéritas de propriedade e de extração de excedente. Daí podendo também ser consideradas como 'revoluções-restaurações', via reacionária de modernização capitalista, que faz do público um lugar de relações condominiais entre os interesses dominantes, expropriando politicamente os setores subalternos da sociedade e intensificando modalidades autoritárias de controle social sobre elas (...). [O conceito] de revolução gramsciana [possibilita a compreensão] (…) [do] programa de ação das elites conservadoras, com sua forma expressiva contida no binômio conservar-mudando, ao iniciar um processo de transformações sob a cláusula de restrição de que este confirme e atualize seu domínio (VIANNA, 2004, p. 39, p. 41).

Raymundo Faoro, de algum modo e com outros propósitos, já havia esboçado a noção de um vetor de modernidade na sociedade brasileira a partir do Exército.

> A razão fundamental do chamado espírito militar está na índole social das forças armadas, particularmente do Exército. Note-se que, apesar da crítica monarquista ou da reação à candidatura Hermes em 1909, jamais se articulou na República, o militarismo[31] (…). O militarismo, governo da nação pela espada, arruína as instituições militares, subalternidade legal da espada à nação. O militarismo está para o Exército, como o fanatismo para a religião, como o charlatanismo para a ciência, como o industrialismo para a indústria (…). Como expressão nacional, permanente e estável, manterá o ajustamento entre o curso internacionalista da economia e a guarda dos interesses nacionais, discretamente nacionalista, sobretudo modernizadora. Modernizadora, não no sentido do velho estamento português-colonial e imperial, mas com acento na

---

volume em particular), Ruy Braga escreve que "americanismo e fordismo representam as duas faces de uma mesma moeda, isto é, uma nova composição das forças produtivas do trabalho social por meio dos chamados processos de *modernização conservadora*: à racionalização da produção correspondia um novo ajuste entre estrutura e superestrutura, sempre no sentido de recompor a unidade entre as relações sociais de produção e aparelhos de hegemonia" (GRAMSCI, 2008, p. 24-25). Em Gramsci: "na América não se faz outra coisa senão mastigar a velha cultura europeia (…). O que hoje é chamado de *americanismo* é em grande parte a crítica preventiva dos velhos estratos que serão descartados pela possível nova ordem, e que já estão tomados por uma onda de pânico social, de dissolução, de desespero, que é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e alavancar os aspectos negativos da transformação" (GRAMSCI, 2008, p. 85).

[31] Segundo Alfred Vagts, "militarism (…) presents a vast array of customs, interests, prestige, actions, and thought associated with armies and wars and yet transcending true military purposes. Indeed, militarism is so constituted that it may hamper and defeat the purposes of the military way. Its influence is unlimited in scope. It may permeate all society and become dominant over all industry and arts. Rejecting the scientific character of the military way, militarism displays the qualities of caste and cult, authority and belief" (VAGTS, 1959, p. 13).

> independência real do país – com expressão qualitativamente diversa no seu conteúdo, que bem se ajusta ao autonomismo cultural que se irradia no país a partir de 1922 (FAORO, 2008, p. 622-626).

Houve com isso, por certo, o próprio reordenamento de forças no âmbito da federação, a partir de 1891, e a reconstituição das forças repressivas provenientes do Império na manutenção do poder político e econômico das forças agrárias e arcaicas do século XIX.

> A Proclamação da República, como mudança na forma de regime, não provocou nenhuma alteração fundamental na composição da classe dominante, nem na sua fração hegemônica: a burguesia agrária, sobretudo a cafeicultora. Exigiu, entretanto, uma rearticulação das instituições mantenedoras da ordem. Conjunturalmente, o processo de recalibragem das forças repressivas é informado também pela participação ativa do Exército no cenário político nacional, muitas vezes ameaçando certos interesses da fração hegemônica ao se propor o papel de "árbitro atuante" nos momentos conturbados dos primeiros anos do regime. É este pano de fundo que informa, sob o regime republicano, o processo de rearticulação das forças repressivas herdadas do Império. Este processo privilegia e fortalece as forças repressivas estaduais, sobretudo as de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a força privilegiada (…) é o antigo Corpo de Permanentes que, sob a República, será denominada Brigada Policial e, posteriormente, Força Pública (…); este privilegiamento não se traduz apenas na militarização da Força Pública (ampliação constante dos efetivos, compra de aperfeiçoados armamentos estrangeiros). Ocorre também uma racionalização dos serviços policiais-militares marcada pela profissionalização de seus agentes (profissionalização que tem seu início com a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública) (…). Inaugura-se assim o que se convencionou chamar de período áureo da Força Pública, período marcado por uma militarização controlada pelo poder civil e colocada a seu serviço. Suscita-se agora o ideal do 'soldado profissional', imbuído do respeito e obediência aos interesses políticos dos cafeicultores – uma das facetas da política dos Governadores (PINHEIRO et al., 2006, p. 266-268).

Quanto à adoção de um referencial modernista, seguramente, este viria das nações beligerantes da época que apresentavam os resultados mais exitosos nas suas campanhas. Em um período marcado pelo avanço colonial na África e na Ásia, as nações europeias representavam para quase todo o restante do mundo uma fonte de inspiração militar: a força naval dos ingleses e a capacidade de dominação de territórios gigantescos como o subcontinente indiano; a expansão francesa na África e no sudeste asiático; e a entrada, desde 1871, da Alemanha na corrida colonial. Apoiadas no seu poderio militar e econômico, essas nações produziam aos olhos de ex-colônias espanholas e portuguesas "modelos" a serem copiados nos próprios países, os quais almejavam o fortalecimento de um caráter nacionalista em todo o povo e a defesa contra prováveis ameaças externas – possivelmente dos seus vizinhos. Franceses, alemães e

ingleses, além dos estadunidenses – que tratavam a política externa do continente americano como uma questão quase doméstica – viam a realização de acordos de cooperação militar entre suas forças armadas e as forças de países em estágio de desenvolvimento como forma de expansão da sua influência (e da sua economia) e, consequentemente, de diminuição do poder dos seus rivais diretos. Restabeleciam destarte, de alguma forma, certo grau de autoridade – cultural e econômica – que a Europa perdera no início do século XIX.

Assim, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, diversas missões militares atuaram no continente americano. Apesar da presença e da cooperação militar, econômica e cultural de ingleses e estadunidenses, os principais rivais, pelo menos no que se refere à disputa pela influência da mentalidade militar nos três países mais fortes da América do Sul naquele momento – Argentina, Brasil e Chile –, eram franceses e alemães. Argentina e Chile, por exemplo, já haviam modernizado seus exércitos com o acolhimento de instrutores alemães e o governo do Brasil, desde 1906, enviava cadetes à Alemanha para que absorvessem o "espírito prussiano" e pudessem, ao regressar ao país, partilhar sua experiência com seus pares, visando o aprimoramento do Exército brasileiro.[32]

[32] Segundo o marechal Lott, em entrevista de 1978, transcrita em 2002 pelo CPDOC, a influência alemã na formação dos oficiais se deu depois de 1912. "No tempo que eu cursei a Escola Militar, a influência desses oficiais chamados jovens turcos ainda não se tinha feito sentir. A escola, quando a cursei, nem era chamada Escola Militar, mas havia dois cursos – o da Escola de Guerra e o da Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria –, ambos no Realengo. Minha turma inaugurou a Escola de Aplicação. Viemos 48 que havíamos concluído o curso no Colégio Militar em fins de 1910 e a nós se somaram mais oito reprovados da Escola de Guerra do sul. A Escola Militar, então, funcionou no edifício que abrigou a Escola Preparatória e de Tática do Realengo, caracterizando-se o prédio por ter a forma de um grande quadrilátero: dois lados eram alojamentos; o terceiro, o refeitório; e no último as salas de aula, ficando na frente o gabinete de comando e também a parte administrativa da direção da escola. O gabinete do oficial de dia e do sargento eram ao lado do corpo da guarda. A Escola teve bons comandantes, exigentes, mas muito bons. Disciplinadores, muito sérios, muito honestos e muito justos; também teve um bom corpo de instrutores, dos quais o melhor foi o então tenente Eurico Gaspar Dutra, que era instrutor da cavalaria. Excelente instrutor não só pela capacidade profissional, mas por sua exemplar dedicação ao serviço. Ele teve uma grande influência na nossa formação profissional. Havia outros bons instrutores, como um de infantaria que se destacou porque era grande andarilho, um entusiasmado pela infantaria, mas profissionalmente não estava à altura do Dutra. A artilharia tinha uns nomes, dos quais também não me recordo agora, que nos davam instrução e eram bons instrutores. Tínhamos ainda instrutor de ginástica. Os professores, de um modo geral, eram bons mestres que procuravam por todos os modos, nas matérias pelas quais eram responsáveis, nos dar uma cultura que nos habilitasse mais tarde a desempenhar bem nossas funções no Exército. Mas isso foi em 1911 e 1912, quando cursei a Escola de Guerra; depois passei para a Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, que também era no Realengo, onde os instrutores militares continuaram os mesmos, mas passamos a ter mais instrução teórica. Assim que terminamos o curso fui declarado aspirante a oficial, em 2 de janeiro de 1914" (LOTT, 2002, p. 12-13).

À época, o marechal Hermes da Fonseca, ministro da Guerra, e o barão do Rio Branco[33] eram os maiores entusiastas do "modelo germânico". Os franceses, que recebiam dos sul-americanos maior acolhida nos assuntos culturais – língua, modos, artes, moda etc. –, ainda que fossem exportadores de equipamentos militares, estavam em desvantagem em relação aos alemães, pelo menos até 1914. No entanto, utilizavam a ideia de latinidade – certa afinidade cultural entre os povos latino-americanos e os franceses – para manter os laços econômicos, além dos laços culturais (que muitas vezes representavam vínculos políticos e econômicos) e pretendiam também ampliar sua influência no campo militar. Especificamente no Brasil, já dispunham, como apresentado anteriormente, de uma missão atuante na Força Pública do Estado de São Paulo, a qual se constituiu, obviamente, em uma disputa entre franceses e francófilos de um lado, alemães e germanófilos de outro.[34] Tal quadro histórico é bem resumido pelo brasilianista americano Frank McCann.

> Hermes negociou com a Alemanha o envio de uma missão para supervisionar a reorganização do Exército. Os alemães haviam ganhado considerável vantagem na competição com os franceses pela influência sobre o Exército brasileiro. Em 1909, quando um segundo grupo de seis oficiais foi servir por dois anos em regimentos alemães, e a Krupp consolidou sua posição como fornecedora de artilharia. Em 1910, quando embarcou o terceiro grupo, com 24 oficiais, os alemães já haviam selecionado os membros da missão para ir ao Brasil, e sabiam que poderiam trabalhar com um dedicado grupo de oficiais treinados na Alemanha. As providências para a missão alemã estavam tão adiantadas que o tenente Amaro de Azambuja Vilanova, que concluíra seu treinamento com o grupo de 1909, recebeu ordem para permanecer na Alemanha como ajudante do chefe designado para a missão. Mas a missão alemã nunca se concretizou, o que deixou perplexos os oficiais mandados para a Alemanha, como Estêvão Leitão de Carvalho, e os que posteriormente estudaram a história brasileira. O projeto foi,

[33] De acordo com José Murilo de Carvalho, após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904, a principal ação para o processo de modernização não veio apenas do Ministério da Guerra de Hermes da Fonseca, mas do ministro Rio Branco, com o envio de estagiários brasileiros para a Alemanha, a fim de serem treinados no Exército do Kaiser Wilhelm II. "Hermes era entusiasta do sistema alemão e foi convidado a assistir às grandes manobras de 1910 presididas pelo Kaiser, aproveitando a ocasião para negociar a vinda de missão alemã. A missão não veio, mas três turmas de oficiais, uma de 1906, outra em 1908 e a última em 1910, absorveram, por dois anos cada uma, o espírito da organização militar alemã" (CARVALHO, 2005, p. 27).

[34] "Mais les francophiles furent quand même nombreux et très actifs. Mettant à profit l'important prestige intellectuel de la France au Brésil, les agents français ont réussi à mettre sur pied un réseau d'amis, de préférence parmi ceux qui occupaient des positions importantes et avaient des contacts privilegies avec les commandements militaires… Au fond, et dans la pratique, les activités des 'admirateurs' de la France et de l'Allemagne visaient un même but, celui de mener à bien la modernisation de l'armée. Il était donc naturel qu'après la défaite allemande, en 1918, ces deux courants chechent à s'unir autour de la Mission militaire française, étant donné que celle-ci allait finalement satisfaire leurs aspirations. En effet, à partir de cette date, les *jovens turcos* cessent d'existir en tant que groupe organisé; la revue *A Defeza nacional* devient favorable aux militaires français et publie leurs articles. Les anciens apologistes du modèle allemand vont devenir les élèves les plus distingues des instructeurs français. Un officier 'antimissioniste' notait avec ironie 'Les *jovens turcos*, fabricants de ministres et partisans de la germanisation de l'armée, après l'arrivée du general Gamelin, sont devenus neo-gaulois'" (DOMINGOS NETO, 1980, p. 54-55).

> sobretudo, vitimado pela influência francesa sobre a elite brasileira e pela hábil diplomacia francesa. Os paulistas haviam contratado com a França o envio de uma missão militar para transformar a Força Pública paulista em um pequeno exército para proteger o estado da intervenção federal. Importantes políticos paulistas, como o governador Jorge Tibiriçá e Rodolfo Miranda, eram pró-franceses. Tibiriçá, que governou São Paulo por duas vezes, em 1890-91 e 1904-08, e fez mais do que qualquer outro para moldar o futuro do estado, nascera em Paris, filho de uma francesa e de um aristocrata paulista, e vivera na França e na Alemanha. Creditam-se a ele a contratação de instrutores franceses para a polícia estadual e o despertar do interesse francês pela agricultura paulista. Miranda estudara em Paris, fora deputado federal de 1897 a 1909, ministro da Agricultura de Nilo Peçanha em 1909-1910 e rompera com o *establishment* político paulista para apoiar Hermes da Fonseca em 1910 (…). Ele e Tibiriçá foram duas das vozes que pressionaram Hermes a romper seus compromissos com Berlim. Eleito presidente em 1910, Hermes defrontou-se com considerável agitação política, e desistir dos acordos políticos com os alemães poderia granjear-lhe muito capital político em São Paulo, cujos líderes, em sua maioria, haviam apoiado o senador Rui Barbosa. Hermes foi conquistado. Antes de partir da França [em 1910, após visitar unidades militares do Exército francês, escolas e fábricas de armas], fez uma declaração negando alguma vez ter sido germanófilo: 'Longe de ser um cego admirador da Alemanha, minha formação pessoal é francesa: li seus autores militares e foi neles que busquei ensinamentos quando, como ministro da Guerra, comecei a reorganizar o Exército brasileiro (…). [Além disso] o caráter do povo brasileiro e do soldado brasileiro assemelha-se mais ao do povo e do soldado francês do que ao de qualquer outro povo e qualquer outro soldado' (MCCANN, 2007, p. 145-147).

É inevitável afirmar que o fracasso das tratativas entre brasileiros e alemães não foi decorrente apenas da semelhança latina entre franceses e brasileiros, uma vez que a decisão pela escolha de uma missão militar estrangeira se deu apenas após a Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, o Brasil já havia declarado guerra à Alemanha e se aliado aos franceses. Com o fim do conflito, a Alemanha foi considerada a grande derrotada e os franceses foram tidos como os vencedores. Consequentemente, por motivos quase elementares, os alemães foram preteridos. Além disso, a "cultura" do militar brasileiro (para não dizer o "espírito") foi um ponto categórico na maneira modernista do Exército brasileiro resolver a disputa pelo modelo que seria adotado.

Os oficiais brasileiros que realizaram estágio no Exército do *Kaiser* ficaram de tal forma impressionados com a experiência que não só se tornaram partidários da contratação de uma missão militar alemã, como eles próprios foram à luta pela modernização do Exército brasileiro e criaram, em 1913, uma revista para defender suas bandeiras (*A Defeza Nacional*). No periódico – com formato assemelhado ao *Militär Wochenblatt* (LUNA, 2007, p. 6) –, publicaram regulamentos militares traduzidos da língua alemã para a língua portuguesa e artigos escritos em outros idiomas, exprimiram suas opiniões sobre assuntos concernentes à política militar brasileira, discutiram conceitos militares modernos, bem como analisaram campanhas brasileiras e europeias.

Com isso, conquistaram adeptos e se tornaram professores da Escola Militar do Realengo e, assim, os oficiais – conhecidos pejorativamente, em um primeiro momento, como "jovens turcos"[35] – desempenharam papel importantíssimo no desenvolvimento do Exército brasileiro.

O debate sobre a contratação da missão e sua nacionalidade apareceu de forma clara e explícita nas páginas de *A Defeza Nacional*. No editorial do oitavo número do periódico, o assunto foi tratado de maneira grave e com duras acusações aos "francófilos".

> A idéa de contractar para o Brazil officiaes francezes tem sido entre nós francamente defendida por certos advogados administrativos, organisadores de syndicatos franco-brasileiros, agenciadores de emprestimos e outras personalidades do mundo dos negocios para quem é profundamente indifferente a sorte do Exercito como a da propria Nação, e com que seria uma pilheria trocar siquer uma palavra sobre questões militares (A DEFEZA NACIONAL, 1914).

Para os membros da revista, o objetivo da missão francesa era primordialmente a conquista de mercado para produtos bélicos franceses industrializados e a diminuição da influência germânica nesse campo, uma vez que o Brasil possuía, à época, diversos equipamentos de indústrias alemãs. Ainda assim – e levando-se em conta que todo o texto é permeado pelo ponto de vista germanófilo –, a crítica mais enfática, até aquele momento, não se dava somente em relação à nacionalidade da missão militar, mas à manutenção da dinâmica metrópole-colônia, no que se referia à relação econômica entre o Brasil e as potências militar-industriais europeias. As principais reclamações presentes no editorial estavam relacionadas à qualidade dos materiais franceses e sua suposta inferioridade em relação aos equipamentos alemães, bem como à necessidade de o Brasil comprar equipamentos franceses, uma vez que possuía muitos armamentos alemães.

É fundamental reforçar, para além do objetivo desta pesquisa, que a indústria bélica não se modernizou até o final do Estado Novo. Não houve, portanto, nem mesmo com a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução, modernização do Exército

[35] "Esses militares reformistas, significativamente, acolheram de bom grado o apelido de 'jovens turcos' (…). De início, seus detratores haviam dado conotações negativas ao apelido (…), mas os reformistas gostaram dele. Afinal, os alemães também haviam treinado os oficiais turcos; de fato, a missão que os treinara fora comandada pelo general (barão) Friedrich Colmar von der Goltz, que em 1910 fora cogitado para assumir a direção de uma missão semelhante no Brasil. Cabe lembrar que os oficiais turcos profissionalizados tomaram o poder e reformaram seu país" (MCCANN, 2007, p. 217). Entre os fundadores da revista, estavam os oficiais Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger – estagiários na Alemanha – e Francisco de Paula Cidade.

brasileiro quanto à sua capacidade industrial de se autoprover, desfazendo a antiga relação, de base colonial, entre importador "atrasado" e exportador "desenvolvido". Tal consideração pode ser verificada no artigo de Manuel Domingos Neto e Luis Rogério Franco Goldoni, "Tecnologia militar no Estado Novo".

> Em meados da década de 1930, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – então ministro da Guerra, posteriormente chefe do Estado-Maior do Exército – apresentou a Getúlio Vargas um balanço preocupante da capacidade da indústria bélica nacional e alertou sobre a necessidade de iniciativas para incentivá-la. Enquanto as grandes potências produziam novos armamentos, como submarinos e aviões de combate, o Brasil tentava com grande dificuldade fabricar equipamentos simples e mesmo rudimentares (…). Na época, o Exército mantinha onze fábricas de produtos bélicos, seis criadas nos anos 1930 e ainda sem pleno funcionamento. As outras cinco passavam por reformas modernizadoras. Góes salientava que devido ao estoque de fuzis e às importações em curso, os esforços deveriam se voltar para o suprimento de canos, sabres e munição e para reparo de armas portáteis (…). Em 1936, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra de 1936 a 1945, confirmaria em cores mais fortes a precariedade da indústria bélica brasileira. À baixa qualidade da produção das fábricas militares somava-se o despreparo do parque industrial civil (DOMINGOS NETO e GOLDONI, 2010, p. 75).

Os autores relacionam o processo de desenvolvimento industrial militar à ampliação do parque fabril brasileiro nos últimos anos do Estado Novo e aos eventos decorrentes da Segunda Guerra Mundial. A constatação reforça a ideia de que havia no Exército brasileiro um elemento modernista anterior à sua modernização. No entanto, acreditar na avaliação de que a compra de mais ou menos equipamentos bélicos desta ou daquela nação industrializada proveria modernamente o Brasil é um equívoco, pois o que caracteriza a condição de modernização é a autonomia material de uma sociedade concebida em termos estatais e nacionais em relação a outros países.

> A experiência vivida durante a Segunda Guerra constituiu a base sobre a qual, após o Estado Novo, o Brasil criaria os aparos necessários para modernizar sua economia: grandes empresas estratégicas, instituições financeiras e um sistema de produção de conhecimento científico e tecnológico (DOMINGOS NETO e GOLDONI, 2010, p. 95).

Tendo em vista o tardio desenvolvimento da modernização econômica no Brasil, o que houve de marcante e duradouro nos anos após a escolha da Missão Militar Francesa de Instrução foi a formação de uma instituição com mentalidade e organização modernas. Pode-se afirmar que houve modernismo no Exército brasileiro e, talvez, em função da aquisição de equipamentos importados, o país não tenha logrado o desenvolvimento no campo da modernização material das suas instituições militares, em

particular do Exército. Ora, a prova da deficiência é o fato de o Brasil ter continuado a ser um importador de equipamentos bélicos mesmo com um Exército modernista. Existiu modernismo – não mimético, não um transplante apenas –, ainda que houvesse influência direta de alemães e mais fortemente de franceses, entretanto, não uma modernização, tal qual vivenciou historicamente a sociedade brasileira de forma geral nas primeiras décadas do século XX.

Retomando o editorial de *A Defeza Nacional*, de maio de 1914, após desqualificar os possíveis defensores de uma referência francesa ao Exército brasileiro, como sendo meros advogados de interesses comerciais e não defensores da pátria, o texto se voltou à comparação entre os Exércitos francês e alemão – momentos antes de protagonizarem o maior conflito militar até então da história europeia – destacando, já naquele momento, as especificidades do "espírito brasileiro", apesar do tom claramente germanófilo.

> As organizações militares não são artigos de importação e cada paiz possue aquella que melhor convém ás suas proprias condições. Aqui no Brazil, por exemplo, não é por ignorância da organisação militar que nos convem que ainda nada se fez, mas não se fez nem se fará nada tão cedo enquanto durar a crise profissional e moral que nos assoberba, pois nos falta justamente a competencia e sobretudo a vontade para a execução practica de uma serie de idéas muito sabias que jamais conseguem sahir do papel. Temos urgente necessidade de recorrer ao estrangeiro para ir buscar mestres militares que se encarreguem da organisação technica do nosso exercito e nos ensinem a preparar a guerra com elementos nacionaes. *Nós não queremos instrutores para exhibir batalhões nas paradas, queremos estrategistas e tacticos que venham para o nosso Estado-Maior* emprehender a obra de um Meckel no Japão e de um Körner no Chile *e que se apoderem das escolas militares* [grifos nossos] com o intuito de fazerem, dos nossos officiaes, soldados sadios de corpo e de espirito e não romanticos bachareis, mais preocupados com o advento das seitas philosophicas do que com o destino dos exercitos nas batalhas (...).[36] As afinidades de temperamento e de raça não podem constituir de forma alguma motivo de preferencia e ao contrario é de desejar que outros methodos cerebraes de estudo e de trabalho supplantem o espírito de chicana, a inconstancia e o *laisser-aller* que entre nós deitam a perder os emprehendimentos mais sérios (A DEFEZA NACIONAL, 1914).

Na sequência, o editorial abordou o caso argentino e a missão alemã que estivera no país vizinho. À época, a Argentina era considerada a principal rival do Brasil em potencial militar e dona de um Exército mais moderno.

[36] Há nesse ponto uma crítica direta à tradição "teórica" dos oficiais do Exército brasileiro, tão bem apresentada por Jehovah Motta, no livro *A formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944* (2001), e por Leonardo Trevisan, em sua tese *As "obsessões patrióticas": origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (USP, 1993), bem como o desejo de eficiência prática para uma instituição de doutores que os "jovens turcos" queriam a todo custo transformar.

Por fim, foi afirmado algo que Raymond Aron demonstrou em seus estudos sobre o pensamento de Carl von Clausewitz (1780-1831), autor de *Da guerra*, e sua difusão na Europa após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871). Diante da derrota que sofreram, os mestres militares franceses supuseram que a causa do seu fracasso residia, acima de tudo, na doutrina de guerra que o Exército alemão possuía: a doutrina clausewitziana – já inserida no Exército prussiano –, mas de forma pouco clara ou mesmo a partir de uma interpretação problemática.[37] Do mesmo modo, o editorial asseverou:

> Em maneira de tactica o exercito francez apenas agora começa a perfilhar principios, que foram em parte causa das victorias allemãs de 1870 e que um simples fähnrich allemão não desconhece, quanto mais qualquer um dos officiaes do grande exercito em que temos ido beber os mais fecundos ensinamentos. É digna de menção a esse respeito a recente transformação do regulamento de manobras da artilharia de campanha franceza que representa um triumpho das idéas alemãs sobre o emprego technico e tactico dessa arma (…). A evolução actual das idéas tacticas em França póde ser caracterisada por estas palavras, *o exercito francez se germanisa* [grifo nosso]. Não sabemos pois porque ainda se hesita entre a fonte original dos maiores progressos militares e a sua copia timida e indecisa, quando se pensa na escolha de officiaes extrangeiros para virem nos ensinar a moderna arte da guerra (A DEFEZA NACIONAL, 1914).

Se, como foi apontado anteriormente, *en passant*, houve no Brasil, antes do Estado Novo, o desenvolvimento do modernismo no Exército brasileiro, a mesma caracterização não pode ser atribuída à modernização da instituição. De fato, com a Missão Militar Francesa de Instrução, ocorreu algum tipo de estruturação de organismos de formação dos oficiais, que buscou trazer ao Brasil o panorama de sentidos e práticas da experiência da guerra moderna – principalmente na sua primeira e mais importante fase, quando a missão esteve sob o comando do general Maurice Gamelin – e acelerou o processo de assimilação de determinadas demandas modernas por parte de alguns segmentos do Exército brasileiro. Todavia, mesmo que algumas escolas tenham sido criadas, materialmente, a evolução foi praticamente nula.

[37] "O futuro Marechal Foch entrara na Escola de Guerra em 1885, ano em que Cardot apresentava pela primeira vez as ideias clausewitzianas aos futuros chefes do exército francês. A descoberta do 'deus da guerra' andava de par com seu profeta. A comparação entre a campanha de 1806 e a de 1870, entre o gênio do mestre e o talento do discípulo, tornara-se um tema de moda da história e da crítica militares. (...) Na França, a descoberta de Clausewitz se situa após as derrotas de 1870, acompanhando a descoberta, ou a redescoberta, de Napoleão, exigindo assim um estudo particular. Pode ser que o *Traité*, bem ou mal compreendido (mal compreendido, a meu ver) carregue uma parte de responsabilidade nas concepções dos generais franceses de 1914" (ARON, 1986, p. 27, p. 10).

Nesse sentido, adotada a dicotomia da modernidade (modernismo e modernização) e confirmada a demanda pela evolução do Exército brasileiro, objetiva-se compreender como as relações entre Brasil e França, especificamente no âmbito militar da missão, possibilitaram, no contexto do Exército brasileiro daquela época, a formação de um espírito modernista tipicamente nacional do militar, autêntico e singular. Ainda que não tenham existido maiores consequências práticas (não se trata aqui de uma afirmação e, sim, de uma possibilidade de interpretação), talvez, o processo histórico de transição entre a "antiguidade" brasileira e a modernidade do Exército tenha se dado entre o período de intensificação dos debates sobre a escolha de uma missão estrangeira de instrução e o fim da fase de comando de Gamelin na missão. Tal processo de transição é compreendido entre dois momentos distintos da história do Exército brasileiro.

Vale utilizar, portanto, o conceito de Gadamer sobre a consciência histórica.

> O aparecimento de uma tomada de consciência histórica constitui provavelmente a mais importante revolução pela qual passamos desde o início da época moderna (…). A consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo é um privilégio, talvez mesmo um fardo que jamais se impôs a nenhuma geração anterior (…). Entendemos por consciência histórica o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião (GADAMER, 2008, p. 18).

Com isso, é estabelecido um caminho de interpretação das décadas de 1920 e 1930 como o período de fortalecimento de tal consciência da modernidade para o Exército brasileiro. Mesmo uma tradição aos moldes propostos por Hobsbawm e Ranger decorreria não mais de uma volta ao passado, porém da invenção de novos valores e ritos significativos para um Exército renascente.

Segundo Celso Castro, pode-se identificar tal modernismo na "invenção do Exército brasileiro" como um dos primeiros legados simbólicos da Missão Militar Francesa de Instrução. Castro aponta o culto a duque de Caxias no Exército, na condição de patrono sob a influência francesa, como decorrente do processo de assimilação de uma novidade europeia, ressignificada com elementos nacionais.

> Em 1925, o dia de nascimento de Caxias passou a ser, conforme aviso ministerial, oficialmente comemorado como Dia do Soldado. A transformação da festa de Caxias em festa do soldado servia para vincular, simbolicamente, uma categoria genérica – o soldado brasileiro – a seu guia. Nesse mesmo ano, Caxias também aparece como "patrono" de uma turma de oficiais na Escola Militar do Realengo. A "Turma Caxias"

> foi a primeira a ser "batizada" com nome de um patrono. Seus integrantes haviam ingressado na Escola Militar em 1923, quando ela estava praticamente vazia devido à expulsão dos alunos das turmas anteriores envolvidos na revolta "tenentista" de 5 de julho de 1922, que agora serviam na tropa como soldados. Segundo o depoimento de um antigo integrante dessa turma, o general Aurélio de Lyra Tavares, a ideia original de "batizar" a turma foi do coronel francês Pierre Béziers La Fosse, que se encontrava na Escola Militar do Realengo como conselheiro da Missão Militar Francesa, que chegara ao Brasil em 1920. Conversando com esse coronel, os alunos brasileiros teriam aprendido costumes e tradições militares da França, como o de serem as turmas das escolas militares identificadas não apenas pelo ano de sua formatura, mas principalmente pela denominação de um patrono, em geral o nome de um grande chefe militar ou de uma batalha famosa, escolhidos para servir de inspiração aos novos oficiais. A ideia, segundo Lyra Tavares, teria sido acolhida com entusiasmo pelos alunos. A palavra francesa *patron* tem o duplo sentido de "patrono" (protetor) e "padrão" (modelo). O termo "patrono" não existia, até então, na tradição militar brasileira. A inspiração francesa para essa "nova tradição" encontrou terreno propício para vingar devido à admiração que então se tinha pela cultura militar daquele país, vitoriosa na recente guerra mundial (CASTRO, 2002, p. 17-18).

O modelo francês, de alguma forma, se perpetuou no imaginário do Exército, mesmo após o fim da Missão Militar Francesa de Instrução.

> A consagração definitiva de Caxias ocorreria já findo o Estado Novo, quando seu nome foi dado ao novo prédio do Ministério da Guerra – Palácio Duque de Caxias, na Avenida Presidente Vargas, centro do Rio. A estátua de Caxias foi transferida do Largo do Machado para a frente do prédio em 30 de agosto de 1949. À semelhança do Panteão francês, homenageando Napoleão, foi construído um panteão para Caxias em frente ao prédio, e seus restos mortais foram transferidos do Cemitério do Catumbi para lá, onde permanecem até hoje (CASTRO, 2002, p. 28).

As mudanças promovidas pela missão francesa e a alteração dos programas de ensino da Escola Militar resultaram em transformações na estrutura do Exército, bem como repercutiram na vida política do Brasil.

> De tels faits devaient obligatoirement se répercuter sur la vie politique du pays, toujours en effervescence depuis la fin de la première guerre mondiale. D'autant plus que la modernisation signifiait objectivement le renforcement de la puissance militaire de l'armée. En d'autres termes, ces transformations de structure et de foncionnement impliquaient une redéfinition du rôle de l'armée.
> La nouvelle perspective d'action qui était en train de s'élaborer pour l'armée allait être énoncée par les officiers qui étaient à tête de la lutte pour les transformations. En analysant de près leurs discours, nous pourrons voir, en effet, que se furent eux qui lancèrent les fondements de toutes les idées émises par la tendance dominante dans l'armée à partir de 1930. En effet, s'il y a eu un "parti militaire" au Brésil pendant les quarante premières anées du régime républicain, il a été constitué précisément par ces officiers réformateurs (DOMINGOS NETO, 1980, p. 46).

De acordo com Domingos Neto, havia duas razões para o sucesso da presença estrangeira no Exército brasileiro: as características econômicas brasileiras do período (país agroexportador e importador de manufaturados, portanto, dependente do mercado externo), que favoreciam o acolhimento do elemento estrangeiro, e o desejo dos jovens oficiais brasileiros de pertencer a uma instituição militar reconhecidamente importante.

> Le développement économique du Brésil [était] marqué par le dépendance externe. En conséquence, aucune initiative visant la modernisation de l'infraestrcture du pays ne pouvait se passer de l'apport étranger. Et le noyau agro-exportateur, qui avait réussi à s'assurer l'hégémonie politique dans le pays depuis la proclamation de la République, avait tout intérêt à favoriser les initiatives modernisatrices et était largement ouvert aux grandes puissances. Il n'avait donc pas de motifs pour refuser, dans le domaine militaire, l'apport étranger. D'autant plus que tout le monde était d'accord pour dire que la modernisation de l'armée devrait stimuler la discilpline et contribuer à écarter les officiers de l'activité politique. La deuxième raison était l'aspiration des officiers eux-mêmes à appartenir à une institution militaire importante. Cette aspiration caractérisait bien tout les corps des officiers et s'exprimait, dès la fin de l'Empire, par de vigoureuses manifestations contre le "mépris" de la Couronne envers l'armée. Il était evident que ces aspirations ne pouvaient se réaliser sans la participation étrangère, soit au niveau des acquisitions d'armament (et il était toujours nécessaire de faire des emprunts à l'étranger pour l'achat d'armes), soit au niveau de la formation technique que cet amerment exigeait pour être utilizé. Certes, des resistances se sont manifestées contre l'idée des missions étrangères et contre la modernisation. Mais il s'agissait de résitances motivées par d'autres raisons que par le refus de renforcer l'institution. Après la première guerre mondiale, lorsque l'écart entre l'armée brésilienne et les armées des pays industriels est devenue trop évidente, ces résistances ont été vaincues peu à peu et le contrat pour l'envoi de la mission française a pu être établi sans trop difficultés (DOMINGOS NETO, 1980, p. 48-49).

Conforme Motta, para uma compreensão significativa da influência francesa, na constituição daquilo que se optou por nomear aqui de modernismo no Exército brasileiro, deve-se remontar ao processo histórico até o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha.

Em 1904, durante o governo de Rodrigues Alves e no calor da Revolta da Vacina, a Escola da Praia Vermelha foi desativada.[38] O ambiente de formação do oficial

[38] "O levante da Escola Militar teve na revolta popular contra a vacina um pretexto. A aderência ao movimento popular provavelmente cativou alguns revoltosos, mas havia outros interesses e propósitos envolvidos na deflagração do movimento. Lauro Sodré, figura-chave para a sua eclosão, era também líder do Partido Republicano Federal, que reunia as oposições de todos os estados à *política dos governadores*. A política nacional oligárquica do início do século XX facilitava a emergência de descontentamentos por parte daqueles políticos que não tinham acesso ao poder. Assim, a deposição do presidente da República e a tomada do cargo por Lauro Sodré representariam uma tentativa de modificação da ordem política vigente, num contexto de disputa de grupos políticos intraelites" (CASTRO, 2012, p. 48). "Em 1911 foi reaberta a Academia Militar, desta vez no Realengo, em moldes muito diferentes da Escola da Praia Vermelha. O ensino passou a ser quase todo militar, como também era militar a disciplina interna. A preocupação central passou a ser a formação profissional, com o afastamento do militar da política e dos cargos públicos. Essa é a fase do "soldado-profissional" ou da "não intervenção". Sob a orientação da

militar era extremamente perturbado pela constante indisciplina dos cadetes, proveniente da vulnerabilidade da instituição às ondas políticas que afetavam o país de maneira especial no momento pós-proclamação da República. Para o autor, assim se encerrou um período da história do Exército e teve início outra fase, que se estendeu até 1944: a era do Realengo.

> Com o fechamento da Escola da Praia Vermelha em 1904, abre-se a era do Realengo. Ela duraria quatro décadas, prolongar-se-ia até 1944. Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o exército. Ali se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da "Missão Indígena", o pensamento adulto da 'Missão Francesa'. Ali repercutiriam, enfim, todas as vicissitudes do Exército republicano em busca dos caminhos que o levassem ao estádio superior de eficiência técnica e de dignidade cívica (MOTTA, 2001, p. 215).

Tal momento se deu na primeira década do século XX, com a atuação do ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Havia a evidente necessidade de elevar as forças armadas brasileiras a um patamar novo como instituição – não somente como instrumento de dissuasão em possíveis conflitos ou ameaças externas ao Brasil, mas como entidade política disciplinada e confiável em termos políticos. A lei 1860, de 4 de janeiro de 1908, e o decreto 6971, de 4 de junho de 1908, analisados por Motta, expressam concretamente a dimensão do momento específico em que os desejos de modernidade deixaram o campo das ideias e, ainda que incipientemente, se tornaram parte da política do governo republicano brasileiro.

> No governo Afonso Pena criar-se-iam (…) as condições para reformas estruturais em profundidade. Havia estabilidade política, havia desafogo orçamentário. À testa do Ministério da Guerra estava o General Hermes da Fonseca, com prestígio na tropa, inclinado a mudanças renovadoras. O Estado-Maior já era um núcleo bem formado sobre as linhas gerais da evolução por que estavam passando os exércitos adiantados. No bojo dessas condições favoráveis vieram as reformas de 1908, que substancialmente abarcaram os seguintes pontos: 1) adoção do serviço militar obrigatório[39]; 2)

Missão Francesa, na Academia do Realengo, a educação militar desdobrou-se em vários estágios tornando-se mais técnica, com a criação de escolas para cada especialidade. Acentuou-se a preocupação pela formação de bons oficiais e por uma maior centralização e coesão das forças armadas" (CORRÊA, 1976, p. 21).

[39] Todavia, o serviço militar obrigatório não foi imediatamente adotado, nem mesmo no governo Hermes da Fonseca, que presidiu o país entre 1910 e 1914. Somente em 1916, durante o governo de Wenceslau Braz, e após uma campanha que contou com o apoio do poeta e filho de oficial Olavo Bilac, o alistamento universal passou a ser realizado. Tal medida foi, de acordo com Domingos Neto, uma das mudanças mais significativas para a inovação do Exército brasileiro. "L'adoption et l'application de la loi sur le service militaire obligatoire constituent l'un des plus importants success remporté par les réformateurs de l'armée. Après plusieuers anées d'une campagne intense en faveur de l'application de la loi du tirage au sort, la loi sur le service militaire obligatoire commença à être appliqué à partir de 1916 (…). L'adoption

> reorganização do Exército, como novo agrupamento de corpos e com a instituição das Grandes Unidades; 3) reorganização do Estado-Maior do Exército; 4) aquisição de armamento e reaparelhamento das fábricas (MOTTA, 2001, p. 219).

Além disso, a ampliação do mercado da indústria bélica transformou o Brasil em um consumidor pleiteado pelas potências europeias, particularmente, Alemanha e França.

Motta analisou acuradamente o período subsequente ao fechamento da Escola da Praia Vermelha e os impactos da influência germânica nos cadetes regressos do estágio na Alemanha e das tentativas políticas de desenvolvimento do Exército brasileiro, bem como avaliou a presença dos "jovens turcos" na composição de um grupo de instrutores que fizeram da Escola do Realengo o espaço por excelência da aceleração das mudanças na instituição militar.

Entende-se, pois, que não se faz necessário aqui recuperar todo o processo de aproximação do Brasil, primeiramente com a Alemanha e, posteriormente, com a França, uma vez que já existem relevantes trabalhos sobre a questão. Motta, por sua vez, apresenta uma impressão geral bastante adequada.

> A ideia de trazer missão estrangeira para instruir o Exército veio nascendo aos poucos, desde o começo da República. Com a ida do Marechal Hermes da Fonseca à Alemanha, em 1912, chegou a ser noticiada a vinda de missão alemã. Agora, em 1919, após havermos nos alinhado com os países que combatiam à Alemanha, depois do Exército francês ter dado tantas provas de valor, a quase todos pareceu natural que, se missão houvesse, esta deveria ser francesa. No caso, o mérito do Ministro Cardoso de Aguiar foi vencer dúvidas e resistências e sair rápido para o contrato com o Governo francês (MOTTA, 2001, p. 256).

Cabe, todavia, reportar-se à revista *A Defeza Nacional*, para compreender o modo de interpretação do contexto militar brasileiro antes da chegada da Missão Militar Francesa de Instrução e a expressão dos anseios modernistas dos jovens oficiais regressos da Alemanha. Desde o primeiro número do periódico, seus redatores clamaram pela modernização do Exército brasileiro, adotando para tal, preferencialmente, o modelo germânico. Não obstante a reivindicação do desenvolvimento da instituição militar, os "jovens turcos" não se esqueceram das singularidades brasileiras, principalmente no que se referia ao fato de o Brasil ser um novo Estado e de o Exército ter um papel importante na formação da nação. No texto do

---

de la loi était le premier pas vers la realization de la 'nation-armée', formule adoptée par les pays euopéens au cours du XIXe siècle pour l'organisation de leurs forces militaries" (DOMINGOS NETO, 1980, p. 44).

editorial, estava presente a ideia de uma modernização conservadora, não do status político da instituição, mas tendo em vista uma sociedade organizada e harmonicamente estruturada.

> Sem desejar, pois, de fôrma alguma, a incursão injustificada dos elementos militares nos negocios internos do paiz, o Exercito precisa entretanto estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha – e preparado para corrigir as perturbações internas tão comuns na vida tumultuada das sociedades que se formam (…). O exercito num paiz como o Brazil não é somente o primeiro factor de transformação político-social, nem o principal elemento de defeza exterior: elle tem igualmente uma funcção educativa e organisadora a exercer na massa geral dos cidadãos (A DEFEZA NACIONAL, 1913).

Em dezembro de 1913, no terceiro número do periódico, foi debatida a escolha de franceses e alemães como referências para o processo de modernização do Exército brasileiro – reforçando a afirmação de Motta de que o desejo de modernidade amadurecia desde os anos do governo Afonso Pena. Em um artigo não assinado, *A Defeza Nacional* atacou o jornal *O Paiz*, por este ter criticado a escola militar alemã e defendido a escola francesa. No número seguinte, de janeiro de 1914, preocupada justamente com a modernização, o periódico apresentou uma comparação entre o material militar alemão e o material francês. Desde 1914, a publicação criticava os exércitos estaduais e, ainda que houvesse clara preferência pelo modelo alemão, *A Defeza Nacional*, constantemente fazia referências ao Exército francês.

No editorial de setembro de 1914, a revista tratou dos acontecimentos que envolveram a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Próximo da conclusão do texto, um importante tema no que se refere ao discurso da identidade nacional foi abordado.

> Ser forte o que é? É por acaso ter grandes *stocks* de armamentos e manter no papel centenas de mil homens? Não. Ser forte é orgulhar-se do passado e ter consciencia do que se quer para o futuro. É fazer repousar a soberania nacional no coração dos povos e tornar os homens capazes de assegurar a independencia nacional. As guerras não são mais feitas por exercitos e sim pelos povos (A DEFEZA NACIONAL, 1914).

Consequentemente, a publicação citou o serviço militar obrigatório como forma de realizar a ideia do povo em armas e, por fim, atacou o pan-americanismo, mostrando comparativamente como o Brasil estava atrasado em relação aos Estados Unidos, o que era evidente, e, ainda, em relação ao Chile e, à "maior rival", a Argentina. "Como collaboramos nós no ideal pan-americano? Com a fraqueza, esperando a proteção dos

fortes" (A DEFEZA NACIONAL, 1914). No número 12 da revista, um extenso artigo de Tasso Fragoso defendeu o serviço militar obrigatório.

Em 1915, com a guerra na Europa em curso, *A Defeza Nacional* discutiu a integração de Exército e nação no processo de modernização das sociedades. Em artigo extraído do discurso do primeiro-tenente Glycerio Gerpe, em 30 de março de 1912, por ocasião da colação de grau da turma de engenheiros militares, o tema "nação em armas" foi reforçado pela revista como uma característica da própria modernidade.

> Modernamente não se improvizam exercitos e não basta que amanhã quando a trombeta da guerra plangente ecoar na serra convocando a reunir legiões de cidadãos, animados embora dos mais nobres sentimentos enverguem um uniforme e se dirijam ao campo de batalha para fazer respeitar o sólo patrio: não, não é bastante, pois não é apenas o uniforme que faz o militar, sendo preciso tambem que sob elle pulse um coração de soldado. E para que a nação se torne forte e se possa fazer respeitar, mistér se faz que esse coração de soldado pulse no peito de cada cidadão, e isso somente se consegue com uma prévia educação militar durante a paz (A DEFEZA NACIONAL, 1915).

Talvez, a melhor reflexão sobre o modo como o Exército brasileiro incorporou, desde o século XIX, as referências provenientes da Europa, segundo seus desejos modernizantes, suas experiências históricas e sua cultura, seja a tese de Leonardo Trevisan, intitulada *As "obsessões patrióticas": origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro* (USP, 1993). Mesmo sem adotar a dicotomia modernismo-modernização na sua análise e preocupando-se, sobretudo, com a divisão originária do Exército brasileiro entre o pensamento que defendia a formação teórica e o pensamento que sustentava a instrução voltada às atividades militares práticas (bem como seus desdobramentos históricos a partir do século XIX até a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, entre os anos 1920 e 1940), o autor desenvolveu uma teoria que poderia levar à interpretação de que as "doutrinas modernas" foram absorvidas sempre num "modo à brasileira" e aplicadas à realidade nacional. Ainda que esta fosse particularmente compreendida por segmentos do Exército, não necessariamente homogêneos, mas muitas vezes conflitantes.

Trevisan entendeu, portanto, que o desfecho do debate sobre a escolha da nacionalidade da missão estrangeira que modernizaria o Exército brasileiro não estava apenas nos méritos em si das organizações militares europeias (principalmente a francesa e a alemã), nos interesses econômicos de agentes brasileiros e estrangeiros e na capacidade diplomática de políticos, militares e intelectuais germanófilos ou francófilos. Longe de desqualificar tais aspectos, percebeu não serem suficientes para explicar os

motivos da escolha de uma missão militar francesa e não de uma missão alemã. Mesmo a ideia da afinidade latina pode ser, de algum modo, reconsiderada, se desejado, nos termos da hibridação das culturas militares brasileira e francesa (lembrando que mesmo essas, em si, eram heterogêneas).

Segundo o autor, a influência francesa era proveniente dos tempos do Império. Como exemplo da presença francesa no Exército brasileiro já no século XIX, ele mencionou a reforma da Academia Militar do Rio de Janeiro em 1839.

> A comissão da reforma de 1839 estabeleceu que o novo estatuto para a escola militar brasileira "organizará os necessários regulamentos, servindo-lhe de norma os que se acham presentemente em vigor na Escola Politécnica e na de Aplicação de Metz, em França, em tudo o que for adaptável ao plano de Estudos". O novo Estatuto, o de 1839, mudou o nome da Academia Real Militar para Escola Militar e, de fato, privilegiou oficialmente o ensino de Engenharia. Por outro lado, seguindo bastante os princípios da "formação francesa", militarizou, o quanto foi possível, o cotidiano da nova Escola Militar, principalmente quando criou a figura do "oficial instrutor", encarregado do comando das companhias de alunos e da "instrução prática das Armas" (TREVISAN, 1993, p. 14-15).

Ao longo de todo o século XIX, um dos principais debates envolvendo o Exército brasileiro, no tocante à sua "doutrina", se relacionou ao entendimento de quais seriam os principais objetivos e princípios norteadores da formação do oficial. A discussão se pautou pela disputa entre aqueles que preferiam uma formação mais teórica (notadamente em engenharia) e aqueles que desejavam uma formação mais militar ou prática. Grosso modo, prevaleceram os primeiros, de maneira que o ensino teórico caracterizou significativamente a escola militar ao longo do Império, apresentando resquícios dessa influência nos primeiros anos da República, com a presença dos positivistas. Em 1851, foi criado no Rio Grande do Sul o curso de Infantaria e Cavalaria (concretizado apenas em 1853); em 1855, foi fundada a Escola de Aplicação na Fortaleza de São João (transferida, em 1857, para a Praia Vermelha), na qual se pretendia reunir todas as disciplinas militares; e, em 1859, foi formada a Escola de Tiro de Campo Grande.

Os exércitos chileno e argentino, por sua vez, se modernizaram ao final do século XIX, sofrendo forte influência alemã, especialmente com o envio de missões do país europeu às nações sul-americanas.[40] É importante ressaltar, segundo a análise de

[40] "Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, as potências industriais europeias, em especial a França e a Alemanha, disputavam o monopólio da influência sobre os exércitos da América Latina. Tal disputa abarcava desde a venda de material bélico até o envio de missões militares

Trevisan sobre o processo de modernização do Exército brasileiro, que a instituição já apresentava, nos momentos derradeiros do Império, influência estrangeira, notadamente da Alemanha, ainda que a França fosse uma constante referência militar para os brasileiros.[41] O desejo de modernidade do Exército brasileiro não foi uma característica exclusiva do período republicano, nem mesmo a disputa entre franceses e alemães pelo direito de utilizar seus oficiais no aprimoramento das tropas sul-americanas.

Antes da Missão Militar Francesa de Instrução – mais especificamente até 1924, quando esta começou a atuar na Escola Militar do Realengo –, a principal referência do Exército brasileiro era o Exército alemão, em termos de formação da mentalidade do oficial, de organização da instituição e do seu desenvolvimento para a modernidade. Evidentemente, contribuiu para isso a influência dos ex-estagiários que voltaram da Alemanha e procuraram instaurar no Exército brasileiro o mesmo "espírito prussiano" que absorveram na sua estadia na Europa. Todavia, como demonstrou Leonardo Trevisan, havia enorme distância entre a "cultura" do soldado brasileiro e a do soldado alemão. Por outro lado, não é possível afirmar que desde o retorno dos "jovens turcos" e da primeira publicação de *A Defeza Nacional*, em 1913, esse cenário germanófilo tenha se estabelecido por completo.

A Reforma do Ensino Militar de 1913[42], de inspiração germânica, se desenvolveu de forma lenta – dando-se mais ênfase ao ensino prático e ao rigor disciplinar do que em outros momentos da história do Exército brasileiro – e os "jovens

---

estrangeiras de instrução junto aos exércitos latino-americanos. O Chile, por exemplo, durante a presidência de Domingo Santa María (1881-1886), contratou o capitão alemão Emilio Körner Henze, que empreendeu uma reforma no exército chileno a partir da criação da Academia de Guerra e do Colégio Militar, da formação de um eficiente Estado-Maior e da organização de zonas militares, que transformadas em divisões, permitiram, também, um adequado apoio logístico. Todas essas ações foram completadas pela aquisição de um moderno equipamento militar, pelo envio de oficiais chilenos à Alemanha e pela contratação de uma equipe de assessores militares alemães capazes de auxiliarem Körner no processo de transformação do exército daquele país. Também na Argentina, a reformulação do Exército ocorreu, em grande parte, sob a influência da Alemanha. Durante a década de 1890, várias comissões de compra de armamentos chefiadas, principalmente, pelo tenente-coronel Pablo Riccheri, foram enviadas à Alemanha. Além disso, o país contava com a presença de três oficiais alemães incorporados ao seu exército: Albert Von Sydow, Rudolf Von Colditz e Georg Ruhde. Finalmente, em 1899, durante a presidência de Julio Roca, chegou à Argentina uma missão militar alemã, que contou com uma equipe de militares comandada pelo coronel alemão Alfred Arent" (LUNA, 2007, p. 1-2).

[41] "De olhos postos em Paris, o nome escolhido para o núcleo de ensino que privilegiava a teoria foi o de Escola Superior de Guerra, uma suave distorção, tendo em vista que a congênere francesa se preocupava só com altos estudos militares (…). Um detalhe merece atenção nessa última tentativa reformista do Império no ensino militar. A reforma de março de 1889 [decreto 10.203 do Império] previa a inclusão, na fase de ensino prático de todos os cursos, de um inédito 'exercício e pequenas ações de guerra, segundo temas dados, e tendo em vista os acidentes de terreno'. Era uma proposta de notória influência alemã, fruto das manobras inovadoras alemãs na Guerra Franco-Prussiana. Na fase republicana, nas reformas da Escola Militar, esse curso e essa influência alemã foram sumariamente omitidos" (TREVISAN, 1993, p. 67).

[42] Ver MOTTA (2001) e TREVISAN (1993).

turcos" estavam distantes da Escola Militar do Realengo, atuando em outras instituições militares de ensino e também, de alguma forma, nos quartéis. Resultados mais claros da ampliação da "mentalidade prussiana" no Exército brasileiro são percebidos em 1918 e em 1919 (com as reformas promovidas pela lei 3454, de 6 de janeiro de 1918, o decreto 13.451, de 29 de janeiro de 1919, e a Missão Indígena[43]). Não obstante, tal "espírito" jamais ganhou por completo o coração de toda a corporação.

Por um lado, os oficiais mais antigos e que possuíam uma mentalidade "arcaica" (eram de patente superior à dos reformistas germanófilos, em sua maioria) viam no rigor dos novos oficiais um desrespeito à hierarquia. Tal era a contradição do processo: para instituir o rigor e o respeito à hierarquia militar e política, era preciso mudar a mentalidade do Exército naquele momento e afrontar a própria hierarquia. De outro lado, o soldado comum, não habituado a um ambiente tão rigoroso, sentia a "disciplina prussiana" um tanto excessiva e resistia ao modelo importado (TREVISAN, 1993, p. 297-298). Enfim, havia obstáculos de todos os sentidos e a oposição brasileira à Alemanha na Primeira Guerra Mundial influiu na marginalização da referência germânica no Exército brasileiro. O que estava em jogo, certamente, era o fato de o Exército brasileiro superar seu próprio "atraso" e, para tal seria preciso, de alguma forma, inspirar-se naquilo que já era moderno.

Os anos que antecederam a chegada da Missão Francesa Militar de Instrução foram de intensas discussões, inicialmente porque a Primeira Guerra Mundial havia terminado e deixara marcas profundas na maneira de pensar a própria guerra; em segundo lugar, porque o Exército havia experimentado, novamente, durante a Guerra do Contestado (1912-1916), os limites e a ineficiência da instituição. Dessa forma, o ministro da Guerra que ocupou a pasta durante boa parte dos dois conflitos, entre novembro de 1914 e novembro de 1918, o marechal José Caetano de Faria (1855-1920), procurou, na combinação entre os fatores externos e a experiência local, um caminho para a evolução do Exército brasileiro.

No último relatório[44] no comando do Ministério da Guerra, Caetano de Faria fez um balanço da atuação da pasta sob o governo de Wenceslau Braz (1914-1918), apresentando como necessidade a reforma do Exército. Além de expor um quadro geral

[43] Nome dado ao grupo de instrutores selecionados por concurso para atuar na Escola Militar do Realengo. Muitos deles eram "jovens turcos" e foram predominantes na instituição até 1924, quando a Missão Militar Francesa de Instrução passou a atuar no Realengo.

[44] A função dos relatórios era resumir as atividades do ministério no ano anterior e a situação do Exército até o período de elaboração dos documentos. Os relatórios, em geral, eram apresentados em meados do ano corrente.

sobre os casos de insubmissão – que se mantinham mesmo após o difícil, mas já concretizado, em 1916, serviço militar obrigatório –, o ministro abordou o intercâmbio entre militares brasileiros e europeus e a possível contratação de uma missão estrangeira que viesse instruir o Exército brasileiro, a fim de "modernizá-lo".

> Missões no estrangeiro: De accôrdo com as autorizações concedidas pelo poder legislativo, acha-se na Europa uma commissão de officiaes, sob a chefia do general Napoleão Felippe Aché, a qual estuda as modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito; essa missão compõe-se, além do citado general, de 23 officiaes, e como nós fazemos parte dos paizes aliados contra a Allemanha, esses officiaes estão á disposição do quartel-general dos alliados. Uma outra missão acha-se nos Estados Unidos, fazendo estudos e procurando adquirir material que nos falta; ella tem como chefe o tenente-coronel Alipio Gama, compondo-se de 8 officiaies, além do chefe (FARIA, 1918, p. 34-35).

Para Trevisan, Caetano de Faria era contrário à contratação de uma missão estrangeira.[45] De fato, o ministro preferia um caminho mais "nacionalizado" para o desenvolvimento da instituição, entretanto, não recusava completamente a vinda de uma missão francesa. O que parece é que Caetano de Faria tinha plena consciência de não ser possível apenas delegar aos brasileiros a vanguarda do processo que já estava em curso, assim como não era coerente simplesmente importar um modelo moderno e fazê-lo ajustar-se à realidade militar nacional na sua forma. Desse modo, ele buscou conjugar a experiência militar brasileira recente às "modificações introduzidas na arte da guerra pela campanha actual, verificando o que é applicavel ao nosso exercito".

> Os regulamentos dos exercitos adiantados servem evidentemente de base aos nossos, mas soffrem as alterações indispensaveis para sua adaptação ás qualidades do nosso soldado, á topographia do nosso territorio e até ás nossas condições financeiras; no nosso paiz, sem estradas carroçaveis, de população disseminada e industrias atrazadas, não é possivel contar, senão raramente, com o transporte de automoveis, nem se empregar methodos de guerra que se apoiem na existencia constante de nucleos de povoação; basta lembrar que o nosso exercito em campanha só póde contar com o acampamento, sendo o acantonamento um caso excepcional. Nas ultimas operações militares, Canudos e Contestado, os transportes eram em geral feitos em cargueiros, e a evacuação de feridos, mesmo nos trens, feita em rêdes. Por esses motivos, estou

[45] "Com o desfecho da Primeira Guerra, apesar das sucessivas e pesadas críticas da 'liga dos aliadófilos' ao 'excesso de disciplina' dos oficiais 'alemães' do Exército, a presença do ministro Caetano de Faria [do governo Wenceslau Braz (1914-1918)] era garantia de que as reformas continuariam, com algumas restrições, como, por exemplo, a contratação de uma missão estrangeira de instrução militar (a que o ministro Caetano de Faria se opunha) para reorganizar e aparelhar o Exército. Mas ele não perdia oportunidade de repetir sua confiança na capacidade dos oficiais brasileiros ex-estagiários na Alemanha, ou seus discípulos diretos, de cumprir essa missão de atualização (…). A Guerra Mundial mudara muitos conceitos de combate, muito das regras tradicionais de conduta na arte da guerra. A Escola Militar deveria adaptar-se aos novos tempos" (TREVISAN, 1993, p. 299).

> convencido de que o melhor methodo para o nosso aperfeiçoamento é o que estamos seguindo: mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar. Não quer isso dizer que não seja vantajosa, a vinda de officiaes estrangeiros, de real competencia, para leccionar na escola militar ou na de estado-maior, materias em que se tenham especialisado, como as do serviço de estado-maior, estrategia, jogo da guerra, etc. (FARIA, 1918, p. 39).

O texto anterior não deixa dúvidas. Caetano de Faria não se opunha a uma missão estrangeira – pelo menos era essa sua posição oficial –, mesmo que preferisse "mandar officiaes competentes estudar as organizações européas e acompanhar as operações de guerra, afim de que, com o conhecimento que têm das nossas condições, verifiquem o que nos convem adoptar".

Não se pode esquecer que, naquele momento, a posição "germanófila" estava obviamente enfraquecida, mas ensejou a oportunidade de reforçar aquilo que Caetano de Faria anunciara no relatório. Era necessário apreender a experiência estrangeira – que, para os colaboradores de *A Defeza Nacional* e aqueles que eram aprovados nos primeiros concursos públicos para professores na Escola Militar do Realengo, se tratava, primordialmente, do modelo alemão –, não obstante, combinando-a com a experiência brasileira e, acima de tudo, compreendendo que a modernização do Exército era também o fortalecimento do caráter patriótico.

Tais considerações podem ser destacadas em um relevante editorial de *A Defeza Nacional*, de agosto de 1918. O texto tratou da necessidade de uma postura nacional para pensar o Exército brasileiro, tomando do estrangeiro apenas aquilo que era útil em termos locais. No editorial intitulado "Patriotismo ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável", foi destacada a ideia de que o processo de modernismo do Exército se daria no encontro entre os interesses brasileiros e os modelos europeus.[46] O texto defendeu, igualmente, a fusão do patriotismo brasileiro com a experiência alemã, apesar da sua publicação em um momento próximo do fim da guerra na Europa, que levaria ao fim do Reich, e da oposição do Brasil ao *Kaiser*. A revista não criticou a política brasileira antialemã, mas reprovou o possível abandono da referência germânica para o desenvolvimento da instrução do Exército brasileiro.

> Por um excesso de gratidão que bem se explica pela nossa absoluta fraqueza e porque a nossa nacionalidade ainda está em formação, temos, até agora, em actos esparsos, em

[46] Como ambos não são puros e simplesmente mimetizados, o processo de desenvolvimento do Exército brasileiro, de fato, estabeleceu uma mentalidade moderna, mas na construção da modernização ficou apenas a desejar.

> opiniões dos nossos políticos mais notaveis, em consequencia de dificuldades financeiras e, mais do que em tudo isso, na consciencia popular, victima do analphabetismo e de justificada descrença dos nossos estadistas, creado e desenvolvido um sentimento que suffoca o patriotismo – o *estrangeirismo* (…). Os principios comprovados pela experiencia em um paiz perderão o seu valor passando as fronteiras? Não será patriotico e por isso necessario acompanhar, aprender e adoptar tudo o que de melhor souber e fizer o nosso inimigo? Em materia militar, haverá quem discuta as vantagens de elucidar desapaixonadamente tudo que o inimigo descobrir ou aperfeiçoar? (…) N'A Defeza Nacional nunca houve concessões pessoaes e a bajulação não ousa approximar-se das suas colunnas. Ella está inscripta entre os orgãos mais patrioticos que no Brazil se imprimem viver *para o bem da sua Patria e da sua classe* [grifo do autor] – embora com constantes sacrificios pessoaes (…). Resolvemos num rasgo de franqueza que tambem é um sacrificio, explicar, de uma vez por todas, o nosso modo de ver, de sentir e de luctar pelos sagrados interesses da Patria, a razão porque pugnamos, pela adopção entre nós, de alguns regulamentos usados por um paiz que é hoje nosso inimigo (…). Esse tal 'germanophilismo' tão lembrado por alguns que muito esqueceram e ainda esquecem seus deveres para com a Patria, deve ser applicado aos que em actos, palavras e idéas pugnaram pelo enfraquecimento do paiz, progresso de idéas dissolventes e impraticaveis e aos que, evitando a instrucção militar que sempre pedimos e a aquisição do material indispensavel para apresentar resistencia util deante do inimigo, impediram que a nação agisse de accordo com a altivez e altruismo sempre manifestados (A DEFEZA NACIONAL, 1918).

O fragmento do editorial expressa a maneira como os "jovens turcos" e seus discípulos compreendiam a modernidade do Exército brasileiro, além de defender esses militares das acusações que poderiam sofrer. Não se pregava a mera adoção de um modelo de pensamento aliado ou não e, sim, do pensamento, aparentemente, mais eficiente, não importando tratar-se de uma cópia do Exército alemão ou de qualquer outro, pois o fundamental era o modernismo do Exército brasileiro.

O "espírito prussiano", entretanto, era excessivamente rigoroso para os padrões do Exército brasileiro na época e, por isso mesmo, segundo Leonardo Trevisan, produziu um efeito grave de insubmissão na Escola Militar do Realengo. A observância devotada das normas regimentais dos oficiais em formação e o respeito inquestionável à hierarquia pregados pela entidade fizeram com que os alunos da Escola Militar do Realengo – na qual os "jovens turcos" e seus seguidores eram instrutores desde 1920 – fossem os únicos a aderir à Revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922.[47] O

[47] A Missão Militar Francesa de Instrução ainda estava impedida de atuar na Escola Militar do Realengo em 1920, tendo assumido a instituição apenas em 1924. Cabe aqui a citação de um longo trecho da tese de Trevisan, que sintetiza com perfeição todo o processo histórico de introdução do modelo germânico na Escola Militar do Realengo, suas consequências e sua rejeição. "As decisões de 1915 (…) dotaram o Exército de um verdadeiro rigor prussiano, que ele nunca antes conhecera. A reforma de 1919 [decreto 13.574], especialmente por isso, impunha na Escola Militar a obrigação de seguir a mesma rotina de instrução contínua que os ex-estagiários do Exército alemão já tinham imposto ao corpo do Exército. Pelo menos nos corpos sediados na capital da República. Sem dúvida (…), a mentalidade prussiana chega à Escola Militar do Realengo. Com todo o rigor. O que não significa dizer que estivesse dominando o ensino militar como um todo (…). O 'espírito prussiano', no entanto, dominou por inteiro todo o espaço

excesso na aplicação da disciplina fez com que os oficiais da Escola Militar do Realengo se rebelassem, o que levou ao afastamento da Missão Indígena e abriu as portas da entidade aos instrutores franceses. Estes, por sua vez, tiveram uma postura muito mais adequada à realidade do Exército brasileiro da época, o qual, apesar de já não ser mais uma instituição recolhedora de "indesejáveis", não gozava de enorme simpatia social.

Para Trevisan, o desfecho da Primeira Guerra Mundial teve efeito prático no distanciamento do modelo alemão, bem como o trabalho incessante dos adidos militares francês[48] e brasileiro[49], no Brasil e na França, respectivamente, e do ministro da Guerra

---

interior dos muros da Escola Militar. Com o máximo rigor possível. Os novos responsáveis pelo ensino prático na Escola Militar, reformada duas vezes em apenas dois anos, tinham comportamento completamente diferente do que se poderia chamar 'instrutor tradicional'. O modelo desse instrutor da reforma de 1918/19 eram os ex-estagiários do Exército alemão, quando não eram os próprios oficiais, alguns já no posto de capitão, que assumiram tal tarefa (…). Armados, primeiro, com o 'manual de instrução' quase sempre traduzido diretamente do alemão e, depois, do regulamento de 1919, que os autorizava, para não dizer, obrigava a vigiar a 'correta atitude pessoal e compostura' dos alunos, os jovens instrutores passaram a cobrar de sua clientela novas atitudes, sejam as profissionais, produto do conhecimento adquirido, sejam as disciplinares, produto do novo comportamento militar que pretendiam introduzir no corpo da tropa o 'mais rápido possível'. Se a Escola Militar do Realengo assumiu, nos dois primeiros anos da década de 1920, ares 'definitivamente' militares, devidamente notados e comentados pelo ministro civil Pandiá Calógeras com toda a admiração possível, o rigor da disciplina imposta pelo 'espírito prussiano' (…) produziu consequências de extrema gravidade. O corpo de alunos, por influência dos problemas internos e do rigor dos instrutores 'alemães', não estava inteiramente convicto da necessidade de absorção da mentalidade prussiana. Na primeira oportunidade possível, os alunos demonstraram seu descontentamento. No 5 de julho de 1922, a única unidade militar que se solidarizou com os revoltosos do Forte de Copacabana foi a Escola Militar do Realengo. Um depoimento, em termos exclusivos de história oral, do coronel Durval de Magalhães, aluno da Escola Militar do Realengo, de 1918 a 1920, vincula explicitamente os 'excessos disciplinares' dos instrutores concursados da Missão Indígena no rol dos motivos que levaram os alunos da escola a repetir em 1922 o 'ânimo' de 1904 que a instituição tanto fizera para eliminar. Por outras razões, o medo da politização exaltada estava de volta à 'mocidade militar'. Todos os sintomas do 'bovarysmo' fardado retornavam para assustar a instituição. Do ponto de vista disciplinar, a reação foi imediata e sumária, tanto quanto em 1904: expulsão de todos os alunos envolvidos – praticamente toda a turma –, alteração de comando, afastamento de todos os instrutores com vínculo com a Missão Indígena. Sem dúvida, a adesão dos alunos à revolta do Forte de Copacabana, se não apressou, com certeza 'pavimentou' o caminho da aceitação da presença de uma missão estrangeira de instrução militar menos rigorosa, menos dogmática. Menos 'prussiana'. (TREVISAN, 1993, p. 312-317).

[48] "L'influence militaire à acquérir dans un pays encore dans l'enfance, mais destiné au plus bel avenir et ou nous cherchons, d'autre part, à nous faire une place dans le domaine économique, vaut bien quelques sacrifices, que nous pouvons espérer productifs dans l'avenir" (de la HORIE, Fanneau. *Rapport au ministre de la Guerre*, Rio de Janeiro, SHAT – Service Historique de l'Armée de Terre, Château de Vincennes, 11 septembre 1918 apud DOMINGOS NETO, 1980, p. 47).

[49] "Tanto quanto se pôde apurar, praticamente na mesma época os dois adidos [militares, francês no Brasil, capitão Alphonse Fanneau de la Horie, e brasileiro na França, major Alfredo Malan d'Angrogne], no segundo semestre de 1917, sugerem uma Missão Militar Francesa de Instrução em proveito do Exército brasileiro. Anteriormente, em maio do mesmo ano, é feita uma referência à possibilidade de 'ser posta uma missão à disposição do Brasil' precedida de 'larga franquia, em França, a oficiais do Exército brasileiro', considerada o rompimento de relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, pois o nosso país só se tornou beligerante por Decreto de 26 de outubro daquele ano. Isso se verifica em documento elaborado pelo então Adido Militar francês no Brasil, o Capitão Alphonse Fanneau de la Horie [que já conhecera o país entre 1911 e 1913, ao atuar com a missão francesa na Força Pública do Estado de São Paulo]. O documento em questão expressa: 'Quant à l'instruction de l'armée, en attendant que la guerre

em 1919, general Alberto Cardoso de Aguiar (1864-1935). Entende-se, entretanto, que o aspecto primordial para o afastamento brasileiro da influência germânica e a aproximação do modelo francês foi a incompatibilidade de adaptação do "espírito prussiano" – interpretado por seus detratores como "excessos disciplinares" – à demanda local brasileira pela reformulação do Exército. Entre os ensinamentos mais significativos do estágio dos "jovens turcos" na Alemanha, estava a ideia de disciplina e como ela se conciliava com a noção de soldado-cidadão, uma vez que a principal função política do soldado era a defesa da pátria em todos os sentidos, inclusive da hierarquia – esta bastante distante da realidade brasileira, levando-se em conta os constantes casos de insubmissão. Isso não significa que o modelo francês era melhor ou menos rígido, porém que, talvez, os franceses percebessem mais adequadamente até onde podiam se estender seus ensinamentos e seu envolvimento com o universo militar brasileiro, assim como que a missão envolvia um assunto comercial e o aumento da influência francesa na América Latina, tornando a França a principal parceira militar do Brasil.

Apesar do curto período à frente do Ministério da Guerra (1918 a 1919), Cardoso de Aguiar tomou decisões importantes no tocante às reformas modernizantes do Exército. Seu relatório de 1919 é o primeiro a tratar abertamente da contratação da Missão Militar Francesa de Instrução e das expectativas que existiam em relação à chegada da missão. É notável que o aspecto primordial da missão tenha sido mencionado inicialmente: a formação dos oficiais do Exército brasileiro e, consequentemente, a participação francesa na reformulação do ensino militar. Na percepção de Cardoso de Aguiar acerca da "função" social do Exército, ao alistamento universal (já estabelecido desde 1916) cabia, naquele momento, formar os oficiais que guiariam o povo em armas para a defesa do território e dos valores da pátria, no entanto, esses deveriam, ainda, desempenhar o papel de "instrutores" do sentimento nacionalista para todos os cidadãos brasileiros. Em suma, a educação de um oficial incluía a formação de um professor de patriotismo.

> Das escolas sahem os officiaes que disseminam por todos os recantos do Brazil e transmittem a instrucção necessaria aos conscriptos que se apresentam promptos a se

terminée nous puissons mettre une mission à la disposition du Brésil, ne puirrons nous pas ouvrir largement nos portes aux officiers de l'armée brésilienne, maintenant que le Brésil compte parmi les beligerants?' Nele estabelecia confusão entre a 'Declaração de Guerra', de 26 de outubro, com o rompimento de relações diplomáticas, este sim, de 3 de abril, tudo do ano de 1917" (MALAN, 1988, p. 43).

> transformarem em verdadeiros soldados, a quem a Patria confia defesa de seu territorio e da sua independencia (AGUIAR, 1919, p. 24).

A noção de "independência" não explicitava apenas o caráter formal da suposta soberania brasileira. Ser independente era ter consciência e identidade nacionais. Cardoso de Aguiar destacou, igualmente, o problema que se estendia desde o século XIX na formação do Exército brasileiro: a disputa entre as instruções teóricas ou práticas do oficial.[50] No início do século XX, tal embate foi interpretado pelo ministro na manutenção de duas ordens do conceito de Exército: uma arcaica e ultrapassada e outra moderna.

> Sobretudo era preciso tirar o caracter eminentemente theorico de que vinha ressentindo o nosso ensino militar, mau grado as sucessivas e repetidas transformações de regulamentos, e emprestar-lhe definitivamente a feição prática e technica que se impõe presentemente, em face do extraordinario desenvolvimento da industria militar, creando innumeros engenhos de guerra e multiplicando os formidaveis processos mechanicos de ataque e defesa (AGUIAR, 1919, p. 25).

Por certo, Cardoso de Aguiar projetou um avanço modernista e, concomitantemente, modernizante da própria materialização técnico-industrial. Ora, a "importação" da missão francesa apontava para o modernismo da mentalidade militar e para a manutenção do sistema comercial exportador (país europeu ou "avançado", ou seja, a França) e importador (ex-colônia, de base econômica agrária, o Brasil).

Vale destacar que a escola militar de formação dos oficiais não seria inicialmente comandada pela missão francesa; em outras palavras, ainda que o governo brasileiro percebesse a necessidade de se modernizar, o principal instituto escolar permaneceria sob o controle dos professores da Missão Indígena (nome com clara tendência para o desenvolvimento modernizante endógeno no país; pois, mesmo os instrutores, discípulos dos "jovens turcos", tinham assimilado a cultura militar

[50] Segundo André Luiz dos Santos Franco, a disputa entre teóricos e práticos foi apontada no relatório do Ministério da Guerra de 1829, sendo, nas suas palavras, resolvida apenas com a Missão Militar Francesa de Instrução. "O relatório do ministro da Guerra de 1829 também fez referência a uma reforma da Academia, pois acreditava que tal estabelecimento de ensino não estava correspondendo satisfatoriamente aos fins para os quais teria sido criado, ou seja, era desejo do ministro tornar a Academia uma verdadeira escola militar. Observa-se, já em 1829, o início da contradição entre o bacharelismo e o profissionalismo dentro do ensino militar, provocando opiniões díspares e conflitantes, problema que, segundo este trabalho, somente será resolvido com o advento da Missão Militar Francesa no final da segunda década do século XX" (FRANCO, 2010, p. 19). Para Trevisan, "o Estado português visualizava uma perspectiva de defesa cuja principal meta consistia na obrigação de construir fortes como garantia principal de posse. Confundir ensino militar com formação em engenharia tem essa origem" (TREVISAN, 1993, p. 389).

germânica, mas a faziam no sentido de dar uma direção singular à formação identitária do Exército brasileiro).

Cardoso de Aguiar reforçou seu desejo ao tratar especificamente da indústria militar brasileira e apontar a expectativa criada pela missão francesa também no sentido de ajudar a desenvolver algum *know-how* para o incremento e o desenvolvimento do parque industrial militar brasileiro. Plano esse frustrado pelo chefe da missão, Maurice Gamelin, como bem observou Domingos Neto (2007)[51], entendendo o general como um mercador dos equipamentos franceses, de modo a manter a dependência brasileira de produtos militares importados. Segundo o relatório:

> O serviço obrigatorio e a *independencia absoluta* [grifo meu] de recursos materiaes estrangeiros garantem a qualquer paiz seus meios efficazes de defesa militar. A questão reduz-se, então, a confiar a organização e o funccionamento da machina militar a homem capazes e a mãos habeis. Mas o problema cuja solução se impõe e sem a qual impossível será assegurar a defesa nacional é o da *independencia absoluta dos recursos materiaes estrangeiros* [grifo do autor] (AGUIAR, 1919, p. 32).

O ministro foi franco ao observar a carência material do Exército brasileiro em 1919 – ocasionada pela Primeira Guerra Mundial, que interrompeu o comércio de produtos de todos os tipos entre os países industrializados europeus e o Brasil – e, portanto, a urgência de compra de equipamentos bélicos para o país.

> As lições da grande guerra ainda vieram trazer a convicção de que necessitamos adquirir novos engenhos, não empregados ou desconhecidos anteriormente. Temos de comprar metralhadoras, canhões de campanha, obuzes, canhões de montanha e de

[51] Em artigo sobre a atuação de Maurice Gamelin no comando da Missão Militar Francesa de Instrução no processo de modernização do Exército brasileiro, Manuel Domingos Neto destaca que a contradição entre os desejos modernizantes e a realidade "arcaica" militar brasileira se aprofundou naquele momento. "De fato, o principal instrumento de força do Estado brasileiro amplia sua dependência em relação aos fornecedores estrangeiros e, sobretudo, entra em descompasso com a realidade: seria impossível, num país 'atrasado', o uso adequado de equipamentos e técnicas desenvolvidas em países industrializados (...). Nas negociações que antecederam a assinatura do contrato da Missão, Gamelin resistira às tentativas de reduzir as atribuições da Missão Militar Francesa, pleiteara vantagens materiais e facilidades para os oficiais que o acompanhariam; opusera-se ainda com firmeza quando as autoridades brasileiras pretenderam guardar o direito de recrutar técnicos estrangeiros para fábricas, arsenais e serviços geográficos. Mostrando a clara intenção de produção de material bélico, o general francês explicara que aceitaria, no máximo, preservar para seu país o monopólio da orientação do Exército brasileiro e de técnicos civis, não militares; argumentara que estas atividades, em particular as do serviço cartográfico, onde 'tudo estaria por ser feito', deveriam sincronizar-se com o ensino militar, cuja unidade caberia assegurar. A importância da cartografia não parava de crescer em virtude da rapidez dos deslocamentos de tropa e do desenvolvimento da aviação. Finalmente, conforme ficou acertado, o Brasil poderia contratar profissionais de outras nacionalidades, desde que civis" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 221, p. 229).

> artilharia pesada, artilharia de costa e o complemento necessario para todo este material (AGUIAR, 1919, p. 55).

Por causa da guerra, também os Estados Unidos ampliaram as relações comerciais com o governo brasileiro. "Felizmente, julgo estar resolvida a questão do material para instrucção da arma de engenharia, pois acabamos de receber dos Estados Unidos, material de sapa e telegraphico, assim como telephones de campanha e estações de radio-telegraphicas" (AGUIAR, 1919, p. 55). A dependência de equipamentos estrangeiros, apesar dos desejos modernizantes para a indústria bélica, persistiu por longo tempo, até o fim do Estado Novo, como foi apontado. Enquanto a mentalidade modernista se ampliava internamente nos quadros militares e as reformas do Exército ganhavam maior interesse civil, a materialidade desse desenvolvimento – o avanço da indústria bélica nacional – era extremamente inconsistente.

Em 1920, no governo de Epitácio Pessoa, o primeiro civil a ser ministro da Guerra, João Pandiá Calógeras (1870-1934), reforçou os desejos modernizantes do Exército e, do mesmo modo que seus antecessores, persistiu na reivindicação da profissionalização do Exército e na ampliação dos recursos materiais bélicos para a instituição.

É manifesto que os três relatórios dos três ministros insistiram na mesma questão, entretanto, em vista da conjuntura infactível de estabelecimento célere de um parque industrial militar brasileiro, aceitaram resignados a importação de armamentos.[52]

[52] As queixas sobre o atraso da indústria militar também foram comumente tratadas na revista *A Defeza Nacional*. No número 65 do periódico, de fevereiro de 1919, foi publicado um longo artigo, intitulado "Nossa industria militar", escrito pelo primeiro-tenente Pericles Ferraz, que, em tom extremamente crítico sobre a situação da indústria militar à época, atacou a dependência ao material estrangeiro. "Paiz de insignificante desenvolvimento industrial o Brazil não poder ter uma industria de guerra sua, sem laços de dependencia da estrangeira (…). É sonhar acordado ou pensar na independencia da industria militar brasileira pelo menos nas mais próximas décadas (…). Ainda estamos na phase inicial – *a da imitação*; referida independencia virá com a phase final – a da *elaboração consciente* [grifos do autor]. Outros povos vieram por este mesmo caminho para o esplendor e a riqueza que hoje ostentam no mundo industrial" (A DEFEZA NACIONAL, 1919). Também na tese de Adriana Iop Bellintani, intitulada *O Exército brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização* (2009), a carência de materiais bélicos é ressaltada, porém a autora entende que, dadas as condições estabelecidas, houve alguma modernização com a aquisição dos equipamentos franceses. "A doutrina militar é reformulada, a doutrina de guerra é posta em prática nas manobras de quadros e ocorre um real preparo da força para uma hipótese de conflito. É importante ressaltar que o Exército brasileiro, antes da chegada da Missão Militar Francesa, estava completamente desarmado e que, quando se tem um exército totalmente carente, como no caso do Brasil, o material importado, mesmo velho e fora de uso para *países desenvolvidos* [grifo da autora], permite que os ensinamentos teóricos se transformem em exercícios práticos. Os quadros passam, então, a ter treinamentos de campo em áreas estratégicas, o que representa naquele momento, uma grande evolução. O Brasil vive, à época, uma situação complexa, pois, em busca de modernidade, adota a doutrina francesa e instala como arsenais sucata de guerra francesa. Mas, em que pese serem os armamentos negociados com grande vantagem para a nação exportadora, a imensa

No âmbito do desenvolvimento do espírito e da imagem do Exército (internamente e da imagem que a sociedade civil tinha da instituição), todos compreendiam como possível a elevação do Exército ao profissionalismo, a uma educação mais prática e ao desempenho de um papel de construção da identidade nacional – tão difícil dado o regionalismo, o pacto federativo do país e as práticas políticas da Primeira República –, tornando-se uma força capaz de exercer com extrema eficiência seu papel social e político de defesa do país.

No primeiro relatório de Calógeras, de junho de 1920, foi apresentado um longo preâmbulo acerca das condições da pátria brasileira, da sua vocação pacífica, da proximidade do centenário da Independência e da inserção do Exército brasileiro nesse quadro de questões.

> Base da defesa nacional, em torno delles virão grupar-se, si de tanto houver mistér, todos os elementos da Nação armada, garantindo, na serenidade da força consciente e pacífica, a auctoridade da palavra do Brasil no concerto dos Povos. Factor de estabilidade social e de progresso ininterrupto, assegurarão livre surto ás energias do paiz, para a conquista, dentro nas raias ethnicas, da pujança economica, do bem-estar collectivo e do predominio dos altos moveis altruisticos que sempre alentaram a acção do Exercito. Obedientes á tradição historica, já secular, serão sempre e cada vez mais a Força a serviço do Direito, da Justiça e da Moral (…). A custo, a muito custo, mesmo, vencendo graves resistencias, conseguimos transpôr o estadio do Exercito profissional (CALÓGERAS, 1920, p. 5).

Calógeras estabeleceu algumas digressões históricas sobre o Exército brasileiro desde sua participação na Guerra do Paraguai, bem como recuperou a trajetória da formação da unidade nacional brasileira a partir da monarquia, no século XIX. Articulando a história política à história da instituição, o ministro demonstrou como o processo de modernização do Exército, ainda que acompanhasse as transformações estruturais políticas do país, se deu de forma mais lenta e com muitos obstáculos – entre eles, a dificuldade de se instituir o serviço militar obrigatório, eliminando o caráter "punitivo" que representava o alistamento – e destacou, principalmente, o significado social que assumiu o Exército ao longo dos primeiros anos da República.

> Soffreram as forças armadas, postas em suspeição pela opinião nacional, por esta mal tolerada como um flagello necessario, inevitavel, irremovivel porque dispunham de elementos de coerção material precisos para sufocar qualquer processo (…). Officiaes

---

extensão territorial e a grave carência de material de qualquer natureza fazem da compra do armamento importado uma alternativa vantajosa para o Brasil" (BELLINTANI, 2009, p. 544-546).

> formados nesse ambiente não podiam dar ao valor profissional a preeminencia que deve ter. Mal orientados, illudidos pela feição extrinseca dos acontecimentos, começaram alguns, minuscula minoria, embora, a desviar-se de sua missão, para se transformar em *missi dominici* da effervecencia politica reinante (…). Exercito e Armada eram o mal, o desordeiro nacional, que só não era licito extirpar o organismo por simples impossibilidade de agir contra elles (...). Deve a Nação rever-se toda no Exercito e na Armada. Cumpre haja uma interpretação reciproca do elemento civil e do elemento militar, irmanados, fundidos e caldeados pelos mesmos principios motores, respirando o mesmo ambiente, vivificados pela mesma alma. Urge separar da tropa, de seu preparo technico, a indebita interferencia politica (CALÓGERAS, 1920, p. 10-11, p. 13).

Apresentando dados comparativos entre os quatro primeiros anos de alistamento obrigatório, Calógeras observou que tal condição favoreceu a redução do atraso do Exército, inserindo-o de forma menos suspeita e mais reconhecida na sociedade brasileira. Em dados proporcionais, não houve decréscimo dos casos de insubmissão, ao contrário (pois, a partir do alistamento obrigatório, o número de conscritos cresceu acentuadamente). Segundo o relatório de 1920 do ministro Calógeras, em 1916, ocorreu o alistamento de 54.404 homens, a convocação de 3457, sendo 890 os casos de insubmissão; em 1917, eram 66.795 alistados, 39.730 convocados e 14.490 os casos de insubmissão; em 1918, entre os 127.977 alistados e 50.437 convocados, houve 26.010 casos de insubmissão; finalmente, em 1919, foram 113.073 alistados, 41.828 convocados e 22.663 casos de insubmissão. Para Calógeras, os casos de insubmissão tiveram sua origem na "ignorância" daqueles que deveriam se alistar.

> A ignorancia do sorteio é, por 80% talvez, a causa do facto, a escusa legal da insubmissão. Ninguem, que conheça o sertão, isto é todo Brasil menos insignificante faixa litoranea, talvez mesmo méros pontos, as cidades nessa linha de milhares de kilometros, ninguem poderá negar que quasi todos os insubmissos do interior o são por não terem tido aviso nem do alistamento nem do sorteio (CALÓGERAS, 1920, p. 24-25).

Sobre a modernização, conhecendo a dimensão ímpar da sociedade brasileira e, em particular, do seu Exército, Calógeras abordou a necessidade de profissionalização da instituição, material e mentalmente.

> Precisamos de Exercito, e não de arremedo d'elle, multidão fardada, sem efficiencia militar. Passamos bruscamente do Exercito profissional ás forças armadas nacionaes (…), mesmo entre os mais leaes e dedicados propugnadores do principio novo, ainda influe a longa pratica dos dogmas abandonados. Involuntariamente, encara-se o problema com a mentalidade antiga (…). Não raro, triumpha inconscientemente o methodo antiquado. As nossas convicções constituem ainda um estado mental *à fleur de peau*, superficial (…). Quando ser soldado era uma profissão, como qualquer outra, essa mão d'obra especial havia de ser paga como tal, isto é por uma taxa elevada,

> proporcionada, além do mais, ao pequeno número de especialistas. O conceito de Nação armada traz outras consequencias: não é mais uma profissão que exerce a praça, é uma prestação pessoal de serviços, como as antigas prestações *in natura*, ou de dias de serviços. É uma quota unitaria no esforço collectivo, como o imposto é a quota individual nas despezas geraes do paiz (CALÓGERAS, 1920, p. 29-30).

Além de tecer as óbvias críticas à escassez de equipamentos do Exército (a maior carência de todas), o ministro tratou das condições dos alojamentos do Exército.

> O Brasil deve a si mesmo não consentir que seus filhos, que se ufanam em vestir a farda, se alojem em senzalas immundas, que nenhuma dedicação de officiaes, por maior que seja, nenhum concerto ou remendo póde transformar nas moradas salubres onde o Exercito deve cuidar de sua missão. (...) Ninguem ignora que o Brasil está quasi inteiramente desarmado. Nem é indiscrição dize-lo, pois basta abrir jornaes e revistas technicas para se ter a evidencia de tal situação. Por outro lado, não podemos continuar na senda trilhada até ha pouco, dotando nossa artilharia de canhões Krupp. A metallurgia foi prohibida á Allemanha pelo Tratado de Versalhes, e bastaria isto para estancar a fonte onde preferentemente nos abasteciamos para taes mistéres (CALÓGERAS, 1920, p. 33, p. 43).

Após expor as necessidades e os estados dos contingentes humanos e dos materiais do Exército em 1920, Calógeras se dedicou ao tratamento do modernismo propriamente dito, com o início das atividades da Missão Militar Francesa de Instrução. "Dessas várias exigencias [organização do Exército, ordem de batalha, regulamentos táticos e conduta das grandes unidades], algumas estavam attendidas por actos Legislativos e decretos do Executivo, elaborados todos na vigencia de doutrinas commummente acceitas antes da guerra" (CALÓGERAS, 1920).

Dois aspectos chamam a atenção nesse trecho do relatório. Em primeiro lugar, o ministro não mencionou, quando abordou os assuntos da guerra, a experiência então recente da Guerra do Contestado – ora, seria oportuno pensar em aprimorar o Exército a partir das deficiências concretas surgidas na campanha do Contestado. Em segundo lugar, a doutrina de combate da Primeira Guerra Mundial não era, de forma alguma, uma novidade. Desde a Guerra Franco-Prussiana, o conceito de guerra era o mesmo empregado há quase cinquenta anos pelos alemães e também pelos estrategistas franceses.

> Ainda continuam a reger nossa actividade militar. Confirmou-os, em parte, a experiencia da lucta. Mas, em maior extensão, se tornaram caducos ante a realidade do campo de batalha. É suprema lição deste ultimo que precisamos haurir e infundir na tropa, respeitados sempre os coefficientes locaes (CALÓGERAS, 1920, p. 53).

É relevante destacar, neste último fragmento, que, apesar de não tratar da Guerra do Contestado e, em tese, das demandas locais, Pandiá Calógeras – ao afirmar a necessidade de avanço nos assuntos pertinentes à guerra moderna, travada poucos anos antes na Europa – registrou a importância de rejeitar qualquer modelo de reorganização do Exército que não levasse em consideração as características específicas da sociedade militar brasileira e sua história. Desse modo, preocupado com o "coeficiente local", Calógeras anunciou a Missão Militar Francesa de Instrução e o papel que passaria a desempenhar no Exército brasileiro, a partir de 1920.[53] Tal perspectiva foi reforçada no seguinte extrato do relatório:

> Breve estará terminada a elaboração de todos esses textos organicos e, em 1921, a instrucção, ora em periodo de transição e, como tal, bastante irregular, poderá ser ministrada a todos os corpos segundo um modelo unico oriundo da experiencia de 1914-18, condicionada pelas contigencias do theatro sul-americano (CALÓGERAS, 1920, p. 54).

Em relação à revista *A Defeza Nacional* e sua posição pró-germânica, quando, na Primeira Guerra Mundial, o Brasil declarou guerra à Alemanha, o tom de crítica à contratação de uma missão francesa foi enfraquecendo, uma vez que não havia mais argumentos que pudessem sustentar, entre os anos 1918 e 1920, uma reaproximação imediata entre Brasil e Alemanha em termos militares. Por terem quadros simpáticos às suas bandeiras dentro da Escola Militar do Realengo, onde a Missão Militar Francesa de Instrução não atuaria – pelo menos até 1924 –, os colaboradores da revista passaram a ver os franceses sob um olhar mais generoso, inclusive vislumbrando de fato possibilidades de absorção do *know-how* de uma nação que saíra vencedora do maior conflito até então visto no Ocidente.

O primeiro artigo do periódico sobre a Missão Militar Francesa de Instrução, intitulado "A missão militar franceza no Brazil", foi publicado em fevereiro de 1920, pouco antes da chegada de toda a missão ao país. Para além da germanofilia ou da

[53] Outro aspecto significativo do processo modernista foi a formação da aeronáutica militar, discutida no desenvolvimento dos quadros oficiais na Escola de Aviação, que, por sua vez, desde 1918, já operava com a presença da Missão Francesa de Aviação. A Missão Militar Francesa de Instrução ainda não atuava no principal centro de formação dos oficiais, a Escola Militar do Realengo; esta, por sua vez, vivia os dias da Missão Indígena e sua doutrina prussiana. Manteve-se assim até 1922 (quando, em 5 de julho, os alunos do Realengo se mobilizaram em prol dos revoltosos tenentistas do Forte de Copacabana) e até então foi exaltada pelo ministro da Guerra. "O nucleo preparador da officialidade continua sendo a Escola Militar do Realengo. É notavel o enthusiasmo com que ali se trabalha, quanto á efficiencia practica do ensino nesse estabelecimento, e quanto á pureza e á elevação do ideal que anima todos os esforços desenvolvidos por mestres e discentes" (CALÓGERAS, 1920, p. 59).

crítica aos "atrasados" franceses, vista em 1914, os "jovens turcos" – já influentes no Exército e em particular na Escola Militar do Realengo – demonstraram uma receptividade que, anos antes, seria considerada inesperada. Dado, igualmente, à capacidade de negociação dos franceses (houve, desde o início da missão, estratégias de aproximação com os grupos germanófilos) e aos desejos modernizantes brasileiros, as diferenças entre os grupos diminuíram consideravelmente. Tomando como referência o discurso de Gamelin sobre os propósitos da missão e sua intenção de manter o que já havia sido "modernizado", o periódico registrou:

> Interrogámos S. Ex., sobre se na reorganisação projectada, seriam postos á margem todos os regulamentos do nosso Exercito, que são adaptações dos allemães.
> – Não viemos desfazer o que está feito – respondeu-nos o general Gamelin (…). Comentando esta entrevista, disse o *Jornal do Brasil* de 1º de fevereiro: 'Na arte da guerra ha uma parte immutavel – a doutrina. Se o que existe nos regulamentos brazileiros, oriundos do allemão, é doutrina, é cousa applicavel, que não foi destruida pela experiencia da grande guerra, nada ha que modificar (A DEFEZA NACIONAL, 1920).

Para Domingos Neto – com o qual esta tese está em concordância – o que importava, sobretudo, era levar a modernidade ao Exército brasileiro, salvaguardando, primeiramente, os interesses e a defesa nacionais.

> Le ralentissement des activités des "germanophiles", après l'arrivée des militaries français, n'a pas signifié cependant une victoire des "francophiles". En verité, les jeunes réformateurs, dans leur ensemble, l'avaient emporté dans la lute pour la modernization (DOMINGOS NETO, 1980, p. 56).

Os momentos compreendidos entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a chegada da Missão Militar Francesa de Instrução ao Brasil representam um período de intenso debate, que se caracterizou, de um lado, por uma mentalidade modernista daqueles que desejavam a reforma do Exército brasileiro e, de outro lado, pela impossibilidade de modernização da instituição. O modernismo de forte influência europeia – principalmente alemã e francesa –, contudo, não se limitou a copiar determinado modelo. Isso não seria possível, uma vez que o militar brasileiro, evidentemente, não era alemão, nem francês e a experiência da instituição brasileira era singular. A escolha da missão francesa levou em consideração tais fatores, não por ser uma decisão unilateral, mas por conjugar interesses comuns, mesmo que em certas

circunstâncias a compreensão do processo fosse diferente para os sujeitos históricos envolvidos.

As conclusões de Trevisan sobre as influências alemã e francesa no Exército brasileiro inspiraram, de fato, essas ponderações e, retomando a dicotomia de Canclini, nada mais patente do que interpretar o processo de modernidade do Exército brasileiro a partir da distinção entre modernismo e modernização. O ideário do Exército, já na década de 1910, era preenchido com desejos modernistas, não obstante, a modernização era efetivamente deficitária. A contratação dos franceses[54], em detrimento dos alemães, consolidou aquilo que Canclini nomeou processo de hibridação, formando-se a partir das expectativas mais "brasileiras" para a modernidade do Exército nacional, bem como da inspiração estrangeira menos estranha aos padrões nacionais – tanto na manutenção da ordem política do período quanto na expectativa dos avanços sem ruptura da hierarquia militar.

[54] "Em pouco tempo [após a reforma de 1915], a parcela da oficialidade resistente à influência germânica percebeu que precisaria encontrar outro modelo para enfrentar o proposto pelo grupo prussiano. Sem esquecer, é claro, que esse modelo alternativo ao molde 'alemão' deveria preservar um determinado papel do Exército na vida nacional. A conjuntura histórica do final da década de 1910 ajudou em muito a procura dessa parcela da oficialidade; a derrota alemã, os tradicionais vínculos com o mundo francês, eram o melhor dos biombos para esconder a opção por um outro tipo de 'profissionalismo'. Estava pavimentado o caminho para a chegada da Missão Francesa (…). A impetuosidade dos oficiais de formação alemã também ajudou a absorção do modelo francês. Em torno da resistência aos princípios prussianos de instrução militar, está muito da origem interna-corporis da instituição do que se convencionou chamar de tenentismo – essa expressão vaga e indefinida. A célebre Missão Indígena resolveu de fato mudar não só a instrução militar, mas sim o que se deveria chamar de 'usos e costumes' dessa instrução. O objetivo era mudar a instrução para mudar o Exército. O primeiro 5 de julho de 1922 teve um único apoio: o dos jovens aspirantes do Realengo (…). A maior dificuldade para a assinatura do contrato, a exigência francesa de compra de material bélico, foi contornada e a habilidade e o perfil dos instrutores franceses deram o tom da eficiência da missão. Principalmente em sua primeira fase, quando foi preciso vencer a resistência para entrar no Realengo, período que durou até 1924. A partir [daí], os militares franceses praticamente assumiram os rumos maiores do ensino militar brasileiro, resguardando sempre a habilidade de que ensinar a Arte da Guerra é uma coisa, se fazer obedecido é outra. A Missão Francesa teve sucesso porque, antes de mais nada, intuiu os 'limites'. Com os franceses o Exército brasileiro se modernizou, tomou contato com a guerra moderna, assimilou novos equipamentos, sua oficialidade aprendeu a lidar com os 'grandes corpos', sem mexer, sem alterar 'os seus costumes'. Era exatamente isso que os 'troupiers' esperavam da missão francesa" (TREVISAN, 1993, p. 400-402).

CAPÍTULO 2

UMA MISSÃO À FRANCESA: A EXPERIÊNCIA DO GENERAL GAMELIN (1919-1924)

Au début du siècle, les armées nationales de la plupart des pays du continent [sul-americano] effectuent un saut qualitative. Sous l'influence de divers facteurs, la 'vielle armée' cède les pas à une 'armée nouvelle'. La modernisation militaire, globale, commence par la 'professionnalisation' des cadres. Formule ambiguë et incantatoire, désormais dans la bouche de civils confrontes à des armées insubordinnées, mais constitutionnallement professionnelles, apolitiques, non délibérantes
(Alain Rouquié)

A história da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro começou, como bem se sabe, antes da sua chegada ao país, em 1920. Em 1919, o primeiro chefe da missão, o general do Exército francês Maurice Gustave Gamelin (1874-1954), desenvolveu tarefas de observação do território brasileiro, da organização das tropas e do ensino militar. Desde o início da década de 1910, tendo em vista a necessidade de modernizar o Exército brasileiro, os agentes francófilos pleiteavam entre as autoridades nacionais – ministros, deputados, oficiais etc. – a escolha de uma missão militar francesa. O advento da Primeira Guerra Mundial arrefeceu temporariamente o empenho francês para obter um contrato desse serviço no Brasil, mas, com o fim dos confrontos em 1918, a retomada da tarefa foi extremamente significativa. A ação foi fortalecida com a derrota militar – e, posteriormente, em 1919, política, jurídica e econômica – da Alemanha, a maior rival da França no mercado de relações militares na América do Sul, uma vez que o Chile e a Argentina eram clientes dos alemães e estes tinham o apoio dos cadetes brasileiros que haviam feito intercâmbio no Exército do *Kaiser*.

Antes do término da Primeira Guerra Mundial, direcionando o olhar à conjuntura militar brasileira pós-Guerra do Contestado, em 1917, os debates para a escolha de uma missão militar estrangeira (francesa ou alemã) se intensificaram no Congresso brasileiro. Após a escolha dos franceses, desde 1918, houve razoável período de discussão sobre os termos do contrato, sendo sua elaboração encerrada em setembro de 1919.

Em agosto do mesmo ano, o general Gamelin já excursionava pelo país, atraindo a atenção de diversos setores interessados nas questões militares e na defesa nacional e de adeptos da modernidade para um país com fortes contrastes sociais, em especial no meio rural. A figura do notável oficial que acabara de participar do maior conflito até então da história da humanidade não gerava, contudo, um sentimento unívoco de apoio à missão estrangeira. Ao contrário, diversos setores refratários às mudanças e segmentos germanófilos e "nacionalistas" não viam com bons olhos a chegada dos franceses.

Gamelin identificou tais problemas imediatamente e, ao longo de todo o período à frente da missão, lidou com a oposição desses setores. Utilizando sua experiência, sua visão de mundo – e, por que não, seus preconceitos – para ajudar o Exército brasileiro a se tornar uma organização moderna, o general carregava, igualmente, os interesses estratégicos franceses de comercialização de mercadorias bélicas e de ampliação da aliança com países sul-americanos, os quais eram disputados por Inglaterra e Estados Unidos da América. Antes da Primeira Guerra Mundial, a Alemanha também participava da concorrência, porém, em razão do Tratado de Versalhes de 1919 e do impedimento para fazer comércio de mercadorias com finalidades militares, viu seus negócios diminuírem.

Nesse sentido, assim como é necessário entender o processo de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução a partir da visão brasileira do evento, a interpretação francesa do mesmo evento proporciona a ampliação da compreensão do momento experenciado pelos diversos sujeitos de uma importante instituição brasileira. Este capítulo, portanto, tem como cerne a discussão das interpretações de um homem que teve destaque no campo militar do seu país, vitorioso na Primeira Guerra Mundial e que agiu de acordo com os interesses franceses, mas nem sempre logrou sucesso nas suas empreitadas, destacando-se, por exemplo, o papel desempenhado na defesa da França, em 1940, na Segunda Guerra Mundial, contra a invasão nazista. A memória militar que se tem do general Gamelin ficou profundamente marcada por tal derrota. Suas reminiscências sobre o papel da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil e seu desempenho em particular na missão, todavia, têm outra reputação.

Conflitos e resistências de segmentos de um povo que, para ele, tinha "poucos homens de realização" foram a tônica da reflexão final do oficial acerca do período que viveu no Brasil. Sua experiência talvez tenha sido mais bem expressa nas memórias escritas logo após ter deixado a chefia da missão. Assim, o objeto central de análise deste capítulo é o relatório do general Gamelin escrito em março de 1925. Além do

relatório, são utilizados outros documentos preservados no *Centre des Archives des Affaires Étrangères de la République Française* e no *Service Historique de la Défense*, *Service Historique de l'Armée de la Terre*, Château de Vincennes, França, referente à Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro.

* * *

Em 8 de setembro de 1919, Brasil e França assinaram, em Paris, o contrato[55] para a vinda ao Brasil de uma missão militar de instrução do país europeu, que atuaria na reorganização do Exército nacional, a fim de alçá-lo à modernidade.[56] Segundo o contrato, a missão operaria sob as ordens do general Maurice Gamelin[57] e seria composta de 24 integrantes[58]: o próprio Gamelin; um oficial de ordens, à disposição do

[55] "No segundo semestre de 1918, Gamelin negociaria os detalhes do contrato da MMF diretamente com o ministro da Guerra brasileiro, Cardoso de Aguiar, decididamente empenhado na remodelação do Exército. No primeiro semestre de 1919, Gamelin chega ao Brasil, numa viagem de exploração inicial e de planejamento. Em 1920, a MMF iniciaria de vez sua obra" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 228).

[56] "A redação do contrato da Missão Militar Francesa não foi feliz. Pensara-se primeiro em lhe dar o papel de assistente, para submeter ao seu critério todas as decisões ou resoluções do comando antes de adotadas. Mas o termo assistente, para os franceses, pareceu inferior (…). Atuando (…) apenas como órgão de consulta, de instrução e, às vezes, mui discretamente como conselheira, por insinuações veladas e raramente compreendidas, não produziu efeitos úteis e de que mais necessitamos (…); seus componentes não eram dotados de patriotismo brasileiro, o que os fazia reagir apenas no campo restrito de suas obrigações contratuais" (MAGALHÃES, 2001, p. 329-330).

[57] "Aos 48 anos, Gamelin acumulara experiência como oficial de Estado-Maior e, em seguida, como chefe de gabinete e confidente do Marechal Joffre, um dos mais famosos comandantes franceses durante a Primeira Guerra Mundial. Gamelin ascendera rapidamente na hierarquia por conta do seu desempenho comandando uma divisão de infantaria numa guerra devastadora. Cedo, firmara reputação de homem culto, com pendor para a discussão filosófica; era reconhecido como excelente instrutor. Das muitas observações sobre seu desempenho profissional, uma delas, assinada por Joffre, dá a medida das expectativas do alto comando francês sobre sua carreira" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 228).

[58] Sobre os principais sujeitos envolvidos na atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, o segundo anexo do artigo de Mialhe (2010) é bastante completo: "1. General GAMELIN, Chefe da MMF. Originário da Escola de Saint-Cyr, n. 1 de sua turma. Serviu nos Atiradores Argelinos, depois no Serviço Geográfico do Exército. Escola Superior de Guerra, de 1889 a 1891, onde foi aluno do então Tenente-Coronel Foch. Estado-Maior do 15° Corpo, depois no Exército dos Alpes. Ex-Chefe de Gabinete do Marechal Joffre por ocasião da batalha do Marne e, mais tarde, Chefe da Seção de Operações do Grande Quartel General dos Exércitos Franceses, comandou uma brigada de caçadores, foi Chefe do Estado-Maior do General Joffre. Posteriormente comandou a 9ª Divisão de Infantaria; 2. General DURANDIN, Subchefe da MMF. Originário da Escola Politécnica e da Escola de Aplicação de Fontainebleau. Comandante da Escola de Estado-Maior e Diretor do Curso de Revisão. Durante a campanha de 1914-1918 foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Artilharia da Divisão russa operando na França e Diretor do Curso de Artilharia dos Oficiais Superiores da Zona dos Exércitos. Condecorado com a Cruz de Oficial da Legião de Honra e Cruz de Guerra com quatro citações; 3. Coronel de Infantaria BARAT. Originário da Escola de Saint-Cyr, foi o comandante da Escola de Aperfeiçoamento para oficiais. Preparado pelo Marechal Foch, quando Chefe do Estado-Maior do V Corpo do Exército, destacou-se na Escola Superior de Guerra. Comandou um batalhão do 95º Regimento de Infantaria e, depois, o Regimento, até o ano de 1915. Foi então nomeado Chefe do Estado-Maior da 126ª Divisão de Infantaria. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra, com citações em ordem-do-dia; 4. Coronel de Intendência BUCHALET. Oriundo da Escola Superior de Intendência. Bacharel em Direito pela Universidade de Paris. Divisão Lagson (Tonkin), depois no Senegal, Sudão, Madagascar e África Ocidental Francesa.

Intendente da 152ª Divisão de Infantaria. Nas colônias foi, sucessivamente, incumbido de funções de Intendência, de Administração, de Marinha, de Contencioso e de Serviço Judiciário. No fim da Guerra presidiu, na África Ocidental, a Comissão de Abastecimento e Requisições. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra, a Cruz de Guerra, as medalhas Coloniais e a Humanitária de 1ª Classe; 5. Tenente-Coronel de Infantaria DEROUGEMONT. Originário da Escola de Saint-Cyr, foi Diretor de Estudos e professor de Tática e Estratégia na Escola de Estado-Maior. Cursou a Escola Superior de Guerra e o Centro de Altos Estudos Militares. Comandou uma companhia de caçadores durante dois anos e, em 1913 entrou para o Estado-Maior do Exército. Durante a Guerra serviu no Grande Quartel-General, Seção de Informações e depois Seção de Operações do Estado-Maior do Marechal Foch. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra, e mais seis ordens aliadas; 6. Tenente-Coronel de Infantaria BARRAND. Originário da Escola de Saint-Cyr, foi professor do curso de Infantaria na Escola de Estado-Maior. Antes da Guerra dedicou-se, especialmente, a estudos históricos e recebeu, por isso, a Cruz de Oficial da Academia. Durante a Guerra foi sucessivamente capitão e major na frente francesa e depois no 176° Regimento de Infantaria nos Dardanellos. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra em seis citações. Foi ferido seis vezes; 7. Tenente-Coronel de Artilharia PASCAL. Originário da Escola de Versailles, foi instrutor da Escola de Saumur e professor de Tática de Artilharia na Escola de Estado-Maior. Durante a campanha de 1914-1918 tomou parte nas principais operações. Comandou uma bateria de 220, uma de 270 e um grupo de 155 curtos Schneider. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra com nove citações; 8. Tenente-Coronel de Artilharia VUILLAUME. Originário da Escola Politécnica. Seguiu o Curso Superior de Artilharia em Fontainebleau e especializou-se em todas as questões de sua Arma. Possuidor de um diploma de Engenheiro Eletricista foi, antes da Guerra, inspetor de armas. Durante a campanha, foi comandante de bateria, grupo e regimento. Em 1918 seguiu para Creusot, incumbido da recepção do material de Artilharia fornecido, ao Governo francês, pelos estabelecimentos Schneider. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e a Cruz de Guerra; 9. Tenente-Coronel de Artilharia LELONG. Originário de Saint-Cyr. Curso de Estado-Maior. Condecorado com a Legião de Honra. Chegou ao Brasil um mês após a vinda da maior parte dos integrantes da MMF; 10. Major de Infantaria PETIBON, assistente do Chefe da MMF. Originário da Escola de Saint-Cyr. No início da campanha de 1914-1918 comandou uma companhia e depois um batalhão de infantaria. Ferido gravemente em Verdun, foi nomeado diretor de cursos no Centro de Instrução do II Exército. Curso de Estado-Maior. Chefe de Seção de Operações da 9ª Divisão de Infantaria. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra com cinco citações; 11. Major de Cavalaria CHAVANE DE DALMASSY. Originário da Escola de Saint-Cyr, foi professor de Tática de Cavalaria na Escola de Estado-Maior. Distinguiu-se no Estado-Maior do IV Exército, durante a segunda vitória do Marne. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e Cruz de Guerra com três citações; 12. Major de Engenharia GUERIOT. Originário da Escola de Pontes e Calçadas de Paris, foi professor de Engenharia na Escola de Estado-Maior e na de Aperfeiçoamento. Antes da Guerra, dirigiu numerosos trabalhos de estradas de ferro, pontes e canais. No decorrer da campanha, participou das grandes operações, como comandante de uma companhia de Engenharia. É condecorado com a Cruz de Guerra com seis citações em ordem-do-dia. Foi ferido duas vezes; 13. Major de Engenharia THIEBERT. Originário da Escola Politécnica e da Escola de Fontainebleau, foi professor do Curso de Ligações por telegrafia, telefonia, telegrafia sem fio, etc. Durante a Guerra foi, sucessivamente, chefe da radiotelegrafia de um exército e Comandante de Centro de Instrução dos Oficiais Telegrafistas. Condecorado com a Cruz de Guerra e a Medalha Colonial; 14. Major de Artilharia BRESARD. Originário da Escola de Fontainebleau, foi professor de Artilharia na Escola de Aperfeiçoamento. Foi, durante a campanha, tenente de bateria, oficial de Estado-Maior de Artilharia. Condecorado com a Cruz de Guerra, com quatro citações em ordem-do-dia. Foi ferido duas vezes; 15. Major de Cavalaria PICHON. Originário da Escola de Saint-Cyr e do Curso de Aplicação de Saumur, foi professor do curso de Cavalaria na Escola de Aperfeiçoamento. Na Guerra, comandou pelotão e esquadrão. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e a Cruz de Guerra, com quatro citações. Foi ferido três vezes; 16. Major de Infantaria DUMAY. Originário da Escola de Saint-Cyr, foi professor do curso de Infantaria na Escola de Aperfeiçoamento. Comandou uma companhia do 57° Batalhão de Caçadores a pé. Seguiu o Curso de Estado-Maior, foi Chefe da Seção de Operações da 34ª Divisão de Infantaria. Condecorado com a Cruz da Legião de Honra e a Cruz de Guerra, com quatro citações. Foi ferido quatro vezes; 17. Capitão de cavalaria MAREUIL. Originário da Escola de Saumur, foi instrutor de equitação na Escola de Estado-Maior e na de Aperfeiçoamento e professor de Hipologia. Durante a Guerra, comandou um pelotão e um esquadrão. Condecorado com a Medalha Colonial e a Cruz de Guerra, com duas citações; 18. Tenente de Infantaria LE MEHAUTE. Professor do Curso de Metralhadoras e de Engenhos de Acampamento. Durante a Guerra foi, sucessivamente, aspirante e tenente. Comandou uma seção de Infantaria e, depois, especializou-se nos engenhos de sua Arma. Condecorado com a Cruz de guerra, com três citações; 19. Engenheiro-chefe militar de pólvora

comandante; um oficial de Estado-Maior; um oficial de artilharia, técnico de artilharia e fabricação; um engenheiro do serviço de pólvora; um coronel, subchefe da missão e diretor da Escola Superior de Guerra; um oficial diretor de estudos para a Escola de Estado-Maior; três oficiais professores para cada uma das armas do Exército, infantaria, cavalaria e artilharia, para a Escola de Estado-Maior; um comandante para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; três professores, um de cada arma; três oficiais técnicos, um de cada arma; dois oficiais para inteligência e telégrafo, para as duas escolas; um subintendente militar para a Escola de Intendência; dois veterinários e um ferreiro e quatro suboficiais para a Escola de Veterinária. Ainda de acordo com o contrato, os oficiais franceses estariam uniformizados com a farda do Exército francês e usariam a patente correspondente ao Exército brasileiro, sendo Gamelin, por exemplo, general de Divisão. A missão estaria encarregada da direção das quatro escolas (Estado-Maior, Aperfeiçoamento, Intendência e Veterinária).[59]

LACAPE. Originário da Escola Politécnica. Foi aluno de Le Chatellier, primeiro químico da França. Especialista em todas as questões de pólvora, dirigiu serviços importantes nas fábricas de pólvora de Saint-Médard-en-Jales, Saint-Chamas e Angoulême. Era diretor do grupo de pólvoras de Pont de Buis, quando foi designado para a MMF; 20. Veterinário de 1ª Classe (equivalente a Major) MARLIENGEAS. Originário da Escola Veterinária de Alfort e da Escola de Cavalaria de Saumur. Serviu num regimento de Cavalaria em Madagascar. Em 1913, veio ao Brasil integrando a Missão de Veterinários Militares. Com a declaração da Guerra, foi designado para a Missão de Remonta na Argentina e para a Técnica de Intendência no Uruguai. Dirigiu e fiscalizou as compras de cavalos e o preparo de conservas que foram enviados ao Exército francês. 21. Veterinário de 2ª Classe (equivalente a Capitão) DIEULOUAROD. Originário da Escola de Veterinária de Alfort e da Escola de Cavalaria de Saumur. Após ter participado dos raides na Bélgica, foi nomeado Chefe de Serviço do Hospital Veterinário d'Aix-la-Chapelle. Condecorado com a Cruz de Guerra com uma citação em ordem-do-dia" (MIALHE, 2010, p. 116-119).

[59] "O início dos anos 1920, além de testemunhar as diversas mudanças que ocorreriam na Escola Militar, representou um momento de crise política na História brasileira. Arthur da Silva Bernardes, depois de conturbada campanha política no contexto do surgimento das chamadas 'cartas falsas', supostamente escritas por ele a Raul Soares insultando Hermes da Fonseca, foi eleito e reconhecido Presidente da República em substituição a Epitácio Pessoa. Para impedir sua posse, levantaram-se, em 5 de julho de 1922, a Escola Militar, o Forte Copacabana, e a Guarnição Federal do Mato Grosso. Apesar de tudo isso, Arthur Bernardes tomou posse em 15 de novembro de 1922, pouco mais de dois meses após as grandes festas em comemoração ao centenário da independência do Brasil. Segundo o Marechal Denys, ao que tudo indica, a rigidez disciplinar da 'Missão Indígena' e o ensino militar com predominância de um modelo mais prático que teórico na EMR não foram obstáculos suficientes para que seus alunos participassem dos eventos do 5 de julho de 1922, para demonstrar todo seu descontentamento com as mudanças ocorridas na Escola e no ensino. No entanto, me parece que esse discurso fica inconsistente por conta das diversas reações governamentais tomadas contra os alunos e instrutores da Escola. Disciplinarmente, a reação do Comando do Exército foi enérgica, expulsando todos os alunos envolvidos no acontecimento. O Ministro da Guerra declarara que, em face do inquérito aberto sobre os acontecimentos no dia 5 de julho de 1922, em que foi envolvida a Escola Militar, o Governo resolvera desligar imediatamente, a bem da disciplina, 256 (duzentos e cinquenta e seis) alunos envolvidos e que continuaram presos; 333 (trezentos e trinta e três) alunos que foram distribuídos pelas unidades das diversas regiões militares para serem desligados do serviço ativo do Exército; e 58 (cinquenta e oito) restantes mencionados que foram postos em liberdade. Houve também, o afastamento do comandante da Escola e de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena. Isso facilitou a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924, já na gestão do Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que realizou, na época, nova reforma no Regulamento da Escola Militar. Ponto interessante nesse caso foi que, analisando a lista de processados pela participação no movimento militar

No segundo artigo do contrato, estava registrada a possibilidade de uma missão complementar, confiada ao governo brasileiro, para a inspeção, o controle da instrução e a organização de outras regiões, reforçando-se a condição dos franceses de instrutores e não de oficiais encarregados com poder de intervenção no Exército brasileiro. No mesmo artigo, ao assinar o documento, o governo brasileiro se comprometia a não contratar qualquer outra missão militar, exceto de técnicos para fabricação de arsenais e serviços geográficos. Havia também a condição de o Brasil dar preferência à compra de material bélico francês.

Ao chefe da missão era conferido o papel de assistente técnico para instrução e organização, juntamente com o chefe de Estado-Maior do Brasil. Ou seja, apesar de manter a patente militar e ter o respeito dos quadros brasileiros, o oficial francês líder da missão e os demais integrantes não tinham poder hierárquico no Exército brasileiro.

A partir do contrato, de acordo com o artigo quarto, o general Gamelin passava a coordenar a missão de aviação e esperava do governo brasileiro um esforço no sentido de a Missão Militar Francesa de Instrução organizar as outras missões francesas que já

---

de 1922, constatei a presença de alguns instrutores que integraram a Missão Indígena na EMR no período de 1919 a 1922. A 28 de maio de 1919, o Decreto n. 3741 autorizou o Governo do Brasil a contratar na França, uma missão militar, para fins de instrução no Exército. A assinatura do contrato para uma Missão Militar Francesa de Instrução (MMF) ocorreu em 8 de setembro de 1919. No entanto, somente em março de 1920 desembarcaram na cidade do Rio de Janeiro os primeiros instrutores (da França), chefiados pelo General Maurice Gamelin. O General Chefe da MMF seria posto à disposição do Chefe do EME como assistente técnico para a Instrução e a Organização. A MMF seria incumbida especialmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior). A Missão Militar Francesa só chegou à EMR em 1924, na gestão do General Setembrino de Carvalho, junto com um novo Regulamento de ensino, construído por conta dos acontecimentos ocorridos em julho de 1922 naquele estabelecimento de ensino. Do ponto de vista político, a revolta na Escola Militar significava o retorno de movimentos rebeldes como o que acontecera em novembro de 1904, quando os alunos da Escola Militar do Brasil, localizada na Praia Vermelha, fizeram uma sedição militar. Apesar da relevância dos serviços prestados pela MMF, desde o seu primeiro contrato para a Aviação, em 1919, o Chefe do EME, General Tasso Fragoso, em seu relatório de trabalhos referente ao ano de 1929, expressou a necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da MMF. O argumento principal estava baseado na já proficiência dos instrutores brasileiros. No entanto, o relator é incisivo quanto ao fato de existir um processo de decadência no nível de instrução ministrada pelos franceses, inclusive assinalando irregularidades no que se refere às férias dos membros da Missão. O relator registra que os membros da Missão tinham direito, após dois anos de permanência no Brasil, a uma licença de quatro meses, excluindo o tempo de viagem, com todos os vencimentos; 'em geral são cinco meses e, as vezes, mais o tempo que alguns instrutores levam fora do Brasil'. Cita, ainda o caso do Diretor de estudos da Escola de Estado-Maior que se ausentou do Brasil com destino à França, em Novembro de 1928, sem que as aulas tivessem acabado, ou os exames começados, e só regressou ao Brasil às vésperas de ser iniciado o ano letivo de 1930. Dentro desse contexto, em 1929, o Chefe do Estado-Maior do Exército colocava em evidência a necessidade da criação de uma Inspetoria de Ensino para discutir e sanar os diversos problemas inerentes ao ensino militar" (RODRIGUES, 2009, p. 330-336).

atuavam em alguns estados brasileiros, como era o caso de São Paulo.[60] O contrato teria vigência de quatro anos, com a possibilidade de rescisão a partir do segundo ano. O pagamento do soldo dos instrutores teria como base os valores empregados pelo Exército francês, mas em moeda brasileira. Os custos da viagem e da estadia estavam a cargo do governo brasileiro e os franceses podiam trazer suas famílias para o Brasil.

O documento foi assinado por Georges Clémenceau, presidente do Conselho e ministro da Guerra francês, e por Regis de Oliveira, ministro plenipotenciário do Brasil. Em 16 de outubro de 1920, o contrato com a Missão Militar Francesa de Aviação foi renovado e, em 1924, os assuntos aeronáuticos foram incorporados à missão francesa. Ao longo dos anos, foram anexados outros termos ao acordo, como a contratação de novos instrutores, detalhando-se as funções e expondo direitos e condições dos oficiais franceses.

Segundo José Murilo de Carvalho, a Missão Militar Francesa de Instrução teve, logo no início das suas atividades, um impacto significativo no Exército brasileiro, ainda que uma das suas principais contribuições tenha se dado após a chefia de Gamelin, com a criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927.[61]

> De início excluída da Escola Militar, ela se encarregou de três diferentes cursos: o de Aperfeiçoamento de Oficiais, para capitães e tenentes, que se tornou permanente; o de Estado-Maior e o de Revisão de Estado-Maior, este último para capitães, majores e coronéis que já tivessem feito o curso. Sob sua influência, a educação militar desdobrou-se em vários estágios e tornou-se mais técnica graças à criação de escolas para cada especialidade. Foi na formação de bons oficiais de Estado-Maior que a missão exerceu seu maior impacto. Até então, o Estado-Maior, embora criado na última década do século XIX, não exercera sua verdadeira função de formulador da política de defesa nacional (…). A nova visão de defesa nacional de que fazia parte a mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos só começara a circular no Brasil após a volta dos Jovens Turcos. Foi a Missão Francesa que tornou possível o início da

[60] "A contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública marca o início do processo de profissionalização dos agentes policiais-militares paulistas. Esta Missão chegou a São Paulo em 1906, sendo a precursora das missões militares estrangeiras no Brasil; o Exército só passaria a receber este tipo de missão, também da França, em 1918 (sic). (...) Em virtude da declaração da Primeira Guerra Mundial, a Missão retorna à França em agosto de 1914, mas volta a São Paulo em 1919, só vindo a retirar-se definitivamente em 1924" (PINHEIRO et al., 2006, p. 271-272).

[61] "Instituído em novembro de 1927, o Conselho de Defesa Nacional tinha como missão reunir 'informações sobre todas as questões de ordem financeira, bélica e moral, relativas à defesa da pátria'. O que isso significava, ninguém sabia (…). Assim, o embrião do serviço secreto surgia (…)". (FIGUEIREDO, 2005, p. 37). "Os franceses davam bastante ênfase ao trabalho que os oficiais de estado-maior podiam fazer na mobilização de recursos humanos, técnicos e econômicos, que eram exigências modernas no campo da defesa nacional. Em 1927, foi criado o conselho de Defesa Nacional para estabelecer planejamentos dentro destas linhas gerais. Embora pareça óbvia a influência francesa a respeito desses assuntos, deve-se também indagar se a Liga de Defesa Nacional poderia do mesmo modo ter propiciado uma diretriz de natureza civil e militar no contexto de um complexo industrial" (HAYES, 1991, p. 122-123).

> implementação da nova doutrina graças à formação de oficiais de Estado-Maior e de reestruturação do órgão. Foram duas as consequências principais. Para a organização militar, a reformulação do Estado-Maior significou maior centralização e coesão. As atividades militares passaram a ser planejadas e controladas em pormenores por um órgão de cúpula. Já em 1920, surgiram o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) e o Regulamento para Instrução e Serviços Gerais (RISG). O maior controle interno reduziu a probabilidade de quebras de hierarquia pela ação de escalões inferiores, como o tenentismo, reforçando o poder político da organização. A mudança permitiu ainda uma extraordinária expansão da noção de escopo do papel do Exército. A nova concepção de defesa abrangia todas as dimensões da vida nacional, desde a preparação militar propriamente dita até o desenvolvimento de indústrias estratégicas como a siderurgia. É significativo que já em 1927, por influência da missão, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era planejar a mobilização nacional para a defesa, incluindo aspectos psicológicos e econômicos (CARVALHO, 2005, p. 28-29).

Para Nelson Werneck Sodré, a missão francesa produziu significativa alteração na mentalidade militar brasileira, uma vez que a noção de disciplina oferecida pelos instrutores, se não acabava com o fator da insubmissão, pelo menos incutia um novo comportamento ao oficial. O autor relata a punição a um suposto caso de insubmissão.

> Um oficial, que se afoitou a solicitar a atenção de determinada figura de prestígio para a necessidade de levar os oficiais para os corpos da tropa do interior, reduzidos, em regra, a uns poucos, e para a necessidade de exigência de arregimentação em caso de promoção, foi submetido a rigoroso inquérito, de que resultou prisão de 30 dias para ele, e para outros que com ele se solidarizaram. Era a mentalidade do tempo. A chegada em 1918, dos primeiros elementos da Missão Militar Francesa, começa a trazer alterações nessa mentalidade (SODRÉ, 2010, p. 254-255).

Assim, afirma-se, pelo menos, que a percepção de algum êxito por parte dos franceses não pode ser reduzida exclusivamente à visão francesa do processo histórico. Sem dúvida, o que se verá no relatório de Gamelin é uma avaliação exageradamente positiva (que possui, igualmente, autocríticas). Seguramente, há opiniões divergentes sobre o impacto da influência francesa na modernização do Exército brasileiro. Contudo, todos os trabalhos abordados nesta tese têm algo em comum: a ideia de que, se houve efetivamente o "afrancesamento" do Exército brasileiro, este se deu até certo ponto, mais especificamente até o aumento da influência militar estadunidense no país.[62] Não cabe aqui discutir tal questão (relevante, todavia). Em todo o caso, a

[62] Maximiano (2010) afirma que, inclusive, no que concerne à participação do Exército brasileiro no maior conflito do século XX e, certamente, o mais importante para a instituição depois da Guerra do Paraguai, "o contato com os Aliados trouxe mudanças drásticas nas relações costumeiras entre oficiais e praças brasileiros. Nosso Exército era composto de conscritos que, até o Brasil entrar na guerra, ainda estavam habituados com os resquícios dos padrões disciplinares que haviam vigorado no século XIX (…). No pós-guerra, as versões da história da FEB elaboradas oficialmente minimizaram a importância da égide americana sobre o desempenho de combate brasileiro. Em seu lugar, foram reiteradas a importância

experiência histórica da Missão Militar Francesa de Instrução produziu não apenas no Exército brasileiro uma nova relação com as questões militares. Os franceses envolvidos na missão não saíram incólumes do contato com os brasileiros e a forma como interpretaram o processo deve ser considerada para a compreensão desse evento histórico.

Após o período em que dirigiu a delegação militar francesa, Gamelin apresentou, com franqueza ímpar, um expressivo relatório que visava analisar o significado da missão e da "realidade" militar brasileira para os oficiais estrangeiros e, em particular, para o próprio general. O documento, intitulado *Sur l'action de la Mission Militaire Française au Brésil*, é uma minuciosa descrição das relações militares entre franceses e brasileiros entre janeiro de 1914 e janeiro de 1925, bem como um conjunto bastante volumoso de opiniões do oficial acerca dessas relações. Por certo, não é possível afirmar que a visão de Gamelin coincide com a opinião de todas as autoridades francesas do período e, menos ainda, das autoridades brasileiras. Entretanto, a reflexão apresentada pelo ex-chefe da Missão Militar Francesa de Instrução exprime uma interpretação qualificada dos acontecimentos históricos e revela, em uma leitura a contrapelo[63], o entendimento de um importante personagem envolvido no processo de modernização[64] do Exército brasileiro.

Tratando, inicialmente, das origens da missão, Gamelin apontou as "possíveis" causas da escolha de uma missão francesa, recordando a participação de brasileiros na

---

da Missão Militar Francesa e as tradições da Guerra do Paraguai. Mas os veteranos da Campanha da Itália compreendiam perfeitamente que foi justamente a integração com o Exército Americano que conferiu à FEB uma parte importante de suas características diferenciadas do restante do Exército brasileiro" (MAXIMIANO, 2010, p. 28). Também, segundo Ferreira (2007), mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a presença militar americana já estava se ampliando: "nos anos 1920, foram os franceses que enviaram missões militares seja para a Força Pública de São Paulo, seja para o Exército, e a memória da missão francesa está presente ainda em 1939, quando os Estados Unidos procuram uma maior aproximação com o Exército brasileiro. Góes Monteiro, por exemplo, distinguiu-se como aluno da missão francesa. O fato de não terem missões militares instruindo o Exército brasileiro não impediu que, antes da guerra, os Estados Unidos tivessem, no Rio de Janeiro, adida à embaixada, uma missão militar muito ativa" (FERREIRA, 2007, p. 221).

[63] "Por isso, na medida do possível, o materialista histórico (…) considera sua tarefa escovar a história a contrapelo" (BENJAMIN, 1994, p. 225).

[64] "Le prestigie d'une armée bien organisée et bien entraînée reaillissant sur l'État lui-même, il n'est pas étonnant que des nations extroverties fassent aux instructeurs des deux armées les plus prestigieuses du monde d'alors, entre 1880 et 1920, l'armée française et l'amrée allemande. Ces deux pays ennemis, tour à tour vainqueurs et vaincus de deux guerres successives, proposent leurs services à toutes les nations qui souhaitent réorganiser leur appereil défensif. Il y a de leur influence diplomatique et commerciale, de l'expansion de leur industrie d'armament. Aussi leur rivalité outre-Atlantique est-elle une des formes de la guerre poursuivie par d'autres moyens. Et dans cette lutte militaro-commerciale très âpre, tous les coups sont bons. Des agents discrets inspirent les campagne de presse locale, recueillent les renseignements sur l''ennemi'. Au Brésil, les Allemands n'hesitent pas à descréditer le materiel français, tandis que les Français dénocent le racisme des officiers allemands mais à l'aise dans une nation métisse" (ROUQUIÉ, 1982, p. 98-99).

Primeira Guerra Mundial, na França, com a Missão Aché. O general demonstrou claro conhecimento da influência francesa em segmentos sociais brasileiros e da atuação, desde 1906, de outra missão no país, mais especificamente em São Paulo, na Força Pública do Estado.

> À la suíte de la déclaration de guerre à l'Allemagne, le Brésil avait envoyé en France une Mission Militaire, pour suivre les opérations et en recueillir les ensignements. Mais le chef de la mission, le Général D'Aché, choisi, disait-on, en raison des origines françaises de sa famille, en fait surtout pour des considérations de camaraderie… Sous une impulsion aussi peu énergique, la Mission militaire brésilienne n'eut aucun rendement et, à quelques honorables exceptions près, se contenta de jouir des avantages que procuraient à ses membres des traiments magnifiques… Entre temps, le Congrès brésilien avait élu comme Président de la République pour le période quatriennale: 15 novembre 1918 – 15 novembre 1922, M. Rodrigues Alves, l'une des personnalités les plus eminentes de São Paulo et qui, d'ailleurs, avait déjà une première fois occupé, avec éclat, la même charge. M. Rodrigues Alves avait, à São Paulo, pu apprécier l'oeuvre accomplie par la Mission Militaire Française, chargée de l'instructin de la force de Police de l'État. Sous son influence et à la suíte d'une adroite campagne, des éléments francophiles, notamment du Docteur Nabuco de Gouvea, deputé du Rio Grande do Sul, le Congrès vota une loi prévoyant qui serait contractée une Mission Militaire en France pour l'instruction de l'Armée (GAMELIN, 1925).

Para o oficial, a posição do Brasil na Primeira Guerra Mundial, decerto, influiu de maneira decisiva na escolha de uma missão francesa e não alemã, apesar da inspiração prussiana de diversos oficiais.[65] Gamelin chamou a atenção, porém, que a menção a tal fato óbvio pareceu de menor monta, levando-se em consideração a eleição dos franceses por certa afinidade entre setores brasileiros e franceses, inclusive em razão da ascendência de determinados agentes nacionais francófilos em segmentos importantes da política brasileira.[66]

Gamelin não deixou de mencionar o falecimento de Rodrigues Alves[67] e a ascensão de Epitácio Pessoa à presidência. Sua opinião sobre Pessoa não era das

---

[65] "Militares como Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Parga Rodrigues, Brasílio Taborda, Paula Cidade e Jorge Pinheiro, que foram fundadores de *A Defesa Nacional* (…), foram ardentes pugnadores pela reorganização e pelo fortalecimento do Exército em bases germânicas (…). A própria *A Defesa Nacional*, em seus primeiros números, luta pela missão alemã" (MALAN, 1988, p. 40).

[66] Ver capítulos 1 e 5 desta tese.

[67] "O ano de 1919 foi para o Brasil, administrativamente, um ano tampão, um interregno entre os governos de Wenceslau Braz e Epitácio Pessoa. Mas para o Exército foi um tempo muito produtivo, graças à ação de um ministro muito capaz e operoso, o General Alberto Cardoso de Aguiar. A guerra [Primeira Guerra Mundial] havia terminado, os seus ensinamentos ainda estavam sendo compendiados. O ministro agiu célere, como quem sabe o que quer e sabe que sua permanência no Ministério [da Guerra] é de apenas alguns meses. E deixou de sua ação traços marcantes, dentre eles se destacando o contrato da Missão Francesa, para instruir o Exército e assessorar o Estado-Maior, as encomendas de aviões e armamentos, a reorganização do quadro de oficiais, o enquadramento das escolas militares num esquema geral coerente (...). Os países como o Brasil gastavam muito com suas Forças Armadas e nem por isso se livraram da sensação de insuficiência e atraso; os seus militares estavam fadados a carregar, sempre, o

melhores, ainda que percebesse certas virtudes no presidente brasileiro. É importante reforçar que a firmeza das opiniões manifestadas pelo general no relatório produzido após chefiar a missão não é exclusiva de tal momento. Durante o tempo em que esteve no Brasil, ele jamais deixou de exprimir suas ideias com extrema contundência.

Sobre as causas da escolha da missão francesa, o oficial destacou outro aspecto: a insuficiência da Missão Aché para apresentar todos os ensinamentos da guerra moderna ao Brasil.

> Malgré les faiblesses d'une vanité presque maladive, M. Epitacio Pessoa est homme intelligent et énergique, d'esprit ouvert à toutes les grandes questions. Bien qu'on l'accusât de germanophilie et que certains le crussent hostile à une Mission Française, il ne tarda pas à se rendre compte de la complete insuffisance du Général d'Aché et de ses collaborateurs" (GAMELIN, 1925).

Consequentemente, na percepção de Gamelin – e, talvez não paire qualquer dúvida sobre essa questão –, a participação de Calógeras na definição da nacionalidade da missão estrangeira que deveria auxiliar o Exército brasileiro no seu processo de modernização foi essencial para a escolha dos franceses, do mesmo modo que a opinião do presidente Epitácio Pessoa. Em suma, mesmo Epitácio Pessoa, "de uma vaidade quase doentia", foi, na visão do general, um dos principais arquitetos da contratação da missão francesa.

> M. Epitacio Pessoa comme M. Calojeras contribuèrent à décider le Gouvernement du Brésil à demander au nôtre l'envoi d'um Officer general pour aller étudier la refonte de l'armée et l'organisation éventuelle d'une Mission Française (…); ils allaient jouer,

---

travo das frustrações, diante da impossibilidade de realizarem plenamente no campo da 'modernidade' do seu ofício (...). Transformações sofridas pelo Exército brasileiro na era do Realengo: 'Registre-se, assim, que entre 1905 e 1944, época em que a Escola Militar permaneceu no Realengo, as transformações por que passou o Exército foram as fixadas (…). 1) o efetivo ampliou-se consideravelmente, saltando do modesto algarismo de 16.000 homens para a casa dos 80.000 homens; 2) a estrutura orgânica foi refeita de acordo com os padrões vigorantes nos exércitos mais adiantados: as grandes unidades, os grandes comandos territoriais, os serviços; 3) o recrutamento passou a ser feito na base do serviço militar obrigatório, sob a modalidade do sorteio; 4) as reservas começaram a ser constituídas e a mobilização a ser montada em termos racionais; 5) a vida da tropa adquiriu novo feitio, com o adestramento e a instrução do soldado e das unidades erigidos nos objetivos fundamentais dos batalhões e regimentos (...). Em 1934 o governo da Revolução de 1930 põe à testa do Ministério da Guerra o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro (…); [este] cercou-se de um brilhante grupo de oficiais, filhos diletos da Missão Francesa, e ávidos por uma reestruturação geral do Exército. Do irrequietismo ministerial e das concepções desse grupo nasceria, em 1934 e 1935, um conjunto de leis que, de fato, colocariam sob outros moldes a nossa estrutura militar (…). A posição proeminente dada ao Estado-Maior, quiçá o ponto mais renovador dessa reforma, reflete o pensamento de talhar o Exército, rigorosamente, segundo moldes europeus (alemão e francês) (...). Passados apenas quatro anos, porém, nova reorganização apareceu, e de teor muito diverso (…); o ministro é agora o General Eurico Gaspar Dutra [apesar de ter em Góes Monteiro seu inspirador] (…). Está claro que o novo ministro queria mandar e comandar ao estilo brasileiro, não se deixava seduzir pelos modelos europeus" (MOTTA, 2001, p. 222-229).

> pendant près de quatre années, um rôle décisif en ce qui concerne l'activité de la Mission, car M. Epitacio Pessoa ayant été élu Président choisit M. Calojeras pour Ministre de la Guerre. J'ai trouvé constamment, en eux, l'appui le plus loyal et le plus efficace (GAMELIN, 1925).

Após as considerações iniciais sobre as "causas" da escolha da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, Gamelin apresentou descritivamente a atuação da missão desde o início de 1919 – quando não havia sido legalmente nomeada, tampouco estava instalada no Brasil – até o final de 1924, momento em que deixou a chefia do grupo de instrutores franceses. Relatou inicialmente suas viagens pelo país no ano de 1919, a fim de conhecer a "realidade" do Exército brasileiro, assim como entender as relações políticas do Brasil, principalmente estudando a conexão entre as polícias estaduais/forças militares estaduais com a política federal/forças armadas nacionais. Além disso, o general francês estudou a geografia brasileira e procurou interpretar o ambiente das relações exteriores entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos. Certamente, o que lhe chamou a atenção foi a situação no sul do país. Como resultado da estada no Brasil, em 1919, Gamelin apresentou um plano para atuação da Missão Militar Francesa de Instrução.

> Au moment de la signature du contrat surgirent les premiers henrts [hennits - relinchos], venant de l'État-Major brésilien, qui voulait réduire nos atribuitions. Les difficultés furent levées para l'intervention personnelle de M. Calojeras (sic), qui venait de prendre ses fonctions de Ministre de la Guerre (GAMELIN, 1925).

Os problemas surgiram concretamente, segundo Gamelin, com a chegada efetiva da missão[68], a partir de 1920. Tais dificuldades eram basicamente originadas pela antiga oficialidade brasileira, principalmente por Bento Ribeiro, e por segmentos da imprensa, em geral identificados – de acordo com o general francês – como germanófilos.[69] Foi

[68] Sobre o Exército brasileiro e a recepção da missão, um documento de 1920 já demonstrava toda a preocupação de Gamelin e o pouco valor que dava à instituição. "Il est incontestable que la mentalité générale a bien changé au Brésil depuis un an, à l'égard de la France. La crise anti-française que j'ai signalée au móis de Juin de l'année dernière, après s'être atténuée, a réapparu sous la forme d'une maladie endémique. De telle sorte que l'action de la Mission militaire est devennue beaucoup plus difficile encore, dans une ambiance générale aussi medíocre. Sauf quelques rares amis, convaincus et fidèles, le sentiment de bien des gens à notre égard est de nous accepter, puisqu'on ne peut pas faire autrement, mais de limiter notre influence générale. Un certain nombre, toutefois, et parmi les plus intelelligents, veulent nous utiliser au plus vite, sans doute avec l'arrière pensée de pouvoir se débarasser de nous, dès qu'il sera possible. C'est aur (sic) cette carte qu'il faut jouer, car c'est ce qui permettra de faire oeuvre tangible. En tout cas, c'est um jeu constant de chicanes et de mesquineries" (GAMELIN, 1920).

[69] Não era incomum, todavia, que a interpretação francesa das publicações críticas a qualquer atitude dos franceses fosse concebida em termos de alguma influência "germanófila", e não apenas em relação aos

um período de paciência, nas palavras de Gamelin, na expectativa de, com o passar do tempo, haver diminuição da resistência à missão e mesmo adesão ao processo de reorganização e modernização do Exército brasileiro oferecido por ela.

> Dès le début de 1920, les difficultés surgirent (…). Une série de violentes campagnes dans certains journaux, alimentées par l'entourage même du Maréchal Bento Ribeiro et soutenues par l'argent des nombreux éléments allemands ou germanophiles (…) de fait, le Président de la République comme le Minsitre n'étaient pas épargnés (…). Cette période mis à une épreuve sévère de patience et de calme la discipline des Membres de la Mission (GAMELIN, 1925).

Gamelin destacou perceber certa má vontade dos brasileiros com "qualquer" intromissão nos assuntos nacionais, entendendo haver no país alguma resistência germanófila à missão francesa, como se pode ler no trecho que segue.[70]

> Il n'en demeurait pas mois cependant, et c'est ce qui rendait la tache difficile, que j'arrivais à Rio, imposé par certains milieux politiques, soucieux d'une réorganisation militaire, à une armée en majeure partie hostile. Je m'aperçus vite que, presque en totalité, les représentants du Haut Commandement voyaient sans plaisir l'intrusion de quelqu'un, évidemment appelé à troubler leur farniente et les abus inveteres dont ils profitaient sans scrupule. J'eus cependant pour premier appui le ministre militaire du Vice-Président intérimaire. Mais nos adversaires faisant bloc autour du Chef d'État-Major Général, le Maréchal Bento Ribeiro, entouré d'um groupe de jeunes officiers nettement germanophiles.[71] Avant la guerre, en effet, le Brésil, sans avoir de mission allemande comme l'Argentine ou le Chili, envoyait annuellemnt outre-Rhin, dans les divers corps de troupe ou écoles, un groupe important de jeunes officiers. D'une façon générale, on désignait les meilleurs, du moins ceux qui désiraint travailler. Et il est de

---

jornais brasileiros. Na documentação consultada no *Service Historique de La Défense* referente a Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia e Peru, quando das notícias enviadas pelo adido militar francês ou pelos próprios embaixadores desses países, a leitura que se fazia da imprensa sul-americana tinha como critério a percepção se este ou aquele periódico era ou não germanófilo, em função do teor do artigo publicado ser ou não pró-França.

[70] A reflexão apresentada neste relatório já havia sido expressa em outro, ainda no Rio de Janeiro, quando Gamelin viveu seus últimos momentos como chefe da missão. "Au moment de quitter la mission Militaire Française au Brésil, je crois nécessaire de résumer rapidement les résultats déjà obtenus et d'indiquer ce qu'à mon avis il reste encore à faire, sans, bien entendu, vouloir, par là, empiéter sur ce qui va devenir le domaine de mon successuer.Après des débuts assez pénibles, dus à l'opposition violente du Chef d'État-Major de l'Armée (Maréchal Bento Ribeiro) et de son entourage, nettement germanophile, nous avons pu, à la suíte du remplacement (Avril 1921) de ce milieu hostile, par le Général Celestino Alves Bastos et un groupe assez important d'officiers d'État-Major fournis para nous, réaliser, au cours des années 1921 et 1922, des progrès sérieux dans les différents branches" (GAMELIN, 1924).

[71] Para Domingos Neto, "a 'germanofilia' de Bento Ribeiro era falsa. Propositadamente, Gamelin menosprezava o empenho que este oficial brasileiro revelara em favor da contratação da MMF. A incompatibilidade do general francês com Bento Ribeiro decorria do claro esforço deste oficial no sentido de garantir autonomia técnica ao Exército brasileiro. Gamelin suportava mal a ideia de que a equipe de trabalho por ele chefiada fosse dispensável por oficiais de um país que percebia como inferior, cuja população era composta majoritariamente de 'mestiços sem educação política'. Neste sentido, fazia coro com intelectuais brasileiros, civis e militares, os quais, empenhados na construção do sentimento nacional, chamavam a atenção para o que consideravam mazelas da vida pública brasileira" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 244).

> fait que, peu à peu, l'élite intellectuelle de l'armée s'était constituée d'éléments eduqués par nos adversaires (GAMELIN, 1925).

Contudo, segundo Domingos Neto, a hostilidade era recíproca. Gamelin não entendia por que haver qualquer oposição à sua autoridade ou mesmo concebia a existência de uma opinião contrária à sua. Se de fato Bento Ribeiro se opunha a algumas condições desejadas por Gamelin – no tocante aos assuntos comerciais, por exemplo –, a postura do general francês não era de apaziguar os possíveis conflitos com os colegas brasileiros. Talvez o "gênio" de Gamelin fosse irritadiço ou a disciplina adquirida em Saint-Cyr e a dura experiência na Primeira Guerra Mundial[72] não permitissem contestações, mesmo de um oficial de patente superior, uma vez que ao general francês havia sido designada a tarefa de levar o Exército brasileiro à modernidade; ou mesmo, ele se sustentava na confiança que tinha no apoio das autoridades superiores. Enfim, apesar de apontar a antipatia partindo de Bento Ribeiro, não há vestígios de que Gamelin tenha tentado dirimir a beligerância entre ambos.

> A incompatibilidade referida não derivava apenas da aglutinação, em torno de Bento Ribeiro, de oficiais que Gamelin fazia questão de apresentar como "claramente germanófilos", mas sobretudo do fato de o francês não admitir reduções da sua autoridade e das tentativas de Ribeiro de evitar a estrita dependência aos fabricantes franceses. Em que pese a sua admiração pelo Exército alemão, Bento Ribeiro não era um "germanófilo" e, em virtude particularmente do seu empenho, o Congresso Nacional autorizara em 1917 a contratação da MMF. A animosidade de Gamelin era alimentada pela determinação de Bento Ribeiro de reservar, para oficiais brasileiros, a orientação de determinadas iniciativas. Durante o período em que chefiara o Estado-Maior (1915-1921), o Exército deu o primeiro grande passo rumo à sua transformação ao implantar efetivamente o Serviço Militar Obrigatório. Ribeiro dedicara-se sistematicamente aos planos de remodelação do Exército e chamara a atenção para a necessidade de torná-lo autônomo em relação aos fornecedores estrangeiros (…). Bento Ribeiro, revelando preocupações estratégicas, defendia com vigor o desenvolvimento da indústria naval, da siderurgia e da exploração do carvão, sempre chamando a atenção para a necessidade de domínio das novas tecnologias. Empenhava-se pelo sucesso da Fábrica de Pólvora sem Fumaça de Piquete e da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra. Para efeito, enviara uma comissão de oficiais brasileiros aos Estados Unidos. Como chefe do Estado-Maior, firmara inequívoca liderança sustentando a necessidade da autonomia operacional do Exército (DOMINGOS NETO, 2007, p. 242-243).

[72] "In October 1891 Gamelin entered the officer training academy of St Cyr. From the beginning he shone as an academically outstanding student. Two years later, at the head of his class of 449 cadets, he graduated as a second-lieutenant of the *Promotion de Soudan*. The class, like most of the *belle époque* vintages, was be destined for terrible slaughter when its members found themselves assuming command of battalions and regiments in the trenches twenty years later… The war had been appallingly wasteful to France as a whole. But to Gamelin it had brought rewards as well as rapid career advancement. His distinguished services were soon reflected on his uniform tunic by the addition of a dazzling cluster of new decorations and medals" (ALEXANDER, 1992, p. 14-15, p. 21).

Em um documento confidencial, há relato dos conflitos entre Gamelin e Bento Ribeiro. No ofício intitulado "Difficultés entre la Mission Militaire française et l'E.M. brésilien" (CONTY, 1921), o Embaixador Raymond Conty descreveu a controvérsia por ocasião da estada dos soberanos belgas no Brasil e a ausência de convite oficial à missão francesa para recepcioná-los. Seguramente, Conty e Gamelin tinham o mesmo ponto de vista acerca da resistência desses oficiais e seu grupo.

> De nouvelle difficultés viennent de surgir entre le Général Gamelin et le Maréchal Bento Ribeiro, Chef d'État-Major Général de l'Armée brésilienne. Ce désaccord qui semble, pour l'instant, avoir reçu une solution favorable à nos interest, est dû presque entièrement à l'action de entourage du Maréchal dont mon collaborateur vous avait déjà signalé la fâcheuse influence dans as lettre précipitée. Cet entourage est composé en grande partie d'Officiers hostiles à la Mission, les uns par réelle conviction germanophile – et il faut citer en première ligne un certain Capitaine Klinger dont le nom revele les origines –, les autres parce qu'ils voient dans la présence de nos officiers un obstacle à l'ambition qu'ils nourrissent de devenir les maîtres de l'armée brésilienne en profitant de la mollesse – pour ne pas dire de l'affaiblissement des facultes intellectuelles – de leur chef. L'incident est né de la publication du rapport annuel du Che d'État-Major au Ministère de la Guerre. Dans ce rapport, le Maréchal Bento Ribeiro avait cru devoir s'élever contre certaines mesures adoptées sur le conseil du Général Gamelin, notamment en ce qui concerne le fonctionnement des Écoles militaires créées sous l'inspiration de la Mission française, et que touchent la délicate question de l'avancement des offciers (CONTY, 1921).

Os conflitos de Gamelin e Ribeiro também eram públicos. Um artigo no *Jornal do Commercio*, de 18 de fevereiro de 1920, deu notícia sobre a relação turbulenta entre eles. No mesmo dia, Bento Ribeiro havia publicado uma nota no jornal *Razão*, a qual aumentou a tensão. Intitulada "O Exercito brazileiro e a Missão Franceza – A ingratidão do governo, que se diz republicano, para com o Exercito", apresentava trechos – como o que é transcrito na sequência – que reforçavam a sensação de hostilidade sentida por Gamelin da parte de Bento Ribeiro.

> A Missão Franceza está no seu direito de fazer de sabida, de superior na arte da guerra (…). O que não póde, porém, o chefe da dita commissão franceza é pensar que está de facto nas escravisadas possessões de sua querida pátria e considerar o Exercito brazileiro como o da Argelia ou do Senegal (…) (RIBEIRO, 1920).

Constantemente, nos relatos de 1920 a fevereiro de 1921, Gamelin se queixou dos incidentes com o marechal Bento Ribeiro e do seu "entourage gemanophlie" – isso até a demissão de Bento Ribeiro da chefia do Estado-Maior do Exército. O evento foi tratado na edição de 17 de fevereiro de 1921 da *Gazeta de Notícias* como "As victorias

do general Gamelin", título do artigo que tanto apontava para a demissão de Ribeiro quanto para os "êxitos" da missão francesa até então.

O período entre 1921 e o fim do mandato de Epitácio Pessoa, segundo Gamelin, foi o de maior importância para a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução. Nota-se, primeiramente, que o oficial registrou a mudança de chefia do Estado-Maior do Exército, com a saída de Bento Ribeiro e a entrada do general Celestino Bastos. Novamente, o excesso de franqueza transbordou as linhas do relatório, quando comentou o caráter de Bastos: "homme loyal et droit – ce qui est rare parmi ses compatriotes – et sincèrement notre ami" (GAMELIN, 1925). A percepção de Gamelin era de que, nesse período, a missão havia "conquistado" o Exército brasileiro, relatando como prova disso a existência "d'importantes commandes de matériel étaient effectuées en France" (GAMELIN, 1925). A época de ouro[73] da missão, entretanto, chegou ao fim, segundo ele, em 5 de julho de 1922.[74] Para Magalhães, mesmo assim, foi possível, ainda em 1922, perceber os frutos da sua atuação.

> As reações positivas da Missão Militar Francesa marcaram-se muito bem pela objetividade do preparo para a ação em caso de guerra, desde as concepções até o mecanismo da mobilização, de que se fez um primeiro ensaio em 1922 (…). Os métodos de instrução dos quadros e da tropa tomaram um caráter positivo, isto é, visaram mais a capacidade de ação no terreno, face ao adversário, do que a aquisição de simples conhecimentos de princípios e de esquemas de dispositivos (…). Desde então a cultura prática dos quadros militares sobrepujou sobre a teórica, muito embora ficasse meio neutralizada em seus efeitos pelas deficiências do mecanismo efetivo do comando, sobre a qual a Missão Militar Francesa exercia apenas influência marginal. As reações positivas da Missão Militar Francesa se exerceram principalmente no período inicial, para minorar depois de 1930, não obstante se haver tentado efetuar até 1935 reformas de estruturas e das nossas leis básicas (…), porém não lograram preponderância (…). A partir de 1938, amorteceu-se muito a influência da Missão Militar Francesa (…) (MAGALHÃES, 2001, p. 332-333).

[73] Nesta tese, optou-se por estender a "época de ouro" da missão até o ano de 1927.

[74] Em documento secreto, o general francês versou sobre a revolta no Forte de Copacabana e na Escola Militar do Realengo e sobre o comportamento da Missão Militar Francesa de Instrução. "Dans la nuit du 4 au 5, éclatait sédition militaire qui couvait depuis si longtemps. Heureusement, les foyers s'en trouvaient dès le début circonscrits: d'une part à l'École Militaire de Realengo – École d'origen des offciers, où nous n'avons pas de preprésentant permanent, seul l'écuyer de l'École de perfectionnement y ayant acede comme chargé d'un course d'équitation pour les instructeurs –, d'autre part fortesses de Copacabana et de vigia du front de mer de Rio (…). En ce qui concerne la Mission, je m'étais de ma personne, dès les premières nouvelles de la sédition, rendu auprès du Ministre; me mettre à as disposition et à celle du Chef d'État-Major, étant entendu que, dans l'intéret même du Brésil, nous n'avions pas à prendre part à des opérations de guerre civile. Je covonquais les Officiers à mon bureau du Ministère, mais, devant la gravité possible de la situation, le Ministre résolu de fermer les Écoles. D'accord avec lui, je renvoyais la plupart des officiers ches eux, tandis que le Général Durandin se rendait avec les autres à l'Ambassade de France. Il importait d'une part d'éviter que des Officiers français se fussent mêlés à des évènements de politique intérieure, d'autre part que l'on puísse dire que la Mission s'était réfugiée à l'Ambassade" (GAMELIN, 1922).

Para introduzir a "inexistente" [75] relação entre os acontecimentos da "revolução" e a atuação da missão francesa no Brasil, Gamelin entendia ser necessário descrever a conjuntura política brasileira e, mais uma vez, não moderou nos adjetivos.

> On peut dire qu'au Brésil il n'y a pas point de partis politiques veritable mais des clans groups, non autour de programmes, mais de personnalités plus particuièrment agissantes. Au Parlament il n'y a, d'ailleurs, ni droite ni gauche, et les deputes comme les Sénateurs se classent par "bancadas", c'est-à-dire par représentation de différents États. Le suffrage universel est une illusion et il n'y a pas d'exemples que le candidat du gouvernement ne triomphe, sinon effectivement dans les urnes, tout au moins à la proclamation des resultants; sauf le cas où le Gouvernement d'un État n'est point d'accord avec e Gouvernement federal. La politique brésilienne résulte d'un compromise entre un Souverain presque absolu… le Président de la République et quelques grands feudataires, les Gouverneurs ou les Présidents des principaux États: Minas Geraes, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul en particulier (GAMELIN, 1925).

Os eventos que envolveram o pleito presidencial de 1922, bem como a postura de Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca nos desentendimentos que "ocasionaram" as manifestações, a partir de julho de 1922, tiveram impacto direto sobre a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução e, consequentemente, interromperam a reorganização do Exército brasileiro, ainda que, segundo Gamelin, o prestígio da missão tenha sido mantido intacto. O oficial mencionou a neutralidade francesa na luta e destacou como o modelo francês de comportamento militar era ideal para minorar a instabilidade política dentro dos quartéis e de escolas militares brasileiras.[76]

---

[75] Essa, todavia, não é a opinião de McCann (2007), tampouco o julgamento de Magalhães (2001). Segundo McCann, "outro fator que contribuiu para o descontentamento dos tenentes foi a missão militar francesa. O número de oficiais que se opôs à importação de instrutores estrangeiros foi suficiente para criar um clima de tensão associado à presença da missão (…). Os oficiais que passaram por mãos francesas na ESAO consideravam-se mais bem treinados que os oficiais superiores, e duas vezes mais no caso dos que haviam sido instruídos pela Missão Indígena. Essa convicção era prejudicial à disciplina e contribuía para o sentimento de superioridade dos tenentes (…). O impulso dado pela instrução francesa impeliu certos oficiais a tornar-se atores políticos a fim de atingir os objetivos que, como haviam aprendido, eram essenciais se desejassem ter um Exército moderno. A missão francesa procurou reorganizar o Exército tornando o treinamento de oficiais mais sistemático e salientando que o Estado-Maior deveria ser seu ápice de organização e comando (…). Por mais importância que a reforma militar tivesse para eles, os tenentes também queriam mudar a sociedade brasileira (MCCANN, 2007, p. 338-339). Magalhães atribui à Missão Militar Francesa de Instrução alguma responsabilidade nas convulsões políticas do Exército brasileiro, a partir da sua chegada ao país em 1920. "A Missão atuando preferentemente sobre a oficialidade dos baixos postos, através das organizações do ensino, desta excluída nos primeiros tempos a Escola Militar (do Realengo), fato que exemplifica o limitado de seu campo de ação, pela influência preponderante nos órgãos centrais do comando, dos que lhe eram hostis, foi fator indireto, ou reflexo, da acentuação de um estado de indisciplina no Exército. Os oficiais que saíam de suas escolas e iam servir na tropa ou órgãos correlatos, eram melhor instruídos (sic) que os seus chefes. Estes, às vezes, procuravam aproveitá-los mas, geralmente não queriam saber das novidades. Em todo caso, o que se passou, de fato, foi uma inversão das características fundamentais da hierarquia" (MAGALHÃES, 2001, p. 330).

[76] Em documento de 1924, Gamelin apresentou seu entendimento acerca das novas dificuldades da missão. "Le soulèvement militaire de Juillet 1922 n'avait produit qu'un trouble passager. Mais l'arrivée

> Enseignant à celle-ci que se vraie force est de rester étrangère aux querelles politiques, elle lui avait assigné un ideal et elle avait proposé à son activité les questions passionnantes que se rattachent à la Défense Nationale. Le Gouvernement lui en était reconnaissant. Les opposants, ayant mesure l'influence de cette force nouvelle, tenaient à la ménager. Tous se plaisaient à proclamer la parfait loyauté de sa conduite, comme l'edifficacité de son effort militaire (GAMELIN, 1925).

A partir de 1922, com a intensificação da insubordinação na Escola Militar do Realengo – como resultado do apoio à Revolta do Forte de Copacabana –, Calógeras, antes mantenedor dos germanófilos da Missão Indígena, passou a temer a politização dos jovens oficiais e, segundo Trevisan, identificou nos instrutores "alemães" e seu rigor "prussiano" algumas das causas desse processo nos quadros militares. Dessa forma, as medidas adotadas não apenas recaíram sobre os alunos, mas os instrutores da Missão Indígena foram afastados do Realengo, abrindo-se as portas da instituição para a Missão Militar Francesa de Instrução.[77]

> Os relatórios do Ministério da Guerra eram habitualmente publicados no início de cada ano; alguns meses depois de texto tão tranquilizador [em relatório do Ministério da Guerra de 1922, Calógeras teceu enormes elogios à Escola Militar do Realengo], ocorreu o "incêndio" da madrugada de 5 de julho de 1922. É certo que muitos dos excessos disciplinares da Missão Indígena explicam o renascimento do bovarysmo fardado dos jovens alunos da Escola Militar. Talvez muito mais que a volúpia de participação política, porque, enfim, o país vivia exatamente naquele mês o ponto alto das cartas falsas na candidatura Arthur Bernardes. Do ponto de vista da instrução militar, para o Exército o "episódio" da Revolta da Escola Militar significava a ressurreição dos fantasmas de 1904, dos excessos de politização da Escola Militar da Praia Vermelha. Antes que sua gestão terminasse, antes da transmissão do cargo para a "mão-forte" do general-de-divisão Fernando Setembrino de Carvalho (o comandante da repressão ao Contestado), o ministro João Pandiá Calógeras muda radicalmente sua opinião sobre a qualidade do ensino ministrado no Realengo. A revolta da Escola

---

au pouvoir du nouveau Gouvernement de Monsieur Arthur Bernardes (Novembre de 1922) et de son Ministre de la Guerre, le Général Stembrino de Carvalho, ouvrait une ère de difficultés et de stagnation préjudicables à notre action. D'une part, en effet, l'attention du nouveau Gouvernement était beaucoup moins attirée sur les questions militaries. Le minsitre de la Guere lui-même était plus preoccupé du rôle politique qu'il entendait jouer que des intérêts et du développement de l'Armée. Néanmoins, après des luttes prolongées, j'avais pu faire admettre, pour 1923, la remise à l'étude d'un certain nombre de questions d'organisation et d'instruction. La Révolution de São Paulo est revenue mettre tout en question – et le malaise general qui règne dans l'armée brésilienne, à la suíte de ces évènements, donne à craindre que se prolonge pendant un temps assez long un état de choses peu favorable aux reformes" (GAMELIN, 1924).

[77] Também para Trevisan, "o trabalho dos 'instrutores novos' completou-se com a chegada da Missão Francesa, em 1920. Essa missão deixou como principal herança a valorização do Estado-Maior, criando os cursos especiais para a preparação de "Oficiais do Estado-Maior". O Exército passou a ter uma cúpula hierárquica melhor preparada, que efetivamente planejava e controlava a atividade militar. É dessa época também, 1920, o Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento para Instrução e Serviço, demonstrações evidentes de maior controle interno, buscando melhor operacionalidade (TREVISAN, 2005, s/p).

> Militar mudara por completo sua opinião sobre as reformas pretendidas pela oficialidade de formação alemã. Em texto de 1922 sobre a situação geral do Exército, o ministro percebe que a Escola Militar do Realengo se havia transformado num "organismo à parte no conjunto da reorganização do Exército". O ministro Calógeras reconhece a evidência e recomenda como solução para o problema do Realengo "o influxo direto da Missão Francesa, a fim de que seja assegurada ao quadro de oficiais a precisa homogeneidade na formação intelectual, na prática dos regulamentos e nos métodos de comando". A reforma de 1918/1919, com toda a sua condenação dos 'excessos da teoria, as divagações inúteis e as generalizações prematuras', ainda não tinha sido convenientemente assimilada pela tropa e nova diretriz aparece para ser obedecida. As razões eram outras, não um simples retorno à teoria, e sim fazer valer mesmo, a qualquer custo, a ordem de que a Escola Militar ministrasse conhecimentos necessários "até o posto de capitão". O restante da formação do oficial ficaria evidentemente para as demais escolas, já orientadas pelos instrutores franceses (TREVISAN, 1993, p. 375-377).

Com Artur Bernardes na presidência, os problemas em relação à missão recomeçaram.[78] Não por causa de Bernardes "em si", mas "il était étranger à certaines

[78] Em carta a um "amigo" não identificado, a franqueza de Gamelin pareceu ir além daquela – já excessiva – dos relatórios oficiais. O caráter pessoal, certamente, permitiu que Gamelin se expressasse sem cuidados. No documento, não coube qualquer eufemismo para a explanação sobre o momento vivido. "Je crois devoir vous signaler l'état des affaires, ici, autrement que je ne pourrais le faire dans un rapport officiel. Et, tout d'abord, le Brésil traverse une crise. Crise d'autorité due au manqué d'énergie et de valeur du Gouvernement actuel, crise financière dont les causes doivent être recherchées sur tout dans la 'gabégie généralisée' car il n'est si maigre fonctionnaire qui ne veuille s'enrichir, et vite. Un Président de la République, homme medíocre et à courtes vues, entièrement étranger à toutes les questions militaires. Un Ministre qui est une belle paire de bosses sans plus et ne songe qu'à se créer une situation politique. Un Chef d'État-Major intelligent, mais brouillon et, en tout cas, ne sachant pas prendre de resolutions. Comme par dessus le marché il faut se batter tous les jours pour obtenir les credits necessaries à la marche de nos Écoles – et qu'il daut aussi se fâcher pour que les officiers soint payés des sommes auxquelles ils ont droit et pour que soit assure le service de nos automobiles, vous concevez que la situation ne ressemble en rien à celle que j'avais pu conqueror pour la mission sous le Gouvernement precedent. Un tel état de chose va-t-il durer? Sans doute, à moins d'évènement. Le Président actuel n'est au un an; il en a donc encore pour trois ans. Il se pourrait que le Ministre de la Guerre lâche son portefeuille pour entrer dans la politique, son revê – comme Président d'un État. De toutes façons, il y a chance de gagner à son départ; mais ses successuers 'possibles' actuellement ne seraient tout de même pas des merveilles. Cependant, il importe de 'durer' d'autant qu'on voit poindre à l'horizon pour 1926 la candidature [à la] Presidence de la République du Président actuel de Saint-Paul lequel est un véritable homme d'État et susceptible d'en ai souvent cause avec lui) de réaliser un programme militaire sérieux. Personnellement je ne dois pas vous céler que les premières grosses chaleurs m'ont ramané une crise de la cholcystïte dont je suis atteint (inflammation uto vésicale biliaire avec adhérences sur le pylore). Elle a revêtu cette fois, la forme assez aigue analoque à une crise d'appendicite et j'ai dû passer trois jours allongé avec une bourse de glacê sur le foie. Les douleurs sont actuellement atténuées, j'ai repris mon service. Il est certain qu'il s'agit à Rio d'un 'climat trpical' auquel on ne peut résister longtemps si l'on veut fournir le travail et la vie mondaine à laquelle um Chef de mission est condamné pour 'faire figure'. L'officer que j'avais avec moi depuis 1919 doit lâcher et rentrer en France. Du personnel de 1920 il ne reste guère que les Officiers ayant une existence moins chargée ce qui est le cas, par exemple, des professeurs des écoles fonctionnant à Rio même. Je souhaiterais pourtant tenir le coup jusqu'à fin 1924 pour les deux raisons d'intérêt général suivantes: 1º Il faut absolument, dans la limite du possible, remonter le courant actuel et je ne voudrais pas passer la main au cours d'une période de difficultés. J'ai déjà, depuis mon retour, obtenu des résultats. J'en obtiendrai encore j'éspere en persévérant. 2º Il est certain que le Chef d'État-Major actuel voudrait se débarrasser de ma tutelle. Il n'est pas 'antifrançais'; mais je le gene. Quand je suis arrivé il y a 5 ans, il n'était que jeune brigadier, alors que je venais de commander une D.I. pendant 2 ans de Guerre. Il sait que j'ai une influence dans le pays, auprès des homes politiques et sur toute uen partie de l'Armée, particulièrement sur son E.M. même. Il n'ose donc ni négliger, ni me jeter par dessus bord. Mais il

questions vitales d'un État moderne". Além disso, a escolha de Setembrino de Carvalho para a pasta da Guerra teria aumentado a resistência de determinados setores à missão, da mesma forma que a condução do "francófilo" Tasso Fragoso[79] à chefia do Estado-Maior.

> [Setembrino de Carvalho] celui-ci avait été longtemps un germanophile avéré; à nos debute, il avait été de cuex qui nous battirent froid… Devenu Ministre, il s'entoura d'un personnel qui nous était hostile: notamment d'officiers mécontents parce qu'ils n'avaient pas réussi dans nos Écoles au gré de leurs vanités. En fait et sous des dehors aimables, il s'attacha constamment à réduire notre influence. Quant au nouveau Chef d'État-Major, le Général Tasso Fragoso, il n'est, certes pas, notre ennemi; aux heures graves de la guerre il a affiché des sentiments francophiles, mais, aussi, vaniteux que brouillon, il supporte difficilement notre tutelle. Son revê serait d'une Mission Militaire française, sans chef, et qui lui serait complètement subordenée (GAMELIN, 1925).

Tal situação é comprovada em ofício do embaixador francês no Brasil, J. de Hauteclocque, ao ministro das Relações Exteriores da França. Em um primeiro momento, aparentemente, o conteúdo da mensagem pareceu mostrar enorme boa vontade do presidente Artur Bernardes em relação à missão francesa, todavia, ao final do texto, uma nota confidencial indicava que o principal tema não havia sido contemplado pelo chefe de Estado brasileiro: a renovação do contrato da Missão Militar Francesa de Instrução. Não obstante, como se sabe, a missão permaneceu no Brasil até o final da década de 1930.

> Dans le Message qu'il a adresse au Congrès federal, le 3 de ce móis, le Président de la République Brésilienne a consacré quelques lignes élogieuses à la Mission Militaire Française d'Instruction de l'Armée fédérale dont le Chef est le Général Gamelin.
> La Mission Militaire française, dit M. Bernardes, continue à contribuer utilement à l'instruction de l'Armée, avec une compétence résultant d'une grande expérience. Nos réglements militaires sont adaptes aux enseignements les plus modernes de l'Art de la "Guerre".

---

manque pas une occasion de me conseiller d'aller 'me faire opérer en [France]' (…). Vous reviendrez plus tard, etc. (...). C'est um jeu auquel il ne faut pas nous prêter au point de vue français. D'une part, il faut que je donne l'impression que de partir à mon heure et mon ouevre en bonne voie. D'autre part, il faut que Quirin soit au point pour me remplacer temporairement. Enfin il faut que dans un délai très court, vous envoyiez ici un Officier général susceptible de faire figure et d'un imposer. Par mesure de precaution, il est cependant entendu avec mon médecin chef qu'il me préviendra sans ambage, s'il trouvait que mon état s'aggravant il devienne nécessaire de prendre une solution d'urgence. Ju ne veux point que, moralment ils 'm'aient' mais je ne veux point non plus qu'ils aient 'la peau et les os'. Il me reste à vous demander de creoire à (…) etc." (GAMELIN, 1923).

[79] Apesar disso, segundo Fernando Rodrigues, "o chefe do EME [Estado-Maior do Exército], general Tasso Fragoso, em seu relatório referente ao ano de 1929, expressou a necessidade de reflexão sobre o fim do contrato da Missão Militar Francesa. O argumento principal estava baseado na já proficiência dos instrutores brasileiros. No entanto, o relator é incisivo quanto ao fato de existir um processo de decadência no nível de instrução ministrada pelos franceses" (RODRIGUES, 2010, p. 109-110).

> *Confidentiel*: Aucune allusion n'est faite dans le Message au renouvellement du contrat de notre Mission Militaire (HAUTECLOCQUE, 1923).

Em consequência das dificuldades econômicas, os avanços promovidos pela Missão Militar Francesa de Instrução foram interrompidos. Segundo Gamelin, o Exército brasileiro foi o primeiro a sofrer com os problemas financeiros, tanto no que se referia à sua reorganização, quanto ao desenvolvimento do armamento nacional. A disciplina não havia sido completamente assimilada pelos quadros militares brasileiros e a lembrança da participação militar na proclamação da República permanecia como inspiração para a ação política das Forças Armadas.

Gamelin observou que a elaboração do relatório se deu em meio a diversas "rebeliões" militares no Brasil. A conclusão da segunda parte do documento apontou para a sucessão do general e a impressão geral do legado que deixou para o Brasil.

> Et j'ai conscience, au moment ou des necessites impérieuses de santé, à la suíte d'un séjour de 6 ans sous un climat tropical, m'ont contraint de rentrer en France, d'avoir passe à mon successeur une situation intacte dans ses éléments essentiels. Intact en tout cas est, parmi nos camarades brésiliens et j'ose dire dans le pays, le prestige de ceux qui ont l'honneur d'y représenter l'armée française. Renouvelé pour 4 ans le 23 septembre 1923, le contrat de la Mission est donc encore valable pour deux ans et demi (GAMELIN, 1925).

Na terceira parte do relatório, "Le problème militaire du Brésil", Gamelin discorreu sobre o que era o Exército brasileiro e o plano proposto para sua reorganização, durante os anos em que foi chefe da Missão Militar Francesa de Instrução, e tratou da inserção e das dificuldades de defesa do Brasil na América do Sul. Segundo o general francês, o primeiro grande problema brasileiro era a comunicação e ele possuía duas causas.

> - l'étendue même du territoire, de l'ordre de 10.000.000 de kilomètres carrés, soit près de 20 fois la France, ou 30 (et quelques) milles kilomètres de voies férrées ne sufisent pas à assurer, entre les divers parties de "l'Empire", des liaisons suffisantes.
> - la contexture géographique même du pays rend le problème difficile (…). Nulle part, le Brésil n'a de limites naturelles, chaînes de montagnes, grands fleuves, ou se puisse accrocher la défense (GAMELIN, 1925).

Nesse ponto do relatório, Gamelin expôs suas impressões sobre os vizinhos do Brasil, as relações políticas e militares dos Estados sul-americanos e as hipóteses de

guerra, definindo a Argentina como grande rival do Brasil e mais forte militarmente. No entanto, não percebeu nenhuma razão para um conflito armado entre os dois países.

> Evidemment, il n'y a aucune raison sérieuse de conflit entre Argentine et Brésil et une lutte réellement fratricide entre peuples d'origines également ibérienne, serait une véritable folie pour tous les deux. Mais il est de fait qu'argentins et brésiliens ne s'aiment pas et que leurs vanités sont à fleur de peau (GAMELIN, 1925).

O planejamento proposto por Gamelin e aceito pelo governo brasileiro foi resumido nos termos a seguir.

> - Prévoir et préparer peu à peu et dans les mesures des crédits disponibles, la mise en oeuvre progressive, en cas de conflit, de toutes les forces nationales. Cette mesure suffirait à asserurer, les cas échéant, et quelque soient les avatars initiaux possible, la certitude du succès par une supériorité numérique mínime de 3 contre 1 (Brésil: 32.000.000 d'habitants; Argentine: 8.000.000; Uruguay: 1.200.000; Paraguay: 600.000). La progressivité même de l'effort à réaliser en temps de paix comme en temps de guerre montrerait évidemment qu'il ne s'agit pas de projets agressifs.
> - Constituer une armée de premier ban (active et reserve comprises) au moins égale à la totalité des forces que mettrait en ouevre initialment une coalition adverse…
> - Amorcer la réunion d'une forte armée de couverture dans la partie sud du pays en faisant tenir garnison em temps de paix (…).
> - Etablir en conséquence l'ossature militaire du pays: 8 régions militaires dont 3 dans la partie nord; 1 subdivision spéciale étant constituée par le Matto Grosso.
> - Enfin, assurer la liaison entre le centre du pays et la partie sud: 1º) en doublant la voie ferrée existante par une plus autre plus à l'est, c'est-à-dire moins menacée; 2º) en constituant une base maritime à Florianopolis ou pourrait aboutir em sécurité des transports par mer et facile à relier par voiee ferrée avec le Rio Grande do Sul (…).
> Ainsi, la volonté pacifique du Brésil demeurerait evidente, puisque l'Argentine conserverait aus yeux de tous des possibilites d'avantages initiaux; mais le Brésil se garantirait, autant qu'il est humainement possibile, la certitude du succés final. Cette considération seule suffirait évidement à décourager de l'attaquer. Et j'ai dit à mês amis brésiliens: Heureux est um peuple pour lequel le problème de la défense nationale se peut poser dans de telles conditions (GAMELIN, 1925).

Após a apresentação, passou a descrever os meios para estabelecer tal organização e para manter um "Exército mínimo", ao menos, em um curto espaço de tempo, como devem ser as forças modernas, a fim de assegurar aquilo que havia sido planejado. No final das considerações, o oficial francês tratou do "problema da marinha".[80] Aparentemente, a questão envolvia não apenas a ideia que Gamelin possuía

[80] "No pós-guerra, o diagnóstico corrente nos círculos militares e navais brasileiros era de inferioridade do Brasil em relação às forças de seus principais competidores sul-americanos. Se comparados os efetivos militares permanentes (praças e oficiais) com as populações dos países do ABC, o resultado seria o seguinte: 1,5 homem no Brasil para cada mil habitantes, 3 na Argentina e 5 no Chile. Um estudo secreto do Estado-Maior do Exército sobre a situação militar na América do Sul, de dezembro de 1922, mostrou que enquanto o Brasil podia mobilizar em caso de guerra apenas duas divisões de artilharia, a Argentina

para a defesa do Brasil, mas a preocupação com a influência estrangeira que não fosse francesa, no caso, a presença dos Estados Unidos da América no país.

> Bien entendu, je n'eus pas à m'occuper du problème de la marine. D'autant que le Brésil contract une Mission navale aux États-Unis (…).
> - En cas de conflit, la victoire décisive pour le Brésil, serait la victoire sur terre. Le rôle de la flotte serait, initialement, de proteger la concentration, dont, une partie devrait se faire par voie maritime, ultérieurement de défendre les côtés et la liberte des communications avec l'Europe et les États-Unis. C'est seulement après des succès sur le continent, conduisant à porter la guerre em pays ennemis, qu'il serait intéressant de prendre l'offensive sur mer, en la conjuguant avec les opérations des armées (GAMELIN, 1925).

A quarta e penúltima parte do relatório abordou a obra propriamente dita da Missão Militar Francesa de Instrução. Inicialmente, Gamelin descreveu o "espírito" dos brasileiros, afirmando serem homens de imaginação: entre eles, há poetas, romancistas e juristas, porém não há filósofos, sábios ou artistas, enfim, há poucos homens de realização. O general entendia que havia necessidade de inteligência, de gosto pelo trabalho e de perseverança, mas que tais qualidades faltavam aos brasileiros.[81] Para Gamelin, os brasileiros teriam uma vida fácil, sem perigos ou ameaças.

A avaliação tinha, certamente, um princípio preconceituoso e encontrava fundamento na comparação que Gamelin fez entre aqueles identificados como seus principais aliados, o presidente Epitácio Pessoa e o ministro Pandiá Calógeras, e os seus respectivos sucessores.

> M. le Président Epitacio Pessoa et le Ministre Calojeras (sic) étaient tous deux de "Européanisés" et nous parlions "la même langue". Il n'en fut plus ainsi avec M. le Président Arthur Bernardes et surtout avec le Maréchal Setembrino de Carvalho, à côté d'une "roublardise", rien ne pourrait, en France, nous faire imaginer la pauvreté d'esprit (GAMELIN, 1925).

---

poderia contar com cinco delas. A Argentina teria orçamento de guerra superior ao do Brasil, pessoal combatente em maior número e melhor instruído, além de capacidade mais rápida de mobilização. Tudo facilitaria para uma invasão do Brasil pelas forças argentinas: as linhas férreas, as estradas e os caminhos fluviais, que 'serviriam, com imenso proveito, de linhas de transporte para nossa fronteira em caso de invasão'" (GARCIA, 2003, p. 175).

[81] Sergio Buarque de Holanda (1995), desde os anos 1930, alertava para essa percepção, ao discutir a herança rural e escravocrata da sociedade brasileira. "Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante de nossa vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e 'inteligência', em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo (…). O trabalho mental, que não suja as mãos e não fatiga o corpo, pode construir, com efeito, ocupação em todos os sentidos digna de antigos senhores de escravos e dos seus herdeiros" (HOLANDA, 1995, p. 82-83).

Ponderando sobre os principais resultados da missão, o general francês afirmou que esses foram mais eficientes no domínio da instrução, não obstante admitiu que, mesmo assim, deixaram a desejar na reorganização do Estado-Maior, assinalando que a instrução francesa de quadros do Estado-Maior brasileiro permitiu, inclusive, um aprimoramento do órgão, apesar do seu chefe ser "tecnicamente" inferior.

> Les deux sous-chefs d'État-Major, jeunes généraux de brigade qui ont été parmi nos premiers élèves, sont hommes de valeur. Le plus medíocre élément de l'État-Major brésilien, actuellement, est encore le chef, car il joint à une remarquable vivacité d'intelligence et à une erudition des plus étendues, un manqué complet de méthode, de sens pratique et même de volonté precise.
> Le vrai succès fut pour les écoles places sous notre direction technique et où les enseignements principaux étaient assures par les officiers français. Dans cet ordre d'idées nous avons mis sur pied: une école d'État-Major (…), une école dite de perfectionnemment (…), une école d'intendance (…), une école d'application du service de Santé (…), une école Vétérinaire (…); une école de Maréchalerie annexe (…), une école d'aviation. Enfin, après une série d'efforts, nous sommes arrives à faire créer une école de Cavalerie (GAMELIN, 1925).

Outro documento sugere que as conclusões de Gamelin eram corroboradas pela avaliação de significativos setores militares brasileiros, como reconheceu Conty no artigo de um oficial, identificado como "Major Cavalcanti", para o *Jornal do Commercio*, intitulado "L'armée et l'instruction". Segundo o embaixador, as impressões de Cavalcanti eram:

> (...) si l'instruction de l'armée fédérale se poursuit encore quelques années dans les mêmes conditions que depuis 1921, le Mission aura sans doute atteint son but. Il serait sage de voir dans cette opinion "balance" une allusion aux difficulties de tous orders contre lesquelles nos instructeurs ont à lutter dans l'exercice de leur mission (CONTY, 1926).

Gamelin, em contrapartida, admitiu certa frustração em relação à principal escola de formação de oficiais, por não ter podido atuar na entidade até 1924[82], ano da sua saída da chefia da missão.[83] A Escola Militar do Realengo somente recebeu os

[82] Naquele ano, o ensino militar foi novamente reformado (Decreto regulamentador 16.394, de 27 de fevereiro de 1924). Manteve-se a mesma disposição de 1913, com algumas alterações, como o retorno mais acentuado da geometria, mas destacando-se, sobretudo, segundo Trevisan, a primeira disciplina do curso fundamental, chamada "Missão do Exército e missão social do oficial", sem especificar seu conteúdo, como fez minuciosamente acerca de outras disciplinas. "Por outro lado, o decreto regulamentador é repetitivo em uma mesma mensagem: em seu preâmbulo avisa: '(…) cumpre ter presente que a preparação do oficial numa primeira escola não pode ser exaustiva, senão que, ao revés, se prevê o seu aperfeiçoamento em cursos posteriores'" (TREVISAN, 1993, p. 378).

[83] "Depois dele, que atuou durante quase cinco anos, estiveram à testa da Missão, em sequência e por períodos diferenciados, os generais Frédéric Coffec, Joseph Spire, Charles Huntzinger, Paul Noël e

franceses depois de quase quatro anos de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro.[84] "Par contre, j'eus beaucoup de peine à avoir une influence sur l'École Militaire, école d'origine des officiers de toutes armes" (GAMELIN, 1925).

Também lamentou o serviço geográfico delegado a uma missão austríaca. O envio da missão foi matéria de alguma polêmica no seio do Ministério das Relações Exteriores da França. Primeiramente, porque poderia representar uma ameaça à influência exercida pela missão francesa no Brasil; em segundo lugar, porque a Áustria, de acordo com o Tratado de Saint-Germain, e a Alemanha, segundo o Tratado de Versalhes, estavam proibidas de manter comércio militar com outros países. Dessa forma, o general lembrou que seu maior desafeto havia sido o arquiteto da vinda ao Brasil dos geógrafos austríacos: "le Maréchal Bento Ribeiro, dont j'ai fait ressortir l'hostilité, parvint à y introduire un petit groupe d'officiers de l'ancienne armée autrichienne" (GAMELIN, 1925). Contudo, segundo Gamelin, o trabalho dos austríacos não rendeu nenhum fruto.

Georges Chadebec de Lavalade. Nos intervalos, chefiaram interinamente os generais Eugène Durandin e Jacques Baudoin, antigos integrantes da MMF" (CORREIA NETO, 2005, p. 39).

[84] "Os dois ministros [Pandiá Calógeras e seu sucessor general Setembrino de Carvalho, em 1922 e 1923] frisaram a necessidade de se colocar a Escola Militar [do Realengo] sob a influência da Missão Militar Francesa, a qual, embora já estivesse no país desde 1920, não tinha incluído ainda a Escola em seu programa de reorganização do Exército. Sob essa nova influência, os regulamentos de 1918 e 1919, feitos sob a influência de oficiais que haviam estagiado na Alemanha, foram substituídos. A nova reforma, em 1924, manteve a mesma estrutura do curso, em três anos, mas equilibrou em importância os estudos gerais e os profissionais" (CASTRO, 1990, p. 128). "Calógeras e Setembrino de Carvalho se uniram, pronunciando-se com visão idêntica [sobre] a Missão Militar Francesa. 'É preciso colocar a Escola [Militar do Realengo] sob o influxo da Missão, a fim de assegurar ao quadro de oficiais homogeneidade intelectual', disse o primeiro. Dirá o segundo: 'É cada dia mais urgente fazer-se sentir, de modo direto, sobre a Escola, a influência pessoal dos instrutores franceses'. Não será temeridade afirmar que as reformas de 1918 e 1919 [no ensino de formação dos oficiais do Exército brasileiro] foram elaboradas sob a influência dos oficiais que haviam estagiado no Exército alemão. É bem deles a ultravalorização dos assuntos militares, de caráter prático, as normas para as matrículas, a instituição da Missão Indígena. E, possivelmente, a eles se deve, também, a colocação da Escola Militar fora da alçada dos franceses. Havia, na época, quem os chamasse de 'germanófilos'. Não seria um germanismo político e sim técnico, que os levava a subestimar ou desmerecer no campo das coisas militares, tudo que não trouxesse a marca alemã" (MOTTA, 2001, p. 266). "[A]'Missão Indígena' [foi o] nome pelo qual se tornou conhecido o grupo de oficiais que foram aprovados nos exames realizados no final de 1918. Alguns deles eram ex-estagiários do Exército alemão ['jovens turcos', responsáveis pela revista *Defeza Nacional*], outros discípulos deles. A entrada dos novos instrutores foi acontecimento marcante na vida da Escola [Militar do Realengo], conforme depoimentos de antigos alunos da época" (CASTRO, 1990, p. 125-126). "Em suma, o grupo de *A Defesa Nacional* queria que o Exército se modernizasse segundo o modelo alemão, com o corpo de oficiais permanente treinando recrutas trazidos pelo alistamento compulsório e depois dispensados para integrar uma força reservista sempre crescente. Consideravam missão do Exército a defesa externa e interna, esta última requerendo ainda por vários anos diversas formas de intervenção na sociedade. Essa visão determinaria a futura direção das relações do Exército com a sociedade e o sistema político" (MCCANN, 2007, p. 223). "O primeiro oficial francês designado como coordenador para a Escola Militar do Realengo foi o tenente-coronel Beziers de la Fosse, escolhido com cuidado, exatamente por seu trânsito fácil entre os militares brasileiros e sua inegável capacitação técnica como instrutor militar" (TREVISAN, 1993, p. 380).

O tema que se esperava ter sido abordado com maior amplitude, na leitura do relatório em questão, foi praticamente esquecido pelo general: o papel comercial da missão. Em nenhum momento, os franceses negaram o interesse de vender ao Brasil equipamentos militares, de cartuchos para metralhadoras a aviões, além disso, quando não intermediavam assuntos de interesse das casas francesas produtoras de materiais militares, como Schneider e Saint Chermond, era porque apenas os franceses estavam no páreo de alguma disputa comercial dessa natureza.

Segundo Antonio Lessa, os franceses não tiveram, entre o final do século XIX e o início da Segunda Guerra Mundial, qualquer projeto econômico ou imigratório para a região da América Latina. Lembra o autor que o fluxo comercial entre a América Latina e a França estava aquém das suas potencialidades até 1913 e que ele se deteriorou ainda mais no entre guerras (LESSA, 2000, p. 81-86). Dessa forma, o mercado bélico se tornou um importante elo entre a França e o continente latino-americano, mais especificamente o Brasil, a partir dos esforços dos integrantes da missão.

Para Hugo Suppo, o sucesso da missão teve como fator principal, de acordo com Gamelin, a observação de que o papel de uma missão militar está fortemente vinculado à evolução política do país, sem, no entanto, se envolver nas lutas políticas, mas, sobretudo, assegurando os acordos comerciais.

> Elle est due aussi au fait de s'identifier ou "tout au moins paraître s'identifier avec les nécessités de l'armée où il 'sert', dans la mesure où elles ne sont pas en contradiction avec les intérêts de son propre pays". Enfin, pour réussir, la mission doit assurer les achats de matériel em France, tout en évitant d'être accusée de "mission commerciale", et travailler pour la "propagande française" en general (SUPPO, 2004/3, p. 10)

Retomando os escritos de Gamelin, apenas as últimas páginas do relatório tratam desse assunto. A despeito de severas observações feitas por Domingos Neto sobre o "mercador Gamelin"[85], que efetivamente desempenhou um papel de intermediário nos

[85] De acordo com Domingos Neto, "obstinadamente a França tentava impedir a rearticulação da indústria de guerra alemã. A conflagração mundial realçara os estreitos vínculos entre a potência militar e a capacidade tecnológica e industrial das nações. Mas a conquista de mercados para a indústria bélica tornara-se um problema de defesa estratégica: sem produzir em escala, empresas direta ou indiretamente ligadas às atividades militares ficariam sem perspectivas. Se, durante o conflito, a pesquisa científica e a produção econômica se confundiam com a atividade militar propriamente dita, após a hecatombe, os militares prosseguiram tratando de problemas tecnológicos e econômicos convictos de que não fugiam aos assuntos da sua alçada profissional. Gamelin era até mesmo favorável a que os oficiais franceses estagiassem em fábricas de armamentos para se familiarizar com as últimas novidades e melhor dissertarem sobre as vantagens dos novos produtos a eventuais compradores. Longos relatórios eram enviados por Gamelin explicando as modificações que os fabricantes franceses deveriam fazer para adaptar o armamento às condições de combate no Brasil" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 231-232).

negócios de equipamentos militares – o qual é comprovado na vasta correspondência disponível nos arquivos de La Courneuve e Vincennes –, o oficial francês não dedicou ao tema um espaço tão significativo no seu franco relatório. Os motivos que o levaram a tal atitude não requerem especulações, uma vez que, ao término do relatório, foram apresentados com contundência, não cabendo a esta tese julgar se o general entendia serem ou não as questões comerciais a razão principal da missão. Em todo caso, Gamelin não deixou de ver com algum orgulho seu trabalho de intermediário comercial.[86] Segundo suas estimativas, aproximadamente 200 milhões de francos foram investidos pelo Brasil em compras de armamentos franceses das casas Hotchkiss, Schneider e Breguet, do governo da França e da Companhia Francesa de Telefones, por exemplo.

Por fim, as conclusões de Gamelin são aqui transcritas integralmente.

> De six années d'expériences personnelles, j'ai pu tirer les conclusions suivantes:
> - Le rôle d'une Mission Militaire est forcément lié à l'évolution politique du pays, surtout lorsque la politique, comme en Amérique latine, règne en souveraine. Un chef de Mission ne peut donc se contenter, comme un Général exerçant un commandement dans son pays, de developer son action dans le domaine strictement professionnel. D'autant qu'il a chance de rencotrer, dans l'armée même, des oppositions, d'ailleurs comprehensible, à l'emprise de son influence.
> - Mais, tout en se créant des relations dans tous les milieu, il doit strictement éviter de paraître se mêler aux lutes des partis et surtout s'inféoder à l'un d'eux.
> - L'une des difficulties pour la mission est de se faire "admettre" au sein d'une armée où sa presence provoque des suceptiblités, particulièrement chez les Chefs. La camaraderie militaire est à la fois faiblesse et une force, et il faut tenir compte des deux points de vue.
> Je n'ai senti mon terrain assure que quand je me suis vu "traité de bon camarade" par les généraux brésiliens.
> - Il importe de "comprendre" l'ambiance nouvelle où l'on opere. Pour réussir, il faut consentir des sacrifices nécessaires à une metalité naturellement différente de la nôtre. Un Chef de Mission Militaire n'a pas, d'ailleurs, la position d'un diplomate chargé de défendre les points de vue de com mandataire: il est lui, littéralement "au service" d'une Nation étrangère. Il doit donc s'identifier, tout au moins paraître s'identifier avec les necessities de l'armée où il "sert", dans la mesure où ells ne sont pas en contradiction avec les interest de son propre pays. Quand les unes et les autres sont en conflit, la tâche devient sensiblement ardue.
> - Une pierre d'achoppement très dangereuse est celle des interest économiques; j'entends les achats de materiel. Il est si facile, pour nos adversaries, d'accuser une mission militaire d'être une "mission commerciale". Quand on peut consenter un emprunt la question devient simple. Autrement l'art est, après pose logiquement les conditions à remplir par les matérieles nécessaires, de mettre adroitement les maisons françaises à même de satisfaire mieux que leurs concurrents aux conditions exigées. Mais il faut que nos industriels et commerçants, eux-mêmes, s'y prêtent et qu'ils ne se

[86] Desde a chegada de Gamelin em 1919, apenas para reconhecimento do país e do Exército brasileiro, seus relatórios apontaram para a necessidade de compra de material bélico por parte do governo brasileiro (GAMELIN, 1919).

> concurrencent point: c'est souvent difficile à obtenir. On doit parfois "forcer la main"; mais c'et un peu dangereux qu'on ne peut renouveler souvent sans y user son influence.
> - Une Mission Militaire doit évidemment et, en fait, peut travailler à ce qu'on appelle la "propagande française". Mais, sans en avoir l'air et specialement par son action même; ce qui est, du reste, dans tous les domains, le meilleur procédé. C'est une erreur de vouloir lui demander de distribuer des brochures ou des livres où s'étale une volonté de polémique. Mais il est bon qu'um Chef de Mission ait à as disposition un certain nombre d'exemplaires des ouvrages qui font honneur à la pensée française et qu'il puísse, à l'occasion, les glisser adroitement là où leur influence est utile.
> - Enfin pour un militaire, habitué à agir sous les ordres de chefs, entouré de camarades, dans une atmosphère de confiance, l'impression la plus pénible est celle de se sentir isolé, au milieu d'embûches, sans savoir souvent qui est effectivement ami ou ennemi. Mais ce serait une erreur de croire que la crainte des histoires, c'est-à-dire l'inaction, permettre d'éviter les difficultés: on ne tarderait pas à perdre tout prestige, là où le prestige personnel, s'ajoutant à celui de l'Armée française, est précisement l'élément essentiel du succès (GAMELIN, 1925).

No projeto para reorganização do Exército brasileiro, Gamelin apresentou mudanças que tinham clara inspiração na experiência militar francesa. Em documento de 1924, manifestou, em linhas gerais, os termos da transformação pela qual deveria passar o Exército brasileiro, a fim de se modernizar – evidentemente, nem todas as suas propostas foram acatadas.

> Le présent projet a pour but, tout en continuant à preparer une armée, susceptible évenetuellement de répondre aux necessities qui peuvent s'imposer, soit de défendre le pays, soit de rétablir l'ordre:
> - d'éloigner l'armée de la politique;
> - tout en développant l' "esprit militaire" et l' "esprit de corps", de combattre l' "esprit de classe et de caste", contraíres à la concepetion d'une armée nationale et démocratique;
> - de développer la discipline militaire et la conscience professionnelle qui sont la base d'une loyauté absoule de l'armée vis à vis du Gouvernement;
> - de Donner au corps d'officiers un statut qui assure l'accés rapide aux grades élevés des plus méritants, au point de vue professionel et en dehors de toutes intrigues;
> - d'assurer d'une façon générale aux officiers une carrier, don't l'intérêt et les satisfactions professionnelles soient pour tous une juste recompense dans une atmosphere de sécurtié moral;
> - Enfin d'établir dans tous les rouages l'ordre et la régularité, de manière à assurer le rendement maximum avec le minimum de dépenses (GAMELIN, 1924).

O mais evidente ponto de convergência para um "afrancesamento" do Exército brasileiro foi a necessidade de despolitização dos militares e de busca da disciplina, uma vez que o Exército deveria ser instrumento do Estado e não de forças partidárias. Após a Guerra Franco-Prussiana, o aspecto político no Exército francês era um problema aos olhos da III República, o que culminou com o processo de esvaziamento do ativismo político no corpo das tropas. Posteriormente a uma série de eventos que contaram com a

participação de oficiais, o direito de manifestação política dos membros do Exército francês foi sendo reduzido, ao ponto de serem alijados do direito de voto[87] e de postular cargos políticos.[88]

> Le Mars 1875, par une circulaire adressée aux généraux commandants de corps d'armée, le ministre ordonne à' l'armée de suivre les lois constitutionelles. Au plus fort de la crise diplomatique franco-allemande, le ministre rappelle que les minsitres n'ont pa à se préocuper des querelles de la cite. Pour William Serman, le militaire devient un citoyen de seconde zone, les cadres de l'armée ne pouvant postuler une fonction éligible (…). À partir de 1876, comme pour tout régime qui veut contrôler l'appareil militaire, la manie du fichage apparaît lorsque les amis de Gambetta détiennent progressivement les rênes de l'État (…). L'apolitisme de l'armée ne veut pas dire que les officiers n'aient pas d'opinions, mais ils doivent s'abstenir de les exprimer publiquement. Soumise au pouvoir civil, l'armée manifeste parfois ses inquiétudes, notamment à propôs de l'epineuse question du maintien de l'ordre (JAUFFRET, 1992a, p. 11-13).

Na compreensão de Robert Hayes (1991), a essência do espírito militar francês estava na necessidade de conhecer os problemas da nação, de modo que os instrutores missionários buscavam incutir nos seus discípulos brasileiros a ideia de que o Exército nacional deveria espelhar a própria pátria.

> Os instrutores franceses também destacavam, entre outros, os seguintes princípios: 'a profissão das armas constitui-se num sacerdócio e não um emprego como outro qualquer, simplesmente para ganhar a vida'; o exército 'era da nação e da pátria'; o exército era 'o grande mundo', através do qual passava a juventude da nação; e 'o exército, a bandeira, o povo e a nação eram inseparáveis', princípios estes que, naturalmente, se harmonizavam com o conceito brasileiro de nação armada (HAYES, 1991, p. 122).

Discípulo de Joffre e Foch, Gamelin tinha clareza do seu papel no sentido de desmobilizar a atividade política do Exército brasileiro. Para o marechal Ferdinand Foch, o soldado deveria ser completamente disciplinado, algo que tratava por "obediência ativa". Deveria entender a noção de "espírito militar", o qual comporta o

[87] Entre o início da III República Francesa e o final da Segunda Guerra Mundial, o militar francês estava proibido de votar nas eleições de seu país. A partir do governo de Adolphe Thiers (1871-1873) – o primeiro após a queda do Segundo Império Francês –, o Exército francês foi submetido a diversas leis que buscavam controlar a subversão política dos seus quadros. Entre elas a de 27 de julho de 1872, que retirava o direito de voto dos militares, levando o Exército a ser conhecido como "La Grande Muette". "Le 27 juillet 1872, le Parlament adopte une nouvelle loi sur le recrutement de l'armée. Ele reprend et réaffirme le principe ancien que tout Français doit le service militaire personnel et supprime donc le remplacement militaire. Elle précise que seuls les citoyens français effectuent le servisse militaire et que, pendant leur présence au corps, ils ne peuvent prendre part à aucun vote: c'est l'affirmation du principe de la 'grande muette' après les débats intenses auxquels participent nombre d'offciers, en 1871-1872" (JAUFFRET e MAURIN, 1992, p. 80).

[88] Todavia, ainda que isso "disciplinasse" os militares franceses, sabe-se que importantes oficiais tiveram destaque também na vida política.

pensamento, a reflexão e a obediência ao modo de condução do seu superior, não dependendo necessariamente do que este diz, mas sabendo a forma como pensa e seguindo-o por inteligência.

> Qui dit chef, dit donc um homme de caractere, cela va de soi, mais aussi um homme capable de comprendre et de combiner: pour obéir.
> A l'obéissance passive des formes absolues des siècles derniers nous opposerons donc tourjours l'obéissance active, conséquence implicite de l'appel constamment adresse à l'initiative, ainsi que de la tactique des petites masses indépendantes (FOCH, 2008, p. 213).

Contudo, segundo Huntington, o processo que levou aos quadros do Exército francês o espírito profissional e, consequentemente, disciplinado foi extremamente árduo. Talvez apenas após a derrota da França na guerra contra a Prússia, os franceses tenham adotado um rigor maior na formação dos seus soldados.

> In France the intrusion of social considerations into the army made the maintenance of discipline based upon rank virtually impossible. Except when actually drilling troops, officers of higher rank but inferior social position yielded precedence to subordinates of more distinguished family. In the field as well as at court an officer was expected to maintain a household befitting his social status. Influence at court enabled officers to abandon their military responsibilities when they felt inclined (HUNTINGTON, 1957, p. 27).

Nesse sentido, Gamelin frisou a necessidade de transformar o Exército brasileiro em um órgão "apolítico".

> Supprimer, pour les offciers de l'armée active, le droit de se présenter aux élections pour les fonctions publiques. Tout offcier, qui désire faire acte de candidat à l'une de ces élections, doit au préalable demander son passage dans la "reserve". Ultérieurement il reçoit de l'avancement dans la "reserve", au même titre que les autres officers de reserve et sous les mêmes conditions. Les offciers, tout em conservant personnellement le droit de voter n'ont pas le droit de prendre part, sous quelque forme que ce soit, aux luttes électorales (GAMELIN, 1925).

Cabia centrar-se no processo de formação de um corpo de oficiais disciplinados e, por conseguinte, de uma tropa também submissa. Gamelin, por sua vez, justificou a ausência de disciplina no Exército brasileiro em razão do caráter individual dos conscritos e da sua associação a posições políticas não leais ao governo.[89]

[89] Para Gamelin, não importava a tendência política governante, o Exército deveria respeitar o governo como manifestação soberana do Estado, representante da sociedade civil, independentemente do regime existente no país.

> Il est nécessaire, actuellement, d'éliminer le plus rapidement possible les elements médiocre et suspects. Dire de l'officier qu'il ne doit point faire de politique n'est point dire qu'il a le droit de faire de l'opposition aux vues de gouvernement n'a pas de place dans l'armée active. Qu'il emploie autrement son activité: il lui restera la possibilité de servir le pays en temps de guerre, s'il est nécessaire (GAMELIN, 1925).

A conclusão de Gamelin, na apresentação do projeto de reorganização do Exército brasileiro, destacou o desejo que ele jamais escondeu: de contribuir para o processo de aperfeiçoamento da instituição, levando-a a uma nova e moderna condição, pelo menos em relação à mentalidade do oficial brasileiro.

Seguramente, do ponto de vista material – a modernização propriamente dita dos equipamentos bélicos –, em nenhum ponto do projeto, foi referida a necessidade de o Brasil alcançar certo nível de autonomia industrial. Dessa forma, reforça-se a ideia de que, tacitamente, houve um acordo entre brasileiros e franceses no processo de aprimoramento do Exército brasileiro. Existiu interesse no modernismo, mas não na modernização.

> Dans les pages qui précèdent, j'ai cru devoir exposer toute ma pensée, en toute franchise. Mes camarades de l'armée brésilienne savent l'affection que j'ai pour eux. Mais cette affection n'est pas aveugle. Et je crois servir leur veritable intérêt, j'entends l'intérêt de ceux d'entre eux qui sont de bons offciers, en disant toute la vérité.
> Il y a dans l'armée brésilienne tout un noyau d'excellents elements; qui aiment leur métier pour lui-même. C'est sur ceux là qu'il faut s'appuyer mais en leur donnant les légitimes satisfactions de métier et de carrier auxquelles ils not droits.
> Il serait désespérant que les évènements actuels fussent l'efondrement des espoirs de tous ceux qui veulent pour le Brésil une armée puissante et forte, creuset de sa nationalité, champion de sa grandeur et de son evolution dans l'ordre et dans le calme.
> Ils ont doivent être au contraire la base d'une réforme profonde, fondée sur l'expérience des démocratiques, tout en tenant compte des necessities locales. Pour les âmes fortes, le Malheur mêne est une source de progrès (GAMELIN, 1925).

Outro aspecto a ser apreciado – espera-se, sem desvio do objeto aqui abordado – aproxima-se ainda mais dessa assertiva. Em documentos do *Service Historique de la Défense* que tratam das relações militares entre França e Argentina durante o mesmo período de atuação de Gamelin como chefe da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, observa-se que, além das disputas comerciais entre as potências europeias pelo mercado argentino de armamentos, as conversas e os acordos entre franceses e portenhos abordavam a possibilidade daqueles ajudarem estes na estruturação de um parque industrial bélico – como mostram os documentos da caixa 7N3387. É bem verdade que, antes da Primeira Guerra Mundial, a Argentina mantinha

com a Alemanha uma relação militar mais íntima do que tivera com a França e, apesar dos impedimentos ditados pelo Tratado de Versalhes (1919), a nação alemã continuava a ser objeto de suspeita por parte dos franceses, o que proporcionava constantes relatórios da embaixada francesa em Buenos Aires destinados a informar o governo de Paris sobre as "atividades germanófilas" na Argentina (e também nos outros países da região do Rio da Prata). O teor de tais relatórios se tornou mais e mais alarmista com a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha, em janeiro de 1933, e, principalmente, nos momentos que antecederam a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939. A ampliação das relações França-Argentina teve, desse modo, uma dupla função: diminuir a influência alemã na América do Sul e aumentar os negócios franceses na região (intensificando também sua influência política). Assim, apesar de não ter influência na mentalidade militar dos argentinos, a França pôde ampliar sua interferência no desenvolvimento e, consequentemente, na modernização militar da indústria argentina.

No Brasil, por sua vez, desde 1919, o rival alemão estava parcialmente neutralizado e o atraso brasileiro era generalizado; o país não dependia apenas do material bélico estrangeiro, também necessitava da instrução de outra nação. Na primeira situação, a conquista de um entre diversos aspectos era uma vitória; na segunda, a percepção era de que, no âmbito militar, ao menos naquele momento, os corações e as mentes já estavam conquistados, um esforço para além disso seria um desperdício.

Ademais, o desenvolvimento industrial de Brasil e Argentina era desigual.[90] Apesar de ser percebido um notável salto industrial no Brasil entre 1907 e 1919, os dados sobre a modernização argentina revelam um avanço maior do país vizinho. Os censos industriais de 1907 e 1919 mostram que, em 1907, havia no país 2988 fábricas, 136.420 trabalhadores empregados nas indústrias, 668.843 contos de réis de valor de produção e capital de 580.691 contos de réis. Em 1919, os números subiram consideravelmente: 13.336 fábricas, 275.521 empregados, 2.989.176 contos de réis de valor de produção e capital de 1.815.156 contos de réis (apud CARDOSO, 2006, p. 286).

[90] Essa desiguldade se perpetuou até meados dos anos 1930, como atesta McCann: "Em comparação com o Brasil, que possuía um estoque reserva de 46 milhões de cartuchos em meados dos anos 30, a Argentina tinha 380 milhões" (MCCANN, 2007, p. 451).

Segundo Domingos Neto e Goldoni, nas primeiras décadas do século XX, o parque industrial bélico brasileiro podia ser caracterizado da seguinte forma: até 1940, apenas duas fábricas produziam manufaturados destinados às forças armadas, os Arsenais de Guerra do Rio de Janeiro (AGR) e a Fábrica de Itajubá. "O AGR fabricava o morteiro Brandt de 81 mm e a Fábrica de Itajubá produzia armas portáteis, ainda que de maneira incompleta" (DOMINGOS NETO e GOLDONI 2010, p. 81). O AGR foi criado quando da chegada da corte portuguesa ao Brasil, no início de século XIX. Conseguira, no contexto da Guerra do Paraguai, produzir armas leves.

> Em 1916, com a instalação de uma moderna oficina, o AGR passou a montar o Fuzil Mauser 1908 e dispor de laboratórios de Química, de Ensaios Mecânicos, Físicos e Metalúrgicos (…). A pólvora utilizada nos armamentos manufaturados pelo Arsenal era produzida pelas fábricas de Estrela e Piquete. A Fábrica de Pólvora de Estrela destinava-se ao preparo primitivo da pólvora negra (…). Em 1914, além de uma infraestrutura básica, o Estabelecimento possuía oficinas de pólvoras, laboratório químico, paiol e casas de experiência balística. A Fábrica não dispunha de profissional especializado em química (…). A Fábrica de Piquete surgiu em 1902 para produzir as modernas 'pólvoras sem fumaça' e explosivos à base de nitrocelulose (…). Em 1915, Piquete comercializava produtos duais com destaque para o ácido sulfúrico, produzido em variadas concentrações para atender às diversas finalidades (…). A complexidade da indústria bélica levou o Exército a contratar, em 1934, uma Missão Militar Norte-Americana (DOMINGOS NETO e GOLDONI 2010, p. 81-84).

Na Argentina, a atividade industrial começou a dar sinais de ampliação desde 1880. "By 1895, the number of industrial establishments in the nation had reached 24,114, employing 175,000 workers; the number of factories had doubled by 1913, and they employed 410,000 workers. The amount of capital invested in industry had quintupled" (ROMERO, 1968, p. 171).

O cálculo aqui parece elementar e, com alguma licença textual, cabe parafrasear certos provérbios conhecidos: "dê um peixe a um homem faminto e você o alimentará por um dia. Ensine-o a pescar e você o estará alimentando pelo resto da vida". Medianamente, os franceses ensinaram os brasileiros a pescar, mas a vara, a linha e a isca continuaram sendo gaulesas. "Melhor um pássaro na mão, do que dois voando". Com os argentinos, por sua vez, os franceses tinham pouco espaço de atuação no que se referia à mudança da mentalidade militar, mas, talvez, pudessem se transformar em parceiros da Argentina para a realização do desejo de alcançar "autonomia" na produção de equipamentos bélicos.

Não cabem maiores delongas em relação à construção ou não do parque industrial militar argentino, seu nível de desenvolvimento e a participação dos franceses nesse processo, nem mesmo a abordagem da missão francesa de aviação que atuou no território argentino.[91] Interessa, sim, não obstante, a perspectiva e a conjectura francesas para o país vizinho, bem como a confirmação de que a modernização do Brasil não estava no horizonte de expectativas dos franceses, diferentemente do que se deu no caso argentino.

Tal percepção é anterior ao início da atuação da missão francesa no Brasil. Como pode ser observado no relatório do adido militar francês no Brasil, capitão L. Salats, enviado de Buenos Aires ao ministro da Guerra, Segundo Bureau do Estado-Maior do Exército francês, em 4 de setembro de 1913.

> À propôs de l'influence allemande dans l'armée argentine, influence dont la présence d'officiers allemands, professeurs à l'École de Guerre et à l'École de Tir, constitue um des éléments importants, j'ai émis l'opinion que seraient inutiles les efforts pour attaquer de front cette influence et obtenir, sinon la rupture, du moins le non renouvellement des contrats existants quando ils viendront à échéance (…) (SALATS, 1913).

A influência alemã no Exército argentino[92] era tão significativa que Salats não via, mesmo antes do início do conflito na Europa, outra forma de aproximação com a Argentina senão através do comércio bélico. A ideia também era frágil em seus fundamentos, pois, uma vez germanizada, a mentalidade militar argentina

[91] Durante o levantamento nos arquivos franceses, foram encontrados documentos que tratam de maneira pouca clara tal assunto. Como naquele instante não houve maior interesse por parte da pesquisa, não foram buscados mais dados em outras fontes (ou ainda em outros conjuntos documentais dos mesmos arquivos). Dessa forma, não se pode descrever o que foi, como se caracterizou ou sequer apontar o início e o fim de tal parceria. O único objetivo da reflexão anterior é reforçar a ideia de que mesmo os franceses identificavam níveis diferentes de desenvolvimento entre os exércitos brasileiro e argentino, sendo o segundo mais avançado e já ensaiando, naquele momento, a industrialização militar.

[92] A influência francesa, todavia, existia no Exército argentino antes de 1904. Segundo Rouquié, "na cosmopolita Argentina que desde muito cedo procurou 'profissionalizar' seu corpo de oficiais, o ecletismo presidiu, antes de mais nada, à escolha dos referenciais estrangeiros. O Colégio Militar, encarregado de formar oficiais e que foi criado em 1869 por Sarmiento, teve como primeiros diretores um coronel austro-húngaro e um comandante de cavalaria francês. Mesmo considerando que as forças armadas francesas são o espelho das forças argentinas até 1904, o armamento das velhas forças armadas é alemão: canhões Krupp desde 1884 e fuzis Mauser modelo 1891. A partir de 1900 o prestígio do grande Estado-Maior Imperial começa a levar a melhor sobre os franceses. A Escola superior de guerra nasce sob o patrocínio alemão. O corpo docente é composto por oficiais vindos da Alemanha. Essa escola, que forma os 'diplomados' do Estado-Maior, permanece até às vésperas da Segunda Guerra Mundial como sustentáculo da tradição militar germânica. Para os admiradores argentinos da máquina militar prussiana que continuam, mesmo depois de 1914-1918, a analisar a guerra de 1870 pelo lado alemão, tudo se passa como se a Alemanha não a tivesse perdido. O processo de germanização é completado a partir de 1904 com o envio de oficiais argentinos para estágios em regimentos das forças armadas imperiais" (ROUQUIÉ, 1984, p. 99-100).

invariavelmente optaria pelos armamentos alemães, como consequência natural da opinião acerca da superioridade guerreira destes. Ainda assim, na percepção do adido militar francês, esse era o único modo possível de ter alguma relação militar com o Exército argentino.

Após a Primeira Guerra Mundial, os franceses se sentiram mais confiantes para investir esforços na Argentina, no sentido de ampliar sua influência e diminuir a ação alemã. No relatório 103G, de 14 de maio de 1919, dirigido ao ministro da Guerra, Segundo Bureau do Estado-Maior do Exército francês, em Buenos Aires, o adido militar francês, capitão Gouspy, abordou a possibilidade do envio de uma missão militar ao Exército argentino, reportando conversa que havia mantido com o general Ruiz, chefe do Estado-maior argentino. De acordo com Gouspy, os argentinos acenavam para uma missão francesa, objeto de discussão do relatório anterior, número 97G, todavia, com características diferentes daquelas definidas para a missão no Brasil. Entende-se essa como uma visão otimista demais que, nos anos seguintes, foi desfeita por outros adidos militares franceses em Buenos Aires. Mesmo assim, o documento serve para reforçar a maneira como os franceses enxergavam os estágios de desenvolvimento dos Exércitos argentino e brasileiro, após a Primeira Guerra Mundial, bem como – com alto grau de oportunismo – que tinham propostas diferentes para os dois países sul-americanos.

> Le général Ruiz est un officier très distingué, travailleur, à l'esprit ouvert et semblant toujours préoccupé de donner à ses jugements la plus grande impartialité. Il était en France au début de la guerre et a vu notre mobilization au camp de Mailly. Il avait auparavant étudié en Allemagne. Il a rapporté, de la comparasion entre les deux méthodes, des conclusions qui sont le plus solvente à notre avantage. C'est un grand admirateur de l'artillerie de campagne française (…).
> Néanmoins je deduis de ma conversation avec cet officier général qu'il ne croit pas qu'une Mission Militaire française, analogue par exemple à celle que nous allons au Brésil, ait actuellement des chances d'être favorablement accueille de l'armée argentine. Trop d'officiers argentins, m'a-t-il dit, – plus de quatre cents – sont allés en Allemagne avant la guerre et y ont joui d'avantages matériels et sociaux dont ils n'avaient pas l'habitude de bénéficier ici. A leur retour dans leur pays ils n'ont songé "qu'à retourner em Allemagne ou à faire venir l'Allemagne en Argentine" (…). Le général m'a confié, à titre tout personnel, que plusieurs officiers allemmands qui int enseigné ici avant la guerre n'avaient pas fais, dans leur pays, l'objet d'un choix suffisant. Plusieurs d'entre eux, dont le Chef de Mission, le général Arendt, étaient d'une regrettable insuffisance. Ils citaient dans leurs cours, comme des découvertes remarquables, des textes d'ouvrages militaires qui étaient déjà parfaitement de leurs auditeurs.
> Telles sont les suggestions plus ou moins directes qui, venant de la part de l'officier le plus en vue de l'armée argentine, méritent d'être prises en considération dans le cas où des négociations plus précises que de simples conversations préliminaires devraient être entamées (GOUSPY, 1919).

Em 1920, no relatório 153G, de 5 de maio, destinado ao ministro da Guerra, o adido militar francês em Buenos Aires, comandante Deuil, tratou nos seguintes termos a situação militar na Argentina e as possibilidades francesas de penetração no país:

> En d'autres pays, la guerre européenne a pu susciter d'importants travaux de réorganisation et de renforcement militaires. Ce n'est pas le cas en Argentine. On vit ici dans une atmosphére d'avant guerre où tout est à la politique intériure et aux affaires: le grand souci est travailler pour ou contre la reélection du President Irigoyen, ou de trouver pour les laines et blés de débouchés avantageux. Au point de vue militaire, le seule pensée du Gouvernement Argentin est d'attendre les resultats de la Mission militaire française au Brésil (DEUIL, 1920).

Finalmente, os desejos argentinos de desenvolvimento da sua própria indústria militar começaram a ser compreendidos mais claramente pelos franceses ao cabo de 1921. Em um sugestivo relatório, intitulado *Rapport au sujet de l'action possible sur l'Armée Argentine*, destinado ao ministro da Guerra, Segundo Bureau do Estado-Maior do Exército francês (número 266G, de 24 de dezembro), o adido militar francês em Buenos Aires, Lamarzelle, descreveu precisamente como os franceses poderiam "entrar" na Argentina. Cabe aqui a transcrição integral do documento.

> J'ai eu hier, 23 Décembre, un entretien avec le Ministre de la Guerre, au cours d'une cérémonie officielle, dans lequel celui-ce m'a confie que l'Armée Argentine voulait absolument se libérer de l'étranger et créer une industrie de guerre nationale.
> Il a ajouté qu'il se rendait parfaitement compte que la France ne cherchait pas que simplesment à vendre et à écouler de vieux stocks à de haut prix, mais voulait s'efforcer sincèrement d'aider l'Armée Argentine à grandir et à produire ele-même, ce qui est indispensable pour pouvoir soutenir une guerre.
> C'est textuellement répété l'essentiel des idées que je cherche à répandre depuis mon arrivée.
> J'ai appris, de source absolument sure, qu'un projet a été déposé par l'État-Major de l'Armée au Ministère de la Guerre, demandant l'envoi en France de nombruex officiers, d'abord à l'École Supérieure de Guerre, mais sourtout dans la troupe et dans les écoles de perfectionnement, ceci comme conclusion à de nombreux entretiens que j'ai eus à ce sujet, mais d'une manière voilée, avec le Colonel Alvarez, chef de l'E.M. et avec le Colonel Quiroga, du même État-Major.
> Je sais également que le projet Darne a toutes les chances de réussite, parce que créant une fabrique *nationale* d'armes automatiques.
> Que la Direction des Arsenaux est absolument séduite par projet d'installation de poudrerie *nationale* en Argentine, présenté par la Poudrerie de Toulouse, par l'intermiédiaire du Colonel Quiroga.
> J'ai demande d'urgence communication de ce document.
> Qu'un projet d'installation d'une usine de fabrication d'obus, présenté par Schneider, serait également bien vu, à condition que ce soit une usine *nationale*.
> Ces deux derniers projets auraient des chances d'être adoptés, mais les difficultés residente dans la question crédits.

> Il faudrait trouver une combinaison pour tourner cette difficulté, constituer des sociétés ou des groupements financiers, pregnant en main ces deux affaires, comme cela a lieu pour l'affaire Darne et le succès viendrait presque certainement tôt ou tard.
> Je vais m'efforcer de tout mon pouvoir de poursuivre cette idée.
> Le rapprochement militaire franco-Argentin est une nécessité pour l'Argentine mais il faut l'y aider, voir les meilleures solutions, pouvant s'adapter le mieux aux difficulties, qui résident toutes ici des questions d'argent, bien plus que dans des questions morales, à condition d'aller au devant des désirs de l'Armée Argentine: la production *nationale*.
> Le peu que j'ai pu faire jusqu'à présent aboutit déjà à deux résultats importants: un projet de mission et une commande probable.
> Ceci ne se réalisera peut-être pas tout de suíte, mais viendra un jour, j'en ai la conviction.
> Le rapprochement militaire commence, il deviendra de plus en plus étroit [grifos do autor] (LAMARZELLE, 1921).

Dessa forma, não é difícil chegar à conclusão de que não houve interesse francês na modernização do Exército brasileiro – modernismo, sim, como já foi exposto anteriormente –, como houve em relação ao Exército argentino, por omissão, por negligência ou, simplesmente, por não haver urgência ou, ainda, pelo desejo de manter o país dependente da indústria bélica francesa.

Entrementes, o assunto não era de todo esquecido pelos brasileiros. Segundo Frank McCann (2007), o desejo de modernização da indústria bélica nacional estava no horizonte de realizações de algumas autoridades brasileiras, como o general Cardoso de Aguiar. Para o ministro da Guerra do breve governo de Delfim Moreira, um dos responsáveis pela contratação da Missão Militar Francesa de Instrução:

> Não depender de fontes estrangeiras era um baluarte da defesa (…). Manter a independência brasileira requeria, segundo ele, o desenvolvimento de uma indústria metalúrgica fundamentada no aço (…). Para o general Cardoso de Aguiar, a defesa não era só uma questão de armas; requeria o desenvolvimento industrial de toda a economia (…) (MCCANN, 2007, p. 273-274).

* * *

Ainda no Rio de Janeiro, quando Gamelin viveu seus últimos momentos como chefe da missão, teceu importantes considerações acerca dos êxitos da Missão Militar Francesa de Instrução, para a França e para o Brasil. No que tange aos "benefícios" conferidos à França, o oficial destacou o aumento da influência política e a expansão comercial, notadamente de equipamentos bélicos. Entretanto, o que mais chama atenção nesse balanço de Gamelin sobre a missão é o diagnóstico acerca do espírito militar brasileiro no processo de modernização do Exército e, destarte, naquilo que considerou

o malogro da missão. Gamelin atentou para algumas das reflexões que foram alcançadas no capítulo anterior, principalmente em relação ao caráter híbrido e não homogêneo da absorção das ideias francesas e acerca de uma interpretação à brasileira (a qual foi mencionada nas páginas anteriores).

> Je ne voudrais point terminer de rapport sans ajouter que, me plaçant uniquement du côté français, jamais la Mission Militaire du Brésil ne s'est presente plus homogène, plus unie, plus "au point", bref plus complètement susceptible de remplir la tâche qui lui devrait incomber, si le Gouvernement Brésilien s'y prêtait davantage.
> Les Officiers venus ici en 1920, tout en acquérant chaque jour une connaissance plus complete du milieu, n'ont rien perdu de leur valeur militaire et ont eu à Coeur de maintenir au courant de l'évolution des idées en France. Leurs camarades arrivés l'an dernier, du choix desquels nous devos féliciter, apportant leur ardeur toute neuve, se sont rapidement assimiles l'expérience acquise para leurs anciens du Brésil. Le côté faible, ce n'est point "l'outil français" qui ne saurait être meilleur, mais la "matière brésilienne" (GAMELIN, 1924).

Para Alain Rouquié, o legado de Gamelin foi significativo.

> L'empreinte française est profonde et durable. En 1937, tous les membres du haut commandement de l'armée ont formées par les Français, de même que tous les ministres de la Guerre successifs de 1934 à 1960. Le général Góes Monteiro, qui domine la scène militaire entre 1930 et 1946, a été reçu premier au cours de perfectionnement organisé à Rio en 1921 par la mission. Les disciples brésiliens de l'armée française ne manquent pas une occasion de rappeler la dette qu'ils ont contractée envers leurs intructeurs, ni leur admiration pour les prestigieux officiers qui commandaient la mission. C'est ainsi que l'image du general Gamelin au Brésil est fort éloignée de celle dont jouit en France le chef d'état-major de la "débâcle" (ROUQUIÉ, 1982, p. 105).

Após a saída de Gamelin e a ascensão de Washington Luiz à presidência da República, em novembro de 1926[93], na compreensão de Suppo (2004/3), teve início um período pouco favorável à Missão Militar Francesa de Instrução. Primeiramente, porque já havia maior aproximação com os estadunidenses, no sentido de estreitar os laços militares entre Brasil e Estados Unidos; e em segundo lugar, em razão da constatação estabelecida pelo major Lester Baker, adido militar dos Estados Unidos no Rio de Janeiro.

[93] "Um aspecto de grande importância com relação à política nessa época foram as relações entre civis e militares. Inspirava bastante preocupação o divórcio existente entre a elite civil e os oficiais do Exército. Este alheamento parece que tinha origem dentro da estrutura militar. A elite civil preferia prestar serviço na Guarda Nacional e não no Exército nacional. Parece que houve, de fato, uma tradição antimilitarista tanto em Minas Gerais quanto em São Paulo. Havia mesmo uma implicação social inconveniente nesse desajuste – o Exército não tinha diálogo com as camadas superiores do estrato sócio-econômico da sociedade. Até mesmo uma publicação profissional, *A Defeza Nacional*, lamentava em 1926 a falta de respeito civil pelo Exército. Esta prevenção contra os civis, este divórcio, se fazia notar particularmente nas relações entre militares e elite política" (HAYES, 1991, p. 129).

> L'élément qui soutenait fortement la mission dans le temps de son installation était l'élément jeune et "progressiste" de l'armée, donc les officiers plus vieux craignaient les résultats des modernisations dans leurs conceptions personnelles et doutaient évidemment de sa capacité à s'adapter au modèle français; considérant que, actuellement, les plus grands enthousiastes de la mission sont les officiers les plus vieux, et que l'élément jeune a commencé à s'irriter de la tutelle, il paraît que les Brésiliens ont reçu une nstruction étrangère déjà suffisante et peuvent maintenant continuer de leur propre initiative (SUPPO, 2004/3, p. 11).

Segundo Suppo (2004/3), os generais Tasso Fragoso e Alexandre Henrique Vieira Leal, que se sucederam na chefia do Estado-Maior do Exército, atacavam diretamente as práticas dos instrutores da missão francesa. Tasso Fragoso os acusou de prolongar desnecessariamente sua presença no Brasil. Vieira Leal, por sua vez, desejava apenas a não renovação do contrato, em virtude das inúmeras irregularidades detectadas (má qualidade do curso, segundo o general, abuso das despesas pessoais, como férias remuneradas etc.). Assim, a atuação da missão ficava cada vez mais comprometida. Suppo mencionou, por exemplo, a tentativa do general Spire de instituir um novo regulamento para ela.

> (…) il se heurte à la mauvaise volonté de l'état-major brésilien. Le règlement n'est finalement approuvé que par l'intervention du ministre de la Guerre (décret n. 19022 du 5 décembre 1929). Selon F. Dejean, alors ambassadeur de France, cette résistance s'expliquait par la défense d'une "conception purement primaire, basée sur le culte – malheureusement trop commun au Brésil – du schéma et de la compilation livresque, et reposant sur un appel constant à la mémoire, au détriment du raisonnement et de la méthode" (SUPPO, 2004/3, p. 11-12).

Na década de 1930, de forma geral, todas as missões estrangeiras se encontravam em situação extremamente complicada, em virtude das diversas crises políticas no Brasil. Entretanto, o contrato da Missão Militar Francesa de Instrução foi renovado – a despeito das críticas dos generais –, naquilo que Suppo classifica como "inércia institucional" (SUPPO, 2004/3, p. 12), que serviu, porém, de alguma forma, para manter as relações comerciais entre os dois países.

> Ce fut le prix à payer pour préserver le prix compétitif du café brésilien sur le marché français. Louis de Robien, chargé d'affaires de France au Brésil, écrit alarmé: "Il est certain qu'un courant très net se manifeste contre ces missions depuis le début du mouvement révolutionnaire. On a prétendu que les officiers étrangers avaient donné leurs conseils au gouvernement et les révolutionnaires ont manifesté leur ancune contre

> eux". Robien considérait que le nouveau gouvernement serait, "au moins pendant les premiers temps, d'un nationalisme intransigeant et qu'il se laissera aller à adopter des mesures xénophobes pour flatter l'orgueil brésilien et révolutionnaire" (SUPPO, 2004/3, p. 12-13).

O prestígio da missão francesa naquele momento não era dos melhores. Os oficiais que haviam se formado nas suas turmas sequer conseguiam sustentá-la ou defender seu legado. O líder revolucionário Juarez Távora fez uma declaração sobre o assunto.

> Je trouve la Mission militaire française inutile, nous devons la licencier. Les méthodes françaises inspirées de la guerre européenne ne s'appliquent pas au Brésil : les troupes révolutionnaires ont vaincu leurs adversaires qui appliquent ces méthodes". La critique de Juarez Tavora correspondait aux faits: l'armée française n'avait pas modernisé son matériel et était dominée par une conception presque exclusivement défensive de la guerre (SUPPO, 2004/3, p. 13).

É patente que Gamelin teve papel importante na história militar brasileira. Jamais gozou de unanimidade, quiçá sempre tenha sido visto de forma polêmica. Entretanto, não seria possível debater o modo brasileiro de modernizar o Exército sem ao menos apresentar a influência estrangeira que contribuiu para tal processo. Ou melhor, sem abordar as considerações do principal sujeito estrangeiro da Missão Militar Francesa de Instrução acerca do papel que ele representou na história militar do Brasil. A experiência de Gamelin e suas reflexões sobre ela – não utilizadas como versão única dos acontecimentos – possibilitam interpretações outras que surgem não de um entendimento acrítico da sua visão, mas de uma leitura a contrapelo do documento central que aqui foi objeto de análise.

Encerra-se este capítulo com a caracterização de Gamelin efetuada pelo especialista em estudos sobre a Missão Militar Francesa de Instrução, Manuel Domingos Neto, no que diz respeito à designação do general como responsável pela defesa da França no início da Segunda Guerra Mundial. Não obstante o tom exacerbadamente crítico em relação ao oficial, há, ainda que com alguma ironia, a confirmação da competência de Gamelin à frente dos trabalhos dos instrutores franceses no Brasil, em contraste com a suposta carência dessa capacidade como estratego e sua presença (ausência) na memória nacional francesa.

> [As] anotações sobre as intenções, maneiras e vitórias do general num meio que ele insistentemente caracterizava como falso e medíocre, quem sabe ajudem também a

refletir sobre um erro trágico do poder político francês no final dos anos 1940: a entrega do comando supremo das forças terrestres a este general. Ante o avanço bem planejado e impetuoso dos tanques nazistas, Gamelin não esboçou resistência digna de respeito. As qualidades de um bom vendedor de armas, de um orador de mão-cheia e de um diplomata hábil nos bastidores, nem sempre combinam com as marcas exigidas de um comandante-em-chefe quando a pátria está em perigo. Gamelin findou prisioneiro de Hitler. Ao sair do cárcere, passaria o resto dos seus dias tentando transferir a outros a responsabilidade pela grande humilhação imposta à sua pátria pelas tropas de Hitler. Sobrou-lhe habilidade para galgar e manter-se num posto que não tinha condições de ocupar; faltou-lhe grandeza para admitir sua incapacidade como estrategista e comandante militar. Charles De Gaulle foi discretamente ao seu pouco concorrido enterro, em 1952. Em que pese o gosto francês pela homenagem aos guerreiros, Gamelin não designa hoje nenhum logradouro público de Paris. Mesmo nas vetustas instalações do Château de Vincennes, onde se instalara por ocasião do grande confronto com os nazistas, nada lembra sua passagem (DOMINGOS NETO, 2007, p. 253-254).

CAPÍTULO 3

DA SUCESSÃO DE GAMELIN À CRIAÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL (1924-1927)

Um Exercito no qual o serviço de Estado Maior não funcciona com a previdencia e precisão necessarias, é comparável a um homem a quem o systema nervoso faz mais ou menos falta; não tarda a ficar paralysado.
(General de Divisão José Caetano de Faria, 1915)

O período posterior à saída do general Gamelin da chefia da Missão Militar Francesa de Instrução deve ser destacado como um importante momento da história militar nacional, que contou com a participação dos oficiais provenientes da França. Entre 1925 e 1927, a missão passou a atuar na Escola Militar do Realengo, em decorrência, entre outras razões, das convulsões tenentistas, contribuindo para o modernismo da instituição, bem como forneceu os pilares conceituais de certa noção de defesa nacional que viria a ser vislumbrada pela *intelligentsia* militar brasileira nos anos seguintes. Assim, foi conferido ao Exército nacional papel não somente como defensor das possíveis ameaças externas à soberania do Estado e à segurança da população, mas, sobretudo, como órgão político voltado para a defesa do país, preocupado com a estabilidade interna e com a manutenção da ordem e dos valores "nacionais".

É manifesto que tais elementos foram construídos ao longo de um período extremamente tumultuado durante os anos 1920. Posteriormente, não houve melhora na conjuntura política brasileira e mundial, vivendo-se, entre outras ocorrências, a pior crise econômica do capitalismo, a ascensão de regimes fascistas por quase toda a Europa, o aumento do temor da revolução comunista (no Brasil e na Europa); no Brasil, os momentos críticos de 1930 e de 1932, a promulgação da Constituição de 1934, o golpe de 1937 e a instauração do Estado Novo. Enfim, na moldagem de uma forma de pensar moderna foi atrelada uma demanda absolutamente emergencial local que impunha aceleração ou retardamento no processo de modernismo/modernização do Exército, concomitantemente, influindo de modo direto e indireto no processo político do país.

É impossível ignorar que, nos episódios posteriores a 1927, após a instituição do Conselho de Segurança Nacional[94] (que funcionou de fato apenas a partir de 1934, com a promulgação da Constituição[95]), tenha surgido o espírito mais bem acabado – pensando em termos modernos – do Exército brasileiro. Depois dos avanços apresentados por Tasso Fragoso, o desempenho de Góes Monteiro condicionou o Exército e, talvez, as forças armadas de forma geral, à função de instrumento civilizador da sociedade brasileira. Tal diretriz se ajustou ao modo como o Exército passou a se organizar: o país deveria ser ocupado, controlado e protegido de forças externas e internas que atuavam em prol da desordem generalizada. Era elementar, portanto, atribuir ao Exército, não somente um papel institucional (e neutro), mas um papel ideológico na formação do Brasil contemporâneo.

Tais considerações são especulações, quiçá providas de alguma razão. Não compete a esta tese debruçar-se sobre elas. Desenvolveu-se, todavia, um exercício de análise histórica do momento de germinação do "projeto" (entre aspas mesmo, pois não há ainda qualquer fundamento capaz de sustentar a hipótese), em um momento de simbiose assimétrica entre oficiais brasileiros e franceses. Se os generais Coffec e Spire, sucessores de Gamelin na chefia da Missão Militar Francesa de Instrução, não obtiveram o mesmo prestígio que Gamelin na opinião pública e na sociedade militar de maneira geral, ao menos, consolidaram aquilo que aqui se optou por interpretar através da noção de processo de hibridação. Assim, o desejo de modernidade dos oficiais brasileiros acolheu o modelo oferecido pelos franceses, o qual foi traduzido, reinterpretado e, por que não, "naturalizado brasileiro".

Nesse sentido, o presente capítulo aborda o período identificado pela pesquisa como o momento em que os principais impactos da presença francesa no país foram sentidos, utilizando para tanto os relatórios de Coffec e Spire sobre a atuação da missão

[94] "O ano [1927], segundo o gen. Coffec, é profícuo, se confrontado com as dificuldades enfrentadas: de um lado, a desorganização provocada pelo governo e ministro da Guerra precedentes; de outro, o tempo gasto, no Brasil, para a realização de qualquer coisa. De acordo com o chefe da MMF, os dirigentes atuais fazem um sério esforço. Em 1927 é criado o Conselho Superior da Defesa Nacional que só funciona realmente a partir de 1928, sendo atualmente o Conselho de Segurança Nacional" (BELLINTANI, 2009, p. 287).

[95] "Ao começar o segundo semestre de 1934, o País fôra constitucionalizado e eleito Presidente da República o Sr. Getúlio Vargas, que renovou o Ministério, com exceção dos Ministros das pastas militares (…). Na pasta da guerra, imprimi grande rapidez aos trabalhos para a reestruturação do Exército. Escrevi uma série de cartas ao Chefe do Estado-Maior, General Andrade Neves, dando-lhe diretivas para essas reformas, de acôrdo com as idéias que tinha em mente. Nesse mister, fui auxiliado eficazmente por muitos chefes do Exército, oficiais do meu gabinete e do Estado-Maior. Mas também como Ministro, começaram cedo os meus desgostos" (COUTINHO, 1955, p. 257-258).

francesa e as intervenções dos oficiais brasileiros Tasso Fragoso, em tal contexto, e Góes Monteiro, no início da década de 1930.

Durante a chefia de Gamelin, a missão tentou se instituir em meio às expectativas de modernidade, passando a servir aos anseios brasileiros e estrangeiros, sempre em um ambiente de negociação, por outro lado, com Coffec e Spire, foi concretizado o encontro desses anseios (instável, cheio de arestas e de indisposições das partes envolvidas, não em relação ao "projeto", mas em função de estranhamentos pessoais e programáticos). Assim, entre 1925 e 1927, identifica-se o maior legado da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro: certa noção de defesa nacional.

Para Denys (1993):

> O bom êxito foi consolidado pelas turmas de aspirantes dos anos seguintes [de 1920 em diante]. Estes, já influenciados pelos ensinamentos da Missão Militar Francesa, por meio de instrutores que haviam feito os novos cursos, integraram-se brilhantemente do ressurgimento que resultou da ação benéfica dos instrutores franceses do período 1920-1940, chefiados primeiramente pelo General Gamelin (DENYS, 1993, p. 145).

Não se pretende afirmar que tal conceito tenha se fixado perenemente na mentalidade militar brasileira, sequer asseverar que, em 1927, com a criação do Conselho de Defesa Nacional[96], a ideia de defesa nacional[97] tenha sido material e intelectualmente erigida.[98] Todavia, desde então, as Forças Armadas brasileiras, em particular o Exército, passaram a ser concebidas como instrumentos políticos estratégicos, indispensáveis – não apenas para a segurança interna contra ameaças

[96] "Em 1927, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, que tinha como objetivo o planejamento da mobilização nacional para a defesa. A Missão Militar Francesa deixou numerosa bibliografia e desenvolveu entre a oficialidade brasileira o gosto pelo estudo de assuntos estratégicos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento militar brasileiro" (OLIVEIRA, 2007, p. 337).

[97] A propósito, é pertinente lembrar que, desde 1916, havia no país a "Liga da Defesa Nacional" – que teve no poeta Olavo Bilac seu maior entusiasta – e já apontava de alguma forma, não estratégica certamente, para determinada noção de patriotismo. "A finalidade da entidade, consubstanciada no seu Estatuto inicial, datado de 23 de setembro de 1916, afirmava robustecer na opinião pública nacional um elevado sentimento de patriotismo. Segundo essa afirmação (…), esta organização teve papel fundamental nas decisões políticas na República Velha, pois através da leitura dos integrantes desta primeira gestão, identificamos personagens que atuaram intensamente na política brasileira, fazendo parte de um mesmo ideal. Interessante observar que no estatuto da entidade, foi declarado que a organização seria independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico, definindo, ainda, que o Presidente da Liga seria sempre o Presidente da República, tanto que o Dr. Wenceslau Braz foi o seu primeiro Presidente e primeiro signatário do Estatuto. Tal postura demonstra a preocupação dos fundadores em dar à nova entidade uma grandeza concordante com a sua finalidade" (OLIVEIRA, 2009, p. 10).

[98] "A justificativa para o gasto com a missão francesa – de fato, para o gasto com o Exército – era a defesa do país contra inimigos estrangeiros e a defesa do governo, ou, mais vagamente, da nação contra o tumulto e a desintegração" (MCCANN, 2007, p. 327).

externas, mas no que diz respeito a agentes internos desestabilizadores – e essenciais para a proposição de um rumo para a nação. Tal dimensão do papel das forças armadas não foi constituída, como exposto, somente com a importação do modelo estrangeiro. Ela foi uma combinação entre a experiência histórica e a cultura militar brasileiras e a forma moderna de pensar a guerra[99], o soldado e o cidadão.[100] Ousa-se sustentar aqui que, de alguma forma, o Brasil passou a ter um pensamento estratégico para a nação, um projeto de nação, ou melhor, um projeto moderno de nação.

* * *

Após sua saída do comando da Missão Militar Francesa de Instrução, Gamelin não abandonou as missões estrangeiras. Antes de incumbir-se, na Segunda Guerra Mundial, da defesa da França[101] contra a invasão das tropas da Alemanha nazista, em 1925, esteve na Síria – no espólio francês do que fora acertado após o Tratado de Sevrès

[99] Segundo Girardet, após a Primeira Guerra Mundial, não houve qualquer alteração significativa na mentalidade e na cultura militar francesa. "Abordando o imenso problema das conseqüências da Primeira Guerra Mundial, os hábitos da historiografia contemporânea insistem, geralmente, nos fatores de ruptura e evolução. Com relação à França, entretanto, é lícito perguntar se, numa certa medida e sobre certos planos, a Grande Guerra teria retardado ou precipitado a evolução da coletividade nacional. Se, em outros termos, teria parado certas mutações que pareciam esboçar-se em 1914, ou quebrado certas forças de renovação que os primeiros anos do século testemunharam. E, se no final de contas, em lugar de sempre insistir em seu papel de mutação revolucionária, não conviria ao historiador prestar maior atenção aos múltiplos mecanismos de bloqueio que ela não deixou de suscitar (…). No que concerne à história da sociedade militar francesa, foram os fatores de permanência ou, se preferirem, os fenômenos de repetição que parecem ter dominado o período entre as duas guerras. A guerra de 1914-18 não acarretou modificações notáveis às instituições militares do país: a III República permaneceu fiel à organização militar que seus fundadores haviam edificado, contentando-se, segundo os dados da conjuntura internacional, de fazer variar, entre um e dois anos, a duração do serviço militar ao qual todo cidadão francês era obrigado. Dissipado, porém o fervor patriótico dos anos de guerra, a atitude da opinião pública com relação ao Exército encontra-se, por outro lado, quase inalterada em suas expressões essenciais, em comparação com o período precedente" (GIRARDET, 2000, p. 203-204).

[100] "A teoria clássica do profissionalismo militar salientou as características especiais de organização que distinguem um militar de um civil. Todavia, no Brasil, as origens 'populares' do militar, comparado com outras elites, ajudaram a nutrir a crença de que ele é simplesmente o *povo fardado*. Este conceito de identidade entre povo e Exército deu certa legitimidade psicológica aos apelos que os civis fazem aos militares, em épocas de crise, para que intervenham na política em sua defesa. Inversamente, sancionou a crença de que é dever dos militares vir em socorro dos civis, se forem chamados" (STEPAN, 1975, p. 36).

[101] "Interrogé le 23 août par Edouard Daladier sur l'état des moyens de l'armée de terre, le général Gamelin fait, selon lui, cette réponse: 'L'armée de terre était prête pour le déclenchement de la mobilisation et de la concentration' (*Servir*, t. 1, p. 35). Cette réserve montre que l'armée française ne possède pas la capacité matérielle d'entreprendre une offensive de grande envergure. L'opération menée par trois armées au-delà de la frontière en septembre 1939 ne suffit pas à donner le change: elle n'est guère plus qu'une marche militaire rapidement stoppée par un obstacle qu'elle ne cherche pas à réduire. Bien que le général Gamelin s'en soit longuement défendu, toute la défaite consommée en juin 1940 est contenue dans cette frase. Elle annonce une mobilisation qu'on croit organisée, et qui l'est insuffisamment, puis une phase de défensive initiale pour render l'armée opérationnelle. Elle sous-entend la somnolence de la 'drôle de guerre' et, par voie de conséquence, une bataille mal engagée parce que mal préparée qui s'achève en débâcle" (DUTAILLY, 1992, p. 379).

com a decomposição do Império Otomano e depois da formação da República da Turquia –, seguindo ainda o espírito colonizador do Exército francês, atuando na organização das forças armadas do novo país "independente".

> Meanwhile, Gamelin continued soldiering overseas, this time in Syria. The territory, part of the final expansion of the French empire, was a mandate of the League of Nations placed under French stewardship in 1919 after the break-up of the Ottoman Empire. In 1925, however, the Levant was in a state of political turmoil. Successive military high commissioners in Beirut had failed to impose a settled political order and tranquil administration on the region… Gamelin arrived in Beirut in September 1925 to find that the local situation had deteriorated further (ALEXANDER, 1992, p. 22).

Os substitutos de Gamelin na missão francesa foram, por ordem, o general Frédéric Coffec (1865-1938), que chefiou a missão entre janeiro de 1925 e setembro de 1927, e o general Joseph Spire (1868-1951)[102], que comandou os missionários franceses no Brasil entre setembro de 1927 e julho de 1930.

Antes de oficialmente iniciar o período de sua chefia à frente da missão, o general Coffec enviou a Paris, em 4 de janeiro de 1925, um relatório de avaliação da atuação da missão no ano de 1924. Sobre as escolas militares, fez menção detalhada da Escola de Estado-Maior[103]: "L'École d'État-Major a donné cette année encore des résultats très satisfaisants: il n'y qu'a travailler dans le même sens, en perfectionnant" (COFFEC, 1925).

---

[102] "Frédéric Coffec, nascido na Bretanha, em 1865, era oriundo da Arma de Artilharia e formado na Escola Politécnica. Antes de vir ao Brasil, esteve arregimentado como tenente e como capitão, entre 1888 e 1907. Major em dezembro de 1907, foi promovido a Ten. Cel. em 1913 e, no início da 1ª Guerra Mundial foi nomeado Cmt. do 46º RA e elevado a Coronel a 'Título temporário', só confirmado no posto em 1915. Classificado no Estado-Maior, do Exército, em 1917 foi elevado ao Generalato. No fim da guerra comandou a Artilharia da Guarnição de Metz e, como membro do Estado-Maior de Mangin foi nomeado, em 10 de janeiro de 1925, Chefe da Missão Militar de Instrução no Brasil, tendo chegado ao Rio de Janeiro, em 24 de janeiro. Chefiou a Missão até 8 de fevereiro de 1927, aqui permanecendo aguardando seu substituto, até 8 de setembro do mesmo ano, quando passa para a reserva (…). Faleceu em 29 de dezembro de 1938 em Paris (…). O Gen. Joseph Spire nasceu em 1868, em La Fleche (Sarthe), formado em Saint-Cyr era oriundo da Infantaria. Faleceu em 1951 em Saint Cast (Côte du Nord) (…). Como oficial subalterno serviu de 1890 a 1899 em duas Unidades e estagiário no Estado-Maior de um CEx (…). Major em 1912, exerce suas funções em um Estado-Maior do Exército e, posteriormente, já como Ten. Cel., chefia o Estado-Maior do 15º CEx (…); terminada a guerra (…), [é] nomeado General-de-Brigada a 'Título Temporário'. Em 1919 comanda uma Brigada antes de fazer parte da Missão Militar na Polônia, entre 1919 e 1921. Faz parte imediatamente, já como Gen. Bda. Efetivo, na Missão militar na Tchecoslováquia, onde permanece até 1925 (…); é nomeado Chefe da Missão Militar de Instrução no Brasil em 25 de junho de 1927 (…); aqui permanece até 20 de julho de 1930" (MALAN, 1988, p. 151-153).

[103] "A MMF confere novo sentido ao espírito militar brasileiro, que passa a entender que o oficial 'fora de suas funções técnicas, tem um papel nacional e social a cumprir, o que faz de sua carreira uma das mais nobres que existe'. Realiza concursos para admissão na ECEME (…), cria o curso de alto comando e de aperfeiçoamento em 1939" (BELLINTANI, 2009, p. 479).

Em relação aos outros cursos, Coffec afirmou que ainda não haviam alcançado o mesmo nível de desenvolvimento que o da Escola de Estado-Maior, como os de Revisão e de Aperfeiçoamento de Oficiais Superiores. Para o general, havia necessidade de serem estabelecidas medidas para assegurar a assiduidade dos oficiais, bem como oferecer aos alunos do curso de Revisão o conteúdo a ser aprendido em um primeiro ano e revisá-lo de fato no segundo ano, pois o que ocorria não era propriamente uma "revisão".

No que diz respeito aos recursos materiais disponíveis, o general Coffec descreveu a total falta de estrutura do Exército brasileiro, ainda em 1924. Sobre a Escola de Veterinária, destacou:

> Pénurie presque absolue de matériel de laboratoire et d'instruction; locaux insuffisantes; absance de mass spéciale à l'École de Maréchalerie. J'insiste pour que, dans la mesure du possible un effort soit fait dans ce sens - et qu'en autre la situation des professeurs soit régularisée sur les bases admises pour les autres Écoles (COFFEC, 1925).

Após o início das atividades na Escola Militar do Realengo, Coffec entendeu que, do ponto de vista dos estudos militares, o resultado foi satisfatório, mas quanto à educação física, os alunos não tiveram tanto empenho.

> L'Education physique a été particulièrement négligée. Il serait bon: d'avoir un Capitaine spécialement charge de cette instruction; que les Officiers instructeurs aient suivi un cours d'éducation physique (si possible avant la rentrée); que le Médicin chargé de l'instruction physique soit intangible; que soient designés un maître d'armes et des prévots d'escrime (COFFEC, 1925).

Coffec tratou também da atuação da missão em outras escolas, como a de Aviação, bem como mencionou a parceria com o Exército brasileiro na fabricação de pólvora e explosivos.[104] Na sua conclusão, apesar de avaliar como satisfatória a atuação da missão no ano de 1924, Coffec apontou para a necessidade de se haver esforços em algumas áreas a fim de melhorar não apenas o seu desempenho, mas seu prestígio no governo e na opinião pública brasileira. De forma um tanto velada, escreveu:

> J'ai cru de mon devoir d'attirer sur les points sur lesquels il me parait nécessaire de faire un effort pour améliorer la situation – et même de vous signaler, très franchement, que, pour certains services de la Mission (en particulier l'Aviation et le Service de Santé) le sentiment d'être insuffisamment utilisés avait causé chez certains Officiers un peu de

[104] "Em 19 de maio de 1933, o governo brasileiro inaugura uma Usina de Explosivos construída pelo químico Moras, utilizando, em quase sua totalidade, material francês" (BELLINTANI, 2009, p. 399).

> découragement; je suis persuadé que, la situation étant devenue plus favorable nous pouvons compter sur votre haute autorité pour remédier à cet état de choses. J'espère donc qu'en 1926 tout ira mieux: un nombre d'élèves plus grand et mieux selectionnés; des moyens matériels plus complets nous permettront de travailler au maximum pour le bien et le développement de l'Armée brésilienne, tâche à laquelle nous sommes entièrement dévoués (COFFEC, 1925).

Em outras palavras, a avaliação de Coffec observou um saldo positivo dos empreendimentos conduzidos pela missão, entretanto, esses não pareciam suficientes para agradar a opinião pública brasileira e os quadros mais significativos do Exército, como o chefe do Estado-Maior, general Tasso Fragoso. Assim, insinuou que, com os resultados provenientes da formação dos primeiros oficiais nas principais escolas militares – inclusive, na Escola Militar do Realengo –, a missão francesa passaria a ter maior apoio, acreditando que os novos oficiais adeririam à defesa do auxílio francês.

É importante ressaltar também a frustração de Coffec com os recursos materiais à disposição dos cadetes para sua formação. Tal colocação soa óbvia e, com alguma liberdade de opinião, hipócrita. Primeiramente, porque nem a tropa em sua atividade dispunha de armamentos, equipamentos e material de toda ordem modernos e suficientes, sendo evidente que as escolas sofriam do mesmo mal. Em segundo lugar, porque a política comercial de armamentos bélicos franceses não objetivava a autonomia brasileira no setor, de modo que, para alcançar um estágio de satisfação de tais necessidades materiais, haveria não de se manter um importador, mas um produtor nacional de material bélico. Essa condição foi abordada suavemente por Tasso Fragoso e tratada com ardor por Góes Monteiro. Destaca-se também o que foi discutido no primeiro capítulo desta tese, que, mesmo antes da chegada dos franceses, os ministros da Guerra, sem exceção, lamuriavam-se da escassez de materiais, uniformes, abrigos, veículos, animais etc.; o que se manteve até os relatórios produzidos durante o Estado Novo.

Enfim, ao concluir o relatório do ano "satisfatório", Coffec apontou problemas aparentemente crônicos do Exército brasileiro, para os quais não havia perspectiva de solução pelos franceses – ainda que o diagnóstico fosse evidente a qualquer um.

Em outro relatório, de 6 março de 1925, o general Coffec apresentou suas impressões acerca do cenário político brasileiro e as condições da missão naquele momento, bem como observações sobre como era tratada a missão no Brasil. Relatando

o ambiente político pré-eleições à presidência da República, que ocorreriam apenas em 1926, salientou as dificuldades na manutenção da política do café com leite[105].

> (…) l'État de Minas d'une part, désireux de conserver pour un de ses politiciens le fauteuil présidentiel, tendance qui semble devoir être soutenue par le Président actuel, lui-même originaire de Minas et, d'autre part, l'État de S. Paulo, dont je vous ai déjà signalé les tendances, et dont les projets de constitution rapide d'une force estaduale importante ne laissent pas d'inquiéter le Gouvernement. C'est une question qu'il sera intéressant de suivre, em raison des répercussions qui pourront en résulter (COFFEC, 1925).

Tratando dos assuntos militares, Coffec se remeteu a outro problema que parecia crônico nas Forças Armadas brasileiras, especialmente no Exército: a indisciplina política e comportamental. Essa dificuldade ainda não havia sido superada no processo de formação dos quadros do Exército. As consequências dos movimentos de 1922 e 1924 expuseram as fraturas internas da instituição, assim como reforçaram a ideia de que o meio militar precisaria ser mais rigoroso na remoção dos elementos políticos. Cabe lembrar, todavia, que a noção de despolitização dos oficiais, principalmente dos mais jovens e de baixa patente, se remetia diretamente ao princípio de que o Exército deveria ser uma instituição desvinculada do poder político da sociedade (nação) brasileira, a serviço da sociedade, manifesto em seu Estado republicano. É interessante recordar também que isso não significava que o Exército não tinha uma ideologia, mas essa deveria ser determinada de cima para baixo.

Em relação ao ambiente indisciplinado identificado pelos instrutores franceses, o general Coffec teceu as seguintes considerações:

> Un autre symptôme de faiblesse du Gouvernement actuel est la résistance rencontrée cette année dans l'incorporation des recrues du contigent. Insoumission et désertation, maux endémiques des années précédentes, ont pris em 1925 des proportions inconnues jusqu'àlors. Il faut y ajouter une facilité exagérée, de la part des autorités civiles à accorder, pour le moindre motif, l' "habeas corpus" qui dispense du servisse. Résultat: on n'a pu mettre sur un pied acceptable les corps de troupe de la Région de Rio et le Ministère a été contraint d'envoyer des missions spéciales dans les États du Nord pour y faire du racolage (…) à la mode coloniale (COFFEC, 1925).

[105] Naquele momento, aproximava-se do fim o mandato do mineiro Artur Bernardes, caracterizado como um período de extrema turbulência no meio militar brasileiro e que, consequentemente, teve efeitos negativos no desempenho da Missão Militar Francesa de Instrução (recorde-se o relatório de Gamelin que abordou o perfil de Bernardes e do seu ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho), em virtude da Revolução de 1924, e antes disso, das "cartas falsas". A alternância entre mineiros e paulistas, na nem sempre estável aliança café com leite, sucedeu-o o "paulista de Macaé", Washington Luís.

Nota-se que, com o devido cuidado, o Coffec não abordou diretamente as revoluções tenentistas – lembrando-se que, apesar do apoio do general Gamelin à legalidade do governo, a missão assumira na prática uma condição de neutralidade. Tal expediente retórico parece não indicar o esquecimento das grandes convulsões que envolveram o meio militar (e, consequentemente, político) do período, entretanto, ao desviar-se de qualquer responsabilidade em relação à disciplina, o general Coffec insinuou que o problema era quase da natureza dos militares brasileiros, ao afirmar que a insubmissão e a deserção eram doenças endêmicas e precedentes à chegada da missão. Além disso, o oficial apontou para as brechas sociais e burocráticas que permitiram os desvios de conduta de alguns militares.

Durante o período da chefia de Coffec, outro assunto passou a ser mais importante para os franceses do que já fora para os brasileiros: a continuidade da missão. Não que os resultados da missão não fossem valorizados pelos quadros dirigentes do governo brasileiro ou que os militares mais graduados não entendessem como positiva a influência francesa, mas parecia não haver mais nada a ser aprendido com os estrangeiros. A noção moderna de guerra e de organização militar já havia sido absorvida e traduzida – ainda que os resultados fossem nitidamente insuficientes –, a sobrevalorização do Estado-Maior, a constituição de quadros capazes e, apesar das constantes críticas aos instrutores e às aeronaves francesas, a formação da força aérea do Exército[106] estavam bem encaminhadas.

Em importante relatório secreto de 9 de dezembro de 1926, que tinha por objeto principal a renovação do contrato da Missão Militar Francesa de Instrução, o general Coffec ponderou algumas questões significativas.

> Dans mon dernier Rapport, je vous avais rendu compte que mon intention était d'avoir, aussitôt serait possible, une conversation avec le nouveau Ministre [General Nestor dos Passos] de la guerre au sujet du renouvellement du contrat de la Mission Militaire française. Accédant à mon désir le Ministre de la Guerre m'a en effet reçu et m'a fait connaitre officiellement que le Gouvernement brésilien avait décidé le príncipe du renouvellement (COFFEC, 1926).

[106] "Em 13 de janeiro de 1927, é criada a arma de aviação no Exército brasileiro, abrindo um crédito para a compra de material de 115 milhões de francos, a serem gastos em cinco anos, no programa de organização da aviação, segundo o projeto do senador Carlos Cavalcanti de Albuquerque (1864-1940), do Rio de Janeiro, militar de carreira do império e político eleito sucessivamente, desde 1891. A Aviação seria composta por uma direção de aviação, uma escola de aviação militar, um depósito central de aviação e unidades de aviação" (BELLINTANI, 2009, p. 321).

Ainda assim, segundo Coffec, o ministro da Guerra, o general Nestor dos Passos, desejava ampliar o trabalho da missão, principalmente no âmbito da reorganização do Estado-Maior do Exército e dos Estados-Maiores das regiões militares, o que, de certa forma, retomava os princípios do ministro Calógeras (empregados entre 1919 e 1923). Contrariamente, os dirigentes do Estado-Maior – particularmente o general Tasso Fragoso – observavam que, caso houvesse qualquer renovação com os franceses, o papel designado a eles deveria ser restrito. Politicamente, o ministro não escondeu de Coffec que a situação ainda era instável no país, sobretudo decorrente do tenentismo. De acordo com o chefe da missão:

> Des mécontentements existente encore: dans un certain nombre de Corps de troupe, basés sur l'irrégularité avec laquelle, ces derniers temps a été assuré le servisse de la solde; chez certains Officiers (reliquat de l'agitation et des arrestations dont est responsable l'ancien gouvernement) (COFFEC, 1926).

Coffec não considerou o fato de que o período mencionado também foi o de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução. Ou seja, se a indisciplina não foi completamente extinta nos meios de formação dos oficiais brasileiros, algo se deveu direta ou indiretamente à incapacidade dos instrutores estrangeiros de realizar plenamente esse objetivo.

> Après ces quatre années de désordre, l'Armée brésilienne est un organisme profondément malade qui aura d'un certain temps pour se remettre d'aplomb. D'autre part le Minsitre ne m'a pas caché non plus que la situation financière du pays était un gros sujet de souci pour le nouveau Gouvernement (COFFEC, 1926).

Consequentemente, expôs suas impressões do ponto de vista militar, mas afirmando que um dos objetivos da missão era o da "propaganda". Isso reforça a ideia de que a missão não esteve no Brasil simplesmente para colaborar, desinteressada na "modernização" do Exército brasileiro. Aliás, tal ingenuidade jamais foi aventada por qualquer parte envolvida no processo de contratação ou no debate que antecedeu e se perpetuou na estadia dos franceses. Entretanto, ainda que acaloradas discussões envolvendo a venda de armamentos para o Brasil, a adoção do modelo francês em detrimento do modelo germânico e a ampliação da influência política francesa no país fossem claras aos interessados do contexto histórico e dos analistas do período, a afirmação de que a missão teve caráter propagandístico jamais fora tão bem explicitada. Isso pode oferecer, destarte, mais um argumento que fortaleceria a assertiva

anteriormente exposta, de que, nas relações sempre assimétricas entre diferentes agentes políticos, a manutenção da missão foi mais importante para os franceses do que para os brasileiros.

O general revelou também algum temor com os concorrentes europeus e norte-americanos.

> Le rôle que peut jouer la Mission Militaire au point de vue propagande est une autre facteur. Seul le Gouvernement français peut être juge de l'intérêt qu'il y a à maintenir la mission militaire française, bien que les perspectives de réalisation matérielles immédiates soint limitées. Une autre considerátion qui doit d'ailleurs intervenir est que, si nous partions, nous serion certainement remplacés par de concurrents, soit Européens, soit Américains (COFFEC, 1926).

Posteriormente, tratou da atuação da missão nos seis anos do seu funcionamento, apontando sobretudo o legado conferido ao Estado-Maior do Exército. Na presente tese, entende-se que tal legado deve ser avaliado pelo aspecto cultural construído, mais do que pela materialidade da organização. Não é exagero ressaltar que, após os anos 1930 – talvez, somente aí –, o país passou a ser dimensionado internamente em termos nacionais e coube às forças armadas auxiliar no processo de consolidação da pátria.

Como escreveu Coffec, fazendo um balanço dos seis anos da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro:

> La Mission Militaire française fonctionne en effet depuis 6 ans; ses Écoles et en particulier son École d'État-Major ont donné aux Officiers brésiliens une formation sérieuse basée sur des conférences, des Exercices et manoeuvres sur la carte et sur le terrain. Nous avons même formé des professeurs adjoints qui sont au courant de nos méthodes et qui pourraient el cas échéant être des critiques sévères pour les Officiers nouveaux, déjà handicapés par leur ignorance de la langue portugaise. Il est donc nécessaire de ne designer qu'un personnel de tout premier choix (COFFEC, 1926).

Após a saída de Coffec, em 1927, a chefia da missão foi assumida pelo general de Divisão Joseph Spire, que a comandou até 1930. Interessa aqui essencialmente a compreensão que o oficial tinha da marca deixada pela missão e das consequências para o Brasil da noção de segurança militar aprendida pelo Exército nacional com os instrutores estrangeiros.

Em 9 de dezembro, em relatório secreto, Spire comentou, primeiramente, o trabalho da missão nas escolas militares.

> Dans le courant de ce mois (qui coincide ici avec la fin de l'année d'études) ont lieu les examens et concours de sortie toutes les Écoles où intervient la Mission. En raison de la stabilité politique, et en raison aussi des moyens nouveaux (quoiqu'en général encore insuffisants) mis en 1927 à la disposition des officiers instructeurs français, les résultats d'ensemble s'annoncent déjà comme plus homogènes et plus satisfaisants que les années precedentes (SPIRE, 1927).

Seguindo a tendência dos relatórios do seu antecessor, Spire destacou o aperfeiçoamento do trabalho do Estado-Maior do Exército brasileiro, que absorvia nesse âmbito a principal influência francesa. Se a disciplina não era o principal legado da missão, certamente, era a noção de defesa nacional, organizada a partir de um centro militar apartidário, mas efetivamente político no sentido de defender os interesses de um Estado soberano e não de um governo efêmero por mandato previamente estabelecido. Relatando como exemplo determinada atividade do Exército[107] e tomando como hipótese de ameaça à segurança nacional uma invasão no sul do estado do Mato Grosso (atualmente, Mato Grosso do Sul), Spire assinalou a importância da nova dimensão que o Estado-Maior do Exército brasileiro passou a ter já no ano de 1927. O exercício de manobra mencionado teve sensível repercussão nos relatórios sobre a missão e também no Estado-Maior do Exército brasileiro, além de expor as divergências entre Tasso Fragoso e a missão francesa.

> Ainsi que je vous l'ai signalé mes deux précédents rapports, le Général Tasso Fragoso, Chef d'État-Major de l'Armée, (reconnaissant la necessite de faire travailler les Officiers de l'État-Major de l'Armée) est en train de mettre sur pied un exercice de cadres ayant pour but, sur le théâtre secondaire d'opérations du Matto Grosso, une étude de la mobilisation des forces de cet État, et d'un dispositif de couverture contre une intervention éventuelle de forces argentino[108]-paraguayennes dans le Sud du Matto Grosso. Bien conduit et méthodiquement étudié, cet exercice peut être fertile en enseignements et capable d'attirer sérieusement l'attention du Commandement brésilien sur des questions de mobilization, de concentration et de couverture qui me paraissent avoir été complètement négligées du temps du Ministre précédent (Maréchal Stembrino de Carvalho), mais auxquelles le nouveau Minsitre (Général Nestor dos Passos) semble s'intéresser particulièrement. Ce qui est intéressant, en ce qui concerne la Mission, c'est

[107] Todos os anos, desde outubro de 1920 e, a partir de 1922, com as grandes manobras no Rio Grande do Sul, a Missão Militar Francesa de Instrução conduzia exercícios de manobra dos quadros do Estado-Maior do Exército, entretanto, no início de 1928, tal tarefa ficou a cabo de Tasso Fragoso e do próprio Estado-Maior do Exército brasileiro, havendo auxílio por parte dos instrutores franceses.

[108] "O planejamento estratégico brasileiro baseava-se na premissa da guerra com a Argentina (…). A tensão nessas relações não era tanto uma questão de intenções reais, mas das percepções que cada lado tinha do outro (…). Foi essa situação que moldou o pensamento subsequente do Exército brasileiro com relação à Argentina, e certamente influenciou Tasso Fragoso, que fora adido militar em Buenos Aires de julho de 1909 a abril de 1911. Seus muitos memorandos analisando pormenorizadamente as capacidades da República do Prata reverberaram nos relatórios do Estado-Maior por anos. Durante sua estada na Argentina, ele se convenceu de que o Brasil era militarmente inferior e levou consigo essa ideia pelo resto de sua carreira" (MCCANN, 2007, p. 327-328).

> que sa collaboration à ce travail m'a été officiellement demandée par le Chef d'État-Major de l'Armée qui jusqu'ici pourtant, sans doute par un excès d'amour propre national, s'était toujours absolument refuse à admettre la participation d'officiers français dans l'étude des questions concernant la couverture et la concetration de l'Armée brésilienne. Une fois mis sur pied, le projet doit être soumis à mon examen, pour être modifié, s'il y a lieu, suivant mes observations. Après un travail sur la carte exécuté ici même à Rio dans les bureau de l'État-Major de l'Armée, cet exercice doit être suivi d'un voyage de cadres (environ 32 officiers brésiliens) dirigé par le Chef d'État-Major et le Général Malan D'Angrogne dans la partie Sud du Matto Grosso. Ce voyage s'effectuerait dès le début de l'année prochaine et durerait environ 3 semaines. Invité par le Général Tasso Fragoso, je compte y assiter personnellement accompagné de quatre officiers de la Mission, dont le Chef d'État-Major m'a demandé nominativement la collaboration pour diriger particulièrement tout ce qui concerne le fonctionnement des États-Majors et des Services. D'après des renseignements obtenus de son Cabinet, le Ministre lui-même se déplacerait jusqu'au Matto Grosso pour assister, au moins en partie, à l'étude sur le terrain (SPIRE, 1927).

Tasso Fragoso abordou a questão em Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército.

> Desde a chegada da Missão Militar Franceza ficara introduzida entre nós, conforme já declarei, uma manobra de quadros annual, que a própria Missão dirigia, quer em sala quer no terreno. O Estado-Maior do Exército só lhe prestava um concurso material; embora a acompanhasse de perto e desse officiaes seus para certas funções, desaparecia na penumbra durante esse período ou ficava relegado em segundo plano. Assentei desde logo que essa situação não devia continuar (…). Os officiaes que servem no Estado-Maior do Exercito mostravam-se em geral, como fôra de prêver, poucos esperançosos e confiantes numa direção sem raizes directas na Missão Franceza (…). Sem isso, que fé poderiam elles ter nos planos que estamos elaborando e que, por um justo sentimento de dignidade nacional, jamais daremos a conhecer a estrangeiros? Mas se lhes mostrássemos concretamente, num caso restricto e particular, que já havíamos absorvido a doutrina com proveito e nos encontravamos em condições de applica-la a situação mudaria completamente (…). Expliquei por isso ao General Spire que ia iniciar as manobras de quadros do Estado-Maior independentemente da que a missão realiza todos os annos (…). Disse-lhes que seria concebida e dirigida por mim, porém que o convidava para a honrar com a sua presença (…). O General Spire acceitou o convite e deferiu o meu pedido dando ordem imediata para que me prestassem o auxilio que eu porventura solicitasse. Concebi e formulei um thema estratégico no Estado do Matto Grosso, considerado com theatro secundário de operações (…) (Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército, 1928 apud DINIZ, 1996, p. 119-122).

Ressalta-se nos documentos citados a dificuldade enfrentada pela missão durante o período em que Setembrino de Carvalho esteve à frente da pasta da Guerra, no governo de Artur Bernardes. Para Spire, o ministro foi completamente negligente em relação às questões de mobilização das forças do país no caso de uma ameaça externa. Todavia, no governo seguinte, aparentemente, o interesse por reorganizar tal função do Estado-Maior foi retomado. A manobra mencionada no relatório era um exemplo dessa mudança de postura do governo, não obstante a recusa por parte do general Tasso

Fragoso da participação dos oficiais franceses no evento. Spire creditou isso ao excesso de amor nacional.

De acordo com Frank McCann, antes da substituição de Coffec, Tasso Fragoso deixou claro que não desejava ver os franceses envolvidos diretamente nos assuntos nacionais: "não aprovava a tentativa francesa de envolver-se no planejamento brasileiro e operações bélicas. [Em debate com Coffec], Tasso Fragoso interrompeu-o dizendo 'categoricamente (…) que essa era uma decisão do governo'" (MCCANN, 2007, p. 322).

Por fim, Spire relacionou os oficiais franceses que se mantiveram na missão após a renovação do contrato com o governo brasileiro e estabeleceu comparações genéricas acerca da logística dos países sul-americanos (principalmente entre Brasil e Argentina).

São importantes, neste ponto, algumas ponderações sobre a conjuntura militar da Argentina durante o período e sobre a forma como no Brasil era visto o "rival" vizinho. Como exposto, o processo de modernização do Exército argentino antecedeu a modernização do Exército brasileiro. Em consequência disso, a vida política argentina teve a participação mais efetiva dos militares antes do que se deu na vida política brasileira. Isso aconteceu não somente com a presença germânica na formação dos oficiais, mas, sobretudo, entre 1916 e 1930, quando o processo de politização militar foi iniciado, e perdurou até o início dos anos 1980.

> For the first half-century after Independence was attained, Argentina had nothing even resembling a national army. During this period the military establishment consisted almost exclusively of gaucho cavalrymen who were untrained and poorly equipped; impressed soldiers were led by amateur, and often self-appointed, guayans, Indians, and, most frequently, each other. This situation changed dramatically during the first conservative era (1862-1916) when a modern, professional army was created. The process begun by President Mitre, who nationalized the Buenos Aires War Ministry in 1862, was continued by each of his successors. Sarmiento created the Colegio Militar in 1869 and the Escuela Naval in 1872 (these are the equivalents of the military academies at West Point and Annapolis in the United States). In 1899 Roca established a War College for senior officers about to join the General Staff; it was patterned upon the Prussian model and staffed by German officers. By 1901 Argentina had a compulsory military training law. During the next several years the character of the officer corps was altered substantially by regulations which (1) required graduation from the military academy prior to being commissioned, (2) established compulsory retirement ages for senior officers, and (3) created a Qualifications Commission which saw to it that promotions were based upon merit. As a result, by 1916 the officer corps was staffed primarily by members of the middle class who looked upon the armed forces as a professional career. Between 1862 and 1916 there were several unsuccessful rebellions – usually organized and led by civilians, but including small sectors of the armed forces

> – but each of the Conservative presidents knew that he could count on the loyalty of the military establishment as a whole. It was only after the creation of a modern army, and after the assumption of power by the Radicals, that serious conflicts occurred between the government and the armed forces. The process of military politization began during the Radical administrations of 1916-1930 and has continued to the present day. That the military has become a major arbiter in national political life may be seen in a number of simple facts: for example, since 1928 not a single civilian has served a complete term during the last three decades, everyone has either gained or lost power by force of arms (SNOW, 1971, p. 52-53).

No que concerne aos interesses políticos brasileiros, tanto os oficiais locais quanto os oficiais estrangeiros projetaram a necessária confluência entre elementos políticos e militares na aceleração do desenvolvimento do país rumo à modernidade. No caso dos militares brasileiros, a despeito das divergentes posições ideológicas dos seus quadros, havia no ar profunda sensação de que as práticas políticas do país eram absolutamente inadequadas e favoreciam determinados grupos sociais que perpetuavam seu poder e mantinham seus privilégios na conservação do atraso nacional. Contudo, o apartidarismo ideológico do militar francês não podia fornecer nenhum tipo de estímulo a uma ruptura. Além do mais, a vinda da missão francesa ao Brasil havia sido contratada especificamente com os políticos da Primeira República, ainda que o clamor pela modernização tenha tido como fonte os setores militares desejosos de superar o arcaísmo militar e político nacional.

Ora, se o objetivo era modernizar o Exército brasileiro, o mesmo não poderia ser feito diretamente em relação à estrutura política do país. Assim, até como justificativa para a suposta contradição do ofício da missão, o general Spire recorreu à tradição militar francesa para, ao menos, satisfazer-se com o que podia e não podia fazer em termos de transformação da mentalidade do oficial brasileiro, mas de manutenção da ordem política vigente – lembra-se que a missão permaneceu no Brasil até 1940. O caminho era a sustentação de que as forças armadas de um país são instrumentos do Estado e não de governos ou partidos, de modo que a defesa dos interesses nacionais está para além das vontades de setores da sociedade, cabendo à sociedade como um todo.

É evidente a afirmação de que tal mentalidade, proveniente da III República da França, que alijou os militares dessa nação da participação ativa na vida político-partidária, não os relegou a um lugar menos importante na consolidação e na proteção do regime e na ampliação do poderio econômico, político e cultural da França. Ou seja, entendia-se que o Exército, como principal força militar em um território de dimensões

continentais como o Brasil, deveria ser o instrumento basilar na confecção de um projeto de defesa do país. Sendo assim, ao final de 1927, o tema ganhou força no seio da missão, mas um dilema se colocou: como oferecer um caminho para a soberania de outro país sem que isso comprometesse a influência ou mesmo a manutenção de uma relação comercial razoavelmente favorável aos franceses?

Dessa forma, no relatório 401 do general Spire, de 29 de outubro de 1927, observa-se uma abrangente reflexão sobre o pensamento militar francês e de que maneira ele poderia contribuir para a formação de conceitos caros ao governo brasileiro e, consequentemente, para a função do Exército no desenvolvimento político e social do país. A configuração de uma noção de defesa ou de segurança nacional, formulada na segunda parte da história da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, que culminou na constituição do Conselho de Segurança Nacional, é necessariamente o exemplo mais bem acabado de tal processo.

Segundo Magalhães (2001):

> Uma das primeiras, mais lógicas e necessárias reformas promovidas por influência da Missão Militar Francesa foi a criação do Conselho de Segurança Nacional, surgido em 1927 com a denominação de Conselho de Defesa Nacional. Era um dos efeitos no mecanismo de reparação das nações para a guerra, do conflito de 1914, que teve caráter de guerra mundial[109], consequência do desenvolvimento da revolução científico-industrial. Ficou desde então patente que os resultados de uma guerra não dependiam somente de uma judiciosa mobilização militar. Fazia-se mister poder produzir o necessário à manutenção das forças militares, sem colapsos, e também ter a possibilidade de criar oportunamente meios de combate novos, com uma conveniente utilização do potencial das indústrias. Além disso, tornou-se patente a necessidade de uma preparação moral, não somente das forças militares propriamente ditas, mas de todo o mecanismo nacional. Verificou-se que não somente os êxitos, bons ou maus, obtidos nos campos de batalha influíram no entusiasmo, confiança ou desânimo de toda a nação, mas ser o estado de ânimo do interior do país e as atividades aí desenvolvidas, condicionantes da capacidade de combater os exércitos. Em suma, não se tratava mais desde então de mobilização militar e sim de mobilização nacional. Este fenômeno se amplia com o segundo conflito mundial, que desenvolveu a preparação da moral e criou o preparo da mobilização científica (MAGALHÃES, 2001, p. 331).

[109] Para Banha (1987), entretanto, a história do Estado-Maior das forças armadas brasileiras teve início no contexto da Segunda Guerra Mundial. "A História do Estado-Maior das Forças Armadas teve, inegavelmente, sua origem na participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (…). Aquela Grande Guerra Mundial deu aos chefes militares a convicção de que somente o esforço integrado das diversas forças armadas, como havia acontecido, poderia propiciar resultados positivos, em conflitos semelhantes. O conceito do emprego isolado de forças singulares parece ter desaparecido. A necessidade de maior coordenação aumentou, tanto assim que a organização das forças armadas de nações aliadas, naquela guerra, passou a refletir isto, com o surgimento de órgãos integrados, fossem eles Juntas de Chefes de Estado-Maior ou Ministérios da Defesa" (BANHA, 1987, p. 29).

No início do seu relatório, o general Spire destacou o exercício de guerra apresentado no documento anterior – a manobra teve tamanha importância que foi acompanhada pelo presidente da República, pelo ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior do Exército. Descreveu, então, que o objetivo do relatório era estabelecer um compêndio de sugestões para aperfeiçoar o desenvolvimento do Exército brasileiro, seguindo-se, obviamente, a avaliação de Spire sobre a força brasileira e a visão de mundo do chefe da missão francesa. Tais sugestões, ver-se-á, não foram bem acolhidas por Tasso Fragoso, pois, uma vez recepcionada a ideia de defesa (ou segurança) nacional, não poderia haver por parte de uma nação estrangeira qualquer espécie de "contribuição" na formulação dessa ideia. Talvez isso possa parecer elementar, mas, como já foi apontado, o trabalho dos instrutores franceses era fornecer aos oficiais brasileiros os ensinamentos e as diretrizes para a reorganização modernizante da profissão militar nacional. Se isso teria (como teve) o resultado de articular a prática do militar à prática da política nacional, como excluir os franceses no momento em que tal ideia estava sendo desenvolvida?

Mais uma vez, é reforçada a noção de que a absorção do modelo estrangeiro se deu na medida dos interesses dos sujeitos envolvidos, sugerindo-se a confirmação da tese de que a relação militar entre Brasil e França foi assentada em termos de hibridismo. O Brasil absorveu os ensinamentos franceses – que lhe interessavam –, traduzindo-os ao seu modo, assim, não permitiu que os franceses interferissem nas determinações da política e das forças armadas brasileiras. Todavia, em função da inanição da indústria bélica nacional, admitiu a manutenção da relação comercial assimétrica entre França (exportadora de material obsoleto) e Brasil (importador de material moderno).

Quanto ao relatório, o que é possível perceber inicialmente nas considerações de Spire é a adoção pelo Exército brasileiro da defesa como princípio do seu entendimento acerca da proteção do país. Seguindo, sem poder afirmar se de forma deliberada ou não, o mesmo modelo francês – consagrado com a Linha Maginot –, o general Spire se mostrou atento às linhas de defesa do Brasil. Tomando o desenvolvimento da manobra como objeto da sua análise, afirmou:

> L'obligation imposée au détachement d'opérer seulement, en raison des cultures et des habitations au Nord de la ligne Deodoro, S. Honorio Gurgel etc. (…), a un peu dénaturé la physionomie de la couverture. Sans cela il est bien certain que pour couvrir la zône des débarquements de la Division, la couverture devait s'étendre au moins jusqu'au

> Morro de Sape. Il semble que dans le dispositif, la première importance soit accordée aux contre-attaques, c'est-à-dire aux moyens de 'reprendre'. Je pense que la première préoccupation doit être de 'ne pas perdre' et pour cela *d'assurer un puissant barrage de feux* [grifo do autor]. Il y a un proverbe français quid it: 'Il vaut mieux tenir que courir' – Ce proverbe s'applique aux choses militaires sous cette forme: 'Il vaut mieux tenir qu'avoir à reprendre' (SPIRE, 1927).

No extenso relatório secreto de 9 de setembro de 1927, o general Spire apresentou uma descrição minuciosa do Exército brasileiro e dos impactos do trabalho da missão. Novamente, foi efetuada uma comparação entre Brasil e Argentina (exposta ao final da citação do documento). Não foi apresentada, contudo, qualquer novidade em relação aos relatórios de Gamelin sobre as animosidades entre Brasil e Argentina. Aparentemente, havia consenso entre os franceses de que, apesar da rivalidade entre os dois países, um conflito era improvável.

Spire expôs, inicialmente, a estruturação do relatório, dividido em quatro partes e uma conclusão, as quais abordavam, respectivamente, noções gerais sobre o Brasil (território, população etc.), orçamento de guerra e constituição do Exército e da Marinha. Na primeira parte, o general Spire relatou as condições gerais do território brasileiro, sua extensão e sua população, bem como a estrutura política do país. A exposição dos poderes foi minuciosa, abarcando todos os níveis federativos. No texto sobre o orçamento, relacionou dados consistentes sobre a economia brasileira e sobre o investimento e os custos do Exército nacional.

Em relação à constituição e às características do Exército brasileiro, cabe destacar alguns entendimentos de Spire. O oficial apresentou sua compreensão acerca da instituição e descreveu os efeitos que a missão francesa produziu no Exército brasileiro. A narração foi iniciada pelas leis militares que julgava mais importantes.

> L'Armée a été instituée par la Constituition fédérale de 1891 (article 86); son organisation réelle est l'ouvre de la Loi du 4 Janvier 1908, qui a subi des alterations successives, la derinère en date étant le Réglement sur le Service Militaire de 1923, en application du Decret Présidentiel du 22 Janvier de la même année (SPIRE, 1927).

Na sequência do relatório, o general Spire desenvolveu uma descrição de todo o sistema militar do Exército (conscrição, organização, cumprimento e prazos do serviço militar, linhas, reservas etc.). Ainda em 1927, lembrou-se de destacar a importância de

determinadas forças públicas estaduais, identificadas como "Polícia Militar".[110] Tais unidades foram chamadas por Spire de "forças auxiliares".

> Les Forces de Police militaire des différents États d'importance et de valeur militaire infiniment variables. Les plus importantes sont celles de: São Paulo – 1 Brigade policiale mixte: Infanterie, Cavalerie, 1 Escadrille, des éléments d'Artillerie de campagne (10.000 h[omens]); Rio Grande do Sul – 1 Brigade policiale mixte (10.000 hommes environ); Minas Geraes – 4 à 5 Bataillons (SPIRE, 1927).

Foram citadas as oito regiões militares brasileiras naquele momento: "Distrito Federal – Rio de Janeiro e Espírito Santo; São Paulo e Goyaz; Rio Grande do Sul; Minas Geraes; Paraná e Santa Catarina; Bahia, Sergipe e Alagoas; Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceára; Piauhy, Maranhão, Pará, Amazonas e Território do Acre", bem como a circunscrição militar,"Matto Grosso" (SPIRE, 1927). A mobilização em caso de guerra, o efetivo e outras exposições sobre o Exército brasileiro também foram abordadas no relatório.

Destaca-se, aqui, a organização geral do sistema militar, pois foi na constituição e ressignificação do papel do Estado-Maior que se pôde sentir com maior ênfase a influência francesa. Desse modo, Spire escreveu: "Enfin la Mission Militaire Française d'Instruction assiste directement le Chef d'État-Major pour toutes les questions d'instruction, et éventuellement d'organisation" (SPIRE, 1927).

Posteriormente, Spire apresentou, em linhas gerais, os serviços militares (Intendência, Engenharia, Veterinária etc.) e a organização das tropas nas diferentes regiões, a aviação militar e o armamento disponível do Exército brasileiro, tanto para a instrução em tempos de paz quanto para uso em conflitos. Nas considerações sobre a instrução militar, novamente, ressaltou a importância da Missão Militar Francesa de Instrução.

[110] É adequado aqui, mais uma vez, evidenciar a importância da força pública paulista para a Missão Militar Francesa de Instrução, uma vez que se deu em São Paulo a primeira experiência brasileira nesse sentido. "A Força Pública provia o apoio material ao governo do estado. O processo de profissionalização teve início em 1901, quando a designação de Força Pública foi adotada. As mudanças mais importantes, no entanto, ocorreram em 1906, quando Tibiriçá decidiu providenciar a vinda de uma missão militar estrangeira, tendo sido então muito criticado. Tibiriçá nascera na França, filho de pai brasileiro e mãe francesa. A escolha que fez foi sem dúvida influenciada pelo fato de que seus tios eram oficiais do exército francês. Em consequência, São Paulo passou a ter uma polícia civil e a contrapartida propriamente militar. O grupo de instrutores, chefiados pelo Coronel Paul Balagny, deu início ao treinamento da Força Pública uns 12 anos antes que outra missão francesa fosse contratada para modernizar o exército federal" (LOVE, 1982, p. 175-176).

> La Mission Française d'Instruction: en foction depuis le 8 Septembre 1919, et dont le contrat vient d'être renouvelle pour une nouvelle période de 4 ans, jusqu'au 31 Décembre 1931, est chargée: de la direction des Études et de l'instruction militaire dans un certain nombre d'établissements d'instruction; de la préparation et de la direction des manoeuvres de toute nature sur la carte et sur le terrain; de l'instruction des divers États-Majors (État-Major de l'Armée, des DI etc.). [Além disso, segundo Spire, os regulamentos do Exército brasileiro tiveram, em boa parte, a elaboração dos instrutores franceses] La plupart des réglements, et en tous cas, les réglements d'instruction de l'Armée brésilienne, ont été élaborés par la Mission Militaire Française depuis 1919 (SPIRE, 1927).

As conclusões de Spire – que são reproduzidas integralmente –, apresentam a situação do Exército brasileiro, na visão do chefe da missão francesa, em setembro de 1927, assim como a avaliação dos possíveis conflitos enfrentados pelo Brasil – principalmente com a Argentina – e seu entendimento do espírito militar brasileiro naquele momento.

> Le Brésil est une Nation pacifique; il n'a rien à gagner à une guerre; au contraire, il a le plus grand besoin, pour son développement économique, pour la mise en explitation de ses immenses territoires, de tranquillité et de paix. Mais les Brésiliens sont traditionnellemnt habitués à considerer l'Argentine comme un adversaire possible. Depuis quelques années surtout, ils se considérent à tort ou à raison, comme sérieusement menacés par un imperialisme argentin, qui, engloberait, degré ou de force, tous les États de la Plata – Uruguay et Paraguay – et viserait à réunir à l'Argentine le Rio Grande do Sul, grand producteur d'élevage et bientôt de céréales, pays identique au point de vue du relief, du climat, et des conditions économiques, aux États de la Plata. Il semblerait peu raisonnable et imprudent, de la part de l'Argentine, de se lancer actuellement dans une aventure guerrière; ele a, comme le Brésil, d'immenses territoires à mettre en exploitation; ele a les mêmes besoins que lui; de calme et de paix (SPIRE, 1927).

Em primeiro lugar, é possível notar que a compreensão de Spire sobre o Brasil e seu povo, quanto ao "espírito" que os habitava, não se diferenciava da consideração de Gamelin. Para ambos, o Brasil era uma nação pacífica. Essa percepção, que de certo modo era reforçada pelo papel que o país buscava desempenhar nas relações com outras nações e pela tradição "pacifista" dos diplomatas brasileiros, chocava-se diretamente com os eventos históricos acompanhados de perto pelos instrutores franceses. Como aceitar uma premissa dessa natureza se, entre 1920 e 1927, o país viveu um intenso conflito interno de forças antagônicas que não deixaram incólume o Exército brasileiro? Além disso, era preciso considerar que alguns momentos de convulsão social tiveram seu estopim dentro das casernas. Todavia, sem querer carregar nas tintas, essa não seria uma excrescente visão colonialista francesa do Brasil? Afirmar que a nação era pacífica não significava nomeá-la civilizada. Talvez, nesse caso, houvesse, por caminhos

diversos, algum encontro mais harmonioso com os desejos dos militares brasileiros, os quais entendiam que o principal obstáculo a ser vencido pelo Exército estava dentro das fronteiras do país – ainda que a paranoica ameaça portenha fosse efetivamente levada a sério.

Em segundo lugar, a hipótese de guerra com a Argentina, ainda que real, pelo menos aos olhos dos militares dos dois países, jamais esteve próxima de se concretizar. O general Spire entendeu ser necessária a comparação entre as forças dos dois países e conferiu alguma legitimidade às preocupações brasileiras quanto a uma ameaça argentina.

> Il faut reconnaitre cependant que les inquietudes brésiliennes trouvent quelque justification dans les faits suivants: L'Armée Argentine comporte 5 DI et 3 Brigades de cavelerie comme au Brésil; mais la composition de ces unités, au lieu d'être amorcée comme au Brésil, est à peu près compléte; Depuis quelques années, l'Argentine a effectué à l'étranger, pour l'équipement et l'armement de son Armée, des achats considerables portanto spécialment sur le matériel et les munitions d'Artillerie, l'Aviation, et les Services; chaque année l'Armée Argentine effectue des grandes manoeuvres avec troupe. Cette année encore, eles auront lieu, avec 3 DI et 2 Brigades de cavalerie, au mois d'Octobre, dans la province de Mendoza au pied des Andes. Ainsi les milieux militaires et les classes instrutives ressentent la necessite pour le Brésil d'une Armée forte. Mais il y aura, pour la constituer, à résoudre les difficiles problèmes des effectifs et de l'instruction, ainsi que des moyens de transport (SPIRE, 1927).

Como ocorreu em quase todos os relatórios da Missão Militar Francesa de Instrução sobre as condições do Exército brasileiro, Spire efetuou observações nada animadoras acerca da distância entre o que era e o que deveria ser o Exército. Ainda que algum avanço no processo de conscrição de novos quadros pudesse ter sido visto em 1916, se comparado à conjuntura anterior, o general francês entendia que o sistema precisava ser completamente modificado. Além do mais, em uma posição claramente antifederalista e ciente dos conflitos políticos internos provenientes dos interesses dos estados e não do país, tendo consequentemente a ampliação das dimensões das forças públicas estaduais – como a de São Paulo, por exemplo –, Spire defendeu a diminuição da autonomia dos estados em proveito da ampliação do poder da União.

> Les effectifs en effet ne correspondent en rien, comme nous l'avons signale, à la constitution théorique de l'Armée. Pour atteindre ceux qui sont nécessaires à l'Armée active, il faudra réorganiser complétement le système du recrutement; il faudra, par une diminution de l'autonomie des États, donner au pouvoir fédéral des moyens matériels de coercition qui lui manquent, pour contraindre les citoyens à se soumettre au Service Militaire (SPIRE, 1927).

Em decorrência tanto do pacifismo (ou da percepção de passividade) do povo brasileiro quanto da fragmentação política regional, Spire indicou a necessidade de transformar a cultura do povo brasileiro. Não caberia ter apenas a vocação à civilidade. Fazia-se mister abraçar a causa nacional também com as armas. Ainda assim, mesmo que tal mudança fosse alcançada – a um preço alto, como imaginava –, em um conflito, o sucesso do país não estaria garantido, pois havia claros problemas de infraestrutura e logística na mobilização em um território de dimensões continentais. Entretanto, o general concluiu seu relatório chamando a atenção para um aspecto positivo do Brasil, embora na análise hipotética de um conflito com a Argentina: o país possuía em suas riquezas naturais enorme potencial.

> Il faudra surtout réaliser une transformation morale profonde dans le peuple, de manière à y développer la notion du devoir militaire, bien imprécise jusqu'à presente. Ce sera une oeuvre de constance et de temps, difficile à cause de l'immensité du pays.
> L'instruction, et en particulier l'instruction des reserves, est fonction des mêmes conditions de realisation que les effectifs; elle exigera de gros sacrifices pécuniaires, pour l'achat du materiel d'instruction, pour l'organisation des manoeuvres et des périodes d'instruction de toute nature. Les convocations de réservistes enfin, seront toujours d'une realization difficile tant que le réseau des voies de communication n'aura pas été considérablement accru et perfectionné.
> Même en supposant résolus les problèmes des effectifs et de l'instruction, l'Armée brésilienne se heurterait, pour sa mobilisation, à des difficulties énormes dues à l'insuffisance de ces mêmes voies de communication, et spécialement à l'insuffisance et à l'absence d'unité du réseau ferré. La mobilisation et le transport dans la zône de concentration (Rio Grande do Sul) des seules unités actives exigerait en effet des délais de l'ordre de plusieurs mois. Il n'est pas douteux que le Brésil se trouverait de ce seul chef, au début d'une guerre, en situation d'infériorité manifeste par rapport à l'Argentine.
> Enfin, si le sol brésilien est capable d'assurer d'une manière à peu près complète l'alimentation de son Armée, celle-ci se trouverait, comme l'Argentine du reste, dans la dépendance presque complète de l'étranger au point de vue matériel de guerre. Il est à prévoir que la guerre serait longue; et des lors ce serait la ruine des finances publiques, si embarassées dés lors maintenant, et la mainmise économique par certaines puissances étrangères sur les richesses naturelles du pays (SPIRE, 1927).

* * *

É necessário discutir como, no Brasil, foram traduzidos os entendimentos franceses sobre a defesa nacional. Provavelmente, encontre-se algum caminho mais seguro naquilo que foi deixado por Tasso Fragoso e Góes Monteiro. Ainda que Góes Monteiro tenha se destacado no cenário político e militar brasileiro após o período demarcado neste capítulo, é conhecido de todos os pesquisadores da Missão Militar

Francesa de Instrução seu prestígio como um dos mais distintos alunos dos instrutores franceses e, possivelmente, sua biografia tenha como parte fundamental a influência francesa.

Assim, primeiramente, é abordada a obra de Tasso Fragoso à frente do Estado-Maior do Exército e, posteriormente, a doutrina de Góes Monteiro sobre a defesa nacional e o papel das forças armadas no país, em função da criação do Conselho de Segurança Nacional.

No que se refere à obra do general Tasso Fragoso[111] à frente do Estado-Maior do Exército brasileiro, é essencial a fundamentação no estudo do general Tristão de Alencar Araripe: *Tasso Fragoso – um pouco de história do nosso Exército* (1960). Tasso Fragoso guardava grande admiração por Benjamin Constant; se suas ideias não tiveram implicação direta na formatação histórica da República brasileira, serviram a Tasso Fragoso como inspiração.

> A ação que exerceu sôbre nós promanou de suas qualidades morais e intelectuais, de seu procedimento público e privado, sempre irrepreensível, e de nobres idéias filosóficas e sociais que lhe exornavam o espírito (…). Benjamin Constant, como aliás Deodoro e Floriano, morreu curtindo máguas (…) (ARARIPE, 1960, p. 156).

[111] "Augusto Tasso Fragoso nasceu em São Luís, em 1869. Militar, ainda jovem travou conhecimento, no Rio de Janeiro, com as idéias positivistas divulgadas por Benjamin Constant e participou da operação militar que instaurou o regime republicano no país em 1889. Eleito, contra a sua vontade, deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1890 pelo Maranhão, renunciou ao mandato sem tomar parte de qualquer sessão parlamentar. Em 1893, participou da repressão à Revolta da Armada, que pretendia derrubar o governo de Floriano Peixoto. Anos depois, em 1908, viajou à Europa como membro do estado-maior do ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Em 1914, foi nomeado chefe da Casa Militar pelo presidente Venceslau Brás, permanecendo nessa função até 1917. Nesse período, desempenhou papel importante na implantação do serviço militar obrigatório e na remodelação do Exército. Em 1918, chegou ao generalato. Foi designado, em 1922, para participar dos inquéritos instaurados pelo governo para apurar responsabilidades sobre o levante do Forte de Copacabana, que deu início às revoltas tenentistas que marcaram aquela década. Em novembro desse mesmo ano, foi designado chefe do Estado-Maior do Exército (EME), onde destacou-se no processo de remodelação do Exército orientado por uma missão militar francesa. Exonerou-se da chefia do EME em 1929 por discordar do alijamento do órgão das decisões relativas à reestruturação do ensino militar no país. Até então exclusivamente dedicado à sua carreira profissional e distante das lutas políticas, Tasso Fragoso recusou convite para participar da Revolução de 1930. O desenrolar dos fatos favorável aos revolucionários acabou, porém, por fazê-lo aceitar a sugestão do general Mena Barreto que propunha o seu nome para, na condição de oficial da ativa mais antigo do país, assumir o comando da operação militar destinada a afastar o presidente Washington Luís. Em seguida, junto com o próprio general Mena Barreto e com o contra-almirante Isaías de Noronha, fez parte da junta governativa que substituiu o presidente deposto e, após certa relutância, transferiu o poder a Getúlio Vargas, comandante das forças revolucionárias. Em março de 1931, voltou à chefia do EME. Participou, então, do combate à Revolução Constitucionalista de 1932, mas, por considerar-se alijado das decisões mais importantes dessa campanha, voltou a demitir-se da chefia daquele órgão. Em abril de 1933, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), função que exerceu até 1938, quando aposentou-se compulsoriamente por limite de idade. Morreu no Rio de Janeiro, em 1945" (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001)

Góes Monteiro, por sua vez, não nutria a mesma consideração por Constant. Segundo Araripe, em entrevista concedida ao jornal *O Radical*, em 3 de abril de 1953, Góes Monteiro afirmou que as convicções de Constant "o faziam infenso às instituições militares, consideradas retrógadas e nocivas ao progresso (…). Benjamin [era] um grande homem, entretanto, não possuía espírito militar, mas foi o primeiro ministro da guerra da República" (ARARIPE, 1960, p. 158-159).

Sobre a influência do positivismo de Constant na formação da mentalidade militar do Exército brasileiro, contrariamente à visão de Tasso Fragoso e de outros, conclui Araripe:

> Respeitamos os conceitos de Tasso e de muitos outros intelectuais brasileiros, entre êles Umberto Peregrino, sôbre a influência do positivismo e o valor moral de Benjamin, mas reafirmamos não terem sido ambos propícios à formação da mentalidade militar do Exército e terem contribuído para que se acentuassem, nos primeiros anos da República, os vícios de nossa anêmica organização da defesa nacional (…); proclamamos que a orientação positivista contribuiu para elevar a cultura geral da oficialidade. Mas convimos que o desapreço manifesto de muitos oficiais positivistas pela profissão, pelos atos inerentes à mesma, a idiossincrasia pela marcialidade e a profissão de fé de convicções pacifistas radicais, só contribuíram para enfraquecer o espírito guerreiro, sem o que não existirá organização armada digna dêsse nome (ARARIPE, 1960, p. 159-160).

A preocupação de Tasso Fragoso com o papel do Estado-Maior na organização do Exército e da defesa nacional pode ser remontada a 1900, quando ele era capitão do Estado-Maior. Em artigo publicado na *Revista Militar Brasileira* daquele ano, Tasso Fragoso destacou os sete compromissos que deveria ter o Estado-Maior.

> 1º Redigir, consoante as circunstâncias do momento, tôdas as ordens relativas ao acantonamento, acampamento, marcha e combate das tropas; 2º Comunicar em tempo oportuno, por escrito as ordens ou verbalmente, as ordens necessárias, dando-lhes os desenvolvimentos indispensáveis; 3º Diligenciar por obter documentos concernentes ao valor militar do teatro de operações, coligí-los, e velar pela preparação de um número suficiente de cartas; 4º Procurar informações sôbre o que se passa no exército inimigo, apreciá-las e transmití-las ao chefe supremo do exército; 5º Providenciar para que as tropas se conservem em estado de combater, conhecer exata e pessoalmente o estado real delas sob todos os aspectos; 6º Organizar diários de marchas, redigir partes de combates, colecionar materiais para a futura história da campanha; 7º Desempenhar missões especiais, principalmente as que se referem a reconhecimentos (ARARIPE, 1960, p. 402-403).

Para o general Araripe, o conceito de defesa nacional – e, consequentemente, sua direção por um Estado-maior organizado – que deveria ser adotado pelo Brasil era debatido desde 1919, juntamente com a vinda dos instrutores estrangeiros. Em relatório

de 1919 do ministro da Guerra, general Cardoso de Aguiar (já mencionado nesta tese) foi destacado o assunto.

> Uma das questões essenciais a resolver na organização militar de qualquer país é a de programa e de continuidade de execução. Sem programa, maduramente estudado, em todos os seus detalhes e metodicamente estabelecido de acôrdo com os recursos da Nação, com as circunstâncias internacionais e com o objetivo a atingir, jamais se poderá conseguir uma organização perfeita. Havendo, porém, um programa claro, preciso e inteligentemente traçado, a coordenação de esforços será profícua e o mecanismo militar funcionará com regularidade e sem desperdício de energias. Não basta fixá-lo sómente: é preciso que não haja solução de continuidade em sua execução (…). Além dessa criação, remodelar-se-á o Estado Maior, dando-lhe a independência necessária para que sua ação se faça efetivamente sentir na tropa, quer com relação à instrução, quer com relação à organização, subordinado, diretamente ao Ministro da Guerra, que de fato exerce o comando em nome do Presidente da República (AGUIAR, 1919).

Araripe observa também que, a partir de um novo Estado-Maior do Exército, formar-se-ia um órgão que deveria cuidar da defesa nacional. "[O General Cardoso de Aguiar] aprecia a constituição do órgão que deve elaborar êsse programa e lembra a sugestão do Estado Maior do Exército de 1916 em que propõe a criação do Conselho Superior de Defesa Nacional (…)" (ARARIPE, 1960, p. 489).

A partir da chegada dos franceses, Tasso Fragoso se aproximou da missão e acompanhou sua atuação. Segundo Araripe, em 1920, teve início um profícuo relacionamento de Tasso Fragoso com os instrutores franceses, procurando fomentar a elaboração de programas e, principalmente, de regulamentos para as operações militares. A relação foi tão profícua que, mesmo após a saída de Gamelin do comando da missão e até o final da vida do brasileiro, os dois mantiveram grande amizade. Entretanto, o general Tasso Fragoso soube preservar distanciamento entre suas relações pessoais e a administração profissional dos interesses nacionais. Ainda que entendesse a relevância dos ensinamentos dos instrutores franceses, considerava que os oficiais estrangeiros não deveriam participar da elaboração dos planos brasileiros de defesa nacional. O que não significa, todavia, que não houve qualquer relação mais direta entre os franceses e o Estado-Maior do Exército – sem esquecer jamais das diversas atividades de ensino delegadas à missão na formação e no aperfeiçoamento de quadros oficiais do Exército brasileiro, inclusive na Escola de Estado-Maior.

Sobre a relação entre o Estado-Maior brasileiro e a Missão Militar Francesa de Instrução, nos primeiros anos de atuação estrangeira, Araripe destaca o depoimento do

"jovem turco" general Leitão de Carvalho acerca da importância da missão na formação de uma mentalidade modernista da instituição.

> (…) a laboriosa tarefa de dotar o Exército com os modernizadores regulamentos táticos e de serviço, de que tanto carecia. Organizados sob a direção dos mestres franceses, examinados pelos auxiliares diretos do chefe da Missão e aprovados por êles, eram entregues ao chefe do Estado-Maior do Exército, que os distribuía às seções interessadas, para a tradução e estudo dos textos. À execução dessa importante obra prestou o General Tasso Fragoso e o seu inestimável concurso pessoal: lia os originais franceses, examinava atentamente as traduções, cuja redação revia com cuidado, a fim de que se respeitassem as formas puras da linguagem: acompanhava de perto o estudo nas seções, sentando-se, sem constrangimento, com os oficiais em suas mesas de trabalho, intervindo assim, desde o início, na discussão das disposições regulamentares, que chegavam a têrmo com sua tácita aprovação. Era um modêlo de colaboração, em que a autoridade do chefe se esquivava, cedendo lugar a um franco espírito de cooperação do camarada, desejoso de contribuir para a perfeição do trabalho. Seu interêsse pelo serviço era contagioso, despertando em muitos dedicação e entusiasmo" (ARARIPE, 1960, p. 497).

Entende-se, finalmente, sobre a relação entre Tasso Fragoso e a Missão Militar Francesa de Instrução, que foi no período em que o general Tasso Fragoso esteve na chefia do Estado-Maior (1922-1929) que incidiu sobre o Exército brasileiro o maior peso da influência gaulesa. Nessa conjuntura, foi criado, em 1927, o Conselho de Segurança Nacional[112] – ainda que apenas em 1934, com Góes Monteiro, fossem mais perceptíveis sua operacionalização e suas implicações no próprio sentido político que o Exército passou a ter no país, com a germinação de um conceito de defesa nacional.

De acordo com Araripe:

> Os relatórios do Estado Maior do Exército dão conta da grande lista de regulamentos e instruções expedidas de 1923 a 1932 por essa repartição. Nunca se produziu tanto e com oportunidade. A sua atividade quanto à instrução não se limitou a prover o Exército da documentação necessária, nem tão pouco ao apoio e estímulo que proporcionou à obra da Missão Militar Francesa, apoio e estímulo por nós já evidenciados. Inspecionava constantemente o ensino em tôdas as outras escolas, Militar, de Sargentos, etc. e estava presente a todos os exercícios importantes da tropa. Era um grande animador (…). Como não reconhecer o inestimável serviço realizado de 1922 a 1929 pelo Estado-Maior do Exército, sob a chefia de Tasso Fragoso. Foram os mais relevantes serviços prestados até hoje (…). Em todos os exércitos, os estados-maiores são mal vistos, como bode espiatório nos erros e deficiências. Sem a visão de conjunto dos problemas, os

[112] "O Conselho Superior de Defesa Nacional é criado pelo decreto de 29.11.1927 e reorganizado pelo decreto de 15.02.1934. É constituído pelo presidente da República, o ministro da Guerra, o chefe do EME [Estado-Maior do Exército], o chefe do EMA [Estado-Maior da Armada] e alguns generais e almirantes escolhidos. Além dessas autoridades, comporta também uma comissão de estudos e um secretário geral. Desse conselho, participam todos os ministros e os chefes do EME e do EMA, o que faz dele um espaço privilegiado para pensar a segurança nacional em conjunto com todos os setores especializados no assunto" (BELLINTANI, 2009, p. 406).

> críticos menos avisados investem contra a instituição sempre que esta não atende às suas opiniões particularistas e de curto alcance. Há ainda os que lhe fazem guerra por temerem a constância doutrinária dêsse órgão, que, ajoujado à responsabilidade da vida da nação, não se atém a interêsses pessoais, de grupos, ou momentâneos ou de efeitos demagógicos (ARARIPE, 1960, p. 616-620).

Para uma abordagem mais direta de como o general Tasso Fragoso entendia o papel do Estado-Maior do Exército e o modo como deveria se dar a atuação dos franceses nesse órgão, são utilizados dois documentos: um importante relatório produzido por Tasso Fragoso e um relatório sobre a renovação do contrato da missão, elaborado pelo coronel Quirin (o qual assumiu interinamente a chefia da Missão Militar Francesa de Instrução, entre os comandos de Gamelin e de Coffec).

No documento do início de 1927, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Tasso Fragoso, refletiu sobre o contrato com a França para a perpetuação da Missão Militar Francesa de Instrução, bem como sobre os impactos da missão na modernização do Exército brasileiro. Teceu elogios a Gamelin, mas não os dirigiu ao general Coffec[113], igualmente, procurou atenuar a influência francesa na Escola de Estado-Maior do Exército.

> A personalidade do Chefe da Missão é factor capital ao bom exito da mesma. A demonstração pratica dessa verdade está feita com a magnifica direcção impressa aos trabalhos da Missão Francesa pelo General Gamelin. Consta-me que nos primeiros dias de Fevereiro será reformado compulsoriamente o General Coffec (…). Devemos felicitar-nos com esta circunstancia e não fazer nenhum esforço para reter o General Coffec. Reconheço que é um official distincto e digno, mas em meu humilde e franco conceito, e até mesmo no da maioria dos officiaes que puderam conhecel-o de perto, não é o chefe de missão que convem aos nossos interesses; a sua orientação não é tambem precisamente a mesma de seu antecessor. O art. 3º do contracto de 1919 resa deste teor: 'La Mission Française est chargée espécilement de la direction de la École d'État-Major (École Superieure de la Guerre), de l'École de Perfecionnement, de l'École d'Intendance et de l'École de Vétérinaire'. Parece-me de toda conveniencia substituir-se este período pelo seguinte: 'A seção da Missão Francesa far-se-á sentir especialmente no ensino da Escola de Estado Maior, da Escola de Aperfeiçoamento de Officiaes, da Escola de Intendencia e da Escola Veterinaria, em cada uma das quaes um grupo de officiaes franceses, auxiliado por officiaes brasileiros, ministrará o ensino segundo regulamentos e programmas estabelecidos de acordo com o Ministerio da Guerra do Brasil (…). Em cada uma das ditas Escolas um oficial francez exercerá as [funções] de director de ensino' (TASSO FRAGOSO, 1927).

[113] "Os brasileiros consideravam o sucessor de Gamelin, general Coffec, que chegara em julho de 1925, um homem inteligente, mas com uma 'competência profissional vulgaríssima', logo percebida por todos. Não se dava bem com seus subordinados da missão, a ponto de não falar com seu ajudante, general Albert Quirin, que por sua vez era agressivo e antipático com seus colegas franceses" (MCCANN, 2007, p. 322).

A indisposição de Tasso Fragoso com as tentativas de intervenção dos franceses nos assuntos do Estado-Maior era anterior ao período abordado no relatório citado. Aliás, é possível considerar, sem nenhum temor de superdimensionar tal ponderação, que Tasso Fragoso soube absorver os ensinamentos franceses naquilo que entendia serem os "interesses nacionais", ou seja, aprendeu estruturalmente a importância que os franceses davam a um conceito definido e organizado de Estado-Maior, porém não desejava, mais do que isso, evitava a participação dos franceses nos assuntos do órgão. Em documento de 1925, escreveu:

> Não devo terminar êste relatório sem deixar nêle consignada a teoria, que firmei com aplauso de V. Exa., de que a Missão Militar Francesa não se deve envolver em nossos planos de guerra e operações. Como V. Exa. sabe, o general Quirin elaborou o ano passado o programa das conferências que tencionava fazer, e que de-facto fêz na Escola de Estado-Maior. Êsse programa foi-me prèviamente apresentado pelo general Coffec. Bastou-me relancear o olhar sôbre êle para verificar que o general Quirin pretendia examinar a situação do Brasil com relação a certos países vizinhos, cogitar do modo provável por que êles nos poderiam agredir e imaginar a atitude que deveríamos assumir em face dessa agressão. Era em resumo o estudo e com certeza a apresentação de fundamentos de um plano geral de operações. Mostrei delicadamente ao general Coffec que essas questões não deveriam ser tratadas em público por um membro da Missão Francesa. Em primeiro lugar seria impossível guardá-las em reserva, embora fossem ventiladas na Escola de Estado-Maior. Depois as ideias emitidas pelo conferencista seriam tomadas como ideias do Estado-Maior brasileiro, em vista do saber e do prestígio da Missão Militar Francesa. Ajuntei que as questões atinentes a um plano de operações eram, segundo o meu critério, e acreditava que segundo o critério dos países europeus, assunto para ser tratado nos Estados-Maiores, mas nunca em Escolas de Estado-Maior. O general Coffec não se quis conformar com a minha argumentação. Fui por isso obrigado a dizer-lhe, franca e lealmente, que o Brasil havia contratado a Missão Francesa para nos aperfeiçoar na técnica da profissão e transmitir-nos a experiência colhida na última guerra, mas não para elaborar os planos de defesa do Brasil: que estes planos nós os reservávamos para nós mesmos, acreditando inclusive que a maior glória da referida missão seria encontrar em nós discípulos capazes de lhes aplicar o ensino num verdadeiro caso concreto (Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército, 1925 apud DINIZ, 1996, p. 117-118).

Tasso Fragoso solicitou, então, ao ministro da Guerra, marechal Setembrino de Carvalho, a diminuição do número de oficiais franceses atuantes na missão (supressão dos cargos de diretor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de um dos médicos, de um dos professores da Escola de Intendência, do oficial que servia na Escola Militar, de um dos oficiais do Estado-Maior do chefe da missão, de um dos sargentos do Estado-Maior da missão e de um dos ferreiros da Escola de Veterinária). Na sequência, descreveu uma série de problemas provenientes da Escola de Aviação Militar, sob a responsabilidade dos franceses até 1924. Nas palavras do general, "incidentes graves"

ocorreram e, a partir de então, os franceses deixaram a direção da escola, mantendo-se apenas como professores. Reclamou, entretanto, dos esforços franceses pela renovação do contrato – que terminaria em 8 de setembro de 1927 – e também pela retomada da direção da Escola de Aviação Militar. Para Tasso Fragoso, a recondução dos diretores franceses à escola, restituindo a eles condições semelhantes às dos seus pares em outras instituições militares de ensino, reascendeu conflitos entre oficiais estrangeiros e brasileiros. "Começam, todavia, a surgir novos symptomas de desavenças, como as que já ali ocorreram, que podem mais tarde tornar-se graves e crear-nos serias dificuldades" (TASSO FRAGOSO, 1927).

Em 1928, Tasso Fragoso[114] fez alguma pressão sobre o ministro da Guerra, general Sezefredo dos Passos, para pôr termo às atividades da missão.

Segundo Frank McCann:

> Para acelerar o processo de livrar-se da missão, ele recomendou insistentemente que oficiais talentosos fossem mandados para escolas do Exército francês. Seu argumento era surpreendente: "A vinda da missão isolou-nos um pouco da Europa, sobretudo da França" lamentou. Tudo o que sabiam chegava-lhes por intermédio da missão que aparentemente desejava manter a situação como estava (MCCANN, 2007, p. 323).

Em outro momento de renovação do contrato com a Missão Militar Francesa de Instrução (para vigorar entre 1935 e 1936), mais uma vez, o Estado-Maior do Exército foi o tema central, sendo discutida de que forma os franceses deveriam continuar contribuindo com o órgão. Assim, mesmo que esteja para além do escopo temporal desta tese, cabe a citação do artigo 3º do contrato: "Elle a, auprès de l'État-Major de l'Armée brésilien un rôle de 'Conseil technique' pour toutes les questions touchant à l'organisation et à l'instruction de l'Armée" (CONTRATO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA, 1934).

Ainda no mesmo contexto – e para reforçar a ideia aqui suscitada –, observa-se outro documento de 1934. Em ofício reservado do Estado-Maior do Exército, em 29 de agosto de 1934, o chefe do Estado-Maior do Exército, general Benedicto Olympio da Silveira, abordou a possível renovação do contrato – que de fato se deu entre 1935 e 1936 –, sugerindo algumas mudanças no acordo vigente naquele momento de 1934. A

[114] O sucessor de Tasso Fragoso na chefia do Estado-Maior, o general Alexandre Henrique Vieira Leal, também desejava o fim da missão, ainda assim ela resistiu por mais de uma década no Brasil. Contudo, é evidente que, após 1927, sua importância e seu espaço de atuação diminuíram sensivelmente.

alteração mais relevante foi a que tratou do papel da Missão Militar Francesa de Instrução no Estado-Maior do Exército.

> Mesmo com a sabia e practica orientação da MMF só a partir do ultimo anno é que começaram a ser tratados *objectiva* e *systematicamente* [grifo do autor] certos problemas de mobilisação e concentração no EME sem que tenha sido ainda possivel extender esta acção aos EMDiv. Accresce tambem que por um escrupulo bilateral, a MMF não intervem na elaboração de nossos planos (reaes) de mobilisação e concentração, o que traz em consequencia maiores encargos para os poucos officiaes que podem eficazmente ser empregados nesses misteres; os estados-maiores, principalmente os divisionarios, com as varias mutações por que têm passado, mormente devido á sahida de officiaes para outras comissões que eram anteriormente entregues a membros da MMF – magisterio militar – não têm produzido o que era de se esperar (…). Futuramente, quando se dispuser de officiaes superiores habilitados em numero suficiente, já completamente organizado o quadro de officiaes de EM, em plena execução o novo regulamento de EM e satisfeitas por um apreciavel numero de officiaes as exigencias das leis já referidas então, os EM poderão, segundo um methodo uniforme e acção continua, resolver os problemas militares que são proprios. Durante esse tempo, que o EM estima em cerca de 2 anos, é imprescindível, para evitar grandes prejuisos e retardos inuteis que se continue a dispor, como até agora dos ensinamentos da Missão Militar Franceza (OLYMPIO DA SILVEIRA, 1934).

Retornando ao período em que o general Tasso Fragoso comandou o Estado-Maior do Exército brasileiro, ressalta-se o relatório de 17 de janeiro de 1925 do coronel Quirin, o qual é bastante intrigante. Além de discutir a situação geral da política brasileira, o coronel abordou um evento (uma "recepção") realizado pelo Estado-Maior do Exército, em 3 de janeiro de 1925, que contou com a presença do general Tasso Fragoso e do ministro da Guerra Setembrino de Carvalho. Sobre o discurso de Tasso Fragoso, Quirin afirmou ter se tratado de uma "perfeita banalidade", não versando sobre a missão francesa.[115] Diferentemente do discurso de Setembrino, que citou a relação entre brasileiros e franceses. Curiosa foi a avaliação de Quirin sobre a necessidade de Setembrino de Carvalho ter de se explicar aos seus subordinados sobre sua administração no comando do ministério. Além disso – e mais importante –, se reportou

[115] Também segundo McCann, Tasso Fragoso era contrário à interferência francesa no planejamento defensivo do país: "Uma medida do distúrbio causado pelas rebeliões tenentistas e do desejo de Tasso Fragoso de manter os franceses longe do planejamento defensivo foi ele próprio ter sido o autor da mais importante análise da situação brasileira escrita na década de 1920. Em seu documento de 1927, Tasso Fragoso contrastou o preparo da Argentina com a desordem brasileira. A defesa nacional era 'precária', ele alertou o governo. Recomendou veementemente a melhora do sistema de recrutamento, a aquisição de equipamento para treinamento, maior atenção à aviação, melhores comunicações com o Sul, reabastecimento dos arsenais, preparação de oficiais da reserva, compra de caminhões e automóveis, imitação dos métodos argentinos de criação de cavalos, mais exercícios de treinamento, nacionalização de trechos de fronteira, rearmamento e reorganização do Exército. A ausência de resposta às suas sugestões pode ter sido um fator em sua decisão de aposentar-se, juntamente com seu papel na prisão do presidente Washington Luís e na entrega da capital a Getúlio Vargas" (MCCANN, 2007, p. 329).

a um possível legado francês ao Exército brasileiro: a construção de uma política de defesa nacional.

> Après les remerciments d'usage, il a exposé avec détails et chiffres à l'appui, sa justification de la gestion financière de son administration au cours de 1924. Pour un militaire français, il est surprenant de voir un Ministre de la Guerre défendre ainsi sa politique devant ses subordonnés. Mais ce sont les moeurs du pays. Suivit un couplet très amiable de felicitations à la Mission Militaire Française, inattendu dans la bouche d'un homme que nous savons pertinemment être assez mal dispose à notre égard. Le Maréchal affirma ensuite sa solicitude et celle du Président de la République, pour, l'Armée, et pour les questions de défense nationale… Il est à noter que pendant tout le cours de son allocution, le Ministre s'est fréquemment et ostensiblement tourney vers le Chef de la Mission Militaire Française, comme s'il s'adressait spécialement à lui, pour se justifier de n'avoir rien pu faire pour l'Armée en 1924, et comme s'il tenait à s'engager, en quelque sorte, pour 1925. Que cette attitude soit spontanée, ou qu'elle lui ait été imposée, il y a lieu de la signaler, du fait de as nouveauté (QUIRIN, 1925).

Sobre o papel da missão francesa nas escolas militares, escreveu:

> Contrairement aux craintes qu'on pu avoir au sujet des Écoles et Cours d'Instruction en 1925, il semble que le Chef d'État-Major, tout au moins en apparence, ait le désir de leur donner un développement comparable à celui des années précédentes. Em particulier, il parait probable que sera ouverte l'École de Cavalerie, non point encore sous la forme complète que nous avions envisagée (en raison des difficultés budgétaires), mais tout au moins de façon suffisante pour lui donner désormais droit de Cité (QUIRIN, 1925).

Entende-se, portanto, que, se houve alguma alteração sensível na organização estrutural do Exército, após os primeiros oito anos de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, essa se deu no âmbito da mentalidade militar da instituição, concretizada no papel a ser desempenhado pelo Estado-Maior a partir de então. O general Tasso Fragoso foi extremamente hábil ao conjugar as contribuições francesas sem ter de abrir o planejamento estratégico nacional à interferência estrangeira – pelo menos, naquele momento, à interferência francesa.

Todavia, somente é possível ter a dimensão histórica do impacto do desenvolvimento modernista do Exército nos anos seguintes ao recorte temporal apresentado na análise documental deste capítulo. Assim, coube verificar a contribuição de outro importante personagem da história política e militar brasileira da primeira metade do século XX para o fortalecimento do papel do Exército nas questões políticas do país, não apenas como resultado espontaneísta de setores dos seus quadros, mas, sobretudo, a partir de uma noção moderna de segurança nacional. Enfim, se durante os

anos de Tasso Fragoso no comando do Estado-Maior do Exército, na década de 1920 (ele retomou o cargo em 1931), foi gestado tal conceito e concretizado em 1927, com a constituição do Conselho de Segurança Nacional, entre 1927 e 1934, se formou, a partir da "doutrina" de Góes Monteiro, um verdadeiro projeto de nação, com destaque às forças armadas e, em especial, ao Exército brasileiro.

* * *

Góes Monteiro[116] foi um dos alunos mais destacados dos instrutores franceses. Por certo, a formação da sua personalidade, das suas convicções políticas e das suas

[116] "Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em 1889, em São Luís do Quitunde (AL). Cursou a Escola de Guerra de Porto Alegre, após realizar estudos preparatórios no Rio de Janeiro. Em julho de 1922, cursava a Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro, quando eclodiu na cidade o levante tenentista do Forte de Copacabana, ocasião em que se colocou ao lado da legalidade. No ano seguinte, assessorou o governo gaúcho no combate aos rebeldes federalistas que haviam se insurgido no estado. Participou da repressão ao levante tenentista deflagrado em 1924, em São Paulo, e à Coluna Prestes, o exército guerrilheiro que combateu o governo de Artur Bernardes percorrendo cerca de 25 mil quilômetros pelo interior do país, sob a liderança de Luís Carlos Prestes. Em 1930, assumiu o comando militar do movimento revolucionário articulado para depor o presidente Washington Luís, já que Luís Carlos Prestes havia recusado o convite que lhe fora feito nesse sentido pelos líderes da conspiração, Getúlio Vargas à frente. Dirigia, então, o 3º Regimento de Cavalaria Independente, em São Luís das Missões (RS). Após participar do início do movimento em Porto Alegre, comandou o deslocamento das tropas revolucionárias em direção à capital federal, tendo recebido a notícia da deposição de Washington Luís quando se preparava para penetrar no estado de São Paulo, principal reduto situacionista. Passou, então, a desfrutar de grande prestígio junto ao novo governo, integrando o chamado Gabinete Negro, pequeno grupo que se reunia quase diariamente com o presidente Vargas, influenciando nos passos iniciais do novo regime. Foi ainda incentivador da Legião Revolucionária e primeiro presidente do Clube 3 de Outubro, organizações que visavam conferir maior coesão à atuação política dos revolucionários, principalmente dos tenentes, seus antigos adversários da década anterior. Em 1931, chegou ao generalato e foi designado comandante da 2ª Região Militar, sediada em São Paulo. Nesse cargo, envolveu-se intensamente nos conflitos pelo controle do governo paulista, travados entre os tradicionais políticos paulistas e os tenentes revolucionários, a quem apoiava. Em maio de 1932, foi afastado do comando da 2ª RM por pressão da Frente Única Paulista (FUP), frente política que aglutinava os setores da política paulista que faziam oposição à intervenção federal no estado. Entre os meses de julho e outubro seguintes, ocupou posição de destaque na repressão à insurreição armada deflagrada pelos paulistas contra o governo federal. Ainda em 1932, participou da comissão que elaborou o anteprojeto constitucional que serviu de base aos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, eleita em 1933. Nomeado ministro da Guerra por Vargas, em 1934, sua gestão foi marcada por intenso envolvimento nas disputas políticas. Durante os trabalhos da Constituinte, alimentou expectativas de se eleger indiretamente à presidência da República, mas seu nome não obteve apoio entre os parlamentares, que preferiram conceder um mandato constitucional ao próprio Vargas. Em maio de 1935, deixou o ministério, mas continuou exercendo grande influência no governo. Dele partiu a proposta de fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que reunia diversos setores de esquerda no combate ao fascismo e ao imperialismo. Em seguida, participou com destaque da repressão ao levante que setores da ANL promoveram em novembro de 1935. A seguir, mesmo sem ocupar qualquer cargo formal no governo, passou a ser um dos elementos centrais no processo de fechamento do regime, que teve seu desfecho no golpe que instalou a ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. Nos meses anteriores, havia assumido a presidência do Clube Militar, em janeiro, e o comando do Estado-Maior do Exército (EME), em julho. Em 1939, foi enviado aos EUA em missão militar, que objetivava promover uma maior integração entre os dois países no momento em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial. Essa aproximação, realizada de maneira lenta mas sistemática, resultou na declaração de guerra do Brasil às

ideias para o Exército brasileiro foi afetada pelo contato com a missão. Durante os primeiros anos da década de 1930, ele foi, talvez, no campo militar, a figura de maior relevância da história política brasileira.

Em seu livro *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Góes Monteiro recordou seu período como aluno da Missão Militar Francesa de Instrução. Na obra de Lourival Coutinho, *O general Góes depõe...* (1955), o oficial alertou que, em um primeiro momento, sua relação com os ensinamentos dos franceses não foi das melhores – o que foi exposto com grande sentido de humildade por Góes Monteiro. O general afirmou, ainda, que sua persistência, desde 1921, o fez se familiarizar e aproveitar cada vez mais a experiência com os comandados de Gamelin.

Ressalta-se aqui a percepção já apurada do papel político e apartidário que o Exército deveria ter – observando a mentalidade francesa que sustentava tal princípio –, a qual, posteriormente, fundamentou parte da ideologia da instituição nacional.

> Góis (sic), ex-aluno da Missão e brilhante oficial de estado-maior, vê o Exército como uma organização nacional que deve desenvolver política própria: 'Ficam só o Exército e a Marinha como instituições nacionais, únicas forças com este caráter, e só à sombra delas é que, segundo a nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade'. E com mais clareza ainda: 'Sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política *no* Exército'. A ideologia do poder moderador das Forças Armadas tem aí sua primeira formulação mais sistemática. Era uma combinação do intervencionismo tenentista com as transformações estruturais da organização militar promovidas pelos jovens 'turcos' e seus aliados. Em outras palavras, era o intervencionismo dos Generais, ou do Estado-Maior, o intervencionismo

---

potências do Eixo, em 1942, e no envio de tropas brasileiras à Itália, em julho de 1944. Em dezembro de 1943, afastou-se da chefia do EME. Em agosto de 1945, reassumiu o Ministério da Guerra e, nos meses seguintes, articulou o golpe que afastou Vargas do poder, em dezembro daquele ano. Manteve-se à frente do ministério até setembro de 1946, quando o novo governo, chefiado pelo general Dutra, já havia tomado posse. Em 1947, elegeu-se senador por Alagoas, na legenda do Partido Social Democrático (PSD). Em 1950, recusou convite de Vargas para ocupar o posto de vice-presidente em sua chapa, na eleição presidencial daquele ano. Nesse mesmo ano, não conseguiu obter sua reeleição ao Senado. Com a posse de Vargas, foi indicado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), permanecendo no cargo até dezembro de 1952. Em seguida, foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Morreu no Rio de Janeiro, em 1956" (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930, 2001). "Em 27 de maio de 1932, Góes assume o comando da Primeira Região Militar e, em seu discurso de posse, faz alusão aos principais pontos a serem priorizados em sua administração. Um dos pontos basilares é que o perigo iminente neste período advém do inimigo interno, tal como as influências estrangeiras e o regionalismo. Esse inimigo, em sua concepção, está camuflado, é secreto e adota processos tenebrosos para se fazer valer. Para combatê-lo, o Exército necessita, segundo Góes, de 'assegurar sua coesão, sua unidade em todos seus elementos, com instrução iluminada para disciplina'. Em 1934, Góes é o ministro da Guerra e não poupa esforços para a reorganização da força de terra. A criação do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Superior da Guerra e o estabelecimento de um plano de guerra são temas muito debatidos entre o ministro e EM da MMF (…). De há muito, Góes defende a centralização administrativa do país. E Estado Novo, por exemplo, já consta, em seus projetos, desde 1935, quando o governo decreta a lei de Segurança Nacional" (BELLINTANI, 2009, p. 428-429).

da organização como um todo e não apenas de setores subalternos (PINHEIRO, 2006, p. 233).

Nesse sentido, faz-se necessário compreender as atribuições do Exército na defesa nacional e o papel do Conselho de Segurança Nacional na concepção da estratégia de proteção dos interesses brasileiros.

Na obra *Elos partidos*, Oliveiros Ferreira aborda a questão.

> A 'doutrina Góes' propunha que o Exército deveria ocupar[117] o território, retirando-se dele, ao mesmo tempo, as funções políticas que assumira, especialmente no governo Hermes da Fonseca. Nesse quadriênio, segundo Góes Monteiro, foi o instrumento das 'salvações', isto é, das intervenções federais nos Estados para fazer o jogo de setores das oligarquias locais. Sobretudo a 'doutrina Góes' pretendia fazer do Exército o modelo de reforma do Estado, que deveria ter em vista a mobilização para um eventual conflito internacional. O primeiro passo para a organização nacional em função da desejada mobilização foi fazer do Conselho de Segurança Nacional um órgão do Estado. Ele já existia por lei ordinária, mas finalmente foi inscrito na Constituição de 1934.[118] O fim das funções policiais das Forças Armadas só seria possível pelo controle federal das milícias estaduais, tarefa que se, por um lado, foi facilitada pela vitória do governo provisório na revolução paulista de 1932, por outro se tornou possível pela

[117] "O Exército francês representa para o brasileiro antes de tudo, um modelo político-militar. Sua ação na Indochina e em seguida na Argélia, quando teorizadas por seus principais oficiais, corresponde a uma certa visão de mundo. O comportamento dos oficiais franceses nesses campos de batalha constitui um conjunto de normas e regras comportamental. Nas escolas superiores militares, a releitura e reinterpretação de livros e artigos de chefes revolucionários russos, chineses e vietnamitas permitem a elaboração de uma nova missão para o Exército. Essa bibliografia deixa uma grande margem de interpretação. Ela fornece elementos para a afirmação da função política do Exército. A nova missão do Exército, à qual somam-se os anos passados sob influência positivista, é de manter a ordem interna e preservar a pátria de seus inimigos internos. A doutrina de guerra revolucionária fornece o fundamento e as bases para a constituição da doutrina militar brasileira, independentemente dos procedimentos e técnicas difundidas pelo Exército estadunidense. O diálogo franco-brasileiro surgiu como uma nova dinâmica para as relações internacionais do Brasil, em que militares e civis, que compartilham em certo momento ideais similares, ocuparam cargos de alta importância para a tomada de decisões em política estrangeira" (ARAÚJO, 2008, p. 271). O princípio francês, que levou ao Exército seu papel colonial, pode ser descrito da seguinte forma: "La France n'est pas une puissance coloniale ordinaire, en dépit du désir de ses dirigeants et de ses maisons de commerce d'acquérir par la force de nouveaux territoires. Il lui faut concilier sa défense continentale et la gestion de l'Empire. Pour accomplir pareille têche, le 5 février 1881, Victor Guichard, député républicain opportuniste d 'Yonne, dépose la première proposition de loi relative au recrutement de l'armée coloniale. Constatant que les jeunes appelés 'non acclimatés' meurent, outre-mer, d'insolation, de dysenterie ou de paludisme, tandis que les survivants souffrent de la nostalgie du pays natal, il suggère de rétablir les primes d'engagement dans le troupes de marine. La question de l'armée de métier est posée. Dix-neuf ans de débats parlementaires en découlent" (JAUFFRET, 1992b, p. 53-55).

[118] "Após a revolução de 1930 foi possível dar-lhe [ao Conselho de Segurança Nacional] um arranjo suficiente, que a Constituição de 1934 incorporou quanto ao essencial. No entanto, a preponderância que mais do que antes desde então tiveram personalidades política e moralmente deficientes, ocupando postos-chave, entravou o útil aproveitamento do novo órgão. O primeiro erro cometido foi o de ter dado, contra o proposto da EME, diga-se de passagem, ao Chefe da Casa Militar da Presidência o encargo de Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, confundindo-se um cargo político, com um eminentemente técnico, o que evidencia quanto os influentes, nas deliberações governamentais, ignoravam o assunto. Após, surgiram falhas daí derivadas, tornando dia a dia mais complexo esse mecanismo central, sem nenhuma meditação sobre as condicionantes de sua eficácia efetiva" (MAGALHÃES, 2001, p. 331-332).

> influência intelectual do grupo que também pensava em extinguir a Federação. Esse objetivo, no entanto, só foi plenamente realizado depois de 1964. As ideias de Góes Monteiro, exceto no que se refere à inscrição do Conselho de Segurança Nacional na Constituição, não frutificaram como ele almejou (FERREIRA, 2007, p. 304-305).

Assim, é fundamental buscar entender do que se tratava a "doutrina Góes Monteiro" e qual foi sua repercussão na história do Exército brasileiro e do país de maneira geral. Para tal, foi adotada como principal referência a reflexão de Leonardo Trevisan, na obra *O pensamento militar brasileiro*. Segundo o autor, afirmar que o contato com a missão francesa foi fator determinante na formação da mentalidade de Góes Monteiro é um exagero, entretanto, tal encontro proporcionou uma aproximação dos desejos de modernização do país.

> A década de 1920, logo após o final da Guerra (1914-1919), representou uma renovação ideológica para o mundo todo. As artes conheceram uma explosão de mudança, renovação como poucas vezes aconteceu. A política buscou um modo de revitalizar a ordem do Capital que a I Guerra abalara. O liberalismo democrático, modelo de todo o século XIX, com um pacto social baseado em Constituição, eleições, oposição, debates, revelou-se lento, inadaptado para a reconstrução posterior ao conflito. Principalmente em países em que a destruição foi maior, os vencidos na guerra pensavam em outras fórmulas para apressar uma rápida reconstrução. A principal dessas 'fórmulas' apresentadas para agilizar a reconstrução foi o fortalecimento do Estado. Um Estado forte, ditatorial, apressaria o desenvolvimento, disciplinaria a sociedade, afastando os descontentes, recuperando o tempo perdido (TREVISAN, 2005, s/p).

A partir dessa consideração, no Brasil, surgiram com força algumas tentativas de impulsionar o país a uma nova condição, moderna de fato, que teria nas forças armadas o principal vetor da sua realização. Entre os que pensavam e agiam efetivamente para esse fim, estava Góes Monteiro. Para Trevisan, entretanto, talvez apenas Getúlio Vargas tivesse a noção exata do papel a ser desempenhado pelos militares na constituição de uma "consciência nacional" e na construção de uma nova sociedade. Em todo o caso, havia se conformado à ideia de que tal processo seria alcançado artificialmente e não a partir de um desenvolvimento natural das forças sociais nacionais. Assim, a composição entre os dois personagens foi decisiva para o processo histórico político brasileiro.

Góes Monteiro tinha firmemente a compreensão de que o Exército brasileiro possuía um triste passado. Por mais que fosse encontrada reverberação de tal posição entre outros militares, a contundência da opinião de Góes Monteiro era singular. Identificava o Exército como mero instrumento auxiliar de interesses privados civis, o qual não exercia, aos moldes clausewitizianos, seu verdadeiro e único papel como

instrumento do Estado.[119] Consequentemente, Góes Monteiro possuía profundo sentimento de descrença nos antigos políticos brasileiros e na sua capacidade de organização nacional. Uma mudança nesse aspecto seria proporcionada por uma perspectiva militar de reorganização nacional, alterando-se o caminho até então seguido, identificado pelo general como "liberal".

Na obra *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Trevisan apresenta a visão de Góes Monteiro.

> Os políticos com os seus modelos já haviam provado sua incapacidade. Caberia ao Exército e à Marinha, únicas instituições verdadeiramente nacionais, a tarefa de organização do País. Góes explica os motivos da 'escolha' dessas instituições: '(…) só à sombra deles é que, segundo nossa capacidade de organização, poderão organizar-se as demais forças da nacionalidade. O Exército e a Marinha são por conseguinte os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível (…). Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constróem lágrimas (…). Um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do País ' (TREVISAN, 2005, s/p).

Na compreensão de Góes Monteiro, a participação das forças armadas se dava não apenas como instrumento de construção da nação, assentada em valores modernos e progressivos da sociedade brasileira contemporânea. Cabia às instituições militares serem protagonistas na formação da nação brasileira moderna. A elas competiam a integração nacional (na consolidação de uma unidade até então pouco provável, com o contexto político-militar fortemente regionalizado) e a defesa interna e externa do país. Pela experiência recente da década de 1920, poder-se-ia admitir que a instabilidade encontrada no Brasil era proveniente de elementos impróprios do espírito nacional.

[119] "Vemos, pois, que a guerra não somente é um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, uma realização destas por outros meios. O que se mantém sempre característico da guerra releva puramente da especificidade dos meios que ela põe em prática. A arte da guerra em geral, e a do comandante em cada caso específico, pode exigir que as tendências e as intenções da política não sejam incompatíveis com esses meios, exigências seguramente a não desprezar. Mas, por mais poderosamente que reaja, em certos casos, sobre as intenções políticas, isso terá de ser sempre considerado somente como uma modificação destas; pois que a intenção política é o fim, enquanto a guerra é o meio, e não se pode conceber o meio independentemente do fim" (CLAUSEWITZ, 1996, p. 27).

Portanto, as maiores ameaças, possivelmente, se encontravam dentro e não fora do território brasileiro.

Ainda que a Argentina, há algum tempo, ocupasse o imaginário brasileiro como a rival mais provável em um conflito bélico, a materialização de um combate sempre foi vista com descrença, mesmo pelos quadros nacionalistas antiportenhos mais austeros. O que começava a se tornar mais translúcido era o papel das forças armadas brasileiras no contexto dessa "modernização", considerando-se que: 1) um país com dimensões continentais precisava ser imediatamente ocupado, 2) o regionalismo e a política dos governadores impediam a integração nacional e 3) ideias "alienígenas" importadas por setores subversivos e antinacionalistas fomentavam a desordem interna. A conclusão, ainda que não necessariamente lógica, era de que as forças armadas – e mais especificamente o Exército – deveriam assumir as características de uma força de ocupação, quiçá, "colonial".

Não obstante, o "projeto" de modernização precisava ser difundido entre a população brasileira e, portanto, também as forças armadas brasileiras tinham um papel de educação da noção de pátria que se constituía desde então. Segundo Trevisan, tal processo seria, como se viu, "artificial".

> Góes explica em seu livro o sentido desse "artificial", para a construção de uma mentalidade nacional produtiva: "(…) e o medo mais racional de estabelecer, em bases sólidas, a segurança nacional, com o fim sobretudo de disciplinar o povo a obter o máximo de rendimento em todos os ramos da atividade pública, é justamente adotar os princípios de organização militar, contanto que seja isentada do espírito militarista" (TREVISAN, 2005, s/p).

Trevisan chama a atenção para a noção de "segurança nacional" em 1930. Voltou-se para essa mentalidade, que se construiu durante os anos 1920 e, após a Revolução de 1930, ela parecia estar consolidada. Para o autor, aquilo que Góes Monteiro concebia como o papel das forças armadas – a ordem política nacional e a defesa dos interesses brasileiros, todos eles interagentes – era uma verdadeira doutrina.

Ao comentar o primeiro encontro entre Góes Monteiro e Getúlio Vargas, destaca que o primeiro explicou ao segundo essas novas perspectivas.

> Quando Vargas perguntou por que arriscara a carreira de futuro certo (afinal Góes era um dos mais eficientes e promissores oficiais do Exército) envolvendo-se no movimento revolucionário, o militar esclareceu seus porquês. Em livro de memórias, *O General Góes Depõe*, está publicada a resposta a Getúlio: '(…) respondi então que tudo quanto ele me dizia parecia muito lógico. Mas desde muito moço ainda, mesmo antes de

> casado, eu fora percebendo a miséria em que vivia o povo brasileiro; que depois de diplomado oficial do Estado-Maior ficara conhecendo o que era a guerra e como no Brasil, país dificílimo para organizar sua defesa militar, as questões de segurança nacional eram relegadas a um segundo plano (…), no curso das últimas revoltas militares eu percorrera grande parte do interior brasileiro e conservava ainda a visão da triste situação em que vivia a população deste País, desamparada, sem assistência e no maior estado de pobreza, sofrendo uma espécie de jugo semifeudal, que estes espetáculos estavam se repetindo tristemente, sem que houvesse esperança de melhores dias, sobretudo devido à crise de caráter político, o partidarismo oligárquico que, em benefício de uma minoria privilegiada, significava todo o resto da nação; que era amante da ordem acima de tudo, que sempre me batera com todo o sacrifício pessoal para manter a ordem constitucional, mesmo em proveito das oligarquias, mas na esperança que estas caíssem de podre, sem necessidade de romper a ordem; que sentia porém naquele instante que esta minha esperança era vã'. O Sr. Getúlio Vargas nada objetou (TREVISAN, 2005, s/p).

Trevisan frisa alguns pontos desse discurso. Conceitos de "desenvolvimento" e "segurança" passavam a estar intimamente relacionados e havia a identificação da torpeza da cultura política oligárquica brasileira e sua obsolescência, além do profundo atraso social e da desigualdade econômica que assolavam o país. Ainda destaca "o desprezo pela figura do 'político'". Para o autor, "um salvacionismo paternalista era o tom geral do texto. Esta situação não poderia continuar: a segurança nacional exigia, chegara a hora de se fazer a 'política do Exército'" (TREVISAN, 2005, s/p).

De acordo com Trevisan, os fundamentos do pensamento de Góes Monteiro, ou melhor, da "doutrina Góes Monteiro", estavam na combinação da ideia de progresso e de desenvolvimento humano e material (industrial), com a vanguarda militar estabelecendo os caminhos para que fossem alcançados os "objetivos nacionais".

A partir da outorga do Estado Novo, na compreensão do autor, a "doutrina Góes Monteiro" sofreu algumas alterações. Contudo, a presente tese não pretende se estender nesse assunto. Restringe-se à avaliação apresentada sobre como a formação do pensamento de Góes Monteiro decorreu de uma necessidade premente de desenvolvimento organizado a partir da liderança militar, o que se atrelava diretamente à noção de defesa nacional, concebida com o concurso dos franceses na modelagem da estrutura, mas não do conteúdo dessa noção.

Sendo assim, combinando os dois elementos – o fortalecimento do Estado-Maior do Exército e a ressignificação das suas obrigações nas mãos de Tasso Fragoso até a concepção do Conselho de Segurança Nacional e a formulação do projeto de nação de Góes Monteiro, amparado na atuação das forças armadas – pode-se supor que, ainda

distante de ser uma instituição moderna, após 1927, o Exército brasileiro era uma instituição modernista.

* * *

Depois de 1927, a Missão Militar Francesa de Instrução teve uma limitação na sua atividade, talvez, não na intensidade das suas operações, mas em relação ao acolhimento que a missão recebeu nos anos em que Gamelin a coordenou e no período imediatamente posterior, quando os generais Coffec e Spire foram seus respectivos chefes. Como salientado anteriormente, entre os anos 1925 e 1927, com a escolha simbólica da criação do Conselho de Segurança Nacional, os ensinamentos franceses apresentaram seus frutos mais relevantes. A partir de então, mesmo com a perpetuação dos contratos e a maior preocupação acerca do desenvolvimento da aviação militar nacional, a presença da Missão Militar Francesa de Instrução era sentida quase como auxiliar e não mais diretiva naquilo que, nesta tese, foi nomeado transformação modernista do Exército brasileiro.

É apropriado relembrar que todo o período abordado não apresentou uma harmonia entre os diferentes setores nacionais interessados nas questões militares – portanto, não apenas os quadros das forças armadas, em particular do Exército – e os membros da missão francesa. Existiu, sim, uma tensão constante em momentos de maior intensificação das disputas comerciais e doutrinárias.

Como apontado no capítulo anterior, a aceitação dos ensinamentos franceses jamais se deu sem qualquer crítica. Mesmo por parte dos maiores adeptos houve sempre algum cuidado no que se referia à preservação da soberania nacional, aparentemente, um sentimento anterior à presença francesa. Ou seja, o espírito modernista que delineava certa noção de Estado moderno e do papel das forças armadas, ainda que preenchido com elementos externos, era germinado internamente pelos próprios sujeitos sociais que vislumbravam a necessidade de desenvolvimento do país para um estágio superior àquele arcaico em que antes se encontrava. Reforça-se também a tese de que havia o desejo de modernidade e alguns traços dessa noção na mentalidade de significativos quadros do Exército brasileiro, todavia, somente no contato com a experiência oferecida pelos instrutores franceses, pôde-se chegar a uma formulação mais consistente dos caminhos que deveria seguir o país para seu devido progresso –

material, político e cultural –, conquanto, economicamente, se mantivesse suscetível às determinações externas.

Na compreensão da presente tese, objetivamente, foram os generais Tasso Fragoso e Góes Monteiro que fortaleceram e definiram apropriadamente a mentalidade modernista do Exército brasileiro. O primeiro vinculado ao escopo temporal aqui apreendido e o segundo "formado" durante esse contexto, aplicando sua doutrina de forma mais direta na década de 1930. Os dois personagens, embora não necessariamente concordantes em todos os assuntos referentes à segurança nacional e à formação do Estado brasileiro, tiveram uma trajetória semelhante: ambos absorveram as contribuições francesas e empregaram um caminho autenticamente brasileiro ao pensar a noção de defesa nacional.

Talvez, no caso de Tasso Fragoso, a ideia de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional atrelado à sua segurança fosse ainda um rudimentar esboço ou mesmo princípios que apontavam para alguma direção, mas sem clareza plena das suas determinações. Ainda assim, ao mostrar-se hostil à interferência dos missionários franceses nos assuntos relativos aos interesses nacionais, revelou profundo desejo de autonomia política e militar do país. O que não significou, entretanto, animosidade acerca do trabalho da missão: os franceses eram bem-vindos, seus ensinamentos proporcionaram um modo de pensar e, quiçá, de ser do Estado-Maior, seus contratos seriam renovados até o final da década de 1930, mas não haveria intervenção nos planos de defesa do Brasil.

Em outras palavras, Tasso Fragoso recebeu e aproveitou como desejou a influência francesa, sem com isso ter afrancesado por completo a mentalidade militar do Estado-Maior do Exército. A composição dessa "ideologia oficial" do Exército na década de 1920 teve tanto nas disposições nativas quanto no modelo francês seus principais fatores. Ressalva-se, contudo, que, em nenhum momento desta pesquisa, foi localizada uma posição uníssona de todos os setores do Exército quanto aos rumos da instituição e do próprio país. Por essa razão, afirmou-se anteriormente, com alguma dificuldade, que a mentalidade em questão era aquela institucionalmente concebida, ao passo que diversos segmentos do Exército lutavam por outros ideais, como no caso das manifestações tenentistas e na inspiração alemã de alguns membros das forças armadas, não obstante de forma velada.

Finalmente, com Góes Monteiro, o projeto estratégico (neste momento, ousa-se tratar do conceito sem qualquer dúvida, por isso a expressão é escrita sem aspas) para a

segurança nacional foi definido em termos que conjugavam a realidade do país, a avaliação das suas carências e a necessidade de atuação das forças armadas, partindo-se do que se convencionou nomear "doutrina Góes Monteiro" e da ideia modernista apresentada pelos instrutores franceses e traduzida pelos oficiais brasileiros. Portanto, é adequado asseverar que Góes Monteiro foi aluno da missão francesa e que, ocasionalmente, o foi em função da conjuntura da década de 1920.

A afirmação de que Góes Monteiro era discípulo dos franceses ratifica a proposição que orientou todo o texto aqui apresentado, ou seja, com os franceses, foi possível construir um projeto de nação, a partir das forças armadas – apartidárias, mas um significativo instrumento da política –, de transformação da sociedade como um todo, porém o conteúdo desse projeto teria cabido somente aos brasileiros.

O entendimento do general Góes Monteiro de que o Brasil precisava ter seu território "ocupado" revela perfeitamente a compreensão exposta. Quem precisava ocupá-lo? O Exército. Destarte, não se tratava apenas de proteger as fronteiras do país de ameaças externas – as quais, ainda que exageradas, existiam segundo a mentalidade militar da época –, mas de controlar a sociedade, modernizar o país, transformar as práticas políticas, reestruturar as instituições políticas e, consequentemente, militares (o *continuum* de Clausewitz política-guerra), enfim, criar um novo Estado. Todavia, como afirmou Oliveiros Ferreira, em trecho do livro *Elos partidos* citado anteriormente neste capítulo, as ideias de Góes "não frutificaram como ele almejou", limitando-se a ser apenas um projeto.

CAPÍTULO 4

NOTAS FRANCESAS DOS ANOS DOURADOS DA MISSÃO

Viajar, sabemos, não é dado a todos.
(Sérgio Cardoso)

Como discutido no capítulo anterior, após o ano de 1927, a atividade da Missão Militar Francesa de Instrução foi reduzida consideravelmente. O que não significou a diminuição da agitação política dentro do Exército na década seguinte. Isso sem contar com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, em 1942, porém, nessa conjuntura, os franceses não atuavam mais no território nacional. Também não significa dizer que sua influência havia desaparecido[120], todavia, os "anos dourados" da presença francesa tiveram fim com a saída de Gamelin da chefia da missão e, posteriormente, com o empenho de importantes segmentos do Exército brasileiro para limitar a interferência gaulesa nos assuntos de segurança nacional.

Os esforços mais evidentes em busca de uma transformação modernista do Exército brasileiro, juntamente com a absorção dos ensinamentos da missão, concentraram-se entre 1920 e 1927, sendo o período trienal anterior o momento de maior ênfase nos debates sobre a necessidade de retirar o Exército da sua obsolescência. Como afirmado, o processo não se deu de forma mecânica, com a importação de um modelo de modernidade e sua implementação em terras nacionais. Tampouco houve apenas uma insinuação de importância na contratação da missão francesa para aplacar os ânimos mais exaltados, os quais, tendo os olhos voltados para fora do país, acreditavam que a novidade somente poderia vir do estrangeiro – restava saber a nacionalidade. Os franceses, de fato, contribuíram para a formação da identidade modernista do Exército brasileiro: de um lado, na colaboração para a gênese de uma mentalidade moderna; de outro, na velada – por vezes explícita – manutenção da ordem comercial entre país desenvolvido e país subdesenvolvido, industrial e agrário ou, ainda, moderno e arcaico, uma vez que não existia um projeto de desenvolvimento da indústria

[120] "A [Segunda] guerra [Mundial] não afeta de maneira notável o imaginário da França, porque essa imagem é em primeiro lugar cultural (…). [Georges] Bernanos constata no Brasil (…) que não há então 'um povo no mundo mais ingenuamente apegado ao nosso, por vínculos mais carnais, por uma sensualidade mais profunda. Eles amam a França com paixão, com uma ternura temerosa e ciumenta que desconcerta'" (ROLLAND, 2005, p. 324).

bélica nacional. Assim, a carência de armamentos seria suprida com a mera importação de equipamentos franceses, preferencialmente; equipamentos esses mais novos do que aqueles usados pela tropa e pelos instrutores brasileiros antes da chegada da missão francesa, mas que, de forma alguma, representavam o que havia de mais "moderno" em tecnológica militar.

Nesse sentido, entende-se, na perspectiva local para a transformação modernizadora do Exército brasileiro, que essa se deu em parte, ou seja, houve modernismo, mas não modernização. As estruturas francesas de concepção da organização, da função e do comportamento das forças armadas, do perfil e do papel do oficial e da mentalidade a ser formulada e transmitida para a formação do caráter do soldado-cidadão foram traduzidas e, por hibridação, foram combinadas com as demandas – os desejos – nacionais, compondo o quadro geral daquele contexto da história militar brasileira.

É difícil, senão impossível, afirmar que o legado francês do período açambarcado por esta pesquisa foi aquele que pavimentou o caminho para a modernização do Exército brasileiro. Assevera-se contundentemente que foi o período da gênese da ideologia modernista, que resultou, em termos oficiais, na elaboração pela instituição de um projeto de nação e de uma identidade para o soldado.

Ainda no capítulo anterior, foi apresentado o desenvolvimento de certa noção de "defesa nacional" e como essa se tornou mais consistente na medida em que se alijava a intervenção externa (leia-se francesa) na formulação do seu "conteúdo". Quanto à forma, essa já havia sido assimilada e traduzida (dos franceses). Resta compreender se – a despeito dos diferentes entendimentos possíveis e verificados ao longo desta pesquisa e de outras teses que se dedicaram ao tema – os franceses puderam avaliar de algum modo tal experiência, mesmo sem levar em consideração o êxito das tratativas comerciais. Foram expostas as reflexões de Gamelin, o nome francês de maior destaque na história da missão, advertindo-se que, apesar de privilegiadas, não representaram necessariamente, entre seus compatriotas, uma visão unívoca da influência francesa. Portanto, outras perspectivas para um "balanço francês", avaliando o saldo dessa experiência, são adequadas neste ponto do texto aqui desenvolvido.

Assim, a partir da documentação encontrada nos arquivos pesquisados, o presente capítulo tem como cerne a reflexão sobre as considerações de alguns personagens franceses, adidos militares e diplomatas a respeito da Missão Militar Francesa de Instrução.

A emissão de juízos sobre os trabalhos da missão já esteve no centro das preocupações desta tese, por isso, o que se busca não é apenas reforçar as posições aqui defendidas, mas alargar o campo de compreensão aberto com as questões formuladas pela pesquisa historiográfica proposta. Sendo assim, neste capítulo, é efetuada uma análise dos documentos selecionados no levantamento anteriormente realizado. Espera-se com isso que seja alcançado algum entendimento, mesmo que parcial, da forma como outros sujeitos – franceses – absorveram e legaram a história do Exército brasileiro a partir da experiência da missão francesa e de que maneira também perceberam ou não sua participação nos acontecimentos políticos desse período no Brasil, principalmente na Revolução de 1924.[121] Compreende-se, pois, como afirma Maria Cecília Forjaz, que "se a sedição de 1922 'resultara menos de considerações de ordem política que de ressentimentos de natureza pessoal' como reconhece o tenente Juarez Távora (…), as revoluções de 1924 representam o amadurecimento político e ideológico daquela sedição" (FORJAZ, 1977, p. 51).

Novamente, ressalva-se a particularidade das opiniões expressas, sem que haja interferência na apreciação geral do processo histórico. Também se faz mister o alerta

[121] Uma vez que o tenentismo e as revoluções de 1922 e 1924 não são o tema central desta tese, optou-se por resumi-los utilizando um longo trecho de *O pensamento militar brasileiro* (TREVISAN, 2005). "(…) 'tenentes'. Todos alunos dos 'jovens turcos'. Esses tenentes eram jovens oficiais, às vezes ainda na Escola, que ansiavam e lutavam por mudanças da ordem das coisas. Sua rebeldia, quando ainda no interior dos quartéis, referia-se aos altos oficiais, 'bacharelescos', incapazes e, segundo acusações do tempo, em grande maioria corruptos. Fora dos quartéis revoltaram-se com as conexões que os generais estabeleciam com os políticos a quem os jovens oficiais responsabilizavam pelo atraso do País. Esses irrequietos oficiais representavam algo novo no Exército que atraiu outro tipo de político: as dissidências oligárquicas (…); a década de 20 é a década de mudança no mundo todo. A Primeira Guerra deixara uma esteira de pessimismo e desordem que, de um modo ou de outro, traduziu-se em ebulição, efervescência de idéias, de pedidos de mudança. No Brasil não seria diferente. De uma Semana de Arte Moderna, em São Paulo, que escandalizara a todos, até a fundação de um Partido Comunista, a década era de movimento. O Exército, que não existe isolado da sociedade, envolveu-se, a seu modo, na década de contestação. Usaram seus instrumentos de profissão, manejados pela geração jovem, sempre mais acessível ao novo. A primeira dessas grandes ações armadas ocorreu em 1922. Foi o conhecido 'Episódio dos 18' do Forte de Copacabana, Rio de Janeiro. Pouco mais de uma dezena de oficiais-tenentes, acompanhados por alguns soldados e de um civil, abandonaram as muralhas do Forte de Copacabana, que se havia sublevado, para enfrentar na rua todo o efetivo do Exército legalista — 'para morrer em nome dos ideais'. O episódio só é compreensível em toda a sua dimensão se analisado no 'clima' ideológico da época. A data do fato, 5 de julho, impulsiona outras atitudes de enfrentamento militar. Em 1924, para esta mesma data estava marcada grande rebelião em todo o País. Efetivamente ela ocorreu em alguns Estados, porém com grande importância em São Paulo, sob o comando de Isidoro Dias Lopes. Os rebeldes chegaram a dominar a cidade, pela fuga de tropas legalistas. Com a chegada de tropas de combate mais experientes, os rebeldes de Isidoro retiraram-se ordenadamente (…). O conceito de desenvolver o Brasil a qualquer preço esteve sempre presente no tenentismo. Imaginando a centralização (e o autoritarismo) como bandeira política, sonhavam com a estabilidade necessária para o desenvolvimento econômico. Faltava-lhes, para a tentativa de ocupar o poder, a oportunidade, o fato político que pedisse uma 'intervenção', uma ação 'saneadora' do tenentismo. A oportunidade aparece com a sucessão federal de 1930, paralela à violenta crise econômica que incentivou o apetite de poder dos dissidentes das oligarquias" (TREVISAN, 2005, s/p).

sobre um importante documento – *Notice sur l'armée brésilienne*, de novembro de 1927 –, aqui analisado, sem que se possa atribuir sua autoria (provavelmente do general Spire). Sua produção creditada ao Ministério da Guerra da França confere ao documento a condição de ser expressão oficial do país europeu sobre os resultados do trabalho da Missão Militar Francesa de Instrução.

* * *

No início das atividades da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, viajava pela América do Sul um importante personagem da história militar da III República Francesa: o general Charles Mangin (1866-1925). Juntamente com Foch, Pétain, Joffre e Gamelin, Mangin obteve enorme destaque durante as campanhas da Primeira Guerra Mundial. Contudo, não foi apenas pela bravura nos campos de batalha da Europa que o general Mangin adquiriu sua fama como militar. Era reconhecido por diversas façanhas colonialistas na África, entre elas a missão "Congo-Nilo" (1898-1900) e a ocupação do Marrocos (1907-1914). Em suma, formou-se na luta contra o "outro", o "diferente", o "primitivo".

Nos primórdios da década de 1920, realizou tal viagem pelos países da América do Sul, buscando estabelecer ou ampliar as relações políticas, comerciais e militares entre a França e os Estados da região. Assim, teve papel não apenas no estreitamento dos laços com esses países, como na supervisão das missões militares francesas. Exemplo dessa ação foi sua visita ao Peru[122], quando, em junho de 1921, foi o representante francês na celebração do centenário da independência do país andino. Na mesma viagem, aproveitou para avaliar a situação da missão francesa no Brasil, inicialmente, sob a direção do seu colega, o general Gamelin. Por isso, o relatório de 6 de novembro de 1921 – elaborado na viagem de navio e enviado ao governo francês – pode ser concebido como um primeiro indício da interpretação sobre a atividade militar missionária francesa na América do Sul, particularmente no Brasil.

[122] "Siete fueron las misiones francesas contratadas por diferentes gobiernos peruanos: La primera Misión Militfar (de noviembre de 1896 hasta principios de 1902)… Los últimos oficiales que llegaron al Perú solicitaron la cancelación de su contrato a fin de regresar a Francia en 1939" (TALAVERA, 2005, p. 157-158). Segundo Nunn, "Up the coast in Peru, a French mission had been molding an officer corps and general staff, conducting maneuvers and cartographical expeditions, and inculcatins developmentalist ideas since 1896. President Nicolás de Piérola, an engineer-bulilder-politician-entrepreneur, brought the French to Peru in the hopes that army could be rebuilt and officers reformed. His dreams were only partially realized" (NUNN, 1983, p. 37-38).

Ainda que as ações da missão fossem incipientes – e não o eram naquele momento –, a atenção de Mangin aos desdobramentos da presença francesa no Brasil projetou horizontes de expectativas que poderiam ou não ser concretizados com o trabalho de Gamelin e seus comandados. É evidente que Mangin não tinha a intenção de prejulgar, mas, como um militar colonialista calejado, pretendia apontar qual seria a dimensão da influência francesa naquele e nos tempos vindouros. Não havia, contudo, os mesmos expedientes aplicados nas campanhas africanas.

O relatório de Mangin, portanto, é utilizado neste capítulo como abertura de uma possível compreensão dos franceses acerca dos resultados que poderiam ser obtidos com o trabalho da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil. O documento também é favorável por apresentar, já nos primeiros anos de funcionamento da missão, considerações ainda que parciais sobre ela.

Intitulado *Armée Brésilienne et Mission Militaire française au BRÉSIL*, o documento tem início com as considerações do general Mangin sobre a importância do relatório como uma avaliação dos resultados já obtidos pela missão francesa e não propriamente como um julgamento de valor sobre o Exército brasileiro. Todavia, a mesma declaração, fez com que entendesse ser necessário apresentar algumas observações sobre a mentalidade do militar brasileiro.

Como mostra a citação do relatório, suas considerações excedem a perscrutação da "mentalidade do oficial brasileiro". Mangin teceu comentários acerca da própria natureza do país, o comparou aos vizinhos e atrelou tal análise ao comportamento do militar brasileiro. Impregnado da noção de superioridade europeia, assim qualificou o Brasil:

> Le Brésil n'étant pas encore une nation au sens européen du mot mais étant davantage un conglomérat d'états nettement individualistes, n'a pas atteint ce degré d'esprit national que l'on observe nettement au Chili, en Argentine et mème au Perou. Cette circonstance réagit encore fâcheusement sur l'état d'esprit de la nation tout entière et naturellement sur celui des officiers. Par ailleurs les races étant très mélanges d'origines très diverses, le climat ayant le plus souvent un caractère tropical, il en résulte que cet ensamble est mou et manque souvent de consistance [l'extréme lenteur de l'avancement sauf (pour motifs politiques) contribue ralentir son activité].[123] Je dois ajouter que la majorité des officiers brésiliens possède une nature curieuse et désireuse de s'instruire; ces officiers lisent beaucoup. Malheureusement ils sont surtout avides d`idées générales et portent peu d'intéret aux réalisations pratiques. En un mot: esprits intelligents, curieux et amis de la nouveauté, mais de caractère peu apatique (MANGIN, 1921).

[123] No artigo de Lessa e Suppo "A emigração proibida: o caso França-Brasil entre 1875 e 1908" (2009, p. 71), há menção ao trecho do documento aqui transcrito.

A conclusão desse fragmento reforça o sentido da superioridade condescendente do europeu, a visão do civilizado europeu, que percebe o esforço do colega "curioso" para aprender o que pudesse no contato com o francês. Cria-se mesmo alguma tolerância aos defeitos destacados, pois, apesar de tudo, os oficiais brasileiros desejavam se instruir. Entretanto, o caráter pouco prático dos brasileiros somente permitiu avanços no campo das ideias. Ao identificar problemas que, segundo Mangin, eram oriundos da miscigenação e da ausência de uma noção de unidade nacional – ou por que, para ele, uma é causa da outra –, assinalou que os oficiais que o acompanharam em sua viagem ao Brasil, em 1921, o acolheram muito bem e, assim, também fortaleceu a noção de que apesar de atrasados, os brasileiros eram dóceis e hospitaleiros. Não deixou de comentar ainda o general que já percebia a influência francesa na mentalidade do militar brasileiro. Inclusive, frisou o cordial comportamento do ministro "Calogeros" (sic), que o acompanhou até a partida do navio "Jules Michelet".[124]

Após o preâmbulo um tanto revelador dos seus valores, o general Mangin passou a descrever a situação moral da missão que batizou pelo nome do seu chefe, Gamelin. Declarou os mais elevados louvores à sua atuação e afirmou, não obstante o pouco tempo da presença da missão francesa no Brasil, que Gamelin já reunia realizações admiráveis. Como não poderia deixar de ser, tratou dos conflitos entre o chefe da missão e alguns oficiais brasileiros, assinalando a alta patente destes. Todavia, mesmo com alguma resistência, ao se depararem com os trabalhos da missão, esses oficiais acabavam, segundo Mangin, sendo convencidos da sua importância ou, de uma forma mais drástica, caíam "um a um". Nas palavras de Mangin, portanto, a curta, mas já significativa experiência da missão deveria ser motivo de orgulho para o Exército e o governo franceses, pois, do ponto de vista psicológico ou anímico, estava em uma condição muito positiva. Mais do que isso, asseverou que a Missão Militar Francesa de Instrução poderia resultar na construção de uma imagem positiva da França no Brasil, ao ponto de servir como peça de propaganda, e não somente em terras brasileiras.

[124] As considerações de Mangin sobre o Peru, durante essa viagem, reforçam o que foi afirmado sobre a sua visão de mundo. Segundo Nunn, "Mangin toured South America in 1921 at the behest of President Alexandre Millerand. The general saw France everywhere as he went about his business in Callao and Lima (…). Mangin viewed the army as the country's crucible, the symbol of its unity. This was so because the army was a microcosm of Peru: 'Peru's two races are fused in her army'. Creole and mestizo officers were aware already of the tenuous nature of race fusion in Peru, and were writing about it, but Mangin's observations were nonetheless significant. Southern Peru captivated Mangin to the point where, suffering from *déjà vu*, not *soroche*, he compared the terrain, climate, and defense possibilities with Algeria, where he had once served" (NUNN, 1983, p. 251-252).

> En résumé la Mission Militaire Française du Brésil est le mòdele de ce que doit ètre une de ces missions à l'étranger. Les résultats déjà acquis par elle confirment ce que j'avais l'honneur de vous dire dans une de mes précédentes lettres sur ce sujet. C'est que ces missions doivent ètre nécessairement composées d'officiers du premier plan, sinon elles sont vouées à l'échec. Très bien composées au contraire, elles sont sures d'arriver à un résultat satisfaisant et constituent alors un mode excellent de la propagande française à l'étranger (MANGIN, 1921).

A análise de Mangin sobre a "Missão Gamelin" abordou, na sequência, os trabalhos desenvolvidos, procurando delinear em termos mais concretos a atuação dos instrutores franceses. O general entendeu que, naquele momento, havia dois tipos de questões às quais a missão direcionava seu empenho: a composição do ensino dos oficiais brasileiros e a organização do Exército brasileiro, especialmente dos seus serviços. Indicou que havia restrições à presença dos instrutores na Escola Militar do Realengo, mas, para o general Mangin, existia naquela época uma parte da opinião militar que pedia com afinco a alocação dos franceses na escola. Além disso, já se encontravam traduzidos para a língua portuguesa e "adaptados" à realidade brasileira diversos regulamentos militares, tanto do Exército quanto dos serviços prestados por ele. De acordo com Mangin, isso teria a curto e a longo prazo o efeito de aperfeiçoar os trabalhos desenvolvidos na instrução dos militares. Além disso, criava a oportunidade para os missionários aprimorarem a fluência na língua portuguesa, ampliando o campo de trocas entre franceses e brasileiros.

Em relação ao ensino que os instrutores franceses já passavam a oferecer, Mangin reputou o método como "excelente", pois o general Gamelin partia do exame das táticas vivenciadas durante a Primeira Guerra Mundial e determinava que os cadetes pesquisassem as causas dos êxitos ou dos fracassos das ações. Em seguida, adaptava cada um dos casos estudados às características do território e do Exército brasileiros. Com isso, acreditava, buscava-se uma tática específica para o Brasil.

Quanto à organização da aviação militar, os processos estavam em curso. Na avaliação de Mangin, apesar das duras críticas que a missão de aviação sofria antes de ser incorporada à Missão Militar Francesa de Instrução – e mesmo depois disso, as

censuras não cessaram – no Brasil, a formação da força aérea era melhor do que nos vizinhos sul-americanos.[125]

> L'effort fait en matière d'aviation est considérable et l'école d'aviation militaire du Brésil très supérieure à ce que j'ai vu dans les autres Républiques de l'Amérique du Sud, peut actuellement se comparer, comme importance, aux grandes écoles d'aviation des nations européenes (MANGIN, 1921).

Certamente, o julgamento positivo de Mangin foi exagerado. Mesmo que acreditasse ver nos trabalhos referentes à aviação uma clara evolução, reafirmando na continuação do relatório essa impressão, as crises entre brasileiros e franceses não eram pequenos ou poucos. Contudo, não é possível desprezar a evolução da aeronáutica brasileira e o importante papel desempenhado pelos franceses em outros momentos. Não é pertinente fazer qualquer outro tipo de comentário além desse, fruto de impressões, mesmo porque, a partir do aumento da influência estadunidense, não se pode afirmar, na presente tese, se os resultados ulteriores tiveram ou não alguma consequência da época em que os franceses auxiliaram a criação da força aérea nacional. Em todo caso, no campo do desenvolvimento industrial, foi na aviação que o país teve grande avanço nas décadas seguintes, mantendo, em diversas ocasiões, relações de parceria com a França.[126]

---

[125] Não há, nesta pesquisa, qualquer levantamento de documentos que possa comprovar ou não essa afirmação. Ainda assim, acredita-se que a comparação de Mangin careça de dados, pois os problemas do processo de formação da força aérea brasileira eram consideráveis.

[126] "Em 1912, o então tenente do Exército Ricardo Kirk realizou curso de piloto na *École d'Aviation d'Etampes*. Durante a Primeira Guerra Mundial, o Exército Brasileiro enviou para a França o capitão José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, que iniciou seus estudos de motorização e mecanização na Escola de Carros-de-Combate de Versalhes. Posteriormente, o capitão serviu no 503º Regimento de Artilharia de Carros-de-Assalto, em 1919, onde teve a oportunidade de conhecer os carros-de-combate franceses. Foi estabelecida, então, uma parceria com a França para a modernização e a reestruturação do equipamento do Exército que envolveu a compra dos carros-de-combate Renault FT-17. A aquisição resultou na criação da Seção de Carros-de-Combate do Batalhão de Guardas e da Seção de Motomecanização no Estado-Maior do Exército (…). A MMFI [Missão Militar Francesa de Instrução] organizou a instrução dos pilotos da Escola de Aviação Militar do Exército, estabelecida no Campo dos Afonsos – Rio de Janeiro, imprimindo aspectos administrativos da doutrina militar francesa (…). Com o advento da 2ª Guerra Mundial e o alinhamento estabelecido com os Estados Unidos e, posteriormente, o acordo militar firmado entre os dois países, a doutrina militar e as ações dela decorrentes, passaram a sofrer a influência norte-americana. Com isso, a presença francesa nos assuntos de defesa do Brasil só voltaria a acontecer na década de 1970 quando uma nova parceria Brasil-França se materializou por meio da compra de aeronaves Mirage III instaladas na Base Aérea de Anápolis-GO. Além de serem os primeiros supersônicos utilizados pela Força Aérea Brasileira (FAB), foram também os primeiros aviões a utilizar radares de bordo e sistemas de mísseis ar-ar, incluindo o míssil Piranha de fabricação nacional. Essa aquisição introduziu uma nova concepção de interceptação e superioridade aérea na FAB, cujos conceitos de defesa aérea ainda eram baseados nos conhecimentos adquiridos na Segunda Guerra Mundial. Os aviões permaneceram em atividade por 32 anos até serem desativados em dezembro de 2005, sendo substituídos pelas versões mais modernas do Mirage 2000 C/B. Em 1976, a estatal francesa Aerospatiale

Ao abordar a atividade da missão na reorganização da artilharia, Mangin mencionou a aquisição de material bélico francês pelo governo brasileiro. Expôs a expectativa de Gamelin de iniciar os trabalhos de instrução, ainda em 1921, mas destacou, sobretudo, o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e França no âmbito militar. Afirmou que a escolha do material francês era "definitiva", entre diversas casas produtoras de armamentos, como Schneider e Saint-Chamond. Mangin sabia, inclusive, quando a opção entre as empresas francesas seria feita. Em função disso, havia segurança também para a afirmação de Mangin de que o governo brasileiro avaliava com a mesma empolgação dos franceses os resultados obtidos com os trabalhos da missão – assim como mencionado, no segundo capítulo desta tese, esse era o entendimento de Gamelin, apesar de o primeiro chefe da missão ser um pouco mais rigoroso em seu cálculo. Para Mangin, a mostra de que os brasileiros aprovavam o desempenho dos instrutores franceses era o desejo de aumentar o número dos membros da missão e designar um oficial francês para cada um dos Estados-Maiores das divisões brasileiras.

Talvez um pouco mais experimentado nos assuntos brasileiros, Gamelin projetava, desde então, que isso poderia criar algum embaraço futuro para a continuidade das atividades da missão. No entanto, o general Mangin destacou que o receio era somente pelo fato de que Gamelin identificava as longas distâncias da capital federal como possível empecilho para tal ação, correndo o risco de os oficiais franceses ficarem expostos a condições pouco seguras. Gamelin até poderia enfatizar essa questão da distância, mas sabia que a interferência nos assuntos de Estado-Maior de outra nação, se mal interpretada, criaria a possibilidade de ser vista com maus olhos por segmentos militares e civis. Recorrendo às palavras de Mangin:

---

apresentou ao governo brasileiro um projeto de investimento no país, o que possibilitou a criação de sua subsidiária a Helicópteros do Brasil (Helibras) em 14 de abril de 1978. No ano seguinte, a empresa firmou um contrato com a Marinha do Brasil (MB) para venda de helicópteros Ecureuil (Esquilo) e, entre 1983 e 1985, foram firmados novos contratos de venda e de desenvolvimento e instalação do sistema de armamento para esses helicópteros. Em 1984, firmou contrato para fornecimento de 71 helicópteros para a FAB, dos quais 22 eram do tipo Esquilo industrializados na própria Helibras. Na década de 1980, o Exército verificou a necessidade de possuir unidades de aviação próprias. Em 1986, foram criadas a Diretoria de Material de Aviação do Exército (DMAvEx) e o 1º Batalhão de Aviação do Exército (1º BAvEx). Os estudos e a concorrência realizada em 1987 resultaram na aquisição de helicópteros Esquilo e Pantera (HM1), fabricados pelo Consórcio Aeroespatiale/Helibras (…). A partir dessa parceria, militares brasileiros realizaram vários cursos na área da aviação na França, como os de especialização em voo com óculos de visão noturna e em técnicas de helicópteros para engenheiros, o Curso Interforças de Defesa, além de ter sido criada a função de Oficial de Ligação junto à Aviação do Exército Brasileiro na França" (AGUILAR, 2009, p. 2-5).

> Le Gouvernement désirerait augmenter le nombre des membres de la mission, le Ministre M. Cologeros (sic) m'a parlé d'un supplément de 20 Officiers. Il voudrait, en particulier affecter un Officer d'État-Major français à chacun des états majors des divisions brésiliennes de province; cet Officier français remplirait les fonctions de conseiller. Le Général Gamelin, pressenti à ce sujet à demandé à réfléchir, il sent le danger d'aventurer des Officiers français seuls dans les états majors étrangers, tenant garnison dans des régions parfois éloignées. J'ai vivement approuvé cette circonspection, amis je crois que la demande doit avoir une suite favorable, en tout cas je vous signale pour vous donner une preuve de plus la considération en laquelle est tenue la mission Gamelin au Brésil (MANGIN, 1921).

Após otimistas prognósticos e evidente tom positivo da avaliação dos resultados já visíveis dos trabalhos de Gamelin e seus comandados franceses, Mangin se deteve brevemente na missão liderada por Nérel na força pública do estado de São Paulo. Ainda que esse não seja objeto de estudo da presente pesquisa, é interessante ressaltar uma passagem do "balanço" apresentado pelo general francês sobre os acontecimentos envolvendo a missão de São Paulo.

Em primeiro lugar, Mangin destacou a "independência" da direção da missão liderada por Nérel, em relação à missão de Gamelin. Em segundo lugar, fez uma sucinta referência à situação militar de Nérel (aparentemente, naquele momento, Mangin e Nérel haviam tido contato). E o mais importante: assinalou o entendimento de que, em 1921, a Força Pública do Estado de São Paulo se encontrava em um nível de desenvolvimento superior ao do Exército brasileiro, mesmo que Mangin a visse como possível parte integrante da força nacional. "Les forces de police qu'il forme et que j'ai inspectées sont bien au point et le sont conformément aux idées militaires modernes. Elles seront capables de figurer en campagne aux cotés de l'armée féderale" (MANGIN, 1921). Além disso, detectou algum tipo de dissensão entre o consulado francês em São Paulo e a missão de Nérel – questão que não será pormenorizada, uma vez que não está no escopo desta tese.

Por fim, mas antes de concluir seu relatório, o general Mangin exibiu algumas ponderações que reforçaram sua visão de que, no caso da América do Sul, o papel do Exército francês na organização de missões para modernização das forças de diversos países era o de um instrumento de propaganda e, consequentemente, de fortalecimento da influência francesa na região. Ao perceber que, apesar dos bons resultados, a situação da missão no Brasil era delicada, Mangin registrou como era importante para a influência francesa (mesmo que não pudesse afirmar categoricamente que havia uma adoção unânime da doutrina francesa) que fosse evitada a ampliação do "germanismo"

no Brasil – o que, se alcançado, poderia ser considerado uma vitória. Ademais, apesar da mentalidade colonialista de Mangin, ele detectou que não seria possível que a França impusesse sua influência, mesmo naquele momento após a Primeira Guerra Mundial, com todos os louros que uma nação vitoriosa poderia receber. Os franceses deveriam atender as demandas dos Exércitos sul-americanos.

> Il faut donner à chaque état le genre d'instruction militaire qu'il réclame: mission de commandement au Perou, stages en France pour le Chili, mission d'instruction en Uruguay, mission d'instruction au Brésil, mission privée à São Paulo faute de quoi, ces divers gouvernements s'adresseraient à l'étranger et peut être à Allemagne, qui ne manquerait pas de leur faire des offres de service (MANGIN, 1921).

A conclusão de Mangin não destoou do restante do seu balanço. Considerando que verificou *in loco* a situação das missões francesas que funcionavam no Brasil, avaliou tudo de maneira "excelente". Sobre a missão que atuava no Exército brasileiro há menos de dois anos, Mangin comentou: "a pleinement réussi".

Dessa forma, entende-se que o documento analisado serve como um primeiro exercício de avaliação dos processos históricos vividos pelos militares franceses no Brasil, sendo um vaticínio possível dos acontecimentos decorrentes da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução. Evidentemente, não há tentativa futurológica que se realize sem surpresas, mas, a despeito de todos os equívocos de ponderação apresentados por Mangin, pode-se afirmar que, já em 1921, compreendia-se que não haveria uma história de harmonia e tranquilidade para os franceses. Por outro lado, para além de todas as demais questões envolvendo os motivos e os objetivos da missão, tinha-se claro qual era o papel dos franceses no auxílio da transformação modernista do Exército brasileiro. Além disso, a missão serviria como peça de propaganda na ampliação das relações entre França e Brasil, inclusive ajudando a incrementar o comércio entre os dois países.

* * *

Se a análise de um documento caracterizado pelo juízo feito nos primórdios da história da Missão Militar Francesa de Instrução leva a um horizonte de expectativas[127]

[127] "A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além

sobre os desdobramentos dos atos da missão, outro documento, localizado no momento de declínio da influência militar francesa, pode suscitar não somente uma reavaliação de tais perspectivas, mas uma reprogramação dos interesses estrangeiros em detrimento dos sucessos ou fracassos obtidos durante esse período de atuação.

Uma vez que a presente tese delimitou seu recorte temporal até o ano de 1927, por razões já demasiadamente externadas, o relatório sem autoria identificada, intitulado *Notice sur l'Armée du Brésil*, de novembro 1927, acredita-se, é um excelente vestígio do pensamento dos militares franceses sobre os resultados alcançados depois dos anos de maior penetração das suas ideias no país.

Inicialmente, o relatório apresentou informações sobre a população brasileira e a ampliação do seu contingente entre 1920 e 1926 (segundo dados do departamento de estatística brasileiro), atribuindo o salto impressionante de crescimento ao grande número de imigrantes. Segundo o censo de 1920, havia no país 30.252.600 habitantes; em 1926, as estimativas – exageradas, na opinião descrita no relatório – eram de 36.870.900 habitantes. Em sua maioria, os imigrantes eram portugueses, romenos, japoneses e italianos. Contabilizou-se também a evolução do número de estrangeiros que aportaram no Brasil entre os anos de 1920 e 1926 (71.027 em 1920 e 121.570 em 1926). Ao todo, foram estimados cerca de 1.600.000 estrangeiros morando no país.

Todos os dados apresentados no relatório caracterizam a noção que, oficialmente, o governo francês tinha sobre o povo brasileiro e reforçam o que foi exposto na análise do texto do general Mangin: a ideia da mestiçagem como negativa para a composição da população brasileira. O relatório expõe uma comparação dos povos brasileiro, chileno e argentino, na qual destaca: "La population brésilienne est loin d'être aussi pure que celle du Chili ou de la République Argentine" (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1927).

É sempre significativo enfatizar a mentalidade colonial dos franceses em relação ao Brasil, mesmo que os mecanismos de tentativa de ampliação da sua dominação não

---

disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (…). Passado e futuro jamais chegam a coincidir, assim como uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez feita, está completa na medida em que suas causas são passadas, ao passado que a experiência futura, antecipada como expectativa, se decompõe em uma infinidade de momentos temporais" (KOSELLECK, 2006, p. 309-310).

tenham se dado pela imposição da força – não obstante isso fosse buscado através da influência militar com a missão. Ao sublinhar, corriqueiramente, o caráter mestiço do povo brasileiro, ou seja, tomando como fundamento para a avaliação da sociedade um critério "racialista" – consequentemente, racista[128] –, em função das diversas vezes em que o tema foi abordado nos documentos franceses, entende-se que os franceses não viam com muito otimismo as potencialidades do Brasil de se desenvolver como as "civilizadas nações europeias", como era o caso do Chile e da Argentina – ainda que esses países tivessem preferido o modelo germânico em detrimento do modelo francês. Em suma, não é somente um detalhe a referência à mestiçagem brasileira, mas se trata de um primeiro ponto de observação dos europeus para a compreensão do Brasil.

O relatório expôs na sequência um balanço sobre os investimentos militares no Brasil entre o período de 1920 e 1927, descrevendo um razoável crescimento (mais de 50%, alcançando 325.356 contos de réis em 1927), e as leis militares em vigor. Deu-se destaque ao alistamento militar que, apesar de universal, foi considerado insuficiente para suprir as necessidades brasileiras. "Ce système de recrutement est loin de fournir le contingent, cependant bien modeste, que le Ministère fixe annuelement" (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1927).

Sobre a preparação da juventude para a prática militar – tema caro aos Estados modernos –, o relatório foi enfático: ela não existia no Brasil, mesmo em 1927. Lembrou-se, contudo, de que havia no país numerosas associações de escoteiros – ainda

[128] No início das pesquisas nos arquivos franceses, particularmente no Centre des Archives des Affaires Étrangères de la République Française, em La Courneuve, nas redondezas de Paris, o primeiro documento encontrado – sem qualquer vínculo direto com esta tese – foi o extrato de uma carta de Paul Rorschach, sobre sua estadia na Bahia, enviada, em 1918, ao seu irmão, o psiquiatra suíço Hermann Rorschach (1884-1922, inventor do teste Rorschach). O conteúdo da carta, redigida em francês, é mais um forte indício da visão racista dos europeus em relação aos brasileiros. Novamente, afirma-se que esse não é o cerne da presente tese e sequer se trata de um documento produzido por alguma autoridade do governo francês, todavia, em virtude do teor do documento e da surpresa que produziu, julgou-se pertinente, ainda que subsidiariamente, transcrevê-lo nesta nota de rodapé. "Depuis quelque temps, je suis à Bahia. Le gouvernement ici est un gouvernement nègre; non pas de peau, mais de cerveau, avec une administration également nègre et une population docile comme un troupeau de moutons. Par moment, on est saisi d'une profonde pitié pour le peuple de l'État de Bahia, en le voyant malmené par un gouvernement aussi peu scrupuleux que les Boches en Belgique. Il y aurait de quoi de quoi t'écrire des livres, mais en Europe, personne ne voudrait y croire. Ainsi le gouvernement ne paie pas les intérêts dûs sur des obligations, mais fait construire des Palais qui absorbent des dizaines de millions. C'est-à-dire que ce ne sont point les constructions qui coûtent autant, mais il y a ceux qui les font construire et qui touchent largement. Un gouvernement qui dépense des millions pour une politique intérieure, tout ce qu`il y a de plus idiot, et qui depuis 3 ans – je n'exagère point – ne paie plus les professeurs des écoles publiques, fait assassiner des jouranlistes de l'opposition, détruire leurs machines, fait envahir les bureaux para la police du plus ancien journal et du plus respectable, fait tirer sur la foule, et ensuite fait communiquer à Rio de Janeiro par ses députés et sénateurs, que rien d'anormal ne s'est passé à Bahia. Tout ceci, nous l'avons depuis 15 jours environ, vu et revu à Bahia, et je crois que ce n'est pas encore terminé. Un certain moment, c'était presque la terreur, mais pas du tout causé par le peuple, mais provoqué soutenu para le haut gouvernement de l'État de Bahia" (RORSCHACH, 1918).

que não tenham sido demonstrados os números – e essas poderiam auxiliar na construção de uma mentalidade patriótica, na possibilidade de exercer militarmente a defesa da nação, de modo que o serviço militar se constituiria não em uma "punição", mas na realização da própria cidadania.

Em seu trabalho sobre as sociedades civil e militar na primeira metade do século XIX, na Bahia, no período Colonial e início do Império, Hendrik Kraay apontou que a relação entre fardo e serviço militar já existia, demonstrando que, desde as "origens" da nação, não havia reconhecimento popular da prática militar e ela era vista efetivamente como uma forma de punição.

> That Brazilians were reluctant soldiers was a contemporany commonplace. Salvador's garrison commander remarked in 1800 that 'all view the military profession (…), with horror' and complained of his inability to recruit effectively. As far as 'fathers of families' were concerned, the 'extortion of any of their sons' to serve as soldiers was an 'intolerable attack' on their patriarchal authority, observed a commentator, who lamented that they forced their sons to take minor orders to avoid recruitment, which hurt population growth. The men who ended up in the ranks, according to historians, were therefore mostly nonwhites recruited by force from among 'criminal', 'vagrant', and dangerous elements in the lowest classes of society (KRAAY, 2001, p. 55).

Assim, apesar dos avanços após 1916, com a instituição do serviço militar universal e os esforços da missão francesa para recriar a imagem do Exército, a relação entre a sociedade civil e a sociedade militar, na década de 1920, era bastante conflituosa, não havendo laços mais estreitos que pudessem produzir a ideia de que o alistamento e a prática da cidadania se realizariam (ou deveriam se realizar) no exercício militar dos homens aptos para tal tarefa. Dessa forma, a instrução militar estava restrita às forças armadas, em seus estabelecimentos de ensino e em agrupamentos chamados "Tiros de Guerra". "Quand une association [militar] désirant constituer un 'tir de guerre' a réuni un nombre suffisant d'adhérents, elle est officiellement reconnue par l'État qui détache auprès d'elle des officers et des officiers instructeurs" (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1927).

A estrutura da indústria bélica nacional era tida como atrofiada ainda em 1927, segundo a descrição desenvolvida no relatório, mesmo não havendo qualquer alusão aos próprios interesses franceses na manutenção de um mercado consumidor para suas mercadorias. Após afirmar a dependência quase absoluta do Brasil em relação aos países industrializados, o relatório indicou a tentativa do país de se libertar de tal vínculo. Havia arsenais de guerra no Rio de Janeiro e em Porto Alegre e fábricas de

pólvora e cartuchos (fábrica de pólvora Estrella, fábrica de cartuchos no Realengo, fábrica de pólvora e trotil, ainda em construção, em Piquete). A descrição foi finalizada com o seguinte comentário: "Pour le moment le Brésil est incapable de fabriquer canon ou un fusil" (MINISTÈRE DE LA GUERRE, 1927).

Sobre a instrução militar e o recrutamento de oficiais, o relatório não apresentou qualquer novidade quanto ao que foi anteriormente abordado nesta tese, restringindo-se a descrever as escolas em funcionamento e a presença dos instrutores da Missão Militar Francesa de Instrução nos diversos estabelecimentos de ensino. Acerca da mobilização e dos regulamentos militares, exposição semelhante foi empregada, exceto por um pequeno comentário sobre o fato de não haver qualquer previsão sobre a mobilização industrial em caso de deflagração de um conflito bélico.

Por fim, na conclusão do relatório, foi realizada a transcrição quase completa do documento citado no terceiro capítulo desta tese, produzido pelo general Spire (*Notices sur l'Armée brésilienne*, Rio de Janeiro, le 9 Septembre 1927). A semelhança observada nos títulos dos documentos e outras reflexões indicam que o relatório de dezembro de 1927 teve como base o relatório de setembro do mesmo ano, levando a crer que ambos foram redigidos pelo chefe da missão em 1927).

* * *

Talvez, outro aspecto importante no balanço da atuação da missão feito pelos franceses seja a maneira como os missionários lidaram com os acontecimentos políticos no Brasil entre 1920 e 1927. Apontou-se para o fato da "neutralidade" francesa nos momentos de maior gravidade política, como nos anos de 1922, 1924, 1930 e 1932. Contudo, o relatório secreto de Gamelin encaminhado confidencialmente à França pelo embaixador francês no Brasil, Alexander Conty (sem data, mas recebido pelo Ministério dos Assuntos Estrangeiros em 7 de agosto de 1924), é um documento significativo da avaliação francesa sobre o ambiente político brasileiro em 1924, sobretudo, em decorrência da revolução em São Paulo. Destaca-se que a eclosão revolucionária em São Paulo, em 5 de julho daquele ano, causou forte impacto no general Gamelin, tanto que ele se sentiu no dever de não apenas reportar a conjuntura do momento, mas principalmente sua compreensão das possíveis ilações do movimento revolucionário, da política federal e da atuação das forças armadas, bem como as implicações dos eventos nos trabalhos da missão. Aos olhos de Gamelin – e por isso a importância conferida

aqui ao documento –, os acontecimentos de 1924 pareciam mais graves do que os de 1922. Ainda que visse concentrado em São Paulo o núcleo rebelde, relacionou as causas dos "incidentes" – como Conty escreveu – a certa apatia do governo brasileiro.

> Ce sont mauvais symptômes. J'ai l'impression que l'état d'esprit général de l'armée n'est pas bon. Tout le monde sait que le Ministre s'est désintéressé pendant longtemps de son département et d'une façon générale l'armée n'était pas satisfaite de voir combien peu le Gouvernement paraissait s'intéresser à elle, surtout par comparaison avec le Gouvernement précédent (GAMELIN, 1924).

Não cabe neste momento concordar ou não com a impressão de Gamelin. Todavia, é salutar relembrar que as relações entre o chefe da Missão Militar Francesa de Instrução e o governo brasileiro se deterioraram com a chegada de Artur Bernardes à presidência e a condução de Setembrino de Carvalho à pasta da Guerra – como foi discutido no segundo capítulo da presente tese. Assim, a avaliação de Gamelin poderia estar comprometida por sua antipatia ao ministro.

Gamelin entendia haver uma forma para compreender as revoluções, de modo geral, em toda a América do Sul. Para ele, elas envolviam questões pessoais e como os sujeitos agiam em benefício ou não da ordem instituída. Sobre a Revolução de 1924 registrou:

> Dans le cas particullier, l'homme de qui tout à dépendu était le Général [José] Silva Pessoa, frère de l'ancien Président et commandant la Force de Police militaire du District Fédéral de Rio de Janeiro. Après avoir nettement 'lâché' son prédécesseur, le gouvernement actuel avait essayé d'écarter le Général Pessoa, dont il avait peur, du Commandement de cette force importante (6.000 H[ommes] environ), entièrement dans sa main. Le Général Pessoa, sous prétexte de question de santé, avait été mis en congé, mais sans être remplacé. Dès les premiers symptômes de l'affaire, le Gouvernement s'est empressé de le rapeller, tout en le nommant Général de Division à titre définitif (Il n'était que gradué). Dans les journées décisives du 9 au 11 Juillet, où l'on pouvait se demander de quel côté pencherait la balance, et où l'on sentait, à Rio même des défections se préparer dans l'armée, sa fidèlité au Gouvernement a permis d'envoyer progressivement contre les rebelles presque toutes les forces fédérales de Rio (GAMELIN, 1924).

O chefe da missão francesa também tratou da atitude de Borges de Medeiros, no Rio Grande do Sul, que, apesar de ter sido um problema[129] para o governo federal,

[129] "Em setembro de 1922, segundo seu método tradicional, Borges de Medeiros nomeia uma comissão para consultar os municípios e saber se deve se reeleger pela quinta vez (…). A campanha é pontilhada de incidentes graves, mas as eleições de 25 de novembro de 1922 correm tranquilamente. Os incidentes em Porto Alegre, Alegrete e outras regiões, aumentam com os primeiros resultados eleitorais. No começo de dezembro o governo e a oposição publicam resultados eleitorais diferentes (…) [e] a Comissão de constituição e Poderes da Assembleia proclama Borges de Medeiros vencedor (…). Sua posse se dá no

posicionou-se ao lado da legalidade. Logo, havia a expectativa de que o governo iria rapidamente desbaratar a rebelião em São Paulo. O próprio Gamelin foi chamado pelo presidente da República, na noite de 14 de julho, para informar qual era a situação militar e quais as tentativas entre os embaixadores para dissuadir os rebeldes em São Paulo, bem como para interromper o bombardeio à cidade.

Em relação à situação militar, Gamelin se encontrava "aturdido" e pouco informado pelo ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior. Para o general, era necessário, antes de decidir pelos ataques nas ruas, cercar completamente os rebeldes. Porém, "les attaques me paraissaient décousues et mal préparées" (GAMELIN, 1924). Gamelin afirmou ao presidente Artur Bernardes que o bombardeio era um desperdício, do ponto de vista militar, uma vez que não havia nem conhecimento das posições do inimigo, nem formação adequada da artilharia para tal tarefa; além disso, o custo humano seria elevadíssimo sem vislumbrar qualquer resultado concreto: "le bombardement avait surtout chance de détruire des maisons et de tuer des civils" (GAMELIN, 1924).

Evidentemente, o presidente brasileiro receava um ataque do Exército do seu próprio país e pediu conselhos ao general francês. Confessou que estava preparado para ouvir qualquer afirmação e também para fazer o que fosse preciso para evitar tamanha desgraça. Segundo o general, Bernardes asseverou: "À quelque chose malheur est bon" (GAMELIN, 1924). Assim, Gamelin se sentiu na obrigação de auxiliar o presidente na tarefa de debelar a revolução em São Paulo.

Compete questionar a noção de "neutralidade" que os franceses sustentavam, uma vez que, nesse episódio em particular, houve, mesmo que de forma "conselheira", alguma participação dos estrangeiros nos assuntos internos do país. A missão fora contratada para instruir o Exército brasileiro e transformá-lo, modernizando-o, mas não competia aos franceses se envolverem nos problemas políticos do Brasil. É possível pensar que Gamelin nada fazia além de observar seu papel de chefe de instrutores franceses das escolas militares do Exército brasileiro, oferecendo seu ponto de vista ao

---

dia 25 de janeiro [de 1923], quando em discurso, ataca a oposição por ter acreditado no apoio federal. Na hora da posse estoura a revolução (…). Em maio, Artur Bernardes manda um emissário, Tavares de Lyra, para entrar em acordo com os rebeldes (…). Durante a estada do emissário, o governo federal apreende aviões, vindos da Argentina, para Borges (…). A pretexto de inspecionar a RM, o [ministro Setembrino de Carvalho, em outubro de 1923] traz consigo um memorando com 10 itens, especificamente tratando da paz entre as partes. Entre outubro e novembro, as partes discutem a proposta e conclui-se o famoso Tratado das Pedras Altas: reforma do art. 9º da Constituição [estadual], proibindo a reeleição do presidente para o período seguinte (…); a minoria terá garantida a eleição de um representante estadual e federal em cada distrito (…) (CARONE, 1971, p. 365-367).

mandatário do país, mesmo porque a missão estava a serviço do governo federal e a ele devia ser fiel. Todavia, uma vez que seu serviço era o de auxiliar a formação de novos oficiais, reestruturar e reorganizar o Exército, o general francês não estaria extrapolando sua função oferecendo conselhos sobre um conflito nacional, ainda que solicitado pelo presidente?

Na presente tese, não há defesa dessa ou daquela interpretação do caso, avaliando-se se Gamelin estava certo ou errado. O que se afirma, sim, é a noção um tanto enviesada de "neutralidade". Em evento de tal magnitude, a postura de Gamelin não foi de um observador crítico. Antes de apresentar a cópia das notas feitas a Artur Bernardes (que deveria estar anexa ao documento), sem saber se teriam ou não efeito prático, Gamelin se defendeu previamente e antecipou possíveis consequências negativas decorrentes da sua decisão, arriscando-se sofrer novas hostilidades. Contudo, afirmou estar ao lado da sua consciência: "auprès duquel je suis accrédité para vous et devant qui je représente l'armée française, en présence de ce que nous sommes certains d'être la véritable doctrine militaire d'une démocratie" (GAMELIN, 1924). Quanto aos conselhos de Gamelin e como foram adotados na contenção da Revolução de 1924, a referida cópia das notas do general francês não foi encontrada nos arquivos em La Courneve.

Por fim, Gamelin procurou explicar toda a situação política, a partir das suas impressões sobre o governo brasileiro e concluiu com uma inusitada análise da legalidade para os povos ibéricos, atribuindo à moral do Império Romano, aos séculos de dominação árabe e da Igreja Católica "n'ont point contribué à y développer la pratique de la légalité" (GAMELIN, 1924). Sobre o governo de Artur Bernardes, asseverou que este não era popular dentro dos quadros do Exército (o qual era negligenciado), nem na sociedade civil de uma maneira geral, acusando-o de abuso do poder. A manutenção do governo se dava, segundo Gamelin, com o arranjo de forças regionais (mencionado no segundo capítulo desta tese), reforçando-se a ideia de que os processos políticos (de progresso ou ruptura) tinham como causa disposições pessoais e não ações programáticas, sequer partidárias.

Entretanto, a historiografia dos eventos tenentistas é conduzida por acepções distintas. A visão turva de Gamelin acerca da "lógica" política latino-americana – partilhada por alguns dos seus conterrâneos – não percebia que, internamente, outras dimensões passavam a ser abarcadas pelas revoltas militares. De acordo com Paulo Sérgio Pinheiro (1991), por exemplo, um dos elementos que davam sentido a grupos

políticos comunistas era o de que as revoltas poderiam ser um primeiro passo para a futura revolução social.

> Muitas das interpretações brasileiras a que Humbert-Droz [responsável, em 1928, pelos partidos comunistas dos países latinos na Internacional Comunista] certamente teve acesso, inspiradas na estratégia geral da IC para os países coloniais, viam as revoltas tenentistas como preâmbulos da revolução brasileira (PINHEIRO, 1991, p. 66).

Além disso, ainda segundo Pinheiro, as revoltas teriam a potência de representar, de alguma forma, as primeiras experiências revolucionárias da burguesia, principalmente de São Paulo, no tocante às mudanças políticas almejadas da cultura política nacional. Porém, afastou tal possibilidade, ao refletir que não houve engajamento de fato dos empresários paulistanos à causa rebelde. "No plano dos apoios (…), Paulo de Lacerda confirma os mitos segundo os quais a burguesia teria apoiado a revolta de 1924 em São Paulo" (PINHEIRO, 1991, p. 69).[130] Na leitura de Pinheiro sobre o envolvimento ou não do empresariado paulistano, o mito mencionado era alimentado pela atitude irregular de José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Comercial de São Paulo. Assim, não é possível afirmar que houve adesão da burguesia ao movimento revolucionário.[131]

---

[130] Na análise de Anna Maria Martinez Corrêa, "para as classes dominantes o problema não se reduzia à sublevação militar, mas se aplicava também a seus efeitos. A agitação militar viera provocar a perturbação da ordem. Cabia às classes dominantes a manutenção da ordem que corria o risco de ser alterada. Comerciantes, industriais ou fazendeiros, independentemente de sua localização (capital ou interior) e do seu tipo de interesse (econômico ou político) revelavam todos uma unidade de pensamento – a necessidade de evitar a alteração da ordem. Quanto aos integrantes das camadas médias urbanas que deveriam constituir boa parte da população é difícil de ser constatada a sua atuação. A par da dificuldade de caracterização desses setores, sua aproximação da classe dominante torna a identificação mais obscura, agravada ainda pela ausência de uma instituição (um partido ou uma associação) representativa daqueles agentes sociais. Muitos componentes das camadas médias urbanas manifestaram-se favoravelmente à rebelião. Entre os indiciados no movimento de 1924, aparecem componentes das camadas médias urbanas (…). Esses indivíduos, na sua maior parte, alistaram-se nas forças rebeldes ou se manifestaram publicamente a favor dela (…). Também houve aqueles que indignados com a ação do governo legalista durante os bombardeios passaram a ver com simpatia a atuação dos rebeldes" (CORRÊA, 1976, p. 157-159).

[131] Segundo Romani, a própria dimensão popular do evento acarretou uma consequente postura conservadora da elite paulista. "Nesse conflito de interesses distintos desenrolou-se a vida paulistana durante os 24 dias de ocupação da cidade pelas forças revolucionárias. De um lado, a situação. O governo de Arthur Bernardes, seu Exército, o poder político local de Carlos de Campos associado à burguesia cafeeira e seu grupo social de apoio. A elite econômica paulista, desalojada do poder, recorreu à intervenção federal. Mesmo porque o caso era de uma revolução que se desenhava em nível nacional. Foram os seus historiadores e foi a sua Academia que praticamente ignorou o significado da Revolução de 24 e seu impacto na vida cotidiana de São Paulo. Não era uma luta deles. Era uma luta contra eles. Do outro lado, todos os opositores. Começando pelo Exército rebelde, cuja revolta já nascia dividida em relação aos objetivos finais. Uma liderança moderada e conciliadora a cargo do General Isidoro Dias Lopes, que pensava forçar a deposição de Bernardes sem derramamento de sangue. Um grupo de tenentes dispostos a levar a revolução até o fim com o objetivo de instaurar uma nova ordem social no país. E também o povo. Revolucionário, ou não. Ativista e militante, ou não. Operário e pequeno comerciante. A

> Os empresários negociaram com os rebeldes porque achavam essa atitude a melhor forma de evitar prejuízos materiais a suas empresas. A caracterização da revolução de 1924 como 'movimento liberal da burguesia industrial' nada tem a ver com a natureza do movimento, nem objetiva nem subjetivamente. Frágil também é a suposição de que as classes médias eram de algum modo 'representadas' pelos tenentes, transfigurados em pequena burguesia armada e de que havia um apoio do imperialismo ianque ao movimento. Aquele que poderia ser seu representante mais consciente, pelo menos no nível dos objetivos políticos gerais, o governo norte-americano, do mesmo modo que em 1922, não parecia entusiasmado pelos feitos dos revoltosos (PINHEIRO, 1991, p. 69).

Entrementes, os ecos da Revolução de 1924 chegavam à Europa e nações inimigas da França viam com outros olhos os desdobramentos dos acontecimentos, bem como identificavam de forma diferente as causas do processo, como pode ser atestado pela carta do diplomata francês em Berlim René Doynel de Saint-Quentin (1883-1961) ao ministro das Relações Exteriores da França, Edouard Herriot, em 19 de julho de 1924, que tratava a forma como a imprensa alemã relacionava os incidentes no Brasil com a presença da Missão Militar Francesa de Instrução. Doynel de Saint-Quentin foi categórico e afirmou logo nas primeiras linhas do comunicado:

> Des nouvelles de presse ont présenté la révolte qui vient de se produire dans l'État de São Paulo comme une explosion de mécontentemente de l'armée brésilienne contre la mission militaire française. Des journaux allemands de droite, notamment le *Tag* et le *Lokal Anzaiger*, qui appartiennent à la même maison d'édition, n'ont pas manqué de faire l'écho d'un bruit qui favorise leur campagne de propagande contre notre pays et de l'appuyer de détails sensationnels (DOYNEL DE SAINT-QUENTIN, 1924).

Certamente, a abordagem de Doynel de Saint-Quentin não fugia ao receituário francês de considerar as interpretações distintas das suas como uma forma de ataque à França. Nesse caso, contudo, parece ter sido um lance oportunista de setores da imprensa alemã relacionar os acontecimentos no Brasil à insatisfação dos militares com a Missão Militar Francesa de Instrução, ainda que se tenha visto anteriormente, segundo Frank McCann, uma oposição direta dos oficiais de baixa patente, os tenentes. Na sua avaliação, McCann aponta para o momento pré-1922 (MCCANN, 2007, p. 338-339) e para possíveis atos de corrupção envolvendo os instrutores franceses no comércio de materiais bélicos.[132] O brasilianista – que na compreensão desta pesquisa exagerou ao

---

população desejava mudanças que, pelo menos, diminuíssem a distância entre os mandantes e os mandados" (ROMANI, 2011, p. 166).

[132] "(…) foram registrados sucessivos informes acerca de propinas pagas a integrantes da missão que facilitaram as compras. Infelizmente, parte do equipamento não era novo e se achava estragado, como as

relacionar as causas das revoltas tenentistas à Missão Militar Francesa de Instrução – comenta:

> Isto não significa dizer que os franceses provocaram a agitação no seio da oficialidade, mas inconscientemente contribuíram para ela, ajudando a polarizar os espíritos no Exército. 'Para um observador imparcial, os ataques pareciam injustificáveis', escreveu o adido militar norte-americano. 'A Missão Francesa é constituída de militares muito competentes que estão trabalhando sinceramente para transformar o Exército brasileiro'. Sinceridade à parte, a presença da missão foi um fator decisivo na política interna do Exército. Talvez os rebeldes de 1922 expressassem mais do que frustração quando lançaram ao mar o novo canhão leve de 75 mm que a Saint-Chamond enviara ao Brasil para testes. Em 1927, numa análise sumária do trabalho da Missão Francesa, o adido militar norte-americano observava ser curioso 'que o elemento de apoio principal da missão ao tempo de sua instalação fosse o pessoal jovem e progressista do Exército, pois os oficiais mais velhos temiam as consequências de modernizações em suas carreiras e evidentemente duvidavam de sua capacidade para se adaptar ao modelo francês; considerando que, atualmente, os maiores entusiastas da missão são os antigos, e o elemento jovem começou a se irritar com a tutela, quer parecer que os brasileiros se sintam suficientemente instruídos por estrangeiros e agora estão em condições de prosseguir sob orientação própria'[133] (MCCANN, 1985, p. 90).

Nota-se claramente na citação de Frank McCann – apresentada no artigo "Influência estrangeira no Exército brasileiro", do periódico *A Defesa Nacional*, de 1985 – uma forma nada sutil de vincular os acontecimentos revolucionários de 1922 a uma espécie de reação aos franceses (instrutores e equipamentos bélicos). Não que "os franceses tenham provocado tal agitação", mas há, na visão de McCann, relações

---

máscaras contra gases manchadas de sangue e furadas. Um jornal classificou sumariamente o armamento francês como 'ferro velho'. Os críticos não viam com bons olhos o material de artilharia francês Saint-Chamont (sic) e Schneider (…)" (MCCANN, 1985, p. 89).

[133] Tal análise é contradita por McCann no mesmo artigo, uma vez que aponta para a inexistência de apoio à missão por qualquer setor significativo do Exército, em 1930, momento em que se reduzia ainda mais o papel da missão. "Os tenentes que vinham lutando contra o Exército orientado pelos franceses desde 1924, desejavam rescindir o contrato da Missão, ao passo que os oficiais do Estado-Maior queriam reduzir o seu papel; sua sobrevivência deveu-se às circunstâncias especiais de 1931. A Missão Naval dos Estados Unidos, que estava certa de ter seu contrato renovado em novembro de 1930, caiu repentinamente em desgraça, quando o governo Hoover se recusou a reconhecer a beligerância das forças revolucionárias. Isto forneceu aos opositores dos franceses a oportunidade de pedir a retirada de todos os conselheiros estrangeiros" (MCCANN, 1985, p. 96). Vale lembrar que, mesmo com a Revolução de 1930, a missão francesa permaneceu no Brasil até o final da década. No próprio artigo de McCann, são apresentadas as razões para a perpetuação da missão: o pagamento de indenização, caso houvesse a ruptura do contrato, antes de setembro de 1931 e o fato de "que a renovação do contrato poderia ser apresentada como um incentivo para que Paris renovasse o tratado comercial entre os dois países, cujo prazo também expiraria em setembro de 1931, que os franceses estavam dispostos a deixar caducar. Aparentemente, o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês" (MCCANN, 1985, p. 96). Novamente, apesar de plausível, a reflexão de McCann carrega nas tintas, pois havia entre Brasil e França outros acordos que poderiam ser utilizados como pretexto para a manutenção das relações comerciais, como a colaboração universitária entre as duas nações, por exemplo.

possíveis entre a insatisfação da jovem oficialidade e a presença francesa. A visão do autor pode ser reforçada pela consideração de Carone.

> (…) a vinda da Missão Militar Francesa, do General Gamelin provoca descontentamento (…). O clímax é o choque do Marechal Bento Ribeiro com Calógeras, devido à nomeação de um picador francês para ensinar equitação; segundo os brasileiros, existe na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais um curso de equitação obrigatório e a nomeação é feita enquanto o Marechal está em férias; outros franceses são também nomeados e Bertoldo Klinger é afastado, recebendo o cargo de adido brasileiro em Lima (CARONE, 1971, p. 342-343).

Uma pequena passagem das memórias do marechal Mascarenhas de Moraes indica que, apesar dos enormes elogios do militar aos franceses, poderia haver, sim, desde 1920, alguma indisposição entre os brasileiros e os instrutores da missão francesa. Ao se referir à sua estada na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a partir daquele ano, o oficial escreveu:

> Vigilantes, os instrutores franceses coibiam nos instruendos a natural tendência de resvalarem para o abstrato, em problemas de caráter concreto e objetivo. Alguns oficiais-alunos atribuíam aos instrutores franceses a intenção de promover surpresas embaraçosas nos temas táticos submetidos ao estudo e decisão dos instruendos (…). A EAO, localizada ao lado do quartel do 1º RAM, constituiu-se num foco de subversão. Frequentes eram os contatos entre seus oficiais-alunos e os tenentes do nosso regimento (MASCARENHAS DE MORAES, 1984, p. 67-74).

Tais situações revelam um ambiente razoavelmente inamistoso aos franceses, por parte de setores do Exército brasileiro (jovens e antigos).[134] Contudo, seria precipitado afirmar que a indisposição desses criaria tamanha aversão ao ponto dos oficiais brasileiros se rebelarem, ainda que em 1921, no caso do afastamento do marechal Bento Ribeiro da chefia do Estado-Maior, pudesse ser vislumbrada alguma oportunidade para um conflito mais grave. Em todo caso, há possibilidade de ter havido, em 1922, um descontentamento mais intenso em relação à Missão Militar Francesa de Instrução.

Na sua referência à mudança dos aliados da missão – dos jovens aos antigos oficiais –, McCann também parece de alguma forma ter sido excessivo. Se é

[134] No livro do general Meira Mattos, sobre a vida do marechal Mascarenhas de Moraes, há uma ponderação sobre os conflitos entre os oficiais brasileiros e a missão francesa. "Mas, como não podia deixar de acontecer, levantou-se uma atmosfera de críticas contra a Missão Militar Francesa. Partia, sobretudo, daqueles que não conseguiam êxito nos cursos ou nas arguições durante as manobras. Estes acusavam os oficiais franceses de pretensiosos, arrogantes e mal-intencionados" (MATTOS, 1983, p. 40-41).

indiscutível não ter havido apoio unânime de toda a oficialidade, jovem ou antiga, em qualquer momento, de outro lado, não é possível afirmar que os dois grupos se caracterizavam homogeneamente em torno do debate sobre a presença dos franceses. Recorda-se, por exemplo, do capítulo anterior, a oposição, por vezes "velada", de Tasso Fragoso ao envolvimento dos instrutores franceses nos assuntos do Estado-Maior do Exército. Além disso, é importante que se faça uma cuidadosa abordagem cronológica dessa suposta mudança: os momentos de maior rebeldia foram, em seu clímax, 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. A data de 1922 teve apoio da Escola Militar do Realengo, até então, não dirigida pela Missão Militar Francesa de Instrução.[135]

A interpretação de McCann é considerada inapropriada, não em relação aos possíveis descontentamentos de setores da oficialidade, jovem inclusive, com a atividade da missão francesa, mas no que tentou definir, senão como o elemento motivador das revoltas, pelo menos como a gota d'água que excedeu a tolerância desses militares. Portanto, cabe sublinhar o trecho do artigo de McCann que cita a opinião do adido militar norte-americano, major Loster Baker, em 8 de novembro de 1927, sobre os partidários da Missão Militar Francesa de Instrução e demonstrar a indiferenciação do autor sobre momentos distintos da história da missão, uma vez que, ao superdimensionar um último momento, acabou por generalizar todo o período.

Foi 1927 o ano da análise sumária de Baker. Nesta tese, destacou-se que, no ano de 1927, a influência francesa entrava em declínio. Aconteceu a criação do Conselho de Defesa Nacional, porém não se desejava mais, como foi visto nas ações de Tasso Fragoso, a intervenção dos instrutores gauleses nos assuntos de interesse nacional (vide o relatório de Tasso Fragoso de 1927, tratando da renovação do contrato da missão francesa, mas sem os mesmos "poderes"). O chefe do Estado-Maior, em 1927, não era necessariamente um jovem oficial e nem mesmo um inimigo da missão. Portanto, a análise de Baker, aceita por McCann, carece de melhor compreensão dos sujeitos

[135] A consideração de McCann poderia ser acompanhada da visão de Sodré se fosse possível vincular a ação da Missão Militar Francesa de Instrução ao imperialismo (cultural) na tentativa de conservar uma relação de poder já bastante desgastada. Para Sodré, as causas para o levante tenentista de 1922 eram: "as personagens, porém, como os acontecimentos, são apenas sinais exteriores e superficiais do que ocorre no país. Não era contra Bernardes, exatamente, que os ânimos estavam exaltados, ou contra este ou aquele político, ou chefe militar (no caso dos oficiais): em toda essa torrente de paixões, o que se condenava, inconscientemente, era um regime levado à falência pelo predomínio do latifúndio, pela sua política de submissão ao imperialismo, por tudo aquilo que, em suma, ficou conhecido como política das oligarquias, que impunham sua vontade ao país" (SODRÉ, 2010, p. 265). A definição de Nelson Werneck Sodré de "tenentismo", talvez, seja adequada à reflexão que se desenvolveu nesta tese sobre os desejos de modernidade brasileiros. "O *Tenentismo* começa a representar a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar, que se recusa a servi-lo" (SODRÉ, 2010, p . 270).

envolvidos para apontar as razões que levaram aos conflitos – não os mesmos, em momentos diferentes e por causas diferentes – entre oficiais brasileiros e integrantes da missão.

No que diz respeito à Revolução de 1924, ainda que persistisse a antipatia, não se pode afirmar com contundência que a causa da revolta foi a resistência ao modelo francês. Novamente, McCann procurou relacionar, de maneira quase direta, o tenentismo à oposição à missão francesa.

> Os franceses estavam no Brasil para estabelecer padrões, mostrar aos oficiais como era um exército de categoria internacional e não para criar uma dependência permanente. É impossível supor qual teria sido o desfecho das coisas, se os levantes tenentistas não tivessem ocorrido. Entretanto, sem a agitação, provavelmente teria a instituição se tornado bastante diferente (MCCANN, 1985, p. 91).

Tanto foi assim que os jornais alemães mencionados por Doynel de Saint-Quentin buscaram, em outros momentos, os conflitos entre franceses e brasileiros, para "demonstrar" como a Revolução de 1924 poderia ser vista também como uma revolta contra a missão francesa. O jornal *Tag*, por exemplo, se referiu à missão que atuava em São Paulo e às dificuldades enfrentadas pelos franceses na tropa da força pública daquele estado, acarretando, segundo o periódico, a "expulsão"[136] dos franceses de São Paulo. O próprio diplomata francês admitiu, entretanto, que seria difícil fazer abordagens nesse sentido, pois houve uma série de outros acordos entre os governos da França e do Brasil, aumentando o número de oficiais franceses no país sul-americano, sendo os europeus contratados, por exemplo, para auxiliar na criação da força aérea brasileira.

Doynel de Saint-Quentin atacou diretamente o correspondente do jornal brasileiro *Correio da Manhã*, em Berlim, M. Hehl, citado como o responsável por difundir essas "falsas" informações nos periódicos alemães, entre eles o *Tag*, no intuito de prejudicar a imagem da França. Trocando alhos por bugalhos, o relato do diplomata fugiu um pouco do objetivo proposto para destacar as críticas da imprensa alemã à aviação francesa e como isso poderia ser visto nos acordos entre França e Brasil. Vinculou ainda o jornalista brasileiro a episódios envolvendo "incidentes" até mesmo

[136] Não foi possível cotejar a interpretação de Doynel de Saint-Quentin com os textos originais dos periódicos alemães, de modo que aqui não se faz um juízo se houve ou não exagero por parte dos jornais ou do próprio diplomata, com a intenção de amplificar ainda mais a oposição entre franceses e alemães. Contudo, McCann também sustentou essa interpretação. "Em meio à década de 1920, um certo descontentamento se fazia evidente. Em fins de 1924, as autoridades paulistas dispensaram a Missão Francesa Independente" (MCCANN, 1985, p. 91).

fatais, provocados, segundo Doynel de Saint-Quentin, por ato de sabotagem, na escola de aviação sob a chefia do comandante Moinville, como em dezembro de 1923, por ocasião da inauguração da Igreja de Jacarepaguá.

> Il fait noter incidemment à ce propos que très probablement le Commandant Moinville, qui touchait un pourcentage pour la livraison de nouveaux appareils, ne se souciat guère de savoir si l'État brésilien ou les familles brésiliennes auraient un citoyen ou un fils de plus ou de moins". Il ne va pas toutefois jusqu'à formuler une accusation formelle d'assassinat, mais ce pas est franchi par le correspondant d'un autre journal qui attribue à ces manoeuvres de sabotage un accident mortel dont furent victimes deux officiers brésiliens (DOYNEL DE SAINT-QUENTIN, 1924).

Voltando ao assunto principal da sua carta, Doynel de Saint-Quentin descreveu que não foi esse ou aquele fato isolado, mas o acúmulo deles que, de acordo com seu relato sobre a imprensa alemã, provocou a rebeldia dos jovens oficiais contra o poder central, impopular e considerado pelos tenentes incapaz de proteger a pátria e os valores nacionais da Missão Militar Francesa de Instrução. Assim, o diplomata tratou a abordagem do jornalista brasileiro que divulgava tais ideias na Alemanha com um ministro brasileiro (não identificado). O brasileiro declarou ao francês que M. Hehl era alemão de origem e não seria um verdadeiro representante da opinião do jornal *Correio da Manhã*. Portanto, não indicaria efetivamente o pensamento ou as impressões de setores da sociedade brasileira.

De qualquer modo, recorrendo novamente a uma leitura a contrapelo e ainda que sem conferir à questão a mesma importância que dedicou Doynel de Saint-Quentin, afirma-se que pairava alguma suspeita (fundada ou não) sobre as relações comerciais de armamentos entre Brasil e França. O relato do diplomata não era apenas a descrição de exageros de um tendencioso jornalista germano-brasileiro, porém, sobretudo, uma preocupação de que as ilações feitas pudessem de fato refletir em propaganda negativa para a França, bem como que os franceses pudessem colocar em dúvida a qualidade dos produtos exportados ao Brasil, conferindo razão à insatisfação de alguns setores brasileiros, principalmente do governo e do Exército, e, indiretamente, tivessem alguma responsabilidade nos levantes de 1924, como retrospectivamente, talvez, tiveram em 1922.

Em outra carta (relatório), de 9 de agosto de 1924, o embaixador francês no Brasil, Alexander Conty, procurou apresentar, além dos movimentos revolucionários iniciados em julho daquele ano e da sua propagação por outras cidades do Brasil, como

Aracaju, Belém e Manaus, a participação (ou ausência) da missão chefiada por Gamelin nos acontecimentos políticos e militares. No momento da redação do documento, Conty já apontava para a derrota dos rebelados da cidade de São Paulo e sua retirada para o interior do Estado. Também tentou desenvolver uma ideia próxima à de Gamelin e recorreu à crítica à tradição ibérica dos "pronunciamentos militares" como raiz de todos os males políticos dos latino-americanos de maneira geral. Lembrou-se do direito ao voto dos militares como uma das possíveis razões das sublevações dos quadros das forças armadas e, historicizando a presença dos militares na política brasileira, assinalou a participação do Exército na queda do Império e na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

O balanço de Conty não terminou nesse ponto. Em acordo com a opinião aparentemente geral dos franceses no Brasil, viu no período do governo de Epitácio Pessoa e no gabinete do ministro Calógeras o momento de maior esforço de profissionalização do Exército brasileiro. "M. Calogeras, ingénieur éclairé et intelligent, qui avait entrepris d'organiser, d'armer, d'instruire et de discipliner l'armée brésilienne. Il avait fait appel à la Mission Militaire Française et la soutenait contre les attaques des factions intéressées" (CONTY, 1924). Reforçou ainda que Calógeras era civil, insinuando com isso que toda a corporação era de alguma forma, até 1920, culturalmente irremediável, cabendo a alguém não militar modificá-la. Consequentemente, um dos trabalhos da missão era a profissionalização dos novos quadros do Exército brasileiro e a "eliminação" dos velhos.

Logo, a contradição[137] apontada neste capítulo é retomada: se o propósito da missão era modernizar o Exército – para isso foi contratada – e havia claramente essa tarefa em vista, por que se atribuiu de um modo ou de outro alguma responsabilidade à missão nos acontecimentos de 1922 e de 1924, como fez Frank McCann? Afinal, os "tenentes" desejavam, isso sim, a modernização da instituição e do país com um todo (mesmo que fosse um modernismo reacionário).[138]

[137] Tomando por empréstimo a reflexão de Anna Maria Martinez Corrêa sobre a Revolução de 1924, pode-se analogamente aplicá-la ao caso aqui exposto. "Entendendo a *política* como a luta que tem por objeto o *momento atual* e como objetivo específico o *poder do Estado*, a participação de militares numa luta política envolvendo o próprio Estado que essa instituição defende, reveste-se de forte contradição. Essa contradição, no entanto, é aparente, na medida em que ela não visa alterar a composição daquele aparelho mas apenas a sua correção" (CORRÊA, 1976, p. 183).

[138] Ao desenvolver o conceito de "modernismo reacionário", para tratar das correntes do pensamento conservador, na Alemanha da República de Weimar e do Terceiro Reich, Jeffrey Herf aponta: "o modernismo reacionário é um construto típico-ideal (…), [combinação de] reação política com avanço tecnológico (…); os modernistas reacionários ensinaram a direita alemã a falar de tecnologia e cultura. O modernismo reacionário não foi fundamentalmente uma reorientação pragmática ou tática, o que não

Já foi discutida também na presente tese a oposição dos jovens cadetes à missão, assim como dos oficiais mais antigos. Pois bem, se a resistência era de todos os setores – não integralmente, é certo –, por que a missão permaneceu no Brasil até o final da década de 1930? Algumas hipóteses foram sustentadas nos capítulos precedentes, não para a solução de contradições, mas para oferecer alguns caminhos que ajudem a conjecturar seu relativo êxito.

Retomando as impressões de Conty, que davam enfoque aos "velhos" quadros do Exército como a razão do conturbado ambiente político-militar, destaca-se que o embaixador atacou diretamente o ministro da Guerra daquele momento, o marechal Setembrino de Carvalho, a quem chamou de "velho general político" (em uma tradução literal).

> Le Maréchal Setembrino, Ministre de la guerre du Président Arthur Bernardes, est le prototype du vieux général politicien: ignorant, brouillon, présomptueux et, qui pis est, cruel; il laisse toute l'autorité et confie toutes les attributions de sa charge à la séquelle avide et corrompue qui compose son cabinet s'attribuant toutes les faveurs et tous les profits (CONTY, 1924).

Na sua consideração sobre o general Tasso Fragoso, chefe do Estado-Maior, Conty não foi mais generoso.

> (…) le général Tasso Fragoso (…) aspire à realiser le type de l'officier brillant, mais il est vaniteux et superficiel; il lit beaucoup, s'assimile peu, parle trop, son sprit d'intrigue a souvent révélé sa fausseté, on peut tabler sur sa bonne foi. Il est d'ailleurs en frequents conflits avec le cabinet du Ministre (…). Sous la direction incohérente de ces chefs, le corps des offciers brésiliens se trouve désorienté, décourage, irrité, démoralisé (CONTY, 1924).

Conty determinou a causa das revoltas atribuindo aos "velhos" militares a culpa pelos eventos rebeldes. Ou seja, assim como os franceses foram acusados de ter alguma responsabilidade nas revoluções, os franceses, por sua vez, apontaram a culpabilidade dos quadros mais antigos do Exército brasileiro, indicando que, se houvesse qualquer ligação da missão com os motivos rebeldes, essa era a de catalisar o processo, pois os instrutores franceses traziam ao país um modo de ser do militar frontalmente antagônico ao da cultura "obsoleta" dos oficiais brasileiros de então. Conty observou: "Des

---

significa negar que tenha transformado as necessidades industriais-militares em virtudes nacionais (…). Os modernistas reacionários foram nacionalistas que desviaram do bucolismo voltado para o passado (…). Exigiam uma revolução de direita que restaurasse o primado da política e do estado sobre a economia e o mercado" (HERF, 1993, p. 13-14).

ambitions turbulentes des uns, des déceptions des autres s'exhale une atmosphère de malaise et de trouble. Les ferments de révolte abondent" (CONTY, 1924). Inocentando, portanto, a missão de possíveis acusações que poderiam ser a ela atribuídas como uma das responsáveis pela deflagração dos conflitos. Em outras palavras, germinava então a insatisfação entre os jovens oficiais e foi a tentativa conservadora de manutenção das práticas e dos valores políticos e militares pré-chegada da missão francesa, em oposição aos desejos de modernidade, que levou o país a uma década turbulenta.

Após direcionar sua metralhadora crítica aos "velhos" militares, Conty a apontou para o presidente Artur Bernardes, de quem não respeitou sequer a origem[139], ainda que tenha feito elogios ao seu esforço na área econômica, inicialmente, pois o resultado, segundo o embaixador, da política econômica do governo de Bernardes foi uma das causas da Revolução de 1924. Sobre o presidente e sua responsabilidade nos eventos de 1924 (e também de 1922), escreveu:

> Avant même son avénement au pouvoir, le Président Arthur Bernanrdes a vu se dresser violemment contre lui le foyer de politique militariste que constitue le "Club Militar" alors sous la présidence du Maréchal Hermes da Fonseca, ancien Président de la République. L'affaire des lettres apocryphes ou authentiques, fâcheusement livrées à la publicité, où le Président élu s'exprimait librement sur le Maréchal et sur certains officiers brésiliens, a déterminé, après de multiples incidents, l'émeute du 5 Juillet 1922 (…). Vis à vis des émeutiers du 5 Juillet 1922, il n'a su ni pardonner, ni punir. Epuisé par une longue détention, le Maréchal Hermes da Fonseca, tardivement rendu à une liberté relative, est mort dans l'isolament à Petropolis (…). L'état de siège proclamé en Juillet 1922 a été prorogé… jusqu'au 23 Décembre 1923 (…). Et de nouveau l'état de siège a été décrété le 5 juillet 1924 (…). la situation financière et économique du Brésil a causé ici une vive irritation. Les uns reprochent aux financiers britanniques d'être venus de bien loin pour découvrir que nul n'ignorait. Les autres accusent l'Angleterre[140] de vouloir établir son protectorat sur le Brésil. Les révolutionnaires de São Paulo, dans un de leurs manifestes, ont fait état de ce rapport pour dénoncer l'humiliation infligée à la patrie brésilienne (CONTY, 1924).

Ao tratar diretamente dos acontecimentos entre 5 e 28 de julho, Conty preferiu não descrevê-los, uma vez que o cônsul francês em São Paulo já o fazia, com mais propriedade, por acompanhá-los *in loco*. Contudo, analisou a situação política decorrente do processo revolucionário e, mesmo assim, dedicou páginas e páginas às

[139] Em tom irônico registrou: "Originaire du pays de Minas Geraes 'd'où l'on ne voit pas le mer" (CONTY, 1924).

[140] "Haja vista, também o gesto impensado, recente de, além de não ter poupado ao país o vexame de uma vitória estrangeira, ainda se ter dado publicidade, por iniciativa governamental, de um documento da Missão Inglesa, em que até se incluíam graves insinuações sobre a probidade brasileira. Não satisfeito com os fatos lamentáveis, o governo quis documentá-los perante o mundo, por uma peça oficial" (Manifesto do Governo Provisório de São Paulo apud FORJAZ, 1977, p. 63).

principais ações e personagens da revolução. Também avaliou as atitudes das outras delegações diplomáticas, como as da Itália, da Inglaterra, dos Estados Unidos e de Portugal. Tal narrativa não será aqui abordada, pois, apesar de significativa para a compreensão de como os franceses viam a movimentação diplomática no contexto da Revolução de 1924, pouco confere de substancial para a reflexão do objeto de estudo desta tese.

Enfim, não há dúvidas de que a "neutralidade" francesa deve ser colocada em suspeição em relação aos acontecimentos de 1924. Porém, não se pode dimensionar a questão. A revolução era uma manifestação contra a missão? Seria exagero atribuir-lhe toda a responsabilidade, ainda que pudesse ter alguma parte na motivação dos rebeldes, não sendo possível efetuar uma afirmação categórica. Os franceses se mantiveram neutros? Não. Ainda que não se possa asseverar o grau de interferência dos europeus, pela documentação que foi mencionada – notadamente o relatório de Gamelin –, o chefe da missão aconselhou o presidente Artur Bernardes. No entanto, como não foi localizado o documento com as notas de Gamelin sobre suas ideias para controlar a rebelião, não se sabe aqui se o governo brasileiro se serviu dos seus conselhos, nem mesmo quais foram os resultados desses conselhos, caso tenham sido adotados.

De toda forma, não era a Missão Militar Francesa de Instrução contratada pelo governo brasileiro? Não teria ela executado apenas a tarefa solicitada e não se engajado em prol de uma causa? Restam mais perguntas que dados concretos. Contudo, nesse caso, o benefício da dúvida não absolve a missão. Por mais que as tentativas de apresentar a imobilidade dos franceses em relação às crises político-militares vividas no Brasil, nos anos dourados da atividade da missão, fossem uma salvaguarda do "apartidarismo" político do calado Exército francês, não há incertezas acerca da sua intromissão nos assuntos nacionais. Com isso, não se efetua a condenação da atuação de Gamelin, somente se constata que o oficial exerceu seu papel de auxiliar o Exército e o governo brasileiros.

CAPÍTULO 5

OLHAR BRASILEIRO, MENTALIDADE FRANCO-BRASILEIRA: O LIVRO DE MALAN

Tudo é autobiografia mas isto era uma conversa.
(Gertrude Stein)

O que é o livro? É uma invenção sobre as pessoas
(Fiódor Dostoiévski)

No início das atividades desta pesquisa, um dos primeiros materiais encontrados para o debate bibliográfico que viria enriquecer a reflexão aqui desenvolvida foi o livro *Missão militar francesa de instrução junto ao Exército brasileiro*. Publicada pela Biblioteca do Exército em 1988, dez anos após a aposentadoria do general Alfredo Souto Malan[141], a obra está desde então entre as referências mais presentes nos estudos

[141] "Alfredo Souto Malan é um dos cinco filhos do Gen. Alfredo Malan D'Angrogne e Clementina Pereira Souto. Nasceu no dia 8 de junho de 1908, na cidade de Porto Alegre-RS. Segundo seus próprios relatos, teve formação primária tumultuada, iniciando seus estudos na Escola Pública Marechal Hermes em Porto Alegre (1915-1916) e no Lyceé Janson de Sally em Paris no período em que seu pai era Adido Militar na França (1916-1920). Sua formação secundária (1920-1924) foi realizada no Colégio Santo Inácio; Colégio Militar e Curso Anexo da Escola Militar, todas no Rio de Janeiro-RJ. Concluiu a Escola Militar do Realengo em 1928, sendo declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Engenharia, em 19 de janeiro de 1929. Durante sua carreira realizou todos os cursos obrigatórios com a peculiaridade de ser convidado a permanecer como instrutor após a conclusão dos mesmos, fato inédito de concludentes da Escola Superior de Guerra da França, quando o então Tenente-Coronel Malan foi convidado a permanecer no Corpo Permanente da Escola, uma vez que não era aberto a estrangeiros. Quando do seu retorno ao Brasil, em meados de 1949, após fazer uma exposição sobre o curso ao Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias, é convidado pelo então Comandante, para servir no Corpo Permanente, da recém-criada, em 1949, Escola Superior de Guerra do Brasil. Em 1950, houve a primeira turma que se forma na Escola Superior de Guerra, os oficiais do Corpo Permanente, foram considerados da turma de 1950, entre eles Ernesto Geisel, Antonio Carlos Muricy, Golbery do Couto e Silva, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, Alfredo Souto Malan entre outros. Já nesta época, era Comandante o Marechal Juarez Távora. Comandou o Batalhão da Escola de Engenharia, na Vila Militar, no Rio de Janeiro-RJ. Fez parte do Gabinete do Ministro Espírito Santo Cardoso, foi Subcomandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a convite do Gen. Jair Dantas Ribeiro. No Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), chefiou a 3ª seção do Estado-Maior do Marechal Mascarenhas de Moraes. Foi promovido a General de Brigada em 25 de novembro de 1960, quando exercia a chefia do Estado-Maior da 7ª Região Militar (RM), em Recife-PE. Como General foi Chefe do Estado-Maior do IV Exército, Chefe de Gabinete do EME, Subchefe do EMFA, no período (1962-1964), sendo representante pessoal do Chefe do Estado-Maior do Exército, que era no momento o Gen. Castello Branco, com o qual manteve um contato muito estreito. Exerceu o Comando da AMAN, Comando da 4ª RM, Diretor de Engenharia e Comunicações, Comando do IV Exército, Chefe do Departamento de Provisão Geral e Chefe do Estado-Maior do Exército (EME). Seus discursos e conferências no período em que esteve na Chefia do EME foram reunidos numa publicação editada pelo EME em 1972, que segundo o Gen. Malan era dedicada aos camaradas que deixava na caserna, na esperança que neles pudessem encontrar algo daquilo que tanto se valera ao buscar ensinamento e conforto no legado de acertos – e também erros – dos antigos chefes que presidiram sua formação de soldado. Assim em 10 de maio de 1972, encerrou o Gen. Malan seus quarenta e oito anos de atividade militar, exercendo a função que seu pai exercera quatro décadas atrás, como Chefe do Estado-Maior do

sobre a Missão Militar Francesa de Instrução. Mais do que uma análise histórica e militar da atuação da missão, o autor procurou oferecer aos leitores documentos para pesquisas futuras.

Ainda que o livro seja resultado do trabalho de um indivíduo que esteve envolvido com a missão e, elementar afirmar, jamais espraiasse qualquer pretensão de imparcialidade, seu tom austero – próprio dos militares – permite que se atribua ao texto a tentativa de algum distanciamento.

Nesse sentido, segundo Hayden White:

> Diz-se às vezes que o objetivo do historiador é explicar o passado através do 'achado', da 'identificação' ou 'descoberta' das 'estórias' que jazem enterradas nas crônicas; e que a diferença entre 'história' e 'ficção' reside no fato de que o historiador 'acha' suas estórias, ao passo que o ficcionista 'inventa' as suas (…). O historiador arranja os eventos da crônica dentro de uma hierarquia de significação ao atribuir aos eventos funções diferentes como elementos da estória, de maneira a revelar a coerência formal de um conjunto completo de eventos como um processo compreensível, com princípio, meio e fim discerníveis (…). O arranjo de eventos selecionados da crônica no interior de uma estória suscita os tipos de questões que o historiador deve prever e responder no curso da construção da sua narrativa. As questões são desta ordem: 'Que aconteceu depois?' 'Como isso aconteceu?' 'Por que as coisas aconteceram desse modo e não daquele?' 'Em que deu afinal tudo isso?' Essas perguntas determinam as táticas narrativas que cabem ao historiador empregar na construção de sua estória (WHITE, 2008, p. 22).

O general Malan, que teve sua formação no Brasil e na França, constituiu sua visão de mundo alicerçado na relação colônia-metrópole que, de algum modo, se mantinha no início do século XX entre países sul-americanos e europeus. Mesmo que histórica e politicamente não houvesse uma dominação imperial, é possível entender nas relações culturais entre os continentes da Europa e da América do Sul uma tentativa das elites das ex-colônias de, em alguns casos, copiar modelos das antigas metrópoles e, em outros, traduzir ou "hibridizar" esses modelos – como foi discutido no primeiro capítulo desta tese –, de modo que marcas indeléveis foram estabelecidas na mentalidade de alguns sujeitos históricos, mais do que propriamente podem ser identificadas em vestígios materiais. O caso do general Alfredo Souto Malan é um exemplo de certa

---

Exército do Ministro Pandiá Calógeras. No recesso do seu descanso o Gen. Malan, escreveu artigos, proferiu conferências e publicou livros. Foi um dos sócios fundadores do Centro Brasileiro de Estratégia (CEBRES) e era sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Deveria tomar posse em sua cadeira de historiador militar no (IGHMB), no dia 9 de novembro de 1982, tendo como patrono o Duque de Caxias e ao lado do qual figura como patrono seu ilustre pai e geógrafo Alfredo Malan D'Angrogne. Mas quis o destino, que em 5 de novembro de 1982, quatro dias antes de sua posse, viesse a falecer na cidade do Rio de Janeiro, em conseqüência de uma embolia pulmonar, após uma operação de ponte de safena" (MALAN, 2008).

"europeização", isso além de ele estudar em escolas brasileiras e francesas, vivendo períodos importantes na França, como seu pai teve papel fundamental nos acordos para a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução.

Na obra *Os olhos do império*, ao tratar do conceito de "zona de contato" – que não se aplica a esta análise –, a intelectual canadense Mary Louise Pratt desenvolve uma reflexão pertinente ao entendimento que se tem aqui sobre o legado deixado pela colonização e por certo desejo de se transformar naquele que, através de um discurso bem articulado, se pretendeu como "superior".

> Os frutos do império, sabemos, foram constantes na elaboração da cultura, história e sociedade doméstica europeia. Em que medida as construções europeias sobre outros subordinados teriam sido moldadas por estes últimos, através da construção de si próprios e de seu ambiente, tal como eles os apresentaram aos europeus? Poderia o mesmo ser dito de seus modos de representação? Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte de recursos para o desenvolvimento econômico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole (PRATT, 1999, p. 31).

Todo e qualquer relato é resultado da experiência vivida ou observada pela testemunha, de modo que, antes de discutir as impressões, as avaliações e as conclusões de Malan sobre a história da Missão Militar Francesa de Instrução, cabe alguma ponderação sobre a fonte emissora da informação e da manipulação dessa fonte.

Malan esteve afetivamente vinculado à missão e isso não se afirma com base apenas na relação entre o oficial e os instrutores estrangeiros, mas na observação de que seu pai foi um dos principais articuladores da contratação de uma delegação francesa de instrutores para o Exército brasileiro, no momento em que havia intenso debate no país acerca da nacionalidade daqueles que ajudariam o Exército nacional a sair do seu atraso. Assim, como analisar uma obra significativa da história da missão sem exagerar na suspeição que pode pairar sobre ela, uma vez que seu autor foi, além de pesquisador, testemunha dessa história?

A mesma problemática levou o historiador Eric Hobsbawm, na obra *Era dos extremos*[142], a uma autocrítica da dimensão historiográfica que o livro poderia ter, uma

[142] Hobsbawm afirma: "não apenas um velho historiador tem o passado como parte de seu presente permanente. Em vastas extensões do globo todas as pessoas de determinada idade, independentemente das origens e histórias pessoais, passaram pelas mesmas experiências centrais" (HOBSBAWM, 1995, p. 14). Para Edward Said, "há uma considerável sobreposição entre história e memória em *Era dos extremos*. O período examinado coincide com o da vida do autor. Embora diga que essa combinação de público e privado possa ser compreendida como o 'Breve Século XX' em termos de história mundial, o

vez que o autor também estava afetivamente vinculado aos eventos históricos narrados e analisados – o que não impediu o texto de ser um significativo material para compreensão da história do século XX, ainda que, como toda e qualquer obra, não esteja imune a críticas.

> Meu objetivo é compreender e explicar *por que* [grifo do autor] as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis –, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais. Somos parte deste século. Ele é parte de nós (HOBSBAWM, 1995, p. 13).

Assim, neste capítulo, é desenvolvida não apenas uma retomada crítica da obra de Malan e do possível imaginário que se criou sobre a história da missão, mas a revisão problematizadora do que até agora foi discutido na presente tese. Ou poderiam ser tomados todos os documentos e a bibliografia até agora debatidos sem que se fizesse tal reflexão sobre os sujeitos que escreveram acerca do assunto?

Sabe-se que toda tentativa de escrever a história não é um exercício de mera contemplação do passado, mas sobretudo de interpretação e, portanto, de tomada de partido quanto aos acontecimentos existentes. Por isso, este capítulo tem como objeto de investigação o registro da história da missão francesa por um sujeito e uma obra que propuseram alguns caminhos interpretativos para o entendimento de um momento da história do Exército brasileiro. Dessa forma, pretende-se não desqualificar ou exaltar o livro de Malan como referência para os estudos sobre a Missão Militar Francesa de Instrução e, sim, apontar criticamente para sua escrita da história.

* * *

---

resultado é necessariamente um relato que se baseia em 'alicerces estranhamente irregulares'. O historiador é agora menos um guia do que um 'observador participante', alguém que não pode ter o domínio completo da historiografia de nosso século. Contudo, a admissão de falibilidade do autor – ele fala com franqueza de sua ignorância, confessa concepções controvertidas, admite um conhecimento 'precário e irregular' – não invalida *Era dos extremos*, que, como muitos resenhadores já observaram, é uma obra formidável, marcada pela combinação característica do autor de grandiosidade e ironia, bem como de seu amplo alcance e de sua visão penetrante" (SAID, 2003, p. 230).

Atualmente, entre os debates mais instigantes da historiografia e da teoria da história está aquele sobre a possibilidade de se apreender determinada cientificidade da narrativa histórica, articulando-a a fundamentos concretos que a façam escapar do juízo estritamente retórico[143] da sua capacidade de convencimento sobre aquilo que se escreve e de não misturar ficção com factualidade histórica.[144] Destacam-se nessa discussão as reflexões de Paul Ricoeur, Carlo Ginzburg, Giorgio Agamben e Hayden White[145] sobre algum princípio de realidade dos fatos passados e da abordagem hermenêutica que os historiadores fazem deles. Quando o próprio autor da narrativa histórica é testemunha dos eventos históricos, imediatamente, surge a suspeição quanto ao fundamento científico de tal relato. Poderia uma testemunha interessada narrar sem comprometimento a história experenciada? Ou isso seria tarefa apenas de especialistas capazes de depurar através de métodos quantitativos e qualitativos os documentos pesquisados? Ou mais, seria o relato de uma testemunha apenas fonte para outros ou consistiria em uma possível análise qualificada da história?

> É o caso de se perguntar se a suspeita não é inteiramente forjada a partir de um modelo linguístico inapropriado ao discurso histórico, o qual seria mais bem entendido a partir de modelos alternativos para os quais o referente, qualquer que seja ele, constitui uma dimensão irredutível de um discurso dirigido por alguém a alguém sobre alguma coisa. Faltaria dar conta da especificidade da referencialidade em regime historiográfico. Minha tese é que ela não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental,

[143] "A redução da historiografia à retórica é (…) o cavalo de batalha de uma extensa polêmica antipositivista com implicações mais ou menos abertamente cépticas. Embora remontando, em substância, a Nietzsche, esta tese circula (…) basicamente sob os nomes de Roland Barthes e Hayden White. Ainda que não totalmente coincidentes, os seus respectivos pontos de vista são associados pelos seguintes pressupostos, formulados de maneira ora mais ora menos explícita: a historiografia, assim como a retórica, se propõe unicamente a convencer; o seu fim é a eficácia, não a verdade; de forma não diversa de um romance, uma obra historiográfica constrói um mundo textual autônomo que não tem nenhuma relação demonstrável com a realidade extratextual à qual se refere e textos historiográficos e textos de ficção são auto-referenciais tendo em vista que estão unidos por uma dimensão retórica" (GINZBURG, 2002, p. 47-48).

[144] Em sua ácida reflexão sobre a história e sua escrita, Paul Veyne mostrou que os limites do factual muitas vezes não são possíveis de apreensão. "Quanto mais se alarga, a nossos olhos, o horizonte factual, mais ele parece indefinido: tudo o que compõe a vida quotidiana de todos os homens, inclusive o que só um virtuose do diário íntimo discerniria nela, tudo isso constitui, de direito, caça para o historiador, pois em que outra região do ser que não na vida quotidiana, dia após dia, poderia refletir-se historicidade?" (VEYNE, 2008, p. 31).

[145] White apresenta uma diferença fundamental entre aquelas expostas no início de *Meta-história*, que pode servir de critério para se classificar qual é o tipo de história que conta um texto historiográfico, como o livro de Malan. "Alguns historiadores concebem sua obra primordialmente como uma contribuição para a iluminação de problemas e conflitos sociais existentes, enquanto outros se inclinam para suprimir tais preocupações presentistas e tentam determinar em que medida um dado período do passado difere do seu, no que parece ser um estado de espírito bem próximo daquele do 'antiquário'" (WHITE, 2008, p. 20).

> pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico (RICOEUR, 2007, p. 263).

A partir das proposições de Ricoeur, elabora-se uma tessitura[146] entre os elementos retóricos, factuais e analíticos do escritor da história, a qual concentraria a legitimidade da narrativa histórica, não podendo ser confundida com a produção exclusivamente literária e, por que não, ficcional do tema abordado. Com isso, não se anula o testemunho do autor-historiador, mas se faz com que este seja compreendido na dimensão de que não há, de forma alguma, qualquer possibilidade de tomá-lo como um produtor de conhecimento puramente científico da história.[147] Lembrando-se que a expressão "puramente científico" se remete ao paradigma galileano, como bem afirmou Carlo Ginzburg.

> O emprego da matemática e o método experimental, de fato, implicavam respectivamente a quantificação e a repetibilidade dos fenômenos, enquanto a perspectiva individualizante excluía por definição a segunda, e admitia a primeira apenas em funções auxiliares. Tudo isso explica por que a história nunca conseguiu se tornar uma ciência galileana (…); o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural (GINZBURG, 1989, p. 156-157).

Ponderando-se o debate entre Ginzburg e White[148] acerca daquilo que o italiano problematizou através da ideia de "princípio de realidade" (GINZBURG, 2007, p. 210-230), mesmo a testemunha que vivenciou tal processo histórico não pode ser desacreditada no valor da sua narrativa. Certamente, o objeto de análise dos pensadores mencionados anteriormente (Ricoeur, Ginzburg, White e também Agamben) apresenta em sua própria essência uma dificuldade, talvez, maior que aquela existente nesta tese: de que forma a história do holocausto (doravante, shoah), tendo como fonte os

[146] Veyne, igualmente, compreende que "os fatos não existem isoladamente, no sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco 'científica' de causas materiais, de fins e de acasos; de uma fatia da vida que o historiador isolou segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa (…). Quais são, pois, os fatos dignos de suscitar a atenção do historiador? Tudo depende da trama escolhida, um fato não é nem interessante, nem o deixa de ser" (VEYNE, 2008, p. 42-43).

[147] "Se remontarmos agora à fonte da demanda por verdade e, portanto, ao local do traumatismo inicial, convém dizer que essa fonte não está na representação, mas na experiência viva do 'fazer história' tal como é diversamente enfrentada pelos protagonistas" (RICOEUR, 2007, p. 273).

[148] "Foi contra esse pano de fundo carregado de interrogações e paixões referentes à própria possibilidade de 'historizar' (*Historiserung*) o nacional-socialismo, e singularmente 'Auschwitz', que se desenrolou o colóquio americano sobre o tema '*History, Event and Discourse*', durante o qual Hayden White e Carlo Ginzburg opuseram seus pontos de vista sobre a noção de verdade histórica. Foi assim que a questão dos limites da representação sob suas formas narrativas e retóricas pôde tomar a proporção de uma submissão à prova – uma provação – dos limites do próprio objeto de se representar um acontecimento de tal magnitude. Historização e figuração, mesmo combate e mesma prova (RICOEUR, 2007, p. 268).

testemunhos dos sobreviventes dos campos de extermínio nazistas, pode ser considerada uma história de fatos e não apenas impressões parciais dos sujeitos que a narraram?

No livro *O que resta de Auschwitz*, de Giorgio Agamben, são encontradas profundas reflexões[149] que levam a uma série de perguntas, paradoxos, contradições e aporias. A primeira indagação que emerge na sua análise é sobre a narração do horror do extermínio, daqueles que não foram exterminados, ou seja, a narração do inenarrável. Como narrar o inenarrável? E isso sem cair no "sentimentalismo", sobre o qual alertou Hayden White.

Uma das mais conhecidas testemunhas do genocídio, o italiano Primo Levi (1919-1987), não julgou ou condenou imediatamente, mesmo entendendo o extermínio como crime. Não fez julgamentos da vítima e do carrasco, pois entende que no campo de extermínio ambos são ignóbeis. Assim, a partir de tal situação, se desenvolveram outras problematizações, como: que testemunho emerge da experiência vivida nos campos de extermínio? Por certo, algo que se estabelece entre a lacuna de uma experiência incompleta e outra vivência completa do sobrevivente, da quase vítima. É manifesto que os testemunhos de demais sujeitos são valiosos para a discussão da realidade histórica, mas somente aquele que experimentou a existência no umbral entre a vida e a morte pode narrar o inenarrável; ainda que de modo incompleto, pois essa é a natureza paradoxal possível de ser uma quase vítima, é o que há de possível no impossível registro de uma memória que não é integral. A ideia de uma testemunha integral é de Primo Levi.

Cabe, portanto, uma abordagem do termo "testemunha", sem tentar limitá-lo ao campo do direito. Há em latim dois termos para representar a testemunha: *testis* – aquele que se coloca como um terceiro em um processo ou litígio entre dois contendores, portanto considerado neutro – e *superstes* – aquele que viveu um evento até o fim e pode dar testemunho disso, entretanto, não é neutro. Evidentemente, Levi, em contexto trágico, e Malan, em outro menos lúgubre, não foram terceiros. Levi foi um supérstite (ou seja, um sobrevivente) de fato; Malan vivenciou a experiência da missão francesa e, anos depois, deu seu testemunho, não apenas como depoente, mas como historiador (o observador participante de Hobsbawm).

Levi não foi um juiz do seu testemunho. Malan tentou não sê-lo, todavia, o historiador sempre faz juízos. Não que Levi não pudesse avaliar a shoah como um crime

[149] Toda a exposição das questões suscitadas por Agamben, daqui ao seu término, é uma citação indireta ao texto de *O que resta de Auschwitz*.

– afirmou que condenaria Eichmann à morte –, mas a questão, no caso dessa testemunha, é não reduzi-la à categoria jurídica, tampouco restringir todo o processo histórico vivido ao âmbito do direito.[150]

Outra noção de testemunha vem do grego *martis*, que origina mártir (em latim, *martirium*, ou seja, um testemunho de fé). Há, assim, diversas indagações: poderiam as vítimas do genocídio perpetrado pelos nazistas terem sido mártires? E a história de Malan foi um testemunho da sua crença na importância da Missão Militar Francesa de Instrução? Na análise de algumas escolhas feitas por Malan, compreende-se que essas se deram por motivações não necessariamente objetivas.

No caso da narrativa do extermínio de judeus, a testemunha é incompleta; emerge de uma lacuna, pois somente os sobreviventes podem dar o testemunho, consequência de certo privilégio em relação à testemunha integral. A testemunha integral, em Auschwitz, era o "muçulmano".[151] No caso da narrativa de Malan, poder-se-ia – como foi feito em quase todos os momentos – recorrer a outras fontes não restritas à memória. Todavia, ao fazê-lo, Malan as selecionou de tal modo que o espaço para o contraditório ficou restrito a posições que apenas reforçaram sua própria tese.

---

[150] É possível recordar também a obra *O processo* (2006) de Kafka. Não estava em questão propriamente a presunção da inocência, mas a ideia de que o verdadeiro inocente é aquele que jamais fora acusado. Qual era a acusação que sofriam os judeus e o que acarretava seu julgamento, sentença, condenação, execução e morte? O fato de serem judeus. Pode-se afirmar que a culpa do judeu era sua origem? Como ser inocente ou, melhor, inocentado de tal acusação? Aqui há uma aporia jurídica. De mesmo modo, não é possível achar que o julgamento de Nuremberg superou os crimes da Segunda Guerra Mundial. O direito não esgotou o tema. Sobre os sujeitos envolvidos no extermínio – vítimas e carrascos –, Levi entende haver uma confusão, algo que denomina "zona cinzenta". Agamben observa uma fusão dos metais da ética e relaciona com outro conceito, o de "responsabilidade", que, nesse caso, escapa novamente ao âmbito exclusivo das categorias jurídicas. É algo diferente de uma ética além de bem e mal, é algo que está aquém. Ser responsável, que é genuinamente um gesto jurídico, é se colocar como fiador de alguém ou de si mesmo, assim o conceito está diretamente vinculado à noção de culpa, que, em sentido lato, indica a imputabilidade de um dano.

[151] O termo que se referia aos enfermos dado o estado de desnutrição era, grosso modo, uma alusão aos islamitas em oração, pois eram frequentemente encontrados em posição ajoelhada e curvados. Os muçulmanos não causavam pena a ninguém. Para Levi, os muçulmanos eram a multidão dos não homens ou de homens vazios. Segundo Agamben, era apenas a vida nua (zoé). Há, contudo, alguma discordância quanto à origem do termo. Agamben considera que o significado do termo árabe é o que melhor exprime seu sentido: submeter-se incondicionalmente a Deus. O termo surgiu em Auschwitz e depois se espalhou por outros campos, ainda assim, havia outras denominações para o "não homem", como *Kretiner* em Stutthof e *Krüppel* em Mathausen. O muçulmano é um ser indefinido, ocupando o território entre a vida e a morte; o qual provoca repugnância, pois semivivo, não pode ser eticamente tolerado, uma vez que se evaporou toda a sua humanidade. Seria essa a testemunha integral. Poderia um carrasco, em Auschwitz, nesse sentido, também ser um muçulmano? O muçulmano é o inumano para a humanidade daquele que sobrevive, portanto, há o desejo de afastá-lo a qualquer custo. Em 1945, os ingleses fizeram filmagens do campo de Bergen-Belsen logo após sua libertação. Por que a imagem é tão intolerável? Talvez porque o muçulmano não seja uma ofensa à dignidade da vida e, sim, à dignidade da morte. Agamben cita Adorno: "o mundo moderno envilece a morte". A respeito da degradação da morte, lembra que Foucault propôs uma explicação em termos políticos: "o antigo direito de fazer morrer e deixar viver dá lugar a uma figura inversa, que define a biopolítica moderna e que se expressa na fórmula fazer viver e deixar morrer". O muçulmano seria, segundo essa ideia, a produção da última substância biopolítica isolável.

Nesta reflexão, o problema não alcança jamais a dramaticidade do debate historiográfico sobre a shoah, mas apresenta alguma forma de ressignificação da importância dos escritos sobre a história do Exército brasileiro, em particular sobre a história da Missão Militar Francesa de Instrução. Mais ainda, como afirmado anteriormente, a partir da obra de Malan, que entendimento pode-se ter do olhar brasileiro sobre a missão?

Não se acredita aqui que a visão de Malan se reporta a uma posição generalizada sobre a missão. O alerta é óbvio, mas suas consequências podem não ser. Inúmeras interpretações sobre a história do Exército brasileiro, de forma geral, levaram, em diversas ocasiões, a embates demasiadamente acalorados que frutificaram em partidos rivais acerca dos objetos em análise. No que diz respeito à Missão Militar Francesa de Instrução – em função do que já foi exposto nesta tese –, ocorreu algo semelhante. Entendendo-se que é preciso, neste momento, portanto, reduzir a compreensão de Malan a uma visão particular, por que não dizer "privada" da história da missão, mas que ecoa no espaço público como uma possibilidade de entendimento efetivo da própria história do Exército brasileiro. A respeito da categoria de "privado", apoia-se aqui na proposição de Roger Chartier,

> A categoria 'privado' refere-se (…) à natureza da comunidade na qual se faz uso da compreensão. Uma assembleia de fiéis, uma igreja particular, um Exército, até mesmo um Estado, todos constituem entidades singulares, circunscritas e localizadas (…); o uso público da compreensão contrasta, termo por termo, com o uso 'privado' exercido em uma relação de dominação específica e limitada. Entendendo como uso público da razão o uso que a pessoa dela faz como erudito diante de um público leitor; 'como erudito' – ou seja, como membro de uma sociedade sem distinção de hierarquia ou condição social –; 'diante do público leitor' – ou seja, dirigindo-se a uma comunidade não definida como parte de uma instituição (CHARTIER, 2009, p. 55).

Uma vez direcionada a análise para uma obra sobre o objeto aqui discutido, poder-se-ia interpretar que a pesquisa partiu das considerações de Malan sobre a história da missão e fez apenas conferir documentalmente e com apoio de alguma bibliografia crítica a validade ou não das suas assertivas. Até agora pouquíssimas citações foram feitas do livro de Malan, não porque não são úteis, mas, ao tomá-lo neste capítulo como objeto central, buscou-se algum afastamento até então, para preservar seu testemunho e sua compreensão da história da missão francesa. Em outras palavras, o escrito certamente teve adeptos, porém não gozou necessariamente do mesmo entendimento de todos os pesquisadores do tema. Ainda assim, mesmo em alguns casos – como nesta

tese –, relegado a um segundo plano na compreensão dos fatores mais relevantes para uma interpretação histórica do Exército brasileiro e da experiência dos instrutores franceses, o trabalho é um importante referencial para, ao menos, conhecer como os partidários brasileiros da Missão Militar Francesa de Instrução compreenderam os eventos relacionados à presença da missão no Exército brasileiro.

Sobre o debate historiográfico em questão, compete aqui apenas a apropriação de algumas problemáticas delineadas pelos autores mencionados, sem deter-se por muito tempo na natureza da discussão (porque claramente se evadiria do cerne da presente tese, levando-se a uma apreciação própria para outro momento). Considera-se como relevante para a reflexão a adoção ou não de uma de fonte segura de conhecimento histórico. Como pode parecer manifesto na obra de Malan, certamente, as passagens mais polêmicas ou desconfortáveis na história da missão francesa receberam um tratamento menos apaixonado, talvez, que seus momentos gloriosos.

Voltando brevemente ao debate anterior, ainda que não se pretenda perder-se no objeto concreto de celeuma, faz-se mister recordar que desde o final da Segunda Guerra Mundial, a narrativa da shoah é um assunto que incomoda sobremaneira os teóricos da história, os estudiosos da história da historiografia e os filósofos da história. Para além do embate entre Vidal-Naquet e os revisionistas franceses[152], principalmente Robert Faurisson, a polêmica já foi colocada por Hayden White, discutida com Ginzburg, desenvolvida com Ricoeur e, por outra perspectiva, por Agamben. Em suma, a tarefa de encontrar algum vestígio de consistência científica dos testemunhos dos sobreviventes da shoah fez com que alguns dos nomes mais importantes das ciências humanas dos séculos XX e XXI se dirigissem a uma reflexão bastante complexa sobre o tema, levando-os, em alguns casos, a posições bastante controvertidas.

Assim, é permitido a este tese, quando não mais seja, abordar a escrita de um "testemunho" da história da Missão Militar Francesa de Instrução, mesmo que ele não tenha desejado sê-lo (aparentemente), tentando a todo custo se equipar com os recursos metodológicos da pesquisa científica e se afastar das armadilhas dos sentimentos memoráveis.

* * *

[152] No escrito "Un Eichmann de papier – anatomie d'un mensonge" (1995), Vidal-Naquet estabeleceu, em 1980, um ponto final na possibilidade de se em termos "revisionistas" ou "negacionistas" da shoah.

De que forma a obra de Malan poderia ser revista sem perder-se a expectativa de que ela jamais deixará de ser um importante material para a história da missão francesa? Entende-se que somente a interpretação cuidadosa do olhar[153] de Malan – transcrito no seu texto – pode ser capaz de apontar para o posicionamento mais significativo do militar-historiador. Certo é que ele esteve comprometido com o "princípio de realidade", Malan não inventou seu relato da história da Missão Militar Francesa de Instrução. Se por ventura o leitor não tiver consciência da relação de Malan com o adido militar brasileiro em Paris, que ajudou a fechar o contrato do governo brasileiro com o governo francês, é possível, em diversos momentos, atribuir o texto a um desapaixonado historiador militar, quase positivista na sua distância.

Assim, muitas vezes, deve-se prestar atenção não ao que está escrito, mas ao que é "esquecido", ao não dito. Sem pretender supor ou incutir na mente do autor o que deveria ter sido escrito, ou ao menos tentar imputá-lo como tendencioso ao escolher este e não aquele documento ou esta ou aquela passagem da história da missão francesa, a análise da obra de Malan procurou a interpretação do processo. Todavia, o que se faz aqui não é outro exercício senão leitura e proposta de entendimento do texto, somente dele, sem que haja qualquer referência ou mesmo conhecimento de fato dos elementos que compuseram a redação do autor. Certamente, isso ofereceria dados mais consistentes do que aqueles que serão expostos, todavia, poderia fortalecer preconceitos, o que se buscou evitar.

Ao redigir um texto severo e, aparentemente, sem emoções, o general procurou, a todo custo, impedir que críticas fossem feitas ao seu trabalho, não em relação ao cuidado da pesquisa desenvolvida, mas, sobretudo, aos seus vínculos afetivos com a missão francesa. Primeiramente, a ideia encontra força na maneira como o autor se refere ao adido militar brasileiro na França, à época, o major Alfredo Malan

[153] "O ver, em geral, conota no vidente uma certa discrição e passividade ou, ao menos, alguma reserva. Nele um olho dócil, quase desatento, parece deslizar sobre as coisas; e as espelha e as registra, reflete e grava. Diríamos mesmo que aí o olho se turva e se embaça, concentrando sua vida na película lustrosa da superfície, para fazer-se espelho (…), como se renunciasse a sua própria espessura e profundidade para reduzir-se a esta membrana sensível em que o mundo imprime seus relevos. Com o olhar é diferente. Ele remete, de imediato, à atividade e às virtudes do sujeito, e atesta a cada passo nesta ação a espessura de sua interioridade. Ele perscruta e investiga, indaga a partir e para além do visto, e parece originar-se sempre da necessidade de 'ver de novo' (ou ver o novo), como intento de 'olhar bem'. Por isso é sempre direcionado e atento, tenso e alerta no seu impulso inquiridor (…), como se irrompesse sempre da profundidade aquosa e misteriosa do olho para interrogar e iluminar as dobras da paisagem (mesmo quando 'vago' ou 'ausente' deixa ainda adivinhar esta atividade, o foco que rastreia uma paisagem interior) que, freqüentemente parece representar um mero ponto de apoio de sua própria reflexão" (CARDOSO, 1988, p. 348).

d'Angrogne[154] (pai do autor): simplesmente como "adido militar". A frequente não citação do nome do adido, se não se tenciona a ocultação do possível parentesco com o major, ao menos, sugere algum tipo de desejo de que o leitor não confunda escritor com personagem (histórico no caso e não de ficção). Em segundo lugar, ao tentar retirar a carga sentimental que pudesse comprometer a objetividade histórica, o general Malan, por vezes, se encontrou envolvido com situações paradoxais, pois a defesa de determinadas decisões acerca da "modernização" do Exército na escolha dos franceses e o juízo de valor sobre os acontecimentos da história da missão o levaram quase que invariavelmente a uma profissão de fé das suas convicções pessoais e, consequentemente, à exaltação da sua própria vida e da memória do seu pai. Esse não é um defeito. Ao contrário, respeita-se tanto a história do general Malan quanto a do general Malan d'Angrogne. Todavia, não isso preserva a obra de toda e qualquer crítica.

Por sua vez, a obra é bem documentada e não dialoga com muitas outras referências sobre a história da missão francesa (poucas, a bem dizer, existem ainda hoje). Desde a década de 1970, havia, além de alguns opúsculos publicados no Brasil, pesquisas realizadas na França, inclusive a produção acadêmica do historiador brasileiro Manuel Domingos Neto, que desenvolveu um dos trabalhos mais expressivos sobre a história da Missão Militar Francesa de Instrução.[155] Contudo, por alguma razão, o general Malan os ignorou.

Publicada após a morte do general Malan pela Editora Biblioteca do Exército, na apresentação do texto, além de serem tecidos comentários mais elogiosos sobre a iniciativa do autor, é salientado: "acresça-se a tudo isso a participação do autor, de maneira muito cerrada, em quase todas as fases da atuação da Missão Militar Francesa, desde os primórdios dos entendimentos que nos levaram à sua contratação" (MALAN, 1988, s/p). Ou seja, há o reforço de que tal empresa não teria melhor executor que o general Malan.

---

[154] Em 1977, foi publicada, pela Biblioteca do Exército, a biografia do general Malan d'Angrogne escrita pelo general Malan: *Uma escolha, um destino (Vida do Gen. Malan d'Angrogne)*. Na obra, o autor apresenta aspectos da vida familiar e também a rotina militar do adido militar brasileiro em Paris, quando da costura do acordo com o governo francês para a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução.

[155] Além de livros e artigos que se referem à história da missão francesa, a tese de doutorado de Domingos Neto, *L'Influence etrangère sur la modernization de l'Armée Brésilienne* (1979), é, na opinião do presente estudo, ainda hoje, a melhor análise da transformação modernista do Exército brasileiro, através da influência francesa. A dissertação de mestrado do mesmo historiador, intitulada *Présence Militaire Française au Brésil (1889-1920)* (1976), também é um importante trabalho sobre as relações militares entre Brasil e França, antes do início oficial das atividades da Missão Militar Francesa de Instrução, em 1920.

Dividido em nove capítulos e com anexos dos documentos pesquisados, o livro é iniciado por um prefácio do general Durosoy, antigo membro da Missão Militar Francesa de Instrução, em 1939, e adido militar no país até 1942; há uma introdução explicativa, além dos agradecimentos de praxe. Na introdução, o general Malan informa sua motivação e o modo como iria proceder ao longo do seu estudo, além das razões óbvias para a redação da história da missão e do acesso que teve aos arquivos do *Service Historique de l'Arméee de La Terre* (*Service Historique de La Defense, Château de Vincennes*) e do Exército brasileiro. De todas as explicações, ressalta-se o comentário sobre o distanciamento emocional pretendido pelo pesquisador.

> Com a preocupação de se evitar que os fatos sejam deturpados, serão incansavelmente buscadas suas causas e suas justas proporções, para que não se criem ou se mantenham lendas, nem se consolidem incorreções. O propósito dessa exposição será alcançado se ficar bem clara a marcante conversão feita pelo Exército brasileiro graças à dedicação, competência e sinceridade de intenções dos nossos mestres franceses e bem compreendida por nós (MALAN, 1988, p. 6).

Não há razão para duvidar das intenções de Malan, cabe sublinhar, porém, a contradição exposta anteriormente: não se pode julgar como deturpação uma interpretação da história, assim como foi a escrita por ele. Ora, mas em prol da correção, logo, de evitar juízos azafamados, avaliar antes de tudo que o Exército sofreu "uma marcante conversão" "graças à dedicação, competência e sinceridade" é partir de uma opinião – e não constatação – bastante enviesada. Não se faz aqui mau juízo disso, mas, aparentemente, o faria o general Malan se fosse formado um conceito que se desviasse da sua premissa.

A partir do primeiro capítulo, "Missão Militar de Instrução", Malan procurou estabelecer os sólidos alicerces conceituais da sua narrativa. Para tanto, coube explicar ao leitor o que seria uma missão, uma missão militar e as experiências históricas de missões estrangeiras no Brasil. Relembrou, de imediato, a missão francesa na Força Pública do Estado de São Paulo e os atores brasileiros envolvidos na sua contratação – anotou o primeiro momento entre o final de 1905 (quando da assinatura do contrato pelo governo paulista) e o ano de 1914 e o segundo momento (após a Primeira Guerra Mundial) entre 1918 e a chegada da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro. Destacou também a existência de um instrutor estrangeiro na polícia de Minas Gerais, bem como a assinatura, em 1922, de um contrato da Marinha de Guerra

com os Estados Unidos da América.[156] O autor se referiu a outras experiências com instrutores estrangeiros ou intercâmbio de oficiais brasileiros em países europeus – como o caso já descrito nesta tese do estágio de cadetes no Exército alemão, antes da Primeira Guerra Mundial, e da Missão Aché, de militares brasileiros na França, durante a guerra de 1914. Contudo, acreditou o general Malan que obteve o mesmo grau de importância da Missão Militar Francesa de Instrução a Missão Americana de Artilharia Costeira, contratada pelo governo brasileiro, em 1932, atuando na Escola de Artilharia de Costa até 1940.

O segundo capítulo do livro de Malan é uma caracterização do Exército brasileiro em 1919. Realizando uma retrospectiva histórica do Exército brasileiro, desde o primeiro reinado, o oficial tentou provar que a necessidade de modernização não era apenas a expressão da opinião de determinados quadros militares e de setores políticos e da sociedade, mas da própria natureza histórica do momento vivenciado. Todavia, na contramão do que se viu em outras referências bibliográficas, o autor optou por uma imagem geral da instituição razoavelmente satisfatória, a despeito de todas as críticas que os mais diferentes sujeitos teciam naquele momento, desde o ministro da Guerra até os oficiais de baixa patente, como pôde ser visto no primeiro capítulo da presente tese.

Recorre-se a duas passagens significantes desse capítulo para fundamentar tal contradição. Segundo o general Malan, "o Militar no Brasil sempre foi altamente considerado pelo mundo civil e tido como possuidor de elevado moral. Talvez isto o tenha até, por vezes, desviado de sua profissão" (MALAN, 1988, p. 37). Citando seu pai, à época major, estabeleceu uma descrição do Exército brasileiro.

> Um material humano de composição e precedência diversas. Tentaremos enfeitá-los em três grupos: elementos de primeira ordem, com preparo livresco superior, alguns com real pendor profissional, esmerando-se em cultivar e o desenvolver. Uma segunda categoria abrange oficiais que forma excelentes e que, ainda hoje, amparados por um

[156] O aumento da influência estadunidense no Brasil passou a ser mais percebida pelos franceses nos anos de declínio do modelo francês no país. Tal ideia é comprovada pelo relatório secreto de janeiro de 1936, do adido naval francês, capitão de Corveta Bryas, enviado de Buenos Aires para a França. O relatório teve como objeto de preocupação o aumento da influência dos Estados Unidos. Em linhas gerais, anotou os seguintes aspectos: "I) Certains indices permettent de penser que les États-Unis cherchent à developper par tous les moyens leur influence au Brésil et que depuis le début de 1935 leur action est devenue plus active (…). III) (…) b) La Mission navale américaine, conseillère technique auprès de l'Amiral directeur de l'École de Guerre Navale, a été créée en 1922 (…), il y aura en 1936 des officiers de marine américanis dans l'escadre brésilienne. c)La Mission américaine des officiers de batterie de côté: Cette mission qui est arrivé au Brésil au début de 1935 se compose actuellement de trois officiers. Un 4ème officier doit arriver sous peu pour être 'Instructeur à l'École technique de l'Armée (…). Au cours d'une conversation que j'ai eue avec la femme d'un de ces officiers, celle-ci m'a laissé entendre que d'autres officiers devaient venir ultérieurement 'pour remplacer progressivement la mission militaire française auprès de l'Armée brésilienne'" (BRYAS, 1936).

> certo estímulo, continuariam a prestar proveitoso auxílio ao reerguimento do exército; mas, alcançados pela idade em postos subalternos, não podem conservar vivo o espírito militar de resignação e sacrifício (…). Um terceiro grupo abrange, por fim, os que existem em todas as profissões: são militares como seriam padres, oficiais talqualmente empregados públicos (MALAN, 1988, p. 37-38).

Sequer os desvios e a insubordinação, típicos de qualquer instituição hierarquicamente rigorosa, como o Exército brasileiro, foram levemente mencionados. Foi registrado nesta tese que circulavam com muita força entre os escalões mais altos do governo e das forças armadas críticas mais ácidas sobre todos os segmentos de composição do Exército, desde a legislação, aos regimentos internos, à política de alistamento, à estrutura material, à formação e à população militar de forma geral. Malan não cita nem mesmo Leitão de Carvalho – uma de suas –, como fez José Murilo de Carvalho. Não foram aludidas na descrição do autor figuras como os nordestinos afugentados pela seca, os desocupados das grandes cidades em busca do serviço militar como emprego, os criminosos mandados pela polícia ou os inaptos para o trabalho. Em suma, sequer documentos oficiais como os relatórios do Ministério da Guerra, alertando com contundência para a precariedade do Exército, foram abordados nessa caracterização. Somente ao término do capítulo, Malan fez alguma ressalva sobre a doutrina do Exército brasileiro naquela época e, apoiando-se nas palavras do capitão Nilo Val, anotou que, apesar de alguma deficiência "sob todos os pontos de vista", a instituição sempre cumpriu perfeitamente seu papel, entendendo, porém, haver a necessidade de uma mudança de rota na mentalidade militar nacional, voltando-se para a defesa da nação.

Em relação ao terceiro capítulo da obra, "Decisão de contratar a missão francesa – Atos preliminares", as considerações do autor já foram apresentadas, em particular no primeiro capítulo desta tese, de modo que não se entende imperioso desenvolver mais comentários, pois o debate sobre a escolha da nacionalidade da missão já foi efetuado e a posição de Malan sobre o tema parece clara.[157]

No quarto capítulo, "Decisão de contratar missão francesa – efetivação", há a citação de extensa correspondência entre o adido militar do Brasil na França e o ministro brasileiro da Guerra, Cardoso de Aguiar, bem como entre este e o general Gamelin, por exemplo. Em nenhum momento, o general Malan nomeou o adido militar.

[157] Para considerações acerca da atuação do pai do general Malan na costura do contrato da Missão Militar Francesa de Instrução e do entendimento que o autor teve do processo, outra obra, a biografia *Uma escolha, um destino (Vida do Gen. Malan d'Angrogne)*, é o material mais adequado (MALAN, 1977, p. 146-212).

Ao longo de todo o capítulo, são pouquíssimas as considerações de Malan. O autor apresentou mais o estado geral dos elementos que envolveram a contratação da missão, do que propriamente sua interpretação sobre os documentos fartamente citados. Ou seja, reforçou-se a ideia de que a obra tanto é a coletânea de documentos públicos – e outros privados, a partir dos arquivos particulares do próprio pai do autor – como um trabalho ao modo positivista de fazer história.

Não se nega que tal metodologia pode favorecer pesquisas posteriores ao trabalho antes realizado – como o caso desta investigação – mas, uma vez que a documentação pública é largamente conhecida e que a documentação privada não apresenta muitas novidades em relação ao que já se sabe, não se percebem avanços consideráveis nesse sentido. Contudo, no cuidado exagerado de não revelar o parentesco do autor com o adido e de não intervir, propondo qualquer interpretação dos documentos, faz-se sentir que a "verdade histórica" emanaria da leitura acrítica dos documentos.

Tendo em vista o que foi discutido ao longo desta tese, sabe-se que o processo não foi tão simples como descrito por Malan. Supõe-se, então, que a ausência de posicionamento crítico revela a manifestação do autor em prol da escolha da missão francesa, juntamente com o destaque dado ao seu pai na costura do acordo (o que, segundo pensa-se aqui, efetivamente ocorreu). A única "opinião" apresentada está no início do capítulo, no entendimento de que o antecessor de Cardoso de Aguiar na pasta da Guerra, Caetano de Faria, não defendia a vinda de uma missão francesa, ao passo que Cardoso de Aguiar era partidário da contratação dessa missão.

No capítulo seguinte, "1ª fase da Missão (1920-1924)", as opiniões de Malan são um pouco mais claras. Ainda que o autor preferisse uma estrutura textual menos comprometedora da sua visão histórica (o que não deixa de ser uma posição ideológica), na qual as "informações" históricas parecem merecer destaque em detrimento das opiniões, avaliou as formas e as consequências do contato entre os militares franceses e seus pares brasileiros, bem como a relação da sociedade com a missão estrangeira. Inicialmente, recorreu ao expediente descritivo. Com cuidado rigoroso, explicou a chegada dos componentes da missão francesa, destacando o pouco conhecimento que tinham do Brasil.

Nas últimas linhas desse extrato, Malan apontou para o posicionamento da imprensa em relação ao início dos trabalhos da missão. Todavia, o fez de forma lacônica, indicando que os missionários franceses "foram sofrendo certa crítica e, por

mais de uma vez, o fato corriqueiro foi ampliado e deturpado para maior sensacionalismo como veremos oportunamente" (MALAN, 1988, p. 96).

Ora, por que acusar a imprensa de sensacionalista e manipuladora dos fatos? Certamente, porque – como se viu em capítulos anteriores, particularmente no primeiro deles – não houve nos setores brasileiros interessados na modernização do Exército unanimidade quanto à escolha da nacionalidade da missão. Igualmente, porque a experiência dos instrutores franceses na força pública do estado de São Paulo ofereceu aos críticos brasileiros – considerados por militares e diplomatas franceses "elementos germanófilos" – matéria para reforçarem suas convicções antifrancesas. É válido recordar o proselitismo praticado pela revista *A Defeza Nacional* em prol da Alemanha, sendo qualificada como a nação mais indicada a enviar ao Brasil instrutores para realizar o papel que ficou incumbido à França.

Numa leitura a contrapelo do texto de Malan, o silêncio sobre o conteúdo das críticas iniciais da imprensa, legando a um momento mais oportuno da obra a abordagem dessas censuras, observa-se que, ao menos para o autor, a oposição na opinião pública superava o apoio aos franceses. Apoio esse que teve no governo brasileiro, certamente, sua principal voz e de quem, precisamente, buscava-se suporte.

Posteriormente, Malan descreveu a atuação dos missionários franceses nos anos destacados no título do capítulo (1920 a 1924). Pormenorizou todas as áreas, segmentos e setores do Exército brasileiro onde os instrutores trabalharam. Ainda que possam parecer meras transcrições de documentos ou relatos da atividade de Gamelin e seus subordinados, invariavelmente, o general Malan incutiu aqui e acolá algum elogio à missão francesa. Por exemplo, na solenidade de abertura da nova Escola de Estado-Maior, em 7 de abril de 1920, que contou com a presença das figuras mais ilustres do governo brasileiro, inclusive o presidente Epitácio Pessoa, o autor destacou um trecho do discurso do marechal Bento Ribeiro[158] – desafeto de Gamelin, como se viu nos capítulos precedentes desta tese.

Não compete, é claro, afirmar que o general Malan manipulou o discurso de Bento Ribeiro para que parecesse favorável à missão francesa – em uma cerimônia dessa natureza, toda liturgia exige um discurso protocolar. Efetivamente, Malan não

[158] "(…) urgiam novas diretrizes e, os altos poderes públicos, indo ao encontro da corrente que se avolumava no seio das Forças Armadas, solicitaram o auxílio dos nossos camaradas do Exército francês e uma grande Missão da pátria gloriosa do maior gênio da História militar moderna acha-se ao nosso lado cooperando conosco pela transformação eficiente do Exército brasileiro, de acordo com os ensinamentos da Grande Guerra" (MALAN, 1988, p. 99).

adulterou a fala de Bento Ribeiro, transcrevendo-a *ipsis litteris*. Mas estaria nesse documento a externação dos sentimentos do marechal sobre a Missão Militar Francesa de Instrução e o general Gamelin? Certamente, não. Por isso, dar ênfase a um documento que de fato indica um momento importante da história da missão, contudo não se refere aos verdadeiros e íntimos pensamentos de Bento Ribeiro é uma estratégia que serve para diminuir o teor crítico das oposições à missão. Recorda-se que, segundo os relatórios franceses (de Gamelin e dos embaixadores), o marechal Bento Ribeiro era um "elemento germanófilo".

O tom do texto não se altera na sua sequência. O general Malan seguiu detalhando toda a atividade da missão durante o período e citou observações elogiosas de importantes personagens da política e do Exército brasileiros. Estrategicamente, optou por aqueles que eram partidários da missão e, mesmo que escolhesse algum personagem antipático aos franceses, soube contornar tal problema com a seleção do trecho de um documento que fosse aparentemente favorável – como no caso do discurso de Bento Ribeiro.

Após tratar de todas as escolas que, entre 1920 e 1924, foram dirigidas pelos franceses, o general Malan passou a discutir os regulamentos, ou melhor, aquilo que chamou de "documentação elaborada". Nesse caso, teceu uma crítica aos trabalhos da missão. Ao discorrer sobre a tradução dos regulamentos, Malan entendeu que os franceses não tinham familiaridade com a cultura militar brasileira, o que gerou uma gafe de tradução. Nota-se que isso, ainda que em outras situações pudesse provocar grande dificuldade de comunicação e, talvez, algum grave mal-entendido, é de monta menor e não geraria outra situação senão piadas entre os oficiais e os cadetes brasileiros.

> Entre os meios de circunstância usados para a manutenção das comunicações, eram citados, no regulamento original, os meios sonoros, tais como o apito e o clarim. O tradutor resolveu, a seu juízo, transformar este último em meio óptico, traduzindo por clarão! Tivesse ele mais intimidade com a nossa História, se lembraria do 'balizamento acústico ou sonoro' que as bandas de música faziam tocar no topo das coxilhas para orientar nossa tropa que, do Rio Grande, em marchas noturnas e para fugir ao calor estival, na planície encharcada de Entre Rios, demandavam a concentração de Mercedes (MALAN, 1988, p. 108).

O general Malan abordou, então, assuntos referentes à renovação do contrato e às mudanças no efetivo dos oficiais da missão (de 24 membros para 34) e da substituição de alguns instrutores franceses. Após as descrições, debateu a visão da missão francesa produzida por segmentos brasileiros e franceses, militares e civis, além

das autoridades políticas, antes e durante o período mencionado. Como não poderia ser diferente, deu destaque, entre os militares, às "apreciações" – assim chamadas por ele – das páginas de *A Defeza Nacional*.

Ao contrário do que foi abordado nesta pesquisa, o autor identificou os artigos que exaltaram a vinda da Missão Militar Francesa de Instrução ao Brasil. Ao tratar de forma muito superficial o debate que se instituiu anteriormente à chegada dos franceses, quando o periódico defendia abertamente a contratação de uma missão alemã[159], indicou que a posição da revista teria sido positiva em relação aos franceses. É elementar recordar que, se de um lado a defesa dos "jovens turcos" desde 1913 por uma germanização do Exército brasileiro era contundente, de outro, após a decisão pelo modelo francês, os redatores de *A Defeza Nacional* se não foram entusiastas da missão francesa, ao menos, passaram a entender que mal não haveria de se aproveitar a experiência da nação "vencedora" do maior conflito mundial até então vivido. O lado germanófilo jamais foi abandonado[160], mas a tolerância aos missionários franceses cresceu com o aumento da colaboração estrangeira no Exército brasileiro. Ainda assim, os textos de *A Defeza Nacional* parecem ter sido habilmente escolhidos pelo autor, pois a impressão era exatamente oposta ao que foi apresentado nesta tese. Algumas passagens corroboram tal ideia.

> Em janeiro de 1919, no n. 64 da 'Defesa Nacional', o então 1º Ten. Mário Travassos é veemente na sua pergunta que soa como uma resposta 'Quem poderá ser contra a missão'? O editorial do n. 67 tem um título sugestivo: 'A missão militar estrangeira. Bem-vinda seja'! E, ao se referir, em seu n. 92, de fevereiro de 1921, à Reforma do Estado-Maior do Exército, expressa: 'As grandes linhas dessa reforma foram traçadas pela MMF, o que importa em recomendá-las como as mais simples e profícuas' (…). Quanto ao ensino cabe destacar algumas observações da mesma revista. No longo editorial do n. 82, de 10 de maio de 1920: 'As escolas de Estado-Maior, de Revisão (Escola?) e de Aperfeiçoamento de Oficiais estão em pleno funcionamento. Passou assim a MMF, do domínio preparatório, para o da execução' (MALAN, 1988, p. 115).

Dessa forma, o general Malan pareceu tergiversar sobre as posições mais contundentes do periódico contra a escolha da missão francesa, em detrimento de uma

[159] Ver o primeiro capítulo desta tese.

[160] Para os embaixadores franceses, adidos militares e chefes da Missão Militar Francesa de Instrução, seguindo a taxinomia desenvolvida para avaliar o posicionamento da opinião pública sul-americana, os "jovens turcos", assim como *A Defeza Nacional* continuaram sendo germanófilos. Tal categoria era utilizada para identificar, ainda de acordo com o pensamento francês no exterior, todos aqueles que não estavam alinhados na defesa dos interesses franceses e, ao apoiar outra nação – principalmente a Alemanha –, representavam a oportunidade de disseminação e crescimento da influência alemã na América do Sul, mesmo que essa se encontrasse praticamente desarmada nos anos imediatamente posteriores ao Tratado de Versalhes.

missão alemã. Ora, se anunciou que abordaria – como de fato o fez com o artigo de Mário Travassos, em 1919 – a visão da revista antes do início efetivo da missão, por que não destacou também os textos mais críticos? Certamente, é possível lembrar que, no princípio do livro, chegou a dar algum destaque à antipatia dos "jovens turcos", o que leva à pergunta: por que não conferiu alguma atenção aos artigos "germanófilos", como fizeram as delegações francesas? Talvez, para reforçar a ideia suscitada de que as críticas, principalmente civis, foram exageradas e que no meio militar a adesão aos instrutores franceses teria sido quase unânime. Mas e a posição de outros oficiais importantes como o marechal Bento Ribeiro? O conflito com Gamelin foi notório e sua indisposição em aceitar a missão francesa foi um dos fatores para sua demissão.

Em 23 de fevereiro de 1921, na edição do periódico *Gazeta de Notícias* – do qual foi citado o artigo "As vitórias do General Gamelin", de 17 de fevereiro de 1921 e, destaca-se, não era um jornal necessariamente partidário da missão francesa –, a publicação de um texto dá a exata medida dos conflitos entre Gamelin e Bento Ribeiro. Intitulado "Os frutos da Missão Franceza – O general Gamelin contra o Estado Maior do Exercito", o artigo não assinado descreve a demissão do marechal Bento Ribeiro da chefia do Estado-Maior do Exército.

> Teve grande e intensa repercussão no seio das nossas classes armadas a noticia de que o Marechal Bento Ribeiro solicitára demissão do cargo de chefe do Estado Maior do Exercito, que ha annos vem exercendo com alta competencia e brilho (…). Sem embargo da discreção e da reserva que se procurava manter, não era difficil encontrar a causa do pedido de demissão do chefe do Estado Maior na attitude do chefe da missão franceza (…). Desde que chegou no Brasil, a missão nada tem feito senão implantar a desordem e a desharmonia entre os nossos officiaes (…). De começo, o general Gamelin submetteu-se, agindo sempre de pleno accôrdo com o Marechal Bento. Não tardou, entretanto, que a missão achando estreito o seu circulo de acção, tentasse alargar o seu domínio, exorbitando das funções que lhe cabiam (…). O mais interessante, porém, é que os termos da notícia da demissão do Marechal Bento Ribeiro, estampada num matutino [*Jornal do Commercio*] de hontem, coincidem perfeitamente com os termos de um officio dirigido pelo general Gamelin ao chefe do Estado Maior. A coincidência, como se vê, é muito significativa (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 fev. 1921).

O jornal francês *Le Brésil* do final do século XIX e início do século XX, que tratava evidentemente de assuntos brasileiros, abordou a demissão de Bento Ribeiro em sua coluna sobre as atividades da Missão Militar Francesa de Instrução, o que, logo de saída, comprova a turbulenta relação entre Gamelin e o chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, ainda que o conteúdo da notícia buscasse dirimir os conflitos entre

os oficiais franceses e brasileiros (algo que efetivamente não ocorreu), tendo como objeto a transcrição da carta do ministro Calógeras a Bento Ribeiro, que buscava encerrar os embates. Sem a citação da carta de Calógeras, o texto afirmou:

> Nous avons dit que le maréchal Bento Ribeiro, chef de l'État-Major de l'armée brésilienne, avait présenté sa démission au ministre de la guerre, M. Calógeras, à la suite de malentendus survenus avec le général Gamelin, chef de la mission militaire française, provoqués par certains jugements du dernier rapport du chef de l'État-Major. Ces malentendus sont heuresement dissipés comme il résulte de la lettre (…) du ministre de la guerre au maréchal Bento Ribeiro, en date du 16 février denier (…) le ministre de la guerre couvre entièrement et approuve l'oeuvre de la mission française dont le chef de l'État-Major ne méconnaît pas les favorables résultats. Donc l'incident est clos et bien clos (LE BRÉSIL, 3 abr. 1921).

No mesmo jornal, em 19 de junho de 1921, foi destacado:

> Le général Gamelin et la mission se sont maintenus rigouresement dans ce rôle; ils n'ont empiété en aucune manière sur les fonctions du commandement ni pretend en exercer le contrôle, au detriment de l'autonomie et de l'unité de direction de la défense nationale. Il est impossible de citer aucun fait à l'encontre de cette affirmation. Ceux qui veulent créer une nouvelle question militaire contre le ministre civil de la guerre et contre la mission n'y réussiront pas. Ils espéraient une grève des généraux, dont aucun ne voudrait prendre la succession du maréchal Bento Ribeiro; elle a été tout de suite acceptée à leur grand dépit par le général Celestino Alves Bastos (LE BRÉSIL, 19 jun. 1921).

Portanto, afirmar que *A Defeza Nacional* – quando razoavelmente otimista com os trabalhos da missão – apresentava a visão dos militares brasileiros é empregar na análise a compreensão do próprio autor. Todavia, tal consideração ainda é precipitada, pois, na sequência, o general Malan passou a relatar as avaliações sobre a missão dos civis brasileiros e franceses, podendo apresentar alguma reflexão que viesse a contradizer o que foi exposto anteriormente.

Malan mencionou a notícia do tradicional jornal francês *Le Figaro* sobre a contratação da missão, ainda em fevereiro de 1919, e a nomeação de Gamelin para a chefia da missão. O material parece escasso. Ainda que buscasse alguma importância ao citar a notícia do relevante periódico, entende-se que na França, a missão não era um assunto proeminente, mas a menção no jornal da sua existência poderia refletir alguma pompa aos instrutores franceses que viriam ao país. Posteriormente, ao abordar a opinião pública brasileira expressa na impressa nacional, quer dizer, na imprensa do Rio de Janeiro, Malan o fez de forma superficial, sem citar diretamente qualquer periódico. O autor assinalou que os veículos de comunicação da capital federal se ativeram a

noticiar a contratação da missão e a chegada dos oficiais franceses. Diferente do que foi anunciado no início do capítulo, que trataria da questão da superexploração das críticas à missão, bem como da maneira exagerada com que alguns periódicos noticiaram problemas banais, isso de fato não ocorreu.

Nas últimas partes do capítulo, o autor se remeteu às observações efetuadas pelas autoridades francesas e brasileiras. Nessa seção de análise, Malan se referiu mais acuradamente ao relatório do general Mangin, de 6 de novembro de 1921. O documento ofereceu reflexões amplas sobre as condições das forças militares brasileiras e teceu comparações "contestáveis" entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos e, mais especificamente, discutiu o desempenho do chefe da Missão Militar Francesa de Instrução, o general Maurice Gamelin. Malan salientou o teor altamente elogioso de Mangin sobre Gamelin e que, naquele momento, já era sentida a influência da missão francesa. As análises do referido documento desenvolvidas por Malan são, em grande parte, juízos positivos sobre a atuação da missão e do seu chefe. Abordou brevemente a considerção do general Mangin sobre a missão em São Paulo e, sutilmente, se referiu às "confusões"[161] em que os franceses se envolveram na força pública do estado.

Ao destacar as observações brasileiras, o general Malan optou pela objetividade, de modo que se ateve às considerações feitas pelo ministro da Guerra e pelo chefe do Estado-Maior da época, respectivamente, João Pandiá Calógeras e marechal Bento Manoel Ribeiro Carneiro Monteiro, em um primeiro momento da presença da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil. Salta aos olhos que o autor não tenha conseguido mencionar uma passagem sequer dos documentos produzidos por Bento Ribeiro – principal rival de Gamelin – que indicasse alguma antinomia séria ao trabalho da missão, mas apenas alguns incidentes não descritos na instrução dos oficiais, mesmo

[161] "A Missão chega a 6 de março de 1906 e só viria a retirar-se a 5 de agosto de 1914, em virtude da declaração da Primeira Guerra Mundial. Em 1919 a Missão retorna a São Paulo, sendo chefiada pelo (…) [coronel Antoine François] Nérel. Pouco após a sua chegada inicia-se a primeira crise na Força Pública com a demissão de seu Comandante Geral, coronel Argemiro da Costa Sampaio, que, como oficial do Exército Nacional, exonera-se do cargo, em protesto contra a contratação de instrutores estrangeiros. Para substituí-lo é nomeado o primeiro Comandante Geral saído das próprias fileiras da Força Pública, o coronel José Pedro de Oliveira, expediente que seria mantido até, praticamente, 1930. Inaugura-se, portanto, a autonomia de comando da Força Pública com relação ao Exército. De qualquer modo, as tensões provocadas pela vinda da Missão não arrefeceram. Em junho de 1906 um sargento da Força assassina um alferes (brasileiro) e um dos integrantes da Missão, o tenente-coronel Négrel. Diante do incidente, a reação da missão foi vigorosa. De acordo com o Código Militar Francês, exigiam que o sargento fosse julgado e fuzilado. Esta medida era totalmente contrária a legislação brasileira (…). Na verdade, a leitura das atas do processo evidencia a existência, ao menos, de certa tensão no relacionamento dos membros da Missão com os da Força Pública" (FERNANDES, 1973, p. 159-160).

porque era sabida não apenas nos meios militares a enorme indisposição que havia entre o marechal e o chefe francês, como foi discutido no segundo capítulo desta tese.

> Considerações são feitas sobre a Missão Militar Francesa de Instrução. Quanto à sua orientação para elaboração do novo regulamento do EME, a entrar em vigor em 1921, diz textualmente o Chefe do Estado-Maior: 'Encerra-se assim, uma época da existência do EME e abre-se uma outra, em que sua ação se inicia dentro de disposições mais sábias e prometedoras'. Trata, esse relatório, de diversos incidentes próprios do início do funcionamento da sistemática da instrução dos Oficiais, tanto na admissão dos mesmos à Escola de Estado-Maior, como no imediato aproveitamento dos Tenentes e Capitães aperfeiçoados. No atinente às Escolas de Intendência – Intendência da Guerra e Administração Militar – diz o relatório: 'Essa dupla criação é uma das obras da MMF que se destinam a fazer uma profunda revolução progressista em nossa atrasada e ineficiente organização destes importantes ramos dos Serviços do Exército'. O Chefe do Estado-Maior encerra seu relatório expondo e comentando, em mais de seis páginas, a ação da MMF, desde a assinatura do contrato, registrada por equívoco em 20 de outubro de 1919, quando foi a 8 de setembro do mesmo ano, até seus reflexos no trabalho anônimo do Estado-Maior (MALAN, 1988, p. 120).

Como exposto, o ministro Calógeras, por seu lado, era um dos suportes da Missão Militar Francesa de Instrução, de modo que seria esperado um posicionamento favorável nos seus relatórios, como naquele de outubro de 1922. O general Malan reproduziu o seguinte trecho do documento: "Todos os elogios são poucos para enaltecer a valia da colaboração eficiente, competente e patriótica de seu Chefe (Gen. Gamelin) (…). Sou partidário convencido e resoluto da prorrogação do contrato" (MALAN, 1988, p. 120). O que não foi assinalado, todavia, é que em todos os seus relatórios, mesmo Calógeras sendo "partidário" dos franceses, os problemas verificados antes da chegada da missão – como insubmissão e precariedade dos materiais das tropas e dos cadetes – não haviam desaparecido, ainda que tais males não fossem, por parte de Calógeras, atribuídos aos franceses. Nem poderia fazê-lo, pois tais características da cultura do Exército brasileiro levariam algum tempo para arrefecerem ou, talvez, jamais tenham desaparecido completamente.

Retomando-se as proposições de Leonardo Trevisan – que foram apropriadas na presente tese, em particular no primeiro capítulo –, uma das razões do sucesso da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil foi sua interferência mínima em pontos que diversos segmentos do Exército consideravam nevrálgicos para a modernização da instituição. Isso não quer dizer que a missão não teve um papel essencial na transformação modernista do Exército brasileiro. Sua contribuição é notável na mentalidade que a oficialidade nacional passou a ter nos anos seguintes quanto ao

compromisso das forças armadas no projeto de construção, consolidação e defesa da nação, extrapolando a atividade bélica.

As revoltas não se encerraram com a presença dos instrutores franceses. Segundo McCann, como foi mencionado no primeiro capítulo, pode-se inclusive relacionar o aumento da rebeldia em alguns segmentos do Exército à reação contra os franceses. Os anos 1922, 1924, 1930, 1932, 1935 e 1937 marcaram a evolução do Exército, se não para uma unidade indivisível e uniforme, ao menos, para uma definição mais clara de certa ideologia ou mentalidade oficial da instituição. Enfim, ao destacar aquilo que seria elementar no relatório de Calógeras, Malan pareceu reforçar o pacto tácito e não necessariamente consciente entre franceses e brasileiros na tentativa de modernizar o Exército e a nação.

Como o período abordado no quinto capítulo da obra de Malan englobava também parte da experiência do general Setembrino de Carvalho à frente da pasta da Guerra, o autor mencionou algumas passagens de relatórios do ministro sobre a Missão Militar Francesa de Instrução. Do mesmo modo que fez com os documentos envolvendo as opiniões de Bento Ribeiro, os trechos selecionados apresentaram a visão de um sujeito favorável à presença da missão. Posição essa que, aqui nesta tese, viu-se de modo diferente.

Ao citar trecho do relatório de setembro de 1923, Malan tentou, diretamente, demonstrar o apoio de Setembrino de Carvalho à atuação da missão. "Tem-se feito sentir de modo sumamente profícuo, os ensinamentos da Missão Militar Francesa que, pela provada competência e incansável dedicação de seus membros, tem prestado ao Exército serviços de maior valia" (MALAN, 1988, p. 120). Por fim, relacionou os elogios de Setembrino de Carvalho ao general Gamelin e a falta que este faria ao deixar à chefia da missão. É importante ressaltar que Gamelin e Setembrino não eram propriamente amigos, aliás, queixavam-se mutuamente, e as reclamações que o francês fazia do colega brasileiro apareceram em diversos relatórios da Missão Militar Francesa de Instrução.

A avaliação de Malan continuou procurando alinhavar alguns resultados parciais da influência da missão no Brasil, como na doutrina e na organização do Exército. Essa estrutura se repetiu nos capítulos que abarcaram os períodos da presença da missão no país. O modo engessado com que analisou a história da Missão Militar Francesa de Instrução procurou, pelo menos ao que parece, levar o leitor a supor que a interferência opinativa do autor era ínfima frente aos fatos apenas descritos. Entretanto, ao selecionar

meticulosamente trechos de avaliação positiva à experiência dos franceses e praticamente silenciar sobre as críticas sofridas, pode-se afirmar que a defesa da missão francesa era a defesa da sua memória.

O período que engloba os anos de 1920 e 1924 foi, segundo o que se apresentou nesta pesquisa, o de maior importância para o trabalho da missão. Logo, defender o legado de tal momento e recuperar uma memória parcial – ainda que isso pudesse e devesse ser feito, pois, como foi discutido anteriormente, houve efetivamente uma marca indelével na história do Exército brasileiro deixada pelos instrutores franceses – é avaliar a missão a partir de um juízo quase maniqueísta, que encobre essa herança naquilo que ela teve de fundamental.

O sexto capítulo da obra de Malan, que se refere ao período entre 1925 e 1930, chamado pelo autor de "2ª fase da atuação da Missão", acompanhou a mesma estrutura do capítulo anterior. Dessa forma, a abordagem se restringiu às opiniões dos sujeitos históricos citados no texto. No momento em que atividade da missão perdeu alguma intensidade e importância, o general Malan destacou certos trechos dos relatórios dos chefes da missão, Coffec e Spire, que condenavam uma série de práticas e circunstâncias envolvendo os oficiais brasileiros, repetindo a cantilena da falta de preparo dos cadetes e, consequentemente, de uma formação menos completa. Em certo relatório francês de 1926 (o general Malan não o identificou), o problema foi tratado da seguinte maneira:

> [O relatório] assinala a deficiência da participação das Unidades que mais tarde viriam a constituir o Grupamento de Unidades Escola (GUEs), quanto a efetivos, nível de instrução, dotação em munição, tanto nas demonstrações realizadas, como sob o Comando dos Oficiais alunos. Critica a falta de perseverança dos alunos no trabalho e a chamada 'virada' que muitos fizeram no fim do ano letivo, brilhando nos exames além do que era possível normalmente esperar. Registra o número avultado de Oficiais cansados, medíocres e sem entusiasmo, prejudicando o andamento da instrução (MALAN, 1988, p. 131).

Além disso, Malan fez algumas reflexões sobre o início das atividades dos instrutores franceses na direção da Escola Militar do Realengo, com o tenente-coronel Beziers la Fosse, que apontaram para uma série de obstáculos na formação dos oficiais do Exército brasileiro. "Suas dificuldades tinham diversas causas; uma delas, a deficiência de Oficiais instrutores de Infantaria, embora não sanada, de todo, pôde ser diminuída no ano de 1928" (MALAN, 1988, p. 136).

Outra passagem a ser mencionada antes da interpretação das análises de Malan acerca da visão dos personagens históricos sobre a missão é aquela que abordou a Escola de Aviação no período. Em toda a documentação encontrada nos arquivos franceses a respeito da relação entre os instrutores da missão e os brasileiros, a avaliação dos chefes da missão não foi nada animadora. Foram citados diversos acidentes aeronáuticos, críticas provenientes da imprensa (identificadas pelos franceses como germanófilas, evidentemente), problemas de funcionamento das aeronaves importadas da França etc. No entanto, o autor elaborou uma observação ao interpretar um relatório francês de 1928 (não identificado).

> '(…) é permitido, desde já, afirmar que o porvir de uma aviação brasileira, brilhante, útil e ativa, está definitivamente assegurado'. Era a confirmação do que dissera o Gen. Mangin em seu relatório já citado, feito em 1921, e o que hoje possuímos, tanto em Aviação Militar, quanto em Aviação Civil – particularmente a Comercial –, além do surto da indústria aeronáutica produzindo 'bandeirantes' a cruzar os céus deste e de outros continentes (MALAN, 1988, p. 133).

A posição de Malan nesse momento extravasou a cautela[162] com que aparentemente versava sobre a história da missão até então. Ao relacionar os dados estatísticos da Escola de Aviação sob a direção francesa em 1928 escreveu:

[162] "Todavia quanto ao relacionamento dos militares franceses e brasileiros, ao menos no tocante a Missão de Aviação, nem tudo ocorreu sem atrito. Este relacionamento soou mais como um divórcio litigioso após uma relação tumultuosa, que como um casamento em eterna 'lua de mel', pois a receptividade dos militares brasileiros foi composta de críticas e atritos. E em referência a este ponto, não era a primeira vez que isso acontecia (…). A receptividade da Missão Militar Francesa para o Exército também não foi boa. O Marechal Mascarenhas de Morais em suas 'Memórias' afirma que no tempo em que era fiscal da Escola Militar e Aviação: 'Alguns aviadores franceses, veteranos da Primeira Grande Guerra, aí exerciam a função de instrutores. Não estavam porém filiados à missão militar francesa chefiada pelo general Gamelin, nem possuíam o rigor disciplinar desta. Disciplinarmente, deixavam muito a desejar'. Em relatório datado de 23 de maio de 1927, o então comandante da Escola Militar de Aviação que deixava o cargo por esta ocasião, informava ao Ministro da Guerra a respeito dos atos do Coronel Jeauneaud: 'estabeleceu desde logo um método de instrução com o qual não estão em acordo os instrutores'. Mas a crítica se torna mais acirrada quando então afirma que: 'O Coronel Jeauneaud é um brilhante oficial de Estado Maior, notável como professor, mas não tem prática de comando, de administração e de instrução. Ele chegou a confessar sua fraqueza neste ponto. Seu método de ensino é contraproducente. Muito incoerente, mudando continuamente de opinião, muito impulsivo falta-lhe qualidades para dirigir os nossos oficiais. Deixa-o em situação de inferioridade o fato de ser um aviador que não voa e quer fixar regras de voo. A missão anterior de aviação era composta de aviadores. Hábeis muito hábeis, não tinham competência para professores. A missão atual é de professores' (…). Por outro lado, em um relatório do Comandante Francês, também demonstra seu desagrado com relação aos oficiais brasileiros (…). Neste relatório do Coronel [Étienne] Magnin, Chefe da Missão Francesa de Aviação, enviado ao Chefe do Estado Maior do Exército, informa sobre o descontentamento de alguns alunos com as notas de classificação no curso. Segundo Magnin, tais notas haviam sido dadas por uma comissão compostas pelos capitães Lafay (Frances) e Alzir Lima, em que: 'Os títulos méritos de cada um têm sido examinados com uma escrupulosa imparcialidade e a classificação que compõe este resultado são aqueles que os membros da comissão consideram do interior e suas consciências como requer os justos méritos de cada um (…). A classificação ao que parece 'criou' o descontentamento de certos alunos, e em particular o do Tenente

> O material de vôo chegava aos poucos, inclusive peça de substituição. No início do ano eram 10 aviões-escola e, no fim do ano, 14. Dos 42 aviões disponíveis 8 foram quebrados em acidentes naturais da instrução de formação de pilotos, todos recuperáveis, menos 1 caído no mar. Em 15.218 vôos, apenas um acidente fatal! (MALAN, 1988, p. 135).

Quanto ao julgamento do desempenho da missão e aos resultados parciais, o autor recorreu ao livro de Jehovah Motta, *Formação do oficial do Exército*, na fundamentação das suas considerações. Para ele, houve com os franceses um sensível aprimoramento na instrução e no desenvolvimento da doutrina militar, depois do período de adaptação dos franceses no Brasil. Finalmente, utilizou-se do mesmo expediente adotado na análise do capítulo anterior para pinçar, das manifestações de opinião do ministro Setembrino de Carvalho, aquilo que lhe convinha, apresentando-o como um homem a favor da missão, algo que não ocorreu dessa forma e, muito menos, com o entusiasmo ressaltado.

Sobre os sujeitos salientados pelo general Malan, em momento algum dos capítulos 5 e 6 da sua obra, foi efetuada referência direta ao chefe do Estado-Maior entre 1922 e 1929, o general Tasso Fragoso. Como apontado no terceiro capítulo desta tese, haveria, caso desejasse, material para extrair passagens positivas da visão de Tasso Fragoso acerca do desempenho e da importância da missão na sua tarefa de auxiliar no progresso do Exército brasileiro. Porém, se houve um personagem que atuou de maneira decisiva para limitar o campo de ação da missão esse foi o general Tasso Fragoso, não porque lhe negava relevância ou tivesse antipatia pelos franceses, mas por defender, ao menos em 1927, a formação de uma cultura militar moderna autenticamente brasileira e, inclusive, que se começasse a pensar em termos nacionais a segurança do país contra toda e qualquer possível ameaça externa ou interna. Em suma, o "esquecimento" do personagem de tamanha relevância histórica para o Exército brasileiro não pareceu fruto

---

Mendes de Moraes, que manifestou sua intenção de deixar a Escola'. Semelhante incidente coloca a missão francesa de aviação e a escola em uma situação extremamente delicada, porquanto ela se acha completamente desarmada em presença de tais críticas dos descontentes (…). A obrigatoriedade da compra de material francês estimulou a crítica dentro e fora dos 'Afonsos' de que somente 'sucata' era entregue a aviação brasileira. Junto ao material, o pensamento aeronáutico do Exército estava visivelmente ligado a uma doutrina francesa defensiva, sendo o emprego da aviação limitado ao uso de: ataque aproximado, caça e observação (…). Com 'mão de ferro' o Coronel De Séguin, dirigia a Escola irritando e humilhando os pilotos brasileiros que por sua vez respondiam as ordens dadas com atos de desafio, apelidando o vôo cilíndrico de 'cilindro francês'. Oficiais como os Tenentes Fontenelle e Lysias Rodrigues foram punidos por vôos não autorizados e execuções de manobras proibidas" (MELLO, 2012, p. 3-8).

do acaso, todavia, de uma razoável estratégia de anunciar as implicações deste na história militar e política do Brasil.

De fato, Tasso Fragoso não foi olvidado. No capítulo seguinte da obra, "3ª fase da Missão" (1930-1933), Malan citou um trecho do livro do general Araripe, *Tasso Fragoso – um pouco de história do nosso Exército*, e se referiu a Tasso Fragoso assinalando o que houve – segundo a interpretação desta tese –, de menos relevante na sua atuação.

> Durante os movimentos revolucionários que agitaram a vida do País de 1920 a 1932, Tasso concorreu para que os trabalhos da Missão Militar Francesa não fossem perturbados. Evitou, aliás, ajudando a atitude sempre correta dos oficiais franceses, que estes fossem envolvidos pelas dissensões políticas. Opôs-se às sugestões de interrupção dos cursos das escolas em que funcionava a Missão e, só no período ditatorial, aceitou a decisão de sua redução, como medida preparatória para melhor utilização dos Oficiais brasileiros, já formados sob a eficiente orientação da mesma missão (ARARIPE, 1960 apud MALAN, 1988, p. 155).

É salutar tomar a passagem anterior com alguma cautela. Apesar de demonstrar ao longo do seu livro a admiração que Tasso Fragoso mantinha em relação aos feitos da Missão Militar Francesa de Instrução, Araripe sabia que, desde 1927, o general Tasso Fragoso expunha oficialmente seu desejo de diminuição das funções exercidas pelos instrutores franceses. Assim, não custa recordar o que fora exposto no terceiro capítulo desta tese, ou seja, que naquele ano, os missionários não conduziram os exercícios de manobra do Estado-Maior do Exército. Em 1928, o chefe do Estado-Maior declarou que não haveria mais a necessidade de que fossem contratados, a partir daquele momento, os serviços do governo francês para o desenvolvimento das forças militares nacionais.

Em suma, utilizar a visão de Tasso Fragoso após 1925 para defender a permanência da missão no Brasil parece um equívoco, pois os laços pessoais do general não se confundiam, nesse caso, com os ideais que este começava a esboçar para o futuro do país e ele conciliava perfeitamente a amizade com alguns franceses, como Gamelin, e a intenção de afastá-los dos assuntos pertinentes ao Estado brasileiro.

Ainda que o capítulo se refira a um período que não é abrangido pelo escopo desta tese, acredita-se que algumas opiniões de Malan nesse trecho do seu livro servem para reforçar a interpretação que se buscou oferecer aqui para o entendimento de uma mentalidade "franco-brasileira" da história da Missão Militar Francesa de Instrução. Além disso, as balizas temporais (1930 e 1933) englobam eventos políticos e militares

de maior relevância para a história do Brasil e o envolvimento ou não da missão nesses fatos, bem como é significativa a maneira como o autor tratou de tal relação.

Sobre a presença dos instrutores franceses nas escolas militares, Malan destacou como a Revolução de 1930 afetou seu funcionamento, todavia, afirmou que "quanto à ação da Missão, [não houve] nenhuma contestação" (MALAN, 1988, p. 156). Ora, o fato de a missão não ter tomado partido no evento não significou que ela não fosse alvo de alguma perseguição. Por ter um contrato com o governo brasileiro, não poderia, certamente, demonstrar qualquer simpatia com a causa revolucionária e, como fizera em 1922, recolheu seus membros à Embaixada da França na cidade do Rio de Janeiro, a fim de evitar qualquer tipo de risco.

Portanto, ainda que não seja possível definir categoricamente que a missão francesa foi a causa, ainda que indireta, da rebelião dos militares em 1930, houve, ao menos por parte dos franceses, algum tipo de resguardo. Ao fim do processo revolucionário, é bom lembrar, a missão não foi expulsa do país e continuou operando até o final da década de 1930, então com uma influência muito menor, a qual já diminuía, como se viu, desde o fim da chefia de Gamelin. Um dos sintomas de tal restrição da atuação francesa foi o fato de que, a partir de 1932, os contratos de renovação da missão francesa passaram a ter duração de dois anos e não mais de quatro anos, como definido anteriormente.

Em relação às opiniões e às posições dos sujeitos históricos envolvidos, convenientemente, foram recuperadas as proposições de Tasso Fragoso, reconduzido em 1931 à chefia do Estado-Maior do Exército. Malan recordou o discurso proferido por Tasso Fragoso na ocasião da entrega dos diplomas da Escola de Estado-Maior, em dezembro de 1931, publicado na íntegra, em 10 de janeiro de 1932, no *Jornal do Commercio*. Entre outros assuntos, a preleção abordou a atuação da missão francesa, obviamente, de forma elogiosa.

> Depois de se referir a novas reformas sofridas pela Escola [de Estado-Maior], mostra como a contratação da Missão Francesa moldou uma nova Escola de Estado-Maior. A Escola já existia 'com um plano de estudos aceitável, mas faltava-lhe o essencial: professores competentes e autorizados para ensinar-nos a arte do comando. Em uma palavra, faltava a esse organismo, no parecer robusto e sedento de vida, a alma capaz de animá-lo (…). Que diferença senhores, com os mestres franceses (…). A obra operada pela Missão Francesa merece o qualificativo de extraordinária (MALAN, 1988, p. 164-165).

A citação do discurso de Tasso Fragoso se combina com o que foi discutido anteriormente na presente tese: o chefe do Estado-Maior sempre valorizou os ensinamentos dos instrutores franceses. O que ele criticava era a constante tentativa de interferência dos oficiais da missão no planejamento estratégico do Estado-Maior e, consequentemente, qualquer ingerência na defesa dos interesses nacionais. Ainda sobre o discurso, Malan teceu um comentário que, lido a contrapelo, indica a intenção de inverter a posição de Tasso Fragoso sobre a manutenção da missão.

> Neste ponto encaixa-se uma observação. O discurso está sendo pronunciado em dezembro de 1931, quando é assinado o novo contrato, o quarto, ou seja a terceira renovação por dois anos. Teria havido qualquer idéia de rompê-lo? Mais parece um agradecimento formal, assinalando a redução do efetivo e do prazo de renovação (MALAN, 1988, p. 165).

Mais uma vez, a leitura de Malan leva a uma compreensão diferente do que foi apurado nesta investigação. A intenção de Tasso Fragoso, se não era pela exclusão total da presença francesa no país, naquele momento, se voltava para o alijamento na participação de assuntos exclusivos aos oficiais e às autoridades políticas brasileiras. Tanto é assim que houve a recomendação da diminuição do efetivo de instrutores e da redução do tempo de vigência do contrato.

O oitavo capítulo da obra de Malan – que aborda os últimos anos da missão francesa – comenta primeiramente a ideia de que o papel da missão já havia sido realizado[163] para determinadas autoridades brasileiras, ainda que não tenham sido identificadas no texto. Os contratos da missão, que, inicialmente, previam a duração de quatro anos, foram reduzidos para dois anos e, por fim, a um período de 12 meses. Portanto, se a impressão era de que a missão deixara de ter importância, a fase final da

[163] Naquele momento, o clima entre brasileiros e franceses era razoavelmente amistoso, restando muito mais reconhecimentos mútuos e valorização dos colegas estrangeiros. Aparentemente, a sensação era a de que a presença francesa no Brasil se dava por inércia. Havia eventos de homenagens recíprocas, mas, entendem-se, pouco significativos para a história da missão, como a matéria do jornal *Correio da Noite*, de 4 de julho de 1936, dia em que se comemorou a Revolução Francesa de 1789, em artigo intitulado "França-Brasil". "Com excepcional brilhantismo, teve logar, na manhã de hoje, no Quartel-General do Exercito, a homenagem dos representantes do Exercito Brasileiro aos seus colegas francezes da Missão Militar chefiada pelo general Paul Noël, que se acha no Brasil numa flagrante demonstração de amizade para com os soldados do nosso paiz. As solemnidades hoje realizadas foram assistidas pelo nosso corpo diplomático e o da França. À frente dos quaes se encontravam os ministros Macedo Soares, nosso chanceler, e João Gomes Ribeiro Junior, titular da pasta da Guerra; Embaixador Louis Hermitte, do grande paiz amigo, adidos militares, senhoras etc. No decorrer das cerimônias, foi feita a entrega aos membros da Missão Militar Franceza das comendas e condecorações da ordem brasileira do 'Cruzeiro do Sul', enquanto recebiam os nossos patrícios as insígnias da Legião de Honra, com que honraram os francezes" (CORREIO DA NOITE, 1936).

atuação dos instrutores franceses não produzia nenhum evento que pudesse levar a outra interpretação da sua história.

Caberia, talvez, alguma análise do entendimento de Malan sobre a visão de Góes Monteiro, ministro da Guerra, acerca dos trabalhos da missão francesa, o qual enfocava a instrução e os frutos colhidos pela germinação dos ensinamentos franceses. A citação do relatório de 1935 do ministro Góes Monteiro é bastante extensa, ocupando quase ininterruptamente quatro páginas da edição consultada da obra de Malan. O autor recordou, ao termo da citação, que desde os fins de 1930, o país enviava oficiais à Escola Superior de Guerra francesa, para que lá estagiassem, entre eles estavam João Baptista Magalhães e Henrique Teixeira Lott. Outro dado importante a ser destacado é a referência à Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra (decreto n. 23960 de março de 1934), que, em seus artigos 3º e 4º, determinava que o ministério exerceria sua função coordenadora, administrativa e de fiscalização; e o chefe do Estado-Maior exerceria o comando do Exército no que concerne à preparação técnica da guerra em seus aspectos terrestres, aéreos e de proteção das costas litorâneas.

Malan atribuiu à influência francesa (assim como feito nesta tese) os fundamentos da atuação do Estado-Maior do Exército brasileiro após sua transformação modernista. Contudo, o autor não deixou de lamentar a substituição do modelo francês pelo modelo estadunidense.[164]

> A Lei correspondente, de 1938, é modificada seguidamente, fruto dos acontecimentos mundiais. Esses acontecimentos se precipitam e começamos nós, como os próprios franceses depois de 40, a nos conformar com o sistema empresarial norte-americano aplicado à arte da guerra que tinha e tem objetividade, a vitória final e o apoio logístico que prestou a todos os seus aliados o confirmou, mas que deixa de lado o princípio da 'Economia de Meios' (MALAN, 1988, p. 176).

O contrato com a missão francesa foi extinto em 1940[165], já durante a Segunda Guerra Mundial. Para Malan, somente nessa última fase se deu o declínio das atividades.

---

[164] A posição de Malan era compartilhada por outros estratos da sociedade, o que não significa que a sociedade brasileira da década de 1930 era apenas 'americanófila' ou 'francófila', como escreveu Tota, em *O imperialismo sedutor*. "Tanto Noel como Lamartine criticaram, cada um a seu modo, a 'americanização' da sociedade brasileira. Criticaram também o tradicional afrancesamento, que por essa época começava a cair em desuso. Vivia-se, em meados dos anos 30, uma mudança de paradigma. A modernização vinha da América do Norte. Ou, para alguns, da Alemanha" (TOTA, 2000, p. 16).

[165] O derradeiro ato da Missão Militar Francesa de Instrução no Brasil se deu em 1941. Segundo Bellintani, "em 21 de janeiro de 1941, o ten. cel. Pierre Gaussot entrega ao ten. cel. brasileiro Décio

O nono capítulo do livro, "Observações finais", seria o espaço de registro das posições mais contundentes do autor sobre a história da missão: o acerto ou não da escolha dos franceses, as contribuições para o desenvolvimento do Exército, a relação harmoniosa ou não entre os oficiais brasileiros e estrangeiros, enfim, um balanço sobre a importância da missão e, por que não, a apresentação de algum juízo de valor acerca do seu legado histórico. Tomar-se-ia qualquer um em momentos assim o partido que lhe conviesse, sem com isso macular a validade da sua reflexão. Segue-se tal ideia nesta tese. Por mais que o general Malan, por motivos óbvios, tenha se tornado um pesquisador a defender a história da Missão Militar Francesa de Instrução e tenha organizado sua análise dos acontecimentos selecionando os documentos ou trechos deles que lhe fossem mais adequados, sua narrativa oferece, sem dúvida, uma interpretação histórica e não uma narração fabulosa. Todavia, é inevitável apontar para aquilo que se compreendeu de modo diferente nesta investigação, assim, as "observações finais" de Malan serão apresentadas e também discutidas.

Seguindo metodicamente a organização da reflexão de Malan, tendenciosamente voltada a uma suposta "neutralidade", o capítulo final da obra foi dividido em seis partes: "Síntese Geral da Existência da Missão", "Ensinamentos Hauridos" (subdividido em quatro partes, Generalidades, Quanto à doutrina, Quanto à organização e Quanto a outros aspectos), "Apreciações formuladas sobre a Missão", "O Exército brasileiro vinte anos depois", "Os quatro grandes" e "A Força Expedicionária Brasileira". Nas últimas páginas redigidas, antes da inclusão de mais algumas laudas de documentos anexos referentes à missão, o autor apresentou, de modo bem acabado, considerações que havia anunciado anteriormente e até com mais contundência.

Inicialmente, observou que a vinda da missão francesa completou um processo de modernização do Exército, iniciado com o ministro Mallet (1898-1902), aprofundado pelo ministro Hermes da Fonseca (1906-1909) e pelos "jovens turcos" e estruturado na sua parte final pelos ministros Caetano de Faria, Cardoso de Aguiar e Calógeras. Sobre a necessidade histórica da missão, afirmou:

> Desde o princípio, encaramos a Missão como passageira, e apressamo-nos em justapor aos instrutores franceses, auxiliares brasileiros que pudessem, aos poucos, substituí-los. A partir de 1930, por conseguinte em plena vigência do contrato, começamos a enviar estagiários à Escola Superior de Guerra francesa, que voltaram capacitados a reforçar o grupo de Oficiais brasileiros destinados a liberar os franceses. A Missão, julgada cara

Escobar toda a documentação referente aos trabalhos da MMF no Brasil, desde os primórdios até essa data" (BELLINTANI, 2009, p. 467).

> por alguns, dada a verba empenhada em pessoal, mas que sabíamos temporária, rendeu dividendos proporcionais ao seu grande valor (MALAN, 1988, p. 184).

Ao mencionar uma possível crítica sobre os termos do contrato inicial da missão, o autor imediatamente desfez tal excêntrica mudança de opinião, revelando que o problema não seria oferecer privilégios demais aos franceses, mas restringir sua entrada imediata na Escola Militar do Realengo, ainda que isso tenha sido feito de "caso pensado e perfeitamente justificado" (MALAN, 1988, p. 185).

Outra crítica presumível acerca da doutrina militar francesa legada ao Exército brasileiro também foi discutida por Malan, que, apesar de conseguir inverter sua polaridade, não se furtou de vislumbrá-la: a mentalidade defensiva. Sustentou que as experiências na Primeira Guerra Mundial foram decisivas para reforçar o pensamento militar francês que, desde a derrota na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), se reestruturou a partir de preceitos clausewitzianos, difundidos, primeiramente, por Lucien Cardot, a partir de 1885, e depois pelos grandes nomes militares franceses na Primeira Guerra Mundial, como Joffre e Foch. Assim, ainda que visse na FEB, da Segunda Guerra Mundial, a libertação de tal mentalidade, relativizou positivamente o legado doutrinário da missão francesa. Ao analisar a conferência do marechal Castello Branco, em 19 de setembro de 1955, estabeleceu suas conclusões e adiantou algo que foi, de outro modo, acolhido por esta tese: a ideia de que a Missão Militar Francesa de Instrução fomentou o desenvolvimento da noção de segurança nacional – no caso, chamada por Malan de "política nacional".

> (…) isso não invalida o serviço, por ele reconhecido, da Missão Francesa como nossa instrutora. Deixa porém bem claro o condicionamento da doutrina à situação política, nacional e internacional, à situação econômica e ao desenvolvimento da indústria do País, dados fundamentais da concepção de guerra no quadro maior do Conceito Estratégico Nacional. Se buscarmos no passado ensinamentos em fatos vividos ou no estudo de casos semelhantes – setor largamente explorado pela Missão e levado a cabo por farta exposição e comentários de campanhas clássicas, na Europa e na América, inclusive na do Paraguai – é no presente, visando o futuro, tendo por guia a *Política Nacional* [grifo meu], a estratégia conseqüente e seu aspecto militar, que devemos assentar a nossa Doutrina (MALAN, 1988, p. 188).

Finalmente, ao tratar das "apreciações" feitas sobre a atuação da missão francesa, Malan indicou que abordaria as posições antagônicas à sua presença e ao seu legado. Entendia o autor que, no meio militar, a lembrança da missão sempre foi de simpatia e gratidão – pode-se afirmar com enorme tranquilidade que tal memória jamais

foi partilhada por todos –, mas, em relação aos civis e algumas autoridades, isso não podia ser asseverado. Malan atribuiu a essa posição "incompreensões, casos típicos de desinformação que propiciaram tremendas, por vezes, lamentáveis confusões" (MALAN, 1988, p. 192). Contudo, entre os militares, observou que houve sim alguns contratempos. O general Malan, de fato como anunciado, descreveu atritos entre oficiais franceses e brasileiros, os quais foram, por assim dizer, insignificantes e insuficientes para afetar a "boa" relação entre os quadros nacionais e os instrutores estrangeiros. As principais queixas salientadas foram as dos militares franceses.

> Em relatório de 18 de novembro de 1917, o então Adido Militar francês no Brasil, Cap. Cav. (…) Alphonse Fanneau de la Horie, ex-membro da Missão Militar Francesa de Instrução junto à Força Pública de São Paulo, depois de fazer diversos comentários assegura: 'En realité: le Brésil a un semblant d'armée et tout est à y créeer'. Por desagradável e desprimoroso que seja ver alguém fazer tal afirmativa, ela, lamentavelmente, tinha fundamento (MALAN, 1988, p. 194).

Sobre as opiniões dos setores civis da sociedade brasileira que discutiam a atuação da Missão Militar Francesa de Instrução, novamente, o general Malan optou por uma escolha de depoimentos, reflexões, apontamentos e julgamentos mais favoráveis à história da missão. De fato, houve vozes tonitruantes que ecoaram desde antes da escolha da nacionalidade da missão, como os discursos do deputado Maurício de Lacerda, em 1917, na Câmara Federal – que podem ser lidos no trabalho de Jaime Araújo Bastos Filho, *A missão militar francesa no Brasil* –, porém as vozes selecionadas por Malan – não apenas os trechos de obras e depoimentos citados, mas seus responsáveis – parecem conferir ao autor a propriedade da verdade sobre a história da missão. Foram citados Capistrano de Abreu, o ministro Calógeras e Tancredo Neves, que teve mencionado um trecho da sua entrevista ao *Jornal do Brasil*, em 16 de dezembro de 1978.

> Enquanto as Forças Armadas brasileiras estiveram influenciadas pela escola francesa (…), os militares intervinham e, conjurada a crise, entregavam o Poder aos civis. Quando o Pentágono passou a influenciar a mentalidade militar brasileira do País, os militares não se limitaram a uma simples intervenção, mas intervieram e ocuparam o poder (Tancredo Neves apud MALAN, 1988, p. 195).

Poder-se-ia criticar duramente os elementos compositores do pensamento de Tancredo Neves e demonstrar que a comparação é extemporânea. Todavia, isso não precisou ser feito. Talvez tomando consciência da repercussão da sua "escolha" para

defender a missão francesa, o autor imediatamente qualificou que "é uma ilação que parece completamente desprovida de base" (MALAN, 1988, p. 195). Apesar da ressalva, acabou por relativizar tal reflexão de Tancredo Neves e, por fim, deu-lhe algum valor, pois se lembrou de que o Exército francês era o "grande mudo" (*l'armée est la grande muette*), enquanto as forças armadas americanas atuavam em diversos países sustentando ou substituindo governos de acordo com a conveniência. Pois bem, o caráter silencioso do Exército francês era resultado de uma política da III República Francesa que pretendia diminuir a atividade política-partidária dentro da instituição, alijando seus quadros do direito a voto. Todavia, além da sua atuação nas missões enviadas a países latino-americanos e do leste europeu, durante a presença dos instrutores franceses no Brasil, as forças francesas serviram aos interesses políticos do seu governo na ocupação e no controle de áreas no Oriente Médio, África e Sudeste asiático. Assim, a citação recolocou o debate em termos bem adequados sobre o papel político do militar francês, que sabia da extensão da política no exercício do seu ofício bélico (ou não), mas não caberia a ele a organização de um poder após suposta intervenção, como afirmado por Tancredo.

Ao tentar apresentar uma voz dissonante das apreciações francófilas, o general Malan o fez de forma "filtrada", para que houvesse suavidade no predicado utilizado. Referiu-se a Glauco Carneiro, autor da obra *Lusardo – o último caudilho* (1977), sobre João Batista Luzardo (1892-1982), jornalista e pesquisador cearense, escritor de diversas obras da história política brasileira, a fim de demonstrar que sua contrariedade à Missão Militar Francesa de Instrução e de valorização da influência que a missão teve no Exército brasileiro era consequência de "alheamento e de desinformação".

Citando a nota 9 do mencionado livro, comentou (as citações de Carneiro estão entre aspas):

> 'A 1ª Guerra Mundial provocou a mudança de planos e, em lugar dos alemães, veio a Missão Francesa'. Observação correta, como já foi exposto. O que se segue merece reparo: 'Acontece que ela não foi bem vista pelo grupo de Oficiais autodenominado 'jovens turcos', entre os quais se destacavam Teixeira Lott, Estevão Leitão de Carvalho e outros (…)' (MALAN, 1988, p. 196).

O equívoco parece elementar, Lott não era um "jovem turco". Mas Malan não ficou apenas nesse erro. Perscrutou todo o pensamento de Carneiro através dessa nota sobre a questão da influência da missão francesa e da resistência a ela e demonstrou a incongruência daquilo que descreveu com os fatos históricos: que o conflito entre

tenentistas e legalistas tinha a adoção de doutrinas de guerra divergentes, pois seriam os tenentes formados pela Missão Indígena, de influência dos "jovens turcos", e, consequentemente, adeptos das ideias alemãs, enquanto os legalistas instruídos pelos franceses se apegavam aos seus valores; e que a Missão era a grande culpada pelo modo de proceder do Exército brasileiro e a desinformação beirava para Malan a má-fé.

Sobre a obra do imortal da Academia Brasileira de Letras Afonso Arinos, *A alma do tempo; formação e mocidade* (1961), a despeito das homenagens e elogios que prestou a Arinos, Malan escreveu que as passagens por ele analisadas eram "estarrecedoras". Destacou dois trechos do livro de memórias de Arinos: o comentário que este teria ouvido de Góes Monteiro, em 1955, de que o parlamentarismo enfraqueceria a nação; e a informação de que a ideia, proveniente de Gamelin, teria sido apresentada em uma conversa entre o pai de Arinos e Góes Monteiro, em que se discutia a Segunda Guerra Mundial, e o primeiro disse que Góes nada sabia. "Quem é Góes? Um bom aluno da escola de Gamelin. Quem é Gamelin? Um velho besta que estava no mundo da lua e levou o pé na bunda. Se as opiniões de Gamelin não interessam, como podem interessar as de Góes" (ARINOS, 1961, p. 349 apud MALAN, 1988, p. 198). O general Malan afirmou ter ficado "pasmado" ao ler o trecho citado, ainda mais quando Afonso Arinos afirmou, na edição do jornal *O Globo*, de 13 de janeiro de 1980, reportando a conversa tida com Góes Monteiro, que Gamelin seria quase um traidor, pois havia entregado a França a Hitler.

Em suma, a estratégia de Malan parece clara: ainda que admitisse a oposição de segmentos importantes da sociedade brasileira à missão e aos seus membros, ou os desqualificava, como no caso de Carneiro, ou entendia haver falta de medida na contundência da posição, como no caso de Arinos (sem perder de vista que a crítica a Gamelin foi feita não como chefe da missão, mas como responsável pela defesa da França contra a invasão das tropas alemãs, em 1940). Por que não se aprofundou nas posições de Bento Ribeiro e Tasso Fragoso? Por que apenas pincelou passagens descontextualizadas dos dois chefes do Estado-Maior que, de formas distintas, se contrapuseram à missão? Enfim, por que entender que a interpretação de alguns não é neutra se a própria interpretação não é? Talvez pela sempre malograda pretensão de ser imparcial.

Há, todavia, para além do debate entre as opiniões de Malan e as que se apresentam nesta pesquisa, algo que serve como dado importante para se pensar de alguma forma o legado da Missão Militar Francesa de Instrução: a comparação das

conjunturas do Exército brasileiro imediatamente anteriores e posteriores à atuação dos franceses. O general Malan realizou tal levantamento e, sem duvidar das suas informações, pode ser verificada a evolução da instituição. Entretanto, das contestações que serão expostas na sequência, quais foram de fato as que tiveram algum tipo de interferência ou contribuição da missão?

Em 1919, o efetivo do Exército brasileiro era de aproximadamente 43 mil homens, subindo para 100 mil em 1939; as condições de vida nos quartéis melhoraram, mesmo que não seja possível, por parte de Malan, descrever qualquer cifra ou índice que confirme isso; o material bélico teve maior comercialização com os franceses, mas não foram apresentados números, apenas afirmou-se que o Exército evoluía para certa autossuficiência (sendo impossível saber o que o autor desejou com essa expressão, pois, como abordado na presente tese, o país estava muito distante de qualquer autonomia industrial, quanto mais na área militar); a instrução melhorou, mesmo não sendo mostrado qualquer dado; a disciplina era observada, mesmo com surtos – nesse aspecto, não é possível sequer aceitar a premissa do autor (MALAN, 1988, p. 199-200).

Malan também fez a lista dos quatro personagens mais importantes da história militar brasileira durante a experiência da missão francesa. Por ordem de relevância: general Alberto Cardoso de Aguiar (com o concurso do adido militar brasileiro em Paris), general Maurice Gamelin, general Huntziger (chefe da missão durante a Revolução Constitucionalista de 1932) e general Góes Monteiro. Não cabem aqui comentários sobre a relação, pois seriam um juízo de valor sem propósito, ainda que chame a atenção a escolha de um oficial francês durante um momento de declínio das atividades da missão.

Por fim, Malan se referiu à FEB. De forma um tanto criativa, procurou vincular a missão francesa à Força Expedicionária Brasileira, mesmo aceitando resignadamente que ela se transformou no contato com o modelo proveniente dos Estados Unidos. Afirmou que foi a experiência do Exército brasileiro com os instrutores franceses que preparou a mentalidade da instituição, ao longo de vinte anos, para que este pudesse atuar com o êxito que teve em solo europeu.

Então, o autor dessa inestimável obra sobre a missão francesa concluiu: “tudo indica, tanto para a França como para o Brasil, que o convívio de seus exércitos deve ser mantido” (MALAN, 1988, p. 203). Ou seja, a defesa de Malan não foi apenas da história da missão, mas do futuro do Exército brasileiro, o qual deveria se sustentar atrelado a um modelo estrangeiro, de preferência o modelo francês.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo.
(Walter Benjamin)

Ao término desta tese, são reapresentadas as ponderações que, ao longo dos capítulos, foram produzidas e, entende-se, serviram como material para reflexão acerca da história institucional do Exército brasileiro, particularmente dos primeiros anos da atuação da Missão Militar Francesa de Instrução.

Contratada para auxiliar os oficiais brasileiros no desenvolvimento do Exército, compartilhando, a partir da experiência e da teoria militares francesas, uma nova e "moderna" mentalidade, a missão foi encarregada de ampliar a influência do país europeu no Brasil. Teve relevância histórica na composição de uma ideologia político-militar do Exército brasileiro, instituição determinante em momentos nevrálgicos da história política brasileira durante o século XX. Nove décadas após os missionários franceses, sob a chefia do general Maurice Gamelin, começarem seus trabalhos de instrução dos oficiais brasileiros, ainda se discute a influência francesa na formação do Exército nacional. Relação essa sempre complexa porque, apesar de os franceses serem missionários, não é possível afirmar que houve catequese.

Francófilos militares e civis, franceses e contrários à missão (militares e civis) digladiaram-se no desejo de modernizarem-se pelo modo francês, alemão ou por um modelo exclusivamente brasileiro. O Exército não se modernizou por nenhum desses formatos. Aliás, não houve modernização, mas modernismo, através da composição heterogênea desses elementos.

Ao se defender nas páginas precedentes a ideia de que o legado da Missão Militar Francesa de Instrução foi o de uma transformação da mentalidade militar do oficial do Exército brasileiro, não se teve jamais a pretensão de asseverar que se criou um pensamento unívoco e que os quadros do Exército interagiram, mais ou menos intensamente, com uma doutrina hibridamente estabelecida pelas demandas e correlações de forças locais, pelas experiências (individuais e coletivas) e pelo receituário estrangeiro. Inicialmente, porque tanto as disposições internas quanto os interesses externos foram intermediados por sujeitos compostos por singularidades que

alteraram a forma e o conteúdo desses fatores, bem como os traduziram e foram traduzidos nas inter-relações subjetivas que política, militar, econômica e culturalmente estabeleceram entre si.

A missão francesa não foi somente militar, assim como o Exército brasileiro não desempenhou apenas, ao longo da sua história, um papel exclusivamente militar. Talvez porque a compreensão da noção "militar" fosse ingenuamente por demais apartada da natureza de toda e qualquer força armada de um Estado moderno, que é a de ser um instrumento da própria política – em um sentido estrito, como expressão da própria sociedade compactuada e na formulação da entidade estatal e, igualmente, em um sentido amplo de que toda atividade social é necessariamente política.

A história do Exército, da missão e dos sujeitos envolvidos nessas conjunturas não serve, portanto, apenas aos estudos militares e políticos. Acredita-se que pode ajudar também no debate sobre a construção da identidade nacional (se é que ela existe e se é apenas uma) no último decênio da Primeira República e sobre sua repercussão nos momentos vindouros da própria história do Brasil.

Sendo assim, rever-se-á, doravante, aquilo que foi concebido como próprio dos resultados historiográficos do trabalho que aqui se desenvolveu, narrando-os novamente não para, a fórceps, convencer o leitor de que o que foi afirmado é a verdade, mas para lembrá-lo de que se ensaiou uma possibilidade de interpretação da história e essa não foi fruto de ficção, mas de análise detida dos documentos levantados e da heurística utilizada.

A narrativa, contudo, pode ter levado, por diversas razões, a compreensões distintas daquelas desejadas na expressão escrita desta investigação. Espera-se que isso não seja empecilho para o reconhecimento dos esforços empreendidos, não se reduzindo esta obra a um texto que observou (ou tentou observar, melhor dizendo) apenas o cumprimento formal da carreira acadêmica, na elaboração de uma pesquisa e de uma tese de doutorado, mas, que, com suas virtudes e pecados, contribuiu para o incremento do debate da história do Brasil.

* * *

> São as nossas, pois, Forças Armadas típicas de país dito subdesenvolvido, isto é, de país que não possui indústria pesada, indústria de bens de produção, e que, portanto, equipando-se por aquisições no estrangeiro, ao mesmo tempo em que importa material bélico, importa processo de combate e tende à cópia de tudo o que se refere ao aparelho

> militar, que alguns ingênuos almejam seja tão perfeito, tão organizado e tão eficiente quanto os modelos externos, e se desesperam quando isso não é alcançado. A solução parece, a certa altura, a vinda de missões militares estrangeiras, oriundas de países em que o aparelho militar se aproxima da sonhada perfeição, e que encontram ambiente de surda resistência e cuja herança, por tudo isso, é reduzida não ultrapassando as cúpulas militares. A realidade, nisso como no resto, é muito mais rica do que a teoria, e dissipa rapidamente ilusões cuidadosamente alimentadas, levando ao desespero os que as acalentavam. A responsabilidade passa a ser atribuída, então, às deficiências raciais, climáticas, geográficas, e outras (SODRÉ, 2010, p. 289).

Tem-se a impressão de que muitas considerações apresentadas na obra de Nelson Werneck Sodré, *História militar do Brasil*, são de um poder de esclarecimento ímpar e, ao mesmo tempo, uma sombria maneira de interpretar os acontecimentos históricos do Brasil à luz de categorias de análise monolíticas ou ideologicamente comprometidas, ainda que se guarde relativa distância do seu lugar social de escrita.

A passagem anterior, segundo o entendimento que se tem nesta tese, segue tal premissa. Serve-se aqui das palavras de Sodré, pois essas carregam exatamente o nó górdio da formação da identidade brasileira, particularmente, do seu Exército, ressoando as frases de Sérgio Buarque de Holanda, expostas na introdução do presente trabalho. Contrariamente, porém, não se aceita a ideia de que, no Brasil, se copia o modelo externo; esse é apropriado, traduzido, hibridizado. Por outro lado, ainda que datada, a nomenclatura "país subdesenvolvido" parece ser a medida exata do que acontecia em termos de modernidade do Exército brasileiro na Primeira República e durante algum tempo após 1930: segurava-se o avanço material e social, em contrapartida os aspectos culturais avançavam.

No âmbito das forças armadas, isso foi sentido no enorme esforço empreendido para a profissionalização dos quadros militares, a ampliação do contingente selecionado para a prestação do serviço, a reestruturação das forças, a criação da aviação de guerra etc. Todavia, acima de tudo, na tentativa de formar uma mentalidade moderna da guerra. Tal mentalidade teria como referência a experiência da Primeira Guerra Mundial? Das guerras coloniais? Da Guerra Franco-Prussiana? Ou além de tudo isso, a própria experiência histórica do Exército brasileiro em Canudos ou Contestado?

Ademais, a "sociedade militar" da década de 1920 era marcada ainda pela imagem de ser, a exceção do oficialato, um espaço para segmentos marginalizados. Imagem pública ruim, experiências históricas de sucesso questionável e referencial estrangeiro atraente, mas possivelmente inadequado. De todos os males sofridos pela

instituição (e o material talvez fosse o mais pernicioso), foi o aspecto cultural o mais atingido nesse momento de transformação modernista.

Quanto à mudança da mentalidade – sempre relativizando a abrangência de tal transformação a alguns segmentos do Exército –, ocorreu por não haver meios ou interesse efetivo à época para uma modernização da indústria bélica nacional. Os desejos de modernidade brasileiros estavam diretamente vinculados aos interesses estrangeiros (comerciais ou ainda que fossem para ampliar a imagem positiva das nações "desenvolvidas", como a francesa, no Brasil e na América do Sul). Tanto foi assim que mesmo a disputa entre francófilos e germanófilos (primordialmente, os "jovens turcos") atravessou a discussão sobre ser necessária ou não a aquisição de equipamentos franceses, pois o país já utilizava armamentos alemães. Em todo o caso, durante a década de 1920, a indústria militar nacional se viu quase relegada à nulidade.

Destarte, é possível verificar que, de um lado, a modernização caminhava a passos lentos, ainda que se procurasse não alterar a ordem vigente (ou feita de cima para baixo, sem que houvesse uma ruptura explícita das estruturas sociais), em um processo que pode ser identificado com a noção de "modernização conservadora" ou "reacionária" ou, ainda, para retomar a expressão gramsciana adotada por Werneck Vianna, a "revolução passiva", em que se muda conservando. De outro lado, desde a chegada dos franceses, o modernismo já era sentido com a criação de pelo menos cinco escolas do Exército que possuíam o claro objetivo de transformar a cultura militar nacional, no que se refere à formação do oficial. Foram inauguradas a Escola de Estado-Maior, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a Escola de Aviação, a Escola de Veterinária e a Escola de Intendência.

Antes disso, com o empenho dos ex-estagiários brasileiros do Exército alemão e seus discípulos, que expunham sua mentalidade modernista nas páginas d'*A Defeza Nacional*[166], tal modernismo "à brasileira" era esboçado com forte impregnação do elemento alemão, excessivamente disciplinador para o espírito militar brasileiro. Talvez, a escolha dos franceses tenha sido o achado para um meio termo dessa problemática: profissionalização, disciplina (mas não a prussiana), construção de uma ideia de nação

[166] A rigor, os desejos de modernidade surgiram até mesmo antes do aparecimento dos "jovens turcos", mas de maneira pouco consistente. Com eles, pode-se identificar uma etapa intermediária entre o século XIX e a chegada da Missão Militar Francesa de Instrução. Sobre o papel do Exército – notadamente em um sentido moderno, Magalhães assevera: "a existência do Exército do tempo de paz, dominada pela ideia de que sua finalidade principal era o preparo das forças terrestres nacionais para a guerra e o núcleo de organização e enquadramento do potencial militar mobilizado, foi a principal das atividades da Missão Militar Francesa. A ideia existia desde as fases anteriores das reformas republicanas, mas de modo embrionário, sem um caráter efetivamente prático" (MAGALHÃES, 1998, p. 339).

(reforçada pela ênfase de segurança nacional), conservação da ordem vigente (inclusive com a diminuição da atividade política nos meios militares, o que, obviamente, fracassou), não alteração do nível de desenvolvimento industrial (pelo menos, em termos militares) e configuração no Exército – uma instituição de natureza conservadora – do instrumento para o progresso do país rumo à modernidade.[167]

Sendo, porém, um processo histórico envolvendo não somente sujeitos brasileiros – mesmo que francófilos ou germanófilos –, a participação dos estrangeiros naquele contexto não representou apenas uma interferência externa, mas uma interpretação dos acontecimentos vivenciados no Brasil a partir de uma visão diferente, ainda que possa ser acusada de "imperialista". Como foi o caso do primeiro chefe da missão, o general Gamelin.

Gamelin chegou ao Brasil com notoriedade adquirida na Primeira Guerra Mundial. Entretanto, no entendimento de Domingos Neto, os méritos do general não estavam necessariamente no fato de ser um grande estrategista. Para o pesquisador da história da missão, o nome francês incumbido de modernizar o Exército brasileiro "revelaria mais as qualidades de um político matreiro e articulador de pequenos entendimentos que as de um grande estrategista militar" (DOMINGOS NETO, 2007, p. 251).

Ainda assim, utilizava-se a imagem de ter sido discípulo de Foch e trabalhado com Joffre, o que garantia a Gamelin ar de competência militar quase inquestionável. Mas isso não foi o suficiente para a conquista de todos os corações e mentes brasileiros. Apesar de contar com apoiadores no governo e no Exército, houve também aqueles que se indispuseram com o general francês desde os primórdios da atuação da missão. Inicialmente, seu grande rival foi o chefe do Estado-Maior, o marechal Bento Ribeiro. A antipatia recíproca gerou nos primeiros instantes uma divisão constrangedora na sociedade militar. Gamelin, com seus preconceitos, identificava todo e qualquer obstáculo à missão como sendo produto da influência germânica ou de certo espírito brasileiro pouco afeito à prática.

Retomando-se o debate de Motta e Trevisan sobre a formação do oficial brasileiro até a chegada da missão francesa e a valorização da Alemanha, principalmente pelos "jovens turcos", é possível conferir alguma validade à visão pré-concebida de Gamelin sobre as resistências sofridas. Contudo, do mesmo modo, é

[167] Esta tese é claramente influenciada pela obra de Trevisan (1993). Espera-se, entretanto, que as considerações aqui apresentadas sejam resultado de uma leitura correta das suas reflexões.

razoável atribuir à oposição algum receio efetivo de ingerência francesa nos assuntos de interesse nacional, como as concepções desenvolvidas no Estado-Maior, que poderiam afetar a proteção dos planos estratégicos brasileiros. A celeuma foi encerrada com a demissão de Bento Ribeiro, no início de 1921 – apontada no segundo capítulo desta tese como uma vitória de Gamelin.

As avaliações e proposições de Gamelin sugerindo alterações no Exército brasileiro se mantiveram no campo das ideias, não configurando uma implantação imediata de reestruturação, mesmo que reverberassem nas escolas de formação e aperfeiçoamento de oficiais. Uma vez que seu status estava reduzido à instrução e ao auxílio, o general podia decidir pouco no que devia ou não ser transformado. De todo modo, os ensinamentos não eram de estopim curto e amadureceram com a formação de alguns jovens oficiais instruídos pelos professores franceses e com a contribuição para a formulação da identidade do próprio Exército e do papel civilizador que teria na defesa das fronteiras contra ameaças externas, bem como na defesa das fronteiras internas, numa verdadeira (e, aparentemente, nunca realizada) "ocupação" do território.

Não é possível esquecer, entrementes, que todo o esforço de Gamelin para colaborar para a modernização do Exército brasileiro esteve relacionado à defesa dos interesses comerciais franceses, sendo um importante articulador da venda de equipamentos militares para o Brasil, ainda que não representasse oficialmente as casas gaulesas. Aliás, como os negócios comerciais entre França e Brasil faziam parte das "tarefas" da missão, é curioso perceber que parte importante do debate sobre o atraso da indústria nacional esteve relacionada à dependência brasileira da produção manufatureira estrangeira, em especial da produção francesa. Com suas duras críticas à atuação dos instrutores franceses, McCann sugeriu, como se viu na introdução desta tese, que é possível especular tal ideia.

Após a saída de Gamelin, os negócios comerciais continuaram e os ensinamentos estrangeiros perpetuaram-se. Durante o período em que a missão foi chefiada por Coffec e Spire (pelo menos até 1927, ainda que o segundo general tenha permanecido no cargo até 1930), destacaram-se entre os quadros militares nacionais duas figuras que estariam na linha de frente, a partir de então, na formação de um pensamento estratégico nacional – entendendo-o na acepção moderna da palavra "nação", como bem anotou Hobsbawm sobre a definição do termo em léxico

brasileiro[168] –, os generais Tasso Fragoso (em um primeiro momento) e Góes Monteiro (durante a década de 1930).

Também pela colaboração francesa (direta ou indireta), constituiu-se a ideia de "defesa nacional". Como foi exposto no terceiro capítulo deste texto, não se pretendeu afirmar que tal noção surgiu como algo absolutamente inédito ou que, desde então, desenvolveu-se para ferramentas mais concretas da política do Estado nacional. Mesmo com tal ressalva, é sintomático apontar para a criação do Conselho de Defesa Nacional como fruto dos trabalhos de instrução dos missionários franceses. A partir de então, foi de maior relevância o papel do Estado-Maior na concepção de um plano ou "projeto" de defesa e mobilização das forças nacionais para a proteção do país. O Exército e as forças armadas de maneira geral se tornaram, ao modo clausewitziano, um instrumento da política. Essa condição não foi alcançada simplesmente com a importação do modelo francês – ou antes, com a inspiração germânica. Foi o encontro entre a experiência histórica, as teorias e os exemplos europeus da guerra com a cultura militar brasileira, que se transformava naquele momento, sendo a matriz geradora dessa nova dimensão do militar (e que projetava, também, a participação da sociedade civil em prol da defesa da nação).

Portanto, as mudanças mais significativas que se deram no Exército não foram a reestruturação da organização do contingente (ainda que o recrutamento, sim, tenha provocado sensível diferença na relação da instituição com a sociedade civil), a distribuição dos distritos militares e os planos estratégicos de defesa do território contra uma nação inimiga (mesmo que a partir de então isso fosse pensado em termos de mobilização nacional, o que seria uma novidade). O general Tasso Fragoso foi o sujeito capaz de absorver o paradigma francês e traduzi-lo em termos brasileiros – não na aplicação, mas na compreensão do papel do Estado-Maior.

Posteriormente, a marca da transformação modernista se fez ver com o legado de um dos mais brilhantes alunos da missão, o general Góes Monteiro, que desenvolveu efetivamente uma doutrina. Segundo a "doutrina Góes Monteiro", as forças armadas não deveriam agir somente como um mecanismo de construção da pátria, atrelada à noção de um desenvolvimento progressivo e harmonioso, aos moldes de uma

[168] "Na recente *Enciclopédia Brasileira Mérito* [1958-1964], a nação é a 'comunidade de cidadãos de um Estado, vivendo sob o mesmo regime ou governo e tendo uma comunhão de interesses; a coletividade de habitantes de um território com tradições, aspirações e interesses comuns, *subordinados a um poder central que se encarrega de manter a unidade do grupo* [grifo do autor]; o povo de um Estado, excluindo o poder governamental'" (HOBSBAWM, 1990, p. 27-28).

modernidade conservadora da sociedade brasileira contemporânea. Sua função deveria ir além: as instituições militares seriam as principais instâncias na formação da nação brasileira moderna, ao lançarem-se como força motriz capaz de integrar o país territorial, política e "espiritualmente", ou seja, conferindo ao povo habitante destas terras certa noção de reconhecimento como partícipe de valores compartilhados por outros brasileiros. Enfim, a identidade nacional formar-se-ia definitivamente na realização desse projeto, baseando-se na "ideologia oficial" do Exército que se moldou na década de 1920, tendo nas características locais e no modelo francês seus principais elementos.

Entretanto, em nenhum momento desta pesquisa presumiu-se uma única posição do Exército em relação ao destino do país, por isso aceitou-se que a "ideologia" em questão seria aquela institucionalmente concebida, enquanto outros setores militares defendiam diferentes ideais, como, possivelmente, no caso do tenentismo.[169] Assim, retoma-se aqui a pergunta feita no terceiro capítulo desta tese, acreditando-se ter sido alcançado algum termo de esclarecimento. Para o general Góes Monteiro, o Brasil precisava ter seu território "ocupado". Quem precisava ocupá-lo? O Exército! E não se tratava então apenas de proteger as fronteiras do país de ameaças externas, mas de proteger a sociedade, muitas vezes, de si mesma, modernizar o país, transformar a cultura política e, consequentemente, as instituições, na criação de um Estado novo.

Nesse sentido, encerra-se esta tese com a reflexão sobre duas visões correlacionadas à produção de certa imagem do Exército brasileiro: uma francesa e outra brasileira. De fato, o que se viu foi, de um lado, algo que pode ser tratado como um balanço francês dos momentos mais importantes de atuação da Missão Militar Francesa de Instrução e, de outro, a memória/história/testemunho de alguém que narrou os acontecimentos passados e esteve afetiva e intelectualmente vinculado à missão. O que se constituiu mais como uma opinião ratificadora da história militar apologética das experiências do Exército brasileiro do que como uma discussão sobre o possível legado da instrução francesa (sem invalidar jamais seu trabalho historiográfico).

[169] Segundo Forjaz, diferentemente, da posição institucional, muitas vezes designada pela literatura sobre o tenentismo como legalista, "os projetos tenentistas de modernização e reformas sociais corresponderiam aos interesses econômicos das camadas médias, de maior participação no produto e ascensão enquanto classe, prejudicados pela economia agroexportadora em crise e a política econômica defensiva, posta em prática pela oligarquia no poder (…); a nosso ver o comportamento político-ideológico dos tenentes só pode ser explicado pela conjugação de duas dimensões: sua situação institucional como membros do aparelho militar do Estado e sua composição social como membros das camadas médias urbanas" (FORJAZ, 1977, p. 24-28), não sendo o aparelho militar uma continuação do Estado existente, mas seu elemento de ruptura.

Em primeiro lugar, é importante reforçar que os franceses colaboraram efetivamente para a formação da identidade moderna do Exército brasileiro, principalmente, por terem sido uma das fontes de formação de uma mentalidade também moderna. Todavia, a perpetuação da dependência econômica, reproduzida no mercado de armamentos, se não foi a causa para o atraso da indústria bélica nacional – como sugeriu McCann – certamente, não ajudou no seu desenvolvimento. Além disso, como já foi discutido exaustivamente no presente texto, o apoio à missão e o reconhecimento dos seus bons serviços prestados não correspondiam integralmente aos desejos de todos os quadros do Exército ou mesmo de toda a sociedade civil. O que significa afirmar que, mesmo tendo desempenhado papel de tamanha relevância para a história da instituição, as críticas surgidas à época (e aquelas produzidas pela historiografia do tema) não serão jamais completamente descabidas – talvez mais ou menos exageradas –, sempre mantendo algum tipo de vínculo com os fatos.

Decorrente disso, em segundo lugar, a rebeldia surgida nos anos 1920 dentro do Exército teve de uma forma ou de outra conexão com a presença francesa. No entanto, seria superdimensionar sua influência relacionar o aparecimento do tenentismo daquele período a uma reação à missão francesa (por seus possíveis desvios éticos, a inspiração germânica ainda estava presente em diversos setores jovens), do mesmo modo que McCann insinuou. Em alguns momentos, é possível identificá-la como alvo simbólico, mas não propriamente a razão da insurgência.

Não obstante, do lado francês, não se afirma contundentemente a neutralidade assumida diante dos acontecimentos político-militares locais, durante os "anos dourados" da missão. No caso da Revolução de 1924, em São Paulo, Gamelin aconselhou o presidente Artur Bernardes no modo de proceder quanto aos rebeldes e à população civil envolvida no conflito. Não se tem em mãos qualquer indício de que os conselhos de Gamelin foram adotados e o êxito da campanha contra os rebeldes teve como princípios os ensinamentos franceses – pelo menos de maneira direta, a partir especificamente das sugestões de Gamelin, mesmo porque as notas de tais recomendações não foram encontradas nos documentos pesquisados. Em todo caso, a convocação de Gamelin pelo presidente para opinar sobre incidentes militares e políticos significativos, talvez, estivesse para além das prerrogativas do general. Reaparecem as dúvidas surgidas no quarto capítulo desta tese. Não se critica o gesto de Gamelin. Constata-se somente sua intromissão em assuntos nacionais.

Da visão francesa, decalcou-se a visão franco-brasileira. Apesar de poder parecer o resultado da experiência teórica aqui desenvolvida sobre os processos de hibridação entre as culturas militares brasileira e francesa, tal "*Weltanschauung*" (com o perdão da apropriação razoavelmente inadequada do termo) não é outra senão aquela emprestada do modelo estrangeiro, no caso, a referência francesa. Se foi possível identificar os críticos da missão, apontando para hipotéticas (ou reais) relações entre os problemas vivenciados pelo Exército brasileiro e a atuação da missão francesa, não é difícil encontrar também seus apologistas. Esses, em geral, reproduziram uma ideia de sociedade, de Exército, de soldado e de cidadão própria da mentalidade dominante. Não há um híbrido nesses casos. Porém, sustentar que uma visão de exaltação da história da missão é uma forma de má-fé intelectual seria demasiadamente equivocado.

A obra do general Malan sobre a história dos instrutores franceses é um excelente exemplo disso. Cioso da sua responsabilidade, mas emocionalmente afetado pelo objeto escolhido para a pesquisa e a narração da sua história, o militar e pesquisador, filho de um dos principais articuladores da contratação da missão, ao mesmo tempo em que escreveu um livro riquíssimo de informações (e transcrições de documentos) sobre a história dos franceses, reduziu toda e qualquer possibilidade de não se ver os extraordinários méritos de Gamelin e seus comandados (e, de modo geral, de todos os instrutores franceses) na "modernização" do Exército brasileiro. A análise e a interpretação do livro de Malan são por si só um exercício historiográfico. As conclusões críticas extraídas da sua leitura, muitas vezes a contrapelo dos escritos do general, se combinam com as hipóteses testadas e, espera-se, provadas neste texto.

Malan não foi exemplo de um militar modernista brasileiro. Foi, sim, um moderno e excelente militar e pesquisador "franco-brasileiro", entendendo o termo, neste caso, não no sentido dos "homens hifenados" de Homi Bhabha ou dos "homens traduzidos" de Salman Rushdie, mas daquele que assume integralmente a mentalidade culturalmente hegemônica. A defesa da história da missão empreendida por Malan serviu, de algum modo, para recuperar o legado da missão francesa e oferecer um entendimento do passado. Ademais, prestou-se (intencionalmente ou não, tanto faz) à proposição de certo caminho para o desenvolvimento do Exército, sempre "apoiado e instruído" por outro estrangeiro, mais moderno.

Os sujeitos envolvidos na história do Exército brasileiro e da Missão Militar Francesa de Instrução não eram todos assim. Havia aqueles que sabiam muito bem os limites do(s) modelo(s) estrangeiro(s). Havia outros que nem ao menos queriam a

adoção de um modelo. Alguns desejavam, contudo, ser autenticamente modernos e, apesar, das influências externas, essa modernidade seria brasileira. Nesse sentido, constata-se que, na história dos primeiros anos da Missão Militar Francesa de Instrução no Exército brasileiro, entre 1920 e 1927, houve modernismo. Modernização, não.

ARQUIVOS E FONTES

- Biblioteca José Wasth Rodrigues (atualmente desativada), Centro de Documentação do Exército, Brasília (DF)

A DEFEZA NACIONAL, Rio de Janeiro, a. I, n. 1, 10 out. 1913.

___ . Rio de Janeiro, a. I, n. 3, 10 dez. 1913.

___ . Rio de Janeiro, a. I, n. 8, 10 mai. 1914.

___ . Rio de Janeiro, a. I, n. 12, 10 set. 1914.

___ . Rio de Janeiro, a. II, n. 17, 10 fev. 1915.

___ . Rio de Janeiro, a. VI, n. 65, 10 fev. 1919.

AGUIAR, General de Brigada Alberto Cardoso de. *Relatório apresentado pelo ministro de Estado da Guerra ao vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1919*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar, Estado-Maior do Exército.

A MISSÃO militar franceza no Brazil. *A Defeza Nacional*, Rio de Janeiro, n. 79, a. VII, 10 fev. 1920.

BRASIL. Decreto-lei 3415, de 29 de janeiro de 1919.

___ . Decreto legislativo 3674, de 7 de janeiro de 1919.

___ . Decreto-lei 3741, de 28 de maio de 1919.

___ . Estado-Maior do Exército – Comissão de História do Exército. Contrato da Missão Militar Francesa, 8 de setembro de 1919 – Pasta 1.

CALÓGERAS, Dr. João Pandiá. *Relatório apresentado pelo ministro de Estado de Guerra ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em junho de 1920*. Rio de Janeiro, Imprensa Militar.

FARIA, Marechal José Caetano de. *Relatório apresentado pelo ministro do Estado da Guerra ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, em maio de 1918*. Capital Federal, Imprensa Militar, Estado-Maior.

OLYMPIO DA SILVEIRA, General de Divisão Benedicto. *Ofício Reservado: Renovação do Contracto com a MMF encaminhado ao ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, Estado-Maior do Exército, 3ª Seção, 29 de agosto de 1934 – Estado-Maior do Exército, Comissão de História do Exército, v. 1 "Contratos", n. 187.

PATRIOTISMO ad hoc e germanophilismo. Embuste evidente. Nossa orientação inabalável. *A Defeza Nacional*, Rio de Janeiro, a. V, n. 59, 10 ago. 1918.

RENOVAÇÃO DO CONTRATO DA MISSÃO MILITAR FRANCESA DE INSTRUÇÃO JUNTO AO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1934. Assinado pelo embaixador francês no Brasil (Himermite) e pelo ministro da Guerra do Brasil, general Pedro Aurélio de Góes Monteiro – Estado-Maior do Exército, Comissão de História do Exército. v. 1, "Contratos", n. 187.

TASSO FRAGOSO, General Augusto. *Relatório do Chefe do Estado-Maior do Exército sobre o contrato com a Missão Militar Francesa*, Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1927 – Estado-Maior do Exército, Comissão de História do Exército, v. 1 "Contratos", n. 187.

- Service Historique de l'Armée de la Terre, Service Historique de la Défense, Château de Vincennes, França

BRYAS, Capitaine de Corvette F. de. *Rapport du Attaché Naval Français au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Marine*: Influence croissante des États-Unis au Brésil, État-Major Général, n. 3, 2ème Bureau, Missions, Buenos Aires, le 9 Janvier 1936 – Caixa 7N3394.

COFFEC, Général Fréderic. *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, Rio de Janeiro, le 4 Janvier 1925 – Caixa 7N3398.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 50, Rio de Janeiro, le 6 Mars 1925 – Caixa 7N3398.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 311, Rio de Janeiro, le 9 Décembre 1926 – Caixa 7N3398.

CORREIO DA NOITE. França-Brasil, Rio de Janeiro, 4 jul. 1936.

DEUIL, Commandant. *Rapport du Attaché militaire français à Buenos Aires à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, n. 153G, Buenos Aires, le 5 Mai 1920 – Caixa 7N1732.

GAMELIN, Général Maurice. *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 12, Rio de Janeiro, le 15 Juin 1919 – Caixa 7N3391.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 180, Rio de Janeiro, le 24 Mars 1920 – Caixa 7N3391.

___ . Lettre du 1er Janvier, 1923 – Caixa 7N3391.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 361, Rio de Janeiro, le 16 Octobre 1924 – Caixa 7N3391.

___ . *Projet de reorganisation de l'Armée brésilienne, 1924* – Service Historique de la Défense, Château de Vincennes, França – Service Historique de l'Armée de la Terre – Caixa 7N3391.

GOUSPY. *Rapport du Attaché militaire français à Buenos Aires à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, n. 103G, Buenos Aires, le 14 Mai 1919 – Caixa 7N1732.

LAMARZELLE. *Rapport au sujet de l'action possible sur l'Armée Argentine*. *Rapport du Attaché militaire français à Buenos Aires à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, n. 266G, Buenos Aires, le 24 Decembre 1921 – Caixa 7N1732.

MANGIN, Général de Division Charles. *Armée Brésilienne et Mission Militaire française au BRÉSIL. Rapport au Ministre de la Guerre*, n. 199; du Conseil Superieur de la Guerre, à bord du "Jules Michelet", en mer, le 6 Novembre 1921 – Caixa 7N3394.

MINISTÈRE DE LA GUERRE DE LA FRANCE, État-Major de l'armée – 2ème Bureau. *Notice sur l'Armée du Brésil*. Novembre 1927 – Caixa 7N3394.

QUIRIN, Colonel. *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française p.i. au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 14, Rio de Janeiro, le 17 Janvier 1925 – Caixa 7N3398.

SALATS, Capitaine. *Rapport du Attaché militaire français à Buenos Aires à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, Buenos Aires, le 4 Septembre 1913 – Caixa 7N1732.

SPIRE, Général de Division Joseph. *Notices sur l'Armée brésilienne*, Rio de Janeiro, le 9 Septembre 1927 – Caixa 7N3398.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 466, Rio de Janeiro, le 9 Décembre 1927 – Caixa 7N3398.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 401, Rio de Janeiro, le 29 Octobre 1927 – Caixa 7N3398

- Centre des Archives des Affaires Étrangères de la République Française, La Courneuve, França

CONTY, Alexander R. *Correspondance n. 260*, l'Ambassade française au Brésil, le non daté (reçue le 7 Août 1924), envoyé par l'Ambassadeur français à Rio de Janeiro à Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères de la France – Pasta 10CPCOM20.

___ . *Correspondance n. 287*, l'Ambassade française au Brésil du 9 Août 1924, envoyé par l'Ambassadeur français à Rio de Janeiro à Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères de la France – Pasta 10CPCOM20.

___ . *Correspondance n. 101,* l'Ambassade française au Brésil du 29 Mars 1926, envoyé par l'Ambassadeur français à Rio de Janeiro à Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères de la France – Pasta 10CPCOM32.

___ . *Difficultés entre la Mission Militaire française et l'E.M. brésilien.* Document confidentiel de l'Ambassade française au Brésil, le 23 Février 1921, Correspondance n. 70, l'Ambassadeur français à Rio de Janeiro à Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères de la France – Pasta 10CPCOM31.

DOYNEL DE SAINT-QUENTIN. René. *Commentaires de la presse allemande sur les causes de la révolte militaire au Brésil*. Correspondance n. 476, de l'Ambassade de France à Berlin, le 19 Juillet 1924, du Chargé d'Affaires de France à Berlin; à son Excellence Monsieur Edouard Herriot, President du Conseil, Ministre des Affaires Étrangers – Pasta 10CPCOM20.

GAMELIN, General Maurice. *Rapport n. 186 du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil pour le Ministre de la Guerre et l'État-Major Général de l'Armée Française*, 2ème Bureau, le 6 Juillet 1922 – Pasta 10CPCOM30.

___ . *Rapport du Chef de la Mission Militaire Française au Brésil, à Monsieur le Ministre de la Guerre*, État-Major de l'Armée, 2ème Bureau, Missions, n. 256, Rio de Janeiro, le 17 Juillet 1924 – Pasta 10CPCOM20.

___ . *Sur L'action de la Mission Militaire Française au Brésil*. Rapport de Mars 1925, envoyé le 4 Avril, 1925 à Monsieur le Ministre de la Guerre, et le 18 Avril, 2661 joint à la lettre du Président du Ministère des Affaires étrangères de la France – Pasta 10CPCOM32.

GAZETA DE NOTÍCIAS. As victorias do general Gamelin, Rio de Janeiro, 17 fev. 1921 – Pasta 10CPCOM32.

___ . Os frutos da Missão Franceza – O general Gamelin contra o Estado Maior do Exercito, Rio de Janeiro, 23 fev. 1921 – Pasta 10CPCOM32.

HAUTECLOCQUE, Jean de. *Lettre à Monsieur le Ministre des Affaires Étrangères de la France*, n. 141, de 9 mai. 1923 – Pasta 10CPCOM31.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, 18 fev. 1920 – Pasta 10CPCOM32.

LE BRÉSIL. La Mission Militaire française du Brésil, Paris, 3 abr. 1921 – Pasta 10CPCOM32.

___ . L'Hommage à la Mission Militaire Française, Paris, 19 jun. 1921 – Pasta 10CPCOM32.

RIBEIRO, Bento. O Exercito brazileiro e a Missão Franceza – A ingratidão do governo, que se diz republicano, para com o Exercito. *Razão*, Rio de Janeiro, 18 fev. 1920 – Pasta 10CPCOM32.

RORSCHACH, Paul. *Lettre à Hermann Rorschach*, Hérisau, Suíça. Bahia, 30 jun. 1918 – Pasta 10CPCOM16.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz*: o arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A parceria estratégica Brasil-França na área da Defesa. In: *Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa* – ABED: A estratégia nacional de Defesa. Londrina, UEL, 28 a 31 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/index.php?arq=ARQ_resumoanais> Acesso em: 24 out. 2013.

ALEXANDER, Martin S. *The Republic in danger*: General Maurice Gamelin and the politics of French defence, 1933-1940. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ANDERSON, Perry. Modernity and Revolution. *New Left Review*, n. 144, mar/abr. 1984.

ARARIPE, General Tristão de Alencar. *Tasso Fragoso*: um pouco de história do nosso Exército. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército Brasileiro (1930-1964): declínio ou permanência? *Esboços* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, n. 20, Florianópolis, 2008/2.

ARINOS, Afonso. *A alma do tempo*: formação e mocidade. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1961.

ARON, Raymond. *Pensar a guerra*: Clausewitz, a era europeia. Brasília: Universidade de Brasília, 1986 (Pensamento Político, v. 72).

BANHA, Paulo da Motta. *História do Estado-Maior das Forças Armadas*. Brasília: EMFA, 1987.

BASTOS FILHO, Jaime Araújo. *A missão militar francesa no Brasil*. Brasília, 1983. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Brasília.

BELLINTANI, Adriana Iop. *O Exército brasileiro e a missão militar francesa*: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). Brasília, 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. 1).

BERMAN, Marshall. *All that is solid melts into air*. Baskerville: Penguin Books USA, 1988.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique et al. Introdução geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil republicano*: estrutura de poder e economia (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 8).

CARDOSO, Sérgio. O olhar dos viajantes. In: NOVAES, Adauto et al. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CARNEIRO, Glauco. *Lusardo*: último caudilho. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

___ . *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARONE, Edgar. *A República Velha (evolução política)*. São Paulo: Difel-Difusão Europeia do Livro, 1971 (Corpo e alma do Brasil, n. 34).

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

___ . *Exército e nação*: estudos sobre a história do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *Origens culturais da Revolução Francesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COORÊA, Anna Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976.

CORREIA NETO, Jonas. Missão Militar Francesa. *Revista DaCultura*. Rio de Janeiro, Fundação Cultural Exército Brasileiro, a. V, n. 8, jun. 2005.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*... Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1955.

DENYS, Marechal Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*: memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS-1930. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2001. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/tasso_fragoso> Acesso em: 24 set. 2013.

DINIZ, Esteves. *Documentos históricos do Estado-Maior do Exército*. Brasília: Edição do Estado-Maior do Exército, 1996.

DOMINGOS NETO, Manuel. *Présence Militaire Française au Brésil (1889-1920)*. Paris, 1976. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle).

___ . *L'Influence etrangère sur la modernization de l'Armée Brésilienne*. Paris, 1979. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Paris III (Sorbonne Nouvelle).

___ . L'influence étrangère et la formation des groupes et tendances au sein de l'armée brésilienne (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (org.). *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

___ . A disputa pela missão que mudou o Exército. *Estudos de História*, Franca, UNESP, v. 8, n. 1, 2001.

___ . Gamelin, o modernizador do Exército. *Tensões Mundiais* – Revista do Observatório de Nacionalidades da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.

___ ; GOLDONI, Luis Rogério Franco. Tecnologia militar no Estado Novo. In: DOMINGOS NETO, Manuel. *O militar e a ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Gente pobre*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

DUTAILLY, Henry. L'effondrement. In: CORVISIER, André (dir. ger.). *Histoire militaire de la France de 1871 à 1940*. Paris: Quadriage: Presses Universitaires de France, 1992 (v. 3, dir. Guy Pedroncini).

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, MG: Ed. UFJF, 2005.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2008 (Edição comemorativa de 50 anos).

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos partidos*: uma nova visão do poder militar no Brasil. São Paulo: Harbra, 2007.

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOCH, Ferdinand. *Oeuvres complètes*. Paris: Economica, 2008 (tome I – *Les príncipes de la guerre*).

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FRANCO, André Luiz dos Santos. A gênese cultural da Real Academia Militar Brasileira. *Revista Militares e Política*, Rio de Janeiro, UFRJ, n. 7, jul./dez. 2010, p. 7-22.

FURET, François. O quantitativo em história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História*: novos problemas. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1995 (Primeira parte).

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GARCIA, Eugênio Vargas. A diplomacia dos armamentos em Santiago: o Brasil e a Conferência Pan-Americana de 1923. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH, v. 23, n. 46, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

___. *Relações de força*: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

___. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *A sociedade militar*: de 1815 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e fordismo*. São Paulo: Hedra, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

HAYES, Robert Ames. *Nação armada*: a mística militar brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991 (General Benício, v. 278).

HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário*: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich. São Paulo: Ensaio; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993 (Estante do pensamento crítico).

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

___. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

___ ; RANGER, Terence O. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNTINGTON, Samuel P. *The soldier and the state*: the theory and politics of civil-military relations. Nova York: Caravelle Edition, 1957.

JAUFFRET, Jean-Charles. L'épée. In: CORVISIER, André (dir. ger.). *Histoire militaire de la France de 1871 à 1940*. Paris: Quadriage: Presses Universitaires de France, 1992a (v. 3, dir. Guy Pedroncini).

___. Les armes de la plus grande France. In: CORVISIER, André (dir. ger.). *Histoire militaire de la France de 1871 à 1940*. Paris: Quadriage: Presses Universitaires de France, 1992b (v. 3, dir. Guy Pedroncini).

___ ; MAURIN, Jules. L'appel aux armes, 1872-1914. In: CORVISIER, André (dir. ger.). *Histoire militaire de la France de 1871 à 1940*. Paris: Quadriage: Presses Universitaires de France, 1992 (v. 3, dir. Guy Pedroncini).

KAFKA, Franz. *O processo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. *Race, state, and armed forces in independence-era Brazil: 1790's-1840's*. Stanford, California: Stanford University Press, 2001.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques et al (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (O Homem e a História).

___. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LESSA, Antônio Carlos Moraes. *A parceria bloqueada*: as relações entre França e Brasil, 1945-2000. Brasília, 2000. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília.

LESSA, Mônica Leite e SUPPO, Hugo Rogélio. A emigração proibida: o caso França-Brasil entre 1875 e 1908. In: LUCA, Tania Regina de e VIDAL, Laurent (org.). *Franceses no Brasil*: séculos XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Teixeira Lott* (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

LOVE, Joseph L. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Pela vinda da missão militar alemã ao Brasil. In: *Anais das Jornadas de 2007*, Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

MALAN, General Alfredo Souto. *Uma escolha, um destino (Vida do Gen. Malan d'Angrogne)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

___. *Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MALAN, Carlos José Sampaio. Centenário de Nascimento do General Alfredo Souto Malan: 8 de junho de 1908 – 8 de junho de 2008. In: *Guararapes*, Órgão de divulgação das atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, n. 58, ago. 2008. Disponível em <http://www.ahimtb.org.br/cent_malan.htm> Acesso em: 14 out. 2013.

MASCARENHAS DE MORAES, Marechal João Baptista. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

MATTOS, Carlos de Meira. *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua época*. v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.

___ . A Missão Militar Francesa no Brasil. Revista *Brasileira*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, fase VII, a. XI, n. 43, abr./mai./jun. 2005.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados*: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Grua, 2010.

MCCANN, Frank D. *A nação armada*: ensaios sobre a história do Exército brasileiro. Recife: Guararapes, 1982.

___ . A influência estrangeira no Exército brasileiro. *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 717, jan/fev. 1985.

___ . *Soldados da pátria*: história do Exército brasileiro, 1889-1937. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MELLO, Gustavo de. Idas e vindas de um relacionamento nada cordial: pelos bastidores da Missão Militar de Aviação. In: *Artigos – I Seminário Nacional de História da Aviação Brasileira*: um século de história da aviação (1912-2012). Rio de Janeiro, UNIFA, 17 a 19 de julho de 2012. Disponível em: <https://www.unifa.aer.mil.br/seminariohistoriadaaviacao/?p=artigos> Acesso em: 24 out. 2013.

MIALHE, Jorge Luís. O contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 10, n. 18, jan./jun. 2010, p. 89-119.

MORSE, Richard McGee. *O espelho de Próspero*: cultura e ideias nas Américas. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

MOTTA, Jehovah. *A formação do oficial do Exército*: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2001.

NUNN, Frederick M. *Yesterday's soldier*: European military professionalism in South America, 1890-1940. Lincoln: University of Nebraska Press, 1983.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. A missão modernizadora das forças armadas: a segurança nacional e o projeto de Brasil potência. *Projeto História* – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 34, jun. 2007.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. A Liga da Defesa Nacional – 1916 a 1930: um projeto para o Brasil. In: *Anais do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa – ABED*: a estratégia nacional de Defesa. Londrina, UEL, 28 a 31 de julho de 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mesthis/abed/index.php?arq=ARQ_resumoanais> Acesso em: 24 out. 2013.

ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*: a França no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1998.

___ . *A moderna tradição brasileira*: cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINHEIRO. Paulo Sérgio et al. Introdução geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil republicano*: sociedade e instituições (1889-1930). 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 3, v. 9).

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Fernando. Renovação e revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930. *Territórios e Fronteiras*, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT, v. 2, n. 2, jul./dez. 2009, p. 322-343.

___ . *Indesejáveis*: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército brasileiro (1905-1946). Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2010.

ROLLAND, Denis. *A crise do modelo francês*: a França e a América Latina – cultura, política e identidade. Brasília: UnB, 2005.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. *Topoi* – Revista do Programa de

Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011, p. 161-178.

ROMERO, José Luis. *A history of argentine political thought*. Stanford, California: Stanford University Press, 1968.

ROUQUIÉ, Alain. *L'État militaire en Amérique Latine*. Paris: Éditions du Seuil, 1982.

___ . *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

SAID, Edward W. *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SNOW, Peter G. *Political forces in Argentina*. Boston: Allyn and Bacon, 1971.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STEIN, Gertrude. *Autobiografia de todo mundo*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política:* as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

SUPPO, Hugo Rogélio. Les enjeux français au Brésil pendant l'entre-deux-guerres: la mission militaire (1919-1940). *Guerres mondiales et conflits contemporains*, 2004/3 n. 215, p. 3-24. DOI: 10.3917/gmcc.215.0003. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-guerres-mondiales-et-conflits-contemporains-2004-3-page-3.htm> Acesso em: 27 ago. 2013.

TALAVERA, Fabián Novak. *Las relaciones entre el Perú y Francia (1827-2004)*. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2005.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TREVISAN, Leonardo N. *As "obsessões patrióticas*": origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército brasileiro. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

___ . *O pensamento militar brasileiro*. eBooksBrasil.com, 2005.

VAGTS, Alfred. *A history of militarism*: civilian and military. New York: The Free Press, 1959.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*: Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Un Eichmann de papier – anatomie d'un mensonge. In: __ . *Les assassins de la mémoire*. Paris: Points Seul, 1995.

WHITE, Hayden. *Meta-história*: a imaginação histórica do século XX. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2008.

ANEXOS

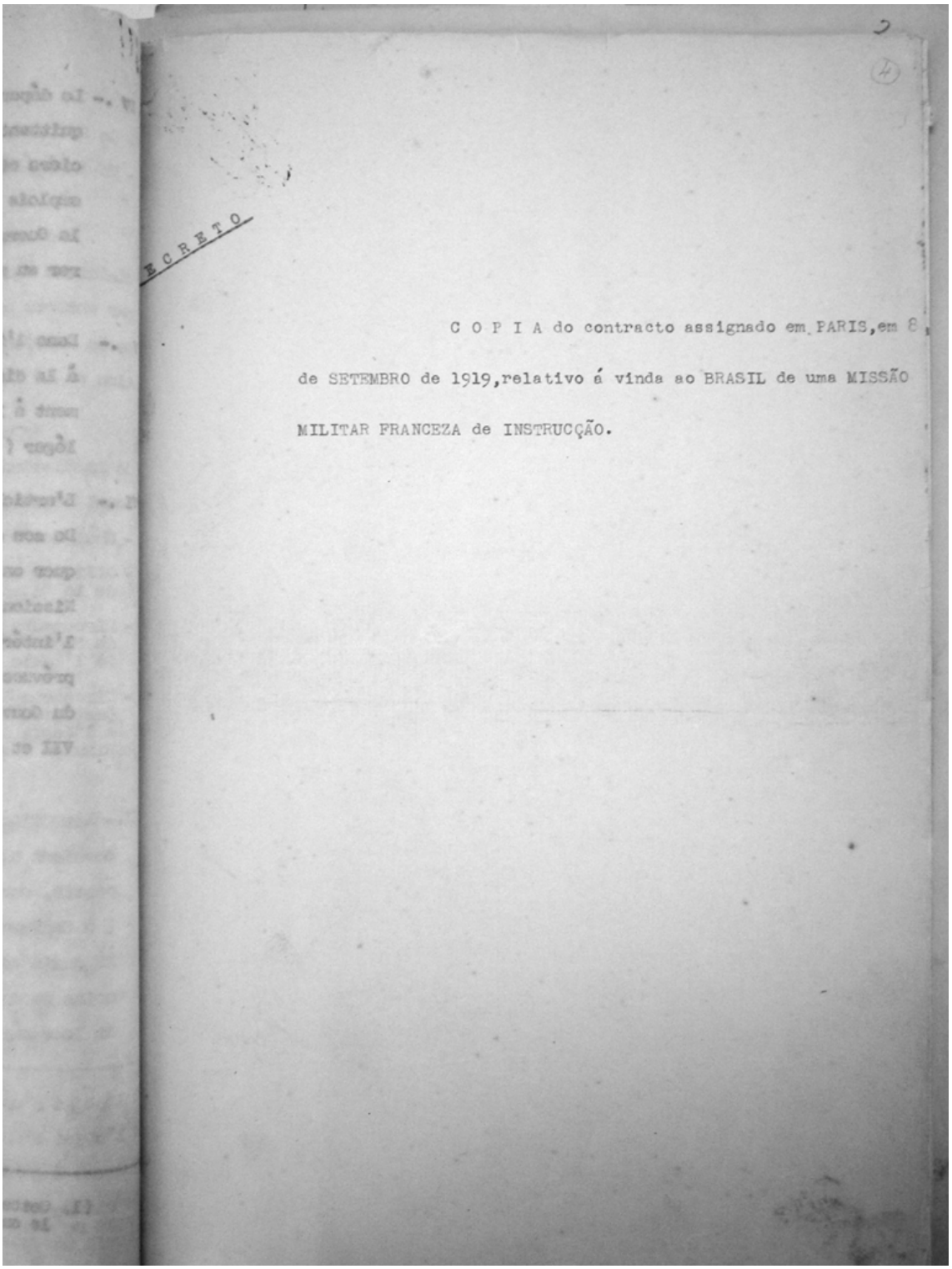
AMOSTRAGEM DOCUMENTAL

ARQUIVOS

- Biblioteca José Wasth Rodrigues (atualmente desativada), Centro de Documentação do Exército, Brasília – DF

- Service Historique de l'Armée de la Terre, Service Historique de la Défense, Château de Vincennes, França

- Centre des Archives des Affaires Étrangères de la République Française, La Courneuve, França



ECRETO

C O P I A do contracto assignado em PARIS, em 8 de SETEMBRO de 1919, relativo á vinda ao BRASIL de uma MISSÃO MILITAR FRANCEZA de INSTRUCÇÃO.

C O P I A

ARTICLE I

Sur la demande du Gouvernement Brésilien présentée par Monsieur le Ministre Plénipotenciaire du Brésil en France, agissant comme Représentant du Gouvernement Fédéral Brésilien et au nom de ce Gouvernement, le Gouvernement Français a décidé d'envoyer á Rio de Janeiro une Mission Militaire sous les ordres du Général Gamelin.

Cette Mission aura la composition suivante:

1 Un Officier Général, Chef de la Mission,

1 Un Officier d'Ordonnance du Général Chef de la Mission,

-A la disposition do Général Chef de la Mission:

1 Un Officier Supérieur d'Etat-Major,

1 Un Officier d'Artillerie, technique d'Artillerie et de fabrication,

1 Un Ingénier du Service des Poudres,

1 Un Colonel, Sous-Chef de la Mission et remplissant en même temps les fonctions de Commandant de l'Ecole Supérieure de Guerre.

-Pour l'Ecole Supérieure de Guerre (Ecole d'Etat-Major):

1 Un Officier Supérieur, Directeur des Etudes,

3 Un Officier de chacune des Armes de l'Infantarie, de l'Artillerie et de la Cavalerie, professeurs.

-Pour l'Ecole de Perfectionnement des Officiers de toutes armes:

1 Un Officier Supérieur, Commandant l'Ecole,

3 Un Officier de chacune des armes de l'Infanterie, de l'Artillerie et de la Cavalerie, professeurs,

1 Un Officier de Cavalerie, Ecuyer,,

1 Un Officier d'Infanteirie, instructeur technique pour les engins d'Infanterie,

1 Un Officier d'Artillerie, Instructeur technique,

2 Un Officier de Genie et un Officier du Service Télégraphique et radio-telegraphique, professeurs communs aux deux

Ecoles(Supérieure de Guerre et Ecole de Perfectionnement),

1 Un Sous-Intendant Militaire,directeur de l'Ecole d'Intendence,

1 Un Vétérinaire Militaire,directeur de l'Ecole Vétérinaire,

1 Un Second Vétérinaire adjoint.

1 Un Maitre Marechal-Ferrant.

23

Le nombre de sous-Officiers secrétaires et instructeurs qui sera jugé nécessaire par entente entre le Ministre de la Guerre Brésilien et le Général Chef de la Mission(en pricipe 4 Sous-Officiers secrétaires et un sous-Officierecuyer).

Si l'expérience fait ressortir l'utilité de completer,de façon permanente ou temporaire,le cadres prévus ci-dessus,les conventions particulières á établir á cet effet feront l'objet d'annexes au présent contrat.

Ces Officiers porteront ao Brésil l'uniforme de l'Armée Française.

Il leur sera donné dans l'Armée Brésilienne le grade supérieur á celui qu'ils occupent en France;ils porteront les insignes sur leur uniforme.

Le Général Chef de la Mission aura rang de Général de Division et le Sous-Chef de la Mission aura rang de Général de Brigade.

ARTICLE II

Le Général,Chef de la Mission Française est placé auprés du Chef d'Etat-Major de l'Armée Brésilienne comme assistent technique pour l'instruction et l'organisation.

Il collabore étroitement avec lui et doit être obligatoiremen t consulté sur toutes les questions d'instruction.

La Mission Française est chargée specialment de la direction de l'Ecole d'Etat-Major(Ecole Superieur de la Guerre)de l'Ecole de Perfec tionnement.de l'Ecole d'Intendance et de l'Ecole Vétérinaire.

Ultérieurement,toute autre Mission complémentaire pourra lui

être confiée par le Gouvernement Brésilien, notamment l'Inspection et le contrôle de l'Instruction et de l'organisation dans différentes régions.

Pendant la présence de la Mission Française, le Gouvernement Brésilien s'engage á ne contracter aucune autre Mission étrangère dans dans un but militaire, sauf des techniciens pour les fabriques, arsenaux et services géographiques de l'Armée.

Le Gouvernement Brésilien donnera la préference á l'Industrie française dans ses commandes de matérial de guerre á la condition que, á égalité de valeur technique, de matérial puisse être livré á des prix identiques á ceux proposés par une autre puissance et dans les mêmes délais.

Le Général Chef da la Mission Française prend rang dans les cérémonies publiques, avec le Sous-Chef de la Mission et les Officiers á sa disposition, immédiatement aprés le Chef d'Etat-Major de l'Armée Brésilienne; les autres officiers de la Mission prennent rang avec les Officiers du même grade que celui qu'ils occupent dans l'Armée Brésilienne.

ARTICLE III

La Mission Française relévera uniquement du Ministre de la Guerre de la République Fédérale du Brésil, par l'intermediaire du Chef de la Mission.

ARTICLE IV

Le Général Chef de la Mission Française aura autorité pleine et entiére sur la Mission d'Aviation qui a été engagée par le Gouvernement du Brésil.

Le Gouvernement Fédéral s'emploiera á obtenir du Gouvernement des Etats, dans un but de coordination, que les Chefs de Missions Françaises engagés par des Etats de la Republique Fedérale re çoivent, au point de vue tactique et des questions de personnel, leurs directives du Général Chef de la Mission.

Le Gouvernement Fédéral fera accrediter ce dernier á

cet effet auprès des Gouvernements intéressés.

Dans le cas où des Etats de la Fédération Brésilienne engageraient pour l'instruction ou l'organisation de leur force de Police une Mission de nacionalité étranére,le present contrat pourrait être résilié par le Gouvernement Fraçais,mais avec toutes les obligations à la charge du Gouvernement Brésilienne prévues au paragraphe 1o. de l'Article XIV.

ARTICLE V

Le Général Chef de la Mission Militaire Française et les Officiers composant la Mission sont mis à la disposition du Gouvernement Fédéral pour une période de quatre années à dater de la signature du present contrat avec possibilité de résiliation individuelle après deux ans.

La Mission Militaire Française pourra d'ailleurs être maintenue en tout ou en partie à l'expiration du présent contrat,à charge par le Gouvernement Brésilenne d'en informer le Gouvernement Français au moins six mois à l'avance.

L'Officier d'Artillerie,technique d'Artillerie et de fabrication,et l'Ingenieur du service des poudres seront mis à la disposition du Gouvernement Fédéral pour la période d'une seule année,mais au bout de ce temp le contrat fait avec eux pourra être renouvelé,toujours pour des périodes d'une année.

ARTICLE VI

Le traitement annuel des membres de la Mission militaire sera le suivant:

1a - Indemnités annuelles de Mission fixées d'après le tableau ci-aprés et basées sur le grade de l'Officier dans l'Armée Française:

Général,Chef de la Mission.....65 Contos papier
Colonel,Sous-Chef de la Mission.....45 Contos papier
Lieutenant-Colonel.....40 Contos papier
Commandant.....35 Contos papier
Capitaine.....30 Contos papier
Lieutenant.....25 Contos papier

Sous-Officiers(Célibataires.....10 Contos papier

" " (Mariés.....12contos papier

2ª - Indemnités annuelles de frais de service:

Chef de la Mission.....10 Contos papier

Colonel Sous-Chef de la Mission.....5 Contos papier

Lieutenant-Colonel Commandant L'Ecole Perfectionement.....5 Contos papier

L'Intendant.....2 Contos papier

Le Vétérinaire.....2 Contos papier

Les divers traitements seront versés aux interessés par douziémes,á la fin de chaque mois.

Ils commenceront á courir du jour du départ de France.

Le paiement en sera effectué en papier monnaie brésilien.

ARTICLE V I I

Avant de quitter la France le personnel á destination de la Mission Militaire Française recevra par l'intermédiaire de la Légation du Brésil á Paris.

1ª - Le montant des frais de voyage de Paris á Rio de Janeiro,sur mer et en chemin de fer,en premiére classe pour les officiers,en deuxiéme classe pour les sous-officiers.

2ª - Une indemnité de premiére mise d'equipement et d'installation de:

7.500 Francs.....pour le Chef de la Mission

5.000 Francs.....pour les Officiers Supérieurs

3.500 Francs.....pour les Officiers subalternes

1.500 Francs.....pour les Sous-Officiers.

Le transport des mobiliers et de bagages du personnel de la Mission tant par mer que sur terre se fera aux frais du Gouvernemente Fédéral Brésilienne qui exemptera droits de douane ces bagages et ces mobiliers.

Toutefois et sur demande individuelle,le personnel de la Mission pourra recevoir,á l'arrivée du Brésil,en échange de ces frais de transport de bagages et de mobiliers indemnité fixée á:

Officiers Mariés.....5 Contos

Officiers célibataires.....2 Contos

Sous-Officiers.....1 Conto.

Les membres des différentes Missions Françaises au Brésil bénéficieront pendant leur sejour au Brésil de l'exoneration des droits de douane pour tous objets á leur usage personnel.

Le personnel de la Mission aura droit au transport des familles(femme et enfants)aux frais du Gouvernement Fédéral á l'aller et au retour,une fois seulement pendant la durée de séjour,en premiére classe pour les familles d'officiers,en seconde pour les Sous-officiers.

ARTICLE VIII

Pour le retour en France,les Membres de la Mission Militaire seront payés jusqu'au jour de leur débarquement en France et recevront en outre leurs frais de voyage et de transport de bagages et de mobilier jusqu'á Paris,dans les mêmes conditions qu'á l'aller(y compris éventuellement le montant du fortait prévu á l'article VII).

Les Officiers pourront sur le demande bénéficier de cette clause au bout de deux années,s'ils rentrent en France définitivement.

ARTICLE IX

Le chef de la Mission et ses Officiers auront droit chacun, pour leur service personnel,á un soldad ordonnance fourni par l'Armée Brésilienne.

En outre,il sera fournipar le Gouvernement Brésilienne á ceux des Officiers qui seront déterminés par accord entre le Ministre de la Guerre Brésilien et le Général Chef de la Mission un cheval d'Armes.

Des chevaux seront en outre fournis pour les besoins du service aux officiers qui n'en seraient pas détenteurs á titre permanent.

Trois automobiles seront mises á la disposition de la Mission une pour l'usage personnel du Général,Chef de la Mission,et deux autres réparties par le Général entre les Officiers pour les besoins du service.

ARTICLE X

Les membres de la Mission Militaire Française seront défrayés, pendant la durée de leur sejour au Brésil, de toutes les dépenses de transport par voie ferrée ou bateau nécessitées par le déplacements qu'ils auront á effectuer pour le service, y compris le cas où ils auraient á se rendre en France pour le service du Gouvernement Brésilien; ils toucheront donc, outre leur solde et indemnités prévues dans le paragraphes précédents:

1º - Leurs frais de transport par terre ou par mer,

2º - Une indemnité journaliére équivalent á celle accordée aux Officiers Brésiliens de grade correspondent au grade occupé par les Officiers Français dans l'Armée Brésilienne.

ARTICLE XI

A partir de la fin de la deuxiéme année le personnel aura droit á un congé d'une durée de quatre mois, voyage non compris.

Le congé sera avec traitement.

ARTICLE XII

Les Officiers ayant demandé la résiliation individuelle de leur contrat au bout de deux ans seront remplacés par le Gouvernement Français, les indemnités prévues aux articles VII et suivants étant á la charge du Gouvernement Brésilien.

En cas de maladie qui rendrait tout emploi au Brésil impossible, le repatriement de l'un quelconque des membres de la Mission Militaire Française se ferait aux frais du Gouvernement Fédéral dans les conditions prévues par l'article VIII.

Les Officiers et Militaires de la Mission seront soignée á l'hopital militaire ou dans une clinique, si le Général Chef de la Mission le juge nécessaire d'accorde avec le Ministre de la Guerre.

Au cas où le Général Chef de la Mission aurait, pour une question de service concernant la Mission, á provoquer auprés du Ministre de la Guerre Français, au cours du présent contrat, le retour en France, de l'un des membres de la Mission, celui-ci perdrait les droits visées par les paragraphes I et II de l'Article VIII.

Son repatriement et son remplacement seraient assurés par les soins du Gouvernement Français.

ARTICLE XIII

En cas de décès d'un Militaire de la Mission, ou d'un des membres de sa famille, le Gouvernement Brésilien s'engage á assurer le transport du corps en France, au lieu de destination désigné par la famille et assurer le retour en France de la famille dans les conditions prévues par l'article VIII.

ARTICLE XIV

Si pour motif exceptionnel, la résiliation du présent contrat était demandée soit par les autorités Fédérales, soit par le Gouvernement Français, elle surait lieu dans les conditions suivantes:

1ª - Si la résiliation du contrat est demandée par le Gouvernement Brésilien, le repatriement aura lieu dans les conditions fixées par l'Article VIII. En outre les Officiers auront droit á une indemnité équivalente á une année de solde et indemnités indiquées á l'Article VI.

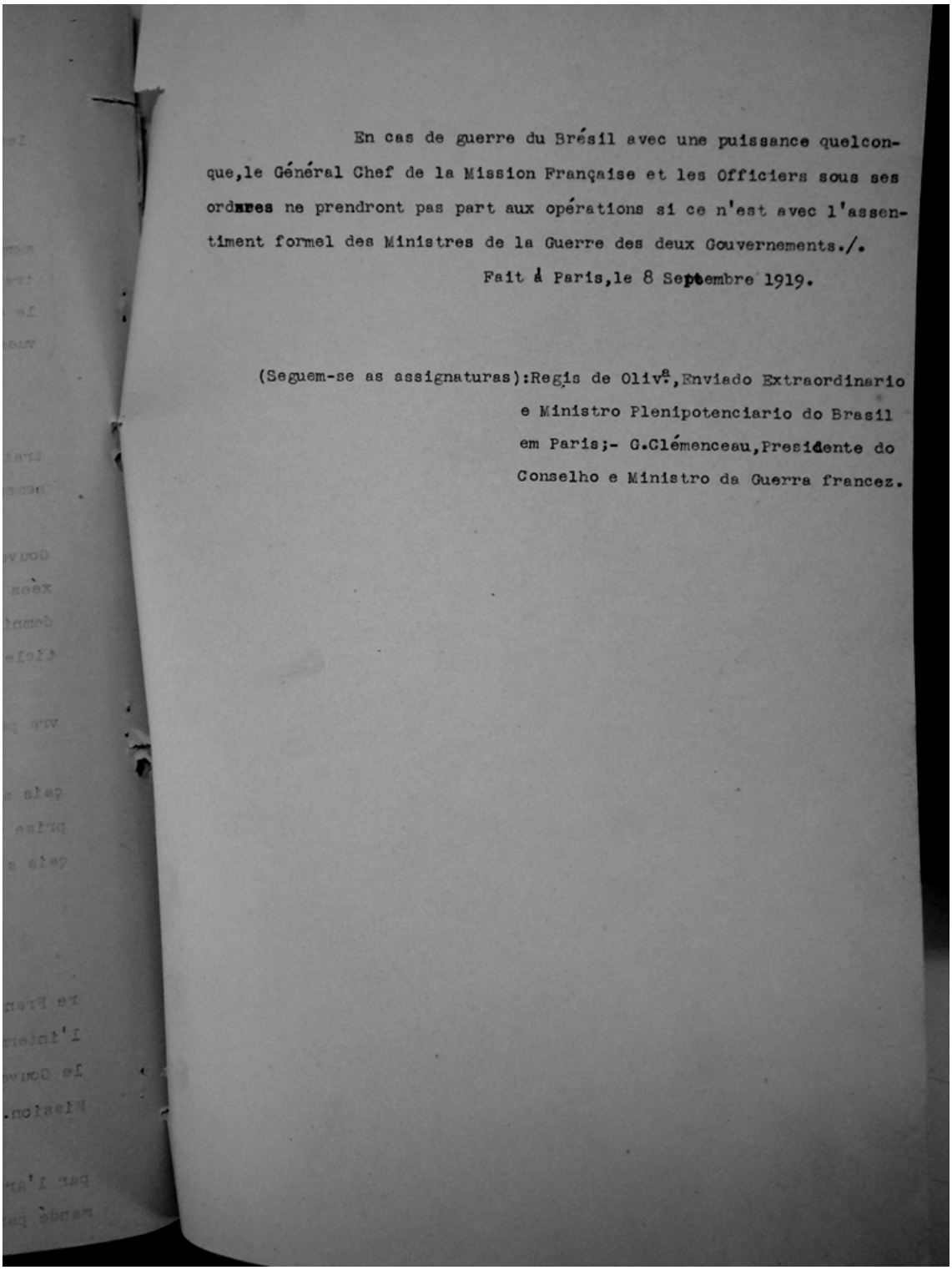
2ª - Dans le cas contraire, le Gouvernement Français devra payer les frais de voyage pour le retour en France de la Mission.

Si pour un autre motif exceptionel, le Gouvernement Français avait á rappeler l'un des Officiers de la Mission, la mesure serait prise par entente entre les deux Gouvernements, et le Gouvernement Français s'engagerait á remplacer á ses frais l'officier rappelé.

ARTICLE XV

En cas de reprise des hostilités, le Ministre de la Guerre Français aura la faculté de rappeler les membres de la Mission par l'intermédiaire de l'Ambassade de France á Rio de Janeiro. Dans ce cas, le Gouvernement Brésilien devra libérer sans délai le personnel de la Mission.

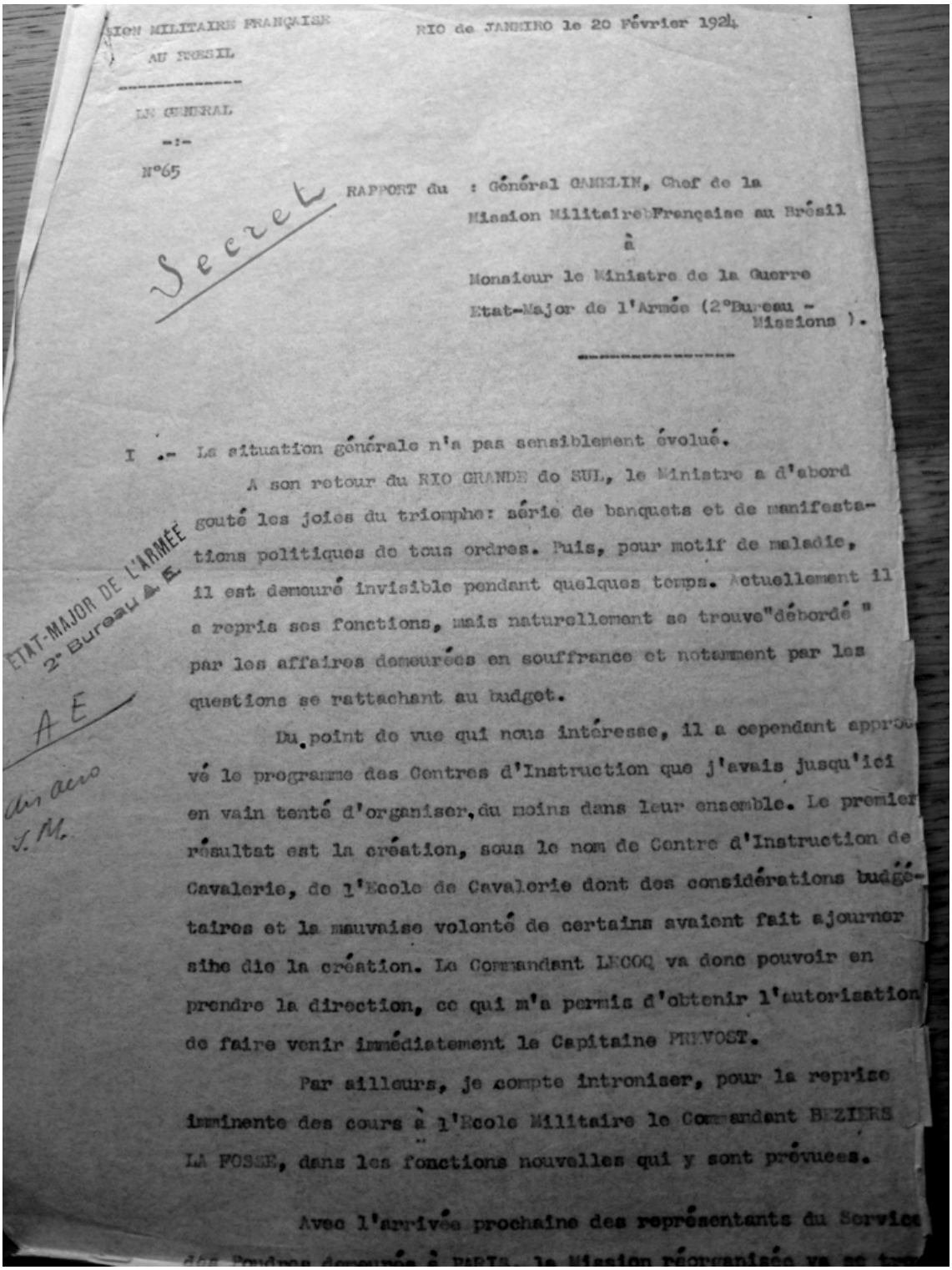
Le repatriement se ferait dans les conditions prévues par l'Article XIV, paragraphe 2, dans le cas où le repatriement serait demandé par le Gouvernement Français.



En cas de guerre du Brésil avec une puissance quelconque,le Général Chef de la Mission Française et les Officiers sous ses ordres ne prendront pas part aux opérations si ce n'est avec l'assentiment formel des Ministres de la Guerre des deux Gouvernements./.

Fait à Paris,le 8 Septembre 1919.

(Seguem-se as assignaturas):Regis de Oliv.ª,Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Brasil em Paris;- G.Clémenceau,Presidente do Conselho e Ministro da Guerra francez.



MISSION MILITAIRE FRANÇAISE
AU BRESIL

LE GENERAL

-:-

N°65

RIO de JANEIRO le 20 Février 1924

Secret

RAPPORT du : Général GAMELIN, Chef de la Mission Militaire Française au Brésil

à

Monsieur le Ministre de la Guerre
Etat-Major de l'Armée (2°Bureau - Missions).

ETAT-MAJOR DE L'ARMÉE
2e Bureau A.E.

A E

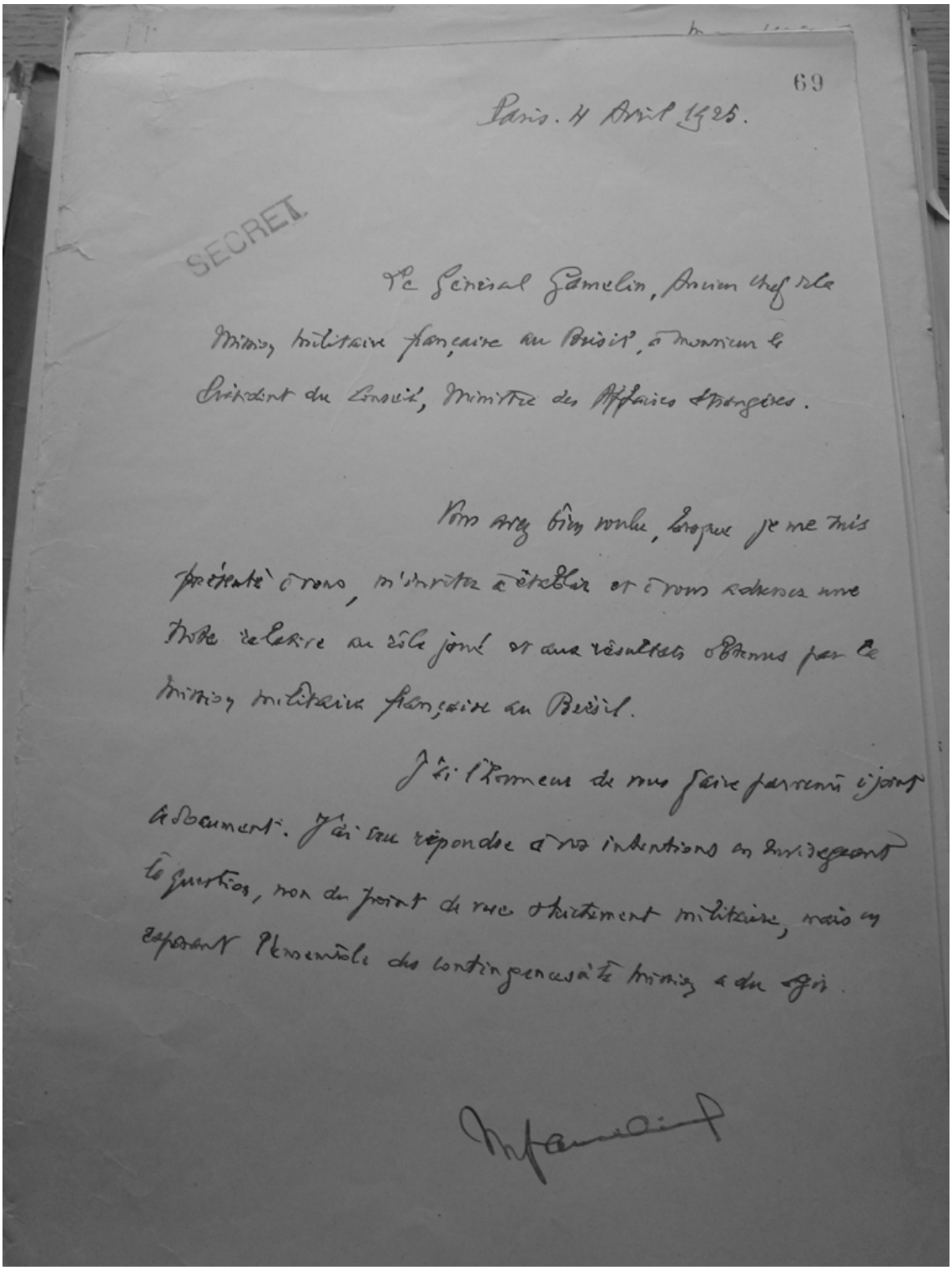
I .- La situation générale n'a pas sensiblement évolué.

A son retour du RIO GRANDE do SUL, le Ministre a d'abord goûté les joies du triomphe: série de banquets et de manifestations politiques de tous ordres. Puis, pour motif de maladie, il est demeuré invisible pendant quelques temps. Actuellement il a repris ses fonctions, mais naturellement se trouve "débordé" par les affaires demeurées en souffrance et notamment par les questions se rattachant au budget.

Du point de vue qui nous intéresse, il a cependant approuvé le programme des Centres d'Instruction que j'avais jusqu'ici en vain tenté d'organiser, du moins dans leur ensemble. Le premier résultat est la création, sous le nom de Centre d'Instruction de Cavalerie, de l'Ecole de Cavalerie dont des considérations budgétaires et la mauvaise volonté de certains avaient fait ajourner sine die la création. Le Commandant LECOQ va donc pouvoir en prendre la direction, ce qui m'a permis d'obtenir l'autorisation de faire venir immédiatement le Capitaine PREVOST.

Par ailleurs, je compte introniser, pour la reprise imminente des cours à l'Ecole Militaire le Commandant BEZIERS LA FOSSE, dans les fonctions nouvelles qui y sont prévues.

Avec l'arrivée prochaine des représentants du Service des Poudres demandés à PARIS, la Mission réorganisée va se trou-



69

Paris. 4 Avril 1925.

SECRET

Le Général Gamelin, Ancien Chef de la Mission militaire française au Brésil, à Monsieur le Président du Conseil, Ministre des Affaires étrangères.

Vous avez bien voulu, lorsque je me mis précédemment à vous, m'inviter à établir et à vous adresser une Note relative au rôle joué et aux résultats obtenus par la Mission militaire française au Brésil.

J'ai l'honneur de vous faire parvenir ci-joint ce document. J'ai cru répondre à vos intentions en envisageant la question, non du point de vue strictement militaire, mais en exposant l'ensemble des contingences à la Mission a du agir.

Mars 1925 70

N O T E

SUR L'ACTION DE LA MISSION MILITAIRE

FRANCAISE AU BRESIL

Janvier 1914 - Janvier 1925

-:-:-:-:-:-

Secret

SECRET

I.- LES ORIGINES DE LA MISSION -

A la suite de la déclaration de guerre à l'Allemagne, le Brésil avait envoyé en France une Mission Militaire, pour y suivre les opérations et en recueillir les enseignements. Mais le Chef de la Mission, le Général D'ACHÉ, choisi, disait-on, en raison des origines françaises de sa famille, en fait surtout pour des considérations de camaraderie, était un homme déjà vieilli, et, à tous égards, au-dessous de la tâche qu'il aurait à remplir. Il demeura à Paris, littéralement au coin de son feu et les bombardements de Mars 1918 le virent même chercher le calme nécessaire aux soins nécessaires de sa santé..... à Biarritz. Sous une impulsion aussi peu énergique, la Mission Militaire brésilienne n'eut aucun rendement et, à quelques honorables exceptions près, se contenta de jouir des avantages que procuraient à ses Membres des traitements magnifiques.

Entre temps, le Congrès brésilien avait élu comme Président de la République pour la période quatriennale: 15 Novembre 1918 - 15 Novembre 1922, M. Rodrigues ALVES, l'une des personnalités les plus éminentes de Sao Paulo et qui, d'ailleurs, avait déjà une première fois occupé, avec éclat, la même charge. M. Rodrigues ALVES avait, à Sao Paulo, pu apprécier l'oeuvre accomplie par la Mission Militaire Française, chargée de l'instruction de la force de police de l'Etat. Sous

a mis la main en 1914. La maison KRUPP offre de s'acquitter en faisant travailler au bénéfice du Brésil sa filiale suédoise BOFORS. Il m'a fallu, à plusieurs reprises, avec l'appui de notre Ambassadeur, intervenir énergiquement pour éviter ce danger.

Dans l'ensemble, et sauf une commande de mousquetons, tous les achats importants ont été effectués en France. Ces mousquetons, du type Mauser, dont l'armée brésilienne était déjà dotée antérieurement, ont été achetés à la Fabrique d'Herstall (Près Liège). Etant données les relations étroites et fraternelles qui existent, à Rio, entre Français et Belges, il ne m'était pas moralement possible de m'y opposer. De même, l'armée brésilienne a acheté des draps kakis pour uniformes en Angleterre, mais, malgré les efforts de l'intendant de la Mission, les fabricants français n'ont pas soumissionné dans les conditions exigées.

Je dois, toutefois, ajouter que ce n'est pas sans peine que nous avons obtenu l'ensemble de ces résultats.

V.- CONCLUSION -

De 6 années d'expériences personnelles, j'ai pu tirer les conclusions suivantes :

- Le rôle d'une Mission Militaire est forcément lié à l'évolution politique du pays, surtout lorsque la politique, comme en Amérique latine, règne en souveraine. Un chef de Mission ne peut donc se contenter, comme un Général exerçant un commandement dans son pays, de développer son action dans le domaine strictement professionnel. D'autant qu'il a chance de rencontrer, dans l'armée même, des oppositions, d'ailleurs compréhensibles, à l'emprise de son influence.

Mais, tout en se créant des relations dans tous les milieux, il doit strictement éviter de paraître se mêler aux luttes des partis et surtout s'inféoder à l'un d'eux.

- L'une des difficultés pour la Mission est de se faire "admettre" au sein d'une armée où sa présence provoque des suceptibilités, particulièrement chez les Chefs. La camaraderie militaire est à la fois une faiblesse et une force, et il faut tenir compte des deux points de vue.

Je n'ai senti mon terrain assuré que quand je me suis vu "traité de bon camarade" par les Généraux brésiliens.

- Il importe de "comprendre" l'ambiance nouvelle où l'on opère. Pour réussir, il faut consentir des sacrifices nécessaires à une mentalité naturellement différente de la nôtre. Un Chef de Mission Militaire n'a pas, d'ailleurs, la position d'un diplomate chargé de défendre les points de vue de son mandataire: il est lui, littéralement "au service" d'une Nation étrangère. Il doit donc s'identifier, tout au moins paraître s'identifier avec les nécessités de l'armée où il "sert", dans la mesure où elles ne sont pas en contradiction avec les intérêts de son propre pays. Quand les unes et les autres sont en conflit, la tâche devient sensiblement ardue.

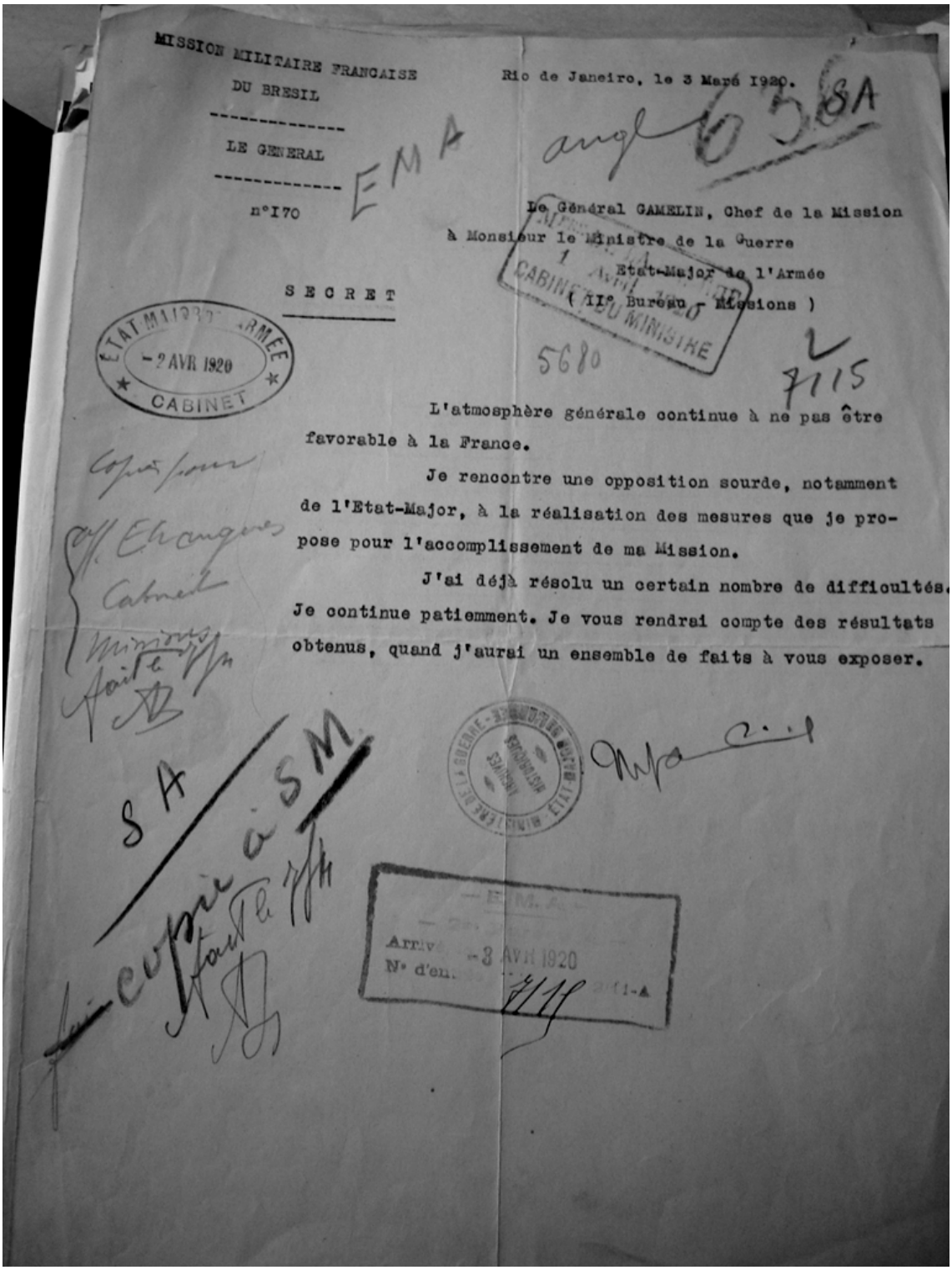
- Une pierre d'achoppement très dangereuse est celle des intérêts économiques; j'entends les achats de matériel. Il est si facile, pour nos adversaires, d'accuser une mission militaire d'être une "mission commerciale". Quand on peut consentir un emprunt la question devient simple. Autrement l'art est, après avoir posé logiquement les conditions à remplir par les matériels nécessaires, de mettre adroitement les maisons françaises à même de satisfaire mieux que leurs concurrentes aux conditions exigées. Mais il faut que nos industriels et commerçants, eux-mêmes, s'y prêtent et qu'ils ne se concurrencent point: c'est souvent difficile à obtenir.

On doit parfois "forcer la main"; mais c'est un jeu dangereux qu'on ne peut renouveler souvent sans y user son influence.

- Une Mission Militaire doit évidemment et, en fait, peut travailler à ce qu'on appelle la "propagande française". Mais, sans en avoir l'air et spécialement par son action même; ce qui est, du reste, dans tous les domaines, le meilleur procédé. C'est une erreur de vouloir lui demander de distribuer des brochures ou des livres où s'étale une volonté de polémique. Mais il est bon qu'un Chef de Mission ait à sa disposition un certain nombre d'exemplaires des ouvrages qui font honneur à la pensée française et qu'il puisse, à l'occasion, les glisser adroitement là où leur influence est utile.

- Enfin pour un militaire, habitué à agir sous les ordres de chefs, entouré de camarades, dans une atmosphère de confiance, l'impression la plus pénible est celle de se sentir isolé, au milieu d'embûches, sans savoir souvent qui est effectivement ami ou ennemi. Mais ce serait une erreur de croire que la crainte des histoires, c'est-à-dire l'inaction, peuvent permettre d'éviter les difficultés: on ne tarderait pas à perdre tout prestige, là où le prestige personnel, s'ajoutant à celui de l'Armée française, est précisément l'élément essentiel du succès.

(Général Gamelin)



MISSION MILITAIRE FRANCAISE
DU BRESIL

LE GENERAL

n°170

Rio de Janeiro, le 3 Mars 1920.

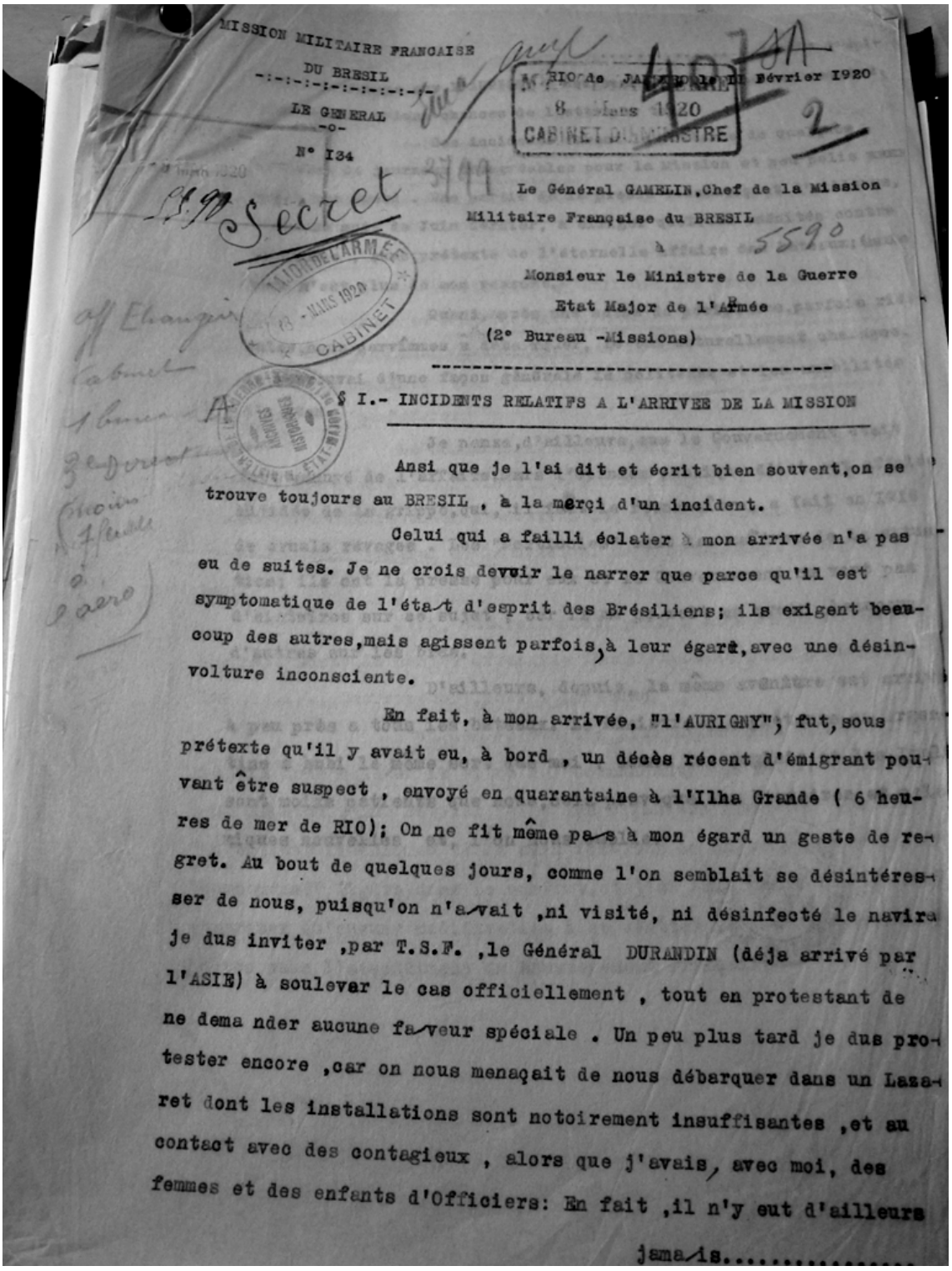
Le Général CAMELIN, Chef de la Mission
à Monsieur le Ministre de la Guerre
Etat-Major de l'Armée
(IIe Bureau - Missions)

SECRET

L'atmosphère générale continue à ne pas être favorable à la France.

Je rencontre une opposition sourde, notamment de l'Etat-Major, à la réalisation des mesures que je propose pour l'accomplissement de ma Mission.

J'ai déjà résolu un certain nombre de difficultés. Je continue patiemment. Je vous rendrai compte des résultats obtenus, quand j'aurai un ensemble de faits à vous exposer.



MISSION MILITAIRE FRANCAISE
DU BRESIL
-:-:-:-:-:-:-:-:-:-
LE GENERAL
-o-
N° I34

RIO de JANEIRO le 28 Février 1920

8 Mars 1920
CABINET DU MINISTRE

Secret

Le Général GAMELIN, Chef de la Mission
Militaire Française du BRESIL
à
Monsieur le Ministre de la Guerre
Etat Major de l'Armée
(2° Bureau -Missions)

---

§ I.- INCIDENTS RELATIFS A L'ARRIVEE DE LA MISSION

Ansi que je l'ai dit et écrit bien souvent, on se trouve toujours au BRESIL, à la merçi d'un incident.

Celui qui a failli éclater à mon arrivée n'a pas eu de suites. Je ne crois devvoir le narrer que parce qu'il est symptomatique de l'état d'esprit des Brésiliens; ils exigent beaucoup des autres, mais agissent parfois, à leur égard, avec une désinvolture inconsciente.

En fait, à mon arrivée, "l'AURIGNY", fut, sous prétexte qu'il y avait eu, à bord, un décès récent d'émigrant pouvant être suspect, envoyé en quarantaine à l'Ilha Grande (6 heures de mer de RIO); On ne fit même pas à mon égard un geste de regret. Au bout de quelques jours, comme l'on semblait se désintéresser de nous, puisqu'on n'avait, ni visité, ni désinfecté le navire je dus inviter, par T.S.F., le Général DURANDIN (déja arrivé par l'ASIE) à soulever le cas officiellement, tout en protestant de ne demander aucune faveur spéciale. Un peu plus tard je dus protester encore, car on nous menaçait de nous débarquer dans un Lazaret dont les installations sont notoirement insuffisantes, et au contact avec des contagieux, alors que j'avais, avec moi, des femmes et des enfants d'Officiers: En fait, il n'y eut d'ailleurs jamais.....

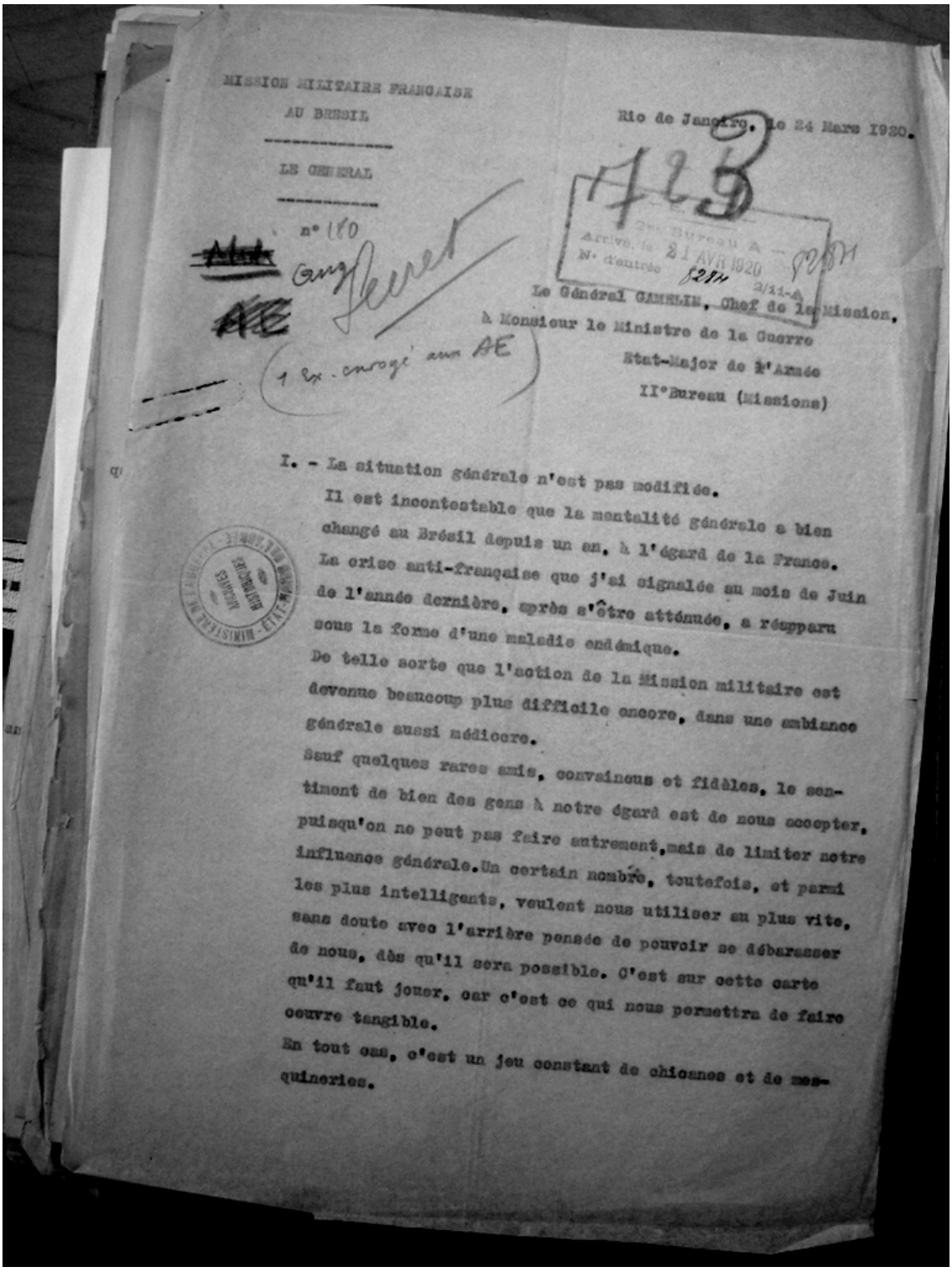
.....jamais d'épi-
de grippe sur l'AURIGNY ; Heureusement,car, avec les mesures
ises, nous avions chances de l'attraper tous.

Ces incidents furent le prétexte de quelques articles de journaux désagréables pour la Mission et peu polis ~~pour~~ moi à mon égard . Une partie de la presse recommençait d'ailleurs, comme au mois de Juin dernier, a diriger quelques aménités contre la France , sous prétexte de l'éternelle affaire des bateaux; (mais ceci n'est plus de mon ressort.

Quand, après une série de péripéties,parfois ridicules,nous parvînmes à débarquer, le ton naturellement changea. Je retrouvai d'une façon générale la politesse et les amabilités d'antan.

Je pense,d'ailleurs,que le Gouvernement était fort ennuyé de l'affaire.Mais l'opinion publique d'ici est affolée à l'idée de la grippe,qui, il faut le reconnaître, a fait en 1918 de cruels ravages . Les "Morticoles" sont les maîtres de la situation; ils ont la presse pour eux et le Gouvernement ne veut pas d'histoires sur ce sujet ; car il me paraît en avoir beaucoup d'autres sur les bras.

D'ailleurs, depuis, la même aventure est arrivée à peu près a tous les bateaux. Le Ministre d'Angleterre en Argentine a subi le même sort que moi . Comme les Anglais et les Italiens sont moins patients que nous,cela provoque des histoires et polémiques nouvelles et, l'on nous oublie.



MISSION MILITAIRE FRANÇAISE
AU BRESIL

LE GENERAL

n° 180

Rio de Janeiro, le 24 Mars 1920.

123

2e Bureau A
Arrivé le 21 AVR 1920
N° d'entrée 5291

2/11-A

Le Général GAMELIN, Chef de la Mission,

à Monsieur le Ministre de la Guerre
Etat-Major de l'Armée
II°Bureau (Missions)

I. - La situation générale n'est pas modifiée.

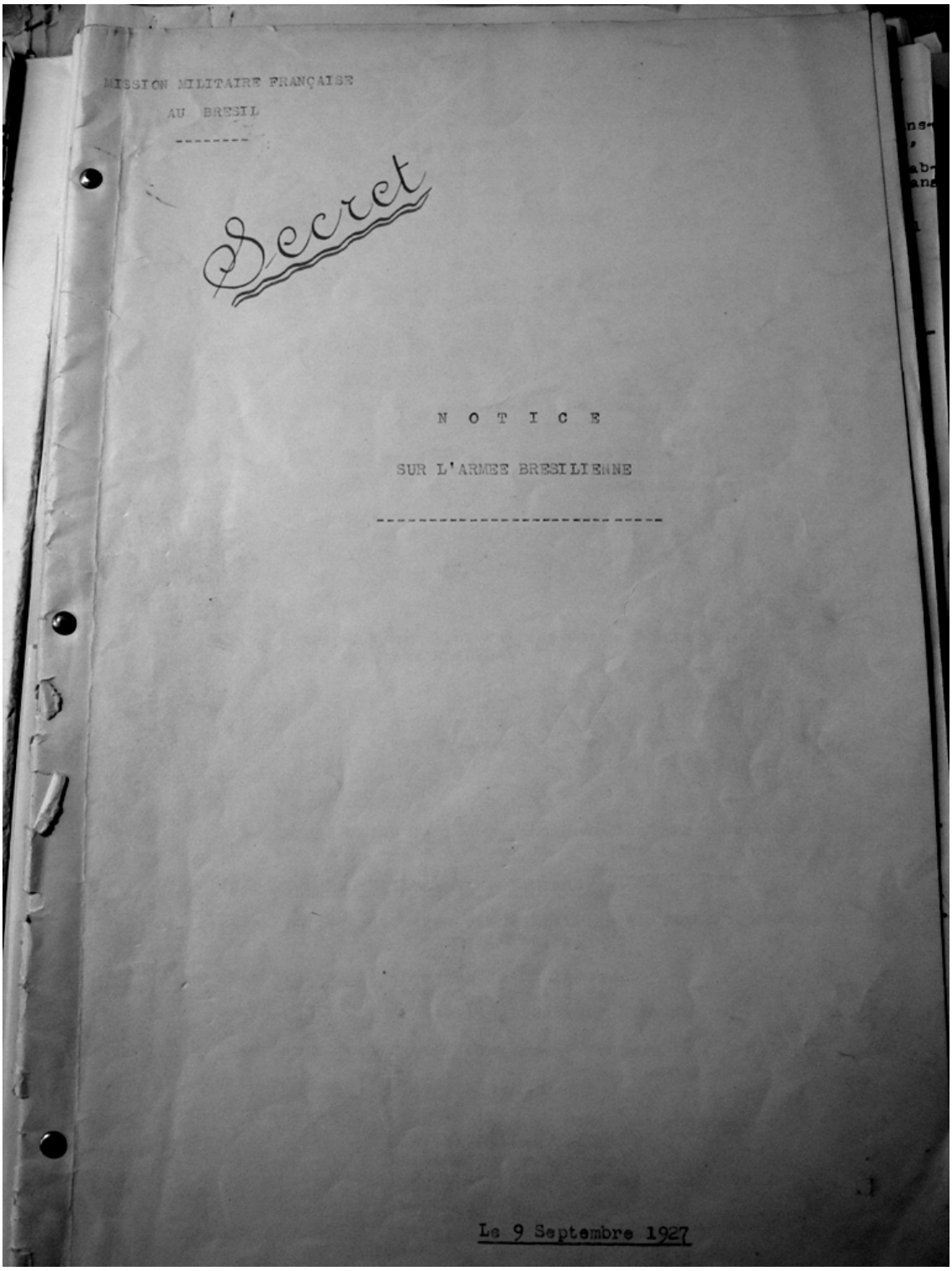
Il est incontestable que la mentalité générale a bien changé au Brésil depuis un an, à l'égard de la France.

La crise anti-française que j'ai signalée au mois de Juin de l'année dernière, après s'être atténuée, a réapparu sous la forme d'une maladie endémique.

De telle sorte que l'action de la Mission militaire est devenue beaucoup plus difficile encore, dans une ambiance générale aussi médiocre.

Sauf quelques rares amis, convaincus et fidèles, le sentiment de bien des gens à notre égard est de nous accepter, puisqu'on ne peut pas faire autrement, mais de limiter notre influence générale. Un certain nombre, toutefois, et parmi les plus intelligents, veulent nous utiliser au plus vite, sans doute avec l'arrière pensée de pouvoir se débarasser de nous, dès qu'il sera possible. C'est sur cette carte qu'il faut jouer, car c'est ce qui nous permettra de faire oeuvre tangible.

En tout cas, c'est un jeu constant de chicanes et de mesquineries.



MISSION MILITAIRE FRANÇAISE
AU BRESIL

Secret

N O T I C E

SUR L'ARMEE BRESILIENNE

Le 9 Septembre 1927

NOTICE SUR L'ARMEE BRESILIENNE

(Situation à la fin de 1927)

S O M M A I R E

P R E M I E R E P A R T I E

NOTIONS GENERALES SUR LE BRESIL.-

1°/ Superficie

2°/ Population .- Densité; mouvements de la population; Immigration.

3°/ Mise en valeur .-(Production agricole
(Production industrielle
(Communications

D E U X I E M E P A R T I E

BUDGET.-

Budget général, et budgets de la Guerre et de la Marine. Tableaux comparatifs.

T R O I S I E M E P A R T I E

L'ARMEE BRESILIENNE.-

I.- Constitution de l'Armée: Lois militaires - Base du système - Armée de 1° ligne - Armée de 2° ligne.

II.- Division Militaire du Territoire.

III.- Recrutement.- Recrutement; tirage au sort; incorporation; préparation militaire.

IV.- Mobilisation: Armée de 1° ligne.
Forces auxiliaires.
Mobilisation industrielle

V.- Les effectifs.- Officiers - Troupe.

VI.- Organisation générale.-

1°/ Direction Suprême et Haut Commandement:
Administration Centrale;
Etat-Major de l'Armée;
Directions des Services - Services.

2°/ Les Grandes Unités.-
Divisions d'Infanterie;
Divisions de cavalerie;
Brigade mixte;
Artillerie de côte - Eléments d'Armée.

VII.- Les Armes.- (Infanterie
(Cavalerie
(Artillerie
(Génie
(Aviation.

VIII.- L'Armement.-(Infanterie et Chars
(Cavalerie
(Artillerie
(Aviation.

IX.- L'Instruction Militaire.-

1°/ Mission Française d'Instruction.
2°/ Etablissements d'instruction des élèves-Officiers et des Officiers : Collèges Militaires, Ecole Militaire, Ecole de Perfectionnement des Officiers; Cours de perfectionnement des Officiers Supérieurs; Ecole Provisoire de Cavalerie; Ecole d'Aviation; Ecole d'Etat-Major
3°/Etablissements d'Instruction pour les Services: Ecole d'Application du Service de Santé; Ecole Vétérinaire; Ecole d'Intendance.
4°/Etablissement d'instruction pour les sous-officiers.

X.- Recrutement des Officiers.-

XI.- Recrutement des Sous-Officiers.-

XII.- Fabrication du matériel de guerre.-

Arsenaux;
Fabriques de poudre et explosifs - Cartoucheries.

XIII.- Réglements.-

QUATRIEME PARTIE

LA MARINE.

CONCLUSION

PREMIERE PARTIE

NOTIONS GENERALES SUR LE BRESIL

I.- SUPERFICIE.-

Le Territoire de la République fédérale des Etats-Unis du Brésil représente une superficie de 8.512.000 kilomètres carrés.

Ce Territoire comprend 20 Etats fédérés, un District fédéral où se trouve la Capitale et un territoire autonome; savoir:

-20 Etats (dans l'ordre de superficie décroissante): Amazonas, Matto-Grosso, Para, Goyaz, Minas Geraes, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, Piauhy, Ceara, Pernambuco, Sta. Catharina, Parahyba, Rio Grande do Norte, Espirito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, Sergipe.
-Le District fédéral (Ville de Rio de Janeiro et environs).
-Territoire autonome d'Acre.

II.- ETAT POLITIQUE.-

a) Pouvoir fédéral: L'Etat brésilien est une République Fédérale, organisée par la Constitution fédérale de 1891. Le pouvoir fédéral est basé sur la séparation des Pouvoirs.

Pouvoir exécutif: Président de la République, élu au suffrage universel, pour une durée de 4 ans. Le Président dispose de Ministres, qu'il nomme, et qui ne sont que des Secrétaires d'Etat sans responsabilité devant le Parlement.

Le Président a le droit de Veto sur les projets ou propositions de loi, qui sont présentés à sa promulgation après discussion et vote dans les 2 Chambres. Ce Veto peut s'appliquer à la loi entière ou être partiel pour tel et tel article.

Le Veto présidentiel vient devant les Chambres, qui votent pour ou contre ce veto. Si les 2 chambres votent contre le veto, la loi est promulguée par le Vice-Président du Sénat.

Pouvoir Législatif: Un Sénat de 63 membres (3 par Etat), élus au suffrage universel, pour une durée de 9 ans; renouvelé par tiers.

-Une Chambre des Députés de 212 membres, élus au suffrage universel dans chaque Etat pour 3 ans, proportionnellement à la population; en principe 1 pour 70.000 âmes. (En fait, on a maintenu le chiffre de 212 députés bien que la population ait cru dans des proportions considérables).

Pouvoir Judiciaire: L'organe judiciaire suprême s'appelle: "Le Suprême Tribunal Fédéral"; il juge de la constitutionalité des Lois.

L'Etat fédéral est chargé de la politique extérieure de l'Union; il est responsable de la Défense Nationale et dispose de l'Armée et de la Marine; ses ressources lui sont fournies par diverses recettes dont la plus importante jusqu'ici est celle des douanes.

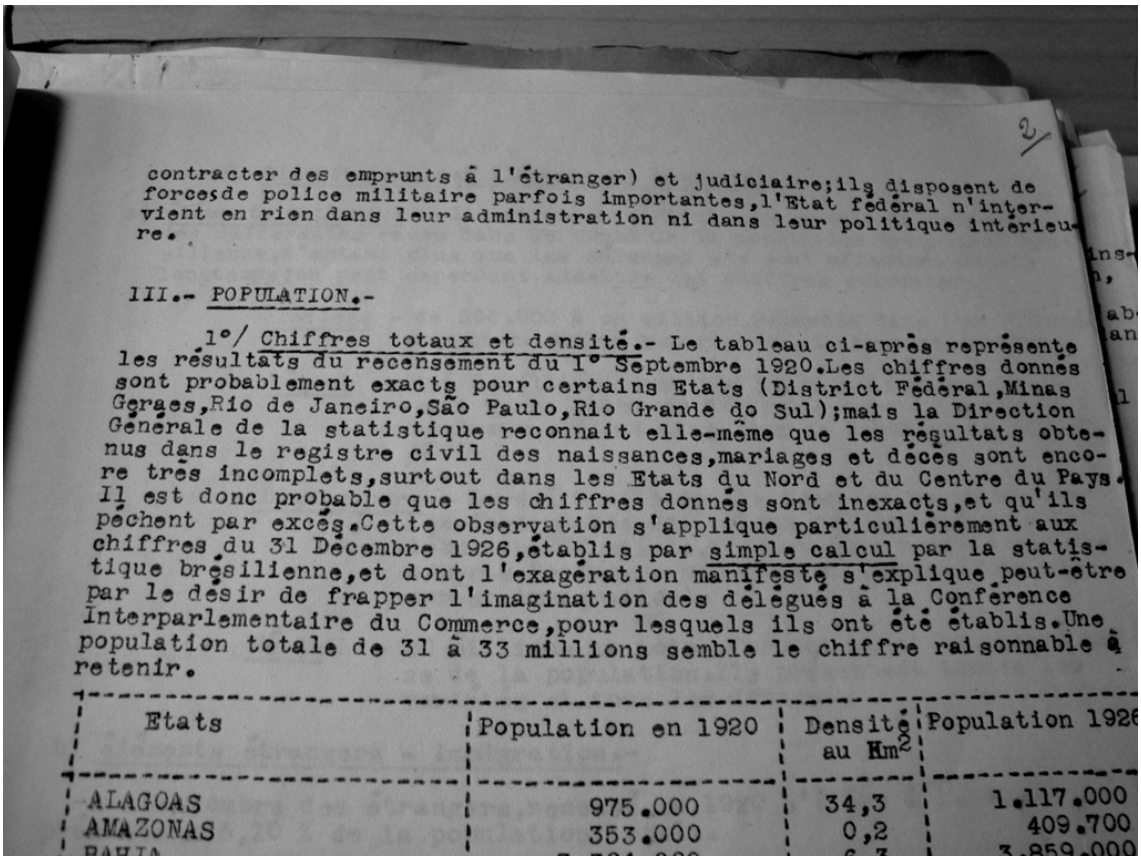
b) Etats Fédérés.-

Chaque Etat a une organisation politique calquée sur celle de l'Union fédérale, soit:

-Un pouvoir Exécutif: Président ou Gouverneur, élu au suffrage universel
-Un pouvoir Législatif: Sénat et Chambres des Députés.

Dans le District Fédéral, le pouvoir exécutif est un Préfet nommé pour 4 ans par le Président de la République; le pouvoir Législatif consiste en un Conseil de 24 membres élus par les citoyens du District.

NOTA.- Les Présidents et Gouverneurs d'Etat, le Préfet du District fédéral ont le droit de veto dans des conditions analogues à celles exposées pour le Président de la République.
Les Etats ont des pouvoirs étendus en matière financière (droit de



2/

contracter des emprunts à l'étranger) et judiciaire;ils disposent de forcesde police militaire parfois importantes,l'Etat fédéral n'intervient en rien dans leur administration ni dans leur politique intérieure.

III.- POPULATION.-

1°/ Chiffres totaux et densité.- Le tableau ci-après représente les résultats du recensement du 1° Septembre 1920.Les chiffres donnés sont probablement exacts pour certains Etats (District Fédéral,Minas Geraes,Rio de Janeiro,São Paulo,Rio Grande do Sul);mais la Direction Générale de la statistique reconnait elle-même que les résultats obtenus dans le registre civil des naissances,mariages et décès sont encore très incomplets,surtout dans les Etats du Nord et du Centre du Pays. Il est donc probable que les chiffres donnés sont inexacts,et qu'ils pèchent par excès.Cette observation s'applique particulièrement aux chiffres du 31 Décembre 1926,établis par simple calcul par la statistique brésilienne,et dont l'exagération manifeste s'explique peut-être par le désir de frapper l'imagination des délégués à la Conférence Interparlementaire du Commerce,pour lesquels ils ont été établis.Une population totale de 31 à 33 millions semble le chiffre raisonnable à retenir.

Etats	Population en 1920	Densité au Km²	Population 1926
ALAGOAS	975.000	34,3	1.117.000
AMAZONAS	353.000	0,2	409.700
BAHIA	[illegible]	[illegible]	3.859.000

TROISIEME PARTIE

L'ARMEE BRESILIENNE

I.- CONSTITUTION DE L'ARMEE.-

Lois Militaires:

L'Armée a été instituée par la Constitution fédérale de 1891 (article 86);son organisation réelle est l'oeuvre de la Loi du 4 Janvier 1908,qui a subi des altérations successives,la dernière en date étant le Réglement sur le Service Militaire de 1923,en application du Décret Présidentiel du 22 Janvier de la même année.

Bases du système:

Tout brésilien est astreint au Service Militaire,de 21 à 44 ans.

Sont exclus du Service:
- les individus condamnés à une peine pour attentat contre la patrie,ou à une peine infâmante;
- les individus privés de leurs droits civiques;
- les déserteurs.

Sont exemptés du Service:

a) en temps de paix,diverses catégories de citoyens considérés comme soutiens de famille;

b) en temps de paix ou de guerre:les inaptes physiquement;et,sur une demande dont le Ministre apprécie le bien-fondé,les individus qui invoquent des motifs de croyance religieuse;l'exempté perd alors tous ses droits et le titre de citoyen brésilien.

L'Armée comprend: - l'Armée de 1° ligne;
- l'Armée de 2° ligne.

1°/ L'Armée de 1° ligne,qui constitue les armées de campagne, et qui est chargée de la défense du territoire national contre l'étranger,de l'intégrité des Lois et du Gouvernement républicain établi par la Constitution.Le service y est dû de 21 à 30 ans d'âge.

Elle se subdivise en armée active,et en réserve de 1° ligne. Elle comprend en outre des forces auxiliaires.

L'Armée active se compose:(des Officiers en activité;
(des aspirants,des sous-officiers,
(des caporaux et assimilés;
(des élèves des Ecoles Militaires;
(des soldats (volontaires et tirés
(au sort).

Le temps de service est de:

- 1 à 2 ans pour les volontaires et les tirés au sort,suivant l'arme et la décision annuelle du Ministre de la Guerre;

- 2 à 3 ans pour les engagés et les rengagés;

(En pratique, les Durées variant entre 4 et 16 mois pour les volontaires, suivant leur instruction préliminaire,et l'intensité de l'instruction militaire qu'ils reçoivent dans l'Armée)

- Cinq ans pour les volontaires candidats au grade de sergent dans les diverses écoles,ainsi que pour les spécialistes d'aviation et de Chars de combat.

Le Gouvernement a,pour des raisons d'intérêt public,le droit d'avancer ou de reculer,d'une durée qui ne peut excéder trois mois,la date régulière du licenciement des volontaires et tirés au sort.

La Réserve de 1° ligne,à laquelle appartiennent tous les hommes de moins de 30 ans,possédant l'instruction militaire,fournit les effectifs nécessaires à la mobilisation de l'Armée de campagne.

La Réserve de 1° ligne comprend:
- les citoyens licenciés du Service Actif;

- les citoyens instruits militairement dans les "tirs de guerre",dans certains établissements et associations d'enseignement secondaire et supérieur (Voir ci-après: Préparation Militaire de la Jeunesse);

- les réservistes des forces auxiliaires,excédant les besoins de mobilisation de ces forces;

- les citoyens de 21 à 30 ans,qui n'ont fait aucun service,ni dans l'Armée,ni dans les forces auxiliaires.

Les réservistes de 1° ligne sont soumis en principe à un certain nombre d'obligations: deux périodes de manoeuvres d'une durée maxima de 4 semaines; fréquentation des exercices de garnison, pratique du tir,etc...

Le Ministre fixe chaque année les classes qui seront appelées pour les manoeuvres.

(NOTA.- En fait,ces dispositions n'ont reçu jusqu'à présent aucun commencement d'application;les difficultés budgétaires,les tentatives de révolution successives s'y sont opposées.En outre rien n'existe dans la pratique pour les appels de réservistes dont les listes sont encore à établir).

Les forces auxiliaires comprennent:
-La Police Militaire de la Capitale Fédérale,qui comprend 5 Bataillons d'Infanterie,1 Régiment de Cavalerie à 4 escadrons,et des Services importants;

- les Forces de Police militaire des différents Etats d'importance et de valeur militaire infiniment variables.Les plus importantes sont celles de:

SÃO PAULO - 1 Brigade policiale mixte:Infanterie, Cavalerie,1 Escadrille,des éléments d'Artillerie de campagne (10.000 H.)

Rio Grande do Sul - 1 Brigade policiale mixte (10.000 hommes environ).

Minas-Geraes - 4 à 5 Bataillons.

L'organisation de ces forces,leurs obligations vis à vis de l'Etat Fédéral,spécialement pour le temps de guerre,sont définies par la Loi du 3 Janvier 1917. La durée du Service actif est variable suivant les Etats. Chacune de ces forces dispose de réserves, provenant des hommes de troupe et des Officiers rendus à la vie civile après y avoir accompli le service actif.

La mobilisation de ces forces s'effectue au moyen de ces réserves,suivant des principes analogues à ceux qui régissent la mobilisation dans l'Armée fédérale.

2°/ l'Armée de 2° ligne.-
Elle se subdivise en:

- Armée proprement dite de 2° ligne,composée des Officiers et gradés recrutés,dans les formes réglementaires,et des citoyens compris entre 30 et 37 ans;

- et une Réserve de l'Armée de 2° ligne,comprenant des gradés recrutés dans les formes réglementaires et des citoyens compris entre 37 et 44 ans.

Le passage dans l'Armée de 2° ligne des hommes ayant achevé leur temps dans l'Armée de 1° ligne, et le passage de l'Armée de 2° ligne dans la réserve de cette armée, a lieu au cours de l'année qui suit celle où ces hommes atteignent respectivement 30 et 37 ans

L'Armée de 2° ligne est exemptée de Service en temps de paix. Sa mobilisation est prévue par la Constitution. Elle est cependant astreinte à des périodes d'instruction annuelles d'une durée de 4 à 6 semaines, pour lesquelles elle est convoquée après autorisation du Congrès National.

En fait, l'Armée de 2° ligne n'est pas organisée, sa mobilisation demeure entièrement à faire, et les périodes d'instruction n'ont jamais été faites.

II.- DIVISION MILITAIRE DU TERRITOIRE.-

Division: Le Territoire est divisé en 8 régions et une Circonscription militaires. Aux cinq premières régions correspondent cinq Divisions d'Infanterie de même numéro. Le Commandant de la Division d'Infanterie dans ces régions, et des Détachements dans les 3 autres est Commandant de la Région; chaque région comprend un ou plusieurs Etats; le tableau ci-après résume l'organisation du Territoire

Régions	Siège du Commandement	Etats compris dans la Région	Unités de l'Armée correspondantes
1°	RIO de JANEIRO	District Fédéral - RIO de JANEIRO - Espirito Santo	(1° D.I. (Artillerie de (côte
2°	SÃO PAULO	São Paulo - Goyaz -	(2° D.I.
3°	PORTO ALEGRE	Rio Grande do Sul	(3° D.I. (1°,2°,3° D.C.
4°	JUIZ DE FORA	Minas Geraes	4° D.I.
5°	CURITYBA	Parana - Sta.Catharina	Troupes de la 5° D.I.) 5°DI non organisée complétement.
6°	SÃO SALVADOR	Bahia - Sergipe - Alagoas.	d°
7°	RECIFE	Pernambuco - Parahyba Rio Grande do Norte - Ceara	d°
8°	BELEM	Piauhy - Maranhão - Para - Amazonas - Territoire d'Acre.	d°
1°	CAMPO GRANDE	Matto-Grosso	Une Brigade mixte

III.- RECRUTEMENT DE L'ARMEE.-

a) Division territoriale.-

En ce qui concerne le Recrutement, le Brésil est divisé en 3 zônes militaires constituées:

- la 1°, par les 1°, 2°, 6°, 7°, 8° Régions et la Circonscription militaire;
- la 2°, par la 4° région;
- la 3°, par les 3° et 5° régions.

Dans chaque région, le Commandant de la Région est le Chef du Service du recrutement. A l'intérieur de la Région, chaque Etat constitue une circonscription de recrutement (l'Etat de Minas-Geraes seul est subdivisé en 2 circonscriptions; le territoire d'Acre est rattaché à la circonscription de l'Amazonas). Les circonscriptions à leur tour, sont divisées en districts de recensement et recrutement, constitué chacun par une municipalité. La Capitale Fédérale est divisée en un certain nombre de districts, il en est de même des villes dépassant 100.000 habitants.

b) Le recrutement de l'Armée est essentiellement basé sur le volontariat, les engagements et rengagements, le tirage au sort n'intervenant ensuite que pour compléter les effectifs quand le chiffre des effectifs fournis par ces diverses catégories est insuffisant.

Tout Brésilien âgé de 17 à 28 ans, non soutien de famille et satisfaisant à certaines conditions, peut entrer dans l'Armée comme volontaire. La durée du service des volontaires est extrêmement variable (Voir ci-dessus: "Armée Active"); en principe elle est la même que celle fixée par le Ministre pour la classe appelée dans l'année où le volontaire se présente sous les drapeaux.

Les hommes de troupes de moins de 28 ans, peuvent, quand ils ont accompli effectivement la durée du Service actif, contracter des engagements d'une durée uniforme de deux ans.

Enfin, les sous-officiers, caporaux et soldats engagés, pourront contracter des rengagements d'une durée variable, suivant leur âge et les services accomplis.

c) Recrutement et tirage au sort.-

Tout Brésilien doit, dès 20 ans révolus, s'inscrire à la junta de recrutement de son district.

Le Service du Recrutement comprend, dans chaque circonscription:

- un Directeur du Service, Officier Supérieur, généralement réformé de l'Armée, nommé par le Ministre;
- autant de Juntas de recrutement qu'il y a de districts dans la circonscription. La Junta comprend: le Maire (Préfeito), un délégué du Service du recrutement; l'Officier d'Etat-Civil. Les opérations de recensement ont lieu de Janvier à Avril dans la 1° Zone, de Mai à Août dans la 2°, de Juillet à Octobre dans la 3°.
- une Junta de révision et de tirage au sort, présidée par le Directeur du Service, et chargée:
  - de la vérification des documents de recensement;
  - de statuer sur les demandes d'exemption de toute nature;
  - de décider des capacités physiques des conscrits;
  - de diriger le tirage au sort.

Elle comprend le Procureur de la République, 2 délégués de la Direction du Service, et à titre consultatif, trois médecins, en principe militaires.

Le Ministre ayant fixé le contingent que devra fournir chaque circonscription, chaque Directeur de Service détermine et répartit le contingent que chacun des municipes de l'Etat devra fournir. Le tirage au sort est public et est fait ensemble pour l'Armée et la Marine.

Les tirés au sort forment 2 appels. Le 1° appel porte sur ceux ayant obtenu les numéros entre 1 et un numéro égal au double de conscrits à prévoir.

Le 2° appel est destiné à combler les différences entre le chiffre de conscrits nécessaires et celui, toujours inférieur au précédent, des hommes du 1° appel qui se rendront réellement à leurs corps.

d) L'incorporation des conscrits du 1° appel a lieu en Octobre Février et Avril respectivement,pour la 1ere,la 2eme,et la 3eme- zone.Si à ce moment le contingent n'est pas réuni,le 2° appel reçoit immédiatement l'ordre de mise en route.

Il y a lieu de noter que ce système,assez logique de recensement et d'appel par tirage au sort,est loin de fournir le contingent cependant bien modeste,que le Ministre fixe annuellement.Cet état de chose est dû aux distances énormes et aux difficultés de communication,à l'insuffisance et à l'inexactitude des registres de l'Etat-Civil;à l'abus légal de l'application du principe de l'habeas-corpus; enfin,à l'esprit de la population,jusqu'à présent hostile à l'idée du Service militaire obligatoire.

e) Préparation militaire de la Jeunesse.-

Il n'existe pas au Brésil de préparation militaire proprement dite.Tout au plus doit-on signaler dans cet ordre d'idée les associations assez nombreuses et actives de Boy-Scouts.Mais l'autorité militaire n'intervient en aucune manière.

Mais il faut signaler l'instruction militaire,donnée à côté de l'Armée,sous son contrôle et avec son aide,dans un certain nombre d'associations militaires,dans divers établissements d'enseignement secondaire et supérieur et surtout dans les "tirs de guerre".

Le Tir de Guerre en particulier comporte une Direction Générale au Ministère de la Guerre,avec un Officier Supérieur d'Infanterie,aidé d'Officiers adjoints. Les Tirs de Guerre,initialement associations privées,ne reçoivent une existence officielle que quand le Directeur du Tir de Guerre a jugé le nombre de leurs adhérents suffisant et leur activité satisfaisante.Il y détache alors et suivant leur importance,des Officiers d'Infanterie généralement en non activité,et des sous-officiers comme instructeurs. Il leur fournit des armes,des munitions,leur donne l'accès aux stades de l'Armée,etc...

Mais le but de ces organisations est,non de fournir à l'Armée active des conscrits déjà instruits,mais de donner à leurs adhérents des éléments d'instruction militaire,grace auxquels ils recevront à leur sortie (durée des exercices,1 an en général),le carnet de réserviste de 1° ligne.En réalité l'Armée permanente recevrait en eux,à la mobilisation,des éléments un peu dégrossis,ayant des notions de discipline et d'utilisation des armes de l'Infanterie - fusil surtout -,mais peu ou pas de connaissances tactiques

IV.- MOBILISATION.-

Les principes de la mobilisation sont les suivants:

- Porter dès les premiers jours les unités actives à leurs effectifs de guerre;
- Créer pour chaque unité active une unité identique correspondante de réserve.

L'Armée de 1° ligne complétement mobilisée comporterait ainsi:

1°/ 5 D.I. actives et 3 D.C.
5 D.I. de réserve.

2°/ Les forces auxiliaires (polices des Etats) mobilisées suivant les mêmes principes.

(Aucune prévision n'est faite pour l'Armée de 2° ligne,qui serait employée d'une façon analogue à notre Armée Territoriale).

En réalité,les ressources en hommes instruits sont extrêmement faibles:

- Effectifs réels de l'Armée active inférieurs à 40.000 H.
- Instruction militaire donnée dans les tirs de guerre et les associations similaires,très insuffisante;elle se

borne à la pratique du tir et au rang serré. Un nombre très faible de citoyens reçoit cette instruction.

D'autre part, les réservistes sont très difficilement suivis dans leurs résidences successives; l'obligation que leur fait la Loi de les signaler à l'autorité militaire locale est peu respectée; il en résulte que les tableaux nominatifs des unités mobilisées ne sont jamais exacts.

Enfin les distances sont énormes, les communications lentes et difficiles; l'idée de devoir militaire surtout est loin d'être fortement imprimée dans la conscience du citoyen.

Il paraît donc probable que les réservistes arriveraient en proportion très faible et avec des délais importants aux lieux de mobilisation; et ce serait déjà un beau résultat que de parvenir à mobiliser, avec des réservistes instruits, les unités actives existantes.

Et cela d'autant plus que le matériel de mobilisation des unités (équipement - habillement - armement - munitions), n'existe pas jusqu'à présent.

3°/ Quant à la mobiligation industrielle, elle n'est pas encore prévue. Pour les raisons ci-après indiquées (V. Fabrications), elle ne serait d'ailleurs pas susceptible pour l'instant de donner des résultats sérieux.

Il y a lieu, en terminant ce rapide coup d'oeil sur la mobilisation, de noter que le réseau ferré existant à l'heure actuelle, exigerait pour la concentration sur le théâtre des opérations probables (Rio Grande do Sul) des seules unités actives et forces auxiliaires actives des délais tels - de l'ordre de plusieurs mois - que la longueur et la difficulté, signalées précédemment, de la mobilisation des unités de réserve, perdraient en soi beaucoup de leur gravité.

V.- LES EFFECTIFS DE L'ARMEE ACTIVE.-

1°/ Officiers:

L'effectif budgétaire pour 1927 est de 5.000, ainsi répartis:

8 Généraux de Division
30 Generaux de Brigade
123 Colonels
172 Lieutenants-Colonels
339 Commandants
1176 Capitaines
3151 Lieutenants et S/lieutenants.

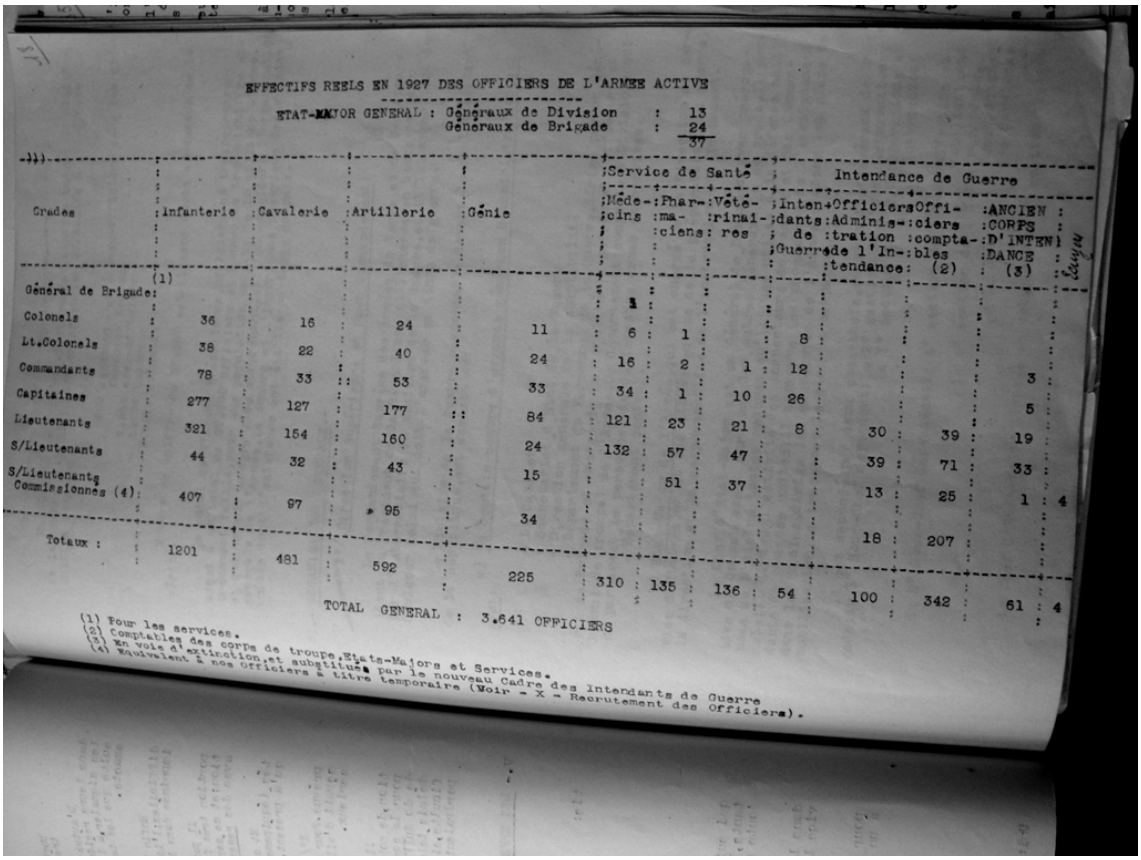
A noter que ces chiffres comprennent les Officiers des Services qui suivant le nombre de leurs galons, ont comme leurs camarades combattants, le grade de Lieutenant, Commandant, Général par exemple, auquel s'ajoute celui de la fonction, Intendant, Médecin, etc...

Mais en fait, les chiffres ci-dessus sont loin d'être atteints dans la réalité. Le Tableau ci-après indique par grade et par arme ou service les effectifs réels existants. (Voir page suivante).

2°/ Troupe.- La Loi de fixation des forces du 8 Octobre 1926, pour l'année 1927, fixe l'effectif des sous-officiers, caporaux et soldats à un total de 33.915 hommes, ainsi répartis:

- 150 aspirants-Officiers
- 750 Eleves de l'Ecole Militaire
- 622 sergents instructeurs ou spécialistes
- 30393 hommes de troupe dans les corps de troupe et services.
- 2000 soldats - destinés à des emplois ou services spéciaux.

En outre, le Ministre est autorisé, si des manoeuvres de Grandes Unités, ont lieu, à appeler 15.000 réservistes de la 1° et 2° catégories.



EFFECTIFS REELS EN 1927 DES OFFICIERS DE L'ARMEE ACTIVE

ETAT-MAJOR GENERAL : Généraux de Division : 13
Généraux de Brigade : 24
37

Grades	Infanterie	Cavalerie	Artillerie	Génie	Service de Santé			Intendance de Guerre			
					Médecins	Pharmaciens	Vétérinaires	Intendants de Guerre	Officiers d'Administration de l'Intendance	Officiers comptables (2)	ANCIEN CORPS D'INTENDANCE (3)
Général de Brigade	(1)				1						
Colonels	36	16	24	11	6	1		8			
Lt.Colonels	38	22	40	24	16	2	1	12			3
Commandants	78	33	53	33	34	1	10	26			5
Capitaines	277	127	177	84	121	23	21	8	30	39	19
Lieutenants	321	154	160	24	132	57	47		39	71	33
S/Lieutenants	44	32	43	15		51	37		13	25	1
S/Lieutenants Commissionnés (4)	407	97	95	34					18	207	
Totaux :	1201	481	592	225	310	135	136	54	100	342	61

TOTAL GENERAL : 3.641 OFFICIERS

(1) Four les services.
(2) Comptables des corps de troupe, Etats-Majors et Services.
(3) En voie d'extinction, et substitués par le nouveau Cadre des Intendants de Guerre
(4) Equivalent à nos officiers à titre temporaire (Voir - X - Recrutement des Officiers).

En réalité ce chiffre n'est pas atteint;le budget du Ministre de la Guerre pour 1927 fixe en effet les effectifs à :31.972,ce chiffre comprend:

- 900 aspirants et élèves-Officiers dans les différentes Ecoles;
- 5.353 sous-officiers
- 5.704 caporaux
- 20.015 soldats.

Encore ce chiffre de 32.000 est-il sans doute au-dessus de la vérité.

Le total de l'Armée brésilienne,Officiers et troupe,ressort ainsi à un total de 33.700 Officiers et hommes de troupe;chiffre extrêmement faible,pour une population de plus de 30 millions d'ames, et qui parait encore plus surprenant,si l'on considère l'organisation générale de l'Armée,le nombre et l'importance théorique des grandes unités dont l'existence est établie en temps de paix.

VI.- ORGANISATION GENERALE.-

1°/ Direction Supérieure et Haut Commandement:

Le Commandement Suprême des Armées de Terre et de Mer appartient au Président de la République;il l'exerce en temps de paix par l'intermédiaire du Ministre de la Guerre,et il lui appartient de désigner celui qui doit l'exercer en temps de guerre.

Le Ministre de la Guerre responsable devant le seul Président de la République,est assisté de:

a) Un certain nombre d'organes généraux d'administration,qui sont:

- Le Cabinet
- Secrétariat d'Etat de la Guerre
- Direction générale de la comptabilité
- Département du Personnel de la Guerre,dirigé par un Général de Brigade et chargé de la totalité du personnel (Officiers et hommes de troupe) de l'Armée.Ce département comporte 6 Divisions qui se partagent le personnel de différentes armes et services.
- Département central.

b) Etat-Major de l'Armée,qui est chargé de la Direction du Service d'Etat-Major et des études en vue de la préparation à la guerre; la direction et la responsabilité de l'instruction lui incombent.

Le Chef d'Etat-Major est un Général de Division avec prérogative de Commandement sur tous les autres Généraux de ce grade.Il propose au Ministre toutes mesures qu'il juge utiles à la défense nationale;il dirige l'activité des inspecteurs de région et des Commandants de grandes unités;il approuve les programmes de l'enseignement dans les Ecoles,dirige les manoeuvres de l'Armée,élabore les plans de mobilisation,de transport,le plan de campagne.

Il est secondé par deux sous-chefs,en principe Généraux de Brigade;du 1° Sous-Chef dépendent:la 2° section de l'E.M.:Informations;
la 3° section de l'E.M.:Opérations et instruction;

du 2° Sous-Chef dépendent:la 1° section de l'E.M.:Effectifs et Mobilisation;
la 4° section de l'E.M.:Transports, fonctionnement des Services.

Le Chef d'Etat-Major dispose en outre d'une 5° section chargée:

- Du Service d'Histoire;
- Du Service géographique de l'Armée,(duquel fait partie depuis 1922 une mission technique de 15 spécialistes autrichiens,portant le titre de conseillers,instructeurs et opérateurs de topographie,géodésie,etc..)

En outre,de l'Etat-Major de l'Armée,dépendent:

- Un service de la carte générale de la République;
- Une Imprimerie militaire;
- Une Direction du "Tiro de Guerra";
- 2 Inspections d'Armes et Services:
  1° Inspection : 1°,4°,6°,7° et 8° Régions;
  2° Inspection : 2°,3°,5° Régions et Circonscription du Matto Grosso.

Enfin la Mission Militaire Française d'Instruction assiste directement le Chef d'Etat-Major pour toutes les questions d'instruction,et éventuellement d'organisation.

c) Une Direction d'Arme et de Service,la Direction de l'Aéronautique,créée par la Loi du 13 Janvier 1927,et dirigée par un Général de Brigade.Elle est chargée de toutes les questions relatives à l'organisation,au matériel,à l'armement et à l'emploi de l'Aviation. La D.C.A. lui est subordonnée.

d) Des Directions de Service et des Services.-

La Justice Militaire,qui comporte:

- Le Suprême Tribunal Militaire,composé de 10 Ministres (5 Civils,3 Généraux,2 Amiraux),qui élisent pour deux ans l'un d'entre eux comme Président. Un Procureur général y représente le Ministère Public.

- 11 Conseils de Justice,correspondant à 11 circonscriptions judiciaires qui divisent le territoire.Le Conseil comporte un organe permanent,l'Auditoria;l'auditeur est à la fois Juge d'Instruction,ministère public et greffier;il convoque et nomme quand il y a lieu par tirage au sort,les Juges.Le Conseil se compose ainsi de l'Auditeur et de 4 Juges de grade supérieur à celui de l'accusé;le plus ancien des Juges est président.

Le Service du Matériel de Guerre,chargé de tout ce qui est relatif à l'Armement,et de qui dépendent les arsenaux et le Service des Poudres (Voir ci-après : Fabrications).

Le Service du Génie auquel est rattaché le service radiotélégraphique.

Les Services de l'Intendance,chargés du ravitaillement en vivres, de l'habillement,de l'équipement en général et du matériel de campement,des objets mobiliers pour les établissements militaires,enfin du service automobile.Jusqu'à présent,le Service de l'Intendance n'est ni ordonnateur des dépenses des unités,ni contrôleur de ces dépenses.

Service de Santé et Vétérinaire,duquel dépendent:

- la station d'Assistance et de Prophylaxie
- l'Hopital Central de l'Armée à RIO;
- les Divers hôpitaux de l'Armée (17 au total);
- Un certain nombre d'infirmeries-hôpitaux (47);
- Le laboratoire chimique et pharmaceutique de RIO;
- Le laboratoire de bactériologie.

Service de la Remonte,duquel dépendent:

- 2 dépôts de remonte (Rio Grande do Sul et Minas Geraes);
- 2 Haras nationaux (SAYCAN et RINCÃO dans le Rio Grande do Sul)

2°/ Les Grandes Unités.-

L'Armée fédérale brésilienne est constituée des éléments suivants:

a) 5 Divisions d'Infanterie, numérotées de 1 à 5. La 5° Division, est incomplètement constituée (Voir Tableau ci-joint).

La Division d'Infanterie comprend:

1°/ Un Quartier Général: Général de D.I., Etat-Major, Direction des Services, Escorte.

2°/ Des Troupes : Infanterie: 2 Brigades de 2 Régiments, dont un peut être remplacé par un groupe de 3 bataillons de chasseurs.

Artillerie: Une Brigade de 2 Régiments d'Artillerie montée;
1 régiment d'artillerie lourde;
1 groupe d'artillerie de montagne.

Cavalerie: 1 Régiment.

Génie : 1 Bataillon.

3°/ Le Personnel et les organes de Services (Matériel de Guerre, Intendance, Service de Santé et Vétérinaire, Justice Militaire).

La D.I. mobilisée a une composition semblable; elle comporte en outre [redacted] des convois spécialisés. Intendance, Matériel de guerre, Service de Santé, qui n'existent actuellement dans aucune D.I.

Le Tableau de composition ci-joint, des unités de l'Armée brésilienne fait ressortir par ailleurs la différence considérable entre la composition théorique des D.I. du temps de paix et ce qui existe réellement. Le fait est particulièrement frappant en ce qui concerne les unités d'Artillerie (Voir ci-après: Armes)

b) 3 Divisions de Cavalerie, 1°, 2° et 3°.-

La Division de Cavalerie comprend:

- Un Quartier Général : Général de Brigade Commandant - Etat-Major - Direction des Services - Escorte.

- Des troupes de Cavalerie: 2 Brigades de 2 régiments.

- Artillerie: 2 groupes à cheval

Infanterie: 1 Bataillon d'Infanterie monté.

Transmissions: Un escadron.

- Des Services.
Mêmes observations que pour la D.I.

c) La Brigade mixte de Matto Grosso, qui comprend:

- Un Quartier Général : Général de Brigade - Etat-Major Direction des Services - Escorte.

- Des troupes : 3 bataillons de chasseurs;

2 Régiments de Cavalerie indépendante
1 Régiment d'artillerie mixte
1 Bataillon du Génie.
[illegible]
1 groupe d'artillerie de côtes (v. ci-après).

- Des Services.

d) Le District d'Artillerie de Côte, pour la défense du Port de RIO de JANEIRO, qui comprend:

- Un Quartier Général - Général de Brigade, Etat-Major, Direction des Services.
- 2 Secteurs (Est à NICTHEROY - Ouest à RIO) comportant chacun un groupe de 3 batteries et 3 batteries indépendantes.

NOTA.- L'instruction du tir est donnée à ces unités par des instructeurs de la Marine.

En dehors du District d'Artillerie de côte, il y a lieu de noter qu'il existe un certain nombre de groupes et de batteries isolées, qui constituent le personnel des fortifications des côtes maritimes et fluviales: (à OBIDOS, MACAHE[2], SANTOS, PARANAGUA, SÃO FRANCISCO, SANTA-CATHARINA et MATTO GROSSO)[1]

e) Des éléments d'Armée comprenant:

- Chars de combat
- des Unités d'Artillerie lourde (en projet)
- des unités d'Aviation (en cours de constitution)
- des unités de D.C.A. (en projet)
- un bataillon de chemins de fer.

f:) En même temps que en formation unités d'aviation, voit the exercice de la [illegible]. Et organe de la fonction proprement dite, DCA. projecteurs) il englobera tous les éléments troupe affectant à l'aviation (ex.

VII.- LES ARMES.-

a) l'Infanterie, comprend:

- 13 régiments de 3 bataillons (à 3 compagnies)(1) et 1 compagnie de mitrailleuses lourdes (3 seulement ont leurs trois bataillons; 4 autres en ont deux; 6 un seulement, le deuxième n'ayant que les cadres).

- 29 Bataillons de chasseurs à 3 compagnies (1) et une compagnie de mitrailleuses mixte (4 à effectifs normaux; 3 à 2 compagnies et compagnie de mitrailleuses; 19 à 1 compagnie et compagnie de mitrailleuses; 3 sans effectif).

- 3 Bataillons d'Infanterie montée (non organisés).
- 2 compagnies de garde d'établissements (une seule créée).

C'est donc un total théorique de 371 bataillons, sur lesquels, n'existent réellement que 49, étant compris dans ce chiffre ceux qui ont une partie seulement de leurs compagnies.

Composition du R.I. en temps de paix:

- Un E.M.
- Une compagnie hors-rang
- 3 bataillons
- 1 compagnie de mitrailleuses lourdes
- Effectif : 1360 (Officiers et troupe).

---

(1) En temps de paix, les bataillons sont à 3 compagnies et 1 peloton de mitrailleuses légères, la 4e compagnie est constituée à la mobilisation.

[2] à Coimbra sur le Paraguay
Etat de Rio.

Composition du Bataillon en temps de paix:

- Un E.M.
- 3 compagnies;
- 1 peloton de mitrailleuses légères et engins d'accomp:

Effectif : 385

Composition du Bataillon d'Infanterie montée en temps de paix.

- 3 compagnies et 1 compagnie de mitrailleuses lourdes, moins la section d'engins d'accompagnement. Effectif: 510.

Composition de la Compagnie d'Infanterie, en temps de paix.

- Une section de Commandement
- 3 pelotons de combat, de 2 groupes de combat chacun

Effectif : 110

Composition de la compagnie de mitrailleuses lourdes, de temps paix.

- 3 sections de mitrailleuses de 2 pièces chacune
- 1 section d'engins d'accompagnement
- 1 section de Commandement

Effectif : 88

Composition de la compagnie de mitrailleuses mixte, temps de paix

- 2 sections de mitrailleuses légères - 1 section de mitrailleuses lourdes de 3 pièces.
- 1 section d'engins d'accompagnement
- 1 section de commandement

Effectif : 95

Peloton de mitrailleuses légères et engins d'accompagnement du Bataillon - Effectif : 20: 1 Sections de Mitrailleuses légères
1 -d'- d'engins d'accompagnement

Section ~~Peloton~~ d'engins d'accompagnement

-la section comprend: 1 mortier
1 canon de 37

A rattacher à l'Infanterie:

1 Compagnie de chars de combat: 2 sections de combat à 5 chars.
1 section de commandement
1 char de commandement
1 char T.S.F.

b) La Cavalerie, comprend: 15 Régiments de Cavalerie indépendante 5 Régiments de Cavalerie divisionnaire.

Le régiment est en principe à 4 escadrons et 1 peloton de mitrailleuses légères (2 sections de 2 pièces chacune).

Total théorique : 80 escadrons. En réalité peu de régiments sont entièrement constitués; 3 d'entre eux sont sans effectifs, et le total des escadrons existants est de 39.

L'Escadron de Cavalerie Divisionnaire (4 fusils-mitrailleurs) est à l'effectif de 90 (Officiers et troupe) et 100 chevaux.

L'Escadron de Cavalerie Indépendante est à l'effectif de 160 (Officiers et hommes de troupe) et 160 chevaux

Chacun comprend 4 pelotons et 1 peloton de commandement.

c) l'Artillerie, comprend:

1°/ Artillerie légère de 75 m/m : 10 Régiments d'artillerie montée à 3 groupes, soit 30 groupes. En fait 6 régiments seulement sont organisés, incomplètement du reste. Au total : 10 groupes réels.

- 1 Régiment d'artillerie mixte à 3 groupes (un monté, un à cheval, un de montagne; le groupe monté seul est organisé);
- 8 Groupes d'artillerie à cheval; (trois existent actuellement, mais avec une batterie seulement).
- 5 groupes d'artillerie de montagne (en réalité 2 seulement sont créés).

Soit, pour l'artillerie légère de campagne : 44 groupes théoriques; 16 groupes réels.

Composition du temps de paix.-

Groupe monté: (E.M., Détachement de reconnaissance,
(3 batteries
(Une colonne légère
(300 hommes et Officiers, 270 chevaux.

Batterie montée: (1 section de commandement
(2 sections de combat (4 pièces)
(6 caissons de munitions
(90 hommes et Officiers - 84 chevaux.

Groupe à cheval (2 batteries - 240 hommes et Officiers
(360 chevaux.
(1 colonne légère.

Batterie à cheval (4 pièces - 90 hommes et Officiers
(135 chevaux

Groupe de montagne (2 batteries - 260 hommes et Officiers
(100 animaux selle et trait,
(200 animaux de bât.
(1 colonne légère.

Batterie de montagne (4 pièces - 30 animaux de selle et trait
(100 animaux de bât.

Au total, l'artillerie légère comprend théoriquement:

- 90 batteries de campagne;
- 12 batteries de montagne;
- 14 batteries à cheval.

C'est-à-dire un total théorique de 116 batteries légères, qui, dans la réalité n'atteint pas 40 batteries. Encore convient-il de noter que le matériel en service est un ancien matériel démodé, à l'exception du matériel de montagne qui est d'un modèle très récent. (V. plus loin matériel de guerre).

2°/ L'Artillerie lourde de campagne, comprend:

- 5 régiments d'artillerie lourde à 3 groupes (divisionnaires)
- 3 régiments d'artillerie lourde à 4 groupes (D'Armée).

Seuls les régiments divisionnaires sont organisés; sur les cinq deux seulement sont à un groupe, les 3 autres sans effectifs.

Total théorique: 27 groupes.
Total réel : 2 groupes.

La question du matériel reste d'ailleurs encore à résoudre; il n'a pas été fait encore de choix définitif, pour les calibres.

3°/ L'Artillerie de côte comprend:

- 5 groupes à 3 ou 2 batteries, au total 12 batteries
- 8 batteries isolées.

1 compagnie de projecteurs à 3 pelotons (1 de 150
(2 de 120

VIII.- ARMEMENT.-

1°/ Infanterie.- Fusil Mauser Modèle 1895.Calibre 7 m/m,chargeur à 5 cartouches.
Fusil mitrailleur Hotchkiss à chargeur de 5 cartouches (12 par compagnie).
Mitrailleuse légère Hotchkiss,bande de 25 cartouches.
Mitrailleuse lourde Hotchkiss modèle 1914,tirant les cartouches du Fusil Mauser modèle 1895 en bande de 25.

Ces trois modèles d'armes automatiques donnent en général pleine satisfaction;cependant on reproche à la mitrailleuse légère l'insuffisance de stabilité de son pied,qui diminue l'efficacité du tir aux moyennes distances.

Engins d'accompagnement: (canon de 37 m/m français
(mortier Stockes d°

2°/ Chars de combat.- L'unique compagnie existante est armée de chars Renault Français,canon et mitrailleuses,du modèle de la guerre.

3°/ Cavalerie.- Carabine Mauser modèle 1895,calibre 7 m/m à chargeurs de 5 cartouches.
Sabre - Lance (dans les régiments indépendants).
Fusil mitrailleur Hotchkiss (sur bât)
Mitrailleuse légère Hotchkiss (sur bât)

4°/ Artillerie de campagne.-

a) légère: Le canon d'artillerie montée,adopté,mais non commandé,est un canon Schneider de 75 m/m.Actuellement les unités montées sont armées de 75 Krupp de modèle 1908,à portée faible (6 Kms 500),et à tir rapide.Il existe quelques matériels de 75 St.Chamond.

Le canon de cavalerie sera aussi une pièce Schneider de 75 m/m Actuellement les groupes sont armés en 75 Krupp modèle 1905.Portée 5 Kms 500.

Le canon de montagne est un matériel Schneider de 75 modèle 1919.Portée 9 Kms. Obus de 7 Kgs 500(Quelques batteries de ce type ont été expérimentées avec succès par nos troupes au Maroc). Excellent matériel,précis et puissant,de transport facile,le seul moderne dont soit dotée en quantité normale l'Armée brésilienne. Reste encore l'ancien matériel de montagne Krupp 75,tirant à 5.000 mètres.

b) lourde: 1 seule batterie de 155 Court Schneider modèle 1918
6 batteries de 105 Krupp - Portée 6 Kms 500.

5°/Artillerie lourde de côte.- On trouve dans les fortifications de côte:

- des canons de 152 m/m(type le plus répandu) : 6 batteries ,34 pièces.
- des canons de 75 m/m: une vingtaine de pièces.
- des canons de 120 m/m Armstrong. 20 pièces;

les pièces les,plus puissantes sont affectées à la défense de RIO:

- 2 canons de 190 m/m
- 2 canons de 240 m/m
- 2 canons et 8 obusiers de 280 m/m
- 2 canons de 305.

6°/ Aviation.-

a) Il existe encore à l'heure actuelle le matériel suivant, déjà ancien du reste:

- A l'Ecole d'Aviation (6 Spad 54 à moteur Rhône 80 C.V.
(2 Nieuport monoplace à moteur Rhône 80 C.V.
(4 Spad VII monoplace à moteur 180 C.V.
(8 Breguet XIV à moteur 300 C.V.

- Dans le Rio Grande do Sul, quelques Spad VII monoplaces.

b) Le matériel suivant est commandé:

-Pour armer le groupe de l'Ecole d'Aviation (matériel à recevoir d'ici la fin de l'année):
- 10 Morane 35 - 80 C.V.
- 6 Breguet XIX - 500 C.V.
- 6 Potez XXV - 500 C.V.
- 5 Wibault 7 - 500 C.V.

-Au début de 1928, et pour être reçu dans le courant de l'année :
- Des avions gros-porteurs pour compléter l'armement de l'Escadrille mixte du groupe de l'Ecole d'Aviation.
- le matériel nécessaire à l'armement de l'escadrille d'entrainement du 1° Régiment d'Aviation, et du 1° groupe de ce Régiment.

IX.- L'INSTRUCTION MILITAIRE.-

1°/ La Mission Française d'Instruction: en fonction depuis le 8 Septembre 1919, et dont le contrat vient d'être renouvelé pour une nouvelle période de 4 ans, jusqu'au 31 Décembre 1931, est chargée:
- de la direction des Etudes et de l'instruction militaire dans un certain nombre d'établissements d'instruction;
- de la préparation et de la Direction des manoeuvres de toute nature sur la carte et sur le terrain (1).
- de l'Instruction des divers Etats-Majors (Etat-Major de l'Armée, des D.I., etc..).

2°/ Etablissements d'instruction des élèves-Officiers et Officiers.

a) Collèges Militaires.- Il y en a 3, à RIO, à Porto Alegre et au Ceara. Le recrutement s'y fait au concours. Durée des cours: 7 ans But: instruction générale et préparation à l'Ecole Militaire.

b) l'Ecole Militaire (à Realengo, près de Rio), où sont formés les Officiers des différentes armes. Les candidats y sont admis entre 16 et 22 ans; pour se présenter au concours d'admission, il faut avoir suivi les cours d'un collège militaire, ou d'un établissement d'enseignement secondaire approuvé. Les hommes de troupe (soldats et sous-Officiers) de l'Armée, peuvent être également autorisés à prendre part au concours. A la sortie de cette école, les élèves sont nommés aspirants-officiers et versés dans les corps de troupe. Le classement à la sortie détermine l'ordre de promotion au grade de sous-lieutenant.

---

1) Il faut noter que depuis 1919, une seule fois ont pû avoir lieu des manoeuvres avec troupes (dans le Rio Grande do Sul en 1920). Au cours des 4 années qui viennent de s'écouler, la situation politique et la méfiance du gouvernement à l'égard de l'Armée n'en auraient pas permis l'exécution. Peut-être pourront elles avoir lieu bientôt.
~~Cependant~~ Le chapitre réservé aux manoeuvres ne figure au budget de 1927 que pour une somme infime, 380 contos de reis papier, soit: 1.140.000 francs.

La direction des études (enseignement militaire) appartient à un Officier français, en même temps chargé du cours de tactique et d'histoire.

Durée des cours,3 ans ; Instruction d'Infanterie commune à tous les élèves les 2 premières années;spécialisation par arme la 3e année.

c) L'Ecole de Perfectionnement des Officiers (à Villa Militar près de Rio),à l'usage des Officiers d'Infanterie,d'Artillerie,et du Génie,Lieutenants en principe.(Pendant plusieurs années encore, elle recevra des Capitaines).

5 Officiers français y sont: Directeur des Etudes et professeurs d'Infanterie,d'Artillerie,du Génie,de Transmissions.

Durée des Cours : 1 an.

d) Cours de Perfectionnement des Officiers Supérieurs,de création toute récente,ce cours est rattaché au précédent.

e) L'Ecole Provisoire de Cavalerie,(Villa Militar près de Rio), est un cours de perfectionnement de Cavalerie et d'équitation pour les Officiers de Cavalerie; c'est en outre une Ecole d'équitation pour les élèves des différentes écoles de la Villa Militar et de Rio.Durée du cours : 1 an . 2 Officiers français y sont Directeur et professeur.

f) L'Ecole d'Aviation.-

Après une longue période de sommeil,dûe à des causes d'ordre politique,cette Ecole vient de rouvrir ses cours.Un Officier français y dirige l'instruction,assisté de 6 professeurs ou instructeurs français.On y donne l'enseignement technique et tactique complet.Cette Ecole instruit également les sous-officiers et hommes de troupe du personnel à terre et navigant.Durée des cours variable suivant les catégories.

g) L'Ecole d'Etat-Major.-

Reçoit les Officiers du grade de Lieutenant à Capitaine.Admission en principe au concours;en fait au choix parmi les meilleurs officiers des corps de troupe et les meilleurs-élèves sortis des Ecoles de Perfectionnement et Provisoire de Cavalerie.

La durée des cours est de 3 ans,savoir: 2 ans à l'Ecole,suivis d'un an de stage dans un E.M.,à l'issue duquel les Officiers-élèves passent à l'Ecole l'examen de fin de cours,qui leur donne droit au Brevet d'E.M. Un Officier français Directeur des Etudes et professeur de Tactique Générale;des professeurs français d'arme.

A l'Ecole d'E.M. est rattaché un Cours de Révision,pour les Lieutenants-Colonels et Colonels,qui n'ont jamais passé par l'Ecole d'E.M.

3°/ Etablissements d'instruction pour les Services.-

a) Ecole d'Application du Service de Santé,qui se subdivise en:

- Cours de perfectionnement,destiné aux médecins et pharmaciens de l'Armée - 1 an.
- Cours d'Application proprement dit,où sont admis au concours,avec le grade d'aspirant,de jeunes médecins et pharmaciens civils.A l'issue des cours,d'une durée de 1 an,ils sont nommés sous-lieutenants.Le Directeur des Cours et un professeur sont français.

b) L'Ecole Vétérinaire,forme les Vétérinaires de l'Armée, entrée au concours - Durée des cours 3 ans - Le Directeur des Etudes et un professeur sont français.

A l'Ecole Vétérinaire est annexée une Ecole de Maréchalerie qui forme les sous-officiers maréchaux-ferrants des corps de troupe.

c) L'Ecole d'Intendance où sont formés après entrée au concours

a) les Intendants de guerre;
b) les Officiers d'Administration de l'Intendance et les Officiers comptables. Les cours destinés à la formation des Officiers d'Administration des différents services s'ouvriront prochainement.

4°/ L'Instruction des sous-officiers est donnée à l'Ecole des Sergents d'Infanterie à la Villa Militar.

X.- RECRUTEMENT DES OFFICIERS.-

Le mode de recrutement normal est l'Ecole de Realengo; cependant le Ministre peut donner une "Commission" de sous-lieutenant à des sous-officiers, dans certaines circonstances: troubles intérieurs, expéditions militaires, etc.. Cette commission équivaut à un grade à titre temporaire. Le commissionné, doit, pour devenir réellement titulaire de son grade, suivre à l'Ecole Militaire, des cours spéciaux.

Officiers de réserve.-

Depuis quelques années le Ministre s'efforce de créer dans chaque région l "Centre d'instruction des Officiers de réserve" dirigé par un Officier d'active. Celui de Rio seul fonctionne.
Y sont admis les élèves des grandes Ecoles (polytechnique, Ecole de Droit, de Médecine, des Beaux-Arts) et des jeunes gens pourvus de certains diplômes.
Les cours sont divisés en 5 périodes:
- 4 mois donnant le grade de caporal de réserve;
- 4 mois donnant le grade de sergent de réserve;
- 4 mois donnant le grade d'aspirant de réserve;
- 6 mois de stage comme aspirant dans un corps de troupe,

à l'issue desquels les élèves reçoivent le grade de sous-Lieutenant de réserve.

XI.- RECRUTEMENT DES SOUS-OFFICIERS.-

Les sous-officiers proviennent en général des volontaires, qui ont suivi les pelotons d'élèves-caporaux, puis d'élèves-sergents, et ont subi avec succès l'examen d'aptitude à chacun de ces grades. Le recrutement en est difficile et la qualité moyenne; ils sont en général de médiocres instructeurs.

XII.- FABRICATION DU MATERIEL DE GUERRE.-

Le Brésil est jusqu'à présent, en ce qui concerne le matériel de guerre, dans la dépendance presque absolue de l'étranger. En effet, il produit très peu de charbon (270.000 tonnes), pas d'huile minérale, peu de métaux (bien que son sol soit riche à cet égard); son industrie est dans l'enfance; seule l'industrie du tissage du coton et de la laine commence à se développer (Etat de São Paulo - Capitale Fédérale).

Pourtant le Brésil a cherché à se libérer au moins en partie, au point de vue du matériel de guerre, de l'emprise étrangère, par la création d'un certain nombre d'établissements de fabrication et de montage rattachés presque tous à la Direction du Matériel de guerre.

1°/ Les Arsenaux de Guerre: de Rio de Janeiro et de Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Le plus important est celui de Rio.
Fabrication: (Equipement militaire - Harnachement;
(Usinage des obus - Fonderie en très faible
(quantité.

2°/ Des Fabriques de Poudres et cartoucheries.-

- Fabrique de poudre noire de Estrella.

- Fabrique de cartouches et artifices de guerre de Realengo (1);
- Fabrique de poudres sans fumée de Piquete (Etat de São Paulo);
- En construction fabrique de trotyl à Piquete.

A ces établissements, pouvent s'ajouter les Arsenaux de la Marine, qui, le cas échéant, pourraient contribuer aux fournitures de la guerre. En tous cas, en l'état actuel, il y a lieu de considérer que le Brésil ne peut fabriquer ni un canon, ni un fusil, [redacted]. D'ici peu les autorités brésiliennes espèrent pouvoir, sinon fabriquer, au moins usiner et charger un certain nombre d'obus. D'autre part, les Ministres de la Guerre et des Travaux Publics se préoccupent de créer, dans un court délai, des fabrications de matériel d'Aviation. Ces programmes très louables, seront d'une réalisation coûteuse et difficile, à cause des conditions générales ci-dessus indiquées, et aussi à cause de la pénurie au Brésil de Techniciens en Général. Pratiquement c'est à des maisons étrangères qu'il appartiendra de créer et de lancer la fabrication. Ils pourraient seul déjà engager [illegible] de maisons spécialisées initialement nécessaire

XIII.- REGLEMENTS.-

La plupart des réglements, et, en tous cas tous les réglements d'instruction de l'Armée brésilienne, ont été élaborés par la Mission Militaire Française depuis 1919.

Le Tableau II annexé donne la liste des réglements en service en 1927.

.....

(1) Cette cartoucherie a été montée avec du matériel allemand et sous la direction d'un personnel allemand, qui l'a mise en marche, et qui vient de rentrer en Allemagne. Cette fabrique exécute entièrement les cartouches (fulminaterie, amorçage, montage) et les fusées d'obus.

C O N C L U S I O N

I.- Le Brésil est une Nation pacifique;il n'a rien à gagner à une guerre;au contraire,il a le plus grand besoin,pour son développement économique,pour la mise en exploitation de ses immenses territoires,de tranquillité et de paix.

Mais les Brésiliens sont traditionnellement habitués à considérer l'Argentine comme un adversaire possible.Depuis quelques années surtout,ils se considèrent à tort ou à raison,comme sérieusement menacés par un impérialisme argentin,qui,engloberait,de gré ou de force,tous les Etats de la Plata - Uruguay et Paraguay -,et viserait à réunir à l'Argentine le Rio Grande do Sul,grand producteur d'élevage et bientôt de céréales,pays identique au point de vue du relief,du climat,et des conditions économiques,aux Etats de la Plata.

Il semblerait peu raisonnable et imprudent,de la part de l'Argentine,de se lancer actuellement dans une aventure guerrière; elle a,comme le Brésil,d'immenses territoires à mettre en exploitation;elle a les mêmes besoins que lui,de calme et de paix.

Il faut reconnaître cependant que les inquiétudes brésiliennes trouvent quelque justification dans les faits suivants:

-L'Armée Argentine comporte 5 D.I. et 3 Brigades de cavalerie comme au Brésil;mais la composition de ces unités,au lieu d'être amorcée comme au Brésil,est à peu près complète.

-Depuis quelques années,l'Argentine a effectué à l'étranger, pour l'équipement et l'armement de son Armée,des achats considérables portant spécialement sur le matériel et les munitions d'Artillerie,l'Aviation,et les Services.

-Chaque année l'Armée Argentine effectue des grandes manoeuvres avec troupe.Cette année encore,elles auront lieu,avec 3 D.I. et 2 Brigades de cavalerie,au mois d'Octobre,dans la province de Mendoza au pied des Andes.

Ainsi les milieux militaires et les classes instruites ressentent la nécessité pour le Brésil d'une Armée forte.Mais il y aura,pour la constituer,à résoudre les difficiles problèmes des effectifs et de l'instruction,ainsi que des moyens de transport.

II.- Les effectifs en effet ne correspondent en rien,comme nous l'avons signalé,à la constitution théorique de l'Armée.Pour atteindre ceux qui sont nécessaires à l'Armée active ,il faudra réorganiser complètement le système du recrutement;il faudra,par une diminution de l'autonomie des Etats,donner au pouvoir fédéral des moyens matériels de coercition qui lui manquent,pour contraindre les citoyens à se soumettre au Service Militaire.Il faudra surtout réaliser une transformation morale profonde dans le peuple,de manière à y développer la notion du devoir militaire,bien imprécise jusqu'à présent.Ce sera une oeuvre de constance et de temps,difficile à cause de l'immensité du pays.

III.-L'instruction,et en particulier l'instruction des réserves,est fonction des mêmes conditions de réalisation que les effectifs; elle exigera de gros sacrifices pécuniaires,pour l'achat du matériel d'instruction,pour l'organisation des manoeuvres et des périodes d'instruction de toute nature.Les convocations de réservistes enfin,seront toujours d'une réalisation difficile tant que le réseau des voies de communication n'aura pas été considérablement accru et perfectionné.

RIO de JANEIRO le 10 Août 192.

35

IV.- Même en supposant résolus les problèmes des effectifs et de l'instruction, l'Armée brésilienne se heurterait, pour sa mobilisation, à des difficultés énormes dûes à l'insuffisance de ces mêmes voies de communication, et spécialement à l'insuffisance et à l'absence d'unité du réseau ferré. La mobilisation et le transport dans la zone de concentration (Rio Grande do Sul) des seules unités actives exigerait en effet des délais de l'ordre de plusieurs mois. Il n'est pas douteux que le Brésil se trouverait de ce seul chef, au début d'une guerre, en situation d'infériorité manifeste par rapport à l'Argentine.

V.- Enfin, si le sol brésilien est capable d'assurer d'une manière à peu près complète l'alimentation de son Armée, celle-ci se trouverait, comme l'Argentine du reste, dans la dépendance presque complète de l'étranger au point de vue du matériel de guerre. Il est à prévoir que la guerre serait longue; et dès lors ce serait la ruine des finances publiques, si embarassées dès maintenant, et la main-mise économique par certaines puissances étrangères sur les richesses naturelles du pays.

CONSEIL SUPERIEUR
DE LA GUERRE.

N°. 199

OBJET

:-:-:-:

Armée Brésilienne
et Missions Militaires
françaises au BRESIL

à Bord du Jules Michelet en mer le 6 novembre 1931

Le Général MANGIN, à

Monsieur LE MINISTRE DE LA GUERRE

(Cabinet du Ministre)

3856

Au cours de mon séjour au BRESIL, mon attention s'est portée davantage sur la situation et les résultats déjà obtenus par la Mission du Général GAMELIN, que sur la valeur propre de l'armée brésilienne . Les rapports périodiques qui vous sont faits ,sur ce dernier sujet ,par le Général GAMELIN lui même sont ,à cet égard ,bien plus explicites que ne pourrait l'être une étude, nécessairement rapide ,faite par mes soins .

Je crois cependant devoir dire un mot de la mentalité de l'Officier brésilien .

Le BRESIL n'étant pas encore une nation au sens européen du mot mais étant davantage un conglomérat d'états nettement individualistes , n'a pas atteint ce degré d'esprit national que l'on observe nettement au CHILI, en ARGENTINE et même au PEROU .

Cette circonstance réagit encore fâcheusement sur l'état d'esprit de la nation tout entière et naturellement sur celui des officiers .

Par ailleurs ...

* L'extrême lenteur de l'apaisement (aussi pour motifs politiques) contribue à ralentir son activité.

par ailleurs les races étant très mélangées d'origines très diverses ,le climat ayant le plus souvent un caractère tropical,il en résulte que cet ensemble est mou et manque souvent de consistance*.

Je dois ajouter que la majorité des officiers brésiliens possède une nature curieuse et désireuse de s'instruire ;ces officiers lisent beaucoup. Malheureusement ils sont surtout avides d'idées générales et portent peu d'intéret aux réalisations pratiques .

En un mot: esprits intelligents ,curieux et amis de la nouveauté ,mais de caractère un peu apathique.

Je signale enfin que j'ai reçu,ainsi que les officiers qui m'accompagnaient ,le meilleur accueil dans les milieux militaires que j'ai visités,et dans lesquels on sent que l'influence française est en bonne situation. Le Ministre de la Guerre ,M.COLOGEROS,s'est montré particulièrement aimable à mon égard,m'accompagnant en toutes circonstances ,et venant même en personne me faire ses adieux au départ du "JULES MICHELET" .

MISSION GAMELIN - SITUATION MORALE .

Le général GAMELIN a admirablement réussi à RIO;dans les milieux militaires ,sa compétence, son activité et son tact -dans un pays où il faut en avoir beaucoup- sont reconnus de tous . Non seulement il est très estimé de la jeune génération d'officiers brésiliens, mais encore les préventions que devaient naturellement avoir,contre une mission étrangère,les officiers brésiliens de haut grade ,tombent d'elles-mêmes une à une.

Quant aux .....

Quant aux membres de la Mission Militaire française leur ensemble m'a paru excellent ; choisis individuellement par le Général GAMELIN même qui les connaissait, non seulement, ces officiers font preuve d'une compétence indiscutable, mais encore ils travaillent exactement dans le sillon de leur chef, et de la sorte, procurent un enseignement militaire très homogène. Très unis entre eux, pratiquent même le tutoiement, ils donnent un bel exemple de solidarité.

Leur situation normale, ainsi que celle de leurs familles est comparable à celle de leur chef, ils sont très appréciés, non seulement du monde militaire brésilien mais encore de la haute société de RIO DE JANEIRO.

En résumé la Mission Militaire Française du BRESIL est le modèle de ce que doit être une de ces missions à l'étranger. Les résultats déjà acquis par elle confirment ce que j'avais l'honneur de vous dire dans une de mes précédentes lettres sur ce sujet. C'est que ces missions doivent être nécessairement composées d'officiers du premier plan, sinon elles sont vouées à l'échec. Très bien composées au contraire, elles sont sûres d'arriver à un résultat satisfaisant et constituent alors un mode excellent de la propagande française à l'étranger.

MISSION GAMELIN - TRAVAUX.

La Mission GAMELIN s'occupe actuellement de deux sortes de questions militaires :

1°-.....

1°- Organiser l'enseignement militaire des officiers brésiliens.

2°- Organiser l'armée et particulièrement les services de l'armée brésilienne.

En ce qui concerne l'enseignement du corps d'officiers son activité ne porte actuellement que sur l'école de guerre et sur l'école d'application ; en un mot sur l'enseignement militaire à peu près supérieur, l'enseignement du Collège Militaire, ainsi que l'enseignement donné aux sous-officiers candidats officiers lui échappe cette lacune est regrettable pour l'uniformité de l'enseignement, mais une partie de l'opinion militaire demande instamment que des officiers français soient placés dans ces écoles.

Le Général GAMELIN a fait traduire en portugais et adapter aux conditions de l'armée brésilienne les divers règlements d'armes ou généraux en service chez nous. C'est là un très gros travail qui va servir d'assiette à l'instruction militaire toute entière donnée au BRESIL.

A noter que par ordre du Chef de mission les conférences faites par les officiers français sont faites et publiées en langue française ; les officiers brésiliens font leurs réponses en portugais. Il m'a été dit que ce système mixte plaisait beaucoup à l'armée brésilienne dont tous les officiers entendent le français. J'ai craint cependant qu'il ne développât chez les officiers français de la mission une certaine paresse à apprendre le portugais, le Général GAMELIN m'a assuré qu'il tenait scrupuleusement la main à ce que ses subordonnés soient le plus vite possible..

possible au courant de la langue du pays et déjà plusieurs d'entre eux dont le général GAMELIN lui-même sont en mesure de faire des conférences en portugais .

Quant à l'enseignement donné à l'école de guerre le Général GAMELIN a adopté une méthode très objective qui me paruit excellente de tous points .

Examinant un grand nombre de cas tactiques vécus pendant la dernière guerre ,il en fait rechercher les causes de succès ou d'insuccès et adapte ensuite chacun de ces cas à l'armée ou au territoire brésiliens .Il compte de la sorte dégager une tactique nationale particulièrement adéquate au pays .

En ce qui concerne l'organisation de l'armée brésilienne et de ses services la question est en cours.. Pour le moment l'activité de la mission s'est surtout portée sur l'aviation et les services administratifs .

L'effort fait en matière d'aviation est considérable et l'école d'aviation militaire du BRESIL très supérieure à ce que j'ai vu dans les autres Républiques de l'Amérique du Sud ,peut actuellement se comparer ,comme importance ,aux grandes écoles d'aviation des nations européennes .

Quant aux services administratifs j'ai su que leur organisation dans ce pays où jamais une telle question n'avait été envisagée sérieusement, était en très bonne voie ,grace à l'intelligence et au zèle su Sous-Intendant Duchalet.....

Je puis

puis vous donner une preuve indirecte aussi
exacte, mais très sûre de la bonne voie dans laquelle
marche la mission GAMELIN en matière d'organisation
l'aviation et des services administratifs brésiliens
par les références qui m'ont été données à SANTIAGO du
CHILI sur ce sujet. Le Général ALTAMIRANO Commandant
la 1ère Division Chilienne et futur généralissime pro
bable de l'armée chilienne ayant été autorisé par le
Gouvernement brésilien à s'assurer "de visu" de la bon
ne activité de la mission française à RIO était rentré
au CHILI absolument étonné des résultats obtenus en
matière d'aviation et de refonte des services administra
tifs par la dite mission et il n'avait pas caché son opi
nion aux officiers de sa suite lors de mon passage au
CHILI.

En matière d'artillerie, la mission GAMELIN attend
pour entreprendre la réorganisation et l'instruction
de cette arme, que le gouvernement brésilien ait fait
un choix définitif entre les divers matériels fran-
çais (Schneider ou Saint Chamond) qui lui sont présen-
tés par notre industrie. Je vous adresse ci-joint une
étude particulière relative à cette question du maté-
riel d'artillerie. Ce choix se fera vers le mois de ma

Prochain il est conditionné d'ailleurs par un progra-
mme dont les lignes générales ont été posées par le
Général GAMELIN lui-même à la demande du gouvernement
brésilien.

Aux yeux du Gouvernement brésilien les résultats
obtenus par la mission militaire française ont été tels

quels.....

Le Gouvernement désirerait augmenter le nombre des membres de la mission, le Ministre de la Guerre M. COLOGEROS m'a parlé d'un supplément de 20 Officiers. Il voudrait, en particulier affecter un officier d'Etat-Major français à chacun des états majors des divisions brésiliennes de province ; cet officier français remplirait les fonctions de conseiller. Le Général GAMELIN, pressenti à ce sujet a demandé à réfléchir, il sent le danger d'aventurer des officiers français seuls dans les états majors étrangers, tenant garnison dans des régions parfois éloignées.

J'ai vivement approuvé cette circonspection, mais je crois que la demande doit avoir une suite favorable en tout cas je vous le signale pour vous donner une preuve de plus de la considération en laquelle est tenue la mission GAMELIN au BRESIL.

MISSION NEREL à SAO PAULO

L'Etat de SAO PAULO (Saint PAUL) possède une mission militaire française spéciale qui est chargée de réorganiser les forces de police particulières à cet Etat du BRESIL.

Cette mission totalement indépendante de la mission GAMELIN a été constituée par entente directe entre le Gouvernement de l'Etat de Saint Paul et ses divers membres.

Elle est commandée par le Général NEREL, du cadre de réserve de l'Etat-Major Général français et comprend 4 officiers qui sont des officiers français en congé .....

en congé ou de réserve .

Il n'est pas douteux que le Général MEREL a bien atteint le but qui lui était assigné par l'Etat de St PAUL :les forces de police qu'il forme et que j'ai inspectées sont bien au point et le sont conformément aux idées militaires modernes .Elles seraient capables de figurer en campagne aux cotés de l'armée fédérale . D'ailleurs le Général MEREL se pique de suivre très exactement les directives qu'il demande au Général GAMELIN à RIO ;il fait appliquer les réglements, édictés par celui-ci pour l'armée fédérale .

D'autre part le Général MEREL jouit à Saint Paul tant de la part du Gouvernement de l'Etat que de la part de la population ,d'une réelle estime qui honore sa situation de Général Français à l'étranger .

Toutefois au cours des deux jours que j'ai passés à Saint PAUL,j&ai constaté que de légers dissentiments existaient entre la mission Merel d'une part et le Consulat de FRANCE et la Colonie Française d'autre part Je n'ai pu connaitre les vraies causes de ces regrettables dissentiments qui s'effaceront je l'espère .

Je dois tout particulièrement attirer votre haute attention sur le caractère spécial de la mission actuelle et sur ses origines .

A un dîner qu'il m'a offert,M.WASHINGTON LUIS Président de l'Etat de SAO PAULO a fait , dans son toast le plus grand éloge de la mission et de son chef . Il s'est déclaré très fier d'avoir soutenu et appuyé à' idée de son prédécesseur ,sous la présidence duquel une mission française (avec le Général MEREL)avait

été redemandée ....

nseil,

9

Ceci d'ailleurs ne s'était pas fait sans opposition ,car Monsieur RIO BRANCO Ministre fédéral des Affaires Etrangères ,consulté , s'était déclaré partisan d'une mission allemande .L'Etat de SAO PAULO ayant fermement maintenu son opinion ,une mission française avait été engagée ,à titre privé et sans que le Gouvernement fédéral voulût connaitre officiellement le fait .

La mission actuelle possède un statut tout particulier .Ses membres n'appartiennent pas aux cadres actifs de l'armée française ;ils n'ont pas été proposés par le Gouvernement français ., dont l'intervention s'est bornée à les autoriser à porter ,avec un grade de plus , leur uniforme à l'étranger . D'autre part,ils ne sont pas reconnus officiellement par le Gouvernement fédéral du BRESIL .

La situation ,dans laquelle se trouve cette mission est donc délicate - Mais , quoi qu'il en soit , j' estime qu'elle rend de réels services et que sa présence seule est très utile à l'influence française . Nous n'avons d'ailleurs pas le choix des moyens . Il faut donner à chaque état le genre d'instruction militaire qu'il réclame : mission de commandement au PEROU,stages en FRANCE pour le CHILI,mission d'instruction en URUGUAY,mission d'instruction au BRESIL ,mission privée à SAO PAULO faute de quoi,ces divers gouvernements s'adresseraient à l'étranger et peut être à l'Allemagne ,qui ne manquerait pas de leur faire des offres de service . A SAO PAULO ,il faut ainsi assimiler les officiers de la mission à des particuliers faisant commerce d'enseignement militaire ,et leur donner le caractère spécial que réclame leur situation .

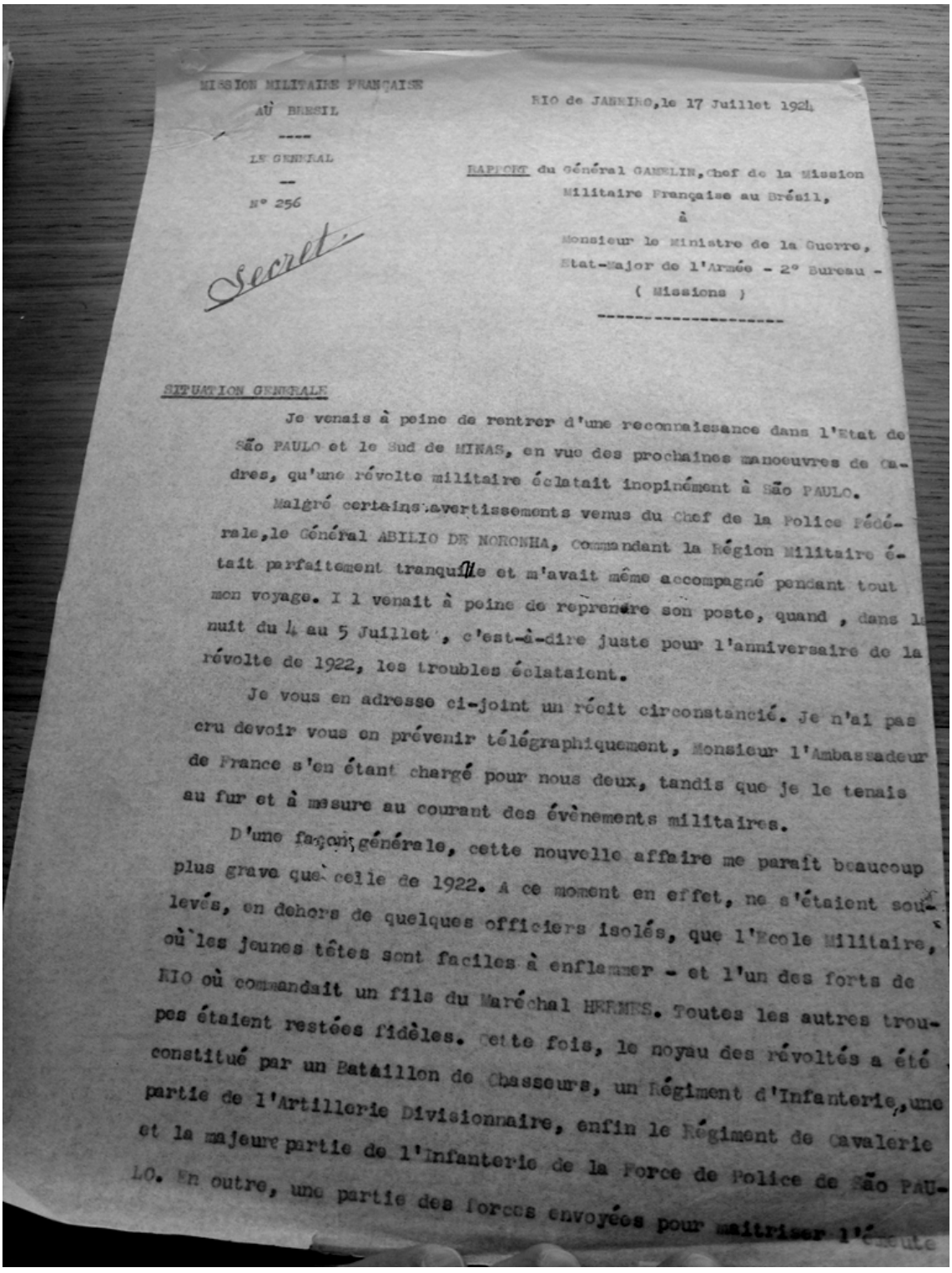
Cela ....

Cela nécessité donc de la part de nos représentants au BRESIL l'obligation de soutenir moralement cette mission par tous les moyens .

CONCLUSION - Notre situation militaire au BRESIL est, de tous points , excellente . La Mission que dirige le Général GAMELIN a pleinement réussi et le Gouvernement brésilien demande lui-même ,que l'activité et les attributions de la dite mission soient étendues .

La mission du Général NEREL à SAINT PAUL a bien réussi auprès du Gouvernement de l'Etat particulier qui l'utilise malgré les difficultés de sa situation il n'y a qu'à la maintenir et à la soutenir .

Signé : Rangin.



MISSION MILITAIRE FRANÇAISE
AU BRESIL

LE GENERAL
—
N° 256

Secret.

RIO de JANEIRO, le 17 Juillet 1924

RAPPORT du Général GAMELIN, Chef de la Mission Militaire Française au Brésil,
à
Monsieur le Ministre de la Guerre,
Etat-Major de l'Armée - 2° Bureau -
(Missions)

SITUATION GENERALE

Je venais à peine de rentrer d'une reconnaissance dans l'Etat de São PAULO et le Sud de MINAS, en vue des prochaines manoeuvres de Cadres, qu'une révolte militaire éclatait inopinément à São PAULO.

Malgré certains avertissements venus du Chef de la Police Fédérale, le Général ABILIO DE NORONHA, Commandant la Région Militaire était parfaitement tranquille et m'avait même accompagné pendant tout mon voyage. Il venait à peine de reprendre son poste, quand, dans la nuit du 4 au 5 Juillet, c'est-à-dire juste pour l'anniversaire de la révolte de 1922, les troubles éclataient.

Je vous en adresse ci-joint un récit circonstancié. Je n'ai pas cru devoir vous en prévenir télégraphiquement, Monsieur l'Ambassadeur de France s'en étant chargé pour nous deux, tandis que je le tenais au fur et à mesure au courant des évènements militaires.

D'une façon générale, cette nouvelle affaire me paraît beaucoup plus grave que celle de 1922. A ce moment en effet, ne s'étaient soulevés, en dehors de quelques officiers isolés, que l'Ecole Militaire, où les jeunes têtes sont faciles à enflammer - et l'un des forts de RIO où commandait un fils du Maréchal HERMES. Toutes les autres troupes étaient restées fidèles. Cette fois, le noyau des révoltés a été constitué par un Bataillon de Chasseurs, un Régiment d'Infanterie, une partie de l'Artillerie Divisionnaire, enfin le Régiment de Cavalerie et la majeure partie de l'Infanterie de la Force de Police de São PAULO. En outre, une partie des forces envoyées pour maîtriser l'émeute

a lâché pied ou est passé aux révoltés.

Ce sont de mauvais symptômes. J'ai l'impression que l'état d'esprit général de l'armée n'est pas bon. Tout le monde sait que le Ministre s'est désintéressé pendant longtemps de son département et d'une façon générale l'armée n'était pas satisfaite de voir combien peu le Gouvernement paraissait s'intéresser à elle, surtout par comparaison avec le Gouvernement précédent.

Néanmoins, comme je vous le disais dans mon précédent rapport, le Gouvernement demeure très puissant au point de vue parlementaire, car il a absolument les deux Chambres dans sa main. D'autre part, les hommes politiques qui, sans doute, se cachaient derrière le soulèvement militaire, ne se sont point montrés, de sorte que cette tentative de révolution a paru sans chef et sans but précis.

Pour comprendre ces révolutions Sud Américaines, où des coins de drame se mêlent à un fond d'opérette, il faut en connaître les dessous qui sont toujours des questions de personnes. Dans le cas particulier, l'homme de qui tout à dépendu était le Général SILVA PESSOA, frère de l'ancien Président de la République et commandant la Force de Police militaire du District Fédéral de RIO de JANEIRO. Après avoir nettement "lâché" son prédécesseur, le gouvernement actuel avait essayé d'écarter le Général PESSOA, dont il avait peur, du Commandement de cette force importante (6.000 H. environ), entièrement dans sa main. Le Général PESSOA, sous prétexte de question de santé, avait été mis en congé, mais sans être remplacé.

Dès les premiers symptômes de l'affaire, le Gouvernement s'est empressé de le rappeler, tout en le nommant Général de Division à titre définitif (Il n'était que:gradué). Dans les journées décisives du 9 au 11 Juillet, où l'on pouvait se demander de quel côté pencherait la balance, et où l'on sentait, à RIO même des défections se préparer dans l'armée, sa fidélité au Gouvernement a permis d'envoyer progressivement contre les rebelles presque toutes les forces fédérales de RIO.

Par ailleurs, le Président du RIO GRANDE DO SUL, BORGES de MEDEIROS, dont on connait les démêlés précédents avec le Président de

la République, n'a pas hésité à se ranger du côté de la légalité et son attitude très nette a permis l'envoi à São PAULO de troupes prélevées sur les garnisons fédérales comme sur les forces de police du grand Etat méridional.

De ce jour, il a paru que le Gouvernement avait toute chance de venir à bout de la rebellion de São PAULO.

Le 14 Juillet dans la soirée, le Président de la République me faisait prier de passer le lendemain matin au Palais. Il me parla d'abord de la situation militaire et d'une démarche que les Ambassadeurs devaient faire le jour même auprès de lui pour demander, au nom des intérêts de leurs commettants, de cesser le bombardement de São PAULO.

En ce qui concerne la situation militaire, je lui dis - ce qui parut fort l'étonner - que je n'étais que très vaguement tenu au courant par le Ministre et le Chef d'Etat-Major. Je lui conseillais de faire procéder tout d'abord à l'encerclement complet des révoltés, avant de laisser exécuter des attaques de rues, toujours coûteuses. Je ne lui cachai pas mon impression que les attaques me paraissaient décousues et mal préparées.(I)

Sur la question du bombardement, je lui signalai qu'il n'y avait aucun avantage militaire à gaspiller des munitions en tirant sur une ville où l'on ignorait les positions exactes de l'ennemi et sans avoir d'ailleurs les moyens de régler sérieusement les tirs. Il ne devrait donc y avoir aucun scrupule à céder, au nom de l'humanité, au voeu des Ambassadeurs , car en fait, le bombardement avait surtout chance de détruire des maisons et de tuer des civils.

Le Président me dit ensuite son désir d'en "finir une fois pour toutes avec ces moeurs de l'Armée brésilienne. Mieux vaudrait dit-il, ne pas avoir d'armée que d'en avoir une attaquant son propre pays." "Pourtant, me risquai-je à répondre, il vous faut une armée, et vous devez constater que les forces de police ne se sont pas montrées plus sûres que l'armée fédérale." Justement reprit-il, je voulais savoir de vous quels remèdes vous entrevoyez. Parlez en toute franchise ;

(I) J'ai cependant pû conseiller en temps utile le mouvement d'enveloppement par le sud, le seul évidemment susceptible de

je suis prêt à tout entendre, et aussi à tout faire pour qu'une pareille honte ne recommence pas. A quelque chose malheur est bon".

Je ne crus pas devoir me dérober à cet appel et j'exposai ma pensée sans détour. Le Président me parut approuver en tous points mon exposition; mais je sentais bien que c'était la première fois que certains problèmes étaient posés devant lui de cette façon. Il me demanda de lui remettre par écrit un résumé de mon exposition.

J'ai l'honneur de vous adresser ci-joint copie de la note que je lui ai fait tenir. Je ne sais ce qui en résultera et si les belles intentions ne s'évanouiront pas une fois le danger immédiat dissipé, ni quelles hostilités nouvelles je risque de m'attirer. Au moins aurai-je la conscience d'avoir mis ce Gouvernement, hier presque aux abois, auprès duquel je suis accrédité par vous et devant qui je représente l'armée française, en présence de ce que nous sommes certains d'être la véritable doctrine militaire d'une démocratie.

Il reste que la situation générale demeure incertaine. Le Gouvernement n'est populaire ni dans l'armée, qu'il a vraiment trop négligée, comme vous le savez, ni dans le pays où l'on trouve d'une façon générale, qu'il fait à tous égards piètre figure, et qu'il multiplie vraiement trop les abus de pouvoir. Il ne se maintient que par l'emprise des partis politiques puissamment organisés, non autour de idées bien entendu, mais des personnes.

Enfin il est évident que le goût des "pronuntiamentos" demeure le mal chronique des peuples Ibériques. Les moeurs de l'Empire Romain dont ils n'ont connu que les mauvais côtés, 700 ans de dominstion arabe, six siècles d'emprise d'un catholicisme exacerbé, représenté d'ailleurs plus encore par des Réguliers que par des Séculiers, n'ont point contribué à y développer la pratique de la légalité.

Ligné : Gamelin.